

OBRAS ESCOLHIDAS  
DE  
MAO TSETUNG

Tomo II

EDIÇÕES EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS  
PEQUIM 1975

Primeira edição 1971  
Segunda edição 1975

PERÍODO DA GUERRA DE RESISTÊNCIA  
CONTRA O JAPÃO (I)

A presente tradução está conforme à nova edição das Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II (Edições do Povo, Pequim, Agosto de 1952).

Nas notas introduziram-se alterações, para atender as necessidades de edição em línguas estrangeiras.

Impresso na República Popular da China

LINHA POLÍTICA, MEDIDAS E  
PERSPECTIVAS NA LUTA  
CONTRA A OFENSIVA  
JAPONESA\*

(23 de Julho de 1937)

I. DUAS LINHAS POLÍTICAS

Logo no dia que se seguiu ao Incidente de Lu-couquiao<sup>1</sup>, no dia 8 de Julho portanto, o Comité Central do Partido Comunista da China publicou um manifesto chamando a totalidade da nação à resistência. Nesse manifesto dizia-se:

“Compatriotas! Pepim e Tientsim estão em perigo! O Norte da China está em perigo! A nação chinesa está em perigo! Só nos resta uma saída: resistência por parte da totalidade da nação. Nós exigimos que se oponha sem demora uma resis-

---

\* A 7 de Julho de 1937, os imperialistas japoneses provocaram um incidente em Lucouquiao, visando anexar a China pela força. Unânime, o povo chinês exigiu que se opusesse resistência armada ao Japão. Dez dias, porém, se passaram

tência resoluta às tropas de agressão japonesas e se apreste tudo, imediatamente, para enfrentar as maiores eventualidades. É preciso que, do topo à base, a nação inteira rejeite de pronto toda a ideia de vida numa paz humilhante com o agressor japonês. Compatriotas, aclamemos e apoiemos a resistência heróica das tropas de Fom Tche-an! Aclamemos e apoiemos a declaração das autoridades do Norte da China, que exprime a vontade de defender a Pátria até à morte! Exijamos que o general Som Tche-ian ponha imediatamente em pé de guerra a totalidade do XXIX Corpo de Exército e o envie a guerrear na frente. Exijamos que o Governo Central de Nanquim ajude realmente o XXIX Corpo de Exército; anule sem tardança a interdição estabelecida contra os movimentos patrióticos das massas do país e deixe desenvolver-se a vontade de resistência do povo; mobilize sem demora todas as forças de terra,

---

antes que Tchiang Kai-chek fizesse uma declaração pública em Luxan, anunciando a resistência ao Japão. Tchiang Kai-chek acabou por decidir-se forçado pela pressão da totalidade do povo e ainda porque a agressão japonesa vibrava um sério golpe nos interesses dos imperialistas ingleses e norte-americanos na China, tanto como nos interesses dos grandes senhores de terras e da grande burguesia que ele directamente representava. Ao mesmo tempo, porém, o governo tchiang-kaichekista continuava em negociações com os agressores japoneses, chegando mesmo a aprovar o pretenso acordo de solução pacífica que estes haviam concluído com certas autoridades locais. Foi preciso que se produzisse o grande ataque dos agressores japoneses contra Xangai, em 13 de Agosto, colocando-o na impossibilidade de manter a dominação sobre o Sudeste da China, para que Tchiang Kai-chek se sentisse

mar e ar para o combate; e, a fim de consolidar a retaguarda, elimine sem demora os traidores, os vendepátrias e os agentes japoneses dissimulados pelo país. Apelamos para que a totalidade do povo apoie com todas as forças a guerra sagrada de legítima defesa contra o Japão. As nossas palavras de ordem são: Defender pelas armas Pepim, Tientsim e o Norte da China! Lutar até à última gota de sangue pelo solo da pátria! Que a totalidade do povo, do governo e das forças armadas se una e construa uma grande muralha inexpugnável — a Frente Única Nacional — para resistir à agressão japonesa! Que o Kuomintang e o Partido Comunista cooperem estreitamente para rechazar os novos ataques dos agressores japoneses! Expulsemos da China os invasores japoneses!”

Essa foi uma declaração de linha política.

No dia 17 de Julho, em Luxan, o Sr. Tchiang Kai-chek fez uma declaração em que definiu a linha

---

constrangido a resistir ao Japão. Mas as negociações de paz que prosseguia em segredo com o Japão mantiveram-se até 1944. Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, Tchiang Kai-chek renegou por inteiro tudo quanto havia declarado em Luxan: “Uma vez começada a guerra, toda a gente, do Norte ou do Sul, velhos ou novos, tem o dever de resistir ao invasor e defender o solo pátrio”. Opôs-se à guerra total do povo baseada na mobilização geral e adoptou uma política reacçãoária de resistência passiva ao Japão e combate activo ao Partido Comunista e ao povo. As duas linhas políticas, as duas séries de medidas e as duas perspectivas de que fala o camarada Mao Tsetung no presente artigo, traduzem justamente a luta entre a linha do Partido Comunista e a linha de Tchiang Kai-chek ao longo da Guerra de Resistência contra o Japão.

política para a preparação da resistência. Desde há anos, essa foi a primeira declaração juçta do Kuomintang sobre questões de política externa. Por isso foi favoravelmente acolhida por nós e por todos os compatriotas. Quatro condições se formulavam aí para sanar o Incidente de Lucouquiaio:

- 1) Que nenhuma solução atente contra a soberania e a integridade territorial da China.
- 2) Que nenhuma alteração ilegal se admita na estrutura administrativa das províncias de Hopei e Tchahar.
- 3) Que nenhum funcionário local, nomeado pelo Governo Central, seja demitido ou substituído a exigências de terceiros.
- 4) Que nenhuma limitação seja imposta ao XXIX Corpo de Exército quanto aos seus actuais locais de estacionamento.”

Na conclusão da declaração dizia-se:

“Relativamente ao Incidente de Lucouquiaio, o governo adoptou uma linha política e uma posição que há-de manter com firmeza, do princípio ao fim. Estamos conscientes de que a entrada em guerra da totalidade da nação impõe-nos a obrigação de ir até ao último sacrifício, não havendo a menor esperança de encontrar vias fáceis de saída. Uma vez começada a guerra, toda a gente, do Norte ou do Sul, velhos ou novos, tem o dever de resistir ao invasor e defender o solo pátrio.” Foi, também, uma declaração de linha política.

Há pois duas declarações políticas de alcance histórico, feitas pelo Kuomintang e pelo Partido Comunista, a

propósito do Incidente de Lucouquiaio. Essas declarações têm de comum o facto de preconizarem uma resistência resoluta ao invasor e combaterem o compromisso e a concessão.

Trata-se duma linha política para enfrentar a invasão japonesa, e é a política correcta.

Mas existe igualmente a possibilidade de adoptar--se outra linha. Desde há um mês que os traidores e os elementos pró-japoneses desenvolvem intensa actividade na região Pcpim-Tientsim; procuram levar as autoridades de Pepim e Tientsim a curvar--se ante as exigências japonesas e abalam a política de resistência resoluta, no intuito de fazer prevalecer o compromisso, a concessão. São indícios de perigo muito grave.

Essa linha de compromisso e concessão é diametralmente oposta à linha de resistência resoluta. Se tal linha não for rapidamente rechaçada, Pepim, Tientsim e o Norte da China cairão nas mãos do inimigo e a nação inteira ficará gravemente ameaçada. Todos devem manter-se muito vigilantes.

Oficiais e soldados patriotas do XXIX Corpo de Exército, uni-vos, combatei o compromisso e a concessão e oponde resoluta resistência!

Compatriotas de Pepim, de Tientsim e de todo o Norte da China, uni-vos, combatei o compromisso e a concessão e apoiai a resistência resoluta!

Compatriotas de toda a China, uni-vos, combatei o compromisso e a concessão e apoiai a resistência resoluta!

Sr. Tchiang Kai-chek e todos vós, kuomintanistas patriotas, nós esperamos que se atenham com firmeza à vossa

linha política, cumpram as vossas promessas, combatam o compromisso e a concessão, mostrem-se resolutos na resistência e respondam assim, com actos, ao insulto do inimigo.

Que todas as forças armadas do país, incluído o Exército Vermelho, adiram à declaração do Sr. Tchiang Kai-chek, combatam o compromisso e a concessão e realizem uma resistência resoluta!

Nós, comunistas, agimos com todo o coração e sinceridade, aplicamos com lealdade o nosso próprio manifesto e apoiamos firmemente a declaração do Sr. Tchiang Kai-chek. Com os membros do Kuomintang, com todos os compatriotas, defenderemos o solo da pátria até à última gota do nosso sangue, combateremos toda a hesitação, oscilação, compromisso e concessão e faremos resolutamente a resistência armada.

## II. DUAS SÉRIES DE MEDIDAS

Para que atinja o seu objectivo, a linha de resistência resoluta exige toda uma série de medidas.

Que medidas? Eis as mais importantes:

1. Mobilização geral de todas as forças armadas do país. Pôr em pé de guerra os nossos exércitos permanentes — forças terrestres, navais e aéreas — fortes de dois milhões e algumas centenas de milhares de homens, incluído o Exército Central, as forças locais e o Exército Vermelho; expedir imediatamente o grosso dessas forças para as linhas de defesa do país, deixando parte delas na retaguarda, para manutenção da ordem. Confiar o

comando das distintas frentes gerais devotados aos interesses da nação. Convocar um conselho de defesa nacional para definir-se uma estratégia e alcançar-se identidade de vontades quanto a operações. Reorganizar o trabalho político no exército, para que se atinja a unidade entre oficiais e soldados e entre exército e povo. Adotar o princípio segundo o qual a guerra de guerrilhas assegura parte das tarefas estratégicas e garantir a coordenação entre essa guerra e a guerra regular. Expulsar os traidores do seio do exército. Mobilizar os necessários efectivos de reserva e treiná-los para que estejam prontos a entrar em linha. Aumentar, como convém, o equipamento das tropas e respectivo reabastecimento. De acordo com a linha geral de resistência resoluta, torna-se indispensável traçar planos de cumprimento de todas essas tarefas militares. Não é de tropas que a China tem falta, mas, se não se realizam tais planos, a vitória sobre o inimigo resulta impossível. Se os factores políticos e materiais se combinam, as nossas forças armadas passam a ser invencíveis no Leste da Ásia.

2. Mobilização geral do povo. Anular a interdição dos movimentos patrióticos, libertar os presos políticos, revogar a “Lei de emergência para repressão das actividades contra a República”<sup>3</sup> e o “Regulamento sobre a censura da imprensa”<sup>4</sup>, reconhecer estatuto legal às organizações patrióticas existentes, desenvolver essas organizações entre os operários, camponeses, homens de negócios e intelectuais, armar as massas populares para que estejam à altura de assegurar a sua própria defesa e de apoiar as operações do exército. Numa palavra, há que reconhecer ao povo a liberdade de manifestar o

seu patriotismo. As forças conjuntas do povo e do exército vibrarão um golpe mortal no imperialismo japonês. Numa guerra nacional, está fora de dúvidas que a vitória se torna impossível sem apoio sobre as massas populares. Que a sorte da Abissínia nos sirva de advertência.<sup>5</sup> Todos os que estão de boa fé na sua resolução de resistir não devem ignorar esse ponto.

3. Reorganização da máquina política. Associar à direção dos negócios do Estado os partidos e os grupos políticos, bem como as personalidades que gozam de prestígio entre as massas, e liquidar os elementos pró-japoneses e os traidores dissimulados no governo, de modo a realizar-se uma unidade entre este e o povo. A resistência ao Japão é uma empresa tal que um reduzido grupo de indivíduos não pode seguramente realizá-la, e, se tais indivíduos se obstinam em reaiizá-la sozinhos, o resultado não será outro senão deitar-se tudo a perder. O governo, se é um verdadeiro governo de defesa nacional, de-ve, em absoluto, apoiar-se nas massas populares e praticar o centralismo democrático. Deve, simultaneamente, ser um governo democrático e centralizado. Esse é o tipo mais forte de governo. A assembleia nacional deve representar verdadeiramente o povo, ser o órgão supremo do poder, definir as grandes linhas políticas do Estado e adoptar as medidas políticas e os planos exigidos pela luta contra o invasor japonês para salvação da pátria.

4. Política externa anti-japonesa. Não permitir a menor vantagem ou facilidade aos imperialistas japoneses, pelo contrário, confiscar-lhes os bens, anular as nossas dívidas frente a eles, liquidar-lhes os laçaios e rechaçar-lhes

os espiões. Concluir sem tardança uma aliança militar e política com a URSS, estabelecer estreita união com esse país, que é o mais seguro, mais poderoso e mais capaz de ajudar a China na resistência ao Japão. Ganhar para a nossa resistência a simpatia da Inglaterra, Estados Unidos e França, e assegurar-se da respectiva ajuda, sem prejuízo da integridade territorial e soberania da China. Para vencer os agressores japoneses, devemos contar principalmente com as nossas próprias forças. Contudo, a ajuda exterior é indispensável, razão por que uma política isolacionista só servirá o inimigo.

5. Proclamação e aplicação imediata dum programa de melhoria de condições de vida do povo. Começar por adoptar um mínimo de medidas: suprimir os impostos exorbitantes e as taxas múltiplas, reduzir as rendas, limitar a usura, melhorar as condições de existência dos operários, dos soldados e dos oficiais subalternos, bem como a dos pequenos empregados, e socorrer as vítimas das calamidades naturais. Essas novas medidas, longe de, como alguns afirmam, abalarem as finanças do Estado, elevarão o poder de compra do povo, tornarão próspero o mercado e activarão as finanças; não-de provocar um crescimento ilimitado das forças de resistência ao Japão e tornarão firmes as bases do governo.

6. Educação de defesa nacional. Mudar radicalmente a velha orientação e o velho sistema de educação. Renúncia a tudo que não seja urgente e renúncia a todas as medidas irracionais. A imprensa, as edições, o cinema, o teatro, a literatura e a arte, tudo deve satisfazer os interesses da defesa nacional. Proibir toda a propaganda feita pelos traidores.

7. Política financeira e económica de resistência ao Japão. A política financeira deve basear-se no princípio de “os que têm dinheiro contribuem com dinheiro” e no confisco dos bens dos imperialistas japoneses e dos traidores; a política económica deve assentar no boicote das mercadorias japonesas e no encorajamento das mercadorias chinesas. Tudo deve contribuir para a luta contra o Japão. A penúria de meios financeiros é uma consequência da adopção de medidas erradas e há-de desaparecer, seguramente, logo que se aplique uma nova política conforme aos interesses do povo. É pura inépcia falar de impasse financeiro e económico a propósito dum país com um território tão extenso e uma população tão numerosa.

8. União da totalidade do povo chinês, governo e forças armadas, com vistas à construção da grande muralha inexpugnável que é a Frente Única Nacional. Tanto a aplicação da linha de resistência como a execução das medidas referidas acima, dependem dessa frente única. A tal respeito, o essencial é a estreita cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista. Que o governo, forças armadas, partidos políticos, grupos políticos e todo o nosso povo se unam na base da cooperação entre esses dois partidos. Não basta que a palavra de ordem de “unir-se com toda a sinceridade e enfrentar a crise nacional!” soe bonito aos ouvidos, pois é necessário ainda que essa palavra de ordem se traduza em magníficas acções. A união precisa de ser verdadeira; se se introduz aí algo fraudulento ou suspeito, nada mais marchará. Há que dar provas de largueza de vistas e magnanimidade na condução dos negócios do Estado. O cálculo mes-

quinho, a traluhice, a burocracia e o Ah Q-ismo não têm, em absoluto, qualquer serventia; ineficazes contra o inimigo, reve-lam-se de todo ridículos quando usados no trato dos próprios compatriotas. Em tudo há princípios maiores e menores, encontrando-se estes, na totalidade, subordinados aos princípios maiores. Só analisando cuidadosamente as coisas à luz dos princípios maiores podem os compatriotas ficar à altura de orientar correctamente o pensamento e as acções próprios. Hoje, os que não põem um pouco de sinceridade na busca da unidade, mesmo quando não são reprovados pelas massas sentem-se em certa medida envergonhados, no silêncio da noite, face a face com as suas próprias consciências.

Podemos chamar Programa em Oito Pontos a todo esse conjunto de medidas elaborado com vistas à resistência resoluta.

É preciso que a linha de resistência resoluta se acompanhe dessa série de medidas, pois doutro modo a resistência ao Japão nunca vencerá, este seguirá na sua agressão contra a China que, votada à impotência, dificilmente escapará à sorte da Abissínia.

Todos os que defendem com sinceridade a linha de resistência resoluta devem aplicar esse conjunto de medidas. E quando se quiser avaliar se alguém está de boa fé no seu querer resistir resolutamente, haverá que ver se está ou não disposto a aceitar e aplicar essa série de medidas.

Mas há uma outra série de medidas que se opõe, ponto por ponto, à série que acabámos de enunciar.

Não a mobilização geral das forças armadas, mas sim a recusa dessa mobilização ou a retirada.

Não o reconhecimento da liberdade para o povo, mas sim a opressão do povo.

Não o governo de defesa nacional baseado no centralismo democrático, mas sim o governo absoluto dos burocratas, compradores, déspotas, nobres e senhores de terras.

Não a política externa anti-japonesa, mas sim a política servil frente ao Japão.

Não a melhoria das condições de vida do povo, mas sim a manutenção da opressão contra o povo, deixando-o a gemer de miséria e impotente ante o invasor.

Não a educação no interesse da defesa nacional, mas sim a educação que leva à subjugação da nação.

Não a política financeira e económica de resistência ao Japão, mas sempre a velha, inalterada ou mesmo pior, política financeira e económica nociva ao país e proveitosa ao inimigo.

Não a construção da grande muralha — a Frente Única Nacional Anti-japonesa — mas sim a respectiva demolição ou os discursos falazes sobre a “união”, nada se fazendo para realizá-la.

É da linha política que decorrem as medidas práticas. Quando se adopta uma linha de não resistência, todas as medidas que se tomam são uma expressão disso. A esse respeito temos as lições dos seis últimos anos. Mas se, pelo contrário, a linha adoptada é a da resistência resoluta, torna-se impossível não aplicar a série de medidas que a esta corresponde, é impossível não pôr em prática o Programa em Oito Pontos que expusemos atrás.

### III. DUAS PERSPECTIVAS

E quais são as perspectivas? Essa questão preo-rija-se a rodos.

Se se adoptar a primeira linha, se se aplicar a primeira série de medidas, a perspectiva que se nos abre será seguramente a da expulsão dos imperia-Zstas japoneses e constituição duma China livre e emancipada. Acaso será possível duvidar-se disso? Penso que não.

Mas se se adoptar a segunda linha, se se aplicar a segunda série de medidas, teremos com certeza diante de nós a perspectiva da ocupação da China pelos imperialistas japoneses, a subjugação do povo chinês, que se verá reduzido à situação de escravo, de besta de carga. Acaso será possível duvidar-se disso? Também penso que não.

### IV. CONCLUSÃO

Há pois que adoptar a primeira linha, aplicar a primeira série de medidas, buscar a primeira perspectiva.

Há que combater a segunda linha, rejeitar a segunda série de medidas, afastar a segunda perspectiva.

Que todos os patriotas no Kuomintang e todos os comunistas se unam, ponham resolutamente em prática a primeira linha, apliquem a primeira série de medidas, busquem a primeira perspectiva, combatam firmemente

a segunda linha, rejeitem a segunda série de medidas e afastem a segunda perspectiva.

Que os cidadãos patriotas, exércitos, partidos e grupos patrióticos de todo o país se unam, ponham resolutamente em prática a primeira linha, apliquem a primeira série de medidas, busquem a primeira perspectiva, combatam firmemente a segunda linha, rejeitem a segunda série de medidas e afastem a segunda perspectiva!

Viva a guerra revolucionária nacional!

Viva a libertação da nação chinesa!

## NOTAS

1 Lucouquiao encontra-se a um pouco mais de dez quilómetros a sudoeste de Pequim. No dia 7 de Julho de 1937, o exército invasor japonês lançou um ataque contra as forças armadas chinesas que aí estavam de guarnição, as quais, influenciadas pelo ardor anti-japonês da totalidade do povo do país, passaram à resistência. A partir desse momento, começou a heróica Guerra de Resistência do povo chinês, que iria durar oito anos.

2 O XXIX Corpo de Exército constituía originariamente uma das unidades do Exército Kuomintanista do Noroeste comandado por Fom Iu-siam. Esse corpo de exército estava, na altura, estacionado nas províncias de Hopei e Tchahar, sob comando de Som Tche-ian, sendo uma das divisões chefiada por Fom Tche-an.

3 No dia 31 de Janeiro de 1931, o governo kuomintanista promulgou a “Lei de emergência para repressão das actividades contra a República”. A inculpação

“actividades contra a República” servia de pretexto à perseguição e massacre dos patriotas e revolucionários. Essa lei estabelecia medidas de repressão que eram duma brutalidade extrema.

4 O “Regulamento sobre a censura da imprensa” (“Disposições gerais para a censura da imprensa”) foi adoptado pelo governo kuomintanista em Agosto de 1934, no intuito de abafar a voz do povo. Nele se estabelecia que os “manuscritos destinados à publicação pela imprensa deviam ser submetidos a censura”. Nas regiões controladas pelo Kuomintang, todo o material destinado à publicação em jornais tinha que passar previamente pelo censor kuomintanista, o qual podia alterá-lo ou retê-lo arbitrariamente.

5 Ver “As Tarefas do Partido Comunista da China no Período da Resistência ao Japão”, ponto 8, Obras Encolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

LUTAR PELA MOBILIZAÇÃO DE  
TODAS AS FORÇAS PARA A  
VITÓRIA DA GUERRA  
DE RESISTÊNCIA\*

(25 de Agosto de 1957)

A. O Incidente de Lucouquiao, no dia 7 de Julho, marcou o início da ofensiva em grande escala do imperialismo japonês contra a parte da China situada a sul da Grande Muralha. A resistência das tropas chinesas em Lucouquiao marca o começo da resistência da China em escala nacional. Os ataques incessantes do invasor japonês, a luta resoluta da totalidade do nosso povo, a tendência da burguesia nacional a resistir ao Japão e o facto de o Partido Comunista da China ter preconizado activamente, e aplicado com firmeza, uma política de frente única nacional anti-japonesa, que goza do apoio geral do

---

\* Teses de propaganda e agitação, redigidas pelo camarada Mao Tsetung em Agosto de 1937, para uso dos departamentos de propaganda do Comité Central do Partido Comunista da China. Essas teses foram adoptadas pela Reunião Alargada do Birô Político do Comité Central do Partido, realizada em Luotchuan, norte de Xensi.

país, forçaram as autoridades chinesas a esboçar uma mudança de política depois do Incidente de Lucouquiao, passando da não resistência observada desde o Incidente de 18 de Setembro de 1931 à resistência, e, por outro lado, levaram a revolução chinesa, se a consideramos no seu desenvolvimento depois do Movimento de 9 de Dezembro de 1935, a passar da etapa caracterizada pela cessação da guerra civil e preparação da resistência à etapa da resistência efectiva. A viragem que começou a desenhar-se na política do Kuomintang, a partir do Incidente de Si-an e da Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang, e a declaração de 17 de Julho sobre a resistência ao Japão, feita em Luxan pelo Sr. Tchiang Kai-chek, bem como muitas medidas de defesa nacional tomadas por este, são todas dignas de aprovação. As tropas na frente — exércitos de terra, forças aéreas e unidades locais — resistiram todas com valentia, demonstrando o heroísmo característico da nação chinesa. Em nome da revolução nacional, o Partido Comunista da China saúda com o máximo calor todas as tropas e cidadãos patriotas do país.

B. Não obstante, as autoridades kuomintanistas, mesmo depois do Incidente de 7 de Julho de Lucouquiao, continuam a aplicar essa política errada que vêm invariavelmente seguindo desde o Incidente de 18 de Setembro, e que consiste em fazer compromissos e concessões<sup>1</sup>, reprimir o ardor dos exércitos patriotas e o movimento de salvação nacional das populações patriotas. Não resta a menor dúvida que, depois de capturar Pepim e Tientsim, o imperialismo japonês, apoiando-se na força bruta dos seus exércitos, beneficiando da ajuda

do imperialismo alemão e italiano e explorando as hesitações do imperialismo inglês e o isolamento do Kuomintang, que se desligou das grandes massas trabalhadoras, há-de persistir na sua política de ofensiva de grande envergadura, passará à realização da segunda e terceira etapas do plano de operações, e lançará furiosos ataques contra todo o Norte da China e outras regiões do país. As chamadas da guerra crepitam já no Tchahar, Xangai e outros lugares. Para salvar a pátria em perigo, para resistir aos ataques do inimigo, que é forte, para defender o Norte da China e as regiões costeiras, para recuperar Pepim, Tientsim e o Nordeste, o povo todo da China e as autoridades kuomintanistas devem tirar o máximo benefício das lições decorrentes da perda do Nordeste, de Pepim e Tientsim; devem extrair uma lição da subjugação da Abissínia, estudar a história da luta vitoriosa da URSS contra os inimigos exteriores<sup>2</sup>, imbuir-se da experiência da Espanha, que neste momento defende com êxito Madrid<sup>3</sup>, e unir-se solidamente para combater até ao fim pela defesa da pátria. Daqui em diante, a tarefa consiste na “mobilização de todas as forças para a vitória da Guerra de Resistência” e, para realizá-la, o essencial está na mudança completa, radical, da política kuomintanista. Como é evidente, os progressos do Kuomintang na questão da Guerra de Resistência são de louvar; trata-se aliás daquilo que o Partido Comunista da China e a totalidade do povo esperavam dele desde há anos; e nós saudamos esse progresso. Mas o Kuomintang não mudou ainda a sua política em questões como a mobilização das massas populares e a realização de reformas políticas; no fundamental ele recusa-se

tematicamente a anular a interdição do movimento popular anti-japonês; tão-pouco pensa em proceder a uma transformação de princípio no aparelho governativo; continua sem política de melhoria das condições de vida do povo; e, nas suas relações com o Partido Comunista, não dá provas de sincera cooperação. Se num momento assim crítico, com o país ameaçado de subjugação e o povo de extermínio, o Kuomintang não sai da rotina, não muda rapidamente de política, um mal imenso será causado à Guerra de Resistência. Alguns membros do Kuomintang dizem: ocupar-nos-emos das reformas políticas depois da vitória! Eles pensam poder vencer os agressores japoneses graças aos esforços exclusivos do governo, o que é um erro. Uma guerra de resistência mantida exclusivamente pelo governo não pode dar mais que uns quantos resultados isolados e nunca uma vitória completa, a qual não pode ser alcançada senão através duma guerra de resistência feita pela totalidade da nação. Ora, para que tal guerra seja possível, torna-se necessária uma mudança completa, radical, da política do Kuomintang, é necessário que toda a nação, desde o topo à base, una os seus esforços para aplicar um programa consequente de resistência, o programa de salvação nacional inspirado nos Três Princípios do Povo revolucionários e nas Três Grandes Políticas, tais como o Dr. Sun Yat-sen formulou, pessoalmente, na altura da primeira cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista.

C. Animado pelos sentimentos mais sinceros, o Partido Comunista da China propõe ao Kuomintang, à totalidade do povo, a todos os partidos e grupos políticos,

a todos os sectores sociais e forças armadas do país, o Programa em Dez Pontos para a Salvação da Pátria, a fim de derrotar-se completamente o agressor japonês. O Partido Comunista está firmemente convencido de que só a aplicação integral, sincera e resoluta desse programa permitirá a realização do objectivo de defesa da pátria e vitória sobre o agressor. Doutro modo as responsabilidades terão de cair sobre aqueles que temporizam e deixam de-teriorar-se a situação; e uma vez subjugado o país, será tarde para arrependimentos e lamentações. Eis o Programa em Dez Pontos para a Salvação da Pátria:

1. Abater o imperialismo japonês.

Romper relações diplomáticas com o Japão, expulsar-lhe os funcionários, prender-lhe os espiões, confiscar-lhe os haveres na China, anular as dívidas chinesas frente a ele, denunciar os tratados com ele concluídos e recuperar todas as concessões japonesas. Bater-se até a última gota de sangue na defesa do Norte da China e das regiões costeiras.

Bater-se até a última gota de sangue pela recuperação de Pepim, Tientsim e Nordeste.

Expulsar os imperialistas japoneses da China.

Combater toda a hesitação e compromisso.

2. Mobilizar todas as forças armadas do país. Mobilizar todas as forças de terra, mar e ar para a resistência em escala nacional.

Opor-se ao princípio operacional passivo de pura defesa e aplicar o princípio activo de independência e autonomia nas operações. Instituir um conselho permanente de defesa nacional para discutir e definir os planos de defesa nacional e os princípios operacionais.

Armar o povo e desenvolver a guerra de guerrilhas anti-japonesa, no sentido de apoiar as operações das forças regulares.

Reorganizar o trabalho político no exército de modo a realizar-se a unidade entre comandantes e combatentes.

Realizar a unidade entre o exército e o povo e desenvolver o espírito de iniciativa no exército.  
Apoiar o Exército de Coalizão Anti-Japoneses do Nordeste e desarticular a retaguarda do inimigo.

Tratar em pé de igualdade todas as tropas que participam na Guerra de Resistência.

Criar em todo o país regiões militares e mobilizar a totalidade da nação para a guerra, de modo a passar-se progressivamente do sistema mercenário ao serviço militar obrigatório.

### 3. Mobilizar a totalidade do povo.

Reconhecer às populações, exceptuados os traidores, a liberdade de palavra, imprensa, reunião e associação para a resistência ao Japão e salvação da pátria, bem como o direito de pegar em armas contra o inimigo.

Abolir as velhas leis e decretos que entravam o movimento patriótico do povo e promulgar leis e decretos novos, revolucionários.

Pôr em liberdade todos os presos políticos, patriotas e revolucionários, e anular a interdição dos partidos políticos.

Fazer de modo que o povo inteiro se mobilize, pegue em armas e participe na Guerra de Resistência. Que cada um dê o que tem, uns força de trabalho, outros dinheiro, outros armas, outros conhecimentos.

Mobilizar para a resistência comum ao invasor os

mongóis, os huezis e as outras minorias nacionais, de acordo com o princípio da autodeterminação e autonomia nacionais.

### 4. Reorganizar o aparelho de governo.

Instituir uma assembleia nacional que represente autenticamente o povo, a fim de adoptar-se uma verdadeira constituição democrática, definir-se uma política de resistência ao Japão e salvação da pátria e eleger-se um governo de defesa nacional.

O governo de defesa nacional deve admitir no seu seio revolucionários de todos os partidos e grupos políticos, bem como de todas as organizações populares, à exclusão dos elementos pró-japoneses.

O governo de defesa nacional deve praticar o centralismo democrático, ser simultaneamente democrático e centralizado.

Esse governo aplicará uma política revolucionária de resistência ao Japão e salvação da pátria.

Impõe-se instituir uma autonomia regional, destituir todos os funcionários corrompidos e formar um governo íntegro.

### 5. Adoptar uma política exterior anti-japonesa.

Sem prejuízo da integridade territorial e da soberania da China, concluir, com todos os países opostos à política agressiva do Japão, alianças contra a agressão e acordos de ajuda militar mútua para resistir ao Japão.

Apoiar a frente internacional de paz e combater a frente de agressão germano-nipo-italiana.

Aliar-se às massas operárias e camponesas da Coreia e do Japão para a luta contra o imperialismo japonês. >

### 6. Adoptar uma política financeira e económica de

guerra. A política financeira deve basear-se no princípio de “os que têm dinheiro contribuem com dinheiro”, bem como no confisco dos bens dos traidores, a fim de custear as despesas de guerra. A política económica deve consistir na reorganização e ampliação da produção destinada à defesa nacional, no desenvolvimento da economia rural e na garantia do abastecimento através das nossas próprias forças, em matéria de produtos necessários ao tempo de guerra. Impõe-se estimular o consumo das mercadorias chinesas, melhorar a qualidade dos produtos locais, interditar rigorosamente as mercadorias japonesas, golpear os traficantes e combater todo o tipo de manobra e especulação.

#### 7. Melhorar as condições de vida do povo.

Melhorar a situação dos operários, empregados, professores e militares anti-japoneses.

Acordar tratamento preferencial às famílias dos militares anti-japoneses.

Abolir os impostos exorbitantes e as taxas múltiplas.

Reduzir as rendas e as taxas de juro. Assistir aos desempregados. Ajustar o aprovisionamento em cereais. Socorrer as vítimas das calamidades naturais.

#### 8. Adotar uma política de educação ao serviço da resistência ao Japão.

Abolir o antigo sistema de educação e os velhos programas; introduzir sistema e programas novos, orientados para a resistência ao Japão e salvação da pátria.

#### 9. Liquidar os traidores, os vende-pátrias e os elementos pró-japoneses, consolidar a retaguarda.

#### 10. Realizar a unidade nacional contra o Japão. Na base da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Co-

munista, criar uma frente única nacional anti-japonesa de todos os partidos e grupos políticos, sectores sociais e forças armadas do país, para dirigir a Guerra de Resistência, unir-se com toda a sinceridade e enfrentar a crise nacional.

D. Há que rejeitar a política que confia a resistência exclusivamente ao governo e adoptar uma política de resistência geral da nação. O governo deve unir-se ao povo, fazer reviver em toda a sua integridade o espírito revolucionário do Dr. Sun Yat-sen, aplicar o Programa em Dez Pontos exposto acima e combater pela conquista da vitória completa na Guerra de Resistência. O Partido Comunista da China, bem como as massas populares e as forças armadas que dirige, está decidido a, aplicando esse programa, manter-se nas primeiras linhas da Guerra de Resistência e defender a Pátria até à última gota do seu sangue. Em virtude da política que sempre preconizou, o Partido Comunista da China está disposto a combater sobre uma mesma frente com o Kuomintang e demais partidos e grupos políticos do país, bem como a formar com eles, de mãos dadas, uma grande muralha indestrutível, a Frente Única Nacional, a fim de derrotarem os infames agressores japoneses e lutarem por uma China nova, independente, livre e feliz. Para atingir-se tal objectivo há que combater resolutamente as teorias de compromisso e capitulação dos traidores, assim como o derrotismo nacional, que considera invencível o invasor japonês. O Partido Comunista da China tem a firme convicção de que a realização do Programa em Dez Pontos assegurará a vitória sobre os agressores japoneses. Se os nossos quatrocentos e cin-

quenta milhões de compatriotas unem os seus esforços,  
a vitória final pertencerá à nação chinesa!

Abaixo o imperialismo japonês!

Viva a guerra revolucionária nacional!

Viva a China nova, independente, livre e feliz!

CONTRA O LIBERALISMO

(7 de Setembro de 1937)

## NOTAS

1 Ver nota introdutória ao artigo “Linha Política, Medidas e Perspectivas na Luta contra a Ofensiva Japonesa”.

2 Ver Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., capítulo VIII.

3 Em 1936, os fascistas alemães e italianos serviram-se de Franco, caudilho fascista espanhol, para desencadear uma guerra de agressão contra a Espanha. Sob direcção do Governo da Frente Popular, o povo espanhol opôs uma heróica resistência em defesa da democracia e contra a agressão. Essa guerra revestiu particular encarniçamento na defesa de Madrid, capital da Espanha. Começada em Outubro de 1936, a luta pela defesa de Madrid durou 2 anos e 5 meses. Em Março de 1939 Madrid cedeu, devido à ajuda prestada aos agressores pela hipócrita política, dita de “não intervenção”, seguida pelos imperialistas ingleses, franceses e outros, e também devido à desintegração verificada no seio da própria Frente Popular.

Nós somos pela luta ideológica activa porque é uma arma para se alcançar a unidade interna do Partido e das demais organizações revolucionárias, em benefício do nosso combate. Cada membro do Partido Comunista, todo o revolucionário, deve empunhar essa arma.

O liberalismo, porém, rejeita a luta ideológica e preconiza uma harmonia sem princípios, o que dá lugar a um estilo decadente, filisteu, e provoca a degenerescência política de certas entidades e indivíduos, no Partido e nas outras organizações revolucionárias.

O liberalismo manifesta-se sob diversas formas:

Constatamos que alguém está a agir mal mas, como se trata dum velho conhecido, dum conterrâneo, dum condiscípulo, dum amigo íntimo, dum pessoa querida, dum antigo colega ou subordinado, não nos empenhamos no debate de princípios e deixamos as coisas correr, preocupados com manter a paz e a boa amizade. Ou então, para mantermos a boa harmonia, não fazemos mais do que críticas ligeiras, em vez de resolver a fundo os problemas.

O resultado é prejudicar-se tanto a colectividade como o indivíduo. Essa é uma primeira forma de liberalismo. v Em privado entregamo-nos a críticas irresponsáveis, em

vez de fazermos activamente sugestões à organização. Nada dizemos de frente às pessoas, mas falamos muito pelas costas; calamo-nos nas reuniões, e falamos a torto e a direito fora delas. Desprezamos os princípios de vida colectiva e deixamo-nos levar pelas inclinações pessoais. É uma segunda forma de liberalismo.

Desinteressamo-nos completamente por tudo que não nos afecta pessoalmente; mesmo quando temos plena consciência de que algo não vai bem, falamos disso o menos possível; deixamo-nos ficar sabiamente numa posição coberta e temos como única preocupação não ser apanhados em falta. É uma terceira forma de liberalismo.

Não obedecemos a ordens, colocamos as nossas opiniões pessoais acima de tudo. Não esperamos senão atenções por parte da organização e repelimos a disciplina desta. Eis uma quarta forma de liberalismo.

Em vez de refutar e combater as opiniões erradas, no interesse da união, do progresso e da boa realização do trabalho, entregamo-nos a ataques pessoais, buscamos questões, desafogamos o nosso ressentimento e procuramos vingar-nos. Eis a quinta forma de liberalismo. Escutamos opiniões erradas sem elevarmos uma objecção e deixamos até passar, sem informar sobre elas, expressões contra-revolucionárias, ouvindo-as passivamente, como se de nada se tratasse. É uma sexta forma de liberalismo.

Quando nos encontramos entre as massas, não fazemos propaganda nem agitação, não usamos da palavra, não investigamos, não fazemos perguntas, não tomamos a peito a sorte do povo e ficamos indiferentes, esquecen-

do-nos de que somos comunistas e comportando-nos como um cidadão qualquer. É uma sétima forma de liberalismo.

Vemos que alguém comete actos prejudiciais aos interesses das massas e não nos indignamos, não o aconselhamos nem obstamos à sua acção, não tentamos esclarecê-lo sobre o que faz e deixamo-lo seguir. Essa é uma oitava forma de liberalismo.

Não trabalhamos seriamente, mas apenas para cumprir formalidades, sem plano e sem orientação determinada, vegetamos — “enquanto for sacristão, contentar-me-ei com tocar os sinos”. Essa é uma nona forma de liberalismo.

Julgamos ter prestado grandes serviços à revolução e damo-nos ares de veteranos; somos incapazes de fazer grandes coisas mas desdenhamos as tarefas pequenas; relaxamo-nos no trabalho e no estudo. Eis uma décima forma de liberalismo.

Cometemos erros, damo-nos conta deles mas não queremos corrigi-los, dando assim uma prova de liberalismo com relação a nós próprios. Eis a décima primeira forma de liberalismo.

Poderiam citar-se outros exemplos mais, mas os onze acima indicados são os principais. Todos eles constituem manifestações do liberalismo.

O liberalismo é extremamente prejudicial nas colectividades revolucionárias. E um corrosivo que mina a unidade, afrouxa a coesão, engendra a passividade e provoca dissensões. Priva as fileiras revolucionárias duma organização sólida e duma disciplina rigorosa, impede a aplicação integral da linha política e separa as organi-

zações do Partido das massas populares colocadas sob a direcção deste. É uma tendência extremamente perniciosa.

A origem do liberalismo está no egoísmo da pequena burguesia, que põe em primeiro lugar os seus interesses pessoais, relegando para segundo plano os interesses da revolução. É dela que nasce o liberalismo ideológico, político e de organização.

Os liberais consideram os princípios do Marxismo como dogmas abstractos. Aprovam o Marxismo mas não estão dispostos a pô-lo em prática, ou a pô-lo integralmente em prática; não estão dispostos a substituir o liberalismo pelo Marxismo. Armam-se tanto dum como doutro: falam de Marxismo mas praticam liberalismo; aplicam o primeiro aos outros e o segundo a si próprios. Levam os dois na bagagem e encontram uma aplicação para cada um. É assim que pensam certos indivíduos.

O liberalismo é uma manifestação do oportunismo e está em conflito radical com o Marxismo. O liberalismo é a passividade. Objectivamente, serve o inimigo. É por essa razão que o inimigo se regozija quando o conservamos nas nossas fileiras. Tal é a natureza do liberalismo. Não deve pois haver lugar para ele nas fileiras da revolução.

Penetrados do espírito activo do Marxismo, devemos vencer a passividade do liberalismo. Um comunista deve ser aberto, fiel e activo, colocar os interesses da revolução acima da sua própria vida e subordinar os interesses pessoais aos interesses da revolução. Em todos os momentos, seja onde for que se encontre, ele deve ater-se aos princípios justos e travar uma luta sem tréguas contra

todas as ideias e acções erradas, de modo a consolidar a vida colectiva do Partido e reforçar os laços existentes entre este e as massas; um comunista deve preocupar-se mais com o Partido e as massas do que com os seus interesses pessoais, e atender mais aos outros do que a si próprio. Só quem actua assim pode ser considerado comunista.

Todos os comunistas fiéis, abertos, activos e honestos, devem unir-se para lutar contra as tendências liberais de certos indivíduos entre nós, e conseguir chamá-los ao bom caminho. Essa é uma das nossas tarefas na frente ideológica.

TAREFAS URGENTES APÓS O  
ESTABELECIMENTO DA  
COOPERAÇÃO ENTRE O  
KUOMINTANG E O PARTIDO  
COMUNISTA

(29 de Setembro de 1937)

Já em 1933, o Partido Comunista da China tinha publicado uma declaração afirmando-se pronto a concluir, com qualquer das unidades do exército do Kuomintang, um acordo de resistência ao Japão, na base de três condições: que os ataques ao Exército Vermelho cessassem, as liberdades fossem garantidas às massas populares e estas fossem armadas. Essa declaração foi feita porque, após o Incidente de 18 de Setembro de 1931, a resistência à invasão imperialista japonesa tinha-se convertido na tarefa primordial do povo chinês. Não obstante, o objectivo que visávamos não foi alcançado.

Em Agosto de 1935, o Partido Comunista da China e o Exército Vermelho chinês apelaram para que todos os partidos políticos, grupos políticos e compatriotas por todo o país formassem um exército unido anti-japonês e um governo de defesa nacional, com vistas à luta em comum contra o imperialismo japonês<sup>1</sup>. Em Dezembro

desse ano, o Partido Comunista adoptou uma resolução<sup>2</sup> sobre a formação duma frente única nacional anti-japonesa com a burguesia nacional. Em Maio de 1936, o Exército Vermelho publicou um telegrama<sup>3</sup> em que pedia que o governo de Nanquim acabasse com a guerra civil e fizesse causa comum contra o Japão. Em Agosto desse ano, o Comité Central do Partido Comunista da China dirigiu uma carta ao Comité Executivo Central do Kuomintang, pedindo-lhe a cessação da guerra civil e a formação duma frente única dos dois partidos, a fim de se lutar em comum contra o imperialismo japonês<sup>4</sup>. Em Setembro desse mesmo ano, o Partido Comunista adoptou uma resolução<sup>5</sup> sobre a implantação duma república unida e democrática na China. Além da declaração, do telegrama aberto, da carta e da resolução, nós enviámos, por várias vezes, delegações para conversações com os kuomintanistas mas, mesmo assim, tudo foi em vão. Só em fins de 1936, quando do Incidente de Si-an, é que um plenipotenciário do Partido Comunista da China pôde, com o responsável principal do Kuomintang, chegar a um acordo sobre esse ponto de importância política vital na altura, a saber, a cessação da guerra civil entre os dois partidos, conseguindo-se uma solução pacífica do Incidente de Si-an. Isso constituiu um grande acontecimento na história da China e forneceu uma condição prévia indispensável para o restabelecimento da cooperação entre os dois partidos.

A 10 de Fevereiro deste ano, o Comité Central do Partido Comunista da China enviou um telegrama<sup>6</sup> à Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang, nas vésperas da própria sessão, fazendo

propostas completas sobre o estabelecimento duma cooperação concreta entre os dois partidos. No telegrama pedia-se que o Kuomintang desse, ao Partido Comunista, garantias sobre os cinco pontos seguintes: cessação da guerra civil, realização das liberdades democráticas, convocação duma assembleia nacional, preparação urgente para resistir ao Japão e melhoria das condições de vida do povo. Por seu turno, o Partido Comunista dava garantias ao Kuomintang a respeito dos quatro pontos seguintes: liquidação da situação de antagonismo entre os dois poderes políticos, nova denominação para o Exército Vermelho, aplicação do sistema de democracia nova nas bases de apoio revolucionárias e suspensão do confisco das terras dos senhores de terras. Esse era, igualmente, um passo político importante, uma vez que, sem isso, ficava fatalmente retardado o estabelecimento da cooperação entre os dois partidos, o que seria de todo prejudicial aos preparativos urgentes de resistência ao Japão.

A partir daí, os dois partidos aproximaram-se um passo mais nas negociações. Então, o Partido Comunista fez propostas ainda mais concretas sobre a questão do programa político comum aos dois partidos, sobre a anulação da interdição dos movimentos de massas e sobre a libertação dos presos políticos, bem como sobre o problema da nova designação a dar ao Exército Vermelho. Se bem que não se tenha ainda proclamado o programa comum, anulado a interdição do movimento de massas ou reconhecido o regime novo próprio às bases de apoio revolucionárias, cerca de um mês após a queda de Pepim e Tientsim foi emitida a ordem por força da qual o Exér-

cito > Vermelho passou a denominar-se VIII Exército do Exercito Revolucionário Nacional (também chamado XVIII Grupo de Exércitos na ordem de batalha da frente anti-japonesa). A declaração do Comité Central do Partido Comunista da China sobre o estabelecimento da cooperação entre os dois partidos, comunicada ao Kuomintang logo no dia 15 de Julho, e a declaração de Tchiang Kai-chek reconhecendo estatuto legal ao Partido Comunista da China, que, tal como se acordou, deviam ser publicadas simultaneamente, foram finalmente tornadas públicas (por desgraça só depois dum longo prazo de espera) pela Agência Central de Notícias do Kuomintang, em 22 e 23 de Setembro, respectivamente, quando a situação na frente se tornou crítica. A declaração do Partido Comunista e a declaração de Tchiang Kai-chek anunciaram o estabelecimento da cooperação entre os dois partidos e lançaram as bases necessárias à grande causa da salvação nacional através da aliança entre os dois partidos. A declaração do Partido Comunista não representa apenas o princípio da unidade entre os dois partidos, ela é, igualmente, o princípio fundamental da grande unidade do povo da totalidade do país. Foi bom que, na sua declaração, Tchiang Kai-chek tivesse reconhecido estatuto legal ao Partido Comunista por toda a China e sublinhado a necessidade de unidade para a salvação da nação. Como Tchiang Kai-chek não abandonou a arrogância kuomintanista nem fez a autocrítica que se impunha, nós não podemos sentir-nos satisfeitos. Seja como for, a Frente Única entre os dois partidos foi proclamada. Isso representa um novo começo na história da revolução chinesa, exercerá uma vasta e pro-

funda influência na revolução chinesa e desempenhará um papel decisivo na derrota do imperialismo japonês. É já desde 1924 que as relações entre o Kuomintang e o Partido Comunista vêm desempenhando um papel decisivo na revolução chinesa. A Revolução de 1924-1927 fez-se depois que se estabeleceu a cooperação entre os dois partidos, com base num programa definido, e, em dois ou três anos apenas, foram alcançados grandes resultados nessa revolução nacional, revolução a que o Dr. Sun Yat-sen consagrara quarenta anos de vida sem que no entanto a tivesse podido concluir. Esses êxitos foram a fundação da base revolucionária do Cuantum e a vitória da Expedição do Norte. Tal foi o resultado do estabelecimento da Frente Única entre os dois partidos. No preciso momento em que a revolução se aproximava do triunfo, porém, uns quantos indivíduos, que não souberam sustentar a causa revolucionária, romperam a Frente Única, determinando o fracasso da revolução e abrindo as portas à agressão estrangeira. Isso foi uma consequência da ruptura da Frente Única dos dois partidos. Agora, a Frente Única que os dois partidos voltaram a formar iniciou um novo período na revolução chinesa. Não obstante, há quem ainda não compreenda a tarefa histórica da Frente Única, o grande futuro desta, vendo-a como pura medida provisória, formal, adoptada sob pressão das circunstâncias. E, no entanto, há-de ser por meio dessa Frente Única que a roda da história vai empurrar para diante, para um estádio inteiramente novo, a revolução chinesa. O poder ou não a China ultrapassar a crise nacional e social, agora tão grave, é facto que depende do modo como se desenvolverá a Frente Única.

Existem já frescas provas de que as perspectivas são positivas. Primeiro, assim que foi formulada pelo Partido Comunista da China, a política de frente única obteve a aprovação do povo por todo o país. Isso é uma clara expressão do querer do povo. Segundo, logo a seguir à solução pacífica do Incidente de Si-an e à cessação da guerra civil entre os dois partidos, a totalidade dos partidos e grupos políticos, dos indivíduos pertencentes aos diferentes sectores da população e todas as forças armadas do país realizaram um grau de unidade sem precedentes. Mas essa unidade ainda é muito deficiente para poder responder às necessidades da resistência ao Japão, sobretudo porque, na questão da unidade entre o governo e o povo, não se chegou ainda a uma solução de base. Terceiro, e mais do que tudo, o facto de já ter começado a Guerra de Resistência contra o Japão em escala nacional. Não estamos satisfeitos com a Guerra de Resistência no seu actual estágio porque, embora nacional no carácter, ela ainda se limita ao governo e às forças armadas. Ora, como já anteriormente havíamos sublinhado, essa resistência não pode derrotar o imperialismo japonês. Seja como for, pela primeira vez em cem anos, a China está finalmente a oferecer resistência à escala nacional a um invasor estrangeiro, facto que jamais teria podido dar-se sem paz interna e cooperação entre os dois partidos.

Os agressores japoneses foram capazes de ocupar as quatro províncias do Nordeste sem fazer um único disparo quando foi rota a Frente Única entre os dois partidos, mas hoje, com a Frente Única restabelecida, não poderão voltar a ocupar a menor parcela do território chinês sem

que paguem um preço ao longo de sangrentas batalhas. Quarto, verifica-se uma repercussão no exterior. A proposta de frente única anti-japonesa formulada pelo Partido Comunista da China conquistou o apoio das grandes massas de operários e camponeses, bem como dos Partidos Comunistas por todo o mundo. Com o estabelecimento da cooperação entre o Kuo-mintang e o Partido Comunista, os povos dos distintos países, sobretudo o da União Soviética, vão ajudar mais activamente a China. A China e a União Soviética concluíram um pacto de não agressão<sup>7</sup> e pode esperar-se que as relações entre os dois países se desenvolvam ainda mais. Por todas essas provas podemos afirmar, com segurança, que o desenvolvimento da Frente Única conduzirá a China ao futuro brilhante e grandioso que é a derrota do imperialismo japonês e o estabelecimento duma república unida e democrática.

Mas a Frente Única não poderá cumprir essa colossal tarefa se permanecer no estágio actual. Há que desenvolver ainda mais a Frente Única dos dois partidos. Com efeito, no estágio actual, a Frente Única não se apresenta ainda com base ampla e consolidada.

Deverá porventura a Frente Única Nacional Anti-Japonesa limitar-se ao Kuomintang e ao Partido Comunista? Não, ela deve ser uma frente única da totalidade da nação, com os dois partidos a constituírem-lhe apenas uma das partes. Deve ser uma frente única de todos os partidos e grupos políticos, da totalidade dos indivíduos dos diferentes sectores da população e de todas as forças armadas, uma frente única de todos os patriotas — operários, camponeses, soldados, intelectuais

e homens de negócios. Não obstante, a Frente Única tem estado de facto confinada aos dois partidos; as grandes massas de operários, camponeses, soldados, pequena burguesia urbana e grande número de outros patriotas não foram ainda chamadas à acção, mobilizadas, organizadas e armadas. Isso constitui o problema mais sério do momento. E o problema é sério porque impossibilita a conquista da vitória na frente de combate. Não se pode mais esconder a situação crítica existente na frente de combate do Norte da China e das províncias Quiansu e Tche-quiam, nem há, aliás, qualquer necessidade de agir assim. A questão é saber como se salvará a situação. A única via de salvação é pôr em prática o testamento do Dr. Sun Yat-sen. é “despertar as massas populares”. No testamento que ditou do leito de morte, o Dr. Sun declarou estar inteiramente convencido, pela experiência acumulada em quarenta anos, de que só desse modo se poderia atingir o objectivo da revolução. Que motivo pode pois haver para rejeitar obstinadamente a aplicação desse testamento? Que motivo pode haver para não se tomar essa decisão, neste momento em que o próprio destino da nação está em jogo? Toda a gente sabe que o autoritarismo e a repressão vão contra o princípio de “despertar as massas populares”. Em caso nenhum uma resistência realizada apenas pelo governo e pelo exército poderá derrotar o imperialismo japonês. Já em Maio deste ano nós advertimos num alto brado a direcção kuomintanista de que, a não ser no caso de as massas populares serem mobilizadas para a resistência, a China seguiria o mesmo caminho desastroso seguido pela Abissínia. E isso foi dito tanto pelos comunistas chi-

neses como por muitos compatriotas progressistas em todo o país, bem como por muitos membros com visão no próprio seio do Kuomintang. Não obstante, a política de direcção autoritária continua sem modificações. Em resultado disso, o governo está desligado do povo, o exército desligado das massas e o comando militar desligado dos soldados. A menos que a Frente Única seja reforçada através dum participação das massas, a crise nas frentes de combate resultará infalivelmente agravada, não se atenuará.

A actual Frente Única Anti-Japonesa necessita ainda dum programa político que substitua a política autoritária do Kuomintang, um programa a-provado por ambos os partidos e publicado oficialmente. Com relação às massas, o Kuomintang continua as mesmas práticas que seguiu nos dez últimos anos, não houve mudanças, no conjunto tudo ficou como nestes dez anos, tanto o aparelho de governo, sistema de exército e política frente à população civil, como a política financeira, económica e de educação. É certo que se registaram também mudanças, e bem grandes — a cessação da guerra civil e a unidade contra o Japão. Os dois partidos acabaram com a guerra civil e começou a Guerra de Resistência contra o Japão em escala nacional, o que foi uma enorme mudança, na cena política chinesa, desde o Incidente de Si-an. Mas o que não houve foi mudança nas práticas referidas atrás, existindo assim uma desarmonia entre aquilo que sofreu mudanças e aquilo que não mudou. As velhas práticas só convêm ao compromisso no exterior e à repressão da revolução no interior, mostram-se inadequadas em todos os aspectos e revelam toda a sua

inconveniência quando se tem de fazer face ao ataque imperialista japonês. As coisas seriam distintas se não quiséssemos resistir ao Japão, mas como queremos, como a resistência já começou e já se revelou uma crise grave, a recusa em passar a novos caminhos conduzirá a perigos muito graves que nem podemos imaginar. A resistência ao Japão requer uma frente única de base ampla, devendo por isso mobilizar-se a totalidade do povo para que adira a tal frente. A resistência ao Japão exige uma frente única con-solidada, e isso implica um programa comum. O programa comum será um guia de acção da Frente Única e servirá também de laço, de amarra a unir apertadamente todas organizações e indivíduos na Frente Única, todos os partidos e grupos políticos, todos os indivíduos dos diferentes sectores da população e todas as forças armadas. Só assim se tornará possível falar de unidade firme. Somos contra as velhas amarras porque elas não convêm à guerra revolucionária nacional. Nós esperamos o estabelecimento de amarras novas que substituam as antigas, quer dizer, a promulgação dum programa comum e a instauração duma ordem revolucionária. Nada diferente disso convêm à Guerra de Resistência contra o Japão.

O que é que deve constituir o programa comum? Os Três Princípios do Povo do Dr. Sun Yat-sen e o Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria<sup>8</sup>, proposto pelo Partido Comunista, em 25 de Agosto deste ano.

Na declaração que anunciou a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, o Partido Comunista da China declarou que “sendo os Três Princípios do

Povo do Dr. Sun Yat-sen aquilo de que a China necessita hoje, o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização”. Algumas pessoas acharam estranho que o Partido Comunista estivesse pronto a pôr em prática os Três Princípios do Povo kuomintanistas. Por exemplo, Tchu Tsim-lai<sup>9</sup>, de Xangai, expressou as suas dúvidas num periódico local. Pensam que o comunismo e os Três Princípios do Povo são incompatíveis. É uma abordagem puramente formal. O comunismo será estabelecido num estádio do desenvolvimento futuro da revolução. No estádio presente, os comunistas não alimentam ilusões sobre a possibilidade de realizá-lo, apenas hão-de realizar a revolução nacional e a revolução democrática que a História define. Essa é a razão fundamental por que o Partido Comunista propôs uma frente única nacional e uma república unida e democrática. Quanto aos Três Princípios do Povo., o Partido Comunista e o Kuomintang, no I Congresso Nacional do Kuomintang, decidiram conjuntamente pôr esses princípios em prática durante a primeira frente única dos dois partidos, já lá vão mais de dez anos, sendo os princípios aplicados de 1924 a 1927, em extensas regiões do país, graças\* aos esforços de todos os comunistas, que são leais, e de todos os membros leais do Kuomintang. Infelizmente, essa frente única foi rota em 1927 e, nos dez anos seguintes, o Kuomintang opôs-se à aplicação dos Três Princípios do Povo. Pelo que se refere ao Partido Comunista, todas as suas medidas políticas nestes dez anos estiveram essencialmente de acordo com o espírito revolucionário dos Três Princípios do Povo e das Três Grandes Políticas do Dr. Sun Yat-sen. Não houve

um só dia em que o Partido Comunista não desse combate ao imperialismo, o que representa uma aplicação integral do princípio do nacionalismo; a ditadura democrática operário-camponesa não era outra coisa senão a aplicação integral do princípio da democracia; e a Revolução Agrária constitui uma aplicação integral do princípio do bem-estar do povo. Mas por que será que o Partido Comunista anunciou agora a abolição da ditadura democrática operário-camponesa e a suspensão do confisco das terras dos senhores de terras? Como explicámos há algum tempo, o motivo não foi o facto de haver algo errado a esse respeito, mas sim o facto de a agressão armada dos imperialistas japoneses ter determinado uma mudança nas relações entre as classes do nosso país e, por consequência, ter tornado necessária a unidade entre todos os sectores sociais do país contra o imperialismo japonês, e ainda por ter criado a possibilidade disso. O estabelecimento duma frente única antifascista para a luta comum contra o fascismo é tanto necessário como possível, não apenas na China mas em todo o mundo. Assim, nós somos pelo estabelecimento duma frente única nacional e democrática na China. Foi nessa base que propusemos a república democrática assente na aliança de todos os sectores da população, em substituição da ditadura democrática operário-camponesa. A Revolução Agrária pôs em prática o princípio de “a terra para os que a trabalham”, que é precisamente a política que o Dr. Sun Yat-sen propunha. Se agora a suspendemos foi apenas para unir um maior número de gente contra o imperialismo japonês, não significa que a China não tenha necessidade de solucionar o problema

da terra. Nós já expusemos inequivocamente a nossa posição sobre as causas objectivas dessas mudanças em política, bem como dos respectivos momentos de realização. Foi justamente porque, baseado nos princípios do Marxismo, o Partido Comunista aderiu sempre, e desenvolveu, o programa comum da primeira frente única entre o Kuomintang e o Partido Comunista — os Três Princípios do Povo revolucionários — que, nesta hora de crise nacional em que o País é invadido por um poderoso agressor, o Partido se viu capaz de formular a oportuna proposta de frente única nacional e democrática, única política que pode salvar a Nação, e aplicá-la com continuado esforço. A questão, agora, não é pois saber se é ou não o Partido Comunista quem acredita e aplica os Três Princípios do Povo revolucionários, mas sim saber se o Kuomintang faz ou não faz isso. A tarefa actual consiste em voltar a implantar o espírito revolucionário dos Três Princípios do Povo do Dr. Sun Yat-sen por todo o país e, nessa base, definir um programa e uma política, e pô-los em prática sinceramente, não com reservas, conscienciosamente, não na aparência, prontamente, não com atrasos. É o Partido Comunista quem tem estado a desejar, dia e noite, ardentemente, que isso aconteça. Foi por isso que o Partido Comunista formulou o Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria, após o Incidente de Luouquiaio. O Programa em Dez Pontos está tanto de acordo com o Marxismo como com os genuínos Três Princípios do Povo revolucionários. É um programa inicial, um programa para a revolução chinesa no estádio actual, estádio de guerra revolucionária nacional anti-japonesa. A China só

podará salvar-se no caso de aplicar-se esse programa. A História punirá todos os que permanecerem contrários a tal programa.

É impossível aplicar por todo o país esse programa sem o consentimento do Kuomintang, uma vez que este ainda é o maior partido existente na China, e é quem está no poder. Mas nós acreditamos que um dia virá em que os kuomintanistas com visão ficarão de acordo com tal programa, já que, se o não fizerem, os Três Princípios do Povo permanecerão eternamente uma frase vazia, sendo impossível restaurar-se o espírito revolucionário do Dr. Sun Yat--sen, impossível derrotar o imperialismo japonês e impossível evitar a conversão do povo chinês em escravo duma potência estrangeira. Nenhum kuomintanista realmente avisado pode desejar que isso aconteça, nem o nosso povo olharia com indiferença a sua própria conversão em escravo. Aliás, na declaração de 23 de Setembro o Sr. Tchiang Kai-chek afirmou:

“Sou de opinião que nós, os que estamos pela revolução, devemos pôr de parte os rancores e preconceitos de ordem pessoal e devotar-nos à realização dos Três Princípios do Povo. Nesta grave conjuntura de vida ou morte, mais do que nunca devemos esquecer o passado e, juntamente com a totalidade da nação, começar tudo de novo e trabalhar activamente pela unidade, a fim de se preservar a vida, a existência do nosso país.”

É inteiramente correcto. Actualmente, a tarefa urgente é lutar pela realização dos Três Princípios do Povo, afastar os preconceitos de ordem pessoal e de facção, abandonar as velhas práticas, realizar de imediato um programa revolucionário em acordo com os Três Princípios do Povo,

e começar tudo de novo, juntamente com a totalidade da nação. Esse é hoje o único caminho. Se se atrasarem mais as coisas, depois será tarde para arrependimentos. Para a realização dos Três Princípios do Povo e do Programa em Dez Pontos, porém, são necessários instrumentos, e isso levanta o problema da reforma do governo e do exército. O governo actual continua a ser a ditadura kuomintanista de um só partido, não é o governo de frente única nacional e democrática. Na ausência dum governo de frente única nacional e democrática, é impossível realizar tanto os Três Princípios do Povo como o Programa em Dez Pontos. O actual sistema de exército do Kuomintang continua a ser o sistema antigo, sendo impossível derrotar o imperialismo japonês com tropas organizadas segundo esse sistema. As tropas estão agora empenhadas na resistência e nós sentimos por todas elas um elevado respeito e admiração, em especial pelas que actuam na frente de combate. Mas as lições da Guerra de Resistência nos últimos três meses demonstram que o sistema de exército do Kuomintang precisa de ser mudado, uma vez que se revela inadequado à tarefa de derrotar por completo os agressores japoneses e realizar com êxito os Três Princípios do Povo e o programa revolucionário. A mudança deve basear-se nos princípios de unidade entre os oficiais e soldados e unidade entre o exército e o povo. O actual sistema de exército do Kuomintang é fundamentalmente oposto a esses dois princípios. Ele impede que a massa de oficiais e soldados dê o melhor, não obstante a sua lealdade e coragem, razão por que se deve começar imediatamente tudo de novo, no sentido de reformar-se o sistema. Mas

isso não significa que a luta deva parar, à espera da reforma, pois o sistema pode ser reformado ao mesmo tempo que prosseguem os combates. Aqui, a tarefa central é realizar uma mudança no espírito político do exército e no trabalho político deste. O Exército Revolucionário Nacional do tempo da Expedição do Norte constitui um admirável precedente, na medida em que, dum modo geral, estabeleceu uma unidade entre oficiais e soldados e entre exército e povo. É absolutamente necessário fazer reviver o espírito dessa época. A China devia aprender com as lições da guerra de Espanha, onde se forjou um exército republicano em circunstâncias extremamente desfavoráveis. A China encontra-sc numa situação melhor que a da Espanha, mas carece duma frente única de base ampla e consolidada, falta-lhe um governo de frente única capaz de realizar integralmente o programa revolucionário, bem como um grande número de tropas organizadas segundo um novo sistema. A China deve reparar todas essas faltas. Relativamente à Guerra de Resistência no seu conjunto, o Exército Vermelho dirigido pelo Partido Comunista só pode, no momento, desempenhar um papel de vanguarda, não pode desempenhar um papel decisivo em escala nacional. Não obstante, os seus méritos políticos, militares e de organização são dignos de servir de modelo aos exércitos amigos por todo o país. No início, o Exército Vermelho não era o que é hoje; ele registou também muitas reformas, de que as principais foram a eliminação do que havia de feudal no seu próprio seio e a aplicação dos princípios de unidade entre oficiais e soldados e entre exército e povo. Essa experiência pode servir de modelo para os exérci-

tos amigos em todo o nosso país.

Camaradas anti-japoneses do Kuomintang, partido actualmente no poder! neste momento nós partilhámos convosco a responsabilidade de arrancar da morte a Nação, de garantir-lhe a sobrevivência. Vocês formaram já, connosco, a Frente Única Anti-japonesa. Isso é muito bom. E começaram a resistir ao Japão. Isso é igualmente muito bom. Contudo, nós não aprovamos o facto de manterem, segundo a velha via, o resto da vossa política. Nós temos todos o dever de desenvolver e\* ampliar a Frente Única e fazer ingressar nela as massas populares. É necessário consolidar a Frente Única e aplicar um programa comum. Há que decidir-se pela mudança resoluta dos sistemas político e mi-litar. É absolutamente necessário formar o novo governo, o único que pode aplicar o programa revolucionário e iniciar a reforma dos exércitos em escala nacional. Esta nossa proposta responde às necessidades da época. Muita gente do vosso partido também sente que é agora a altura para pô-la em prática. No seu tempo, o Dr. Sun Yat--sen decidiu-se pela reforma dos sistemas político e militar, lançando assim as bases da Revolução de 1924-1927. Hoje, a responsabilidade por reformas semelhantes cai sobre os vossos ombros. Cremos que nenhum kuomintanista leal e patriota considera a nossa proposta inadequada às exigências da situação. Nós estamos firmemente convencidos que ela responde às necessidades objectivas. O destino da nação está em jogo — que o Kuomintang e o Partido Comunista se unam estreitamente! Que todos os compatriotas que se recusam a ser escravos se unam estreitamente na base da unidade entre o Kuomintang

e o Partido Comunista! Hoje, a tarefa urgente da revolução chinesa é proceder a todas as reformas necessárias à superação das dificuldades. Quando essa tarefa estiver cumprida poderemos seguramente derrotar o imperialismo japonês. Se despendermos todos os esforços, o nosso futuro revelar-se-á brilhante.

## NOTAS

1 Ver “As Tarefas do Partido Comunista da China no Período da Resistência ao Japão”, nota 2, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

2 Ver “As Tarefas do Partido Comunista da China no Período da Resistência ao Japão”, nota 3, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

3 Ver “As Tarefas do Partido Comunista da China no Período da Resistência ao Japão”, nota 4, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

4 Ver “Declaração a propósito duma Declaração de Tchiang Kai-chek”, nota 7, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

5 Ver “As Tarefas do Partido Comunista da China no Período da Resistência ao Japão”, nota 6, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

6 Ver “As Tarefas do Partido Comunista da China no Período da Resistência ao Japão”, nota 7, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

7 “Tratado de Não Agressão entre a República da China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”, concluído a 21 de Agosto de 1937.

8 Ver “Lutar pela Mobilização de Todas as Forças para a Vitória da Guerra de Resistência”.

9 Tchu Tsim-lai, um dos cabecilhas do Partido Nacional Socialista (pequena camarilha organizada por reaccionários — senhores de terras, burocratas e grande burguesia), convertido mais tarde em membro do governo traidor de Uam Tsim-vei.

ENTREVISTA COM  
O JORNALISTA INGLÊS  
JAMES BERTRAM

(25 de Outubro de 1937)

O PARTIDO COMUNISTA DA CHINA E A  
GUERRA DE RESISTÊNCIA CONTRA  
O JAPÃO

James Bertram: Que posição concreta adoptou o Partido Comunista da China, antes e depois do rebentamento da Guerra Si no-Japonesa?

Mao Tsetung: Antes que a guerra rebentasse, o Partido Comunista da China advertiu repetidas vezes a totalidade da nação que a guerra com o Japão era inevitável e o palavreado dos imperialistas japoneses sobre a “solução pacífica”, bem como todas as frases bonitas dos diplomatas japoneses, constituía apenas uma granada de fumos destinada a dissimular os seus preparativos de guerra. Repetidamente sublinhámos que uma guerra vitoriosa de libertação nacional não podia fazer-se sem o reforço da Frente Única e a adopção duma política revolucionária. O ponto de maior importância nessa política revolucionária era que o governo chinês devia proceder a reformas democráticas, para mobilizar a totalidade do povo no sentido da adesão à frente anti-japonesa.

Repetidamente sublinhámos o erro dos que acreditavam nas “garantias de paz” japonesas e pensavam que a guerra podia evitar-se, tanto como o dos que acreditavam na possibilidade de resistir--se ao invasor japonês sem mobilização das massas. O próprio rebentamento e desenrolar da guerra provaram que as nossas opiniões estavam correctas. No dia seguinte ao Incidente de Lucouquiao, o Partido Comunista dirigiu um manifesto à nação inteira, apelando para que todos os partidos e grupos políticos e todas as camadas da população opusessem, em comum, uma resistência à agressão japonesa e reforçassem a Frente Única Nacional. Pouco tempo depois publicámos o “Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria”, onde definimos a política que o governo chinês devia adoptar na Guerra de Resistência contra o Japão. E ao estabelecer-se a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista fizemos uma outra declaração importante. Tudo isso prova a nossa firme adesão ao princípio de que é necessário reforçar a Frente Única e adoptar uma política revolucionária, para fazer-se a Guerra de Resistência. No período actual, a nossa palavra de ordem fundamental é “Resistência geral da totalidade da nação”.

#### A SITUAÇÃO DA GUERRA DE RESISTÊNCIA CONTRA O JAPÃO E AS RESPECTIVAS LIÇÕES

Pergunta: Em sua opinião, quais foram, até hoje, os resultados da guerra?

Resposta: Há dois aspectos que são principais. Por um

lado, com a captura de cidades, ocupações de território, violações, pilhagem, incêndios e massacre, os imperialistas japoneses acabaram por colocar o povo chinês face a face com o perigo de subjugação nacional. Por outro lado, a maioria do povo chinês acabou por ficar profundamente convencida de que a crise não pode ser vencida sem uma unidade ainda mais estreita e sem a resistência da totalidade da nação. Ao mesmo tempo, a guerra fez com que, no mundo, os países que amam a paz começassem a tornar-se conscientes da necessidade de resistir à ameaça japonesa. Tais foram até hoje os resultados da guerra.

Pergunta: Quais pensa serem os objectivos japoneses e até que ponto foram eles atingidos?

Resposta: O plano japonês consiste em ocupar o Norte da China e Xangai, numa primeira fase, e, depois, ocupar as outras regiões da China. Quanto à medida em que realizaram já o seu plano, os agressores japoneses ocuparam em pouco tempo as três províncias de Hopei, Tchahar e Sui-ian, e ameaçam agora gravemente o Xansi. Isso aconteceu porque, até aqui, a resistência da China tem sido confinada à resistência exclusiva do governo e do exército. Essa situação crítica só poderá ultrapassar-se com a resistência conjunta das massas populares e do governo. \*

Pergunta: E terá, em sua opinião, conseguido já a China quaisquer resultados na Guerra de Resistência? E no caso de haver lições a tirar, quais são essas lições?

Resposta: Sobre essa questão eu preferiria pro-nunciar-me com algum detalhe. Antes de mais, tem havido resultados, e grandes, como pode ver--se pelo seguinte:

i) Desde que começou a agressão imperialista à China, nunca se verificou algo comparável à actual Guerra de Resistência contra o Japão. Do ponto de vista geográfico, trata-se realmente duma guerra que envolve a totalidade do país. E essa guerra é revolucionária por natureza. 2) A guerra transformou o país desunido num país relativamente unido. E a base dessa unidade é a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista. 3) A guerra beneficia da simpatia da opinião pública mundial; os que antes desprezavam a China, porque não resistia, passaram agora a respeitá-la pela resistência que opõe. 4) A guerra causou graves perdas aos agressores japoneses. A drenagem diária dos recursos destes parece ci-frar-se em vinte milhões de yuan japonês e as perdas humanas, embora não disponhamos já de todas as cifras, também são, sem dúvida, muito pesadas. Pode dizer-se que, se no passado os agressores japoneses ocuparam as quatro províncias do Nordeste com facilidade, praticamente sem qualquer esforço, sem levantar um braço, agora já não podem ocupar a menor parcela do território chinês sem que para isso tenham de travar sangrentas batalhas. Os agressores japoneses contavam saciar na China o seu enorme apetite, mas a resistência prolongada desta vai provocar o colapso do imperialismo japonês. A China não está pois a bater-se apenas pela própria salvação, ela bate-se também em cumprimento do alto dever que lhe cabe na frente anti-fascista mundial. Por aí se revela igualmente o carácter revolucionário da Guerra de Resistência contra o Japão. 5) Nós aprendemos algumas lições com a guerra, lições pagas com o nosso próprio sangue e território.

Quanto a lições, também há as que são muito importantes. Vários meses de resistência revelaram muitas das debilidades da China, sobretudo manifestas na esfera política. Embora envolva geograficamente o país inteiro, a guerra não tem sido nacional quanto à composição das forças que a fazem. Como no passado, as grandes massas populares são impedidas de participar pelo próprio governo, razão por que a actual guerra não é ainda uma guerra de massas. Enquanto não tiver um carácter de massas, a guerra contra a agressão imperialista japonesa não pode conquistar de modo algum a vitória. Alguns dizem que “a actual guerra já é uma guerra geral”, mas isso só é verdade enquanto significa que estão envolvidas extensas regiões do nosso território. Pelo que respeita à participação na guerra, esta ainda é parcial, na medida em que vem sendo realizada pelo governo, pelo exército, mas não pelo povo. Nisso está precisamente a causa principal das importantes perdas de território, bem como dos muitos^ reveses militares nestes últimos meses. Assim, embora a actual resistência seja revolucionária, o seu carácter revolucionário é incompleto porque ainda não é uma guerra de massas. Aí há também uma questão de unidade. Embora os partidos e grupos políticos da China estejam relativamente unidos, em comparação com o passado, a unidade ainda está longe daquilo que se necessita. Na sua maioria os presos políticos ainda não foram libertados nem a interdição dos partidos políticos inteiramente anulada. As relações entre governo e povo, entre exército e povo e entre oficiais e soldados, continuam muito más, registando-se uma divisão em vez de unidade. Essa é uma questão pri-

mordial. Enquanto tal questão não for resolvida não se pode sequer pensar em vitória na guerra. Além disso, as faltas militares constituem outra razão maior das nossas perdas em homens e território. Os combates travados foram passivos na maioria dos casos, dizendo em termos militares, foram combates de “pura defesa”. Jamais poderemos vencer batendo-nos dessa maneira. Para que se conquiste a vitória são necessárias medidas radicalmente diferentes das actuais, tanto no plano político como no militar. Essas são as lições que aprendemos.

Pergunta: Quais são então os indispensáveis requisitos prévios, políticos e militares?

Resposta: No plano político, primeiramente, o actual governo deve ser convertido num governo de frente única em que participem representantes do povo. Esse governo será simultaneamente democrático e centralizado e aplicará a política revolucionária conveniente. Segundo, devem garan-tir-se ao povo as liberdades de palavra, imprensa, reunião e associação, bem como o direito de pegar em armas contra o inimigo, para que a guerra ganhe um carácter de massas. Terceiro, as condições de vida do povo devem ser melhoradas por meio de medidas como a abolição dos impostos exorbitantes e das taxas múltiplas, redução das rendas e taxas de juro, efectivação da melhoria dc condições de vida para os operários, oficiais subalternos e soldados, tratamento preferencial às famílias dos militares que combatem os japoneses e assistência às vítimas das calamidades naturais, refugiados de guerra, etc. As finanças do governo devem basear-se no princípio da repartição racional das cargas, isto é, os que têm dinheiro contribuem com

dinheiro. Quarto, deve activar-se a po-lítica exterior. Quinto, deve reformar-se a política relativa à cultura e educação. Sexto, os traidores devem ser energeticamente reprimidos. Esta questão atingiu agora extrema gravidade: os traidores têm o campo livre, na frente de combate ajudam o inimigo e, na retaguarda, criam distúrbios, chegando alguns a posar dc anti-japoneses, ao mesmo tempo que denunciam como traidores e levam ao cárcere gente que é patriota. Uma repressão efectiva dos traidores só será possível quando o povo for livre para cooperar com o governo. No domínio militar, necessitam-se igualmente reformas completas, as mais importantes das quais são a substituição dos princípios de pura defesa, estratégica e táctica, pelo princípio do ataque activo; a transformação dos exércitos de tipo velho em exércitos de tipo novo; a substituição do método de recrutar pela força pelo método de despertar o povo para a frente de combate; a substituição do comando múltiplo pelo comando unificado; a substituição da indisciplina que divorcia o exército do povo pela disciplina consciente que proíbe a mais pequena violação dos interesses populares; a transformação da actual situação, em que o exercito regular se bate isoladamente, numa situação em que uma ampla guerra de guerrilhas é realizada pelo povo em coordenação com as acções do exército regular; etc, etc. Todos esses requisitos prévios, políticos e militares, estão inscritos no Programa em Dez Pontos que publicámos; conformam-se todos ao espírito dos Três Princípios do Povo, das Três Grandes Políticas e do testamento do Dr. Sun Yat-sen. Enquanto tais requisitos não forem preenchidos na prática, a guerra não pode ser

ganha. Pergunta: E o que faz o Partido Comunista no sentido da realização de tal programa?

Resposta: Nós consideramos que constitui tarefa nossa explicar incansavelmente a situação actual e unir-nos ao Kuomintang e a todos os partidos e grupos políticos patrióticos na luta para alargar e consolidar a Frente Única Nacional Anti-japonesa, mobilizar todas as forças e conquistar a vitória na Guerra de Resistência. A Frente Única Nacional Anti-Japonesa ainda se apresenta com um quadro muito limitado, havendo por isso que ampliá-la, quer dizer, “despertar as massas populares”, como recomenda o testamento do Dr. Sun Yat-sen, mobili-zando-as a partir da base, a fim de que participem nessa frente única. A consolidação da Frente Única significa a realização dum programa comum que vincule todos os partidos e grupos políticos. Nós estamos de acordo quanto à aceitação dos Três Princípios do Povo revolucionários do Dr. Sun Yat-sen, das suas Três Grandes Políticas e testamento, como programa comum da Frente Única de todos os partidos e grupos políticos e sectores da população. Até hoje, porém, esse programa não foi aceite por todos os partidos e grupos políticos, em particular o Kuomintang, que não reconheceu nem proclamou esse programa assim completo. O nacionalismo do Dr. Sun Yat--sen foi parcialmente posto em prática pelo Kuomintang, como se vê pela sua resistência ao Japão, mas o princípio da democracia e o do bem-estar do povo ainda não foram aplicados, daí resultando a grave crise actual no desenrolar da resistência. Agora que a guerra está tão intensa, já é tempo de o Kuomintang aplicar integralmente os Três Princípios

do Povo; depois, os arrependimentos de nada valerão. Constitui dever do Partido Comunista elevar a voz para, sem descanso, explicar e persuadir o Kuomintang e o conjunto da nação a esse respeito, de maneira que os genuínos Três Princípios do Povo revolucionários, as Três Grandes Políticas e o testamento do Dr. Sun sejam aplicados de forma completa, radical, por todo o país, e se amplie e consolide a Frente Única Nacional Anti-japonesa.

#### O VIII EXÉRCITO NA GUERRA DE RESISTÊNCIA CONTRA O JAPÃO

Pergunta: Poderia falar-me, por favor, desse VIII Exército que a tanta gente interessa — por exemplo, sobre a sua estratégia, tática e trabalho político?

Resposta: Na verdade já são muitas as pessoas que começam a interessar-se pela acção do Exército Vermelho, desde que este passou a chamar-se VIII Exército e avançou para a frente de combate. Dar-lhe-ei de seguida uma ideia geral sobre isso.

Começemos pela acção no campo de batalha. Estrategicamente, o VIII Exército tem Xansi como centro de operações. Como sabe, esse exército conquistou muitas vitórias, de que são exemplos a batalha de Pinsinquan, a recuperação de Tsimpim, Pinlu e Ninvu, a recuperação de Lai--iuan e Cuanlim, a captura de Tzitsinquan, o corte das três linhas principais de transporte das tropas japonesas (entre Tatom e Iemenquan, entre Vui-cien e Pinsinquan e entre Suocien e Ninvu), o assalto à re-

taguarda das forças japonesas no sul de Iemenquan, a recuperação, por duas vezes, de Pinsinquan e Iemenquan, bem como a recuperação recente de Quiu-iam e Tancien. As tropas japonesas que penetraram no Xansi estão estrategicamente cercadas pelo VIII Exército e outras forças chinesas. Podemos afirmar que as tropas japonesas não depararam-se com a mais tenaz das resistências no Norte da China. Se tentarem agir no Xansi como bem lhes apetecer, seguramente que esbarrarão com dificuldades maiores do que nunca.

Passemos à estratégia e à tática. Nós fazemos o que as outras forças chinesas não fizeram, quer dizer, operamos principalmente sobre os flancos e retaguarda do inimigo. Esse processo de combate é bem distinto da pura defesa frontal. Nós não estamos contra o emprego dum parte das forças em operações frontais, isso é necessário; mas as forças principais devem empregar-se contra os flancos do inimigo, adoptando-se táticas de cerco e movimento torneante, para atacar o inimigo com independência e autonomia, já que essa é a única via possível de preservação das nossas forças e liquidação das forças do inimigo. Além disso, o emprego de algumas das nossas forças armadas contra a retaguarda do inimigo revela-se particularmente eficaz, uma vez que rompe as linhas de transporte e as bases de apoio deste. As próprias forças frontais devem recorrer sobretudo ao “contra-assalto” e não às táticas de defesa pura. Uma razão importante dos reveses militares destes últimos meses foi o emprego de métodos de acção inadequados. Os métodos de combate adoptados actualmente pelo VIII Exército são aquilo que designamos por guerra de guerrilhas e guerra de

movimento realizadas com independência e autonomia. Em princípio, esses métodos são fundamentalmente os mesmos que adoptámos durante a guerra civil, mas há certas diferenças. Por exemplo, na etapa actual, a fim de facilitar o ataque de surpresa sobre os flancos e retaguarda do inimigo em áreas extensas, nós dividimos as nossas forças muito mais vezes do que as concentramos. Como, tomadas no conjunto, as forças armadas do país são numericamente fortes, algumas devem ser aplicadas na defesa frontal e outras dispersas para a realização de acções de guerrilhas, havendo no entanto que concentrar com frequência as forças principais contra os flancos do inimigo. Militarmente, o primordial é preservar-se a si próprio e destruir o inimigo, sendo necessário, para tal efeito, fazer guerra de guerrilhas e guerra de movimento com independência e autonomia, e evitar todas as táticas passivas e inflexíveis. Teremos a vitória na mão se os grandes efectivos fazem uma guerra de movimento, tendo o VIII Exército a apoiá-los com uma guerra de guerrilhas.

Agora o trabalho político. Outro traço altamente significativo e distintivo do VIII Exército é o seu trabalho político, que está guiado por três princípios fundamentais: primeiro, o princípio de unidade entre oficiais e soldados, significando liquidação das práticas feudais no exército, proibição de bater e insultar, instauração dum disciplina consciente e adopção dum tipo de vida em que oficiais e soldados compartilham alegrias e penas, em resultado do que o exército inteiro se encontra estreitamente unido. Segundo, o princípio de unidade entre exército e povo, o que significa a observação dum

disciplina que não tolera a mais pequena violação dos interesses populares, a realização duma propaganda entre as massas, a organização e o armamento das massas, a diminuição das cargas económicas destas e a repressão dos traidores e dos vende-pátrias, que prejudicam o exército e o povo, em resultado do que o exército se encontra estreitamente unido ao povo e é bem recebido por este em toda a parte. Terceiro, o princípio de desintegração das forças inimigas e tratamento clemente aos prisioneiros de guerra. A nossa vitória não depende apenas das operações militares, ela depende também da desintegração das forças do inimigo. As nossas medidas de desagregação das forças do inimigo e clemência no tratamento aos prisioneiros de guerra não deram ainda resultados palpáveis mas, no futuro, hão-de dá-los seguramente. Além disso, de acordo com o segundo dos três princípios referidos, o VIII Exército não recompleta os seus efectivos pela força, mas sim através do método muito mais eficaz que é a mobilização do povo a fim de que se aliste, voluntariamente, para a frente de combate. Com a perda de Hopei, Tchahar, Sui-iuan e parte de Xansi, nós não ficámos nada desencorajados, pelo contrário, lançámos resolutamente um apelo à totalidade do nosso exército para que se coordene com todos os exércitos amigos e combata encarnadamente, até ao fim, pela defesa de Xansi e recuperação dos territórios perdidos. O VIII Exército coordenará a sua acção com as demais forças chinesas e prosseguirá a resistência em Xansi. Isso há-de revelar-se muito importante para todo o curso da guerra, em especial para as acções no Norte da China. \*

Pergunta: Em sua opinião, essas qualidades do VIII Exército convêm também aos demais exércitos chineses?

Resposta: Convêm totalmente. Originariamente, o espírito das tropas do Kuomintang era em muito semelhante ao espírito que hoje reina no VIII Exército. Mas isso era em 1924-1927; nessa altura, o Partido Comunista da China e o Kuomintang cooperavam na organização de forças armadas de tipo novo, as quais, começando apenas com dois regimentos, reuniram à volta de si muitas outras tropas e conquistaram uma primeira vitória sobre Tchen Tchiom-mim. Essas forças desenvolveram--se posteriormente em corpo de exército e passaram a influenciar muitas mais tropas. Só nessa altura se tornou possível a Expedição do Norte. Um espírito novo prevalecia então entre tais forças. No conjunto, reinava a unidade entre oficiais e soldados e entre exército e povo, vivendo o exército imbuído desse espírito revolucionário de avançar corajosamente. Nessa época foi instituído no exército o sistema de representantes do Partido e departamentos políticos, sistema desconhecido até então na história da China, com o que mudou totalmente a fisionomia do exército. O Exército Vermelho de 1927, hoje VIII Exército, herdou e desenvolveu esse sistema. Impregnadas desse espírito novo, as forças armadas no período revolucionário de 1924-1927 empregaram, naturalmente, os métodos de combate correspondentes à sua visão política, não agindo de modo passivo nem sem flexibilidade, mas sim com iniciativa, flexibilidade e espírito ofensivo, razão por que saíram vitoriosas da Expedição do Norte. É de tropas desse tipo que necessitamos hoje

nos campos de batalha da Guerra de Resistência. E não é que necessitemos absolutamente delas aos milhões; basta-nos um núcleo dumas quantas centenas de milhares de homens assim para derrotarmos o imperialismo japonês. Nós temos em alto preço todos os exércitos do país pelo sacrifício heróico que fazem desde o começo da resistência, mas há lições que devem extrair-se das sangrentas batalhas que travaram.

Pergunta: Sendo a disciplina do exército japonês aquilo que é, acaso não vai revelar-se inoperante essa vossa política de clemência no tratamento dos prisioneiros de guerra? O comando japonês pode, por exemplo, matar os prisioneiros que vocês tenham posto em liberdade, ficando o exército japonês, no seu conjunto, sem compreender o significado da vossa política.

Resposta: Impossível. Quantos mais o comando inimigo matasse, tanto maior seria a simpatia dos soldados japoneses pelas forças chinesas. Factos desses não podem ser escondidos das massas de soldados. Nós perseveraremos nessa política. Não a modificaremos mesmo que, por exemplo, o exército japonês execute a sua declaração no sentido de passar ao emprego de gases venenosos contra o VIII Exército. Insistiremos na clemência para com os soldados japoneses aprisionados, bem como para com os oficiais subalternos que, combatendo sob coacção, venham a ser capturados por nós; não os humilharemos nem insultaremos, pelo contrário, deixá-los-emos partir em liberdade, assim que lhes tenhamos explicado a identidade de interesses dos povos dos nossos dois países. Aqueles que não quiserem regressar terão a possibilidade de servir no VIII Exército. E se uma

brigada internacional se constitui na frente de combate anti-japonesa, eles poderão integrar-se nela e pegar em armas contra o imperialismo japonês.

## O CAPITULACIONISMO NA GUERRA DE RESISTÊNCIA CONTRA O JAPÃO

Pergunta: Segundo entendi, ao mesmo tempo que mantém a guerra, o Japão propaga rumores de paz em Xangai. Quais serão os seus objectivos reais?

Resposta: Depois de alcançarem certos resultados com os seus planos, os imperialistas japoneses voltarão a lançar uma granada de fumos quanto a paz, para atingirem três objectivos: 1) consolidação das posições capturadas a fim de usá-las como trampolim estratégico de novas ofensivas; 2) ruptura da frente anti-japonesa da China; 3) ruptura da frente internacional de apoio à China. Os actuais rumores de paz não são mais do que uma primeira granada de fumos sobre a paz. O perigoso é que existem na China elementos hesitantes prontos a cair na armadilha do inimigo, e os traidores e os vendepátrias manobram junto destes e propagam todo o tipo de boatos tentando conduzir a China à capitulação frente ao agressor.

Pergunta: Em sua opinião, a que poderá levar esse perigo?

Resposta: Só duas vias são possíveis — ou o povo chinês supera o capitulacionismo ou o capitulacionismo leva a melhor, registando-se então a queda da China no caos e a ruptura da frente anti-japonesa.

Pergunta: Qual das duas é mais provável?

Resposta: A totalidade do povo chinês exige que a resistência seja levada até ao fim. Se um sector do grupo governante tomar o caminho da capitulação, os que permanecerem firmes seguramente se lhe oporão e resistirão ao lado do povo. Nem é necessário dizer que isso seria uma desgraça para a frente anti-japonesa da China. Contudo, estou seguro que os capitulacionistas não hão-de conseguir o apoio das massas, estas ultrapassarão o capitulacionismo, perseverarão na guerra e conquistarão a vitória.

Pergunta: Pode saber-se como se combaterá o capitulacionismo?

Resposta: Pela palavra, isto é, denunciando o perigo do capitulacionismo, e pela acção, quer dizer, organizando as massas para que impeçam os actos de capitulação. O capitulacionismo origina-se no derrotismo nacional, quer dizer, no pessimismo nacional, na ideia de que, por ter perdido algumas batalhas, a China já não dispõe de forças para resistir ao Japão. Os pessimistas não compreendem que a derrota é a mãe da vitória, que as lições aprendidas das derrotas constituem a base de triunfos futuros. Vêem apenas as derrotas, não os sucessos na Guerra de Resistência, não compreendem sobretudo que as nossas derrotas contêm os elementos da nossa vitória, ao passo que as vitórias do inimigo contêm os elementos da derrota deste. Há que mostrar às massas populares as perspectivas de vitória nesta guerra, ajudá-las a compreender que as nossas derrotas e dificuldades são temporárias e que, se nos batermos sem fraquejar, a vitória final pertencer-nos-á. Privados duma base de

massas, os capi-tulacionistas não terão oportunidade para maquinações e a frente anti-japonesa resultará consolidada.

## O REGIME DEMOCRÁTICO E A GUERRA DE RESISTÊNCIA CONTRA O JAPÃO

Pergunta: Que significa a expressão “democracia” inscrita pelo Partido Comunista no seu programa? Não será porventura isso incompatível com um “governo de tempo de guerra”?

Resposta: De modo nenhum. Foi logo em Agosto de 1936 que o Partido Comunista avançou a palavra de ordem de “república democrática”. Nos planos político e organizacional, essa palavra de ordem significa que: 1) o Estado e o governo não devem ser de uma só classe mas sim basear-se na aliança de todas as classes anti-japonesas, excluindo--se os traidores e os vende-pátrias e incluindo-se necessariamente os operários, os camponeses e os demais sectores da pequena burguesia; 2) a forma organizacional desse governo será o centralismo democrático, simultaneamente democrático e centralizado, com os dois aparentes contrários, democracia e centralização, unidos numa forma determinada; 3) o governo garantirá ao povo toda a liberdade política que este necessita, especialmente a liberdade de organizar-se, treinar-se e armar-se para a auto-defesa. Sob esses três aspectos, vê-se que a república democrática nada tem de incompatível com um “governo de tempo de guerra”, pelo contrário, constitui exactamente o sistema

de Estado e de governo vantajoso à Guerra de Resistência contra o Japão.

Pergunta: Mas não será contraditória a expressão “centralismo democrático”?

Resposta: O que importa é olhar não apenas para as expressões mas também para a realidade. Não há abismo intransponível entre a democracia e o centralismo, ambos são essenciais à China. Por um lado, o governo a que aspiramos deve ser realmente representativo da vontade popular e beneficiar da aprovação e apoio das grandes massas em todo o país, ficando o povo com a liberdade de apoiá-lo e a possibilidade de influir na respectiva política. É esse o significado da democracia. Por outro lado, a centralização do poder administrativo também é necessária, e uma vez que as medidas políticas exigidas pelo povo sejam aprovadas pelo órgão representativo da vontade popular e transmitidas ao governo que o próprio povo tenha eleito, este realizá-las-á, podendo seguramente fazê-lo com facilidade, sempre que não viole a política adoptada conformemente à vontade popular. É esse o significado do centralismo. Um governo só pode ser forte quando observa o centralismo democrático, sistema que o governo de defesa nacional deve adoptar na Guerra de Resistência contra o Japão.

Pergunta: Mas isso não corresponde a um sistema de gabinete de tempo de guerra, não é assim?

Resposta: Não, não corresponde a determinados gabinetes de tempo de guerra registados peia História.

Pergunta: Mas terá havido alguma vez um gabinete de tempo de guerra desse tipo?

Resposta: Sim. Dum modo geral, os regimes políticos de

tempo de guerra podem dividir-se em dois tipos, de acordo com a natureza da guerra; o centralismo democrático é um dos tipos, o outro é o centralismo absoluto. As guerras da história podem dividir-se em dois tipos, de acordo com a sua natureza: guerras justas e guerras injustas. Por exemplo, a guerra europeia que se desenrolou há mais de vinte anos foi uma guerra injusta, imperialista. Os governos dos países imperialistas forçaram os povos a combater pelos interesses do imperialismo, contra os interesses desses mesmos povos pois, circunstâncias que exigiram a adopção de tipos de governo como o de Lóyd George, na Inglaterra. Lloyd George reprimia o povo inglês, proibindo-o de pronunciar-se contra a guerra imperialista e banindo as organizações e assembleias que expressavam o sentimento popular, contrário à guerra. O parlamento mantinha-se de pé, mas não era mais que um parlamento limitado à votação dócil do orçamento de guerra, um órgão pertencente a um grupo de imperialistas. A ausência de unidade entre governo e povo numa guerra dá lugar a governos de centralismo absoluto, só centralização, nada de democracia. Mas a História também regista guerras revolucionárias, como na França, na Rússia, na Espanha actual. Nessas guerras os governos não temem uma desaprovação do povo, pois este está de todo disposto a fazer tal tipo de guerra. Longe de recearem o povo, esses governos empenham-se em mobilizá-lo e encorajá-lo a expressar as suas opiniões, de modo a que participe activamente na guerra, pois os governos assim repousam no apoio voluntário do povo. A guerra de libertação nacional da China beneficia do inteiro apoio do povo e não pode ganhar-se sem a par-

tipificação deste. O centralismo democrático resulta pois uma necessidade. Na China, a vitória na Expedição do Norte, 1926-1927, foi igualmente conquistada graças à observação do centralismo democrático. Assim, quando o objectivo da guerra reflecte directamente os interesses do povo, quanto mais democrático for o governo tanto mais eficientemente pode a guerra ser prosseguida. Os governos desse tipo não receiam que o povo se oponha à guerra, pelo contrário, preocupam-se quando o povo fica inactivo, indiferente à guerra. A natureza da guerra determina as relações entre o governo e o povo — é uma lei da história.

Pergunta: Que medidas pois contam tomar no sentido do estabelecimento do novo regime político?

Resposta: A chave da questão é a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista.

Pergunta: Por quê?

Resposta: Nos últimos quinze anos, as relações entre o Kuomintang e o Partido Comunista têm sido o factor decisivo na situação política na China. A cooperação entre os dois partidos, de 1924 a 1927, permitiu as vitórias da primeira revolução. A ruptura entre os dois partidos, em 1927, deu lugar à desgraçada situação desta última década. E não é nossa a responsabilidade pela ruptura? nós fomos compelidos a resistir à opressão do Kuomintang e persistimos em levantar alta a gloriosa bandeira da libertação da China. Agora, encontramos-nos na terceira etapa, os dois partidos devem cooperar plenamente na base dum programa determinado, para resistir ao Japão e salvar a Pátria. Graças aos nossos esforços continuados, a cooperação já pode considerar-se esta-

belecida; mas a questão está em ambos os lados aceitar em um programa comum e agirem de acordo com isso. A instituição do novo regime político constitui uma das partes essenciais de tal programa.

Pergunta: E como pode instituir-se o sistema novo através da cooperação dos dois partidos?

Resposta: Nós propomos a reconstrução da máquina governativa e do sistema de exercício. Propomos que se convoque uma assembleia nacional provisória para enfrentar a situação crítica actual. Os delegados a essa assembleia devem escolher-se, na proporção adequada, dentre os vários partidos e grupos políticos, exércitos, organizações populares e empresas industriais e comerciais, ganhos à causa anti-japonesa, no geral como o Dr. Sun Yat-sen sugeriu em 1924. Essa assembleia deverá funcionar como órgão máximo do poder do Estado, definir a política de salvação da nação, adoptar o programa constitucional e eleger o governo. Sustentamos que a Guerra de Resistência chegou a um ponto crítico de viragem e só a convocação imediata dessa assembleia nacional, investida de autoridade e representativa da vontade popular, pode dar nova fisionomia política à China e debelar a crise. Actualmente, nós procedemos a uma troca de ideias com o Kuomintang sobre essa proposta e esperamos obter o seu acordo.

Pergunta: Mas o governo nacional não anunciou já que a convocação da assembleia nacional tinha sido suspensa?

Resposta: Essa suspensão foi justa. O que se suspendeu foi a assembleia nacional que o Kuomintang se preparava para convocar. Com as estipulações do Kuomintang, ela não iria dispor de quaisquer poderes, e o próprio

processo de eleição estava, aliás, em conflito total com a vontade popular. Juntamente com todos os sectores sociais, nós desaprovámos esse tipo de assembleia nacional. A assembleia nacional provisória que propomos é radicalmente distinta da que foi suspensa. A convocação duma assembleia nacional provisória dará sem dúvida um novo aspecto ao país inteiro e proporcionará os requisitos indispensáveis para a reconstrução da máquina governativa e do exército, bem como para a mobilização do povo. É de tudo isso que depende a verificação duma viragem favorável na Guerra de Resistência.

A SITUAÇÃO E AS TAREFAS DA  
GUERRA DE RESISTÊNCIA  
CONTRA O JAPÃO APÓS  
A QUEDA DE XANGAI  
E TAI-IUAN\*

(12 de Novembro de 1937)

I. A SITUAÇÃO ACTUAL  
CARACTERIZA-SE PELA TRANSIÇÃO DA  
RESISTÊNCIA PARCIAL À RESISTÊNCIA  
GERAL

I. Nós aprovamos qualquer resistência, mesmo parcial, contra o ataque imperialista japonês, na medida em que uma resistência parcial representa um progresso com relação à não resistência, na medida em que reveste certo carácter revolucionário, e também porque é uma guerra pela defesa da pátria.

---

\* Teses do relatório apresentado em Novembro de 1937 peio camarada Mao Tsetung, na conferência de militantes activos do Partido, em Yen-an. A partir daí, no seio do Partido, os oportunistas de direita opuseram-se imediatamente a essas

2. Mas como já sublinhámos (tanto na conferência de militantes activos do Partido, realizada em Abril deste ano, em Ien-an, como posteriormente, em Maio, na conferência nacional do Partido, e ainda na resolução adoptada em Agosto pelo Birô Político do Comité Central), uma resistência parcial, feita exclusivamente pelo governo, com afastamento das massas populares, só pode desembocar na derrota. Isso é assim porque tal guerra não é revolucionária nacional no pleno sentido da expressão, não é uma guerra das massas populares.

3. O que preconizamos é uma guerra revolucionária nacional no sentido pleno da expressão, uma guerra que implique a mobilização da totalidade do povo, dizendo doutro modo, somos pela resistência geral. Só uma guerra assim será das massas populares e poderá assegurar a defesa da pátria.

4. A resistência parcial preconizada pelo Kuomintang também é uma guerra nacional e tem, em certa medida, um carácter revolucionário, mas esse carácter está longe de ser completo. Uma resistência parcial conduz inevitavelmente à derrota, não pode de modo algum garantir a defesa da pátria.

5. Nisso reside a divergência de princípio entre a posição do Partido Comunista e a posição actual do Kuomintang, relativamente à Guerra de Resistência. Se os comunistas esquecerem isso não poderão dirigir adequadamente tal guerra, ficarão incapazes de triunfar do carácter parcial que o Kuomintang lhe confere e rebaixar-se-ão até ao

---

teses, sendo apenas em Outubro de 1938 que, por ocasião da Sexta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso Na-

cional do Partido, se corrigiu no essencial o desvio direitista.

---

abandono dos próprios princípios, colocando o Partido Comunista no nível do Kuomintang. Isso seria um crime contra a causa sagrada da guerra revolucionária nacional e da defesa da pátria.

6. Uma guerra revolucionária nacional no pleno sentido da expressão, uma resistência geral, exige a realização do Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria proposto pelo Partido Comunista, tanto como um governo e um exército que apliquem integralmente esse programa.

7. Após a queda de Xangai e Tai-ian, a situação apresenta-se como segue:

1) No Norte da China, a guerra regular em que o Kuomintang desempenhava o papel principal já acabou, enquanto que a guerra de guerrilhas, em que o Partido Comunista desempenha o papel principal, passou para primeiro plano. Nas províncias de Quiansu e Tchequiam, a frente de combate do Kuomintang foi rota e os agressores japoneses fazem progredir a sua ofensiva em direcção de Nanquim e da bacia do Yangtsé. Assim, torna-se evidente que a resistência parcial do Kuomintang não poderá alongar-se.

2) Tendo em conta os seus próprios interesses imperialistas, os governos da Inglaterra, Estados Unidos e França falaram em ajudar a China mas, até agora, limitaram-se a uma simpatia verbal, não tendo proporcionado qualquer ajuda efectiva.

3) Os fascistas alemães e italianos fazem o máximo por ajudar o imperialismo japonês.

4) O Kuomintang continua a não querer proceder a modificações de princípio na sua ditadura de um só partido nem na sua política despótica contra o povo, meios de que se serve para fazer a resistência parcial.

Esse é um dos aspectos da situação. Eis o outro:

1) O Partido Comunista e o VIII Exército vêm a sua influência política desenvolver-se em extensão e rapidez consideráveis, sendo aclamados por todo o país como “salvadores da nação”. Ambos estão decididos a prosseguir sem desfalecimento a guerra de guerrilhas no Norte da China, de modo a defender-se a totalidade do país e a deter-se o agressor japonês na sua ofensiva em direcção das Planícies Centrais e do Noroeste.

2) O movimento das massas populares deu um passo em frente.

3) A burguesia nacional orienta-se para a esquerda.

4) As forças favoráveis a uma mudança na situação actual crescem no próprio interior do Kuomintang.

5) O movimento dos povos do mundo contra o Japão e em ajuda à China amplia-se.

6) A URSS prepara-se para prestar ajuda material à China.

É o outro aspecto da situação.

8. Por consequência, estamos agora num período de transição entre a resistência parcial e a resistência geral; a primeira já não pode prosseguir e a segunda

So

ainda não começou. Esse estágio, essa época morta, constitui um período de transição muito crítico.

9. Durante esse período, a resistência parcial pode tomar uma das três direcções seguintes:

A primeira é a cessação da resistência parcial, substituída pela resistência geral. É o que exige a maioria do povo, mas o Kuomintang ainda não se decidiu a isso.

A segunda é a cessação da resistência, substituída pela capitulação. É o que exigem os agressores japoneses, os traidores e os elementos pró-japoneses, mas a maioria do povo chinês opõe-se a isso.

A terceira é a coexistência da resistência e da capitulação na China. Esse caso poderá produzir-se assim que os agressores japoneses, os traidores e os elementos pró-japoneses, incapazes de orientar as coisas na segunda direcção, ponham em prática o seu pérfido plano de ruptura da frente anti-japonesa na China. Eles estão a manobrar actualmente nesse sentido. Esse perigo é muito grave.

10. A julgar pela situação presente, os factores internos e internacionais que impedem que o espírito de capitulação leve a melhor são predominantes. Tais factores são, entre outros, a persistência do Japão na sua política de subjugar a China, persistência que não deixa a esta outra alternativa senão bater-se; a existência do Partido Comunista e do VIII Exército; o querer do povo chinês; o querer da maioria dos membros do Kuomintang; o medo da Inglaterra, Estados Unidos e França de verem os seus interesses prejudicados em resultado duma capitulação pelo Kuomintang; a existência da União Soviética e respectiva política de ajuda à China; a grande esperança que, não sem razão, o povo chinês deposita na União Soviética. A utilização judiciosa e coordenada

de todos esses factores permitir-nos-á tanto eliminar os factores de capitulação e ruptura como ainda varrer todos os factores que retêm o país no estádio de resistência parcial.

11. Sendo assim, a perspectiva de passar da resistência parcial à resistência geral existe. Lutar por essa perspectiva constitui uma tarefa urgente, comum à totalidade dos membros do Partido Comunista da China, dos elementos progressistas no Kuomintang e do povo chinês.

12. A guerra revolucionária nacional da China contra o Japão atravessa actualmente uma crise muito grave. Esse período pode prolongar-se, mas é possível sair-se dele com relativa rapidez. Os factores decisivos são, no plano interior, a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, a modificação da política do Kuomintang com base nessa cooperação, o poderio das massas operárias e camponesas e, no plano exterior, a ajuda da União Soviética.

13. É tanto necessária como possível uma reforma do Kuomintang nos planos político e de organização<sup>2</sup>. Isso resulta principalmente da pressão exercida pelo Japão, da política de frente única do Partido Comunista da China, do querer do povo chinês e do crescimento das forças novas no interior do Kuomintang. A nossa tarefa é esforçar-nos por levar este a realizar essa reforma, a qual deve servir de base à reestruturação do governo e do exército. Tal reforma necessita evidentemente do acordo do Comité Executivo Central do Kuomintang, nós apenas estamos em posição de poder propô-la.

14. Reestruturação do governo. Nós propusemos a convocação duma assembleia nacional provisória, o que

também é necessário e possível. Não há quaisquer dúvidas de que essa reforma exige igualmente o acordo do Kuomintang.

15. A tarefa de reestruturação do exército consiste em criar novas unidades e reorganizar as antigas. Se for possível pôr de pé, em seis meses ou um ano, um exército de duzentos e cinquenta mil a trezentos mil homens, animado de espírito político novo, a situação começará a mudar nos campos de batalha da Guerra de Resistência. Esse novo exército exercerá influência em todas as forças armadas de tipo antigo e uni-las-á à sua volta. Nisso está a base militar que há-de permitir a passagem à contra-ofensiva estratégica na Guerra de Resistência contra o Japão. Essa reestruturação exige do mesmo modo acordo do Kuomintang. O VIII Exército desempenhará o papel de exemplo nessa reestruturação. Esse exército deve aumentar os seus efectivos.

## II. COMBATER O CAPITULACIONISMO TANTO NO INTERIOR DO PARTIDO COMO EM TODO O PAÍS

### COMBATER O CAPITULACIONISMO DE CLASSE NO SEIO DO PARTIDO

16. Em 1927 o capitulacionismo de Tchen Tu-siu conduziu a revolução à derrota. Que nenhum membro do

Partido esqueça essa lição histórica paga com o nosso próprio sangue.

17. No que respeita à linha para uma frente única nacional anti-japonesa, o perigo principal no interior do Partido era, antes do Incidente de Lucouquiao, o oportunismo de “esquerda”, quer dizer, a atitude de “porta fechada”. Isso explica-se sobretudo pelo facto de o Kuomintang não resistir na altura ao Japão.

18. Depois do Incidente de Lucouquiao, o perigo principal no seio do Partido já não é o desvio de “esquerda”, a atitude de “porta fechada”, mas sim o oportunismo de direita, quer dizer, o capitulacionismo. A razão principal está no facto de o Kuomintang ter passado à resistência contra o Japão.

19. Já no mês de Abril, na conferência de militantes activos do Partido realizada em len-an, e de novo em Maio, na conferência nacional do Partido, mas sobretudo em Agosto, por ocasião da reunião do Birô Político do Comité Central (reunião de Luo-tchuan), nós fizemos a pergunta seguinte: será o proletariado quem dirigirá a burguesia no seio da Frente Única ou será esta quem dirigirá o proletariado? Será o Kuomintang que puxará pelo Partido Comunista ou será este que puxará pelo Kuomintang? Se se considera a tarefa política concreta que agora se impõe, essa questão equivale ao seguinte: há que elevar o Kuomintang ao nível do Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria, ao nível da resistência geral, que preconiza o Partido Comunista, ou há que baixar o Partido Comunista ao nível da ditadura dos senhores de terras e da burguesia exercida pelo Kuomintang, ao nível da resistência

parcial?

20. Por que devemos levantar essa questão assim em toda a sua acuidade? Eis as razões:

Por um lado, em virtude do espírito de compromisso da burguesia chinesa; superioridade material do Kuomintang; ataques caluniosos e ofensivos contra o Partido Comunista e vociferações sobre o tema “cessação da luta de classes”, contidos na declaração e nas resoluções da Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang; esperança profunda do Kuomintang quanto a uma “capitulação do Partido Comunista” e grande propaganda que faz nesse sentido; tentativas de Tchiang Kai--chek para controlar o Partido Comunista; política do Kuomintang no sentido de limitar e enfraquecer o Exército Vermelho; política do Kuomintang no sentido de limitar e enfraquecer as bases de-mocráticas anti-japonesas; plano tramado em Julho, durante o curso de instrução do Kuomintang em Luxan<sup>3</sup>, no sentido de “reduzir de dois quintos as forças do Partido Comunista na Guerra de Resistência contra o Japão”; tentativas kuomintanistas de sedução dos quadros do Partido Comunista, oferecendo-lhes honrarias e fortuna, vinho e mulheres; capitulação política de certos elementos radicais pequeno-burgueses (representados por Tcham Nai--tchr<sup>4</sup>); etc.

Por outro lado, em virtude da diferença de nível teórico entre os membros do Partido Comunista; falta, em muitos deles, de experiência da cooperação praticada pelos dois partidos na Expedição do Norte; presença no nosso Partido dum grande número de membros de origem pequeno-burguesa; relutância de certos membros do

Partido em continuar a levar uma vida de duro combate; existência,\* no seio da Frente única, duma tendência à acomodação sem princípios ante o Kuomintang; manifestação dum novo caudilhismo militar no seio do VIII Exército; questão da participação do Partido Comunista no governo do Kuomintang; formação duma tendência à acomodação nas bases democráticas anti-japonesas; etc.

A gravidade da situação que acabámos de evocar sob dois aspectos, obriga-nos a levantar em toda a acuidade a questão de saber quem há-de dirigir, tanto como a combater resolutamente o capitulacionismo.

21. No decurso destes últimos meses, sobretudo desde o começo da resistência, o Comité Central e as organizações do Partido em todos os escalões combateram sem o menor equívoco, e com determinação, as tendências capitulacionistas e tomaram as medidas necessárias para impedir que estas e outras se verificassem no futuro. Foram bons os resultados obtidos.

O Comité Central fez circular um projecto de resolução<sup>0</sup> sobre a questão da participação no governo.

No seio do VIII Exército já começou a luta contra as tendências ao novo caudilhismo militar. Depois que o Exército Vermelho mudou de nome, em alguns essas tendências manifestaram-se pela recusa a uma rigorosa subordinação à direcção do Partido Comunista, pela busca do heroísmo individual, pela vaidade ao obter-se uma nomeação pelo Kuomintang (quer dizer, ao aceder-se ao exercício de funções oficiais), etc. Esse novo caudilhismo militar tem a mesma origem (rebaixamento do Partido Comunista ao nível do Kuomintang) e leva aos

mesmos resultados (separação das massas) que o velho caudilhismo militar expresso em ofensas corporais, injúrias, violações da disciplina, etc, mas é tanto mais perigoso quanto é certo que surge num período de frente única entre o Kuomintang e o Partido Comunista; devemos pois dedicar-lhe uma atenção especial e combatê-lo resolutamente. Já restabelecemos o sistema de comissários políticos, suprimido em consequência duma intervenção do Kuomintang, tanto como a denominação “departamento político” que, pela mesma razão, havia sido substituída pela de “serviço de instrução política”. Nós formulámos e aplicámos resolutamente o novo princípio estratégico de “guerra de guerrilhas realizada com independência e autonomia nas regiões de montanha”, o que, basicamente, assegura ao VIII Exército sucesso nas suas operações militares e cumprimento das outras tarefas. Rejeitámos a exigência kuomintanista de envio, como quadros, dos seus próprios membros para o seio do VIII Exército e mantivemos o princípio de direcção, sem partilha, do Partido Comunista sobre esse exército. Do mesmo modo, nas bases revolucionárias anti-japonesas, adoptámos o princípio de “independência e autonomia no seio da Frente Única”. Ultrapassámos a tendência ao “parlamentarismo”<sup>6</sup> (é evidente que não se trata do parlamentarismo da II Internacional, inexistente no Partido Comunista da China) e prosseguimos, sem relaxar, a luta contra os bandidos, espíões inimigos e sabotadores.

Em Si-an, corrigimos a tendência sem princípios para a acomodação, relativamente às nossas relações com o Kuomintang, e voltámos a desenvolver a luta de massas.

No Cansu oriental a situação é, no geral, a mesma que em Si-an.

Em Xangai, criticámos a linha de Tcham Nai-tchi de “menos apelos e mais sugestões” e começámos a corrigir a tendência à acomodação no nosso trabalho para a salvação da pátria.

No Sul, as regiões de guerrilhas constituem uma parte das conquistas dos nossos dez anos de luta sangrenta contra o Kuomintang, são pontos de apoio estratégicos da guerra revolucionária nacional contra o Japão em várias províncias, pontos que o Kuomintang tentou destruir, mesmo depois do Incidente de Si-an, por meio de campanhas de “cerco e aniquilamento”, e procurou enfraquecer, após o Incidente de Lucouquiao, recorrendo à sua nova táctica de “atrair o tigre para fora da montanha”. Nessas regiões tivemos o especial cuidado de: 1) guardar-nos contra a concentração incondicional das nossas forças (que satisfaria o desejo kuomintanista de liquidar esses pontos de apoio), 2) não aceitar mandatórios do Kuomintang e 3) guardar-nos contra o perigo dum novo Incidente Ho Mim (quer dizer, o perigo de sermos cercados e desarmados pelas tropas do Kuomintang)7.

Nas colunas do Quiefantchouatfi mantivemos com firmeza uma atitude de crítica rigorosa.

22. Para que a resistência possa prosseguir e terminar pela vitória final, para que a resistência parcial se transforme em resistência geral, precisamos de ater-nos firmemente à linha de frente única nacional anti-japonesa e ampliar e consolidar essa frente. Em nenhum caso se deverão tolerar pontos de vista tendentes a romper a

Frente Única entre o Kuomintang e o Partido Comunista. Devemos continuar a premunir-nos contra o desvio de “esquerda” que é a atitude de “porta fechada”. Mas, ao mesmo tempo, devemos observar estritamente o princípio de independência e autonomia em todo o trabalho respeitante à Frente Única. A nossa Frente Única com o Kuomintang e outros grupos políticos repousa na aplicação dum programa definido. Sem essa base não poderia haver Frente Única, a cooperação con-verter-se-ia em atitude sem princípios, uma expressão do capitulacionismo. Por isso é que a chave da vitória na guerra revolucionária nacional contra o Japão consiste em explicar, aplicar e defender o princípio de “independência e autonomia no seio da Frente Única”.

23. Para que agimos assim? Por um lado, para conservar as posições que conquistámos. Essas posições servem de ponto de partida para a nossa estratégia; perdê-las significaria o fim de tudo. Por outro lado, e esse é o objectivo principal, agimos assim para ampliar as nossas posições, para atingirmos um objectivo positivo: “mobilizar as massas aos milhões para a Frente Única Nacional Anti-japonesa, para abater o imperialismo japonês”. A conservação e a ampliação das nossas posições estão indissolvelmente ligadas. Nos últimos meses, influenciados por nós, uniram-se em número crescente elementos da ala esquerda da pequena burguesia; no campo do Kuomintang, as forças novas crescem; a luta das massas populares ganhou desenvolvimento na província de Xansi; e desenvolveram-se as organizações do Partido em diferentes lugares.

24. Contudo, deve admitir-se plenamente que, no con-

junto do país, a organização do nosso Partido permanece débil, no geral. Do mesmo modo, no conjunto do país, a potência de que dispõem as massas é muito fraca, dado que as massas de base, operários e camponeses, ainda não estão organizadas. Por um lado, isso é um resultado da política de controle e opressão realizada pelo Kuomintang e, por outro, da insuficiência do nosso trabalho, inclusivamente da ausência total deste. Nisso reside a debilidade essencial do nosso Partido na actual guerra revolucionária nacional contra o Japão. Se não a vencer-mos será impossível derrotar o imperialismo japonês. Para atingir esse objectivo torna-se indispensável aplicar o princípio de “independência e autonomia no seio da Frente Única” e liquidar o capitulacionismo ou tendência à acomodação.

#### COMBATER EM TODO O PAÍS O CAPITULACIONISMO NACIONAL

25. Mais atrás falámos sobre o capitulacionismo de classe. Tal capitulacionismo conduz o proletariado a acomodar-se ao reformismo burguês e à inconsequência da burguesia. Se não vencemos essa tendência é-nos impossível fazer com sucesso a guerra revolucionária nacional contra o Japão, transformar a resistência parcial em resistência geral e defender a Pátria. Mas há ainda um outro tipo de capitulacionismo — o capitulacionismo nacional — que leva a China a satisfazer os interesses do imperialismo japonês, faz dela uma colónia do imperialismo japonês e reduz os chineses à situação de escravos. Actualmente, essa tendência

manifesta-se no grupo de direita dentro da Frente Única Nacional Anti--Japonesa.

26. O grupo de esquerda na Frente Única Nacional Anti-japonesa compõe-se das massas dirigidas pelo Partido Comunista, as quais abrangem o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia urbana. A nossa tarefa é fazer tudo para ampliá-lo e consolidá-lo. O cumprimento dessa tarefa constitui uma condição essencial para reformar o Kuo-mintang, o governo e o exército, fundar uma república democrática unificada, transformar a resistência parcial em resistência geral e abater o imperialismo japonês.

27. O grupo do centro, no seio da Frente Única Nacional Anti-japonesa, compõe-se da burguesia nacional e da camada superior da pequena burguesia. Os elementos de que os grandes jornais de Xangai são os porta-vozes orientam-se agora para a esquerda<sup>9</sup>, uma parte dos membros do Fucinche começou já a hesitar, tal como aconteceu com uma parte do Grupo C.C.10. As forças armadas que resistem ao Japão receberam sérias lições e algumas delas começaram a introduzir reformas ou prepararam-se para fazê-lo. A nossa tarefa consiste em levar o grupo do centro a progredir e a mudar de posição.

28. No seio da Frente Única Nacional Anti--Japonesa, o grupo de direita compõe-se dos grandes senhores de terras e da grande burguesia; constitui o quartel general do capitulacionismo nacional. Essa gente tende forçosamente a capitular, receia que a guerra lhes destrua os haveres e que as massas se levantem. Muitos deles já são traidores, muitos transformaram-se em pró-japoneses e outros estão a ponto de vir a sê-lo, enquanto que muitos

estão hesitantes; só um reduzido número dá provas de firmeza, por motivos particulares. Alguns participam agora na Frente Única Nacional, mas fazem--no por coacção, contra vontade. De modo geral não hão-de esperar muito para romper com a Frente Única. Com efeito, muitos dos piores elementos dentre os grandes senhores de terras e grande burguesia manobram para provocar a ruptura da dita frente. São uma fábrica de rumores. Boatos como “o Partido Comunista revolta-se”, “o VIII Exército bate em retirada”, hão-de multiplicar-se com o tempo. A nossa tarefa consiste pois em combater com firmeza o capitulacionismo nacional e, nessa luta, ampliar e consolidar o grupo de esquerda, bem como levar o grupo do centro a progredir e a mudar de posição.

#### A RELAÇÃO ENTRE O CAPITULACIONISMO DE CLASSE E O CAPITULACIONISMO NACIONAL

29. No fundo, o capitulacionismo de classe é a reserva que alimenta o capitulacionismo nacional na guerra revolucionária nacional contra o Japão. Essa é a tendência mais prejudicial, favorece o campo da ala direita e encaminha a guerra para a derrota. Para garantir a libertação da nação chinesa, a emancipação das massas trabalhadoras da China e intensificar a luta contra o capitulacionismo nacional, devemos combater o capitulacionismo de classe no seio do Partido Comunista e entre o proletariado, estendendo esse combate a todos os domínios do nosso trabalho.

## NOTAS

1 Trata-se da “Resolução sobre a Situação Actual e as Tarefas do Partido”, adoptada em 25 de Agosto de 1957 na reunião do Birô Político do Comité Central do Partido Comunista da China, em Luotchuan, no norte do Xensi. Eis o texto integral:

“1) A provocação militar dos agressores japoneses em Lucouquiao e a ocupação de Pepim e Tientsim, representam apenas o começo da invasão da China em grande escala, ao sul da Grande Muralha. Eles já começaram a mobilização nacional para a guerra. A sua propaganda segundo a qual “não desejam uma expansão posterior” não passa duma cortina de fumaça para cobrir maiores ataques.

2) O governo de Nanquim, sob pressão dos ataques dos invasores japoneses e ante a indignação popular, começa a decidir-se pela resistência. A organização da defesa nacional por todo o país e a resistência efectiva em distintos pontos já começaram. A guerra geral entre a China e o Japão tornou-se inevitável. A resistência de 7 de Julho, em Lucouquiao, marca o ponto de arranque da Guerra de Resistência da China à escala nacional.

3) Assim, a situação política da China entrou numa nova fase, a fase da efectiva resistência. A fase da pre-paração para a resistência já passou. Na fase actual, a tarefa central consiste em mobilizar todas as forças da nação para a vitória na Guerra de Resistência. A conquista da democracia, que não pôde atingir-se na etapa precedente em razão da má vontade do Kuomintang e da mobilização insuficiente das massas populares, deve realizar-se ao longo da luta pela vitória na resistência.

4) Na nova etapa, as nossas divergências e polémica com o Kuomintang e outros grupos políticos anti-japoneses não respeitam mais à questão de saber se há ou não que resistir aos agressores, mas sim à de saber como conquistar a vitória.

5) A chave da vitória na guerra está em desenvolver a resistência que já começou numa guerra geral de toda a nação. A vitória final só pode ser ganha por meio dessa guerra geral de resistência de

toda a nação. O Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria, hoje proposto pelo nosso Partido, indica de modo concreto a via que conduz à vitória final.

6) A resistência comporta actualmente um imenso perigo. Isso resulta do facto de o Kuomintang ainda se recusar a fazer participar a totalidade do povo na guerra. Com efeito, o Kuomintang considera a guerra como assunto que interessa exclusivamente ao governo; teme e limita em todas as ocasiões a participação do povo na guerra e opõe-se à união do governo e do exército com o povo; não reconhece ao último os direitos democráticos de resistência ao Japão e salvação da pátria, recusa-se a reorganizar em termos radicais a máquina governativa, de modo a transformar o governo actual num governo de defesa nacional, num governo da totalidade da nação. Uma resistência feita assim pode dar resultados parciais, mas não pode seguramente levar à vitória final. Pelo contrário, corre o risco de terminar por uma pesada derrota.

7) O facto de existirem sérias debilidades na Guerra de Resistência pode conduzir a muitos reveses, retiradas, cissões internas, traições, compromissos temporários e parciais, bem como a outras situações desfavoráveis no decurso dessa guerra. Assim, há que prever uma guerra árdua e prolongada. Todavia, nós confiamos em que, com os esforços do nosso Partido e do conjunto do povo do país, a resistência agora começada varrerá todos os obstáculos do seu caminho e continuará a avançar e a desenvolver-se. Devemos vencer todas as dificuldades e lutar resolutamente pela realização do Programa em Dez Pontos proposto pelo nosso Partido e destinado a garantir a vitória na resistência. Devemos opor-nos com firmeza a toda a política errada que vá contra esse programa e combater esse derrotismo nacional feito de pessimismo e desespero.

8) De concerto com as massas populares e as forças armadas dirigidas pelo Partido, os comunistas devem apressar-se a tomar lugar na primeira linha, tornar-se, à escala nacional, no núcleo da resistência ao Japão e desenvolver por todos os meios o movimento de massas anti-japonês. Os comunistas não devem relaxar um só momento nem deixar passar a menor oportunidade de fazer propaganda entre as massas, organizá-las e armá-las. Se sabemos real-

mente levar as massas por milhões para a Frente Única Nacional, a nossa vitória na Guerra de Resistência contra o Japão é certa.”

2 No começo da Guerra de Resistência contra o Japão, sob pressão popular, tanto o Kuomintang como Tchiang Kai-chek prometeram realizar diversas reformas, promessas que não tardaram a trair, umas atrás das outras. A “possibilidade” de ver o Kuomintang proceder às reformas a que a totalidade do povo aspirava não se converteu em realidade. Como disse depois o camarada Mao Tsetung no seu relatório “Sobre o Governo de Coalizão”:

“Nessa altura, todo o povo, incluídos os comunistas e demais democratas, depositou grandes esperanças no governo do Kuomintang, quer dizer, esperou que este se aproveitasse da oportunidade, nesse momento em que a Nação estava em perigo e o povo pleno de entusiasmo, para introduzir reformas democráticas e pôr em prática os Três

Princípios do Povo revolucionários do Dr. Sun Yat-sen. As esperanças, porém, caíram por terra”.

3 Curso organizado por Tchiang Kai-chek, em Luxan, província de Quiansi, a fim de formar para o Kuomintang e respectivo governo, o pessoal dos escalões superior e médio que iria constituir a ossatura do regime reaccionário.

4 Tcham Nai-tchi sustentava que se necessitava de “menos apelos e mais sugestões”. Mas se o Kuomintang oprimia o povo, não fazia de facto sentido contentar-se com “sugestões”; havia que lançar “apelos” directos às massas para que se levantassem contra ele. Doutra modo teria sido impossível prosseguir a Guerra de Resistência e combater a política reaccionária kuomintanista. Tcham Nai-tchi não tinha portanto razão. Aos poucos, posteriormente, ele passou a compreender esse erro.

Trata-se do “Projecto de Resolução do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a Questão da Participação do Partido Comunista no Governo”, elaborado a 25 de Setembro de 1937. Eis o texto integral:

“1) A situação actual da Guerra de Resistência exige, imperiosamente, que se forme um governo de frente única nacional anti-japonesa representativo da totalidade da nação, pois só um gov-

erno assim pode conduzir com eficácia a guerra revolucionária nacional contra o Japão e vencer o imperialismo japonês. O Partido Comunista está pronto a participar nesse governo, isto é, assumir nele responsabilidades administrativas, directa e abertamente, e desempenhar aí um papel activo. Mas um tal governo ainda não existe. O governo actual é um governo de ditadura de um só partido, o Kuomintang.

2) O Partido Comunista não participará nesse governo a menos que ele deixe de ser uma ditadura de um só partido, o Kuomintang, e se transforme num governo de frente única representativo da totalidade da nação, quer dizer, só na condição de: a) o governo kuomintanista aceitar o essencial do Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria, proposto pelo nosso Partido, e promulgar um programa de governo em acordo com o conteúdo deste; b) passar a demonstrar com actos a sua sinceridade, fazer esforços para realizar esse programa e obter resultados apreciáveis; c) reconhecer a legalidade das organizações do Partido Comunista e reconhecer a este a liberdade para mobilizar, organizar e educar as massas.

3) Enquanto o Comité Central do Partido não se tiver decidido a participar no Governo Central, os membros do Partido Comunista não devem, em regra, entrar em qualquer governo local, conselho ou comité administrativo anexo aos organismos administrativos do Governo Central ou local. Na verdade, tal participação não faria mais do que apagar os traços que distinguem os comunistas e prolongar a ditadura do Kuomintang, prejudicando-se até o esforço tendente à criação dum governo democrático unificado.

4) Mas os membros do Partido Comunista podem participar nos governos locais de certas regiões particulares, por exemplo nas regiões de operações militares, na medida em que as velhas autoridades, impossibilitadas de governar como no passado, aceitam no conjunto a aplicação da política proposta pelo Partido Comunista, e onde este tenha liberdade de agir legalmente, na medida também em que a participação do Partido Comunista no poder se imponha ao povo e ao governo como uma necessidade na situação crítica do momento. Mais do que noutros pontos, nas regiões ocupadas pelo agressor o Partido Comunista deve converter-se abertamente no

organizador do poder de frente única anti-japonesa.

5) Antes que o Partido Comunista entre oficialmente no governo, os seus membros estão, em princípio, autorizados a entrar em órgãos representativos como a Assembleia Nacional, para a elaboração dum constituição democrática e dum política de salvação nacional. Essa a razão por que o Partido Comunista deve esforçar-se por conseguir a eleição dos seus membros para tal assembleia, servir-se dessa tribuna para dar a conhecer os seus pontos de vista e, através disso, mobilizar o povo, organizá-lo à sua volta e acelerar a formação dum governo democrático unificado.

6) O Comité Central e os comités locais do Partido Comunista podem, na base dum programa comum definido, e segundo o princípio de igualdade plena, criar com o Comité Executivo Central e os comités locais do Kuomintang organizações de frente única, como os vários comités unidos (Cuominquemintonmenghuei, Comités para os Movimentos de Massa, Comités de Mobilização nas Zonas de Operações, etc); é por meio de tais acções em comum com o Kuomintang que o Partido Comunista deve chegar à cooperação dos dois partidos.

7) Assim que o Exército Vermelho renuncie à sua denominação, passando a formar parte do Exército Revolucionário Nacional, e os órgãos do poder vermelho mudem o nome para Governo da Região Especial, os seus representantes poderão, em virtude do estatuto legal que terão adquirido, participar em todas as organizações militares e em todas as organizações de massas que servem a causa da resistência ao Japão para a salvação da pátria.

8) É de todo necessário que se mantenha a direcção, independente e absoluta, que o Partido Comunista exerce nas unidades que, originariamente, formavam o Exército Vermelho e em todos os destacamentos de guerrilhas, não se admitindo dos comunistas a menor hesitação de princípio frente a tal problema."

6 Opinião de certos camaradas do Partido, propondo, na altura, que se reorganizasse o poder político das bases de apoio revolucionárias — sistema das assembleias populares — à imagem do sistema parlamentar dos Estados burgueses.

Quando o Exército Vermelho Central se deslocou para norte, em

Outubro de 1934, os destacamentos de guerrilhas do Exército Vermelho mantiveram-se em quatorze regiões de oito províncias meridionais (Quiansi, Fuquien, Cuantum, Hunan, Hupei, Honan, Tchequiam e Anghuei), prosseguindo aí uma guerra de guerrilhas em condições extremamente duras. Assim que estalou a Guerra de Resistência contra o Japão, esses destacamentos, agindo conformemente às directivas do Comité Central do Partido Comunista da China, iniciaram negociações com o Kuomintang no sentido da cessação da guerra civil, fundiram-se em um só exército (o Novo IV Exército, que perseverou na resistência ao Japão nas regiões do norte e sul do Yangtsé) e avançaram para a frente de combate da resistência ao Japão. Tchiang Kai-chek utilizou insidiosamente essas negociações para liquidar os destacamentos de guerrilhas. Ho Mim era um dos dirigentes das guerrilhas que operavam em uma dessas quatorze regiões — a região fronteira Fuquien-Cuantum. Como não se guardou contra a conspiração de Tchiang Kai-chek, mais de mil guerrilheiros sob seu comando foram cercados e desarmados pelo Kuomintang assim que se reagruparam.

8 Órgão do Comité Central do Partido Comunista da China, fundado em Jen-an, em 1937. Deixou de publicar-se em 1941, com a aparição do Quiefanjepao.

9 Alusão à fracção da burguesia nacional que tinha por porta-voz jornais como o Cbempao.

10 O Fucinche e o Grupo C.C. eram duas organizações fascistas do Kuomintang, encabeçadas por Tchiang Kai-chek e Tchen Li-fu, respectivamente, e que representavam os interesses da oligarquia dos grandes senhores de terras e da grande burguesia. Essas organizações contavam ainda um bom número de elementos pequeno-burgueses incorporados à força ou por ardis. A parte dos membros do Fucinche que aqui se menciona abrangia sobretudo os oficiais dos escalões médio e inferior do exército kuomintanista. A parte do Grupo C.C. de que aqui se trata formava-se sobre tudo de membros que não ocupavam postos dirigentes.

## ÉDITO DO GOVERNO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA XENSI-CANSU--NINSIA E DA ADMINISTRAÇÃO DA RETAGUARDA DO VIII EXÉRCITO\*

(15 de Maio de 1938)

Que fique editado o seguinte: Desde o Incidente de Lu-couquiao, todos os patriotas chineses têm estado a sustentar uma resistência resoluta. Na frente, os oficiais e os soldados vertem o sangue e oferecem as suas vidas. Os partidos e grupos políticos uniram-se todos de boa fé. Todos os sectores da população conjugam os seus esforços para salvar a Pátria da subjugação. Nisso está o futuro radioso da nação chinesa e a garantia segura da vitória sobre o Japão. Todos os compatriotas devem

---

\* Édito do Governo da Região Fronteira Xensi-Cansu--Ninsia e da Administração da Retaguarda do VIII Exército, redigido pelo camarada Mao Tsetung para combater as actividades de sapa empreendidas pela camarilha de Tchiang Kai-chek. Pouco depois do início da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, essa camarilha passou a intrigas no intuito de sabotar as forças revolucionárias

progredir nessa via. O exército e a população da nossa região fronteira Xensi-Cansu-Ninsial aceitam a direcção do Governo e consagram todos os esforços à causa da salvação da pátria. O que têm feito é justo e inatacável. Eles combatem arduamente e sem queixume. O povo inteiro rende-lhes homenagem. Por seu turno, o Governo da Região Fronteira e a Administração da Retaguarda devem encorajar a população da região para que prossiga os esforços e lute até ao fim. É inadmissível que alguém falte ao cumprimento do seu dever ou que haja algo que prejudique a salvação da nação. Contudo, nestes últimos tempos constatou-se que, na região fronteira, certos indivíduos, menosprezando o interesse geral, recorrem a diversos processos para compelir os camponeses a devolver as terras e as casas que lhes foram distribuídas, obrigar os ex-comedores a reembolsar as dívidas já anuladas, forçar a população a mudar o regime democrático já instaurado ou ainda sabotar as organizações militares, económicas, culturais e de massas já estabelecidas. Alguns até fazem espionagem, conspiram com bandidos, incitam os nossos soldados à amotinação, levantam planos da nossa região, recolhem secretamente informações e realizam às claras uma

---

dirigidas pelo Partido Comunista. As actividades de sapa contra a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia constituíam parte desse esquema. O camarada Mao Tsetung pensava que a defesa dos interesses da revolução exigia firmeza nesse domínio. O presente édito golpeou a atitude oportunista que, frente às intrigas da camarilha de Tchiang Kai-chek, era na altura adoptada na Frente Única Anti-japonesa por certos membros do Partido.

propaganda contra o Governo da Região Fronteira. Está evidente que todas essas actividades infringem o princípio básico de união para a resistência ao Japão; contrariam a vontade do povo da região fronteira e visam fomentar dissensões internas, romper a Frente Única, prejudicar os interesses do povo, desacreditar o Governo e aumentar as dificuldades da mobilização contra o Japão. A causa é a existência dum punhado de obstinados que age sem o menor escrúpulo contra os interesses da nação e do Estado. Convertidos em instrumento do agressor japonês, alguns deles, sob as mais diversas capas, entregam-se até a actividades de conspiração. Há já vários meses que as populações dos diversos distritos nos inundam, diariamente, com uma torrente de petições para que ponhamos fim a essa actividade. Para aumentar o poderio da resistência ao Japão, consolidar a retaguarda anti-japonesa e salvaguardar os interesses das populações, o Governo e a Administração têm de passar à repressão dessa actividade. Em consequência, editamos inequivocamente as disposições seguintes:

1. O Governo e a Administração, tendo em vista a protecção das conquistas feitas pelo povo, proíbem, nos limites do território sob jurisdição do Governo da Região Fronteira, toda a alteração não autorizada em matéria de terras e casas distribuídas e em matéria de dívidas anuladas anteriormente ao restabelecimento da paz interna.
2. O Governo e a Administração protegerão a actividade de todas as organizações militares, políticas, económicas e culturais, bem como a de todas as organizações de massas que existiam no momento do restabelecimento

da paz interna e seguidamente se transformaram e desenvolveram de acordo com o princípio de frente única nacional anti-japonesa. O Governo e a Administração favorecem a expansão dessas organizações e opõem-se a toda a sabotagem dirigida contra elas.

3. O Governo e a Administração, aplicando re-solutamente o “Programa de Resistência ao Japão e Reconstrução da Pátria”, estão inteiramente dispostos a favorecer o desenvolvimento de todas as empresas úteis à resistência ao Japão e à salvação da pátria. Estão dispostos a aceitar todos os que ofereçam uma ajuda sincera, não importando o sector social donde venham. Contudo, para que se esteja premunido contra os impostores e malfeitores, proibem a todo indivíduo, seja qual for a sua actividade, que entre ou permaneça na região fronteira sem ter obtido para isso a autorização do Governo ou da Administração desta e sem dispor da devida documentação.

4. Neste período crítico de resistência, a população tem o direito de denunciar todos os que, na região fronteira, passem à sabotagem, provoquem desordens, incitem à sedição ou façam espionagem militar. Quando as provas sejam bastantes, o culpado poderá ser preso nos próprios locais. Se a instrução confirma as culpas, o infractor é punido com o exigido rigor.

Os quatro pontos acima mencionados devem ser respeitados por todos os militares e civis na região fronteira, não se tolerando a menor infracção. A partir de agora, se alguém, em desrespeito da lei, ousar provocar desordens, o Governo e a Administração aplicar-lhe-ão em todo o rigor as sanções previstas, não se aceitando a

invocação de ignorância. O presente édito vale como lei.

## NOTAS

1 Base de apoio revolucionária formada, gradualmente, a partir de 1931, no decurso da guerra revolucionária de guerrilhas no norte de Xensi. Depois que o Exército Vermelho Central atingiu o norte do Xensi, no final da Grande Marcha, essa região converteu-se na base central da revolução, a zona em que o Comité Central do Partido Comunista da China estabeleceu a sua sede. Passou a denominar-se região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, após a formação da Frente Única Nacional Anti-japonesa em 1937. A região reunia sob sua jurisdição mais de vinte distritos situados na fronteira comum às três províncias.

2 Na maior parte do território da região fronteira Xensi--Cansu-Ninsia já se havia passado à aplicação da política de confisco da terra dos senhores de terras e respectiva distribuição pelos camponeses e à anulação das velhas dívidas contraídas por estes. Depois de 1936, para facilitar a criação duma ampla frente única nacional anti-japonesa, o Partido Comunista da China substituiu, em escala nacional, a política de confisco da terra dos senhores de terras pela política de redução das rendas e taxas de juro, sem deixar de proteger resolutamente as vantagens então já conquistadas pelos camponeses no decorrer da Reforma Agrária.

# PROBLEMAS ESTRATÉGICOS DA GUERRA DE GUERRILHAS CONTRA O JAPÃO\*

(Maio de 1938)

## CAPITULO I

### POR QUE É QUE LEVANTAMOS A QUESTÃO DA ESTRATÉGIA A RESPEITO DA GUERRA DE GUERRILHAS?

Na Guerra de Resistência contra o Japão, a guerra regular desempenha o papel principal e a guerra de guerrilhas o papel auxiliar. Tal ponto já foi correctamente esclarecido. Por que motivo pois levantamos a questão da estratégia, se afinal só existem problemas táticos na guerra de guerrilhas?

---

\* No começo da Guerra de Resistência contra o Japão, muitos indivíduos, tanto dentro como fora do Partido, reduziã a importância do papel estratégico da guerra de guerrilhas e depositavam exclusivamente as suas esperanças na guerra

Se a China fosse um pequeno país onde o papel da guerra de guerrilhas se resumisse a prestar um apoio directo e a curta distância às campanhas do exército regular, claro que só se levantariam problemas táticos e não estratégicos. Por outro lado, se a China fosse um país tão forte como a União Soviética e o invasor inimigo pudesse ser rapidamente repellido, ou, no caso em que essa repulsão tivesse de levar algum tempo, se o invasor não pudesse ocupar vastas regiões, igualmente a guerra de guerrilhas teria de desempenhar um simples papel de apoio no decorrer das campanhas, não envolvendo, evidentemente, problemas estratégicos mas apenas problemas táticos.

No caso da China, porém, que não é um país pequeno nem tão forte como a União Soviética, mas antes um país simultaneamente grande e fraco, a questão da estratégia na guerra de guerrilhas deve levantar-se. O facto de esse país grande e fraco estar a se

---

regular, em particular na acção do exército do Kuomintang. O camarada Mao Tsetung refutou esse ponto de vista e escreveu o presente artigo a fim de mostrar a via correcta para o desenvolvimento da guerra de guerrilhas anti-japonesa. Como resultado desse trabalho, o VIII Exército e o Novo IV Exército, que apenas tinham um pouco mais de 40.000 homens no começo da Guerra de Resistência, em 1937, cresceram a ponto de se transformarem num grande exército de um milhão de homens, no momento da rendição do Japão, em 1945, criaram um grande número de bases revolucionárias e desempenharam um importante papel nessa guerra, fazendo com que Tchiang Kai-chek, ao longo de todo esse período, não ousasse capitular diante do Japão nem desencadeasse a guerra civil à escala nacional. Em 1946, quando Tchiang Kai-chek a desencadeou, o Exército Popular de Libertação, formado

pelo VIII Exército e pelo Novo IV Exército, era já suficientemente forte para fazer face a tal ofensiva.

---

atacado por um país pequeno mas forte, e num momento em que o país grande e fraco atravessa uma era de progresso, origina todo o problema. Em tais circunstâncias, extensas regiões têm caído sob a ocupação inimiga, e a guerra transformou-se numa guerra prolongada. O inimigo está ocupando áreas imensas do nosso grande país. Todavia, o Japão é um pequeno país, não dispõe de forças suficientes e tem de deixar muitos espaços vazios no interior das zonas ocupadas, de tal maneira que a nossa guerra de guerrilhas anti-japonesa deve consistir, no essencial, não numa acção no interior das linhas, em coordenação com as campanhas do exército regular, mas sim numa acção independente no exterior das linhas; além disso, a China atravessa uma fase de progresso, quer dizer, ela dispõe dum poderoso exército e de imensas massas populares, dirigidos pelo Partido Comunista, razão por que, longe de ser em pequena escala, a nossa guerra de guerrilhas anti-japonesa deverá ser uma guerra em grande escala. Daí nasce todo um conjunto de problemas, tais como a defensiva estratégica, a ofensiva estratégica, etc. O carácter prolongado da guerra e o encarniçamento que lhe é inerente impõem à guerra de guerrilhas a realização de muitas tarefas não usuais; daí a existência de certos problemas como o das bases de apoio, o do desenvolvimento da guerra de guerrilhas em guerra de movimento, etc. Por todas essas razões, na China, a guerra de guerrilhas anti-japonesa rompeu os limites da tática para bater à porta da estratégia, req-

uerendo, assim, um exame do ponto de vista estratégico. O que merece a nossa particular atenção é o facto de essa guerra de guerrilhas, tão ampla quanto prolongada, constituir algo de inteiramente novo em toda a história das guerras da Humanidade. Isso está intimamente ligado ao facto de nos encontrarmos agora na terceira-quarta década do séc. XX e dispormos do Partido Comunista e do Exército Vermelho. Nisso está o nó da questão. Provavelmente, o nosso inimigo acarinha ainda os lindos sonhos de comparar-se aos Iuans que conquistaram a China da dinastia dos Sum, aos Tsins que subjugaram a China dos Mim, aos ingleses que ocuparam a América do Norte e a Índia, aos conquistadores latinos que dominaram a América Central e do Sul, etc, etc. Tais sonhos, porém, não têm valor prático com relação à China de hoje, pois, actualmente, existem nesta certos factores que não existiam naqueles momentos históricos, um dos quais é a guerra de guerrilhas, que constitui algo de absolutamente novo. Se o inimigo desprezar esse facto, pagará duramente as respectivas consequências. São essas as razões por que a nossa guerra de guerrilhas anti-japonesa, não obstante desempenhar um papel auxiliar no conjunto da Guerra de Resistência, deve ser examinada do ponto de vista da estratégia. Então, porque não aplicar à guerra de guerrilhas os princípios estratégicos gerais da Guerra de Resistência? Em boa verdade, a questão da estratégia da guerra de guerrilhas anti-japonesa está intimamente ligada à questão da estratégia da Guerra de Resistência considerada no seu conjunto, já que as duas têm muitos pontos comuns. Por outro lado, a guerra de guerrilhas é difer-

ente da guerra re-gular, apresenta as suas próprias peculiaridades, e, conseqüentemente, há muitos elementos específicos na questão da estratégia da guerra de guerrilhas. Sem modificações, é impossível aplicar os princípios estratégicos da Guerra de Resistência em geral à guerra de guerrilhas, que possui as suas características próprias.

## CAPITULO II

### O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA GUERRA CON- SISTE EM CONSERVAR AS PRÓPRIAS FORÇAS E ANIQUILAR AS DO INIMIGO

Antes de discutir em termos concretos a questão da estratégia da guerra de guerrilhas, torna-se necessário dizer algumas palavras acerca do problema fundamental da guerra.

Todos os princípios que comandam a acção militar derivam de um só princípio fundamental: fazer os maiores esforços para conservar as próprias forças e destruir as do inimigo. Numa guerra revolucionária, tal princípio está directamente ligado aos princípios políticos fundamentais. Por exemplo, o princípio político fundamental da Guerra de Resistência da China contra o Japão, isto é, o seu objectivo político, consiste em repelir o imperialismo japonês e construir uma China nova, independente, livre e feliz. No domínio militar, tal princípio significa

o uso da força armada para a defesa da Pátria e para a expulsão dos invasores japoneses. Para atingir esse fim, a acção das unidades armadas deverá ser de forma a que se faça o máximo por conservar as próprias forças e, ao mesmo tempo, destruir as forças do inimigo. Como se justifica então o encorajamento ao sacrifício heróico na guerra? Cada guerra tem um preço que, por vezes, é extremamente elevado. Acaso estará isso em contradição com o princípio de “conservar as próprias forças”? Em rigor não há qualquer contradição. Para falar mais exactamente, o sacrifício e a auto-conservação opõem-se e completam-se mutuamente. É que o sacrifício é necessário, não apenas para a destruição do inimigo, mas também para a nossa própria conservação, na medida em que uma “não-conservação” parcial e temporária de si próprio (sacrifício, preço a pagar) se torna necessária para garantir uma conservação permanente do conjunto das forças próprias. Desse princípio fundamental resulta toda a série de princípios que comandam a acção militar, a começar pelos do tiro (cobrir-se para conservar-se e fazer o melhor uso possível do poder de fogo, a fim de destruir o inimigo) até aos princípios de estratégia; todos eles são inspirados por esse princípio fundamental, e todos se destinam a garantir a respectiva aplicação, quer se trate de princípios relativos à táctica, às campanhas ou à estratégia. O princípio da conservação das próprias forças e destruição das do inimigo é a base de todos os princípios militares.

### CAPITULO III

#### SEIS PROBLEMAS CONCRETOS DA ESTRATÉGIA DA GUERRA DE GUERRILHAS CONTRA O JAPÃO

Vejamos agora que política ou que princípios devem ser adoptados na guerra de guerrilhas contra o Japão, a fim de atingirmos o objectivo da conservação de nós próprios e destruição do inimigo. Uma vez que, na Guerra de Resistência (e em todas as demais guerras revolucionárias), as unidades de guerrilhas geralmente surgem a partir do nada e crescem indo de uma pequena a uma grande força, elas devem conservar-se a si próprias e, além disso, expandir-se. Assim, a questão está em saber que política ou que princípios importa adoptar para atingir o objectivo de conservação e ampliação das nossas próprias forças e destruição das do inimigo.

Dum modo geral, os princípios mais importantes são os seguintes:

- 1) iniciativa, flexibilidade e plano na condução de uma acção ofensiva durante a guerra defensiva, na acção de decisão rápida no decurso da guerra prolongada, e na acção no exterior das linhas na guerra no interior das linhas;
- 2) coordenação com a guerra regular;
- 3) criação de bases de apoio;
- 4) defensiva estratégica e ofensiva estratégica;
- 5) desenvolvimento da guerra de guerrilhas em guerra de movimento;
- 6) relações justas de comando.

Esses seis pontos constituem o conjunto do programa estratégico para a guerra de guerrilhas contra o Japão, e são os meios necessários para a conservação e expansão das nossas forças, para a destruição e expulsão do inimigo, para a coordenação com a guerra regular e para a conquista da vitória final.

CAPÍTULO IV  
INICIATIVA, FLEXIBILIDADE E PLANO NA  
CONDUÇÃO DUMA ACÇÃO OFENSIVA DU-  
RANTE A GUERRA DEFENSIVA, NA ACÇÃO DE  
DECISÃO RÁPIDA NO  
DECURSO DA GUERRA PROLONGADA, E NA  
ACÇÃO NO EXTERIOR DAS LINHAS NA GUERRA  
NO INTERIOR DAS LINHAS

Este assunto pode ser tratado em quatro partes: 1) as relações entre a defensiva e a ofensiva, entre a guerra prolongada e a acção de decisão rápida, e entre as linhas interiores e as linhas exteriores; 2) a iniciativa na acção; 3) a flexibilidade no emprego das forças; 4) o plano de acção.

Vejam os primeiros pontos.

Se consideramos a Guerra de Resistência como um todo, o facto de o Japão ser um país forte que ataca e a China, um país fraco que se defende, faz com que a nossa guerra seja, estrategicamente, uma guerra defensiva e prolongada. Pelo que respeita às linhas de operações, o inimigo opera no exterior das linhas e nós, no interior. Esse é um aspecto da situação. Há, porém, um outro aspecto que é

justamente o inverso. As forças inimigas, embora fortes (em armas, em certas qualidades dos seus homens e em alguns outros factores), são reduzidas em número, enquanto que as nossas forças, embora fracas (igualmente em armas, em certas qualidades dos seus homens e em alguns outros factores), são muito grandes em número. Isso, acrescido ao facto de o inimigo ser uma nação estrangeira que invade o nosso país, enquanto que nós resistimos à invasão no nosso próprio território, determina a estratégia seguinte: é possível e necessário usar a ofensiva nas campanhas e nos combates, durante a defensiva estratégica; empreender campanhas e combates de decisão rápida numa guerra prolongada no plano estratégico; e realizar campanhas e combates no exterior das linhas numa guerra estrategicamente no interior das linhas. Tal é o princípio estratégico a adoptar na Guerra de Resistência, considerada no seu conjunto. Isso é válido tanto para a guerra regular como para a guerra de guerrilhas. A guerra de guerrilhas só é diferente no grau e na forma. Na guerra de guerrilhas, a ofensiva toma geralmente a forma de ataques de surpresa. Muito embora os ataques de surpresa possam e devam ser usados também na guerra regular, o seu grau de surpresa é menor. Na guerra de guerrilhas, a necessidade de conseguir uma decisão rápida é muito grande; e a nossa linha exterior de cerco ao inimigo, nas campanhas e nos combates, é muito pequena. Tudo isso a distingue da guerra regular. Assim, conclui-se que, na sua acção, as unidades de guerrilhas devem concentrar ao máximo as suas forças, actuar em segredo e velozmente, atacando o inimigo de surpresa e procurando a decisão rápida no combate,

assim como devem evitar absolutamente a defesa passiva, as demoras e a dispersão das forças para o combate. Claro que a guerra de guerrilhas inclui não somente a defensiva estratégica mas também a defensiva tática. Esta última compreende, entre outras questões, acções de contenção e protecção durante os combates, a organização da defesa nos desfiladeiros, nos pontos estratégicos, ao longo dos cursos de água e nas aldeias, a fim de desgastar e esgotar o inimigo, assim como as acções de cobertura em caso de retirada. Contudo, a ofensiva deve ser o princípio fundamental da guerra de guerrilhas, a qual tem um carácter mais ofensivo do que a guerra regular. Além disso, a ofensiva deve tomar a forma de ataques de surpresa, sendo inadmissível — na guerra de guerrilhas mais ainda do que na guerra regular — expor-se, demonstrando ostensivamente a sua força. Do facto de o inimigo ser forte e nós fracos resulta, necessariamente, que na acção de guerrilhas em geral, mais ainda do que na guerra regular, os combates devem ser decididos rapidamente, embora, em algumas ocasiões, tenham também de prolongar-se por vários dias, como, por exemplo, num assalto contra uma pequena força inimiga isolada e privada de ajuda exterior. Em virtude da sua dispersão característica, a guerra de guerrilhas pode estender-se por toda a parte e, em muitas das suas tarefas, como seja o flagelar, deter e sabotar o inimigo, bem como na realização do trabalho de massas, o princípio é o da dispersão das forças. Todavia, um destacamento ou formação de guerrilhas deve concentrar as suas forças principais sempre que esteja empenhado em destruir o inimigo e, espe-

cialmente, quando lute para romper um ataque inimigo. “Concentrar uma grande força para golpear uma pequena força do inimigo” continua a ser um dos princípios da acção militar, na guerra de guerrilhas.

Assim, é também evidente que se consideramos a Guerra de Resistência como um todo, só poderemos atingir o objectivo da nossa defensiva estratégica, e derrotar finalmente o imperialismo japonês, através do efeito acumulado de muitas campanhas e combates ofensivos, tanto na guerra regular como na guerra de guerrilhas, isto é, depois de alcançarmos muitas vitórias nessas ofensivas. Somente através da acumulação dos efeitos de muitas campanhas e combates de decisão rápida, isto é, do efeito cumulativo de muitas vitórias alcançadas através duma decisão rápida nas campanhas e combates ofensivos, é que poderemos atingir o objectivo da prolongação estratégica da guerra, o qual significa ganhar tempo para aumentar a nossa capacidade de resistir, enquanto aceleramos ou esperamos as modificações da situação internacional e o colapso interno do inimigo, a fim de podermos desencadear a nossa contra-ofensiva estratégica e expulsar os invasores japoneses da China. Nós devemos concentrar forças superiores e empreender acções no exterior das linhas em cada campanha e em cada combate, seja na fase da defensiva estratégica, seja na fase da contra-ofensiva estratégica, a fim de cercar e destruir as forças inimigas — cercar uma parte se não é possível cercar a totalidade, destruir uma parte das forças cercadas se não é possível destruir a totalidade, e infligir-lhes pesadas perdas se não é possível capturá-las em massa. Só através do efeito cumulativo de muitos desses com-

bates de aniquilamento poderemos modificar a relação de forças entre o inimigo e nós, romper completamente o seu cerco estratégico, isto é, romper completamente o seu plano de acção nas linhas exteriores e, finalmente, em coordenação com as forças internacionais e com a luta revolucionária do povo japonês, cair dc todos os lados sobre o imperialismo nipónico e dar-lhe o golpe de misericórdia. Tais resultados deverão ser alcançados principalmente através da guerra regular, enquanto que a guerra de guerrilhas dá uma contribuição secundária. O que é comum a ambas, porém, é a acumulação de muitas pequenas vitórias para perfazer uma grande vitória. Nisso está o grande papel estratégico da guerra de guerrilhas no conjunto da Guerra de Resistência. Passemos agora à questão da iniciativa, flexibilidade e plano na guerra de guerrilhas.

O que é a iniciativa na guerra de guerrilhas?

Em qualquer guerra, os adversários lutam pela iniciativa, seja no campo dc batalha, na frente, numa zona de guerra ou em toda a guerra, já que a iniciativa representa liberdade de acção para um exército. Qualquer exército que, perdendo a iniciativa, se vê forçado a manter-se numa posição passiva, deixa de ser livre e corre o perigo de exterminação ou derrota. Naturalmente, tomar a iniciativa é mais difícil na defensiva estratégica e na acção nas linhas interiores do que na acção ofensiva nas linhas exteriores. O imperialismo japonês, porém, apresenta dois pontos fracos fundamentais, que são o volume reduzido das suas tropas e o facto de lutar em território estrangeiro. Além disso, a subestimação da força da China e as contradições internas entre os caudilhos mili-

tares japoneses deram lugar a muitos erros por parte do comando japonês, tais como o reforço, pedaço a pedaço, dos seus efectivos, a falta de coordenação estratégica, a ausência, por vezes, duma direcção principal de ataque, o não aproveitamento de certas oportunidades em algumas acções e o insucesso na liquidação de tropas já cercadas, tudo isso podendo considerar-se como um terceiro ponto fraco do imperialismo japonês. Assim, a despeito da vantagem de se encontrar na ofensiva e operar nas linhas exteriores, os caudilhos militares japoneses estão perdendo gradualmente a iniciativa, em razão da sua insuficiência de tropas (pequeno território, população reduzida, recursos escassos, país imperialista feudal, etc), em virtude de lutarem em território estrangeiro (a sua guerra é imperialista, bárbara, etc.) e em resultado da incompetência do seu comando. Actualmente, o Japão não quer nem pode terminar a guerra, e não parou ainda a sua ofensiva estratégica. Mas como a situação geral indica, a sua ofensiva está confinada a certos limites, o que é uma consequência inevitável daqueles seus três pontos fracos. Ele não pode avançar indefinidamente, a ponto de tragar a China inteira. Já há indícios de que o Japão se verá um dia numa posição completamente passiva. Por outro lado, a China, que no começo da guerra se encontrava numa posição de grande passividade, está agora, depois que ganhou experiência, a passar para a nova política de guerra de movimento, uma política de ofensiva, e procura da decisão rápida e acção nas linhas exteriores durante as campanhas e os combates, o que, juntamente com a política de desenvolver por toda a parte a guerra de guerrilhas, a ajuda a fazer passar pro-

gressivamente a iniciativa para o seu lado.

A questão da iniciativa é ainda mais importante na guerra de guerrilhas. Com efeito, na maioria dos casos, as unidades de guerrilhas encontram-se em circunstâncias muito difíceis, isto é, operam sem retaguardas, enfrentando com fracas forças um poderoso inimigo, sem experiência (nos casos em que as unidades são de recente organização), vivendo isoladas, etc. Contudo, a iniciativa pode lograr-se na guerra de guerrilhas sob a condição essencial de se explorarem os três pontos fracos do inimigo. Tirando proveito da insuficiência de tropas do inimigo (considerada a guerra no seu conjunto), as unidades de guerrilhas podem ocupar com audácia um vasto território para as suas acções; tirando proveito do facto de o inimigo ser estrangeiro e prosseguir uma política bárbara em extremo, as unidades de guerrilhas podem conquistar plenamente o apoio de milhões e milhões de pessoas; tirando proveito da incompetência do comando inimigo, as unidades de guerrilhas podem dar livre expansão a todos os recursos do seu génio. Embora o exército regular também deva explorar todos esses pontos fracos do inimigo, como uma vantagem para derrotá-lo, importa particularmente às unidades de guerrilhas realizar essa exploração. Os pontos fracos das unidades de guerrilhas podem ser gradualmente eliminados no decurso da luta. Mais, esses pontos fracos, por vezes, constituem precisamente a condição para se conquistar a iniciativa. Por exemplo, é justamente por serem pequenas e fracas que as unidades de guerrilhas podem aparecer e desaparecer, como por magia, na sua acção por detrás das linhas do inimigo, sem que este

possa fazer seja o que for contra elas, as quais, em consequência, gozam duma grande liberdade de acção, que jamais poderão desfrutar os enormes exércitos regulares. Quando o inimigo realiza um ataque convergente a partir de várias direcções, as unidades de guerrilhas têm muita dificuldade em manter a iniciativa, podem perdê-la muito facilmente. Em tais casos, se não se aprecia correctamente a situação e se se tomam disposições erradas, corre-se o risco de se cair na passividade e não poder então romper o cerco inimigo. Isso pode dar-se mesmo quando o inimigo está na defensiva e nós na ofensiva. Efectivamente, a iniciativa é o resultado duma apreciação correcta da situação (a nossa e a do inimigo) e da adopção de disposições justas nos planos político e militar. Uma apreciação pessimista da situação, em desacordo com as condições objectivas, e a adopção de medidas de carácter não activo que se lhe segue, provoca indubitavelmente a perda da iniciativa e leva a uma situação de passividade. Por outro lado, uma apreciação exageradamente optimista da situação, em desacordo com as condições objectivas, e a adopção de disposições aventureiras (riscos não necessários) que se lhe segue, provoca também uma perda da iniciativa e leva, por fim, a uma posição semelhante à dos pessimistas. A iniciativa não é o dom natural dum génio, mas sim algo que um chefe inteligente alcança através dum estudo realizado com modéstia, duma correcta apreciação das condições objectivas, e através da adopção de disposições militares e políticas justas. Por consequência, a iniciativa não é qualquer coisa já feita, mas sim algo cuja obtenção requer um esforço consciente.

Quando uma unidade de guerrilhas é levada a uma situação de passividade, em virtude de apreciações e disposições incorrectas, ou em razão duma pressão irresistível, a tarefa desse momento consiste em esforçar-se por sair daí. A maneira de sair depende das circunstâncias. Em muitos casos é preciso “retirar-se”. Saber retirar-se é uma das características da unidade de guerrilhas. Retirar-se é o método principal para sair duma situação de passividade e reconquistar a iniciativa. Mas não é o único método. Acontece frequentes vezes que o momento em que o inimigo se mostra mais enérgico e nós experimentamos as maiores dificuldades, é precisamente aquele em que as coisas começam a mudar a nosso favor e em desfavor do inimigo. Frequentemente, o regresso a uma situação favorável e a retomada da iniciativa são o resultado dum esforço para “aguentar ainda um pouco mais”.

Passemos agora à flexibilidade.

A flexibilidade é uma expressão concreta da iniciativa. A flexibilidade na utilização das forças ainda é mais indispensável na guerra de guerrilhas do que na guerra regular.

Um comandante da guerra de guerrilhas deve compreender que a flexibilidade na utilização das suas forças constitui o meio mais importante para mudar a situação existente entre nós e o inimigo, e conquistar a iniciativa. Dada a natureza da guerra de guerrilhas, as forças devem ser utilizadas com flexibilidade, segundo as tarefas estabelecidas e de acordo com determinadas circunstâncias, tais como a situação do inimigo, o terreno e a população local. A dispersão, a concentração e a deslocação

constituem as principais formas do emprego dessas forças. Ao utilizar as suas forças, o comando das guerrilhas é como um pescador servindo-se da sua rede, isto é, sabe lançá-la e puxá-la. Ao lançar a rede, o pescador deve conhecer a profundidade das águas, a velocidade da corrente e a existência ou inexistência de obstáculos; igualmente, ao dispersar as suas unidades, o comando das guerrilhas deve cuidar por que não sofra perdas motivadas pela ignorância da situação ou por acções incorrectas. Exactamente como o pescador, para puxar a rede, deve conservar com firmeza as extremidades da corda nas suas mãos, também o comando das guerrilhas deve manter ligações e comunicações com todas as suas forças e ter em mãos uma parte razoável das forças principais. Exactamente como na pesca é necessária uma mudança frequente de posição, também na guerra de guerrilhas se impõe uma deslocação constante das unidades. Dispersão, concentração e deslocação são os três caminhos para uma utilização flexível das forças, na guerra de guerrilhas.

Dum modo geral, a dispersão das unidades de guerrilhas ou, como também se diz, “a divisão do todo em partes”, usa-se principalmente: 1) quando, encontrando-se o inimigo na defensiva, queremos criar-lhe uma ameaça sobre uma larga frente, e não nos é possível, temporariamente, concentrar as nossas forças para a acção; 2) quando queremos ilagelá-lo e sabotá-lo em todos os pontos duma região em que as suas forças são fracas; 3) quando somos incapazes de romper o cerco inimigo e pretendemos distraí-lo para livrarmo-nos dele; 4) quando estamos limitados pelas condições do terreno ou pelos

abastecimentos; 5) quando realizamos um trabalho de massas sobre uma vasta região. Todavia, quaisquer que sejam as circunstâncias, ao dispersarmos as forças para a acção, devemos ter em conta o seguinte: 1) não devem dispersar-se as forças em partes absolutamente iguais, mas antes deve-se procurar conservar sempre uma parte relativamente importante numa região propícia à manobra, de modo que se possa reagir a acontecimentos imprevistos e se disponha dum centro de gravidade para as tarefas que estejam a ser cumpridas com a dispersão; 2) impõe-se fixar a cada uma das unidades dispersas missões claras e precisas, determinar-lhes as zonas de acção, os prazos para o cumprimento das tarefas, os pontos de concentração, os sistemas de ligação, etc.

A concentração das forças ou, como também se diz, “a integração das partes no todo”, é o método que geralmente se usa para destruir o inimigo quando ele está na ofensiva e, algumas vezes, para destruir parte das forças estacionárias do inimigo, quando ele se encontra na defensiva. A concentração das forças não significa uma concentração absoluta, mas sim a concentração das forças principais, para o uso numa direcção importante, enquanto se retém ou envia parte das forças sobre outras direcções, a fim de conter, flagelar, sabotar o inimigo, ou realizar um trabalho de massas.

Embora a dispersão e a concentração flexíveis das forças, de acordo com as circunstâncias, seja o método principal na guerra de guerrilhas, devemos também saber como deslocar (ou transferir) as nossas forças com flexibilidade. Quando se sente seriamente ameaçado pelas guerrilhas, o inimigo envia tropas para combatê-las,

para eliminá-las. Nesse caso, as unidades de guerrilhas devem considerar a situação em que se encontram: se aconselhável, elas devem lutar onde se encontram; se não, devem deslocar-se rápida e oportunamente para outro lugar. Por vezes, a fim de esmagar uma a uma as unidades do inimigo, as unidades de guerrilhas que aniquilaram determinadas forças inimigas em determinado lugar, devem deslocar-se imediatamente para um outro ponto, de modo a eliminar outras forças; por vezes, quando não se julga aconselhável combater em determinado ponto, as unidades de guerrilhas devem romper imediatamente o contacto com o inimigo e ir combater noutra parte. Quando as forças do inimigo representam uma ameaça particularmente séria, as unidades de guerrilhas não devem ficar muito tempo num mesmo lugar, mas sim deslocar-se com a rapidez do vento e da torrente. Em geral, as deslocações devem ser realizadas em segredo e rapidamente. Devem usar-se constantemente estratégias para enganar, engodar e confundir o inimigo, como por exemplo, fazer demonstrações a leste enquanto se ataca a oeste, aparecer quer no norte quer no sul, tão depressa atacar como retirar, empreender acções nocturnas, etc.

A flexibilidade na dispersão, na concentração e nas deslocações das forças, constitui a expressão concreta da iniciativa na guerra de guerrilhas, enquanto que a rigidez e a inércia conduzem inevitavelmente à passividade e causam perdas escusadas. Contudo, um comandante revela-se inteligente, não precisamente pela sua compreensão da importância da flexibilidade no emprego das forças, mas sim por sabê-las efectivamente disper-

sar, concentrar e deslocar a tempo, segundo a situação concreta. Essa sagacidade que permite dar-se conta da situação e escolher o momento justo para agir não se adquire facilmente; só podem adquiri-la os que estudam com modéstia, investigando e meditando persistentemente. Uma apreciação prudente das circunstâncias torna-se necessária, a fim de evitar que a flexibilidade se transforme em acção impulsiva.

Passemos enfim ao plano.

Sem um plano, as vitórias na guerra de guerrilhas são impossíveis. Pensar que a guerra de guerrilhas pode ser conduzida ao acaso indica ligeireza ou ignorância a respeito dessa guerra. A acção para toda uma zona de guerrilhas ou a acção dum só destacamento ou formação de guerrilhas, deve ser precedida dum plano tão minucioso quanto possível. Isso constitui a preparação prévia de cada acção. Informar-se sobre a situação, definir as tarefas, dispor as forças, realizar a preparação militar e política, assegurar os abastecimentos, pôr em ordem o equipamento e armamento, assegurar-se da ajuda popular, etc. — tudo isso faz parte do trabalho do comando das guerrilhas, trabalho que deve considerar-se e realizar-se com cuidado e consciência, controlando-se os respectivos resultados. Sem isso não pode haver iniciativa, flexibilidade ou ofensiva. É verdade que as condições da guerra de guerrilhas não permitem um alto grau de planificação como o da guerra regular, sendo por isso um erro tentar uma planificação muito minuciosa para esse tipo de guerra. Todavia, é necessário elaborar um plano tão minucioso quanto o permitam as condições objectivas, já que, com-preenda-se, a luta contra o in-

imigo não é brincadeira alguma.

Tudo o que dissemos acima serve para explicar o primeiro dos princípios estratégicos da guerra de guerrilhas, isto é, o princípio do uso da iniciativa, flexibilidade e plano na condução duma acção ofensiva durante a guerra defensiva, na acção de decisão rápida no decurso da guerra prolongada, e na acção no exterior das linhas na guerra no interior das linhas. Tal é o problema estratégico central da guerra de guerrilhas. A solução desse problema constitui garantia importante de vitória da guerra de guerrilhas, do ponto de vista da sua direcção militar.

Embora se tenham tratado aqui várias questões, todas elas giram à roda da ofensiva nas campanhas e nos combates. A iniciativa só pode ser definitivamente alcançada depois da vitória na ofensiva. Toda a acção ofensiva deve ser empreendida por nossa livre iniciativa e não por compulsão. A flexibilidade no emprego das forças gira à roda do esforço para passar à ofensiva, assim como a elaboração dum plano é necessária principalmente para assegurar o sucesso da acção ofensiva. A defesa táctica é destituída de sentido se não desempenha o seu papel de apoiar, directa ou indirectamente, uma ofensiva. A decisão rápida refere-se à duração da ofensiva e as linhas exteriores definem a respectiva esfera. A ofensiva é o único meio de destruir o inimigo\* e o principal meio de conservar as próprias forças, enquanto que a pura defesa e a retirada só podem desempenhar um papel temporário e parcial na conservação das nossas próprias forças, sendo de todo inúteis para a destruição do inimigo.

O princípio acima indicado é fundamentalmente o mesmo para a guerra regular e para a guerra de guerrilhas, diferindo simplesmente no grau da sua forma de realização, num ou noutro caso. Na guerra de guerrilhas, porém, é ao mesmo tempo importante e necessário não perder de vista essa diferença. É precisamente essa diferença na forma que distingue os métodos de acção da guerra de guerrilhas dos da guerra regular. Se confundimos as duas formas, a vitória na guerra de guerrilhas torna-se impossível.

## CAPITULO V

### COORDENAÇÃO COM A GUERRA REGULAR

O segundo problema da estratégia da guerra de guerrilhas é o da sua coordenação com a guerra regular. É uma questão de clarificação das relações entre a guerra de guerrilhas e a guerra regular no plano da acção militar e à luz da natureza da acção concreta das guerrilhas. A compreensão de tais relações é muito importante para derrotar com eficácia o inimigo.

Há três espécies de coordenação entre a guerra de guerrilhas e a guerra regular: na estratégia, nas campanhas e nos combates.

Tomada no seu conjunto, a guerra de guerrilhas, que por detrás das linhas inimigas debilita e contém o inimigo, dificulta os seus transportes, eleva o moral das forças regulares e do povo em todo o país, etc, está coordenada

estrategicamente com a guerra regular. Vejamos o caso da guerra de guerrilhas nas três províncias do Nordeste. Claro que a questão da coordenação não surgia antes da Guerra de Resistência à escala nacional; contudo, desde que esta começou, a significação de tal coordenação tornou-se evidente. Cada soldado inimigo que as guerrilhas matam aí, cada cartucho que fazem gastar ao inimigo e cada soldado inimigo que impedem de avançar para o sul da Grande Muralha, pode ser contado como uma contribuição à força total da resistência anti-japonesa. Além disso, é evidente que essas acções estão tendo um efeito desmoralizador sobre o conjunto do exército inimigo e em todo o Japão, enquanto que produzem um efeito exaltante no conjunto do nosso exército e do nosso povo. A significação da coordenação estratégica é ainda mais evidente na acção de guerrilhas ao longo das vias férreas de Pepim-Sui-uan, Pepim-Hancou, Tientsim-Pucou, Ta-tom-Pudjou, Tchentim-Tai-uan e Xangai-Handjou. O papel das unidades de guerrilhas não se limita à coordenação com as forças regulares durante a nossa defensiva estratégica e enquanto o inimigo está na ofensiva estratégica, nem à coordenação com as forças regulares para desorganizar a defesa do inimigo quando este conclua a sua ofensiva estratégica e passe à consolidação dos territórios ocupados; tal papel abrange também a coordenação com as forças regulares para expulsar as forças inimigas e recuperar os territórios perdidos, no momento em que as nossas forças regulares lancem a sua contra-ofensiva estratégica. Não se deve, pois, subestimar a grande importância da coordenação estratégica da guerra de guerrilhas com a guerra regu-

lar. Essa importância deve ser claramente compreendida tanto pelo comando das unidades de guerrilhas como pelo comando das forças regulares.

Além disso, a guerra de guerrilhas também se coordena com a guerra regular no decurso das campanhas. Por exemplo, na campanha de Sincou, a norte de Tai-ian, as guerrilhas desempenharam um papel notável quanto à coordenação, tanto ao norte como ao sul de Iemenquan, destruindo a via férrea de Tatom-Pudjou e as estradas da passagem de Pinsinquan e Ianfuancou. Para citar outro exemplo, depois que o inimigo ocupou Funlintu, a guerra de guerrilhas (realizada principalmente pelas tropas regulares) que já se tinha expandido por toda a província de Xansi, desempenhou um papel ainda mais importante ao coordenar-se com as campanhas defensivas a oeste do rio Amarelo, na província de Xensi, e a sul do mesmo rio, na província de Honan. De novo, quando o inimigo atacou o sul do Xantum, a guerra de guerrilhas nas cinco províncias do Norte da China prestou uma grande contribuição, coordenando-se com as campanhas do nosso exército na região atacada. Ao cumprirem uma tarefa deste tipo, o comando de cada base de guerrilhas na retaguarda do inimigo e o comando das formações de guerrilhas para aí enviadas temporariamente, devem dispor correctamente as suas forças e, adoptando diferentes tácticas, de acordo com o momento e o lugar, avançar energicamente contra os pontos mais vitais e vulneráveis do inimigo, a fim de enfraquecê-lo, contê-lo, dificultar os seus transportes e elevar o moral dos nossos exércitos em campanha nas linhas interiores, cumprindo desse modo a sua missão

na coordenação com as campanhas. Se cada zona de guerrilhas ou se cada unidade de guerrilhas age por si só, sem prestar atenção à coordenação com as campanhas das forças regulares, o seu papel na coordenação estratégica perde uma grande parte do seu significado, mesmo que, na estratégia geral, apresente ainda alguma importância. Todos os comandos das guerrilhas devem prestar uma séria atenção a esse assunto. Para atingir o objectivo de coordenação nas campanhas, é absolutamente necessário equipar todas as unidades importantes e todas as formações de guerrilhas com meios de comunicação por rádio.

Enfim, a coordenação com as forças regulares nos combates, isto é, no campo de batalha, constitui tarefa de todas as unidades de guerrilhas que agem nas proximidades dum campo de batalha nas linhas interiores. Evidentemente, isto só vale para as unidades de guerrilhas que operam não longe das forças regulares ou para as forças regulares enviadas temporariamente em cumprimento de missões de guerrilhas. Em tais casos, as unidades de guerrilhas devem cumprir quaisquer tarefas que lhes sejam ordenadas pelo comando das forças regulares, e que, geralmente, consistem em conter determinadas forças inimigas, dificultar os seus transportes, efectuar reconhecimentos ou servir de guia às forças regulares. Ainda que não recebam tais ordens, as unidades de guerrilhas devem realizar essas tarefas de sua própria iniciativa. É intolerável a atitude dum unidade de guerrilhas que fica de braços cruzados, não se movendo nem lutando, ou deslocando-se mas sem dar combate.

## CAPÍTULO VI CRIAÇÃO DE BASES DE APOIO

O terceiro problema estratégico da guerra de guerrilhas contra o Japão é o da criação de bases de apoio, cuja necessidade e importância resultam da natureza prolongada e do encarniçamento da guerra. Dado que a recuperação dos nossos territórios perdidos só será possível quando a contra-ofensiva estratégica se realizar à escala nacional, até esse momento a frente inimiga há-de penetrar profundamente na parte central do nosso país, e cortá-lo-á em dois, de norte a sul. Uma parte, a menor ou mesmo a maior parte do nosso território, cairá em mãos inimigas e transformar-se-á na sua retaguarda. Nós devemos estender a guerra de guerrilhas por todo esse vasto território ocupado pelo inimigo, transformar a sua retaguarda em frente de combate e forçá-lo a bater-se sem descanso no interior de todo o território ocupado. Até ao momento em que desencadeemos a contra-ofensiva estratégica e recuperemos os territórios perdidos, torna-se necessário prosseguir com tenacidade a guerra de guerrilhas na retaguarda do inimigo. Embora não seja possível determinar com precisão o tempo que durará esse período, não há dúvidas de que será bastante longo. Isso significa que a nossa guerra será de longa duração. Ao mesmo tempo, a fim de proteger os seus interesses nas zonas ocupadas, o inimigo não vacilará em intensificar dia a dia a luta contra as guerrilhas, tentando exterminá-las com toda a ferocidade, especialmente depois de ter concluído a sua ofensiva estratégica. Com o encarniçamento da guerra, acrescido ao

seu carácter prolongado, tornar-se-á impossível sustentar uma guerra de guerrilhas na retaguarda do inimigo, se não se contar com bases de apoio.

Em que consistem, pois, as bases de apoio na guerra de guerrilhas? Elas consistem em bases estratégicas sobre que se apoiam as guerrilhas ao cumprirem as suas tarefas estratégicas e ao realizarem o objectivo de conservação e expansão de si mesmas, de aniquilamento e repulsão do inimigo. Sem essas bases estratégicas, nada haveria em que pudessemos apoiar-nos para cumprir as nossas tarefas estratégicas e atingir o objectivo da guerra. Como as forças de guerrilhas estão separadas da retaguarda geral do país, uma das características da guerra de guerrilhas na retaguarda inimiga consiste em combater sem retaguarda. Mas as guerrilhas não podem manter-se por longo tempo nem ampliar-se se não tiverem bases de apoio que constituam a sua própria retaguarda.

A História registou muitas guerras camponesas do tipo bando rebelde errante, mas nenhuma delas teve êxito. Na nossa época de comunicações e técnica avançadas, seria ainda mais ilusório imaginar que se pode conquistar a vitória usando os métodos dos bandos rebeldes errantes. Contudo, a mentalidade de bando rebelde errante existe ainda hoje entre os camponeses empobrecidos, cujas concepções, reflectindo-se na mente dos comandos das guerrilhas, assumem a forma de negação da necessidade de bases de apoio ou subestimação da respectiva importância. Assim, começar por eliminar no espírito do comando das guerrilhas essa mentalidade de bando rebelde errante é uma condição prévia para a definição da política de criação de bases de apoio. A

questão de saber se é ou não necessário dispor de bases de apoio e se devemos ou não atribuir-lhes importância, por outras palavras, o conflito entre a ideia de bases de apoio e a de combate nos termos dos bandos rebeldes errantes surge em todas as guerras de guerrilhas e, até certo ponto, a nossa guerra de guerrilhas contra o Japão não constitui excepção. Em consequência, a luta contra a mentalidade de bando rebelde errante é um processo imprescindível. Só depois de essa mentalidade ter sido completamente eliminada, e formulada e aplicada efectivamente a política de criação de bases de apoio, é que existem as condições favoráveis à manutenção duma guerra de guerrilhas de longa duração.

Uma vez aclarada a necessidade e importância das bases de apoio, passemos aos problemas que daí decorrem, os quais devem ser compreendidos e resolvidos ao estabelecerem-se as ditas bases. Esses problemas são os seguintes: tipos de bases de apoio, zonas de guerrilhas e bases de apoio, condições para a criação de bases de apoio, consolidação e expansão das bases de apoio e tipos de cerco realizados por nós e pelo inimigo.

## SECÇÃO 1. TIPOS DE BASES DE APOIO

As bases de apoio na guerra de guerrilhas contra o Japão são principalmente de três tipos: bases de apoio de montanha, bases de apoio de planície e bases de apoio de regiões de rios, lagos e estuários.

A vantagem da criação de bases de apoio nas regiões montanhosas é conhecida de todos, e as bases que foram, estão sendo ou serão criadas em Tcham-pai1,

Vutai2, Taiham3, Tai4, Ien5 e MaoG são todas desse tipo. Todas elas são zonas em que a guerra de guerrilhas anti-japonesa pode manter-se por longo tempo e constituem importantes bastiões para a Guerra de Resistência. Nós devemos desenvolver a guerra de guerrilhas e criar bases de apoio em todas as regiões montanhosas situadas por detrás das linhas inimigas.

As planícies são, evidentemente, menos adequadas que as montanhas; todavia, não é de maneira alguma impossível desenvolver aí a guerra de guerrilhas e estabelecer nelas bases de apoio. A grande amplitude da guerra de guerrilhas nas planícies do Hopei e nas planícies do norte e noroeste do Xantum, prova que é possível desenvolver a guerra de guerrilhas nas planícies. Embora ainda não exista a prova da possibilidade da criação, nas planícies, de bases de apoio de longa duração, já se provou que é possível criar aí bases de apoio temporárias, e deve ser possível criar bases de apoio para pequenas unidades ou para servirem conforme as estações. Como por um lado o inimigo não tem tropas em número suficiente à sua disposição e prossegue uma política de brutalidade sem par, e, por outro lado, como a China dispõe dum vasto território e duma população numerosa que resiste ao Japão, as condições objectivas para o desen-volvimento da guerra de guerrilhas e a criação de bases de apoio temporárias nas planícies estão, por consequência, reunidas. Se a isso acrescentarmos um comando militar correcto, deve ser possível criar nas planícies bases de apoio duradouras, embora móveis, para pequenas unidades de guerrilhas7. Falando dum modo geral, quando o inimigo tiver concluído a sua ofensiva estratégica e

passar à fase da consolidação dos territórios ocupados, não há dúvidas de que lançará ataques ferozes contra todas as bases de apoio das guerrilhas e, as que se encontrarem nas planícies, não-de receber, naturalmente, os primeiros golpes. As grandes formações de guerrilhas que operam nas planícies serão então incapazes de manter-se por longo tempo lutando nessas regiões, tendo por consequência de deslocar-se gradualmente para as montanhas, segundo as circunstâncias, como por exemplo, das planícies do Hopei para as montanhas Vutai e Taiham, das planícies do Xantum para a montanha Tai e para a península do Xantum oriental. No caso da nossa guerra nacional, porém, não é impossível deixar um bom número de pequenas unidades de guerrilhas dispersas pelos diversos distritos das extensas planícies, as quais adoptarão um método móvel de luta, trasladando as suas bases dum lugar para outro. É inteiramente possível realizar uma guerra de guerrilhas de temporada, aproveitando a “cortina verde” das altas plantações no Verão e beneficiando dos rios gelados no Inverno. Como o inimigo não tem, presentemente, os excedentes de forças necessários para ocupar-se das guerrilhas, e nem os terá no futuro de modo a poder fazê-lo completamente, é-nos absolutamente necessário definir por agora uma política de desenvolvimento amplo da guerra de guerrilhas e de criação de bases de apoio temporárias nas planícies, e, para futuro, orientarmo-nos resolutamente no sentido duma guerra de guerrilhas com base em pequenas unidades ou, pelo menos, no sentido duma guerra de guerrilhas de temporada, assim como estabelecer bases de apoio móveis.

Objectivamente, as possibilidades de desenvolver a guerra de guerrilhas e criar bases de apoio são maiores nas regiões de rios, lagos e estuários do que nas regiões de planície, mas menores do que nas regiões de montanha. Tanto os inúmeros combates dramáticos travados pelos “piratas” e “bandidos da água”, de que a nossa história está cheia, como a guerra de guerrilhas mantida por vários anos, na época do Exército Vermelho, à volta do lago Hom, comprovam a possibilidade do desenvolvimento da guerra de guerrilhas e da criação de bases de apoio nas regiões de rios, lagos e estuários. Porém, os partidos políticos e as massas que resistem ao Japão continuam a dispensar pouca atenção a esse ponto. Embora não existam ainda condições subjectivas nessas regiões, não há dúvida que devemos examinar muito atentamente essa possibilidade e meter-nos ao trabalho. Como um aspecto do desenvolvimento da nossa guerra de guerrilhas à escala nacional\*, nós devemos organizar adequadamente as guerrilhas no lago Hontsé, norte do rio Yangtsé, no lago Tai, sul do Yangtsé, e em todas as regiões de rios, lagos e estuários das áreas ocupadas pelo inimigo ao longo do Yangtsé e nas costas marítimas, assim como devemos criar, aí e nas regiões próximas, bases de apoio de carácter permanente. Passar por alto esse aspecto equivale a prover o inimigo de todas as facilidades em transporte por água, e constitui uma falha do nosso plano estratégico na Guerra de Resistência, falha que deve ser remediada a tempo.

## SECÇÃO 2. ZONAS DE GUERRILHAS E BASES DE APOIO

Na guerra de guerrilhas por detrás das linhas inimigas há uma diferença entre zonas de guerrilhas e bases de apoio. Os territórios cercados pelo inimigo e cujas partes centrais não se encontram ocupadas por ele, ou, tendo sido ocupadas, já se encontram libertadas, como por exemplo certos distritos da região montanhosa de Vutai (isto é, da região fronteira Xansi-Tchahar-Hopei) assim como certos sectores das regiões montanhosas de Taiham e Tai, constituem por si mesmos bases de apoio a partir das quais as unidades de guerrilhas podem facilmente desenvolver a guerra de guerrilhas. A situação é diferente, porém, em outros pontos dessas mesmas regiões, como por exemplo nos sectores leste e norte da região montanhosa de Vutai, isto é, parte do Hopei ocidental e parte do sul de Tchahar, assim como em muitos outros pontos a leste de Paotim e a oeste de Tsandjou. Quando a guerra de guerrilhas começou, as guerrilhas não puderam ocupar completamente esses lugares, ficando assim exclusivamente limitadas a fazer incursões frequentes; tais regiões são dominadas pelas guerrilhas enquanto estas aí se encontram, mas caem em poder do regime títere quando elas se retiram, não constituindo por isso bases de apoio, mas unicamente aquilo a que se pode chamar zonas de guerrilhas. Essas zonas de guerrilhas transformar-se-ão em bases de apoio depois que passem por certas etapas indispensáveis da guerra de guerrilhas, isto é, quando nelas já tenham sido liquidados ou derrotados efectivos importantes do

inimigo, destruído o regime títere, despertada a actividade popular, constituídas organizações de massas anti-japonesas, desenvolvidas as forças armadas populares e estabelecido o poder político anti-japonês. Por expansão das nossas bases de apoio entendemos o acrescentamento de bases como essas às que já estão criadas.

Na guerra de guerrilhas, em certos lugares, como por exemplo o Hopei oriental, o campo inteiro de acção tem constituído, desde o começo, uma zona de guerrilhas. De há muito que o regime títere estava ali estabelecido, existindo, simultaneamente, forças armadas populares provenientes de levantamentos locais, assim como destacamentos de guerrilhas enviados a partir das montanhas Vutai. A princípio, tudo quanto as guerrilhas puderam fazer foi escolher boas posições para usá-las como retaguardas ou bases de apoio temporárias. Só depois de as forças inimigas serem destruídas e o trabalho de mobilização das massas atingir pleno desenvolvimento é que -a situação característica de zona de guerrilhas deixará de existir, transformando-se o território em base de apoio relativamente estável.

A transformação duma zona de guerrilhas em base de apoio constitui pois um árduo processo, e depende do grau de destruição das forças inimigas e do grau de mobilização das massas dessa área.

Muitas regiões permanecerão por longo tempo no estado de zonas de guerrilhas. Em tais regiões, o inimigo não poderá estabelecer um regime títere estável, por mais esforços que faça por mantê-las sob seu controle, enquanto que, por nosso turno, não seremos capazes de atingir o objectivo de estabelecer o poder político

anti-japonês, ainda que façamos todo o possível por desenvolver a guerra de guerrilhas. Exemplos disso temos no que acontece nas regiões ocupadas pelo inimigo ao longo das vias férreas, nas regiões vizinhas das grandes cidades e em certas regiões de planície.

Quanto às grandes cidades, estações de caminhos de ferro e certas regiões de planície que o inimigo controla com forças importantes, a situação é tal que a guerra de guerrilhas só pode estender-se até às suas proximidades, não pode penetrar no seu interior, pois nesses pontos existem regimes títeres relativamente estáveis. A situação é outra, portanto.

Os erros da nossa direcção ou uma forte pressão exercida pelo inimigo podem provocar a inversão do estado de coisas descrito acima, isto é, uma base de apoio pode transformar-se numa zona de guerrilhas e uma zona de guerrilhas pode transformar-se numa área sob ocupação relativamente estável do inimigo. Tais transformações são possíveis e exigem uma especial atenção por parte do comando das guerrilhas.

Assim, como resultado da guerra de guerrilhas e da nossa luta contra o inimigo, o conjunto dos territórios por ele ocupados pode dividir-se nas três categorias seguintes: primeiro, bases de apoio anti-japonesas controladas pelas nossas unidades de guerrilhas e pelos nossos órgãos do poder político; segundo, áreas controladas pelo imperialismo japonês e pelos seus regimes títeres; terceiro, zonas intermédias disputadas por ambas as partes, isto é, zonas de guerrilhas. O comando das guerrilhas tem o dever de expandir ao máximo os territórios da primeira e terceira categorias e reduzir ao mínimo

os da segunda categoria. Essa é a tarefa estratégica da guerra de guerrilhas.

### SECÇÃO 3. CONDIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE BASES DE APOIO

As condições fundamentais para a criação de bases de apoio são a existência de forças armadas anti-japonesas, a utilização dessas forças armadas para a derrota do inimigo e a mobilização das massas populares. Assim, o problema da criação de bases de apoio é, antes de tudo, um problema de criação de forças armadas. Os dirigentes dum guerra de guerrilhas devem dedicar toda a sua energia à criação de uma ou várias unidades de guerrilhas e à transformação gradual dessas forças em formações de guerrilhas, no próprio decorrer da luta, inclusivamente em unidades ou formações regulares. A criação de forças armadas é a chave da criação das bases de apoio; se não há forças armadas, ou se as forças armadas existentes são fracas, nada se pode fazer. Eis a primeira condição.

A segunda condição indispensável para a criação de bases de apoio é serem as forças armadas utilizadas em coordenação com o povo, para infligir derrotas ao inimigo. Todos os territórios sob controle do inimigo são bases inimigas e não bases de apoio para a guerra de guerrilhas, donde se conclui que tais territórios não podem ser transformados em bases de apoio enquanto o inimigo não for derrotado. A menos que destruamos os ataques do inimigo e o derrotemos, os próprios territórios controlados pelas guerrilhas cairão sob o controle inimigo, tornando-se então igualmente impossível

a criação de bases de apoio. A terceira condição indispensável para a criação de bases de apoio é o uso de toda a nossa potência, incluindo as nossas forças armadas, a fim de levantar as massas para a luta contra o Japão. É no decurso dessa luta que devemos armar o povo, isto é, organizar corpos de auto-defesa e unidades de guerrilhas. É ainda no decurso dessa luta que devemos criar organizações de massas e integrar os operários, camponeses, jovens, mulheres, crianças, comerciantes e membros das profissões liberais — de acordo com o seu grau de consciência política e entusiasmo pela luta — nas várias organizações necessárias à luta contra o Japão, assim como expandir gradualmente tais organizações. Sem organização, o povo não pode concretizar a sua força na luta contra o Japão. No decorrer dessa luta, devemos eliminar os traidores declarados e encobertos, tarefa que só pode ser levada a bom termo confiando-se na força do povo. Nessa luta, é particularmente importante mobilizar o povo para que estabeleça ou consolide os órgãos locais do poder político anti-japonês. Com o apoio das grandes massas populares, devemos transformar e consolidar os antigos órgãos do poder político chinês nas zonas em que não tenham sido destruídos pelo inimigo, e, nas zonas em que o tenham sido, devemos restabelecê-los com base nos esforços das próprias massas populares. Eles são órgãos do poder político para aplicar a política de frente única nacional anti-japonesa, devem unir todas as forças do povo a fim de lutar contra o nosso único inimigo, o imperialismo japonês e os seus lacaios, os traidores e os reaccionários.

As bases de apoio para a guerra de guerrilhas só podem

ser realmente criadas com a realização gradual dessas três condições básicas, isto é, depois da criação das forças armadas anti-japonesas, depois de o inimigo ter sofrido derrotas e depois de o povo ter sido mobilizado. Além disso, deve mencionar-se também a questão das condições geográficas e económicas. No que respeita a condições geográficas, nós já falámos das três categorias diferentes de bases, ao tratarmos dos “tipos de bases de apoio”; agora, apenas mencionaremos a exigência mais importante, isto é, a necessidade dum vasto território. Nas zonas cercadas por todos os lados pelo inimigo, ou simplesmente cercadas por três pontos, as regiões de montanhas oferecem naturalmente as melhores condições para a criação de bases de apoio que possam manter-se por longo tempo; todavia, o principal é que exista espaço suficiente para as manobras das guerrilhas, isto é, que o território seja vasto. Com um vasto território, a guerra de guerrilhas pode ser desenvolvida e mantida mesmo nas planícies, isto para não falar das regiões de rios, lagos e estuários. Dum modo geral, a vastidão do nosso território e a insuficiência de forças por parte do inimigo fazem com que a guerra de guerrilhas na China beneficie já dessa condição. Essa é uma condição importante, primária mesmo, do ponto de vista das possibilidades de realização duma guerra de guerrilhas, de tal maneira que os países pequenos como a Bélgica, que não contam com essa condição, têm poucas ou nenhuma possibilidade de realizá-la. Na China, porém, tal condição não é coisa por que se tenha de lutar, nem representa um problema a resolver; é algo que já existe naturalmente, esperando apenas que seja explorado.

Quanto à sua natureza, as condições económicas assemelham-se às condições geográficas. Como estamos a tratar da criação de bases de apoio por detrás das linhas inimigas, e não num deserto, pois aí não pode encontrar-se o inimigo, cada zona em que este pode penetrar tem, de há muito, uma população constituída por chineses, assim como uma base económica de subsistência, de tal maneira que a questão da busca de condições económicas na criação das bases de apoio não se levanta. Independentemente de considerações económicas, nós devemos fazer o máximo por desenvolver a guerra de guerrilhas e criar bases de apoio, permanentes ou temporárias, em todos os pontos habitados por chineses e penetrados pelo inimigo. Do ponto de vista político, porém, as condições económicas apresentam um problema, o problema da política económica, que é de importância vital na criação de bases de apoio. A política económica das bases de apoio das guerrilhas deve seguir os princípios de frente única nacional anti-japonesa de repartição equitativa das cargas fiscais e protecção do comércio. Nem os órgãos locais do poder político nem as unidades de guerrilhas devem violar esses princípios, pois de contrário a criação das bases de apoio e a manutenção da guerra de guerrilhas serão afectadas negativamente. A repartição equitativa das cargas fiscais significa que “os que têm dinheiro contribuem com dinheiro”, enquanto que os camponeses devem, até certo limite, abastecer as unidades de guerrilhas em cereais. A protecção do comércio significa que as unidades de guerrilhas devem ser altamente disciplinadas e que o confisco de empresas comerciais, exceptuadas as pert-

encentes a traidores reconhecidos, deve ser estritamente proibido. Essa não é uma questão fácil, mas tal política foi estabelecida e tem de ser posta em prática.

#### SECÇÃO 4. CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DAS BASES DE APOIO

A fim de encerrar o inimigo invasor no interior dos seus raros pontos de apoio, isto é, no interior das grandes cidades e ao longo das principais vias de comunicação, as guerrilhas devem fazer o máximo por estender tanto quanto possível a guerra, a partir das bases de apoio, e fazer pressão sobre todos os pontos de apoio do inimigo, ameaçando-lhe a existência, abatendo-lhe o moral e expandindo, ao mesmo tempo, essas bases de apoio. Isso é essencial. Há que lutar contra o espírito conservador na condução da guerra de guerrilhas. Com origens no desejo duma vida fácil ou na sobrestimação da força do inimigo, o espírito conservador só pode causar perdas à Guerra de Resistência e é prejudicial tanto à guerra de guerrilhas como às próprias bases de apoio. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer-nos da consolidação das bases de apoio, cujas tarefas principais são a mobilização e a organização das massas, assim como a preparação de unidades de guerrilhas e de forças armadas locais. Tal consolidação é necessária ao prosseguimento da guerra prolongada e à expansão das próprias bases de apoio, já que, sem consolidação, nenhuma expansão vigorosa é possível. Se nos preocupamos unicamente com a expansão e nos esquecemos da consolidação durante a guerra de guerrilhas, seremos incapazes de re-

sistir aos ataques do inimigo e, conseqüentemente, não só perderemos a possibilidade de expandir as bases de apoio como também poremos em perigo a sua própria existência. O princípio correcto é expandir ao mesmo tempo que se consolida, o que é um bom método para assegurar a possibilidade de progredir com êxito na ofensiva e defender-se com sucesso na retirada. Numa guerra de longa duração, o problema da consolidação e expansão das bases de apoio surge, constantemente, em relação a cada unidade de guerrilhas. A solução concreta deve depender das circunstâncias. Em certo momento, a prioridade deve ser dada à expansão, isto é, à ampliação do território das zonas de guerrilhas e ao aumento das unidades de guerrilhas. Em outras ocasiões, a prioridade deve ser dada à consolidação, isto é, à organização das massas populares e à preparação de tropas. Como a expansão e a consolidação diferem em natureza, e as disposições militares e as demais tarefas diferem conseqüentemente, uma solução eficaz do problema só será possível se concedermos a prioridade ora a uma ora a outra, de acordo com o tempo e as circunstâncias específicas.

#### SECÇÃO 5. TIPOS DE CERCO REALIZADOS POR NÓS E PELO INIMIGO

Tomando a Guerra de Resistência no seu conjunto, não há dúvida de que estamos estrategicamente cercados pelo inimigo, já que ele se encontra na ofensiva estratégica e opera no exterior das linhas, enquanto que nós estamos na defensiva estratégica e operamos no inte-

rior das linhas. Esse é o primeiro tipo de cerco que o inimigo nos impõe. Por outro lado, nós cercamos cada uma das colunas inimigas que, das linhas exteriores, avançam sobre nós por rotas separadas, na medida em que adoptamos uma política de ofensiva no exterior das linhas durante as campanhas e os combates, usando forças numericamente superiores contra essas colunas. Esse é o primeiro tipo de cerco que impomos ao inimigo. Além disso, se consideramos as bases de apoio das guerrilhas na retaguarda do inimigo, cada base, tomada isoladamente, está cercada por todos os lados, como acontece com a região montanhosa de Vutai, ou simplesmente cercada por três lados, como é o caso na região noroeste de Xansi. Esse é o segundo tipo de cerco que o inimigo nos impõe. Contudo, se se considera o conjunto das bases de apoio da guerra de guerrilhas nas suas relações com a frente das forças regulares, pode ver-se que, por nosso turno, cercamos uma grande quantidade de forças inimigas. Na província de Xansi, por exemplo, cercamos a via férrea de Tatom-Pudjou por três lados (os flancos leste e oeste e o fim da linha, no sul) e cercamos por todos os lados a cidade de Tai-ian; e muitos mais exemplos podemos encontrar nas províncias de Hopei, Xantum e outras. Esse é o segundo tipo de cerco que impomos ao inimigo. Assim, há dois tipos de cerco que as forças do inimigo podem realizar contra nós e dois tipos de cerco que podemos realizar contra o inimigo — o que, em linhas gerais, se assemelha a uma partida de Veitcbfi. As campanhas e os combates travados pelas duas partes lembram a tomada recíproca das peças no jogo, assim como o estabelecimento de pontos

de apoio pelo inimigo e a criação de bases de apoio por nós se assemelham às jogadas para dominar os espaços no tabuleiro. É justamente nessa questão de “dominar os espaços” que se revela o importante papel estratégico das bases de apoio das guerrilhas na retaguarda do inimigo. Nós levantamos esta questão com respeito à Guerra de Resistência a fim de que as autoridades militares nacionais e os dirigentes da guerra de guerrilhas nas diferentes regiões, inscrevam na agenda o desenvolvimento da guerra de guerrilhas por detrás das linhas inimigas, assim como a criação de bases de apoio onde seja possível fazê-lo, realizando tudo isso como sendo uma tarefa estratégica. Se, no plano internacional, conseguimos criar uma frente anti-japonesa na região do Pacífico, tendo a China como uma das unidades estratégicas e a União Soviética e talvez outros países mais, como outras unidades estratégicas, dispostos de um tipo mais de cerco contra o inimigo sobre os tipos de que ele dispõe contra nós, e criamos uma linha exterior de acção na região do Pacífico, a partir da qual poderemos cercar e destruir o Japão fascista. Actualmente, essa questão ainda é de importância prática insignificante, mas trata-se duma perspectiva que não se deve pôr de parte.

## CAPITULO VII

### A DEFENSIVA ESTRATÉGICA E A OFENSIVA ESTRATÉGICA NA GUERRA DE GUERRILHAS

O quarto problema da estratégia da guerra de guerrilhas diz respeito à defensiva e à ofensiva estratégicas. Trata-se

do problema de saber como deve ser aplicada, na prática, a política de guerra ofensiva que mencionámos na discussão do primeiro problema, quer quando estamos na fase defensiva, quer quando nos encontramos na fase ofensiva da nossa guerra de guerrilhas contra o Japão. No decorrer da defensiva estratégica e da ofensiva estratégica (mais exactamente, da contra-ofensiva estratégica) à escala nacional, desenvolvem-se, no interior de cada base de apoio ou à volta dela, defensivas e ofensivas estratégicas de pequena escala. Por defensiva estratégica, nós entendemos a situação e as directivas estratégicas que prevalecem quando o inimigo está na ofensiva e nós na defensiva. Por ofensiva estratégica, entendemos a situação e as directivas estratégicas que prevalecem quando o inimigo está na defensiva e nós na ofensiva.

### SECÇÃO I. A DEFENSIVA ESTRATÉGICA NA GUERRA DE GUERRILHAS

Depois de a guerra de guerrilhas ter começado e ter atingido um certo desenvolvimento, o inimigo atacará inevitavelmente as bases de apoio, em particular na fase em que a sua ofensiva estratégica à escala do nosso país estiver concluída e em que ele se dedica a consolidar as regiões ocupadas. É necessário reconhecer a inevitabilidade desses ataques, pois, de outro modo, o comando das guerrilhas será apanhado desprevenido e, em face dos pesados ataques do inimigo, ficará alarmado, confundido, e as suas forças serão indubitavelmente derrotadas.

A fim de liquidar as guerrilhas e as respectivas bases

de apoio, o inimigo recorre frequentemente a ataques convergentes. Por exemplo, em cada uma das quatro ou cinco “expedições punitivas” contra a região montanhosa de Vutai, o inimigo realizou um avanço planejado em três, quatro e até seis ou sete colunas, simultaneamente. Quanto maior for a escala do combate das guerrilhas, quanto mais importante for a posição das bases de apoio, e quanto maior for a ameaça para os centros estratégicos e linhas de comunicação vitais do inimigo, tanto mais encarniçados serão os seus ataques contra a guerrilha e respectivas bases de apoio. Assim, quanto mais encarniçados forem os ataques do inimigo contra um ponto, tanto maior será a indicação sobre o sucesso da luta das respectivas guerrilhas e sobre a eficácia da coordenação dessa luta com a guerra regular.

Quando o inimigo lança um ataque convergente em várias colunas, a orientação a seguir pelas guerrilhas deve ser a de esmagar esse ataque por meio dum contra-ataque. Tal ataque pode ser facilmente esmagado, se cada coluna inimiga que avança é constituída simplesmente por uma só unidade, grande ou pequena, sem unidades de apoio e inca-paz de garantir com tropas a rota de avanço, bem como de construir blocos ou estradas para veículos motorizados. Quando lança um ataque convergente, o inimigo está na ofensiva e opera nas linhas exteriores, enquanto que nós estamos na defensiva e operamos no interior das linhas. Pelo que respeita às nossas disposições, devemos usar as forças secundárias para fixar as várias colunas inimigas, enquanto que a nossa força principal deve ser lançada em ataques de surpresa (emboscadas, principalmente) nas campanhas e nos com-

bates, contra uma só das colunas inimigas, golpeando-a enquanto ela se encontra em movimento. Embora forte, o inimigo debilita-se em virtude dos repetidos ataques de surpresa, chegando frequentemente a retirar-se ainda a meio do caminho; nessa altura, as unidades de guerrilhas podem realizar novos ataques de surpresa, durante a perseguição, o que enfraquece ainda mais o inimigo. Geralmente, o inimigo ocupa as capitais de distrito ou as vilas das nossas bases de apoio, antes de concluir a sua ofensiva ou antes de começar a retirar; em consequência, devemos cercar essas cidades e vilas, cortar-lhes os abastecimentos e destruir-lhes as vias de comunicação, de maneira a que, quando ele não possa manter-se e comece a retirar, nós possamos aproveitar a oportunidade para perseguir e atacar. Depois de esmagar uma coluna, devemos deslocar rapidamente as nossas forças para esmagar mais outra e, dessa maneira, esmagando-as uma a uma, destroçar o ataque convergente.

Uma grande base de apoio como a das montanhas Vutai forma uma “região militar” que, por sua vez, se divide em quatro, cinco e até mais “sub-regiões”, dispondo cada uma de forças próprias que operam independentemente. Pela aplicação das tácticas descritas acima, tais forças têm esmagado em geral os ataques inimigos simultânea ou sucessivamente.

Nos planos de acção contra um ataque convergente do inimigo, nós dispomos geralmente as nossas forças principais no interior das linhas. Quando dispomos de forças suficientes, porém, devemos aplicar as nossas forças secundárias (tais como as unidades de guerrilhas dos distritos ou sub-distritos, ou até mesmo parte das for-

ças principais) no exterior das linhas, a fim de destruir as comunicações do inimigo e conter os seus reforços. Se o inimigo permanece muito tempo na nossa base de apoio, podemos inverter os planos acima indicados, isto é, deixar algumas das nossas forças na base de apoio, para conter o inimigo, e empregar as nossas forças principais no ataque à região donde ele tenha vindo e intensificar aí as nossas acções de forma a que este se veja obrigado a retirar e a atacar as nossas forças principais; a essa táctica chama-se “salvar o Estado de Tchao, cercando o Estado de Vei”<sup>9</sup>.

No decorrer da acção contra um ataque convergente, os corpos locais de auto-defesa anti-japonesa, todas as organizações de massas, devem mobilizar--se para a acção e, por todos os meios, ajudar as nossas tropas e combater o inimigo. Na luta contra o inimigo é importante decretar o estado de sítio local e, tanto quanto possível, “reforçar os muros e limpar os campos”. A primeira medida destina-se a eliminar os traidores e evitar que o inimigo receba informações, destinando-se a segunda a apoiar a nossa acção (reforçar os muros) e evitar que o inimigo consiga alimentos (limpar os campos). “Limpar os campos” significa proceder à colheita assim que o grão esteja maduro.

Quando o inimigo se retira, geralmente incendia as casas das cidades e vilas que ocupou, assim como as das aldeias ao longo da sua rota, a fim de destruir as bases de apoio da guerra de guerrilhas; ao proceder assim, porém, ele priva-se de alojamento e alimentação na sua próxima ofensiva, prejudicando-se a si próprio. Esse é um caso concreto que mostra bem o que entendemos

por: uma só e mesma coisa tem dois aspectos contraditórios.

O comando das guerrilhas nunca deve pensar em abandonar a sua base de apoio e mudar-se para uma outra, enquanto não se provar, depois de repetidas acções, que é completamente impossível esmagar ali mesmo o pesado ataque convergente do inimigo. Em tais circunstâncias devemos estar prevenidos contra o pessimismo. Desde que os chefes não cometam erros em matéria de princípios, é normalmente possível esmagar os ataques convergentes e manter-se nas bases de apoio situadas nas regiões de montanhas. Somente nas regiões de planície é que, ante um pesado ataque convergente, o comando das guerrilhas deve considerar outras medidas, à luz das circunstâncias concretas, nomeadamente o deixar nesse mesmo local um grande número de pequenas unidades para que realizem uma acção em ordem dispersa, enquanto se deslocam provisoriamente as formações importantes de guerrilhas para determinada região montanhosa, de tal maneira que estas possam regressar e retomar as suas actividades na planície, uma vez que se retirem as forças principais do inimigo.

Dum modo geral, os japoneses não podem adoptar a regra da guerra de blocos, usada pelo Kuomintang nos tempos da guerra civil, dada a contradição entre a insuficiência das suas forças e a vastidão do território da China. Contudo, devemos contar com a possibilidade de o inimigo a usar em certa medida, contra aquelas bases de apoio das guerrilhas que ameaçam particularmente as suas posições vitais, mas, mesmo nessas circunstâncias, devemos estar preparados para manter a guerra de

guerrilhas em tais regiões. Nós já fizemos a experiência da manutenção da guerra de guerrilhas durante a guerra civil, assim, não pode existir a menor dúvida de que seremos ainda mais capazes de mantê-la numa guerra nacional. Embora em matéria de correlação de forças o inimigo tenha a possibilidade de empregar, contra certas bases de apoio, forças de longe superiores, tanto em qualidade como em quantidade, permanece sem solução a contradição nacional entre nós e o inimigo, assim como continuam inevitáveis as debilidades do seu comando. As nossas vitórias baseiam-se no trabalho profundo entre as massas e nas tácticas flexíveis que comandam a nossa acção.

## SECÇÃO 2. A OFENSIVA ESTRATÉGICA NA GUERRA DE GUERRILHAS

Depois de esmagarmos uma ofensiva inimiga e antes que o inimigo inicie uma nova, este encontra--sc na defensiva estratégica e nós na ofensiva estratégica. Nessa altura, a orientação da nossa acção não consiste em atacar forças inimigas entrincheiradas em posições defensivas e que nós não estamos seguros de poder vencer, mas sim em aniquilar ou expulsar sistematicamente as pequenas unidades do inimigo e as forças armadas dos traidores, nas regiões em que somos suficientemente fortes para fazê-lo, assim como em ampliar as áreas por nós ocupadas, mobilizar as massas para a luta contra o Japão, recompletar e treinar as nossas tropas e formar novas unidades de guerrilhas. Se o inimigo ainda se mantém na defensiva quando essas tare-

fas já\* estão bem encaminhadas, podemos ampliar ainda mais as zonas recém-conquistadas, atacar as cidades e as vias de comunicação mal guarnecidas, ocupando-as por muito ou pouco tempo, de acordo com as circunstâncias. Todas essas são tarefas da nossa ofensiva estratégica e têm como finalidade explorar a vantagem de o inimigo estar na defensiva, para desenvolvermos efectivamente as nossas forças militares e a força das massas, reduzirmos com eficácia as forças do inimigo e prepararmos para esmagá-lo metódica e vigorosamente, quando lance uma nova ofensiva.

O repouso e o treino das nossas tropas são necessários, e o melhor momento para isso é o período em que o inimigo está na defensiva. Não se trata de abandonar tudo para descansar e proceder ao treino, mas sim de encontrar uma ocasião para repousar e treinar-se enquanto se realiza a ampliação das áreas que ocupamos, se aniquilam as pequenas unidades do inimigo e se levanta o povo para a luta. Geralmente, esse é também o momento em que se resolvem os difíceis problemas do abastecimento em alimentos, vestuário, mantas, "etc.

Esse é também o momento em que se destroem em grande escala as linhas de comunicação do inimigo, em que se paralisam os seus transportes e se dá um apoio directo às forças regulares em campanha.

Nesses períodos, nas bases de apoio das guerrilhas, nas zonas de guerrilhas e no seio das unidades de guerrilhas, o moral é elevado e as regiões devastadas pelo inimigo vão-se restabelecendo e renascem para a vida. As populações das áreas ocupadas pelo inimigo sentem-se muito entusiasmadas, e a fama das acções das guerrilhas corre

por toda a parte. No campo do inimigo e dos seus cães de fila, os traidores, o pânico e a desintegração aumentam, ao mesmo tempo que cresce o ódio às guerrilhas e às bases de apoio, e se intensificam os preparativos para acabar com elas. Durante a ofensiva estratégica, pois, é inadmissível que o comando das guerrilhas fique inchado com as vitórias, despreze o inimigo e esqueça o reforço da unidade das suas próprias fileiras e a consolidação das bases de apoio e das suas próprias forças. Nessa altura, ele deve vigiar cuidadosamente cada um dos movimentos do inimigo, buscando os indícios da sua nova ofensiva, de maneira a que, quando esta se verifique, possa concluir em boa ordem a sua ofensiva estratégica, passar à defensiva estratégica e esmagar então a ofensiva do inimigo.

## CAPITULO VIU

### PASSAGEM DA GUERRA DE GUERRILHAS A GUERRA DE MOVIMENTO

O quinto problema da estratégia da guerra de guerrilhas contra o Japão é o da sua passagem à guerra de movimento, desenvolvimento igualmente possível e necessário em razão do carácter prolongado e encarniçado da guerra. Se a China pudesse, rapidamente, derrotar os invasores japoneses e recuperar os territórios perdidos, e se a guerra não fosse nem prolongada nem encarniçada, tal passagem não seria necessária. Mas como, pelo contrário, ela é prolongada e encarniçada, a guerra de guerrilhas não pode adaptar-se a um tal

tipo de guerra, a menos que se transforme em guerra de movimento. Dado que a guerra é prolongada e encarniçada, é possível às unidades de guerrilhas adquirirem a ténpera necessária e transformarem-se gradualmente em unidades regulares, de maneira a que a sua forma de combate se vá tornando cada vez mais regular, e a guerra de guerrilhas passe a guerra de movimento. A possibilidade e a necessidade de tal desenvolvimento devem ser claramente reconhecidas pelos comandos das guerrilhas, se eles desejam persistir e realizar sistematicamente a política de passagem da guerra de guerrilhas à guerra de movimento.

Em muitos pontos, como por exemplo, a região montanhosa de Vutai, a actual guerra de guerrilhas deve o seu desenvolvimento ao envio de fortes destacamentos pelas forças regulares. Aí, a acção apresenta, desde o início, elementos da guerra de movimento, muito embora tenha, em geral, o carácter duma acção de guerrilhas. Esses elementos da guerra de movimento desenvolver-se-ão gradualmente com o desenrolar da guerra. Nisso reside a vantagem da presente guerra de guerrilhas anti-japonesa, vantagem que tanto possibilita o seu rápido desenvolvimento como a sua rápida elevação para um nível superior; assim, as condições da actual guerra de guerrilhas são de longe superiores às que existiam nas três províncias do Nordeste.

Para transformar as unidades que fazem a guerra de guerrilhas em unidades regulares capazes de fazer uma guerra de movimento, são necessárias duas condições: aumento dos seus efectivos e elevação da sua qualidade. Quanto à quantidade, além da mobilização directa do

povo para que se incorpore nas forças armadas, podem conseguir-se efectivos maiores pela fusão das pequenas unidades; quanto à elevação da qualidade, ela depende do esforço para temperar os combatentes e melhorar as armas no próprio decorrer da guerra.

Ao proceder-se à fusão das pequenas unidades, devemos guardar-nos contra o regionalismo, que concentra a atenção exclusivamente nos interesses locais e impede a centralização, guardando-nos, ao mesmo tempo, contra o espírito puramente militar, que não leva em conta os interesses locais.

O regionalismo existe entre as unidades de guerrilhas locais e entre os governos locais, que se preocupam exclusivamente com os interesses locais, esquecendo os interesses gerais, ou preferem agir cada um por si, por não estarem acostumados a actuar colectivamente. Os comandos das principais unidades de guerrilhas ou das formações de guerrilhas devem ter isso em conta e adoptar o sistema de fusão gradual, parte por parte, das unidades locais, permitindo às autoridades locais que mantenham algumas das suas forças e continuem a expandir a sua guerra de guerrilhas; os comandos devem levar essas unidades a realizar, primeiro, uma acção em conjunto, e só depois a sua fusão, sem quebrar a respectiva organização originária e conservando os respectivos quadros, de maneira que as pequenas unidades se integrem suavemente nas\* grandes formações.

Oposto ao regionalismo, o espírito puramente militar constitui o ponto de vista errado cios que, no seio das forças principais, procuram unicamente aumentar as suas próprias forças e descuram o auxílio às forças arma-

das locais. Eles não vêem que a passagem da guerra de guerrilhas à guerra de movimento não significa o abandono da guerra de guerrilhas, mas sim a formação gradual, no decorrer dum grande desenvolvimento da guerra de guerrilhas, duma força principal capaz de realizar a guerra de movimento, uma força à volta da qual devem existir ainda numerosas unidades de guerrilhas, realizando uma ampla acção de guerrilhas. Essas unidades de guerrilhas constituem poderosos auxiliares das forças principais e funcionam como reservas inesgotáveis para o constante crescimento destas últimas. É por isso que os dirigentes das forças principais que cometeram o erro de descurar os interesses das populações e dos governos locais, em resultado duma visão puramente militar, devem esforçar-se por corrigi-lo, a fim de que tanto a expansão das forças principais como a multiplicação das unidades armadas locais recebam a devida atenção.

Para elevar a qualidade das unidades de guerrilhas é imprescindível elevar o seu nível político e de organização, melhorar o seu equipamento, técnica, tácticas e disciplina, de maneira que, pouco a pouco, cias sigam por si mesmas o exemplo do exército regular e reduzam os seus hábitos de guerrilha. Do ponto de vista político, é necessário fazer com que os comandantes e os combatentes compreendam a necessidade da elevação das unidades de guerrilhas ao nível de forças regulares, encorajá-los a trabalhar nesse sentido e assegurar a realização desse objectivo pelo trabalho político. No domínio da organização, é necessário preencher gradualmente todas as condições duma força regular, nos seguintes aspectos: órgãos militares e políticos, quadros militares e políti-

cos, métodos de trabalho correspondentes, um sistema permanente de abastecimento, serviços sanitários, etc. No que respeita ao equipamento, é necessário adquirir armas melhores e mais variadas, assim como aumentar o material necessário às comunicações. Quanto à técnica e às táticas militares, é necessário elevar as unidades de guerrilhas ao nível requerido pelas forças regulares. No que se refere à disciplina, é imperioso cuidá-la de modo que sejam observados regulamentos uniformes, observadas todas as ordens sem qualquer falha, e eliminada toda a negligência e indisciplina. O cumprimento de todas essas tarefas exige um esforço prolongado que não pode ser realizado do dia para a noite; contudo, é nesse sentido que importa agir. Só assim poderá criar-se uma força regular em cada base de apoio e chegar-se a uma guerra de movimento que vibre golpes ainda mais eficazes no inimigo. Nos pontos para onde seja possível enviar destacamentos e quadros das forças regulares, esse objectivo pode ser atingido mais facilmente. Daqui se conclui que todas as forças regulares têm o dever de ajudar as unidades de guerrilhas a transformar-se em unidades regulares.

## CAPITULO IX RELAÇÕES DE COMANDO

O último problema da estratégia da guerra de guerrilhas contra o Japão diz respeito às relações de comando. A solução correcta desse problema constitui um dos requisitos para desenvolver com êxito a guerra de guerrilhas.

Como as unidades de guerrilhas são uma forma inferior

de organização das forças armadas que se caracteriza pela dispersão na acção, os métodos de comando na guerra de guerrilhas não permitem um grau tão alto de centralização como na guerra regular. Qualquer tentativa para aplicar à guerra de guerrilhas os métodos de comando da guerra regular, fará com que a grande flexibilidade da primeira fique inevitavelmente restringida e sabotará a sua vitalidade. Um comando altamente centralizado está em contradição directa com a grande flexibilidade da guerra de guerrilhas, não devendo nem podendo, por consequência, ser-lhe aplicado.

Todavia, a guerra de guerrilhas não pode ser desenvolvida com sucesso sem uma certa centralização do seu comando. Quando a guerra regular e a guerra de guerrilhas, já ampliadas, se desenrolam ao mesmo tempo, as suas acções devem ser adequadamente coordenadas; daí a necessidade dum comando que coordene as duas guerras, isto é, um comando estratégico unificado, quanto a acções militares, assegurado pelo Estado Maior Geral do país e pelos comandantes da zona de guerra. Numa zona de guerrilhas ou numa base de apoio das guerrilhas onde se encontram muitas unidades de guerrilhas, há normalmente uma ou mais formações de guerrilhas (algumas vezes há formações de tropas regulares) que constituem a força principal e ainda um bom número doutras unidades de guerrilhas, grandes e pequenas, que representam a força suplementar, assim como muitas unidades armadas compostas de individuos não desligados da produção; em tais pontos, as forças inimigas formam geralmente um dispositivo único para concertar a sua acção contra as guerrilhas. Consequentemente,

surge o problema do comando único, do comando centralizado, nessa zona ou base de guerrilhas.

De tudo isso resulta que, em oposição à absoluta centralização ou descentralização, o princípio de comando na guerra de guerrilhas deve ser o comando centralizado em estratégia e descentralizado nas campanhas e nos combates.

A centralização do comando em estratégia inclui a planificação de conjunto e a direcção geral da guerra de guerrilhas pelo Estado, a coordenação da guerra de guerrilhas com a guerra regular em cada zona de guerra, e a direcção unificada de todas as forças armadas anti-japonesas em cada zona de guerrilhas ou base de apoio. Aí, a falta de harmonia, de unidade e de centralização são prejudiciais, pelo que devem ser feitos todos os esforços no sentido de assegurar essa harmonia, unidade e centralização. Nas questões gerais, isto é, nas questões de estratégia, os escalões inferiores devem informar os escalões superiores e seguir as respectivas instruções, de modo a assegurar a acção concertada. Contudo, a centralização deve parar aí, sendo igualmente prejudicial ultrapassar esse ponto e interferir nas questões de detalhe dos escalões inferiores, como seja a questão das disposições específicas para uma campanha ou combate. Isso é assim porque esses detalhes devem ser estabelecidos à luz das condições concretas, as quais variam de momento a momento e de lugar para lugar, e estão para além do conhecimento dos altos escalões de comando, situados à distância. Isso é o que se entende por princípio de descentralização do comando nas campanhas e combates. Esse mesmo princípio aplica-se geralmente

na guerra regular, em especial quando as comunicações não são perfeitas. Numa palavra, nós somos pela guerra de guerrilhas realizada com independência e autonomia, sob um comando estratégico unificado.

Como uma base de apoio de guerrilhas constitui uma região militar dividida em algumas sub--regiões, cada uma das quais compreende vários distritos, divididos por sua vez em quantos sub--distritos, as relações entre os vários escalões, desde os quartéis gerais da região militar e das sub--regiões até às autoridades dos distritos e sub--distritos, são de subordinação sucessiva, devendo cada uma das forças armadas, de acordo com a sua natureza, situar-se sob o comando directo dum desses escalões. Segundo o princípio que acaba de ser enunciado, nas relações de comando entre esses escalões, as questões de política geral devem ser centralizadas nos escalões mais altos, enquanto que a acção concreta deve ser levada a cabo à luz das circunstâncias específicas, pelos escalões inferiores, os quais devem ter o direito de agir independentemente e com autonomia. Se um comando mais alto tem alguma coisa a dizer sobre a acção concreta empreendida por um comando inferior, pode e deve fazê-lo sob a forma de "directivas" e nunca sob a forma de "ordens" para cumprir à risca. Quanto mais vasta é a região, quanto mais complexa é a situação e quanto maior for a distância entre os comandos superiores e inferiores, mais aconselhável se torna dar uma maior independência e autonomia aos comandos inferiores, na sua acção concreta, imprimindo-se assim a essa acção um carácter mais regional, e adaptando-a melhor às exigências das condições locais, de tal maneira que os

comandos inferiores, bem como o pessoal local, possam desenvolver a sua capacidade para trabalhar com independência, enfrentar as situações complicadas e ampliar com êxito a guerra de guerrilhas. Se uma unidade ou formação está empenhada numa acção conjunta, o princípio a aplicar é o da centralização nas relações internas do comando, já que a situação é clara para os comandos superiores; mas se essa unidade ou formação se divide, para passar a uma acção em dispersão, há que aplicar-se o princípio da centralização nas questões gerais e o da descentralização nos detalhes, pois, nessa altura, a situação concreta não pode ser claramente conhecida pelos comandos superiores. A falta de centralização, nos casos em que esta é necessária, significa não cumprimento do dever por parte dos comandos superiores e usurpação da autoridade por parte dos comandos inferiores, o que não pode ser tolerado nas relações entre comandos superiores e inferiores, especialmente na esfera militar. Se a descentralização não se realiza nos casos devidos, isso significa que houve uma monopolização do poder por parte dos comandos superiores e falta de iniciativa por parte dos comandos inferiores, o que tão-pouco pode ser tolerado nas relações entre os comandos superiores e inferiores, especialmente na direcção da guerra de guerrilhas. Os princípios acima indicados constituem a única política correcta para resolver o problema das relações de comando.

## NOTAS

1 Tchampai é uma cadeia de montanhas situada na região fronteira do Nordeste da China. Depois do Incidente de 18 de Setembro de 1931, essa região transformou-se numa base de apoio das guerrilhas anti-japonesas dirigidas pelo Partido Comunista da China.

2 Vutai é uma cadeia de montanhas situada na fronteira Xansi-Tchahar-Hopei. Em Outubro de 1937, o VIII Exército, dirigido pelo Partido Comunista da China, procedeu à criação da base de apoio anti-japonesa do Xansi-Tchahar-Hopei, tendo como centro a região montanhosa de Vutai.

3 Taiham é uma cadeia de montanhas situada na fronteira Xansi-Hopei-Pim-ian. Em Novembro de 1937, o VIII Exército procedeu à criação da base de apoio anti-japonesa do sudeste de Xansi, tendo como centro a região montanhosa de Taiham.

4 Tai é uma das principais montanhas das cadeias Tai e Yi no Xantum central. No Inverno de 1937, as unidades de guerrilhas dirigidas pelo Partido Comunista da China procederam à criação da base de apoio anti-japonesa do Xantum central, tendo a região montanhosa de Tai e Yi como centro.

5 Ien é uma cadeia de montanhas situada na região fronteira Hopei-Jehol. No Verão de 1938, o VIII Exército procedeu à criação da base de apoio anti-japonesa do Hopei oriental, tendo como centro a região montanhosa de Ion.

6 As montanhas Mao estão situadas no sul de Quiansu. Em Junho de 1938, o Novo IV Exército, dirigido pelo Partido Comunista da China, procedeu à criação da base de apoio anti-japonesa do sul do Quiansu, tendo por centro a região montanhosa de Mao.

7 A experiência ganha na Guerra de Resistência contra o Japão provou que era possível estabelecer nas planícies bases de apoio duráveis e que, em muitos pontos, era possível estabelecer bases de apoio permanentes. Isso em virtude da sua vastidão e densidade de população, da justeza das medidas políticas do Partido Comunista da China, da mobilização em grande escala do povo, da insuficiência de tropas do inimigo e em resultado de outros factores.

Em directivas ulteriores, o camarada Mao Tsetung afirmou mais concretamente essa possibilidade.

6 Veitchi é um velho jogo chinês em que cada um dos dois jogadores tenta cercar as peças do adversário no tabuleiro. Quando uma ou mais peças são cercadas, contam-se como “mortas” (capturadas). Todavia, se ainda há um número suficiente de casas brancas entre as peças cercadas, estas consideram-se “vivas” (não capturadas).

9 No ano 353 A.C., o Estado de Wei sitiou a cidade de Hantan, capital do Estado de Tchao. O rei de Tsi ordenou aos seus generais, Tich Tchi e Suen Pin, que socorressem o Estado de Tchao. Sabendo que as tropas de elite de Wei haviam sido deslocadas para Tchao, e que o Estado de Wei se encontrava frágilmente defendido, o general Suen Pin atacou o Estado de Wei, cujas tropas foram obrigadas a retirar-se de Tchao para vir em socorro do seu próprio território. Explorando a vantagem de as tropas de Wei se encontrarem esgotadas, as tropas de Tsi atacaram-nas e derrotaram-nas em Cueilim (nordeste do actual distrito de Hotsé, em Pin-ian). Dessa maneira se levantou o cerco da capital do Estado de Tchao. Desde então, os estrategas chineses resumem todas as tácticas semelhantes com a expressão: -”Salvar o Estado de Tchao, cercando o Estado de Wei”.

## SOBRE A GUERRA PROLONGADA\*

(Maio de 1938)

### APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

1. Em breve chegará o 7 de Julho, data do primeiro aniversário da grande Guerra de Resistência contra o Japão. Coesas na unidade, perseverando na resistência e na Frente Única, as forças da totalidade da nação vêm combatendo valentemente o inimigo, há já quase um ano. Os povos de todo o mundo seguem com muita atenção esta guerra sem precedentes na história do Oriente, a qual ficará também registada como uma das grandes guerras da história do mundo. Cada chinês que sofre com as desgraças da guerra e luta pela sobrevivência da nação anseia diariamente pela vitória. Mas qual será afinal o desenrolar da guerra? Acaso poderemos vencer? Acaso poderemos vencer rapidamente? Muitos falam duma guerra prolongada; mas por que

---

\* O presente trabalho compreende uma série de palestras feitas pelo camarada Mao Tsetung, em len-an, de 26 de Maio a 3 de Junho de 1938, na Associação para o Estudo da Guerra de Resistência contra o Japão.

razão será esta uma guerra prolongada? E como se conduz tal guerra? Muitos falam duma vitória final; mas por que razão terá de pertencer-nos a vitória final? Como alcançaremos tal vitória? Não é toda a gente que pode responder a estas perguntas; a maioria das pessoas, efectivamente, ainda não pode fazê-lo. Daí que os defensores da teoria derrotista da subjugação nacional se tenham adiantado para dizer ao povo que a China será necessaria-mente dominada, e que a vitória final não caberá à China. Por outro lado, alguns dos nossos amigos, que são impacientes, também se adiantam para dizer ao povo que a China poderá vencer muito rapidamente, sem ter que despende grandes esforços. Acaso estarão correctas tais apreciações? Nós temos sempre dito que não estão. Contudo, muita gente ainda não compreendeu bem o que temos andado a dizer. Isso acontece, em parte porque não temos feito o necessário trabalho de propaganda e explicação e, por outro lado, porque o desenvolvimento da situação objectiva ainda não revelou completa e claramente a sua natureza intrínseca e os seus diversos aspectos aos olhos de todos, que, por isso mesmo, não estão em condições de poder apreciar as tendências e as perspectivas do desenvolvimento dos acontecimentos no seu conjunto, e decidir sobre toda uma série completa de táticas e orientações políticas. Actualmente, as coisas vão melhor; a experiência dos dez meses de guerra foi mais do que suficiente para liquidar essa teoria, completamente destituída de fundamento, que é a teoria da subjugação nacional, e dissuadir os nossos amigos impacientes da sua teoria da vitória rápida. Em tais circunstâncias, muita gente reclama uma

explicação global, sobretudo no que se refere à guerra prolongada, não só por causa da oposição das teorias da subjugação nacional e da vitória rápida, mas também porque a sua própria natureza ainda não aparece claramente aos olhos de muitos. “O nosso povo de quatrocentos milhões de homens tem estado a despende um esforço concertado desde o Incidente de Lucouquiao, e a vitória final caberá necessariamente à China”. Essa fórmula atingiu uma ampla divulgação. Trata-se duma fórmula justa a que é preciso dar um conteúdo’ concreto. A nossa perseverança na Guerra de Resistência e na Frente Única tem sido possível em razão de muitos factores. No plano interno, eles abrangem todos os partidos políticos do país, desde o Partido Comunista ao Kuomintang, todo o povo, desde os operários e camponeses à burguesia, e todas as forças armadas, desde as forças principais às forças de guerrilha; no plano internacional, abrangem o povo do país do socialismo e os povos que amam a justiça em todos os outros países; no campo do inimigo, eles vão desde aquelas pessoas que, no Japão, são contra a guerra, até aos soldados japoneses que, sobre a própria frente, se pronunciam contra a guerra. Em resumo, todas essas forças têm contribuído em graus diversos para a nossa Guerra de Resistência. Todo o indivíduo consciente deve saudá-las. Nós, os comunistas, juntamente com todos os outros partidos políticos anti-japoneses e o povo em todo o país, não temos outro caminho além de esforçar-nos por unir todas as forças para a derrota dos agressores, dos criminosos japoneses. O dia 1 de Julho deste ano marcará o décimo sétimo aniversário da fundação do Partido Comunista da China. Um sério

estudo sobre a guerra prolongada torna-se necessário para que cada comunista fique em condições de desempenhar um melhor e ainda maior papel na Guerra de Resistência. Em consequência, as minhas palestras serão dedicadas a tal estudo. Eu gostaria de falar sobre todos os problemas relativos à guerra prolongada mas, numa única série de palestras, não é possível tocar em tudo.

2. Toda a experiência dos dez meses de guerra prova o erro da teoria da inevitável subjugação da China, assim como o da teoria da vitória rápida. A primeira abre caminho à tendência ao compromisso, enquanto que a última abre caminho à tendência à subestimação do inimigo. As duas maneiras de abordar o problema são subjectivistas e unilaterais, em suma, não são científicas.

3. Antes do rebentar da Guerra de Resistência, falou-se muito sobre a subjugação nacional. Alguns diziam: “A China está pior armada que o inimigo e, por isso mesmo, condenada a perder a guerra”. Outros diziam: “Se a China opõe resistência, é certo e seguro que se transformará em outra Abissínia.” Depois do começo da guerra, porém, as afirmações públicas sobre a subjugação nacional desapareceram, mas as conversas privadas, aliás muito frequentes, ainda continuam. Assim é que, de tempos a tempos, ressurgem uma atmosfera favorável ao compromisso, e os defensores do compromisso argumentam que “a continuação da guerra arrasta a subjugação nacional”<sup>1</sup>. Numa carta vinda de Hunan, um estudante diz:

“No campo, tudo parece difícil. Ao realizar, isoladamente, o trabalho de propaganda, eu tenho de conversar com as pessoas onde quer que as encontro. As pessoas

com quem falo não são de maneira alguma ignorantes; elas manifestam todas um certo grau de compreensão das coisas que se estão passando e mostram-se muito interessadas naquilo que tenho para dizer. Todavia, sempre que me dirijo às pessoas da minha família, estas repetem: ‘A China não pode vencer, está perdida.’ Chegam a pôr-me doente! Afortunadamente elas não se empregam a propagar as suas ideias, pois isso seria realmente mau. Como é natural, os camponeses depositam mais confiança nelas do que em mim.”

Esses defensores da teoria da inevitável subjugação da China constituem a base social da tendência para o compromisso. Eles encontram-se espalhados por toda a China, razão por que o problema do compromisso pode surgir em qualquer momento no seio da frente anti-japonesa, mantendo-se provavelmente essa possibilidade até ao fim da própria guerra. Agora que já caiu Siudjou e Vuhan está em perigo, não será inútil, penso, refutar energicamente a teoria da subjugação nacional.

4. Durante estes dez meses de guerra, surgiram igualmente todas as espécies de pontos de vista indicativos de impaciência. Por exemplo, nos primeiros dias da guerra, muitas pessoas manifestavam-se, sem qualquer razão, numa forma optimista, subestimando o Japão e pensando, inclusivamente, que os japoneses não poderiam avançar até à província de Xansi. Alguns menosprezavam o papel estratégico da guerra de guerrilhas no conjunto da Guerra de Resistência, e duvidavam da afirmação sagundo a qual, “com respeito ao conjunto, a guerra de movimento é o principal e a guerra de guerrilhas o complementar; com respeito à parte, a guerra

de guerrilhas é o principal e a guerra de movimento o complementar”. Eles desaprovavam a estratégia do VIII Exército que diz que “a guerra de guerrilhas é o essencial, mas não se deve perder qualquer oportunidade de fazer a guerra de movimento, desde que as circunstâncias sejam favoráveis”, estratégia que consideravam uma “abordagem mecânica” da questão<sup>2</sup>. Durante a batalha de Xangai algumas pessoas afirmavam: “Se nós conseguirmos lutar pelo menos durante três meses, a situação internacional muda, a União Soviética envia as suas tropas e a guerra ganha-se”. Quanto ao futuro da Guerra de Resistência, eles depositavam as suas esperanças principalmente na ajuda estrangeira<sup>3</sup>. Depois da vitória de Teltchuam<sup>1</sup>, algumas pessoas sustentavam que a campanha de Siudjou deveria ser desenvolvida como uma “campanha quase-decisiva”, devendo mudar-se a política de guerra prolongada. Eles diziam coisas como estas: “A actual campanha assinala a agonia do inimigo”, ou ainda, “Se nós vencemos, os caudilhos militares japoneses ficarão desmoralizados e o mais que poderão fazer será esperar pelo Dia do Julgamento”<sup>5</sup>. A vitória de Pinsinquan subiu à cabeça de muita gente e a vitória seguinte, em Teltchuam, transtornou mais cabeças ainda. Surgiram até dúvidas sobre se o inimigo atacaria ou não Vuhan. Muitos pensavam que “provavelmente não atacaria”, enquanto que outros diziam que “seguramente não o faria”. Tais dúvidas podem afectar todos os problemas de importância. Por exemplo, acaso já é suficiente o nosso poderio anti-japonês? Algumas pessoas podem responder afirmativamente, dizendo que se o nosso poderio já é suficiente para deter o avanço inimigo, por

que razão pois aumentá-lo ainda mais? Ou então, outro exemplo, acaso é ainda correcta a palavra de ordem de “consolidação e expansão da Frente Única Nacional Anti-japonesa”? Algumas pessoas podem responder negativamente, dizendo que se no seu estado actual a Frente Única já é suficientemente forte para rechazar o inimigo, por que razão pois consolidá-la e expandi-la mais? Ou ainda, por exemplo, acaso devemos intensificar os nossos esforços em diplomacia e propaganda internacional? Aqui também se pode dar, novamente, uma resposta negativa. Ou ainda, acaso é necessário apegarmo-nos seriamente à reforma da estrutura do exército e do sistema político, ao desenvolvimento do movimento de massas, à educação relativa à defesa nacional, à eliminação dos traidores e dos trotskistas, ao desenvolvimento das indústrias de guerra e à melhoria das condições de vida do povo? Ou, por exemplo, acaso são ainda correctas as palavras de ordem de defesa de Vuhan, Cantão e Noroeste, e de desenvolvimento enérgico da guerra de guerrilhas na retaguarda do inimigo? As respostas podem ser todas negativas. Há até algumas pessoas que, assim que ocorre uma ligeira modificação favorável na situação de guerra, estão prontas a intensificar a fricção entre o Kuomintang e o Partido Comunista, desviando as atenções dos assuntos externos para os internos. Geralmente, isso acontece quando se ganha uma batalha relativamente grande ou quando o avanço inimigo sofre uma paragem temporária. Tudo o que se disse acima pode classificar-se de estreiteza de vistas políticas e militares. Tudo isso, embora aparentemente razoável, é na realidade falso e destituído de qualquer fundamento. Pôr fim a todo esse

palavrado ajudará, necessariamente, a condução vitoriosa da Guerra de Resistência.

5. No fundo, a questão é a seguinte: pode a China ser subjugada? A resposta é: não, não será subjugada, ela conquistará a vitória final. Pode a China vencer rapidamente? A resposta é: não, não pode vencer rapidamente, a Guerra de Resistência será uma guerra prolongada.

6. Já há uns dois anos atrás nós enunciámos, em geral, os principais argumentos sobre essas questões. Em 16 de Julho de 1936, cinco meses antes do Incidente de Si-an e doze meses antes do Incidente de Luouquiao, em entrevista ao correspondente norte-americano Edgar Snow, eu fiz uma apreciação geral sobre a situação, relativamente à guerra entre a China e o Japão, e formulei vários princípios para a conquista da vitória. Os extractos que se seguem podem servir como lembrança:

Pergunta: Em que condições poderá a China derrotar e destruir as forças do imperialismo japonês?

Resposta: Três condições são exigidas: primeiro, o estabelecimento duma frente única anti-japonesa na China; segundo, o estabelecimento no plano internacional duma frente única anti-japonesa; terceiro, o avanço do movimento revolucionário dos povos do Japão e das colónias japonesas. Do ponto de vista do povo chinês, dessas três condições a principal é a grande aliança do próprio povo chinês.

Pergunta: Quanto tempo pensa que a guerra pode durar?

Resposta: Isso depende da força da Frente Única Anti-japonesa da China e de muitos outros factores decisivos que envolvem a China e o Japão. Isso significa que, além

das forças próprias da China, que constituem o factor principal, a ajuda internacional à China e a ajuda prestada pela revolução japonesa são também factores importantes. Se a Frente Única Nacional Anti-japonesa for alargada e efectivamente organizada, tanto no sentido da extensão como no da profundidade, se a necessária ajuda for dispensada à China por aqueles povos e governos que reconhecem a ameaça imperialista japonesa aos seus próprios interesses, e se a revolução rebenta a breve prazo no Japão, a guerra pode terminar rapidamente e a China pode conquistar rapidamente a vitória. Se essas condições não são rapidamente realizadas, a guerra durará mais tempo. De todas as maneiras, porém, o resultado será sempre o mesmo: o Japão será necessariamente derrotado e a China alcançará, necessariamente, a vitória. Simplesmente o sacrifício será maior e haverá um período doloroso a atravessar.

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre o desenrolar provável de tal guerra, no plano político e no plano militar?

Resposta: A política continental do Japão já está fixada, de tal maneira que todos os que pensam que podem deter o avanço japonês por meio de compromissos com o Japão e à custa do território e dos direitos soberanos da China, não fazem mais do que abandonar-se a meras ilusões. Nós sabemos com segurança que o vale do baixo Yangtsé e os nossos portos do Sul já estão incluídos no programa continental do imperialismo japonês. Além disso, o Japão pretende ocupar as Filipinas, o Sião, o Vietnam, a península da Malaia e as Índias Orientais Neerlandesas, a fim de isolar a China e monopolizar o

Sudoeste do Pacífico. Tal é a política marítima do Japão. Nesse período, a China encontrar-se-á por certo numa posição extremamente difícil. A maioria da nação chinesa, porém, está segura de que essas dificuldades podem ser vencidas; só os ricos das grandes cidades portuárias são derrotistas, dado o medo que têm de perder as suas propriedades. Muita gente pensa que seria impossível à China continuar a guerra, uma vez bloqueadas as suas costas pelo Japão. Trata-se duma insensatez. Para refutá-la, nós não precisamos mais do que citar a história de guerra do Exército Vermelho. Na actual Guerra de Resistência contra o Japão, a posição da China é muito melhor do que a posição do Exército Vermelho na guerra civil. A China é um vasto país, donde resulta que, mesmo no caso de o Japão conseguir ocupar uma parte do país com uma população de cerca de cem a duzentos milhões de habitantes, nós ainda estaremos muito longe da derrota. Nós teríamos ainda uma grande força para combater o Japão, enquanto que este se veria obrigado a travar batalhas defensivas na sua própria retaguarda, ao longo de toda a guerra. A heterogeneidade e o desigual desenvolvimento da economia da China são, no fundo, vantagens na Guerra de Resistência. Por exemplo, o isolamento de Xangai do resto da China não seria tão desastrososo para esta como o isolamento de Nova Iorque para os Estados Unidos. E se o Japão bloquear as costas da China, ele não poderá bloquear também o Noroeste, o Sudoeste e o Oeste do país. Assim, uma vez mais, o ponto central do problema é a unidade do conjunto do povo chinês e a formação, à escala nacional, duma frente anti-japonesa. É justamente isso que temos estado a de-

fender desde há muito.

Pergunta: Se a guerra se prolonga por muito tempo e o Japão não é completamente derrotado, poderá o Partido Comunista aceitar uma negociação de paz com o Japão e reconhecer o domínio deste sobre o Nordeste?

Resposta: Não. Da mesma maneira que a totalidade do povo, o Partido Comunista da China jamais aceitará que o Japão retenha uma só polegada do território chinês.

Pergunta: Em sua opinião, qual será o principal princípio estratégico a seguir na actual guerra de libertação?

Resposta: A nossa estratégia deve consistir no emprego das nossas forças principais para operar sobre uma frente vasta e instável. Para obterem êxito, as forças chinesas devem fazer uma guerra de alto grau de mobilidade, em amplos teatros de guerra, realizando avanços e retiradas rápidas, bem como rápidas concentrações e dispersões. Isso significa uma guerra de movimento em grande escala, e não uma guerra de posições que dependa exclusivamente de obras de defesa, com profundas trincheiras, altas fortalezas e linhas sucessivas de posições defensivas. Isso não significa, porém, o abandono dos pontos militares vitais que devem ser defendidos por uma guerra de posições, durante tanto tempo quanto seja vantajoso. Contudo, o eixo da estratégia deve ser constituído pela guerra de movimento. A guerra de posições também é necessária mas, estrategicamente, tem uma importância auxiliar e secundária. Dum ponto de vista geográfico, o teatro da guerra é tão vasto que se nos torna possível conduzir a guerra de movimento com o maior sucesso. Frente às vigorosas acções das nossas forças, o exército japonês terá de agir cautelosamente. A

sua máquina de guerra é muito pesada e a sua acção é lenta e possui uma eficácia limitada. Se concentramos as nossas forças numa frente estreita para fazermos uma guerra defensiva de desgaste, privamo-nos de todas as vantagens da nossa situação geográfica e organização económica, e repetimos o erro da Abissínia. No começo da guerra, devemos evitar as grandes batalhas decisivas e começar por empregar a guerra de movimento, a fim de quebrar, gradualmente, o moral e a combatividade das forças inimigas.

Além de empregarmos tropas treinadas para a guerra de movimento, devemos organizar numerosas unidades de guerrilhas entre os camponeses. As unidades de voluntários anti-japoneses das três províncias do Nordeste são apenas uma pálida demonstração das forças, latentes, de resistência que podem ser mobilizadas por todo o país, no seio das massas camponesas. As massas camponesas da China dispõem de forças potenciais enormes; correctamente organizadas e dirigidas, elas podem manter debaixo de dente as tropas japonesas todas as vinte e quatro horas do dia, sem lhes deixarem um só momento de descanso. Há ainda que recordar o facto de a guerra ter de fazer-se na China, o que significa que o exército japonês acabará por ser completamente cercado por todo o povo chinês que lhe é hostil; será obrigado a fazer vir de fora e a proteger tudo o que necessita, devendo empregar forças poderosas para defender as suas linhas de comunicação e estar constantemente em guarda contra todos os ataques, além de que necessitará de grandes quantidades de tropas para guarnecer tanto a Manchúria como o próprio Japão.

No decorrer da guerra, a China poderá aprisionar muitos soldados japoneses e capturar muitas armas e munições com que se armará a si própria; simultaneamente, ela conseguirá uma ajuda estrangeira, o que reforçará gradualmente o equipamento das suas tropas. Em consequência, a China poderá fazer uma guerra de posições no último período da guerra e lançar ataques de posições nas áreas ocupadas pelos japoneses. Desse modo, a economia japonesa decompor-se-á em resultado da resistência prolongada da China, e o moral das suas tropas quebrar-se-á sob a pressão de incontáveis combates de desgaste. Do lado chinês, as potencialidades da resistência ao Japão entrarão cada vez mais em jogo, e grandes levas de revolucionários precipitar-se-ão ininterruptamente para a frente, lutando pela sua própria liberdade. A conjugação desses e doutros factores tornar-nos-á capazes de lançar ataques finais decisivos contra as fortificações e as bases situadas nas áreas ocupadas pelo Japão, e rechaçar da China as forças japonesas de agressão. (Edgar Snow: Impressões sobre o Noroeste da China)

Tudo o que se disse acima ficou comprovado pela experiência dos dez meses de guerra e será ainda melhor confirmado no futuro.

7. Já em 25 de Agosto de 1937, isto é, menos de dois meses depois do Incidente de Luouquiao, o Comité Central do Partido Comunista da China tinha apontado claramente, na sua “Resolução sobre a Situação Actual e as Tarefas do Partido”, o seguinte:

A provocação militar dos agressores japoneses em Luouquiao e a ocupação de Pepim e Tientsim, representam apenas o começo da invasão da China em grande

escala, ao sul da Grande Muralha. Eles já começaram a mobilização nacional para a guerra. A sua propaganda segundo a qual “não desejam uma expansão posterior” não passa duma cortina de fumaça para cobrir maiores ataques.

A resistência de 7 de Julho, em Lucoquião, marca o ponto de arranque da Guerra de Resistência da China à escala nacional.

Assim, a situação política da China entrou numa nova fase, a fase da efectiva resistência. A fase da preparação para a resistência já passou. Na fase actual, a tarefa central consiste em mobilizar todas as forças da nação para a vitória na Guerra de Resistência.

A chave da vitória na guerra está em desenvolver a resistência que já começou numa guerra geral de toda a nação. A vitória final só pode ser ganha por meio dessa guerra geral de resistência de toda a nação.

O facto de existirem sérias debilidades na Guerra de Resistência pode conduzir a muitos reveses, retiradas, cisões internas, traições, compromissos temporários e parciais, bem como a outras situações desfavoráveis no decurso dessa guerra. Assim, há que prever uma guerra árdua e prolongada. Todavia, nós confiamos em que, com os esforços do nosso Partido e do conjunto do povo do país, a resistência agora começada varrerá todos os obstáculos do seu caminho e continuará a avançar e a desenvolver-se.

A tese que acaba de ser apresentada ficou igualmente comprovada pela experiência dos dez meses de guerra, e será ainda melhor confirmada no futuro.

8. No plano do conhecimento, a origem de todas as opin-

iões erradas sobre a guerra está nas tendências idealistas e mecanistas a respeito dessa questão. As pessoas em que se manifestam tais tendências são subjectivistas e unilaterais ao abordarem os problemas. Elas deixam-se levar por um palavreado puramente subjectivo e sem fundamento, ou então, baseando-se num simples aspecto ou manifestação temporária, exageram-no, com um mesmo subjectivismo, tomando-o como o todo. Todavia, há duas categorias de opiniões erradas: uma compreende os erros de princípio, permanentes pois, e que são difíceis de corrigir, enquanto que a outra compreende os erros acidentais, temporários, portanto mais fáceis de eliminar. Como as duas categorias são erradas, ambas necessitam de correcção. Por consequência, na questão da guerra, só opondo-nos às tendências idealistas e mecanistas e adoptando um ponto de vista objectivo e multilateral poderemos chegar a conclusões correctas.

## A BASE DO PROBLEMA

9. Por que é que a Guerra de Resistência contra o Japão terá de ser uma guerra prolongada? Por que é que a vitória final terá de pertencer à China? Que argumentos podem fundamentar tais afirmações?

A guerra entre a China e o Japão não é precisamente uma guerra qualquer, mas sim uma guerra de vida ou morte entre a China semi-colonial e semi-feudal e o Japão imperialista, guerra que se desenrola nos anos trinta do século XX. Nisso está todo o fundo do problema. Vistas em separado, as duas partes em guerra têm

muitas características reciprocamente contraditórias.

10. Quanto ao Japão: Primeiro, o Japão é um poderoso país imperialista que, no Oriente, ocupa o primeiro lugar nos planos militar, económico e de organização política, chegando mesmo a ser um dos cinco ou seis países imperialistas mais poderosos do mundo. Tais são as condições básicas da guerra de agressão realizada pelo Japão. A inevitabilidade da guerra e a impossibilidade de uma vitória rápida da China são devidas ao sistema imperialista japonês e ao seu grande poderio militar, económico e de organização política. Segundo, o carácter imperialista do sistema económico e social do Japão determina o carácter imperialista da sua guerra, uma guerra retrógrada e bárbara. Ao chegar aos anos trinta do séc. XX, as contradições internas e externas próprias do imperialismo japonês obrigaram-no a uma guerra de aventura sem paralelo, levando-o assim às vésperas da ruína final. Do ponto de vista do desenvolvimento social, o Japão já não é um país que se encontra no auge. A guerra não poderá conduzi-lo à prosperidade sonhada pelas suas classes dominantes, mas sim ao resultado contrário, à queda do imperialismo japonês. É justamente isso que queremos dizer ao falarmos do carácter retrógrado da guerra feita pelo Japão. É essa nota retrógrada que, ligada ao carácter militarista-feudal do imperialismo japonês, determina a barbaridade particular com que o Japão faz a sua guerra. Tudo isso agravará em extremo o antagonismo entre as classes no interior do Japão, o antagonismo entre a nação japonesa e a chinesa, bem como o antagonismo entre o Japão e a maioria dos outros países do mundo.

O carácter retrógrado e bárbaro da guerra japonesa constitui a principal razão da sua derrota inevitável. Mas isso ainda não é tudo. Terceiro, a guerra que o Japão prossegue baseia-se no seu grande poderio militar, económico e de organização política mas, ao mesmo tempo, ela permanece inadequada desde a origem. Do ponto de vista militar e económico, e no plano da organização política, o poderio japonês é grande mas, ao mesmo tempo, é quantitativamente insuficiente. O Japão é um país relativamente pequeno, deficiente em recursos humanos, militares, financeiros e materiais, não podendo por isso sustentar uma guerra prolongada. Os governantes japoneses pretendem resolver as suas dificuldades com a guerra, mas obterão precisamente o resultado contrário aos seus desejos, isto é, a guerra que desencadearam para solucionar os seus problemas vai acabar por agravá-los e, inclusivamente, esgotará os recursos de que inicialmente dispunham. Quarto e último, embora o Japão possa conseguir um apoio internacional por parte dos países fascistas, a oposição internacional que está condenado a encontrar será maior do que essa ajuda. Essa oposição crescerá cada dia mais, podendo não somente reduzir a nada toda aquela ajuda mas ainda fazer pressão sobre o próprio Japão. Tal é a lei que determina que uma causa injusta encontre sempre um frágil apoio; essa é uma consequência da própria natureza da guerra feita pelo Japão. Resumindo, a vantagem do Japão está na grande capacidade para desencadear a guerra, enquanto que as suas desvantagens estão no carácter retrógrado e bárbaro dessa guerra, na insuficiência de recursos humanos e materiais, bem como no frágil apoio

internacional de que beneficia. Essas são as características pelo que respeita ao lado japonês.

II. Quanto à China: Primeiro, nós somos um país semi-colonial e semi-feudal. A Guerra do Opio, a Revolução dos Taipins, o Movimento Reformista de 1898, a Revolução de 1911 e a Expedição do Norte — movimentos revolucionários ou reformistas que visavam arrancar a China ao seu estado semi-colonial e semi-feudal — todos terminaram em sérios reveses, permanecendo a China tal como era antes, semi-colonial e semi-feudal. Nós continuamos ainda a ser um Estado frágil e manifestamente inferior ao inimigo, no que respeita à capacidade militar, económica e de organização política. De novo se pode encontrar, nessa circunstância, o fundamento da inevitabilidade da guerra e da impossibilidade duma vitória rápida da China. Em segundo lugar, não obstante o que se disse, o movimento de libertação da China, que não deixou de desenvolver-se nestes últimos cem anos, é hoje em dia diferente do que era em qualquer dos períodos passados. Se, por um lado, as forças nacionais e estrangeiras que a ele se opõem lhe infligiram sérios reveses, por outro lado, elas também foram temperando paralelamente o povo chinês. Embora a China de hoje não seja tão forte como o Japão, do ponto de vista militar, económico, político e cultural, já existem na China factores mais progressivos do que em qualquer outro período da sua história. O Partido Comunista da China e o exército que se encontra sob a sua direcção representam precisamente esses factores progressivos. É na base desse progresso que a actual guerra de libertação da China pode ser uma guerra prolongada e atingir a vitória final.

Em contraste com o imperialismo japonês que se encontra em decadência, a China é um país em ascensão como o sol da madrugada. A guerra que a China prossegue é uma guerra pelo progresso, donde o seu carácter justo. Pelo facto de ser uma guerra justa, ela pode levar a Nação à unidade, despertar a simpatia do povo japonês e conquistar o apoio da maior parte dos países do mundo. Em terceiro lugar, e sempre em contraste com o Japão, a China é um grande país possuidor dum vasto território, rico em recursos, com uma população imensa e um grande exército, sendo por isso capaz de sustentar uma guerra de longa duração. Em quarto e último lugar, regista-se todo um enorme apoio internacional à China, o qual resulta do carácter progressista e justo da guerra que esta prossegue, apoio que está igualmente em contraste com o magro apoio dispensado ao Japão pela sua guerra injusta. Resumindo, a desvantagem da China está na sua fraqueza militar, enquanto que as suas vantagens estão no carácter progressista e justo da sua guerra, na sua imensidade territorial e no largo apoio internacional de que beneficia. Tais são as características pelo que respeita à China.

12. Assim, embora o Japão disponha dum grande poder militar, económico e de organização política, a guerra que prossegue é retrógrada e bárbara, os seus recursos humanos e materiais são insuficientes, e encontra-se numa posição desfavorável do ponto de vista internacional. Pelo contrário, a China, embora apresentando uma inferioridade militar, económica e no plano de organização política, atravessa uma era de progresso, faz uma guerra justa e progressista e, além disso, é um

grande país, factor que a habilita a sustentar uma guerra prolongada, no que será apoiada pela maioria dos países do mundo. Tudo o que se disse acima resume as características fundamentais e reciprocamente contraditórias da Guerra Sino-Japonesa. Elas determinaram e determinam todas as medidas políticas, estratégia e táticas militares adoptadas pelas duas partes; determinaram e determinam o carácter prolongado da guerra e a sua conclusão, isto é, o facto de a vitória final vir a pertencer à China e não ao Japão. A guerra é uma competição entre essas características. Tais características modificar-se-ão no decurso da guerra, cada uma segundo a natureza que lhe é própria; tudo o que vier a produzir-se dependerá dessas modificações. Elas existem objectivamente e não são inventadas para enganar o povo; elas constituem os elementos básicos da guerra e não fragmentos isolados. Estão na base de todos os problemas, grandes e pequenos, que surgem de ambos os lados e em todas as fases da guerra, não sendo de maneira alguma questões insignificantes. Se se esquecerem essas características ao fazer-se o estudo da Guerra Sino-Japonesa, seguir-se-á certamente um caminho errado; e mesmo que as opiniões que assim se formem cheguem a ganhar crédito durante um certo tempo e possam parecer correctas, a sua falsidade acabará inevitavelmente por ser provada no decorrer da própria guerra. Baseando-nos nessas características, vamos agora passar à exposição dos problemas que nos importa tratar.

## REFUTAÇÃO DA TEORIA DA SUBJUGAÇÃO NACIONAL

13. Os teóricos da subjugação nacional, que não vêm mais do que o contraste entre o poderio inimigo e a nossa fraqueza, diziam que “a resistência significa subjugação”, e andam dizendo agora que “a continuação da guerra arrasta a subjugação nacional”. Claro que não podemos convencê-los com a simples afirmação de que o Japão, embora forte, é um país pequeno, enquanto que a China, sendo fraca, é um país extenso. Eles podem apresentar exemplos históricos, como a destruição da dinastia dos Som pelos Iuan e a destruição da dinastia dos Mim pelos Tsim, provando que um país pequeno e forte pode vencer um país grande e fraco e, o que é mais, provando que um país atrasado pode derrotar um país progressista. E se nós dissermos que esses factos se produziram nos tempos idos e que por isso não podem servir como exemplo, eles citar-nos-ão a subjugação da Índia pela Grã-Bretanha, para provar que um país capitalista, pequeno e forte, pode vencer um país grande, fraco e pouco desenvolvido. Assim, temos de apresentar outras razões mais para calar e convencer os partidários da subjugação nacional e armar cada um dos indivíduos empenhados no trabalho de propaganda com os argumentos adequados, de modo a que possam persuadir os que ainda se encontram confundidos e hesitantes, reforçando-lhes a fé na Guerra de Resistência.

14. Quais são pois essas novas razões? São as características da época. Tais características reflec-tem-se

concretamente no carácter retrógrado do Japão e na escassez da ajuda de que beneficia, bem como no carácter progressista da China e no grande apoio de que ela goza. 15.

A nossa guerra não é uma guerra qualquer, ela é precisamente uma guerra entre a China e o Japão e desenrola-se nos anos trinta do séc. XX. O nosso inimigo, o Japão, é antes de mais um imperialismo moribundo; ele já se encontra na fase de declínio e não só é diferente da Inglaterra do tempo da subjugação da Índia, quando o capitalismo britânico ainda se encontrava na sua fase de ascensão, como também daquilo que era o próprio Japão, há vinte anos, no período da Primeira Guerra Mundial. A guerra actual foi desencadeada na véspera do colapso geral do imperialismo mundial e, particularmente, dos países fascistas; eis a principal razão por que o inimigo se meteu na aventura dessa guerra que tem, no fundo, a natureza dum último combate desesperado. Por consequência, não será a China mas sim a camarilha dominante do Japão imperialista que será destruída em resultado da guerra. Isso é algo inevitável a que não se pode fugir. Por outro lado, o Japão passou à guerra num momento em que muitos países já estão intervindo ou se preparam para intervir na guerra, num momento em que estamos todos combatendo ou preparando-nos para combater essa bárbara agressão, ligando-se os destinos da China aos destinos da maioria dos países e povos do mundo. Essa a razão principal da oposição que o Japão tem provocado e que, mais acentuadamente ainda, seguirá provocando entre a maioria dos países e povos do mundo.

16. E quanto à China? A China de hoje não pode ser

comparada à China de qualquer outro período histórico. A China é uma sociedade de carácter semi-colonial e semi-feudal e, por isso mesmo, é considerada um país fraco. De qualquer maneira, porém, a China atravessa uma era de progresso no seu desenvolvimento histórico, facto que constitui a principal razão das suas possibilidades de vitória sobre o Japão. Quando dizemos que a Guerra de Resistência contra o Japão é progressista, nós não usamos o termo progressista no sentido geral e comum da palavra, nem no sentido em que afirmamos que a guerra da Abissínia contra a Itália é uma guerra progressista, ou no sentido em que a Revolução dos Taipins e a Revolução de 1911 foram progressistas, o que queremos significar com a palavra progressista é que a China actual é, na mesma, progressista. De que maneira é a China de hoje progressista? Ela é progressista na medida em que já não é um país completamente feudal, na medida em que já existe nela um certo capitalismo, e porque tem uma burguesia e um proletariado, grandes massas populares que estão despertas ou se despertam, um Partido Comunista, um exército politicamente progressista — o Exército Vermelho chinês, dirigido pelo Partido Comunista — e ainda a tradição e a experiência de muitas dezenas de anos de revolução, particularmente a experiência dos dezassete anos contados a partir da fundação do Partido Comunista da China. Essa experiência educou o povo e os partidos políticos chineses, e serve precisamente de base para a actual unidade contra o Japão. Se pode dizer-se que sem a experiência de 1905 a vitória de 1917 teria sido impossível na Rússia, podemos igualmente afirmar que sem a experiência

dos últimos dezassete anos seria impossível vencer na Guerra de Resistência. Esta a nossa situação interna.

A situação internacional é tal que a China não está isolada na guerra, o que igualmente constitui um facto sem precedentes na História. No passado, as guerras da China, como as guerras da Índia, eram guerras que se travavam em condições de isolamento. Só hoje é que nos deparamos com um movimento popular, nascido ou a ponto de nascer, à escala mundial e extraordinariamente desenvolvido em extensão e profundidade, e que serve de apoio à China. A Revolução de 1917 na Rússia também encontrou ajuda mundial, por isso, os operários e camponeses russos conquistaram a vitória. Naquela altura, porém, a escala dessa ajuda não era tão grande, e pelo seu carácter não era tão profunda como o apoio de que a China goza nos nossos dias. Os movimentos populares do mundo de hoje desen-volvem-se numa escala e numa profundidade sem precedentes. A existência da União Soviética é um factor particularmente vital na presente situação política internacional, e esse país apoiará seguramente a China com todo o entusiasmo; nada disso existia há vinte anos. Todos esses factores criaram e estão criando importantes condições indispensáveis à vitória final da China. Uma assistência directa em grande escala ainda não existe, só se verificará no futuro, mas o importante é que a China é um país grande e progressista, factores que a habilitam a prolongar a guerra, suscitar a ajuda internacional e esperar que esta chegue.

17. Há ainda o factor adicional de o Japão ser um pequeno país de reduzido território, fracos recursos, pouca população e um limitado número desoldados, enquan-

to que a China é um grande país de extenso território, ricos recursos, imensa população e pleno de soldados, de tal maneira que, além do contraste entre a força e a fraqueza, existe ainda o contraste entre um pequeno país, retrógrado e debilmente apoiado, e um grande país progressista, amplamente apoiado. Essa a razão por que a China jamais será subjugada. Do contraste entre a força e a fraqueza segue-se que o Japão pode, por algum tempo e dentro de certos limites, cometer excessos na China, e que esta tem necessariamente de atravessar um difícil pedaço no seu caminho, devendo a Guerra de Resistência ser, por consequência, uma guerra prolongada e não uma guerra de decisão rápida; todavia, do outro contraste — pequeno país retrógrado e fracamente apoiado, contra um grande país progressista e amplamente apoiado — segue-se que o Japão não poderá cometer excessos na China indefinidamente, sendo ao contrário seguro que terminará sofrendo uma derrota, não podendo pois a China ser de modo algum subjugada, antes devendo estar certa de conquistar a vitória final.

18. Por que é que foi subjugada a Abissínia? Primeiro, porque não só era fraca como também pequena. Segundo, porque não era tão progressista como a China; tratava-se dum velho país que passava da escravidão à servidão, um país onde não existia o capitalismo nem partidos políticos burgueses e muito menos um Partido Comunista, um país sem um exército como o exército chinês e muito menos um exército como o nosso VIII Exército. Em terceiro lugar, ela não foi capaz de aguentar-se até que recebesse uma ajuda internacional, e teve de combater numa situação de isolamento. Em

quarto e mais importante lugar, foram cometidos erros na direcção da sua guerra contra a Itália. A Abissínia foi pois subjugada. Todavia, ainda se mantém uma guerra de guerrilhas bastante vasta na Abissínia, guerra que, a continuar-se, habilitará os abexins a reconquistarem o seu próprio país quando a situação internacional se modificar.

19. Se os partidários da teoria da subjugação citam a história do fracasso dos movimentos de libertação na China moderna, para provar as suas afirmações segundo as quais “a resistência significa subjugação” e “a continuação da guerra arrasta a subjugação nacional”, mais uma vez a nossa res-posta é a de que “os tempos estão mudados”. Hoje, tanto a China em si mesma, como a situação interna japonesa e a situação internacional, já não são o que eram antes. Constitui uma circunstância muito importante o facto de o Japão ser agora mais forte do que anteriormente e a China continuar ainda na sua débil posição de país semi-colonial e semi-fudal. Igualmente é certo que o Japão ainda pode continuar a subjugar o povo no interior do seu próprio país e explorar as contradições internacionais a fim de invadir a China. Todavia, no decorrer duma guerra de longa duração, todos esses factores estão condenados a modificar-se precisamente no sentido contrário. Tais modificações ainda não constituem factos consumados mas hão-de sê-lo no futuro. Os partidários da teoria da subjugação não têm esse ponto em conta. E quanto à China? Pelo que respeita à China, nós contamos já com gente nova, com um novo partido político, um novo exército e uma nova política anti-japonesa. uma situação com-pletamente

diferente pois da que existia há pouco mais de dez anos e, o que é mais, tudo issp se desenvolve inevitavelmente. É um facto que, historicamente, os movimentos de libertação sofreram repetidos reveses, razão por que a China não pôde acumular maiores forças para a actual Guerra de Resistência — essa é uma lamentável lição histórica que devemos ter em conta para futuro, de modo a nunca mais destruímos qualquer das nossas forças revolucionárias. Mas mesmo na presente situação, se fazemos grandes esforços, podemos seguramente avançar, pouco a pouco, e aumentar as forças da nossa resistência. Todos esses esforços devem convergir na grande Frente Única Nacional Anti-japonesa. No que se refere à ajuda internacional, embora não se registre ainda duma maneira directa e em grande escala, ela já se vai concretizando, sendo a situação internacional fundamentalmente diferente da anterior. Os numerosos fracassos do movimento de libertação da China moderna têm as suas causas subjectivas e objectivas, mas a situação de hoje é inteiramente diferente da anterior. Actualmente, muito embora existam várias dificuldades que tornam árdua a Guerra de Resistência — como por exemplo a força do inimigo e a nossa fraqueza, o facto de as suas dificuldades estarem apenas no começo e o nosso progresso estar ainda longe de ser suficiente, etc, etc. — existem também muitas circunstâncias favoráveis para a derrota do inimigo; precisamos apenas de aumentar os nossos esforços subjectivos para sermos capazes de saitar todas as dificuldades e conquistar a vitória. Todas essas são condições favoráveis que nunca existiram em qualquer outro período da nossa história, razão por que a Guerra

de Resistência contra o Japão não poderá, ao contrário do que aconteceu com os movimentos de libertação do passado, terminar-se por uma derrota.

### COMPROMISSO OU RESISTÊNCIA? CORRUPÇÃO OU PROGRESSO?

20. Ficou amplamente demonstrado acima que a teoria da subjugação nacional não tem qualquer fundamento. Todavia, para muitos patriotas honestos que não são partidários da teoria da subjugação, a situação actual é profundamente preocupante. Duas questões os atemorizam, o medo do compromisso com o Japão e as dúvidas sobre a possibilidade dum progresso político. Esses dois inquietantes problemas têm sido amplamente debatidos entre as massas populares, mas ainda não se encontrou a chave para a respectiva solução. Examinemo-los pois, agora.

21. Como se disse anteriormente, a questão do compromisso tem as suas raízes sociais e, enquanto essas raízes existirem, ela não deixará de surgir. Todavia, a linha do compromisso não levará a melhor. Para prová-lo, temos apenas de olhar de novo para a situação do Japão, da China e para a situação internacional. Vejamos primeiramente o Japão. Logo no começo da Guerra de Resistência, nós previmos que viria um momento em que se formaria uma atmosfera propícia ao compromisso, noutros termos, que depois da ocupação do Norte da China, do Quiansu e do Tchequiam, o Japão provavelmente trataria de aplicar o esquema de incitar a China à

capitulação. Tanto isso era verdade que ele passou efectivamente à aplicação de tal esquema; a crise, porém, passou rapidamente, sendo uma das causas o facto de o inimigo realizar por toda a parte uma política bárbara e entregar-se abertamente a uma guerra de rapina. Se a China tivesse capitulado, cada cidadão chinês ter-se-ia convertido num escravo sem pátria. A política de rapina do inimigo, a sua política de subjugação da China, tem dois aspectos, um material e outro espiritual, os quais se aplicam de maneira universal a todos os chineses, tanto aos das camadas mais baixas como aos das camadas mais altas da sociedade; naturalmente, os últimos são tratados duma maneira mais polida, mas a diferença é apenas de grau, e não de princípio. Em geral, o inimigo está transplantando para o interior da China as velhas medidas que adoptou nas três províncias do Nordeste. Do ponto de vista material, ele rouba, às pessoas simples, inclusivamente roupas e comida, deixando-as sofrer à fome e ao frio; ele apodera-se dos meios de produção, arruinando e escravizando as indústrias nacionais chinesas. Espiritualmente, ele está trabalhando para destruir a consciência nacional do povo chinês. Sob a bandeira do “Sol” os chineses não podem ser mais do que dóceis vassalos, bestas de carga proibidas de manifestar o menor vestígio de espírito nacional. Essa bárbara política do inimigo será estendida pelo interior do nosso país. Com o apetite voraz que o caracteriza, o Japão é incapaz de parar a guerra. Como era fatal, a política proclamada pelo gabinete japonês7, a 16 de Janeiro de 1938, continua a ser realizada com obstinação, o que provoca a indignação de todas as camadas do povo chinês. Tal

indignação é motivada pelo carácter retrógrado e bárbaro da guerra que o Japão prossegue, pois, como “não se pode fugir ao destino”, as pessoas acabam por opor uma resistência implacável aos invasores japoneses. Deve-se esperar que o inimigo volte mais uma vez, no futuro, ao esquema de incitamento à capitulação, e que, portanto, alguns dos partidários da subjugação hão-de voltar a mover-se e, muito provavelmente, a concluir-se com certos elementos estrangeiros (na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França, e especialmente no seio das camadas sociais mais altas da Inglaterra), funcionando como comparsas no crime. Contudo, a orientação geral dos acontecimentos não permitirá a capitulação; o carácter particularmente bárbaro e obstinado da guerra que o Japão faz já decidiu sobre esse aspecto da questão.

22. Vejamos cm segundo lugar a China. Há três factores que contribuem para a perseverança da China na sua Guerra de Resistência. Primeiro, a existência do Partido Comunista, que é a força segura que dirige o povo na resistência. Depois, o Kuomintang, que depende da Inglaterra e dos Estados Unidos e que, por consequência, não capitulará enquanto estes não lhe ordenarem que o faça. Por último, a existência de outros partidos e grupos políticos, cuja maioria é contrária ao compromisso e apoia a Guerra de Resistência. Se a unidade se realiza entre esses três factores, todos os que agirem no sentido do compromisso colocar-se-ão no campo dos traidores, pelo que qualquer cidadão terá o direito de puni-los. Todos os que não querem ser traidores não têm outra saída senão unirem-se e fazerem a Guerra de Resistência até ao fim; o compromisso será pois difícil de conseguir-se.

23. Terceiro, tomemos o aspecto internacional. Exceptuando os aliados do Japão e certos elementos das camadas mais altas de outros países capitalistas, o mundo inteiro está a favor da resistência da China e não a favor do compromisso. Esse facto reforça as esperanças da China. Actualmente, o povo inteiro alimenta a esperança de que as forças internacionais dêem uma crescente ajuda à China. E não se trata apenas duma vã esperança; a existência da União Soviética encoraja particularmente a China na sua Guerra de Resistência. A União Soviética socialista, hoje mais forte do que nunca, tem estado sempre ao lado da China, nos bons como nos maus dias. Em contraste flagrante com todos os elementos das camadas mais altas dos países capitalistas, que não vêem mais do que o lucro, a União Soviética tem como um dever prestar ajuda a todas as nações fracas e a todas as guerras revolucionárias. A China não está isolada na sua guerra, ela beneficia não apenas do apoio internacional geral, mas também do apoio particular da União Soviética. A China e a União Soviética estão muito próximas uma da outra no domínio geográfico, facto que agrava a crise do Japão e facilita a Guerra de Resistência da China. A proximidade geográfica do Japão aumenta as dificuldades da resistência da China. Por outro lado, a proximidade da União Soviética constitui uma condição favorável para a China na Guerra de Resistência.

24. Daí podemos concluir que o perigo de compromisso existe mas pode ser vencido. Mesmo que o inimigo possa modificar a sua política até certo ponto, jamais ele poderá mudá-la radicalmente. Na China, as raízes sociais do compromisso existem, mas a oposição

ao compromisso forma a maioria. No plano internacional, igualmente existem algumas forças que são pelo compromisso, mas as forças principais estão em favor da resistência. A combinação desses três factores torna possível a eliminação do perigo de compromisso e a perseverança, até ao fim, na Guerra de Resistência.

25. Passemos agora à resposta da segunda questão. O progresso político no plano interno e a perseverança na Guerra de Resistência são inseparáveis. Quanto maior for o progresso político, tanto melhor poderemos perseverar na guerra, e quanto mais perseverarmos na guerra tanto maior será o progresso político. Fundamentalmente, porém, tudo depende da nossa perseverança na Guerra de Resistência. Nos diferentes domínios da actividade do Kuomintang existem numerosos factores perniciosos e pesados de consequências, cuja acumulação, ao longo dos anos, tem provocado preocupação e inquietação de grandes filas de patriotas. De todas as maneiras, porém, não há razão para ser pessimista, uma vez que a experiência da Guerra de Resistência já provou que o povo chinês fez tantos progressos nos dez últimos meses como, outrora, em vários anos. Embora os efeitos acumulados de longos anos de corrupção retardem seriamente o crescimento das forças populares para a resistência ao Japão, reduzam a extensão das nossas vitórias e nos causem perdas na guerra, a situação geral na China, no Japão e no mundo é tal que o povo chinês não pode deixar de fazer progressos. Tal progresso será lento em virtude dos factores de corrupção que o entram. O progresso e a lenta marcha do progresso constituem duas características da situação actual, sendo que a seg-

unda característica não se harmoniza em absoluto com as exigências urgentes da guerra, o que é uma causa de grande apreensão para os patriotas. Mas nós estamos no centro duma guerra revolucionária, e uma guerra revolucionária é um anti-tóxico que não só elimina o veneno inimigo mas também nos purga daquilo que temos de malsão. Toda a guerra justa, revolucionária, contém uma força imensa e pode transformar muitas coisas ou abrir caminho para tal transformação. A Guerra Sino-Japonesa transformará tanto a China como o Japão. Desde que a China persevere na Guerra de Resistência e na Frente Única, o velho Japão será seguramente transformado num Japão novo e a velha China, numa China nova, assim como o povo e todas as coisas, quer na China quer no Japão, se transformarão também durante e após a guerra. É correcto ligarmos a Guerra Anti-japonesa com a edificação do nosso país. Dizer que o Japão também pode transformar-se significa que a guerra de agressão realizada pelos seus dirigentes acabará numa derrota, e que isso poderá levar o povo japonês à revolução. O dia em que a revolução do povo japonês triunfar será o dia da transformação do Japão. Tudo isso está estreitamente ligado à Guerra de Resistência da China e constitui uma perspectiva que temos de considerar.

## A TEORIA DA SUBJUGAÇÃO NACIONAL É ERRADA, ASSIM COMO É ERRADA A TEORIA DA VITÓRIA RÁPIDA

26. No estudo comparativo que fizemos sobre o inimigo e nós próprios, a respeito das características contraditórias fundamentais, como sejam a força relativa, a grandeza relativa, o progresso ou o retrocesso, a extensão relativa do apoio, nós já refutámos a teoria da subjugação nacional, assim como explicámos a razão por que o compromisso não é fácil e o progresso político é possível. Os defensores da teoria da subjugação sobrestimam a contradição entre a força e a fraqueza, de tal maneira que ela se transforma na base de toda a sua argumentação sobre a matéria, e perdem de vista todas as outras contradições. A sua exclusiva preocupação com esse contraste quanto a forças mostra o seu unilateralismo, assim como o facto de darem a esse aspecto da questão as dimensões do todo mostra o seu subjectivismo. Se se toma a questão como um todo, vê-se que eles não têm base para sustentar-se e persistem num erro. Quanto àqueles que nem são subjugacionistas nem pessimistas inveterados, mas apenas indivíduos temporariamente caídos num estado de espírito pessimista, pela razão simples de estarem confundidos pela disparidade entre a nossa fraqueza e a força que o inimigo revela em certos aspectos e em certo período, ou pela corrupção existente no nosso país, devemos salientar-lhes o facto de a abordagem que fazem do problema tender também para o unilateralismo e o subjectivismo. Todavia, no seu

caso, a correcção é relativamente fácil; uma vez alertados, eles acabam por compreender, pois são patriotas e o seu erro é apenas momentâneo.

27. Os defensores da vitória rápida estão igualmente enganados. Eles esquecem completamente a contradição entre a força e a fraqueza, lembrando-se unicamente doutras contradições, ou exageram as vantagens da China para além de toda a realidade e reconhecimento, ou tomam presunçosamente a correlação de forças, em dado lugar e tempo, pelo conjunto da situação, como no velho ditado que diz que “uma folha diante dos olhos impede-os de ver a montanha Tai”, e pensam que têm razão. Numa palavra, não têm a coragem para admitir que o inimigo é forte e nós somos fracos. Eles negam frequentemente esse ponto e, por consequência, negam um aspecto da verdade, assim como lhes falta igualmente coragem para admitir limites às nossas vantagens, donde resulta negarem um outro aspecto da verdade. Daí o cometerem erros, grandes e pequenos, o que, mais uma vez, se deve ao unilateralismo, ao subjectivismo. Esses amigos têm igualmente os seus corações no devido lugar, também são patriotas. Todavia, “embora as suas aspirações sejam elevadas”, os seus pontos de vista são errados, pelo que agir em conformidade com eles conduzir-nos-ia a um beco sem saída. Como as suas análises não correspondem à realidade, a sua acção não pode atingir os respectivos objectivos; e como agir forçando a nota significaria a derrota do exército e a subjugação da pátria, o resultado seria idêntico ao dos derrotistas. Assim é que a teoria da vitória rápida tão-pouco serve para coisa alguma.

28. Acaso poderemos negar o perigo de subjugação nacional? Não, não podemos negá-lo. Nós reconhecemos que a China enfrenta duas perspectivas possíveis, libertação ou subjugação, perspectivas que estão em conflito violento. A nossa tarefa é realizar a libertação e evitar a subjugação. A condição para a libertação é, fundamentalmente, o progresso da China, mas também constitui uma condição as dificuldades do inimigo e o apoio internacional. Nós divergimos dos subjugacionistas. Adoptando um ponto de vista objectivo e multilateral, nós reconhecemos as duas possibilidades simultâneas: a subjugação e a libertação; sustentamos que a libertação é a possibilidade dominante, sublinhamos as condições da respectiva realização e esforçamo-nos por assegurar-las. Pelo que lhes diz respeito, os subjugacionistas, adoptando um ponto de vista subjectivo e unilateral, reconhecem apenas uma possibilidade, a da subjugação; eles não admitem a possibilidade de libertação e muito menos sublinham as condições que lhe são necessárias, nem se esforçam por garanti-las. Além disso, ao mesmo tempo que destacamos a tendência para o compromisso e a existência de corrupção, nós vemos outras tendências e fenómenos que, segundo indicámos, hão-de predominar gradualmente, encontrando-se já em conflito violento com aquelas; mais, nós salientamos as condições necessárias para que essas sãs tendências e esses fenómenos prevaleçam, e lutamos para vencer a tendência para o compromisso e modificar o estado de corrupção. Por consequência, ao contrário dos pessimistas, nós não estamos de ânimo caído.

29. Não é que nós não queiramos uma vitória rápida; toda

gente estaria em favor da remoção dos “diabos” amanhã já, pela manhã. Somente fazemos notar que, na ausência de certas e determinadas condições, a vitória rápida é qualquer coisa que só existe na cabeça das pessoas e não na realidade objectiva, é uma mera ilusão, uma falsa teoria. Assim, depois de apreciarmos objectivamente, e em todos os seus aspectos, as circunstâncias que respeitam tanto ao inimigo como a nós próprios, nós sublinhamos que o único caminho para a vitória final é a estratégia de guerra prolongada, pelo que rejeitamos a infundada teoria da vitória rápida. Nós insistimos em que se lute para garantir as condições indispensáveis à vitória final; quanto mais plenamente e quanto mais cedo as realizarmos, tanto mais seguros estaremos da vitória e tanto mais cedo a ganharemos. Nós acreditamos que só por essa via se pode encurtar a guerra, e rejeitamos a teoria da vitória rápida, que não é mais do que conversa vã e esforço para conseguir as coisas a baixo preço.

#### POR QUE RAZÃO UMA GUERRA PROLONGADA?

30. Examinemos agora o problema da guerra prolongada. Uma resposta acertada à questão “por que razão uma guerra prolongada?” só pode ser dada se nos referirmos a todos os contrastes fundamentais que existem entre a China e o Japão. Por exemplo, se dizemos apenas que o inimigo é uma forte potência imperialista e nós um fraco país semi-colonial e semi-feudal, corremos o risco de cair na teoria da subjugação nacional. Com

efeito, uma guerra não pode tornar-se prolongada, nem em teoria nem na prática, pelo simples facto de o fraco se opor ao forte. E também não pode tornar-se prolongada só pelo simples facto de uma das partes ser grande e a outra pequena, ou uma progressista e a outra reaccionária, nem pelo facto de uma beneficiar de ajuda abundante e a outra de magra ajuda. A anexação dum pequeno país por um grande país ou dum grande país por um pequeno é facto frequente. Acontece várias vezes que um país progressista, mas não forte, é destruído por um país grande, reaccionário, facto que igualmente se pode verificar em relação a tudo que seja progressista mas não forte. A ajuda abundante ou reduzida é um factor importante mas secundário, cujo grau de efeitos depende dos factores fundamentais existentes de ambos os lados. Por consequência, quando dizemos que a Guerra de Resistência contra o Japão é uma guerra prolongada, a nossa conclusão resulta da inter-relação de todos os factores que existem em ambos os lados. O inimigo é forte e nós fracos, é aí que reside o perigo de subjugação. Em relação a outros aspectos, porém, o inimigo tem desvantagens e nós vantagens. As vantagens do inimigo podem ser reduzidas e as suas desvantagens agravadas pelos nossos esforços. Por outro lado, as nossas vantagens podem ser desenvolvidas e as nossas desvantagens remediadas pelos nossos esforços. Daí resulta que podemos conquistar a vitória final e evitar a subjugação, enquanto que o inimigo acabará por ser vencido e será incapaz de evitar a derrocada de todo o seu sistema imperialista.

31. Se o inimigo só tem vantagens num aspecto e des-

vantagens em todos os outros aspectos, enquanto que nós apenas temos desvantagens num único aspecto e vantagens em todos os outros aspectos, por que razão isso não há-de provocar um equilíbrio mas antes uma posição de superioridade para ele e de inferioridade para nós na hora presente? Está completamente claro que não podemos considerar a questão dessa maneira formalista. O que sucede é que a disparidade entre a força do inimigo e a nossa própria força é actualmente tão grande que as desvantagens do inimigo ainda não se agravaram, nem podem pelo momento agravar-se em grau tal que contrabalançam a sua força, enquanto que as nossas vantagens ainda não se desenvolveram nem podem pelo momento desenvolver-se de modo a compensarem a nossa fraqueza. Eis a razão por que não pode haver já um equilíbrio, mas sim um desequilíbrio.

32. Muito embora os nossos esforços para perseverar na Guerra de Resistência e na Frente Única tenham alterado a força e a superioridade do inimigo em relação à nossa fraqueza e inferioridade, não se verificou ainda qualquer modificação fundamental. Daí resulta que durante uma certa fase da guerra, e dentro dum certo limite, o inimigo será vitorioso e nós sofreremos derrotas. Mas por que é que nessa fase da guerra as vitórias do inimigo e as nossas derrotas estão necessariamente limitadas em grau e não podem evoluir para uma vitória ou derrota completas? A razão está em que, primeiro, desde o início, a força do inimigo e a nossa fraqueza têm sido apenas relativas e não absolutas e, segundo, os nossos esforços de perseverança na Guerra de Resistência e na Frente Única acentuaram em muito essa

relatividade. Em comparação com a situação inicial, o inimigo ainda é forte, mas certos factores desfavoráveis reduziram-lhe a força, embora isso não se tenha ainda verificado em grau tal que lhe elimine a superioridade; pelo nosso lado, ainda continuamos fracos, mas existem factores favoráveis que compensaram a nossa fraqueza, embora isso não se tenha verificado em grau suficiente para transformar a nossa inferioridade. Daí resulta que o inimigo é relativamente forte e nós relativamente fracos, estando o inimigo numa posição de relativa superioridade e nós numa posição de relativa inferioridade. De ambos os lados, a força e a fraqueza, a superioridade e a inferioridade, nunca foram absolutas. Além disso, os nossos esforços de perseverança na resistência ao Japão e na Frente Única provocaram grandes modificações na relação original de forças entre nós e o inimigo. Por consequência, nesta fase, a vitória do inimigo e a nossa derrota são necessariamente limitadas em grau, donde resulta o carácter prolongado da guerra.

33. As circunstâncias, porém, mudam continuamente. No decorrer da guerra, desde que empreguemos tácticas militares e políticas correctas, desde que não cometamos erros de princípio e façamos os nossos melhores esforços, as desvantagens do inimigo e as vantagens da China desenvolver-se-ão com a prolongação da guerra, do que resultará inevitavelmente uma contínua mudança na diferença entre as forças em presença e, por consequência, nas posições relativas das duas partes. Quando se chegar a uma nova fase, verificar-se-á uma grande modificação na balança de forças e na questão de superioridades, o que conduzirá à derrota do inimigo e

à nossa vitória.

34. Actualmente, o inimigo ainda pode conseguir explorar melhor ou pior a sua força, pois a nossa Guerra de Resistência ainda não o enfraqueceu profundamente. A sua insuficiência em recursos humanos e materiais ainda não é tal que impeça a sua ofensiva; pelo contrário, ele ainda pode continuar a sua ofensiva até um certo ponto. A natureza re-trógrada e bárbara da sua guerra, um factor que intensifica os antagonismos de classe no interior do próprio Japão e a resistência da nação chinesa, ainda não criou uma situação que impedisse radicalmente o seu avanço. O isolamento internacional do inimigo tem estado a aumentar, mas ainda não é completo. Em muitos dos países que têm manifestado uma vontade de ajudar-nos, os capitalistas que dominam a produção de munições e demais material de guerra, e que não olham senão para os seus lucros, ainda fornecem grandes quantidades de provisões de guerra ao Japão<sup>8</sup>, estando ainda os respectivos governos<sup>9</sup> relutantes em juntar-se à União Soviética para a aplicação de sanções práticas àquele país. De tudo isso segue-se que a nossa Guerra de Resistência não pode ser ganha rapidamente, tendo pois de ser uma guerra prolongada. Pelo que respeita à China, muito embora durante estes dez meses de resistência se tenham verificado certos progressos em matéria militar, económica, política e cultural, onde se manifesta a nossa fraqueza, ainda resta um longo caminho a percorrer até que se atinja o necessário para deter a ofensiva inimiga e preparar a nossa contra-ofensiva. Além disso, para falar em termos de quantidade, nós tivemos de suportar algumas perdas. Embora todos os factores que

nos são favoráveis tenham produzido um efeito positivo, isso não bastará para deter a ofensiva do inimigo e preparar a nossa contra-ofensiva, a menos que façamos um esforço imenso. Nem a liquidação da corrupção e a aceleração do progresso no interior, nem o refluxo das forças pró-japonesas e a expansão das forças anti-japonesas no estrangeiro constituem actualmente factos consumados. De tudo isso segue--se, igualmente, que a nossa guerra não pode ser ganha rapidamente, tendo pois de ser uma guerra prolongada.

#### AS TRÊS FASES DA GUERRA PROLONGADA

35. Uma vez que a Guerra Sino-Japonesa é uma guerra prolongada cuja vitória final pertencerá à China, pode logicamente prever-se que tal guerra passará por três fases. A primeira cobrirá o período de ofensiva estratégica do inimigo e nossa defensiva estratégica. A segunda cobrirá o período de consolidação estratégica do inimigo e preparação da nossa contra-ofensiva. A terceira cobrirá o período da nossa contra-ofensiva estratégica e da retirada estratégica do inimigo. É impossível prever o que se passará concretamente nessas três fases, mas podem enunciar-se certos traços fundamentais da guerra, à luz das condições actualmente existentes. O curso objectivo dos acontecimentos será excessivamente rico e variado, com curvas e contra-curvas, não se podendo estabelecer um “horóscopo” para a Guerra Sino-Japonesa; de toda a maneira, torna-se necessário, para a direcção estratégica da guerra, definir as linhas essenciais das tendências do

seu desenvol-vimento. Embora o nosso esquema não possa estar em absoluta concordância com todos os factos que ocorrerão no futuro e o corrigirão, é necessário elaborá-lo a fim de se dar uma firme e bem definida direcção estratégica à guerra prolongada.

36. A primeira fase da guerra ainda não terminou. O intuito do inimigo é ocupar três pontos — Cantão, Vuhan e Landjou — para ligá-los posteriormente. Para realizar esse objectivo, o inimigo terá de utilizar pelo menos cinquenta divisões, seja cerca de um milhão e meio de homens, consagrar a tudo isso o tempo de um ano e meio a dois anos, bem como gastar mais de dez mil milhões de yuan japonês. Ao penetrar assim tão profundamente, o inimigo encontrará sérias dificuldades e expor-se-á a desastres que ultrapassam os limites da nossa imaginação. Na sua tentativa de ocupar em todo o comprimento a via férrea de Cantão-Hancou e a rota Si-an-Landjou, ele terá de travar perigosas batalhas e, mesmo assim, poderá não realizar completamente os seus fins. Contudo, ao estabelecermos o nosso plano de guerra, devemos basear-nos na pressuposição de que ele pode efectivamente ocupar aqueles três pontos e ainda outras regiões, bem como ligá-los, pelo que devemos tomar medidas para uma guerra prolongada, de tal maneira que, se o inimigo actuar como prevemos, estejamos em condições de fazer-lhe frente. Nessa fase, a forma de combate que devemos adoptar é sobretudo a guerra de movimento, tendo por complemento a guerra de guerrilhas e a guerra de posições. Pelos erros subjectivistas cometidos pelas autoridades militares do Kuomintang, atribuiu-se à guerra de posições um papel primordial no

começo da primeira fase, mas ela não poderá desempenhar mais do que um papel complementar, do ponto de vista da fase como um todo. Para essa fase, a China já forjou uma ampla frente única e atingiu uma unidade sem paralelo. Embora o inimigo tenha usado e usará ainda processos cínicos e cobardes para levar a China à capitulação, numa tentativa de realização do seu plano de decisão rápida e conquista, sem grande esforço, de todo o país, ele falhou até aqui e dificilmente terá êxito no futuro. E mesmo nessa primeira fase, a despeito de consideráveis perdas, a China já realizou sensíveis progressos, os quais se converteram na sua principal base para a continuação da resistência na segunda fase. Na fase actual, a União Soviética tem estado a dispensar uma ajuda substancial à China. No campo do inimigo já existem sinais de abatimento moral, o ímpeto ofensivo do seu exército de terra é menor no meio da fase actual do que era no começo, e diminuirá ainda mais no respectivo período de conclusão. Começam já a aparecer sinais de esgotamento nas suas finanças e economia; o cansaço da guerra começa a manifestar-se entre as suas tropas e população e, no próprio seio da camarilha dirigente, começam a surgir as “frustrações de guerra”, enquanto o pessimismo sobre as perspectivas da guerra segue crescendo.

37. A segunda fase pode ser designada por fase de equilíbrio estratégico. No final da primeira fase, o inimigo será forçado a fixar certos pontos-limite à sua ofensiva estratégica, em virtude da sua insuficiência de tropas e da nossa firmeza na resistência, pontos que uma vez atingidos levá-lo-ão a deter a ofensiva estratégica

e a entrar na fase de salvaguarda das regiões que tiver ocupado. Na segunda fase, o inimigo tentará defender as regiões ocupadas e transformá-las em áreas suas, para o que usará o método fraudulento de forjar governos fantoches, ao mesmo tempo que pilhará o povo chinês até um limite extremo, vendo-se então confrontado com uma encarniçada guerra de guerrilhas. Tirando proveito do facto de a retaguarda do inimigo estar sem defesa, a nossa guerra de guerrilhas desenvolver-se-á extensivamente na primeira fase, sendo estabelecidas muitas bases de apoio que representarão um sério perigo para a consolidação das regiões ocupadas pelo inimigo, devendo haver portanto um combate ainda mais generalizado na segunda fase. Nessa fase, a nossa forma de combate será principalmente a guerra de guerrilhas, tendo por complemento a guerra de movimento. Nessa altura, a China continuará ainda a dispor dum grande exército regular, mas ser-lhe-á ainda difícil desencadear imediatamente uma contra-ofensiva estratégica, já que, por um lado o inimigo adoptará uma posição estrategicamente defensiva nas grandes cidades e ao longo das principais vias de comunicação por ele ocupadas e, por outro lado, a China não estará ainda adequadamente equipada do ponto de vista técnico. Com excepção das tropas empenhadas numa defesa frontal contra o inimigo, as nossas forças deverão ser introduzidas em grande escala na retaguarda inimiga, em ordem relativamente dispersa, para, com base nas regiões não ocupadas, e em coordenação com as forças armadas populares, desencadear com encarniçamento uma vasta guerra de guerrilhas contra as regiões ocupadas pelo inimigo, obrig-

ando-o, tanto quanto possível, a constantes deslocações, a fim de liquidá-lo numa guerra de movimento, como já se está verificando actualmente na província de Xansi. Na segunda fase da guerra a luta será encarniçada e essas regiões não-de sofrer sérias destruições. Contudo, a guerra de guerrilhas vencerá e, se for bem conduzida, o inimigo apenas poderá reter cerca de um terço dos territórios que ocupa, ficando os outros dois terços em nosso poder, o que constituirá uma grande derrota para o Japão e uma grande vitória para a China. Então, o conjunto do território ocupado pelo inimigo ficará dividido em três categorias: primeiro, as bases inimigas; segundo, as bases da nossa guerra de guerrilhas; terceiro, as regiões de guerrilhas disputadas pelas duas partes. A duração dessa fase dependerá do grau da modificação operada na balança de forças existente entre nós e o inimigo, bem como das modificações da situação internacional; dum modo geral, devemos esperar que essa segunda fase seja relativamente longa, sendo-nos necessário escalar um caminho difícil. Será um período muito duro para a China; os dois problemas maiores serão as dificuldades económicas e as actividades subversivas dos traidores. O inimigo despendará todos os esforços para romper a Frente Única da China, enquanto que as organizações traidoras das regiões ocupadas fundir-se-ão num pseudo “governo unificado”. Devido à perda das grandes cidades e às dificuldades da guerra, os elementos vacilantes no seio das nossas fileiras reclamarão um compromisso, e o pessimismo alcançará uma séria extensão. A nossa tarefa consistirá em mobilizar o povo inteiro para que se una como um só homem e mantenha a guerra com

uma perseverança inquebrantável, em alargar e consolidar a Frente Única, eliminar todo o pessimismo e toda a ideia de compromisso, promover a vontade de combater duramente e aplicar novas políticas para o tempo de guerra, de maneira a aguentar essa prova até ao fim. Na segunda fase, nós teremos de apelar para a totalidade da nação a fim de que mantenha firme-

216 mente um governo unificado, teremos de opor-nos às divisões e aperfeiçoar sistematicamente as nossas técnicas de combate, reformar as forças armadas, mobilizar o povo inteiro e preparar-nos para a contra-ofensiva. A situação internacional tornar-se-á ainda mais desfavorável ao Japão e as principais forças do campo internacional inclinar-se-ão a prestar maior ajuda à China, muito embora possa existir esse palavreado sobre o “realismo” tipo Chamberlain, que se acomoda aos “factos consumados”. A ameaça do Japão com relação ao Sudeste Asiático e à Sibéria tornar-se-á ainda maior, podendo estourar uma nova guerra. Pelo que respeita ao Japão, várias dezenas das suas divisões ficarão envolvidas inextricavelmente na China, donde será impossível retirá-las depois. Uma poderosa guerra de guerrilhas e o movimento popular anti-japonês acabarão por esgotar esse enorme exército japonês, impondo-lhe pesadas perdas e desintegrando-lhe o moral através duma estimulação da saudade pela pátria, da repulsão e mesmo da hostilidade com relação à guerra. Muito embora seja errado dizer que o Japão não obterá quaisquer êxitos na pilhagem da China, dada a sua escassez de capitais e dado o facto de ser açoitado pela nossa guerra de guerrilhas, ele não poderá conseguir grandes e rápidos

sucessos nesse domínio. Essa segunda fase será a fase de transição de toda a guerra; ela será a fase mais difícil e, contudo, a fase-chave de viragem. Se a China vai passar a ser um país independente ou um país colonial é questão que depende não da retenção ou perda das grandes cidades, na primeira fase, mas sim do grau dos esforços despendidos pela nação inteira na segunda fase. Se perseverarmos na Guerra de Resistência, na Frente Única e na guerra prolongada, a China adquirirá no desenrolar dessa fase o poderio suficiente para transformar a sua fraqueza em força. Isso será o segundo acto do drama em três actos que é a Guerra de Resistência da China. E com os esforços de toda a equipe, tornar-se-á possível executar com brilhantismo o último acto.

38. A última fase será a fase da contra-ofensiva para recuperar os nossos territórios perdidos. Essa recuperação dependerá principalmente das forças que a China tiver preparado na fase precedente, as quais continuarão a crescer na terceira fase. Mas as forças da China, por si sós, não serão suficientes, pelo que devemos apoiar-nos também na ajuda que nos dispensarão as forças internacionais, bem como nas modificações que se registarão no próprio interior do Japão, pois, de contrário, não poderemos vencer; isso aumenta a importância das tarefas da China no que respeita à diplomacia e propaganda no plano internacional. Na terceira fase, a nossa guerra já não será uma guerra defensiva do ponto de vista estratégico, mas sim uma contra-ofensiva estratégica que se manifestará por ofensivas estratégicas; ela não se desenrolará mais, do ponto de vista estratégico, no interior das linhas, mas sim passará, gradualmente, para o exterior

das linhas. Tal guerra não terminará senão quando tivermos atingido o rio Ialu. A terceira fase será a última da guerra prolongada, daí que, quando falamos em perseverar na guerra até ao fim, queremos dizer que é preciso atravessar toda essa fase. A nossa forma principal de combate será ainda a guerra de movimento, mas a guerra de posições ganhará igualmente importância. Se a defesa de posições não pode ser vista como importante na primeira fase em virtude das circunstâncias então existentes, o ataque de posições passará a ser de grande importância na terceira fase, em razão da modificação dessas circunstâncias e por força das exigências das tarefas a cumprir. Na terceira fase, a guerra de guerrilhas desempenhará de novo um papel auxiliar de apoio estratégico à guerra de movimento e à guerra de posições, não sendo mais a forma principal de combate, como aconteceu na segunda fase.

39. Assim, é evidente que a guerra será prolongada e, por consequência, encarniçada. O inimigo não será capaz de tragar a China inteira, mas poderá ocupar várias regiões durante muito tempo. A China também não será capaz de repelir rapidamente o inimigo, mas a maior parte do território permanecerá em seu poder. No fim de tudo, o inimigo acabará por perder e nós por ganhar, muito embora tenhamos ainda um bom pedaço de mau caminho a percorrer.

40. O povo chinês há-de temperar-se bem nessa guerra longa e encarniçada. Os próprios partidos políticos que participarem na guerra também sairão mais temperados e serão postos à prova. É preciso perseverar na Frente Única; só perseverando na Frente Única poderemos per-

severar na guerra; e só perseverando na Frente Única e na guerra poderemos conquistar a vitória final. Só assim é que podem ser vencidas todas as dificuldades. Depois de termos percorrido esse pedaço de mau caminho, nós atingiremos a recta que conduz à vitória. Tal é a lógica natural da guerra.

41. Nas três fases, as modificações na ^elação de forças existente entre nós e o inimigo verificar-se-ão na ordem seguinte: na primeira fase, o inimigo é superior em forças, e nós somos inferiores. Pelo que respeita à nossa inferioridade, devemos ter em conta dois tipos diferentes de mudanças que ela registará, desde a véspera da Guerra de Resistência até ao fim da primeira fase. O primeiro tipo consiste numa mudança para pior. A inferioridade inicial da China será agravada pelas perdas de guerra na primeira fase, nomeadamente a perda de territórios, de população, de força económica, de poderio militar e de instituições culturais. Mais para o fim dessa primeira fase, o enfraquecimento será provavelmente considerável, em especial no plano económico. Isso será explorado por certas pessoas, como base para as suas teorias de subjugação nacional e com-promisso. Todavia, há que notar igualmente um segundo tipo de mudança, a mudança para melhor. Essa mudança inclui a experiência ganha na guerra, os progressos feitos pelas forças armadas, o progresso político, a mobilização do povo, o desenvolvimento da cultura numa nova direcção, o surgir da guerra de guerrilhas, o aumento da ajuda interna-cional, etc. No decorrer da primeira fase, a antiga quantidade e a antiga qualidade declinam, sendo esse fenómeno principalmente de ordem quantitativa,

enquanto que a quantidade e a qualidade do que é novo progridem, sendo esse fenómeno de ordem principalmente qualitativa. É o segundo tipo de modificação que fornece uma base à nossa possibilidade de sustentar uma guerra prolongada e con-quistar a vitória final.

42. Na primeira fase, produzem-se igualmente dois tipos de modificações no campo do inimigo. O primeiro tipo é uma modificação para pior, que se manifesta em centenas de milhares de mortos e feridos, desgaste em armas e munições, declínio do moral das tropas, descontentamento popular no seu próprio país, baixa no comércio, despesa de mais de dez biliões de yuan japonês, condenação pela opinião mundial, etc. Tal tipo de modificação fornece igual-mente uma base à nossa possibilidade de sustentar uma guerra prolongada e conquistar a vitória final. Contudo, devemos também reconhecer um segundo tipo de modificação no campo inimigo, uma modificação para melhor, consistindo num aumento de território, população e recursos. Isso é também uma prova do carácter prolongado da guerra e da impossibilidade duma vitória rápida, o que certos indivíduos utilizarão igualmente como fundamento das suas teorias de subjugação nacional e compromisso. Contudo, devemos ter em conta o facto de essa modificação para melhor no campo do inimigo ter um carácter parcial e transitório. O Japão é uma potência imperialista irremediavelmente condenada à falência, e a sua ocupação do território chinês não pode deixar de ser temporária. O desenvolvimento vigoroso da guerra de guerrilhas na China reduzirá a actual ocupação a zonas bem estreitas. Além disso, essa ocupação do território chinês cria ou

intensifica contradições entre o Japão e outras potências estrangeiras. Inclusivamente, falando dum modo geral, tal ocupação implica que num período bascante longo o Japão tenha de fazer um investimento de capitais sem obter com isso qualquer ganho, como se vê peia experiência das três províncias do Mordeste. Tudo isso constitui ainda uma base para demolir as teorias da subjugação nacional e compromisso, e fundamentar as nossas teses de guerra prolongada e vitória final da China.

43. Na segunda fase, as modificações indicadas acima com relação aos dois campos continuarão a desenvolver-se. Muito embora a situação não possa ser prevista em detalhe, em termos globais o Japão continuará a declinar e a China a progredir<sup>10</sup>. Por exemplo, os recursos militares e financeiros do Japão sofrerão uma grave sangria em virtude da guerra de guerrilhas, aumentará o descontentamento no seio das populações japonesas, o moral das suas tropas baixará ainda mais, e o seu estado de isolamento internacional agravar-se-á. Com respeito à China, ela fará ainda maiores progressos no domínio político, militar e cultural, bem como na mobilização popular; a guerra de guerrilhas desenvolver-se-á ainda mais; registar-se-á uma certa ascensão no campo económico, na base da pequena indústria e da agricultura de vastas zonas do interior; a ajuda internacional aumentará gradualmente, sendo portanto o conjunto do quadro completamente diferente do que é hoje. Essa segunda fase poderá durar muito tempo, no decorrer do qual se produzirá uma grande modificação na relação de forças entre nós e o inimigo, progredindo cada vez mais a China e declinando cada vez mais o Japão. A China

sairá da sua posição de inferioridade e o Japão perderá a superioridade; primeiramente, os dois países encontrar-se-ão num ponto de equilíbrio, mas depois, as suas posições relativas inverter-se-ão. Nessa altura a China terá concluída, no fundamental, a sua preparação para a contra-ofensiva estratégica, e passará à fase da contra-ofensiva e da expulsão do inimigo. Deve sublinhar-se, mais uma vez, que a passagem da inferioridade à superioridade e a conclusão dos preparativos para a contra-ofensiva hão--de envolver o aumento das forças da China, o aumento das dificuldades do Japão e um aumento da ajuda internacional ao nosso país; é a combinação de todos esses factores que provocará a superioridade da China e a conclusão dos preparativos para a sua contra-ofensiva.

44. Em virtude da desigualdade do desenvolvimento político e económico da China, a contra-ofensiva estratégica da terceira fase não apresentará, num primeiro momento, um quadro uniforme e harmonioso por todo o país, sendo, pelo contrário, regional no seu carácter, levantando-se aqui e abai-xando-se ali. Durante essa fase, o inimigo não deixará de fazer toda a espécie de manobras para romper a Frente Única da China, donde resulta tornar-se ainda mais importante a tarefa de manter a unidade interna, sendo inadmissível que a contra-ofensiva estratégica se desfaça a meio caminho, em virtude de dissensões interiores. Nesse período, a situação internacional tornar-se-á muito favorável à China. A tarefa da China consistirá em aproveitar isso de maneira a conseguir a sua completa libertação e a fundação dum Estado independente e democrático, o que, ao mesmo

tempo, constituirá uma ajuda ao movimento anti-fascista mundial.

45- A China movendo-se da inferioridade para a paridade e, posteriormente, para a superioridade, e o Japão movendo-se da superioridade para a paridade e, posteriormente, para a inferioridade; a China movendo-se da defensiva para o equilíbrio, e daí para a contra-ofensiva, e o Japão movendo-se da ofensiva para a salvaguarda dos seus ganhos, e daí para a retirada — tal será o curso da Guerra Sino-Japonesa, a sua tendência inevitável.

46. Daí as perguntas e as respostas seguintes: a China será subjugada? A resposta é: não, ela não será subjugada, muito pelo contrário ela conquistará a vitória final. A China poderá vencer rapidamente? A resposta é: não, ela não poderá vencer rapidamente, a guerra terá de ser uma guerra prolongada. E são correctas todas essas conclusões? Eu penso que sim.

47. A esse respeito, os defensores da subjugação nacional e do compromisso intervirão de novo, declarando: “Para passar da inferioridade à paridade a China precisa de adquirir um potencial militar e económico equivalente ao japonês, e para passar da paridade à superioridade ela terá de dispor duma força militar e económica ainda maior do que a do Japão. Ora isso é impossível, donde resulta que as conclusões anteriores são incorrectas.”

48. Essa é a chamada “teoria da onnipotência das armas”<sup>11</sup>, a qual representa uma abordagem mecânica do problema da guerra e uma visão subjecti-vista e unilateral. A nossa maneira de ver é contrária a essa; nós consideramos as armas e também os homens. As armas são um factor importante na guerra, mas não são

o factor decisivo. É o homem, e não as coisas, quem constitui o factor decisivo. A correlação de forças não é apenas uma correlação de poder militar e económico, ela é também uma correlação de recursos humanos e força moral. O poder militar e económico está necessariamente dominado pelo homem. Ora, se a grande maioria dos chineses, japoneses e povos do mundo se coloca do lado da nossa Guerra de Resistência, como será então ainda possível qualificar de superioridade o poder militar e económico que um punhado de homens detém, pela força, no Japão? E, se isso não é possível, não será então à China que caberá a superioridade, muito embora o seu potencial militar e político inferior? Não há dúvida que a China crescerá gradualmente em força militar e económica, desde que persevere na Guerra de Resistência e na Frente Única. Quanto ao nosso inimigo, enfraquecido como ele há-de encontrar-se por causa da longa duração da guerra e das suas contradições internas e externas, o seu potencial militar e económico está condenado a modificar-se no sentido contrário. Em tais circunstâncias, poderá haver alguma razão para que a China não se torne superior? Mas ainda não é tudo. Actualmente, nós ainda não podemos considerar o potencial militar e económico dos diversos países como estando aberta e amplamente do nosso lado, mas haverá alguma razão para que tal não possa ocorrer no futuro? Se o inimigo do Japão não é apenas a China, se no futuro um ou mais países usarão abertamente o seu considerável poder militar e económico para defender-se ou para atacar o Japão, e para ajudar abertamente a China, como não há-de ser ainda maior a nossa superioridade? O

Japão é um pequeno país, a guerra que faz é retrógrada e bárbara, e ele há-de isolar-se cada vez mais no plano internacional. Pelo contrário, a China é um grande país, a sua guerra é progressista e justa, ela há-de beneficiar cada vez mais do apoio internacional. Acaso poderá existir alguma razão para que o desenvolvimento a longo prazo de todos esses factores não modifique de maneira definitiva a posição relativa entre nós e o inimigo?

49. Os defensores da vitória rápida, porém, não vêem que a guerra é uma competição de forças, e que, antes de ocorrer uma certa modificação na correlação de forças existente entre as partes beligerantes, não há base alguma para tentar travar batalhas decisivas no plano estratégico nem para procurar encurtar o caminho da libertação do país. Se as suas ideias fossem postas em prática, nós iríamos certamente dar com a cabeça na parede. Mas talvez eles estejam falando pelo simples prazer de falar, e não pensem realmente em passar das palavras aos actos. No fim de contas, hão-de ser os factos que administrarão a todos esses faladores um banho de água fria, apresentando-os como meros fanfarrões que pretendem obter as coisas sem sacrifício, colher sem semear. Nós já tivemos dessa tagarelice no passado e temos-la agora de novo, se bem que não esteja muito generalizada. Todavia ela poderá ampliar-se quando a guerra passe à fase do equilíbrio e, daí, à da contra-ofensiva. Ao mesmo tempo, porém, se as perdas da China no decurso da primeira fase forem relativamente importantes, e se a segunda fase se prolongar por muito tempo, a teoria da subjugação inevitável da China e a tendência ao compromisso voltarão a encontrar uma larga audiência. Por

consequência, o nosso fogo deve ser dirigido principalmente contra estas últimas, e só secundariamente contra a conversa fiada sobre a vitória rápida.

50. Que a guerra há-de ser longa é um facto, mas ninguém pode prever exactamente quantos meses ou anos ela vai durar, pois isso depende inteiramente do grau das modificações na correlação de forças. Todos aqueles que desejam encurtar a guerra não têm outra alternativa além de trabalhar com afinco por desenvolver as nossas próprias forças e reduzir as do inimigo. Especificadamente, o único caminho é redobrar de esforços para ganhar mais batalhas e desgastar as forças armadas do inimigo, desenvolver a guerra de guerrilhas a fim de reduzir ao mínimo os territórios ocupados pelo inimigo, consolidar e expandir a Frente Única a fim de unir as forças do conjunto da nação, formar novos exércitos e desenvolver novas indústrias de guerra, promover o progresso político, económico e cultural, mobilizar os operários, camponeses, homens de negócios, intelectuais e outros sectores da população, desintegrar as forças do inimigo e ganhar para nós os seus soldados, intensificar a propaganda internacional a fim de garantir um apoio exterior, e conquistar o apoio do povo japonês e dos demais povos oprimidos. Só fazendo tudo isso se pode reduzir a duração da guerra. Fora disso, nenhuma saída mágica é possível.

## UMA GUERRA DE INTERPENETRAÇÃO

51. Nós podemos afirmar com segurança que a Guerra Prolongada de Resistência contra o Japão escreverá uma página gloriosa e excepcional na história das guerras da humanidade. Um traço muito particular dessa guerra é o seu carácter de interpenetração, cuja razão está na existência de factores contraditórios, tais como o barbarismo do Japão e a sua insuficiência em forças armadas, por um lado, e o carácter progressista da China e a vastidão do seu território, por outro lado. A História registou outras guerras de interpenetração, como foi por exemplo o caso dos três anos de guerra civil na Rússia, após a Revolução de Outubro. O que distingue, porém, a guerra na China, é a sua duração e amplitão excepcionais. Nesse domínio, ela baterá todos os recordes da história. A interpenetração manifesta-se como se segue.

52. As linhas interiores e exteriores. Tomando-se a Guerra Anti-Japonesa no seu conjunto, ela está a travar-se no interior das linhas. Todavia, pelo que respeita às relações entre as forças principais e as unidades de guerrilhas, as primeiras operam no interior das linhas e as segundas no exterior, o que oferece o espectáculo interessante do inimigo encerrado em tenazes. O mesmo pode dizer-se quanto às relações entre as várias regiões de guerrilhas. Tomada isoladamente, cada região de guerrilhas opera no interior das linhas, enquanto que as demais regiões operam no exterior das linhas com relação a ela, constituindo-se de novo um grande número de tenazes onde cai o inimigo. Na primeira fase da guerra, o exército regular, que opera estrategicamente no interior das linhas,

vai recuando, enquanto que as unidades de guerrilhas, que operam estrategicamente no exterior das linhas, vão avançando a grandes passadas, sobre grandes extensões, em direcção à retaguarda do inimigo. Esse avanço prosseguirá com maior energia ainda na segunda fase. Daí resulta uma combinação extremamente original do avanço e da retirada.

53. Existência e ausência de retaguarda. As forças principais, cuja linha de frente corre ao longo dos limites exteriores do território ocupado pelo inimigo, operam a partir da retaguarda geral do país, enquanto que as unidades de guerrilhas, cuja linha de frente se situa na retaguarda inimiga, estão isoladas da retaguarda geral do país. Contudo, em cada região de guerrilhas elas têm, em pequena escala, a sua própria retaguarda, sobre a qual se apoiam para estabelecer a sua frente móvel. O caso é diferente com relação aos destacamentos de guerrilhas que são enviados por uma região de guerrilhas para acções a curto termo na retaguarda do inimigo que se encontra nessa mesma região; tais destacamentos não têm retaguarda nem linha de frente. “Operar sem retaguarda” é uma característica da guerra revolucionária da nova época nos países territorialmente vastos e que dispõem dum povo progressista, dum partido político avançado e dum exército igualmente progressista; nada há a recear daí, pelo contrário, há muito a ganhar, de tal maneira que, em vez de termos dúvidas a esse respeito, devemos antes promover semelhante situação.

54- Cerco e contra-cerco. Tomando a guerra como um todo, não há dúvida que nós estamos estrategicamente cercados pelo inimigo, pois ele realiza uma ofensiva es-

tratégica e opera no exterior das linhas, enquanto que nós estamos na defensiva estratégica e operamos no interior das linhas. Essa é a primeira forma de cerco pelo inimigo. Pelo nosso lado, nós podemos cercar uma ou mais das colunas inimigas que avançam contra nós ao longo de itinerários separados, pois aplicamos a política de realizar combates e campanhas no exterior das linhas, empregando forças numericamente superiores contra essas colunas inimigas que estrategicamente se lançam contra nós a partir das linhas exteriores. Essa é a primeira forma de contra-cerco realizado por nós sobre o inimigo. E ainda, se encaramos as bases de apoio da guerra de guerrilhas situadas na retaguarda do inimigo, cada uma dessas bases, considerada isoladamente, está cercada por todos os lados pelo inimigo, como acontece em relação às montanhas Vutai, ou apenas por três lados, como se verifica com o noroeste da província de Xansi. Essa é a segunda forma de cerco pelo inimigo. Contudo, se consideramos todas as bases de apoio das guerrilhas nas suas ligações mútuas, e cada base nas suas ligações com as posições ocupadas pelas forças regulares, pode ver-se que, por nosso turno, nós cercamos uma grande quantidade de tropas inimigas. Na província de Xansi, por exemplo, nós cercámos a via férrea Tatom-Pudjou por três lados (os flancos leste e oeste da linha e o seu extremo sul), bem como a cidade de Tai-ivan, por todos os lados. Nas províncias de Hopei e Xantum também há muitos exemplos semelhantes. Essa é a segunda forma do nosso contra-cerco sobre o inimigo. Por consequência, há duas formas de cerco pelas forças inimigas e duas formas de contra-cerco pelas nossas forças, o que recor-

da do jogo de Veitchi. As campanhas e os combates travados pelas duas partes parecem a captura recíproca de peças pelos dois jogadores, e o estabelecimento de pontos de apoio por parte do inimigo (como por exemplo, Tai-ivan), e as nossas bases de apoio (como por exemplo as montanhas Vutai) assemelham-se às jogadas para controlar os espaços no tabuleiro. Se imaginamos o jogo de Veitchi à escala do mundo, ainda existe uma terceira forma de cerco recíproco, que é a inter-relação entre a frente de agressão e a frente de paz. O inimigo cerca a China, a União Soviética, a França, a Checoslováquia e outros países com a sua frente de agressão, enquanto nós fazemos o contra-cerco da Alemanha, Japão e Itália com a nossa frente de paz. Mas o nosso cerco, tal como a mão de Buda, transformar-se-á na montanha de Cinco Elementos que domina o Universo e esmagará finalmente o moderno Suen Vu-com — os agressores fascistas — de tal forma que ele jamais poderá levantar-se<sup>12</sup>. Assim, se, no plano diplomático, nós conseguirmos criar uma frente anti-japonesa no Pacífico, tendo a China como uma unidade estratégica, e a União Soviética e os demais países que porventura se lhe venham a juntar como outras unidades estratégicas, e tomando também o movimento popular japonês como outra unidade estratégica, formando uma rede gigantesca da qual o reímaco fascista não possa escapar-se, teremos fixado a hora da morte do inimigo. Com efeito, o dia em que essa rede gigantesca venha a formar-se no fundamental, será sem dúvida o dia da liquidação definitiva do imperialismo japonês. E não estamos de maneira alguma a agradecer; essa é a tendência inelutável do desenvolvi-

mento da guerra.

55. Grandes regiões e pequenas regiões. É possível que o inimigo venha a ocupar a maior parte do território chinês ao sul da Grande Muralha, e que apenas permaneça intacta uma pequena parte do nosso território. Esse é um aspecto da situação. Todavia, nessa grande porção de território ocupado, com excepção das três províncias do Nordeste o inimigo só poderá dominar efectivamente as grandes cidades, as principais linhas de comunicação e algumas planícies — pontos que têm uma importância de primeira ordem, mas que com toda a probabilidade não constituirão mais do que a parte mais pequena do território ocupado, no que respeita a tamanho e população, enquanto a parte maior será coberta por regiões de guerrilhas que crescerão por todos os lados. Esse é outro aspecto da situação. E se nós consideramos mais do que as províncias situadas a sul da Grande Muralha e incluímos a Mongólia, o Sinqiam, o Tsinghai e o Tibete, então as áreas não ocupadas constituirão a maior parte do território da China, transformando-se a área ocupada na parte mais pequena, mesmo se incluímos as três províncias do Nordeste. Esse é mais outro aspecto da situação. Sem dúvida que a área não ocupada é de grande importância, razão por que devemos devotar-lhe os nossos maiores esforços, a fim de desenvolvê-la política, militar e economicamente e, o que é também importante, desenvolvê-la do ponto de vista cultural. O inimigo transformou os nossos velhos centros culturais em regiões culturalmente atrasadas, e nós devemos transformar as velhas regiões culturalmente atrasadas em verdadeiros centros culturais. Ao mesmo tempo, a

tarefa de desenvolvimento das vastas regiões de guerrilhas por detrás das linhas inimigas é também de extrema importância, devendo nós desenvolvê-las em todos os aspectos, incluindo o aspecto cultural. Resumindo, nós podemos dizer que as grandes regiões rurais da China hão-de transformar-se em regiões de progresso e luz, enquanto que as pequenas partes do território chinês, isto é, as zonas ocupadas pelo inimigo, e especialmente as grandes cidades, converter-se-ão temporariamente em regiões de atraso e obscuridade.

56. Assim, prolongada e em grande escala, a Guerra de Resistência contra o Japão será uma guerra de interpenetração, quer no domínio militar, quer no domínio político, económico e cultural. Será um espectáculo maravilhoso nos anais da guerra, um feito heróico da nação chinesa, uma façanha gloriosa que estremecerá o mundo. Tal guerra não afectará apenas a China e o Japão, impelindo-os vivamente ao progresso, ela afectará também o mundo inteiro, fazendo avançar todas as nações, especialmente as nações oprimidas, como por exemplo a Índia. Os chineses devem participar conscientemente nessa guerra de interpenetração, pois é essa a forma de guerra por meio da qual a nação chinesa se libertará a si própria, a forma especial de guerra de libertação realizada por um grande país semi-colonial, nos anos 30 e 40 do séc. XX.

## A GUERRA PELA PAZ PERPÉTUA

57. O carácter prolongado da Guerra Anti-Japonesa da China está inseparavelmente ligado ao combate pela paz perpétua na China e no mundo. Nunca houve um período histórico em que, como no presente, a guerra estivesse tão próxima da paz perpétua. Ao longo de vários milhares de anos, porque surgiram as classes, a vida do homem tem sido cheia de guerras; cada nação tem travado guerras sem conta, tanto internas como contra outras nações. Na época imperialista da sociedade capitalista, as guerras fazem-se numa escala particularmente grande e com um encarniçamento peculiar. A Primeira Guerra Mundial imperialista de há vinte anos foi a primeira desse tipo na História, mas não foi a última. Só a guerra que acaba de começar nos aproxima da última das guerras, quer dizer, aproxima-nos da paz perpétua entre os homens. Actualmente, um terço da população mundial já entrou em guerra. Vejam! a Itália, e logo o Japão; a Abissínia, e logo a Espanha e logo a China. A população dos países actualmente em guerra orça pelos seiscentos milhões de indivíduos, ou seja, quase um terço da população total do mundo. A característica da presente guerra é o facto de ela ser ininterrupta e aproximar-nos da paz permanente. Por que razão ela é ininterrupta? Depois de atacar a Abissínia a Itália atacou a Espanha, e a Alemanha juntou-se à Itália; a seguir, o Japão atacou a China. O que virá depois? Sem dúvida Hitler atacará as grandes potências. “O fascismo é a guerra”<sup>13</sup> — essa é uma perfeita verdade. Não haverá

interrupção no desenvolvimento da guerra actual em guerra mundial; a Humanidade não será capaz de evitar a calamidade da guerra. Então por que razão dizemos que a actual guerra nos aproxima da paz perpétua? A presente guerra é o resultado do desenvolvimento da crise geral do capitalismo mundial, que começou com a Primeira Guerra Mundial; essa crise geral está conduzindo os países capitalistas para uma nova guerra e, em particular, está conduzindo os países fascistas para uma guerra de aventura. Essa guerra, porém, podemos predizê-lo, não salvará o capitalismo, mas antes apressará o seu desmoronamento. Ela será duma escala maior e duma maior crueldade do que a guerra de há vinte anos; todas as nações serão inevitavelmente envolvidas nela, durará muito tempo e a Humanidade terá de passar por grandes sofrimentos. Todavia, graças à existência da União Soviética e à cada vez mais elevada consciência política dos povos do mundo, seguramente que não-de estalar grandiosas guerras revolucionárias no decurso dessa guerra, em oposição a todas as guerras contra-revolucionárias, o que dará a essa guerra o carácter duma luta pela paz perpétua. E mesmo se mais tarde tiver de registar-se um novo período de guerra, a paz perpétua no mundo já não estará longe. Uma vez que liquidem o capitalismo, os homens entrarão na era da paz perpétua, e deixará de existir qualquer necessidade de guerra. Deixarão de ser necessários os exércitos, os barcos de guerra, os aviões militares e os gases venenosos. Daí para diante, e definitivamente, a Humanidade deixará de ver mais guerras. As guerras revolucionárias que já estão em curso formam parte da guerra

peia paz perpétua. A guerra entre a China e o Japão, dois países que em conjunto têm uma população de mais de quinhentos milhões de habitantes, ocupará um lugar importante no conjunto dessa guerra pela paz perpétua, no fim da qual a nação chinesa obterá a sua libertação. A nova China libertada do futuro constituirá uma parte inseparável do novo mundo libertado do futuro, donde resulta que a nossa Guerra de Resistência contra o Japão assume o carácter duma luta pela paz perpétua.

58. A História mostra que as guerras se dividem em duas categorias: justas e injustas. Todas as guerras progressistas são justas, e todas as guerras que impedem o progresso são injustas. Nós, os comunistas, opomo-nos a todas as guerras injustas que impedem o progresso, mas não nos opomos às guerras progressistas, às guerras justas. E não só não nos opomos às guerras justas, como ainda tomamos activamente parte nelas. Como exemplo de guerra injusta temos a Primeira Guerra Mundial, onde as duas partes lutaram por interesses imperialistas, razão por que os comunistas do mundo inteiro se opuseram firmemente a ela. O modo de opor-se a uma guerra desse tipo é fazer todo o possível por impedir que estale, mas se chega a estalar, o modo de opor-se a ela é combater a guerra com a guerra, contrapor a guerra justa à injusta, tanto quanto possível. A guerra que o Japão faz é uma guerra injusta, impede o progresso, razão por que os povos de todo o mundo, incluindo o próprio povo japonês, devem opor-se a ela, e estão a opor-se-lhe na prática. No nosso país, o povo e o governo, o Partido Comunista e o Kuomintang, todos desfraldaram a bandeira da justiça e fazem a guerra nacional revolucionária con-

tra a agressão. A nossa guerra é sagrada e justa, é uma guerra progressista e tem a paz como objectivo. O seu objectivo é a paz não apenas no nosso país mas em todo o mundo, e não apenas uma paz temporária mas sim uma paz perpétua. Para atingirmos esse objectivo, nós devemos travar uma luta de vida ou morte, estar preparados para todos os sacrifícios, perseverar até ao fim, e não parar enquanto o objectivo não tiver sido alcançado. Seja qual for o sacrifício e o tempo necessário para atingi-lo, já se desenha claramente diante dos nossos olhos a imagem dum novo mundo de luz e paz perpétuas. A nossa fé ao fazermos essa guerra baseia-se na convicção de que dos nossos esforços vai nascer uma China nova e um mundo novo de luz e paz perpétuas. O fascismo e o imperialismo querem perpetuar a guerra, enquanto que nós queremos acabar com ela num futuro não muito distante. A grande maioria da humanidade deve despende os seus maiores esforços nesse sentido. Os quatrocentos e cinquenta milhões de chineses constituem a quarta parte da população mundial, e se, pelos seus esforços combinados, eles derrubam o imperialismo japonês e criam uma China nova plena de liberdade e igualdade, seguramente que contribuirão de maneira considerável para a luta em favor da paz perpétua no mundo. E não se trata duma vã esperança, pois o mundo inteiro já se está aproximando desse momento no decorrer do seu desenvolvimento social e económico e, desde que a maioria da humanidade trabalhe em conjunto, o nosso objectivo será de toda a certeza atingido numas quantas décadas.

## O PAPEL DINÂMICO DO HOMEM NA GUERRA

59. Já expusemos a razão por que a guerra será prolongada e a vitória final caberá à China. Até aqui nós ocupámo-nos principalmente de saber “o que é” e “o que não é”. Passemos agora à questão de saber “o que se deve” e “o que se não deve fazer”. Como fazer a guerra prolongada? Como conquistar a vitória final? Tais são as questões a que vamos responder em seguida. Para isso, temos de esclarecer sucessivamente os problemas seguintes: o papel dinâmico do homem na guerra, a guerra e a política, a mobilização política na Guerra de Resistência, o objectivo da guerra, a ofensiva na defensiva, a decisão rápida na guerra prolongada, as linhas exteriores nas linhas interiores, a iniciativa, a flexibilidade, o plano, a guerra de movimento, a guerra de guerrilhas, a guerra de posições, a guerra de aniquilamento, a guerra de desgaste, a possibilidade de explorar os erros do inimigo, a questão dos combates decisivos na Guerra Anti-japonesa, o exército e o povo como base da vitória. Começemos pelo problema do papel dinâmico do homem na guerra.

60. Quando nós dizemos que nos opomos a uma abordagem subjectiva dos problemas, queremos dizer que nos opomos às ideias que não se baseiam nos factos objectivos, e que não correspondem a esses factos, e isso porque tais ideias são pura invenção, são falaciosas e conduzem à derrota no caso de se agir de acordo com elas. Há pois que lutar contra tais pontos de vista. Tudo quanto se faz é sempre feito pelo homem. A guerra prolongada e a vitória final não podem realizar-

se sem a acção do homem. Para que tal acção seja eficaz é necessário que existam pessoas que, partindo dos factos objectivos, formulem ideias, teses ou pontos de vista e tracem planos, directivas, linhas políticas, estratégias e táticas. As ideias, os pontos de vista, etc, são de ordem subjectiva, enquanto que a prática, as acções, traduzem o subjectivo no objectivo, e uns e outros representam o papel dinâmico peculiar aos seres humanos. A esse tipo de papel dinâmico nós chamamos “papel dinâmico consciente do homem”, e é isso que distingue o homem de todos os outros seres. Todas as ideias que se baseiam em factos objectivos e correspondem a esses factos são correctas, e toda a prática, todas as acções que se baseiam em ideias correctas são igualmente correctas. Nós devemos desenvolver essas ideias e acções, esse papel dinâmico consciente. A Guerra Anti-japonesa está sendo levada a cabo para expulsar o imperialismo e transformar a velha China numa China nova; isso só poderá conseguir-se quando se tiver mobilizado todo o povo chinês e quando se tiver conseguido o completo desenvolvimento do seu papel dinâmico consciente na resistência ao Japão. Se nós nos sentarmos de braços cruzados e não agirmos, nada mais pode esperar-nos do que a subjugação, não podendo haver nem guerra prolongada nem vitória final.

61. É próprio do homem exercer um papel dinâmico consciente. Essa característica é manifestada intensamente pelo homem na guerra. É certo que a vitória, ou a derrota, na guerra é decidida pelas condições militares, políticas, económicas e geográficas das duas partes, pela natureza da guerra feita por cada um dos lados e pelo

apoio internacional de que cada parte goza, mas não é apenas isso que decide. Em si mesmas, tais condições só oferecem a possibilidade de vitória ou derrota, mas não decidem efectivamente do resultado da guerra. Para decidir do resultado é necessário ainda que se façam esforços subjectivos, nomeadamente a direcção e a realização da guerra, o papel dinâmico consciente do homem na guerra.

62. Na sua busca da vitória, aqueles que dirigem uma guerra não podem ultrapassar os limites impostos pelas condições objectivas; contudo, dentro desses limites, eles podem e devem desempenhar um papel dinâmico, esforçando-se por alcançar a vitória. A cena onde se desenrola a acção dos comandantes numa guerra deve ser constituída com base nas possibilidades objectivas, mas nessa cena eles podem dirigir a representação de muito drama cheio de som e cor, de poder e de grandeza. Dada uma base material objectiva, os comandantes da Guerra Anti-Japonesa devem pôr em pleno jogo a sua capacidade e conjugar todas as suas forças para esmagar o inimigo da nação, transformar a situação presente, em que o nosso país e a nossa sociedade são vítimas da agressão e opressão, e criar uma China nova de liberdade e igualdade. É nesse campo que as nossas facultades subjectivas de direcção da guerra podem e devem ser postas em prática. Nós não queremos que os nossos comandantes na guerra se desliguem das condições objectivas, convertendo-se em temerários que golpeiem a torto e a direito; pelo contrário, nós insistimos por que eles se convertam em capitães simultaneamente corajosos e clarividentes. Os nossos comandantes

devem ter não só a coragem para esmagar o inimigo, mas também a habilidade para permanecerem senhores da situação no meio de todas as modificações e vicissitudes da guerra. Ao nadarem no oceano da guerra, em vez de se afogarem, os nossos comandantes devem ser capazes de atingir terra a braçadas bem medidas. Como leis de condução da guerra, a estratégia e a táctica constituem a arte de nadar no oceano da guerra.

## A GUERRA E A POLÍTICA

63. “A guerra é a continuação da política”. Nesse sentido a guerra é política e é, em si mesma, um acto político; desde os tempos mais antigos, nunca houve uma guerra que não tivesse carácter político. A Guerra Anti-japonesa é uma guerra revolucionária feita pelo conjunto da nação, sendo a vitória inseparável do objectivo político da guerra — expulsar o imperialismo japonês e construir uma China nova de liberdade e igualdade — inseparável da política geral de perseverança na Guerra de Resistência e na Frente Única, inseparável da mobilização de todo o povo e dos princípios políticos de unidade entre oficiais e soldados, de unidade entre o exército e o povo e de desintegração das forças inimigas, inseparável da aplicação efectiva da política de frente única, da mobilização na frente cultural, e dos esforços para conquistar o apoio internacional e o apoio do povo do próprio Japão. Numa palavra, a guerra não deve, nem por um só momento, ser separada da política. É errada e deve portanto ser corrigida toda a tendência, porventura existente entre as

forças armadas anti-japonesas, para minimizar a política, isolando a guerra da política e defendendo a ideia da guerra como uma realidade absoluta.

64. Todavia, a guerra tem características que lhe são próprias e, nesse sentido, não é idêntica à política em geral. “A guerra é uma continuação da política por outros meios”<sup>14</sup>. Quando a política se desenvolve até uma certa etapa para além da qual já não pode prosseguir segundo os meios habituais, a guerra estala para remover da estrada política os obstáculos. Por exemplo, a situação de semi-independência da China é um obstáculo à política expansionista do imperialismo japonês, daí que o Japão tenha desencadeado uma guerra de agressão para varrer tal obstáculo. E com relação à China? De há muito que a opressão imperialista tem constituído um obstáculo para a revolução democrático-burguesa da China, daí que tenham sido desencadeadas diversas guerras de libertação para remover do caminho tal obstáculo. Actualmente, o Japão faz a guerra com o fim de oprimir a China e bloquear inteiramente o avanço da revolução chinesa, em consequência do que a China vê-se obrigada a fazer a Guerra de Resistência, determinada como está em remover do caminho tal obstáculo. Quando os obstáculos são removidos e o objectivo político atingido, a guerra termina. Mas, se os obstáculos não são completamente removidos, a guerra tem ainda que continuar, até que o objectivo seja completamente realizado. Portanto, todo aquele que deseja o compromisso antes da conclusão das tarefas da Guerra Anti-Japonesa está condenado à derrota, pois, mesmo que se verifique um compromisso por esta ou aquela razão, a guerra reben-

tará de novo, uma vez que as grandes massas do povo jamais o aceitarão, mas antes continuarão a guerra até que o seu objectivo político seja alcançado. Pode portanto dizer-se que a política é guerra sem derramamento de sangue, e a guerra, política sangrenta.

65. As características específicas da guerra dão lugar a todo um conjunto de organizações específicas, a toda uma série de métodos específicos e a todo um processo particular próprios à guerra. Tais organizações são as forças armadas e tudo o que com isso se relaciona; os métodos são a estratégia e as táticas para dirigir a guerra, enquanto que o processo é a forma específica de actividade social em que as forças armadas hostis se atacam mutuamente ou se defendem uma da outra, empregando estratégias e táticas favoráveis a si mesmas e desfavoráveis ao inimigo. É por isso que a experiência da guerra é uma experiência específica. Todos os que participam na guerra devem renunciar aos seus hábitos do tempo de paz e acostumar-se à guerra, pois só assim se pode conquistar a vitória.

#### A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA GUERRA DE RESISTÊNCIA

66. Uma guerra nacional revolucionária assim grandiosa como a nossa não pode ser ganha sem uma mobilização política extensa e profunda. Antes da Guerra Anti-japonesa, a mobilização política para a resistência ao Japão não se fez, o que constituiu uma grande desvantagem para nós, com o resultado de que a China

se atrasou um passo relativamente ao inimigo. Depois que a guerra estalou, a mobilização política revelou-se longe de ser extensa, isto para nem falar da sua falta de profundidade. Foram o fogo de artilharia e os bombardeamentos aéreos do inimigo que levaram as novas da guerra à grande maioria do povo. Claro que isso foi também uma forma de mobilização, simplesmente foi uma forma de mobilização feita para nós pelo inimigo, não fomos nós que a fizemos para nós próprios. Mesmo presentemente, as populações que se encontram em regiões muito distanciadas, onde não chega o troar dos canhões, continuam a viver na tranquilidade usual. Uma tal situação deve mudar, pois doutro modo não poderemos vencer esta guerra que é para nós uma questão de vida ou morte. É inadmissível que atrasemos mais um passo em relação ao inimigo; pelo contrário, devemos dar a fundo esse passo para vencê-lo. Essa acção é crucial; ela é duma importância primordial, enquanto que a nossa inferioridade em armas e demais aspectos é apenas secundária. A mobilização das populações à escala nacional criará um imenso oceano que tragará o inimigo, criará as condições que preencherão as nossas lacunas em armas e noutros domínios, assim como criará os requisitos prévios para que possam ser vencidas todas as dificuldades da guerra. Para alcançarmos a vitória devemos perseverar na Guerra de Resistência, na Frente Única e na guerra prolongada. Ora, tudo isso está inseparavelmente ligado à mobilização do povo. Querer a vitória e descurar a mobilização política é como querer “ir para o sul e orientar o carro para o norte”, caso em que o resultado terá necessariamente de ser a exclusão

dessa vitória.

67. O que é a mobilização política? Primeiro que tudo ela consiste em explicar ao exército e ao povo o objectivo político da guerra. É necessário que cada soldado, cada cidadão, veja a razão por que a guerra deve ser feita e como tal guerra lhe diz respeito. O objectivo político da guerra é “expulsar o imperialismo japonês e construir uma China nova de liberdade e igualdade”; nós devemos proclamar esse objectivo ante toda a gente, ante todos os soldados e cidadãos, para podermos levantar uma onda anti-japonesa e unir como um só homem as centenas de milhões de homens, de maneira que tudo contribua para a guerra. Segundo, uma pura explicação dos objectivos da guerra não basta; há que apresentar ainda as medidas e a linha política necessárias à sua realização,\* isto é, torna-se necessário um programa político. Nós já dispomos do “Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria”, assim como dispomos do “Programa de Resistência ao Japão e Reconstrução da Pátria”; devemos popularizá-los no seio do exército e entre a população, mobilizando todos para a respectiva execução. Sem um programa político preciso e concreto, é impossível mobilizar o conjunto do exército e do povo para levar até ao fim a Guerra de Resistência. Terceiro, como devemos realizar essa mobilização? Pela palavra, por meio de folhas volantes e avisos, por meio de jornais, livros e panfletos, por meio do teatro e cinema, através das escolas, das organizações de massas e por meio dos nossos quadros. O que se faz actualmente nas regiões controladas pelo Kuomintang é apenas uma gota de água no oceano e, além disso, faz-se duma maneira que não é

do gosto das massas, dentro dum espírito que lhes é estranho. Com efeito, há que modificar tudo isso. Quarto, apenas uma só campanha de mobilização não basta; a mobilização política para a Guerra de Resistência deve seguir sem interrupção. A nossa tarefa não é recitar mecanicamente para o povo o nosso programa político, pois desse modo ninguém escutará; nós devemos ligar a mobilização política para a guerra com o desenvolvimento da própria guerra, com a vida dos soldados e do povo, e fazer disso um movimento contínuo. Trata-se pois duma questão de imensa importância, de que depende fundamentalmente a nossa vitória na guerra.

## O OBJECTIVO DA GUERRA

68. Aqui, nós não nos ocuparemos do objectivo político da guerra; esse objectivo da Guerra de Resistência contra o Japão já foi definido mais atrás e é “expulsar o imperialismo japonês e construir uma China nova de liberdade e igualdade”. Nós trataremos aqui dos objectivos fundamentais da guerra, da guerra como política sangrenta, como destruição mútua de dois exércitos hostis. O objectivo da guerra não é outro senão “conservar as próprias forças e destruir o inimigo” (destruir o inimigo significa desarmá-lo ou “privá-lo da capacidade de resistir”, e não, destruir fisicamente todas as suas forças). Nas guerras antigas usava-se a lança e o escudo: a primeira, para atacar e destruir o inimigo, e o segundo, para defender e conservar as próprias forças. Até hoje, todas as armas continuam ainda a ser uma extensão da lança e do

escudo. Os bombardeiros, as metralhadoras, os canhões de longo alcance e os gases tóxicos são desenvolvimentos da lança, enquanto que os abrigos anti-aéreos, os capacetes de aço, as fortificações em betão e as máscaras de gás são desenvolvimentos do escudo. Os tanques são uma arma nova que combina as funções da lança e do escudo. O ataque é o meio principal para destruir o inimigo, mas a defesa não pode ser posta de lado. O ataque tem como objectivo imediato a destruição do inimigo mas, ao mesmo tempo, representa uma auto-conservação, na medida em que se o inimigo não for destruído os destruídos seremos nós. A defesa tem como objectivo imediato a conservação das próprias forças mas, ao mesmo tempo, ela é um meio complementar do ataque ou uma preparação para o ataque. A retirada respeita à defesa e é uma continuação desta, enquanto que a perseguição é uma continuação do ataque. Contudo, deve salientar-se que a destruição do inimigo é o objectivo primordial da guerra, enquanto que a conservação das forças próprias é o objectivo secundário, pois só destruindo em massa o inimigo se podem, efectivamente, conservar as próprias forças. Por consequência, o ataque, como meio fundamental para a destruição do inimigo, desempenha o papel principal, enquanto que a defesa, como meio suplementar para a destruição do inimigo e um dos meios de conservação das próprias forças, desempenha o papel secundário. Na prática da guerra, o papel principal é desempenhado pela defesa em muitas ocasiões e pelo ataque no resto do tempo, contudo, se tomamos a guerra como um todo, o ataque continua sendo o primordial.

69. Como se justifica pois o encorajamento ao sacrifício heróico na guerra? Não estará isso em contradição com a exigência de “conservar as próprias forças”? Não, de maneira nenhuma. O sacrifício e a preservação das próprias forças são contrários que se completam mutuamente. A guerra é política com derramamento de sangue e exige o pagamento dum preço, o qual é extremamente elevado algumas vezes. O sacrifício parcial e temporário (não preservação) é exigido pela conservação geral e permanente das forças próprias. É precisamente por isso que dizemos que o ataque, fundamentalmente um meio de destruir o inimigo, desempenha também a função de meio de preservar as forças próprias. É também por essa razão que a defesa deve acompanhar-se do ataque, e não ser apenas uma defesa pura e simples.

70. A conservação das forças próprias e a destruição do inimigo, como objectivo da guerra, constituem a própria essência da guerra e o fundamento de todo e qualquer acto de guerra. Essa essência da guerra está presente em todas as actividades, desde o domínio da técnica ao domínio da estratégia. O objectivo da guerra constitui o princípio básico desta, não havendo conceito ou princípio de ordem técnica, tática, operacional ou estratégica que possa separar-se dele. No tiro, por exemplo, o que é que significa a regra de “cobrir-se e explorar a sua própria potência de fogo”? A primeira parte é necessária para a conservação das forças próprias, enquanto que a segunda respeita à destruição do inimigo. A primeira dá lugar ao aparecimento de métodos tais como o aproveitamento do relevo e outros acidentes do terreno, a progressão por saltos, a disposição das tropas em ordem

dispersa, enquanto que a segunda dá lugar a métodos como a desobstrução do campo de tiro, como a organização do sistema de fogo. Quanto às forças de choque, às forças de contenção e às forças de reserva nas operações táticas, as primeiras destinam-se à destruição do inimigo^ as segundas à preservação das forças próprias e as terceiras a qualquer dos dois fins, de acordo com as circunstâncias — ou a destruição das forças do inimigo (caso em que elas reforçam as unidades de choque ou funcionam como força de perseguição) ou a preservação das forças próprias (caso em que reforçam as unidades de contenção ou servem como força de cobertura). Assim, nenhum princípio ou acção de ordem técnica, tática, operacional ou estratégica pode, seja no que for, afastar-se dos objectivos da guerra, os quais regem a guerra no seu conjunto e orientam-lhe o curso, desde o começo até ao fim.

71. Ao dirigirem a Guerra Anti-japonesa, os comandantes, em todos os escalões, não devem perder de vista nem o contraste entre os factores fundamentais existentes em cada um dos campos em presença, nem o objectivo próprio de tal guerra. No decorrer das acções militares, esses factores fundamentais e reciprocamente contraditórios manifestam-se na luta que cada parte trava para conservar as forças próprias e destruir as do inimigo. Na nossa guerra, em cada um dos combates nós fazemos os nossos maiores esforços por conquistar a vitória, grande ou pequena, por desarmar uma parte das forças inimigas e destruir parte dos seus homens e material. Nós devemos acumular os resultados de todas essas destruições parciais do inimigo, transformando-

os numa grande vitória estratégica, de maneira a atingirmos o objectivo político final de expulsão do inimigo, defesa da pátria e construção duma China nova.

A OFENSIVA NA DEFENSIVA, A DECISÃO  
RÁPIDA NA GUERRA PROLONGADA  
E AS LINHAS EXTERIORES NAS  
LINHAS INTERIORES

72. Passemos agora ao exame da estratégia específica da Guerra de Resistência contra o Japão. Já dissemos que a nossa estratégia de resistência ao Japão é a da guerra prolongada, o que está absolutamente certo. Essa definição da nossa estratégia, porém, é geral e não concreta. Concretamente, como se deve conduzir a guerra prolongada? Examinemos pois essa questão. A nossa resposta é como se segue: na primeira e na segunda fase da guerra, isto é, na fase da ofensiva inimiga e na fase em que o inimigo consolida os territórios conquistados, devemos realizar combates e campanhas ofensivos durante a defensiva estratégica, campanhas e combates de decisão rápida ao longo da guerra estrategicamente prolongada, bem como campanhas e combates no exterior das linhas, muito embora nos encontremos, do ponto de vista estratégico, nas linhas interiores. Na terceira fase, nós devemos passar à contra-ofensiva estratégica.

73- Pelo facto de ser uma forte potência imperialista e nós um país fraco semi-colonial e semi-feudal, o Japão adoptou a ofensiva estratégica, enquanto que nós nos encontramos na defensiva estratégica. O Japão está

tentando executar uma estratégia de guerra de decisão rápida, devendo nós, conscienciosamente, executar uma estratégia de guerra prolongada. O Japão está a servir-se de dezenas de divisões do seu exército de terra, as quais apresentam uma capacidade de combate bastante forte (actualmente as divisões orçam por uma trintena), bem como duma parte da sua frota de guerra, para cercar e bloquear a China por terra e por mar, servindo-se também da sua força aérea para bombardear o nosso país. O seu exército conseguiu já estabelecer uma larga frente que vai de Paotou a Handjou e a sua marinha já toca as costas do Fuquiem e do Cuantum; assim, a sua acção no exterior das linhas atingiu grandes proporções. Quanto a nós, estamos numa situação em que operamos no interior das linhas. Tudo isso se deve ao facto de o inimigo ser forte e nós fracos. É um aspecto da situação.

74. Todavia, há um outro aspecto que é exactamente o contrário deste. Embora forte, o Japão não dispõe de efectivos suficientes. A China, embora fraca, possui um vasto território, uma imensa população e um exército numeroso. Daí decorrem duas consequências importantes. Primeiramente, empregando as suas pequenas forças contra um país vasto, o inimigo só pode ocupar parte das grandes cidades, parte das principais vias de comunicação e parte das nossas planícies. Assim, há extensas áreas no território ocupado pelo inimigo que este tem de deixar desguarnecidas e que constituirão uma vasta arena para a nossa guerra de guerrilhas. Tomando a China como um conjunto, mesmo no caso de o inimigo conseguir ocupar a linha que liga Cantão, Vuhan e Landjou e as respectivas regiões adjacentes, muito difi-

cilmente ele poderá dominar as regiões situadas para lá dessa linha, o que deixará à China uma retaguarda geral e umas bases vitais a partir das quais ela prosseguirá na guerra prolongada até à vitória final. Segundo, ao opor as suas reduzidas forças aos nossos grandes efectivos, o inimigo encontrar-se-á necessariamente cercado. O inimigo ataca-nos de várias direcções, encontra-se estrategicamente no exterior das linhas, enquanto que nós estamos no interior das linhas; ele faz uma guerra ofensiva enquanto nós fazemos a guerra defensiva. Tudo isso pode aparecer como uma grande desvantagem para nós. Contudo, podemos aproveitar-nos das nossas duas vantagens, isto é, do nosso imenso território e dos nossos grandes efectivos e, em vez de realizarmos obstinadamente uma guerra de posições, fazer uma guerra de movimento flexível, empregar várias divisões contra cada uma das divisões inimigas, várias dezenas de milhares de homens contra cada dez mil dos seus soldados, várias colunas contra cada uma das suas colunas, e cercar e atacar subitamente uma só das suas colunas a partir das linhas exteriores do campo de batalha. Desse modo, muito embora o inimigo se encontre estrategicamente nas linhas exteriores e faça a guerra ofensiva, ele será forçado, nas campanhas e nos combates, a bater-se nas linhas interiores e a adoptar a defensiva. Para nós, portanto, as linhas interiores e a defensiva, no plano estratégico, transformar-se-ão em linhas exteriores e em ofensiva, nas campanhas e nos combates. É esse o método para enfrentar uma só, ou mesmo todas as colunas inimigas que avancem contra nós. Ambas as consequências examinadas acima decorrem do facto de o

inimigo ser pequeno e nós grandes. Além disso, embora reduzidas, as forças inimigas são fortes (em armamento e preparação), enquanto que as nossas forças, embora numerosas, são fracas (em armamento e preparação, não no moral), donde resulta que, nas campanhas e nos combates, nós não só devemos empregar forças numerosas contra forças reduzidas e operar a partir do exterior contra o interior das linhas, mas também seguir o princípio de procurar uma decisão rápida. Em geral, para conseguir uma decisão rápida, nós devemos atacar um inimigo em marcha e não um inimigo acantonado num ponto. Nós devemos concentrar secretamente, e de antemão, forças poderosas sobre os dois lados da rota seguida por este e lançar-nos bruscamente sobre ele, enquanto marcha, cercado-o e atacando-o sem dar-lhe tempo para refazer-se, e terminar o combate rapidamente. Se pelejamos bem, podemos destruir a totalidade, uma grande parte, ou pelo menos algumas das suas forças. E mesmo no caso de não pelejarmos tão bem, podemos, de todas as maneiras, infligir ao inimigo pesadas perdas em mortos e feridos. O que se disse aplica-se a todo e qualquer dos nossos combates. Se em cada mês pudéssemos alcançar uma vitória relativamente grande como a de Pinyinquan ou Teltchuan, isto para não ser muito exigente, essas vitórias enfraqueceriam consideravelmente o moral do inimigo e exaltariam o moral das nossas próprias forças, despertando para nós o apoio do mundo inteiro. Desse modo, a nossa guerra, estrategicamente prolongada, traduzir-se-ia, no terreno, por combates de decisão rápida, enquanto que a guerra do inimigo, estrategicamente de decisão rápida,

estaria condenada a converter-se numa guerra prolongada, uma vez que este fosse derrotado em repetidas campanhas e combates.

75. Numa palavra, o princípio de acção para as campanhas e combates que acabámos de definir pode resumir-se na fórmula seguinte: “acções ofensivas de decisão rápida no exterior das linhas”. É precisamente o contrário do nosso princípio estratégico de “guerra defensiva prolongada no interior das linhas” c constitui um princípio indispensável para levar a cabo essa estratégia. O usarmos igualmente a “guerra defensiva prolongada no interior das linhas” como princípio para as campanhas e os combates, como fizemos no começo da Guerra de Resistência, seria não responder inteiramente à dupla circunstância de as forças inimigas serem reduzidas e as nossas numerosas, e de o inimigo ser forte e nós fracos; nesse caso, nós nunca poderíamos atingir o nosso objectivo estratégico nem fazer a guerra prolongada, e seríamos derrotados pelo inimigo. Eis a razão por que defendemos sempre a organização das forças do país num certo número de grandes formações de campanha, cada uma fazendo frente a uma das formações inimigas, mas apresentando-se sempre com um efectivo duas, três ou quatro vezes superior ao inimigo, de maneira a empenhá-lo sobre vastos teatros de guerra, e em acções segundo o princípio exposto acima. Tal princípio de “acções ofensivas de decisão rápida no exterior das linhas” pode e deve ser aplicado tanto na guerra de guerrilhas como na guerra regular. Ele aplica-se não apenas a uma fase da guerra mas sim ao longo de todo o curso desta. Na fase da contra-ofensiva estratégica, quando

estivermos tecnicamente melhor equipados e não nos encontrarmos mais na situação de combater do fraco ao forte, se continuarmos a realizar, com forças superiores, combates ofensivos de decisão rápida no exterior das linhas, ficaremos com uma possibilidade ainda maior de capturar em grande escala prisioneiros e material. Por exemplo, se empregamos duas, três ou quatro divisões mecanizadas contra uma divisão mecanizada inimiga, ficamos mais seguramente capazes de destruí-la. Vários homens valorosos podem facilmente dominar um só homem. Isso é uma questão de simples bom-senso.

76. Se realizamos resolutamente sobre os campos de batalha “acções ofensivas de decisão rápida no exterior das linhas”, não só modificamos a correlação de forças e de superioridades no campo de batalha mas ainda modificamos gradualmente a situação geral. No campo de batalha, nós adoptamos a ofensiva e o inimigo a defensiva, empregamos forças superiores nas linhas exteriores e o inimigo forças inferiores nas linhas interiores, buscamos a decisão rápida enquanto o inimigo, por mais que faça, não é capaz de alongar o combate na expectativa de reforços; por todas essas razões, a posição do inimigo modificar-se-á de forte para fraco, de superior para inferior, enquanto que a situação das nossas forças se modificará de fraco para forte, de inferior para superior. Uma vez travados vitoriosamente muitos desses combates, a situação geral entre nós e o inimigo modificar-se-á. Isso significa que através da acumulação de muitas vitórias nos campos de batalha, graças às acções ofensivas de decisão rápida nas linhas exteriores, passo a passo acabamos por reforçar-nos c por enfraquecer o inimigo, o

que afectará necessariamente a correlação geral de forças e de superioridades, provocando-lhe modificações. Quando isso acontecer, essas modificações, juntamente com outros factores da nossa própria situação, as modificações no campo inimigo e uma situação internacional favorável, converterão a relação geral entre nós e o inimigo, primeiramente numa relação de equilíbrio e, depois, numa relação de superioridade em nosso favor. Será então chegado o momento para desencadarmos a contra-ofensiva e expulsarmos o inimigo do nosso país.

77. A guerra é uma competição de forças que, no próprio decorrer da guerra, se vão modificando com relação ao que eram no início. Aqui, o factor decisivo são os esforços subjectivos — alcançar maior número de vitórias e cometer menos erros. Os factores objectivos fornecem a possibilidade de tais modificações, mas para converter essa possibilidade em realidade é necessária uma orientação justa e esforços subjectivos. É aí que o subjectivo desempenha o papel decisivo.

### INICIATIVA, FLEXIBILIDADE E PLANO

78. Nas campanhas e nos combates ofensivos de decisão rápida no exterior das linhas, tal como se definiu mais atrás, o ponto central é a “ofensiva”; o “exterior das linhas” designa a esfera da ofensiva, e a “decisão rápida”, a respectiva dura-ção. Daí a expressão “acções ofensivas de decisão rápida no exterior das linhas”. É o melhor princípio para a realização duma guerra prolongada, assim como é também o princípio para aquilo a que se

chama guerra de movimento. Todavia, tal princípio não pode ser posto em prática sem iniciativa, flexibilidade e plano. Examinemos pois essas três questões.

79. Nós já tratámos do papel dinâmico consciente do homem, por que razão pois falar de novo na iniciativa? Por papel dinâmico consciente nós entendemos a acção e o esforço conscientes, uma característica que distingue o homem de todos os outros seres, uma característica que se manifesta com maior força na guerra. Tudo isso já foi exa-minado. Agora, iniciativa significa liberdade de acção das tropas, por oposição à situação em que estas se encontram privadas dessa liberdade. A liberdade de acção é uma necessidade vital para o exército, de tal maneira que, uma vez perdida, o exército fica imediatamente à beira da derrota ou da destruição. O facto de um soldado ser desarmado é um resultado do facto de ter perdido a liberdade de acção, de ter sido portanto forçado à passividade. E o mesmo é válido pelo que respeita à derrota dum exército. Por essa razão, as duas partes numa guerra fazem, cada uma, o seu máximo por conseguir a iniciativa e evitar a redução à passividade. Pode dizer-se que as acções ofensivas de decisão rápida no exterior das linhas que nós defendemos e a flexibilidade e o plano necessários à respectiva execução, visam a conquista da iniciativa e a redução do inimigo à passividade, a fim de preservar as nossas forças e destruir as do inimigo. Todavia, a iniciativa e a passividade são inseparáveis da superioridade ou da inferioridade de forças e, por consequência, inseparáveis duma direcção subjectiva correcta ou incorrecta. Além disso, ainda, existe a possibilidade de explorar os erros de apreciação e

a inadvertência do inimigo, de maneira a conquistar a iniciativa e reduzi-lo à passividade. Vamos analisar em seguida todas essas questões.

80. A iniciativa é inseparável da superioridade de forças, enquanto que a passividade está condicionada pela inferioridade de forças. Essa superioridade ou essa inferioridade constituem a base objectiva da iniciativa ou da passividade. É claro que a iniciativa estratégica pode ser mais facilmente mantida e exercida através da ofensiva estratégica, contudo, para manter e exercer a iniciativa em todos os momentos e em todos os pontos, isto é, para que se detenha uma iniciativa absoluta, é imprescindível dispor duma superioridade absoluta de forças sobre o inimigo. Quando um homem forte e saudável se bate contra um inválido, é evidente que a iniciativa absoluta lhe pertence. Se o Japão não estivesse a braços com tantas contradições insolúveis, se pudesse, por exemplo, pôr em pé de guerra um exército imenso de vários milhões de homens, algo como uma dezena de milhões de homens, se os seus recursos financeiros tosem várias vezes aquilo que são actualmente, se não sofresse a oposição do seu próprio povo e dos povos doutros países e, enfim, se não praticasse uma política bárbara que incita o povo chinês a fazer-lhe uma luta de morte, ele poderia assegurar-se duma superioridade absoluta de forças e dispor da iniciativa absoluta no decurso de toda a guerra e ao longo de todas as frentes. Na história, tal superioridade absoluta só muito raramente se verifica nos primeiros momentos da guerra ou das campanhas, registando-se apenas por alturas do fim do conflito. Por exemplo, nas vésperas da capitulação da Alemanha, durante a Primei-

ra Guerra Mundial, os países da Entente conquistaram a superioridade absoluta, ficando a Alemanha numa posição de absoluta inferioridade, do que resultou a derrota da Alemanha e a vitória de tais países. Aí está um exemplo de superioridade e inferioridade absolutas no final duma guerra. Outro exemplo: nas vésperas da vitória chinesa em Teltchuam, as tropas japonesas que aí se encontravam em situação de isolamento foram reduzidas, depois de duros combates, a uma absoluta inferioridade, enquanto as nossas forças conquistavam a superioridade absoluta, de tal maneira que o inimigo foi derrotado e nós vencemos. Esse é um exemplo de superioridade e inferioridade absolutas no final duma campanha. Também pode acontecer que uma guerra ou campanha termine numa situação de superioridade e inferioridade relativas, ou de equilíbrio, caso em que a guerra conduz a um compromisso e a campanha a uma estabilização da frente. Mas na maior parte dos casos, são a superioridade e a inferioridade absolutas que decidem da vitória e da derrota. Tudo isso respeita ao período final da guerra ou da campanha, e não ao seu começo. Pode dizer-se de antemão que, no final da Guerra Sino-Japonesa, o Japão sofrerá uma derrota em consequência da sua inferioridade absoluta de forças e a China vencerá graças à sua superioridade absoluta. No momento presente, porém, a superioridade e a inferioridade não são absolutas em qualquer dos lados, mas sim relativas. Com as vantagens que lhe proporciona a sua potência militar, económica e de organização política, o Japão goza de superioridade com relação a nós, que dispomos dum fraco potencial militar, económico e de

organização política, o que constitui a base para a sua iniciativa. Mas como a quantidade do seu potencial militar e não-militar não é grande, sofrendo ele ainda de muitas outras desvantagens, essa superioridade encontra-se reduzida pelas suas próprias contradições. Depois da invasão da China, a superioridade japonesa ficou ainda mais reduzida, na medida em que teve de fazer face a factores tais como a vastidão do nosso território, a imensidão da nossa população, a importância numérica do nosso exército e a resistência encarniçada de toda a nação. Assim, a superioridade do Japão tomou, no seu conjunto, um carácter simplesmente relativo, e a sua aptidão para exercer e manter a iniciativa, aptidão que já não pode portanto manifestar-se senão dentro de certos limites, tornou-se também relativa. Quanto à China, embora se encontre estrategicamente numa posição de certo modo passiva, em virtude da sua inferioridade de forças, ela é no entanto quantitativamente superior em território, população e tropas, sendo igualmente superior quanto ao moral das suas forças e do seu povo, bem como quanto ao ódio patriótico pelo inimigo; tal superioridade, juntamente com outros factores vantajosos, reduz o grau da sua inferioridade em potencial militar, económico, etc, transformando-a numa inferioridade relativa no plano estratégico. Isso também reduz o grau de passividade da China, dando à sua posição estratégica um carácter de simples passividade relativa. Como a passividade, seja ela qual for, constitui sempre uma desvantagem, importa fazer todos os esforços para sair-se dela. No domínio militar, o meio de conseguir sair dela é desenvolver com resolução acções

ofensivas de decisão rápida nas linhas exteriores, desencadear a guerra de guerrilhas na retaguarda do inimigo, garantindo assim uma esmagadora superioridade local, bem como a iniciativa ao longo das numerosas campanhas da guerra de movimento e da guerra de guerrilhas. Por meio dessa superioridade e dessa iniciativa locais nas várias campanhas, nós podemos conseguir, passo a passo, uma superioridade e uma iniciativa estratégicas, desembaraçando-nos da nossa inferioridade e passividade no plano estratégico. Tal é a relação entre a iniciativa e a passividade, entre a superioridade e a inferioridade de forças.

81. Agora já podemos compreender a relação existente entre a iniciativa ou a passividade e a direcção subjectiva da guerra. Como dissemos, é possível escapar à nossa posição de relativa inferioridade e passividade estratégicas, sendo o método a criação da superioridade e da iniciativa locais nas diversas campanhas, de maneira a privar o inimigo da superioridade e da iniciativa locais e levá-lo a uma situação de inferioridade e passividade. O conjunto desses sucessos locais conduzir-nos-á à superioridade e iniciativa estratégicas, reduzindo o inimigo à inferioridade e passividade no plano estratégico. Uma tal viragem depende da correcta direcção subjectiva da guerra. Como? Porque, assim como nós, o inimigo também busca a superioridade e a iniciativa estratégicas; nesse sentido, a guerra é uma competição de capacidade subjectiva entre os comandos dos dois exércitos em conflito, na sua luta pela superioridade e pela iniciativa, na base de condições materiais, tais como forças militares e recursos financeiros. Dessa competição, uma das partes

sai vencedora e a outra vencida. Pondo de parte as condições objectivas materiais, o vencedor deve sempre o seu sucesso a uma direcção subjectiva correcta, enquanto que o vencido deve a sua derrota a uma direcção subjectiva errada. Nós admitimos que o fenómeno da guerra é mais difícil de compreender e caracteriza-se por um maior grau de incerteza do que qualquer outro fenómeno social, por outras palavras, mais do que qualquer outro, é uma questão de “probabilidade”. De todos os modos, porém, a guerra não é uma questão sobrenatural, mas antes um acontecimento da vida submetido a leis definitivas. É por isso que a regra formulada por Suen Tse, “conhece o teu adversário e conhece-te a ti próprio que poderás, sem riscos, travar um cento de batalhas”<sup>10</sup>, permanece uma verdade científica. Os erros resultam da ignorância sobre o inimigo e sobre nós próprios; em muitos casos, aliás, é o próprio carácter específico da guerra que torna impossível um conhecimento perfeito do inimigo e de nós próprios, donde a incerteza acerca das situações e acções militares, donde as faltas e as derrotas. Mas quaisquer que sejam as situações e as acções na guerra, é possível conhecerem-se os seus aspectos gerais e os seus pontos essenciais. Para um comandante, é sempre possível reduzir os erros e realizar uma direcção geralmente correcta, primeiro, graças aos reconhecimentos e, segundo, graças às suas deduções e apreciações inteligentes. Equipados com a arma que é uma “direcção geralmente correcta”, nós podemos vencer mais combates e transformar a nossa inferioridade em superioridade e a nossa passividade em iniciativa. Tal é a relação entre a iniciativa ou a passividade e uma correcta

ou incorrecta direcção subjectiva da guerra.

82. A tese de que uma direcção subjectiva incorrecta pode transformar a superioridade e a iniciativa em inferioridade e passividade, e de que uma direcção subjectiva correcta pode produzir a modificação inversa, torna-se tanto mais convincente quanto mais analisamos o registo de derrotas sofridas por exércitos grandes e poderosos e de vitórias obtidas por exércitos pequenos e fracos. Há muitos exemplos desses na história da China e dos países estrangeiros. Como exemplos na China, temos a batalha de Tchempu entre os Estados de Tzin e Tchu<sup>16</sup>, a batalha de Tchengao entre os Estados de Tchu e Han, a batalha em que Han Sin derrotou os exércitos de Tchao<sup>17</sup>, a batalha de Cuen-iam entre os Estados de Sin e Han, a batalha de Cuantu entre Iuan Chao e Tsao Tsao, a batalha de Tchipi entre os Estados de Vu e Vei, a batalha de Ilim entre os Estados de Vu e Chu, a batalha da ribeira Fei entre os Estados de Tchín e Tzin, etc. Entre os exemplos a citar no estrangeiro, contam-se a maior parte das campanhas de Napoleão<sup>18</sup> e a guerra civil na União Soviética após a Revolução de Outubro. Em todos esses casos, a vitória foi conquistada por forças reduzidas contra grandes forças, por forças inferiores contra forças superiores. Em todos os casos, a força mais fraca soube explorar num ponto dado a superioridade e a iniciativa contra a inferioridade e a passividade do inimigo, começando por infligir-lhe aí uma primeira derrota e, voltando-se depois para as restantes forças inimigas, soube esmagá-las uma a uma, transformando assim a situação geral numa situação de superioridade e iniciativa. O caso era precisamente o contrário para

o inimigo, inicialmente detentor da superioridade e da iniciativa, mas que, em consequência dos erros subjectivos cometidos pela respectiva direcção, e em resultado das suas contradições internas, pôde perder por completo a sua superioridade e iniciativa absolutas ou relativas, convertendo--se numa espécie de general sem exército ou rei sem reino. De tudo isso se conclui que, embora a superioridade ou inferioridade na guerra sejam a base objectiva de que depende a iniciativa ou a passividade, essa superioridade ou inferioridade não são de si mesmo iniciativa ou passividade reais; a iniciativa e a passividade só se tornam efectivas a-través da luta, através da competição dos esforços subjectivos. Na luta, uma direcção subjectiva correcta pode transformar a inferioridade em superioridade e a passividade em iniciativa, assim como uma direcção subjectiva incorrecta pode provocar precisamente o contrário. O facto de cada dinastia reinante ter sido derrotada pelos exércitos revolucionários mostra que, por si só, a superioridade em certos aspectos não basta para assegurar a iniciativa, e muito menos para garantir a vitória final. A parte que se encontra em situação de inferioridade e passividade pode arrancar a iniciativa e a vitória ao inimigo que detém a superioridade e a iniciativa, desde que crie certas condições por meio dum grande esforço subjectivo, de acordo com as circunstâncias de facto existentes.

83. Fazer apreciações erradas ou ser apanhado de surpresa pode significar a perda da superioridade e da iniciativa. Daí resulta que o fazer sistematicamente com que o inimigo realize apreciações erradas, bem como o atacá-lo de surpresa, constituem dois processos muito

importantes, aliás, de conseguir-se a superioridade e arrancar-lhe a iniciativa. E o que é uma apreciação errada? É, por exemplo, “tomar os arbustos e as árvores do monte Pacum por solda-dos inimigos”<sup>19</sup>. Um processo de provocar apreciações erradas por parte do inimigo é, por exemplo, “fazer uma finta a leste para atacar a oeste”. Quando o apoio das massas é suficientemente grande para evitar a fuga de informações para o campo inimigo, torna-se muitas vezes possível, por meio de diversos ardis, levar o inimigo a um labirinto de falsas apreciações e acções, de tal maneira que ele acaba por perder a sua superioridade e iniciativa. O ditado que diz que “na guerra a astúcia nunca é de mais”, significa precisamente isso. O que é ser apanhado de surpresa? É estar sem preparação. Sem preparação, a superioridade não é realmente superioridade e não pode haver iniciativa. Uma vez compreendido esse ponto, uma força inferior, mas preparada, pode muitas vezes derrotar, num ataque de surpresa, forças inimigas superiores. Nós dizemos que um inimigo em marcha pode mais facilmente ser atacado justamente porque, em tais circunstâncias, ele é apanhado de surpresa, quer dizer, ele não está preparado. Esses dois pontos — provocar apreciações erradas no seio do inimigo e realizar ataques de surpresa contra ele — significam transferir a incerteza da guerra para o inimigo e assegurarmo-nos, nós próprios, do máximo de certeza possível, o que nos permite uma realização da superioridade, da iniciativa, e a conquista da vitória. Uma excelente organização das massas é o requisito prévio para a obtenção de tudo isso. Por consequência, é extremamente importante despertar as massas que são

contra o inimigo, armá-las até ao último homem, para realizar por toda a parte ataques de surpresa contra o inimigo e, simultaneamente, impedir toda a fuga de informações e garantir uma cobertura para o nosso próprio exército. Desse modo, o inimigo permanecerá na incerteza sobre o ponto e o momento em que as nossas forças vão realizar os seus ataques, criando-se assim uma base objectiva para que o inimigo proceda a apreciações falsas e se mantenha\* desprevenido. Em grande parte, foi devido ao facto de as massas estarem organizadas e armadas que as forças do Exército Vermelho chinês, fracas e reduzidas, conseguiram ganhar tantas batalhas no período da nossa Guerra Revolucionária Agrária. Logicamente, uma guerra nacional deve obter um maior apoio por parte das massas do que a Guerra Revolucionária Agrária, mas por causa dos erros cometidos no passado<sup>20</sup>, o povo encontra-se num estado de falta de organização, não pode ser prontamente levado a servir a causa, acontecendo até que, algumas vezes, chega a ser utilizado pelo próprio inimigo. A mobilização firme e em grande escala do povo é o único processo de assegurar uma fonte inesgotável de recursos para responder a todas as exigências da guerra. Além disso, tal mobilização desempenhará um grande papel na aplicação das nossas tácticas de desorientar o inimigo e derrotá-lo por meio de ataques de surpresa. Nós não somos o Duque Siam de Som, nós não seguimos de maneira alguma a sua ética estúpida<sup>21</sup>. Para alcançarmos a vitória nós devemos, tanto quanto possível, cegar e ensurdecer o inimigo, tapando-lhe os olhos e os ouvidos e desviando as atenções do seu comando por meio dum lançar da con-

fusão no seu espírito, o que o enlouquece. Tal é a relação existente entre a ausência ou a presença da iniciativa e a direcção subjectiva da guerra. Sem essa direcção subjectiva da guerra é impossível vencer o Japão.

84. Dum modo geral, o Japão detém a iniciativa na fase da sua ofensiva em razão do seu poderio militar e da exploração a que procedeu dos nossos erros subjectivos presentes e passados. Todavia, a sua iniciativa começa a diminuir em certa medida, já como resultado dos muitos factores desvantajosos que lhe são inerentes, já como resultado dos erros subjectivos que ele também cometeu durante a guerra (o que examinaremos mais adiante), e ainda em virtude dos vários factores que também nos são vantajosos. A derrota sofrida pelo inimigo em Teltchuan e as dificuldades em que se encontra na província de Xansi constituem uma prova clara de tudo isso. O desenvolvimento em grande escala da guerra de guerrilhas na retaguarda do inimigo colocou as suas guarnições, acantonadas nas áreas ocupadas, numa situação de completa passividade. Embora o inimigo ainda se encontre estrategicamente na ofensiva e ainda detenha a iniciativa, essa iniciativa perder-se-á quando cessar a sua ofensiva estratégica. A primeira razão que torna o inimigo incapaz de manter a iniciativa é a sua escassez de efectivos que o impossibilita de continuar indefinidamente na ofensiva. A nossa ofensiva nas campanhas e a nossa guerra de guerrilhas por detrás das linhas inimigas, acrescentadas a outros factores, constituem a segunda razão que leva o inimigo a cessar a sua ofensiva uma vez atingido certo limite, e o torna incapaz de continuar a deter a iniciativa. A existência da União Soviética e as

modificações da situação internacional constituem a terceira razão. Sendo assim, a iniciativa do inimigo está limitada e pode ser reduzida a nada. Se, na acção militar, a China for capaz de persistir com as suas forças principais numa guerra ofensiva nas campanhas e nos combates, desenvolver vigorosamente a guerra de guerrilhas na retaguarda do inimigo e mobilizar politicamente o povo em grande escala, nós poderemos conquistar gradualmente uma posição de iniciativa estratégica.

85. Examinemos agora a questão da flexibilidade. O que é a flexibilidade? A flexibilidade é a realização concreta da iniciativa na acção militar. É o emprego elástico das forças armadas. A utilização flexível das forças armadas é a tarefa central na direcção da guerra, a tarefa mais difícil de executar com perfeição. Além da organização e preparação do exército e do povo, a direcção da guerra não é mais do que o emprego das tropas no combate, e tudo isso faz-se para ganhar o combate. Claro que é difícil organizar um exército, etc, etc, todavia ainda é mais difícil empregá-lo, sobretudo quando se combate do fraco ao forte. Para isso é necessária uma capacidade subjectiva muito elevada, sendo exigida ainda uma eliminação da confusão, da obscuridade e da incerteza características da guerra, importando descobrir a ordem, a clareza e a certeza nela existentes. Só assim se afigura possível conseguir uma flexibilidade de comando.

86. O princípio fundamental das acções de combate na Guerra de Resistência consiste em realizar acções ofensivas de decisão rápida nas linhas exteriores. Existem várias tácticas ou métodos para aplicar esse princípio: por exemplo, a dispersão e a concentração das forças, a

progressão em ordem dispersa e o ataque convergente, a ofensiva e a defensiva, o assalto e a fixação, o cerco e o movimento torneante, o avanço e a retirada. É fácil compreender todas essas tácticas, mas não é nada fácil empregá-las e variá-las com flexibilidade. Aqui, as três questões-chave são o tempo, o lugar e as unidades combatentes. Enquanto não se resolvem correctamente essas questões de tempo, lugar e unidades combatentes, a vitória é impossível. Por exemplo, quando se ataca uma força inimiga em movimento, se golpeamos muito cedo, descobrimo-nos e damos ao adversário uma possibilidade de defesa; se golpeamos muito tarde, o inimigo tem tempo para deter-se e concentrar as suas forças, apresentando-se como um osso duro de roer. Isso quanto ao tempo. Se escolhemos o ponto de assalto no flanco esquerdo do inimigo e se, justamente, esse é o seu ponto fraco, a vitória é fácil; mas se nós escolhemos o seu flanco direito e, por consequência, embatemos contra uma verdadeira muralha, então não ganhamos coisa alguma. Isso quanto ao lugar. Se empregamos uma certa e determinada unidade para a realização duma dada tarefa, a vitória pode ser alcançada com facilidade; mas se empregamos uma outra unidade para a mesma tarefa, pode ser difícil conseguir o que se deseja. Isso quanto às unidades combatentes. Nós devemos saber não apenas como empregar as tácticas mas ainda como variá-las. Com efeito, na flexibilidade de comando, a tarefa importante consiste em realizar mudanças, como a passagem da ofensiva à defensiva ou da defensiva à ofensiva, do avanço à retirada ou da retirada ao avanço, da fixação ao assalto ou do assalto à fixação, do cerco ao movimento

torneante ou do movimento torneante ao cerco, fazendo tudo isso correctamente, em tempo oportuno e cie acordo com as condições das unidades e do terreno, no nosso campo e no campo inimigo. É assim tanto para o comando dos combates e das campanhas como ainda para o comando estratégico.

87. Os antigos diziam: “O segredo duma hábil execução está na cabeça”. Esse “segredo”, a que nós chamamos flexibilidade, é o fruto do talento dum comando inteligente. A flexibilidade não significa leviandade. A leviandade deve ser rejeitada. A flexibilidade consiste na capacidade própria dum comando inteligente para tomar medidas oportunas e apropriadas, na base das condições objectivas, depois de ter “apreciado a questão do tempo c apanhado o essencial da situação” (a situação inclui a situação do inimigo, a nossa, o terreno, etc). É nisso que consiste “o segredo duma hábil execução”. Apoiando-nos nesse segredo, é possível conquistarmos mais vitórias nas nossas acções ofensivas de decisão rápida nas linhas exteriores, modificar em nosso proveito a correlação de forças, ganhar a iniciativa sobre o inimigo e destruí-lo e esmagá-lo, de tal maneira que a vitória final venha a pertencer--nos.

88. Passemos agora à questão do plano. Em consequência da incerteza característica da guerra, é muito mais difícil aplicar nela um plano do que em qualquer outra actividade. Mas dado que “a preparação garante o sucesso e a falta de preparação implica a derrota”, não pode haver vitória na guerra sem que previamente se elabore um plano e se faça uma preparação. Na guerra não há uma certeza absoluta, mas isso não quer dizer

que ela não apresente um certo grau de certeza relativa. Comparativamente, nós estamos seguros sobre a nossa própria situação, mas temos muitas dúvidas sobre a situação do inimigo. Não obstante, há sinais que podem ser interpretados, indícios que podem guiar--nos, séries de factos que nos ajudam a reflectir sobre essa situação. Tudo isso forma aquilo a que nós chamamos um certo grau de certeza relativa, a qual pode fornecer uma base objectiva para a elaboração dos nossos planos na guerra. O progresso da técnica moderna (telegrafia, rádio, aeroplanos, veículos a motor, caminhos de ferro, barcos a vapor, etc) aumentaram as possibilidades de estabelecer planos na guerra. Todavia, uma elaboração dc planos completos c estáveis é difícil porque a certeza na guerra é de facto muito limitada e momentânea. Tais planos têm de modificar-se segundo o desenrolar da guerra (a sua mobilidade ou a sua evolução), e sendo o grau dessas modificações dependente da escala da guerra. Em muitos casos, os planos tácticos, como por exemplo os planos de ataque ou de defesa para as pequenas formações ou unidades, têm dc ser modificados várias vezes num mesmo dia. Geralmente, o plano duma campanha, quer dizer, o plano de acção para as grandes formações, pode manter-se ate à conclusão da campanha, muito embora, no decurso desta, ele seja várias vezes modificado, na parte e até no todo, em alguns casos. Quanto aos planos estratégicos, como eles são elaborados com base na situação global das duas partes em luta, são ainda mais estáveis, sendo no entanto apenas aplicáveis a uma certa c determinada fase estratégica, e devendo por consequência ser modificados sempre que a guerra passa a

uma nova fase. A elaboração e a modificação dos planos táticos, dos planos para as campanhas e dos planos\* estratégicos, segundo a escala respectiva e as circunstâncias, é um factor-chave na direcção duma guerra; eis a expressão concreta da flexibilidade na guerra, ou, por outras palavras, eis o segredo duma hábil execução. Os comandantes da Guerra de Resistência contra o Japão devem, em todos os escalões, prestar a esse assunto uma atenção particular.

89. Em virtude da fluidez da guerra, algumas pessoas negam categoricamente a estabilidade relativa dos planos e das directivas de guerra, descrevendo-os como “mecânicos”. Essa maneira de ver é errada. Na secção anterior nós reconhecemos inteiramente que, dado o facto de as circunstâncias da guerra serem apenas relativamente certas e o seu curso (movimento ou evolução) ser rápido, os planos e as directivas não podem deixar de ser relativamente estáveis, necessitando ser modificados ou revistos a tempo, de acordo com a alteração das circunstâncias e segundo o decorrer da própria guerra. A não ser assim, transformamo-nos em mecanistas. Contudo, não se pode negar a necessidade dum plano e directivas de guerra relativamente fixos para um período certo e determinado. Negar isso significa negar tudo, incluindo o negar a própria guerra e o negar-se a si mesmo. Uma vez que a situação e as acções de guerra são duma estabilidade relativa, temos de admitir a relativa estabilidade dos planos e directivas que delas resultam. Por exemplo, uma vez que a situação da guerra no Norte da China e a natureza dispersa das acções realizadas pelo VIII Exército têm, num período determinado, um carácter rela-

tivamente estável, torna-se absolutamente necessário, durante esse período, reconhecer a relativa estabilidade da seguinte directiva estratégica para as acções desse exército: “a guerra de guerrilhas é o essencial, mas não se deve perder qualquer oportunidade de fazer a guerra de movimento, desde que as circunstâncias sejam favoráveis”. O período de validade das directivas para uma campanha é mais curto que o da directiva estratégica acima mencionada, e o das directivas táticas é-o ainda mais, mas umas e outras são estáveis para um período dado. Negá-lo é chegar a um ponto em que se não sabe mais como fazer a guerra, é tornar-se um relativista nas questões da guerra, sem ideias claras, vogando ao sabor das ondas. Ninguém nega que uma directiva, embora válida para um período determinado, não deva sofrer certas modificações, pois, se pensássemos assim, uma directiva nunca poderia ser substituída por outra. Simplesmente, essas modificações têm limites, elas não ultrapassam o quadro das diversas acções de guerra empreendidas para executar a própria directiva, não modificando portanto a respectiva essência. Por outras palavras, a directiva só sofre modificações quantitativas e não qualitativas. Dentro do período de tempo dado, a essência da directiva de maneira nenhuma é fluida. É justamente isso que nós entendemos por estabilidade relativa dentro dum dado período de tempo. Na marcha geral da guerra, onde a modificação é absoluta, existe uma estabilidade relativa de cada etapa. Eis o essencial do nosso ponto de vista com respeito aos planos e às directivas de guerra.

90. Uma vez examinada a guerra defensiva prolongada

no interior das linhas no plano estratégico, as acções ofensivas de decisão rápida no exterior das linhas durante as campanhas e os combates, e ainda a questão da iniciativa, flexibilidade e plano, podemos resumir em breves palavras tudo quanto dissemos. A Guerra Anti-japonesa necessita dum plano. Os planos de guerra, que são uma aplicação concreta da estratégia e das tácticas, devem ser de tal maneira flexíveis que possam ser adaptados às circunstâncias da guerra. Devemos tentar constantemente transformar a nossa inferioridade em superioridade e a nossa passividade em iniciativa, de modo a modificarmos a situação existente entre nós e o inimigo. Tudo isso se manifesta nas acções ofensivas de decisão rápida no exterior das linhas nas campanhas e nos combates, e na guerra defensiva prolongada no interior das linhas no plano estratégico.

#### GUERRA DE MOVIMENTO, GUERRA DE GUERRILHAS E GUERRA DE POSIÇÕES

91. A guerra tomará a forma de guerra de movimento já que o seu conteúdo é uma ofensiva de decisão rápida nas linhas exteriores durante as campanhas e os combates, no quadro duma estratégia de guerra defensiva prolongada nas linhas interiores. A guerra de movimento é a forma de guerra em que os exércitos regulares realizam campanhas e combates ofensivos de decisão rápida nas linhas exteriores, ao longo de grandes frentes e sobre grandes teatros de guerra. Ao mesmo tempo, ela inclui

a “defesa móvel”, praticada quando seja necessária para facilitar tais acções ofensivas, incluindo ainda o ataque e a defesa de posições, os quais desempenham aí um papel auxiliar. As suas características são a utilização de exércitos regulares, o emprego de forças superiores nas campanhas e nos combates, o carácter ofensivo das acções e a mobilidade.

92. A China dispõe dum vasto território e dum exército imenso, embora insuficientemente treinado e equipado. Do lado contrário, as forças inimigas são insuficientes em soldados mas melhor equipadas e treinadas. Em tal situação, não restam dúvidas de que devemos adoptar a guerra ofensiva de movimento como forma principal de guerra, funcionando as outras formas como auxiliares, e de maneira que o conjunto de todas elas forme uma guerra de movimento. Nós devemos combater o princípio de “retirar constantemente e nunca avançar”, que é a atitude dos fujões, opondo-nos igualmente ao princípio de “apenas avançar e nunca retirar”, característica da mentalidade de arrisca-tudo.

95. Uma das características da guerra de movimento é a sua mobilidade, a qual não só permite mas também exige que um exército de campanha avance e retire a passos de gigante. De maneira nenhuma, porém, isso tem qualquer relação com a atitude de fujão dum Han Fu-tsiu<sup>22</sup>. A exigência fundamental da guerra é destruir as forças do inimigo e, por outro lado, conservar as próprias forças. O fim da preservação das nossas próprias forças é a destruição do inimigo, e a destruição das forças do inimigo é, por seu turno, o meio mais efectivo de conservar as próprias forças. Sendo assim, a guerra

de\* movimento não pode de maneira alguma servir de escusa para as pessoas que são como Han Fu-tsiu, jamais podendo ser considerada como um movimento sempre para trás e nunca para diante; essa espécie de “movimento” que nega o carácter ofensivo básico da guerra de movimento poderia, na prática, “mover” a China para a perda do seu território, a despeito de toda a sua vastidão. 94. Todavia, o outro ponto de vista, que nós chamamos mentalidade de arrisca-tudo e que só admite a marcha para diante e nunca a retirada, é igualmente falso. A guerra de movimento que nós defendemos, e cujo conteúdo é a ofensiva de decisão rápida nas linhas exteriores durante as campanhas e os combates, inclui a guerra de posições como um factor auxiliar, a “defesa móvel” e a retirada, sem o que a guerra de movimento não pode ser inteiramente levada a efeito. A mentalidade de arrisca-tudo é um caso de miopia militar, frequentemente provocada pelo medo de perder território. Aquele que age segundo tal mentalidade é um indivíduo que ainda não compreendeu que a mobilidade é uma das características da guerra de movimento, uma característica que não só permite mas exige que um exército de campanha avance e retire a passos de gigante. No plano positivo, a fim de levar o inimigo a um combate que lhe seja desfavorável e favorável às nossas forças, torna-se geralmente necessário que ele esteja em movimento e que nós nos tenhamos assegurado dum certo número de vantagens, como por exemplo um terreno favorável, um adversário vulnerável, uma população local que saiba impedir a fuga de informações, o cansaço do inimigo e o facto de ele estar desprevenido. É preciso pois que o inimigo

avance, razão por que não devemos lamentar a perda temporária e parcial do nosso território. Com efeito, a perda temporária de parte do nosso território é o preço que nós pagamos pela preservação definitiva de todo o nosso território, incluída a reconquista dos territórios que tivermos perdido. No plano negativo, cada vez que somos reduzidos a uma posição desfavorável que ameaça seriamente a conservação das nossas forças, devemos ter a coragem de retirar para conservar as próprias forças e vibrar novos golpes sobre o inimigo, no momento mais oportuno. Como ignoram esse princípio, os “arrisca-tudo” continuam a bater-se por uma cidade ou por cada palmo de terreno, mesmo quando a situação em que se encontram é clara e definitivamente desfavorável, acabando não só por perderem a cidade e o palmo de terreno, mas ainda por falharem na conservação das suas próprias forças. Nós defendemos sempre a política de “levar o inimigo a penetrar profundamente no nosso território”, precisamente porque é essa a política militar mais eficiente a ser empregada contra um exército forte por um exército fraco que se encontre estrategicamente na defensiva.

95. Entre as formas de guerra a adoptar na Guerra Anti-japonesa a guerra de movimento vem em primeiro lugar e a guerra de guerrilhas em segundo. Quando nós dizemos que, no conjunto da guerra, a guerra de movimento é o essencial e a guerra de guerrilhas o suplementar, queremos dizer que o resultado final da guerra depende principalmente da guerra regular, sobretudo na sua forma de guerra de movimento, enquanto que a guerra de guerrilhas não pode arcar com a maior responsabilidade

relativamente ao resultado final. Mas isso não quer de maneira alguma dizer que o papel da guerra de guerrilhas é um papel sem importância na estratégia da Guerra de Resistência. Na estratégia dessa guerra considerada como um todo, o papel da guerra de guerrilhas é secundário apenas em comparação com o papel da guerra de movimento, pois sem o apoio da guerra de guerrilhas nós não podemos derrotar o inimigo. Ao falarmos assim, nós também temos no espírito a tarefa estratégica de desenvolver a guerra de guerrilhas em guerra de movimento. A guerra de guerrilhas não permanecerá imutável no decorrer da nossa guerra longa e cruel; ela atingirá um nível mais elevado, transformando-se em guerra de movimento. Desse modo, o papel estratégico da guerra de guerrilhas é duplo: apoiar a guerra regular e transformar-se em guerra regular. Dada a duração e extensão sem precedentes da guerra de guerrilhas no conjunto da Guerra de Resistência da China, é extremamente importante não subestimar o seu papel estratégico. Por consequência, a guerra de guerrilhas na China, além de problemas táticos, põe também problemas estratégicos particulares. Eu já examinei esse assunto no artigo intitulado “Problemas Estratégicos da Guerra de Guerrilhas contra o Japão”. Como se disse mais atrás, as formas da guerra nas três fases estratégicas são as seguintes: na primeira fase, a guerra de movimento é o essencial, enquanto que a guerra de guerrilhas e a guerra de posições são auxiliares; na segunda, a guerra de guerrilhas tomará o primeiro lugar, sendo auxiliada pela guerra de movimento e pela guerra de posições; na terceira, a guerra de movimento voltará a constituir a

forma principal, sendo auxiliada pela guerra de posições e pela guerra de guerrilhas. Todavia, a guerra de movimento na terceira fase já não será realizada apenas pelas forças originariamente regulares; uma parte, e possivelmente uma parte importante, será realizada por forças que originariamente eram guerrilhas, mas que progrediram, passando da guerra de guerrilhas à guerra de movimento. O exame dessas três fases da Guerra de Resistência da China contra o Japão mostra que a guerra de guerrilhas é absolutamente indispensável. A nossa guerra de guerrilhas constituirá um espectáculo grandioso e sem paralelo nos anais das guerras. Por isso, dos milhões de soldados das forças regulares da China, é de todo necessário destinar pelo menos algumas centenas de milhares à dispersão no interior das áreas ocupadas pelo inimigo, a fim de mobilizarem as massas e levá-las a armar-se a si próprias, e fazerem em coordenação com estas uma guerra de guerrilhas. As forças regulares assim destacadas devem assumir com toda a consciência essa tarefa sagrada, e jamais pensar que o seu valor diminui pelo facto de terem de travar um número menor de grandes batalhas e não poderem, por um tempo, fazer figura de heróis nacionais. Um tal ponto de vista é errado. A guerra de guerrilhas não dá resultados tão rápidos nem tão grande renome como a guerra regular, mas “é numa grande viagem que se vê o vigor do corcel, e numa grande provação, o coração dos homens”. No decorrer da nossa guerra longa e encarniçada, a guerra de guerrilhas há-de mostrar as suas imensas potencialidades; de toda a certeza, não se trata duma empresa comum. Além disso, essas forças regulares podem fazer uma guerra de

guerrilhas, dispersando-se, e uma guerra de movimento, concentrando-se, como tem feito o VIII Exército. Para o VIII Exército, o princípio é o que diz que “a guerra de guerrilhas é o essencial, mas não se deve perder qualquer oportunidade de fazer a guerra de movimento, desde que as circunstâncias sejam favoráveis”. Esse princípio é inteiramente justo; os pontos de vista que lhe são contrários é que estão errados.

96. Dado o grau de desenvolvimento técnico da China, a guerra de posições, seja ela defensiva ou ofensiva, é geralmente impraticável, sendo precisamente aí onde se manifesta a nossa fraqueza. Além disso, o inimigo também explora a vastidão do nosso território para tornar as nossas posições fortificadas. Assim, a guerra de posições não pode ser um meio importante, e muito menos o meio principal de fazermos a guerra. Contudo, na primeira e na segunda fases da guerra, é possível e necessário, dentro do quadro da guerra de movimento, empregar como meio auxiliar nas campanhas uma guerra de posições localizada. A “defesa móvel” com carácter semi--posicional constitui uma parte ainda mais indispensável da guerra de movimento, usada com o fim de resistir passo a passo ao inimigo, de maneira a esgotá-lo e a ganhar um tempo suplementar. A China deve esforçar-se por aumentar as suas disponibilidades em armas modernas, de modo a poder realizar inteiramente as suas tarefas de ataque posicionai na fase da sua contra-ofensiva estratégica. Nessa terceira fase, a guerra de posições ganhará sem dúvida uma grande importância pois, na altura, o inimigo passará à defesa enérgica das suas posições, não podendo nós reconquistar os

territórios perdidos enquanto não desencadearmos poderosos ataques de posições, em coordenação com a guerra de movimento. De todas as maneiras, porém, nós devemos, durante essa terceira fase, despender os nossos maiores esforços para fazer da guerra de movimento a nossa forma principal de guerra. Com efeito, numa guerra de posições, como por exemplo a que se desenrolou na Europa Ocidental na segunda metade da Primeira Guerra Mundial, a arte de dirigir a guerra e o papel activo do homem perdem a maior parte do seu valor. Por isso é natural que “a guerra deva sair das trincheiras”, quando ela tenha de fazer-se sobre os vastos territórios da China e quando o nosso próprio campo tenha de permanecer, por muito tempo ainda, pobremente equipado. Mesmo na terceira fase, quando a situação técnica da China seja melhor, esta não estará segura de poder ultrapassar o inimigo nesse domínio, pelo que teremos de concentrar-nos numa guerra de elevado grau de mobilidade, sem o que a vitória final não poderá ser alcançada. Daí se conclui que, ao longo da Guerra de Resistência, a China não poderá adoptar a guerra de posições como forma principal. As formas principais ou as formas importantes serão a guerra de movimento e a guerra de guerrilhas. Essas duas formas de guerra fornecerão um grande campo de desenvolvimento à arte de dirigir a guerra e ao papel activo do homem, o que constitui uma grande felicidade no meio da nossa desgraça!

## GUERRA DE DESGASTE E GUERRA DE ANIQUILAMENTO

97. Como dissemos anteriormente, a essência ou o objectivo da guerra é conservar as forças próprias e destruir as do inimigo. Uma vez que há três formas de guerra para atingir esse objectivo, as quais são a guerra de movimento, a guerra de posições e a guerra de guerrilhas, e uma vez que, na prática, essas formas de guerra diferem quanto ao grau de eficácia, há que, em geral, fazer uma distinção entre a guerra de desgaste e a guerra de aniquilamento.

98. Para já, podemos dizer que a Guerra Anti-Japonesa é ao mesmo tempo uma guerra de desgaste e uma guerra de aniquilamento. Por que razão? Porque o inimigo ainda pode explorar a sua força e detém a superioridade e a iniciativa estratégicas e, por consequência, a menos que realizemos campanhas e combates de aniquilamento, não poderemos reduzir com eficácia e rapidez a força do inimigo e eliminar a sua superioridade e iniciativa. Nós somos ainda fracos e não conseguimos pelo momento sair da nossa inferioridade e passividade estratégicas. Consequentemente, a não ser que realizemos campanhas e combates de aniquilamento, não poderemos ganhar tempo para melhorar a nossa situação interna e internacional e transformar a situação desfavorável em que nos encontramos. Sendo assim, as campanhas de aniquilamento são o meio de atingir o objectivo estratégico da guerra de desgaste. Nesse sentido, guerra de aniquilamento significa guerra de desgaste. O principal meio que a China tem para prosseguir na guerra prolongada é desgastar o inimigo pelo aniquilamento das

forças deste.

99. O objectivo de desgaste estratégico, porém, pode ser também atingido por meio de campanhas de desgaste. Dum modo geral, a guerra de movimento realiza a tarefa de desgaste e a guerra de guerrilhas executa as duas tarefas simultaneamente. As três formas de guerra distinguem-se pois umas das outras a esse respeito. Nesse sentido, a guerra de aniquilamento é diferente da guerra de desgaste. As campanhas de desgaste são auxiliares, mas de todas as maneiras necessárias numa guerra prolongada.

100. Do ponto de vista teórico e do ponto de vista das necessidades da China, e a fim de atingir o objectivo estratégico de desgastar profundamente as forças do inimigo, a China, na sua fase defensiva, deve não somente explorar a função de aniquilamento, que é preenchida principalmente pela guerra de movimento e em parte pela guerra de guerrilhas, mas também explorar a função de desgaste, a qual é preenchida principalmente pela guerra de posições (que em si mesma é suplementar) e em parte pela guerra de guerrilhas. Na fase de equilíbrio, devemos continuar a explorar as funções de aniquilamento e desgaste próprias da guerra de guerrilhas e da guerra de movimento, a fim de conseguirmos um desgaste ainda maior das forças do inimigo. Tudo isso se dirige a prolongar a guerra, a modificar gradualmente a balança geral de forças e a preparar as condições para a contra-ofensiva. Durante a contra-ofensiva estratégica, devemos continuar a empregar o método de desgaste por meio do aniquilamento, de maneira a ex-

pulsarmos por fim o inimigo.

101. A experiência dos últimos dez meses de guerra, porém, mostrou que, em grande número de campanhas, e mesmo na maior parte das campanhas, a guerra de movimento transformou-se praticamente numa guerra de desgaste e, em certas regiões, a guerra de guerrilhas não cumpriu na medida exigida a tarefa que lhe cabe no aniquilamento do inimigo. O aspecto positivo está no facto de termos ao menos desgastado as forças do inimigo, o que é importante tanto para a guerra prolongada como para a nossa vitória final, não tendo por isso o nosso sangue sido vertido em vão. Os aspectos negativos são: primeiro, o facto de não termos desgastado suficientemente o inimigo e, segundo, o facto de termos sido incapazes de evitar pesadas perdas e termos realizado uma pequena presa de guerra. Embora devamos reconhecer que tal situação se explica por causas objectivas, como seja a disparidade entre nós e o inimigo em equipamento técnico e preparação militar, torna-se em todo o caso necessário, tanto na teoria como na prática, apelar para que as nossas forças principais realizem vigorosos combates de aniquilamento sempre que as circunstâncias sejam favoráveis. E muito embora as nossas unidades de guerrilhas tenham de travar combates de puro desgaste quando realizam tarefas específicas, como as de sabotagem e hostilização, torna-se necessário propor e realizar vigorosas campanhas e combates de aniquilamento sempre que as circunstâncias sejam favoráveis, de maneira a desgastar enormemente as forças do inimigo e reforçar o mais possível as nossas.

102. Aquilo a que nós chamamos “linhas exteriores”, “de-

cisão rápida” e “ofensiva” nas acções ofensivas de decisão rápida nas linhas exteriores, assim como o termo “mobilidade” na guerra de movimento, encontra a sua máxima expressão operacional no emprego das tácticas de cerco e movimento torneante. Daí a necessidade da concentração de forças superiores. Assim, a concentração das forças e o emprego das tácticas de cerco e movimento torneante constituem condições prévias para a guerra de movimento, quer dizer, para as acções ofensivas de decisão rápida nas linhas exteriores. Tudo isso está orientado no sentido do aniquilamento das forças inimigas.

103. A força do exército japonês não está somente nas armas de que dispõe, mas também na preparação dos seus oficiais e soldados — o seu grau de organização, a confiança em si mesmos, confiança que lhes advém do facto de nunca terem sido batidos, a sua crença supersticiosa no Micado e nas forças sobrenaturais, a sua arrogância, o seu desprezo pelo povo chinês e outras características semelhantes, resultado de longos anos de doutrinação pelos caudilhos militares japoneses e da tradição nacional do Japão. Essa é a principal razão por que fizemos tão poucos prisioneiros, muito embora tenhamos morto e ferido um grande número de soldados inimigos. Muita gente subestimou esse aspecto no passado. A eliminação dessas características no seio do inimigo será um processo longo. A primeira coisa a fazer é dispensar uma séria atenção ao assunto, e depois, paciente e sistematicamente, trabalhar essa questão no campo político e nos campos da propaganda internacional e do movimento popular no Japão. No domínio militar, a guerra de aniquilamento é, bem entendido, um

dos métodos dessa acção. Os pessimistas podem apoiar-se nessas características do inimigo para fazer valer a sua teoria da subjugação inelutável da China, enquanto os especialistas militares de espírito passivo poderão encontrar uma base para se oporem à guerra de aniquilamento. Pelo contrário, nós sustentamos que todos esses pontos fortes do exército japonês podem ser destruídos e, aliás, já começaram a sê-lo. O principal método de destruição é a conquista dos soldados japoneses no domínio político. Em vez de ferirmos o seu orgulho, nós devemos compreendê-lo e canalizá-lo para a boa direcção e, através dum tratamento generoso dispensado aos prisioneiros de guerra, levar os soldados japoneses a ver o carácter anti-popular da agressão perpetrada pelos dirigentes do Japão. Por outro lado, há que demonstrar aos soldados japoneses o espírito indomável e a combatividade heróica e tenaz do exército e do povo chinês, quer dizer, devemos vibrar-lhes golpes destruidores nos vários combates de aniquilamento. A nossa experiência dos dez últimos meses de guerra prova que é possível aniquilar as forças inimigas, como testemunham as batalhas de Pinsinquan, Teltchuan e outras. O moral do exército japonês começa a oscilar, os seus soldados não compreendem o objectivo da guerra, são envolvidos pelos exércitos e pelo povo chinês, durante os assaltos dão provas de muito menor coragem que os soldados chineses, etc. Tudo isso são factores objectivos favoráveis à realização de combates de aniquilamento, factores que, além do mais, hão-de desenvolver-se constantemente, à medida que a guerra se for prolongando. Quanto à liquidação da altivez arrogante do inimigo

através de combates de aniquilamento, temos a dizer que tais combates são uma das condições prévias para a abreviação da guerra e a aceleração da emancipação dos soldados e do povo japoneses. Os gatos só se fazem amigos dos gatos; em nenhuma parte do mundo os gatos se fazem amigos dos ratos.

104. Por outro lado, há que admitir que, presentemente, nós somos inferiores ao inimigo em equipamento técnico e em preparação militar. Por consequência, é muitas vezes difícil obter um aniquilamento máximo, como seja a captura do conjunto ou da maior parte duma formação inimiga, especialmente quando se trava combate nas planícies. As exigências excessivas nesse sentido por parte dos defensores da teoria da vitória rápida são igualmente erradas. O que se deve justamente exigir às nossas forças na Guerra Anti-japonesa é que elas travem tantos combates de aniquilamento quantos sejam possíveis. Em circunstâncias favoráveis, devemos concentrar forças superiores em cada combate, e empregar tácticas de cerco e movimento torneante — cercar parte se não for possível cercar todas as forças inimigas, capturar parte se não for possível capturar todas \*as forças cercadas, e infligir pesadas perdas às tropas cercadas se não for possível capturá-las. Em circunstâncias desfavoráveis para combates de aniquilamento, devemos travar combates de desgaste. Em circunstâncias favoráveis ao primeiro tipo de combate, devemos empregar o princípio da concentração de forças, enquanto que, no segundo caso, devemos empregar o princípio da dispersão. Quanto ao comando das operações durante as campanhas, há que aplicar o princípio do comando centralizado no primei-

ro caso e o da descentralização no segundo. Tais são os princípios de base para as acções de combate na Guerra de Resistência contra o Japão.

#### A POSSIBILIDADE DE EXPLORAR OS ERROS DO INIMIGO

105. Mesmo no seio do comando inimigo nós podemos encontrar possibilidades de vitória sobre o Japão. A História nunca viu um general infalível. O inimigo comete erros, assim como nós próprios só muito dificilmente podemos deixar de cometê-los; daí a possibilidade de explorarmos os erros cometidos pelo inimigo. Nos dez meses da sua guerra de agressão, o inimigo cometeu muitos erros tácticos e estratégicos. Vamos sublinhar apenas os cinco mais importantes.

Primeiramente, o reforço das suas tropas por pequenas quantidades. Isso é devido à subestimação da China por parte do inimigo, bem como à sua insuficiência de tropas. O inimigo olhou--nos sempre com desprezo. Depois de ter invadido sem grande dificuldade as quatro províncias do Nordeste, ele ocupou o Hopei oriental e o Tchahar setentrional, podendo considerar-se tudo isso como um simples reconhecimento estratégico da sua parte. A conclusão a que chegou foi a de que a China não era mais do que uma montanha de areia. Depois, pensando que a China cairia ao primeiro golpe, elaborou um plano de “decisão rápida”, esperando fazer-nos fugir de pânico com a simples utilização dum quantas unidades. Ele não esperava encontrar uma tão grande união

nem uma tão grande capacidade de resistência como a que a China tem demonstrado nestes dez meses de guerra, e es-queceu-se de que a China está actualmente numa era de progresso e já possui um partido político de vanguarda, um exército de vanguarda e um povo também de vanguarda. Uma vez que se viu em má situação, o inimigo passou a aumentar aos poucos as suas forças, fazendo-as passar de um pouco mais de dez a trinta divisões. Se ele quiser avançar, será obrigado a aumentar ainda mais as suas forças. Todavia, dado o seu antagonismo com a União Soviética e a insuficiência, natural nele, de recursos humanos e financeiros, há um limite máximo inevitável para o número de homens que o Japão pode pôr de pé, assim como para a extensão da sua ofensiva. Em segundo lugar, a ausência duma direcção principal de ataque. Antes da campanha dc Teltchuam, o inimigo tinha distribuído as suas forças, mais ou menos igualmente, entre o Norte da China e a China Central, redistribuindo-as também igualmente no interior de cada uma dessas duas áreas. No Norte da China, por exemplo, ele dividiu as suas forças entre as linhas férreas de Tientsim-Pucou, Pepim-Hancou e Tatom-Pudjou, ao longo das quais sofreu perdas e fixou guarnições, com o que ficou sem tropas para prosseguir no avanço. Depois da derrota de Teltchuam, que lhe serviu de lição, ele concentrou as forças principais na direcção de Siudjou, corrigindo temporariamente o erro. Em terceiro lugar, falta de coordenação estratégica. Dentro de cada um dos dois grupos de forças do inimigo, no Norte da China e na China Central, havia, é certo, uma dada coordenação, que não existia no entanto en-

tre os dois grupos. Quando as suas forças do sector sul da linha férrea Tientsim-Pucou atacaram Siaoopampu, as do sector norte não se mexeram, e quando as do sector norte atacaram Teltchuam, as do sector sul não fizeram qualquer movimento. Quando o inimigo sofreu graves derrotas nesses dois sectores, o ministro do Exército do Japão apren-tou-se a fazer uma inspecção, e o chefe do Estado--Maior Geral japonês acorreu para dirigir as ope-rações, dando assim a impressão de que, no momento, havia uma coordenação. A classe dos senhores de terras, a burguesia e os caudilhos militares do Japão estão divididos por sérias contradições, entre si e internamente, contradições que se agravam cada vez mais, sendo a falta de coordenação militar uma das manifestações concretas desse facto.

Em quarto lugar, o facto de terem deixado passar certas oportunidades estratégicas. Essa falta foi claramente manifestada na pausa que o inimigo teve de fazer, depois da ocupação de Nanquim e Tai-juan, principalmente em razão da sua insuficiência em tropas, e por falta duma força estratégica de perseguição.

Em quinto lugar, o cerco de grandes formações, mas o aniquilamento de poucos homens. Antes da batalha de Teltchuam, nas campanhas de Xangai, Nanquim, Tsandjou, Paotim, Nancou, Sincou e Linfen, muitas formações chinesas foram derrotadas, mas muito poucos soldados foram feitos prisioneiros, o que mostra a torpeza do comando inimigo.

Esses cinco erros — reforço por pequenas quantidades, ausência duma direcção principal de ataque, falta de coordenação estratégica, não aproveitamento de oportu-

nidades estratégicas e cerco de grandes formações mas aniquilamento de poucos soldados — testemunham todos da incompetência do comando japonês, anteriormente à batalha de Teltchuam. Muito embora o inimigo tenha, a partir de então, feito certas correcções, ele não pode deixar de repetir as faltas em virtude da sua insuficiência de tropas, das suas contradições internas e demais factores. Aliás, o que ganha num ponto perde noutra. Por exemplo, quando concentrou em Siudjou as suas forças do Norte da China, ele deixou um grande vazio nas áreas que ocupava no Norte, o que nos deu a oportunidade de ali desenvolver, livremente, a nossa guerra de guerrilhas. Esses erros foram todos cometidos por livre acção do inimigo, não foram provocados por nós. Por nossa vez, nós podemos, deliberadamente, fazer com que ele cometa erros, quer dizer, nós podemos enganá-lo e manobrá-lo até à posição que nos convenha, por meio de movimentos hábeis e eficazes, cobertos por uma população local bem organizada, como seja o “fazer uma finta a leste para atacar a oeste”. Essa possibilidade já foi analisada mais atrás. Tudo quanto se disse mostra que até no seio do comando inimigo podemos encontrar possibilidades de vitória. Claro que não devemos fazer disso uma base importante para os nossos planos estratégicos; pelo contrário, a via segura a adoptar consiste em elaborar os nossos planos pensando que o inimigo apenas cometerá um número reduzido de erros. Além disso, o inimigo pode explorar os nossos erros tal como nós podemos explorar os que ele vai cometendo. Constitui pois tarefa do nosso co-mando fazer com que este não tenha mais do que um mínimo de oportunidades

para isso. Efectivamente, o inimigo cometeu erros, há-de continuar a cometê-los no futuro, e pode ainda cometer mais em resultado dos nossos próprios esforços nesse sentido. Todos esses erros podem ser explorados, razão por que os nossos comandantes da Guerra de Resistência devem fazer o seu máximo no sentido de aproveitar todas as oportunidades. Todavia, muito embora no plano estratégico e no plano das campanhas haja muitos defeitos no comando inimigo, este demonstra no entanto muita habilidade na direcção dos combates, isto é, na táctica de combate das unidades e das pequenas formações, havendo portanto muito que aprender com ele a esse respeito.

#### A QUESTÃO DOS COMBATES DECISIVOS NA GUERRA ANTI-JAPONESA

106. A questão dos combates decisivos na Guerra Anti-japonesa deve ser vista sob três aspectos: devemos procurar resolutamente a decisão em cada campanha ou combate sempre que estamos seguros da vitória; devemos evitar a decisão em cada campanha ou combate quando não estamos seguros da vitória; e devemos evitar em absoluto uma decisão estratégica quando a sorte do país está em jogo. As características que diferenciam a nossa Guerra de Resistência contra o Japão das demais guerras manifestam-se igualmente nessa questão dos combates decisivos. Na primeira e na segunda fases da guerra, que se caracterizam pela força do inimigo e pela nossa fraqueza, o objectivo do adversário é fazer com

que concentremos as nossas forças principais para um combate decisivo. O nosso objectivo é precisamente o contrário. Nós desejamos escolher condições que nos sejam favoráveis, concentrar forças superiores e realizar campanhas e combates decisivos apenas quando estamos seguros da vitória, como foi o caso em Pinsiquan, Telchuan e outros combates. Desejamos evitar os combates decisivos em condições desfavoráveis, quando não estamos seguros de vencer; foi essa a política que adoptámos em Tchante e outras campanhas. Quanto a travar um combate estrategicamente decisivo em que esteja em jogo o destino da nação, pura e simplesmente não o fazemos, como bem exemplifica a recente retirada de Siudjou. Assim, o plano inimigo para uma “decisão rápida” foi completamente arruinado, tendo-o nós obrigado a fazer uma guerra prolongada. Tais princípios são impraticáveis num país de pequeno território, e dificilmente realizáveis num país que seja muito atrasado do ponto de vista político. Eles são contudo aplicáveis na China, que é um vasto país e atravessa uma era de progresso. Se evitamos um combate estrategicamente decisivo é natural que venhamos a perder uma parte do nosso território, mas, como diz o provérbio, “enquanto existirem montanhas verdes, não há razão para recear faltas de lenha”, nós disporemos sempre dum vasto território para manobrar, podendo pois esperar e agir aceleradamente, de maneira que, com o tempo, o nosso país progrida, a ajuda internacional aumente e se produza a desagregação no interior do campo inimigo. Eis, para nós, a melhor política a seguir na Guerra de Resistência contra o Japão. Incapazes de aguentar a difícil

provação duma guerra prolongada, e ansiosos dum sucesso rápido, os impacientes defensores da teoria da vitória rápida reclamam a grandes gritos uma decisão estratégica sempre que a situação se apresenta de algum modo favorável. Agir como cios querem seria provocar um prejuízo incalculável ao conjunto da guerra, liquidar a guerra prolongada e cair em cheio na armadilha tecida pelo inimigo. Na realidade, esse seria o pior dos planos de guerra. Sem dúvida que se nós evitamos o combate decisivo temos de perder territórios, e devemos ter a coragem para fazê-lo quando (e só quando) isso se afigure inevitável. Em tais momentos, não devemos sentir o mínimo pesar, uma vez que abandonar territórios para ganhar tempo é uma política correcta. A História ensina-nos que a Rússia procedeu a uma corajosa retirada para evitar uma batalha decisiva, acabando depois por vencer a Napoleão<sup>23</sup>, o terror daquela época. A China deve agir da mesma maneira nos dias de hoje.

107. Acaso teremos nós medo de ser denunciados como defensores da “não resistência”? Não, não temos medo disso. Não combater em absoluto e realizar um compromisso com o inimigo é que é não resistência, a qual não só deve ser denunciada como ainda considerada inteiramente inadmissível. Nós devemos prosseguir energeticamente a Guerra de Resistência, contudo, é absolutamente indispensável evitar as armadilhas que o inimigo nos prepara, e jamais expor o grosso das nossas forças a um golpe que se repercutiria sobre todo o curso ulterior da guerra, numa palavra, tudo para impedir a subjugação do país. Ter dúvidas sobre esse ponto é ser míope na questão da guerra, é cami-nhar seguramente

para o campo dos defensores da subjugação inelutável da China. Nós criticámos a tese dos arrisca-tudo, que manda “apenas avançar e nunca retirar”, precisamente porque, se ela se generaliza, tornará impossível a continuação da Guerra de Resistência e conduzirá, no fim de contas, à subjugação nacional. >

108. Nós somos pelos combates decisivos sempre que as condições são favoráveis, quer se trate de combates quer se trate de campanhas de maior ou menor importância, não se devendo de maneira alguma tolerar a passividade a esse respeito. Somente através de tais combates decisivos podemos atingir o objectivo do aniquilamento ou desgaste das forças inimigas, devendo cada combatente anti-japonês dar resolutamente a sua contribuição nesse sentido. Para atingir um tal objectivo são necessários consideráveis sacrifícios parciais; tentar evitar todo e qualquer sacrifício é uma atitude própria dos cobardes e dos que tremem com medo do Japão, o que deve ser firmemente combatido. A execução de Li Fu-im, Han Fu-tsiu e outros fu-jões é justa. Dentro do quadro duma correcta planificação militar, é absolutamente indispensável exaltar a valentia e o sacrifício heróico de si próprio, sem o que a guerra prolongada e a vitória definitiva serão impossíveis. Nós condenámos energeticamente a atitude dos fujões que consiste em “retirar constantemente e nunca avançar”, e somos por uma disciplina severa, precisamente porque não é possível vencer um poderoso inimigo a não ser buscando heroicamente a decisão segundo um plano correctamente elaborado. A atitude dos fujões não é mais do que um apoio directo à teoria da subjugação inelutável da China.

109. E não haverá acaso contradição entre o lutar heroicamente e depois abandonar o território?

Não estaremos a verter inutilmente o nosso sangue nesses combates heróicos? Postas assim, as perguntas são totalmente absurdas. Comer para depois evacuar, acaso não será comer em vão? Adormecer para depois acordar, não será adormecer em vão? Porventura será correcto pôr assim os problemas? Eu penso que não. Pensar que uma vez que se come, deve-se comer sem parar, uma vez que se dorme, deve-se dormir sem parar, uma vez que se luta heroicamente, deve-se lutar sem parar até chegarmos ao rio Ialu, é uma ilusão própria dos sub-jectivistas e dos formalistas, pois, na vida real, as coisas não são assim. Como todos sabem, embora os combates sangrentos com vista a ganhar tempo e a preparar a contra-ofensiva não possam impedir que se abandone uma parte do nosso território, eles permitem-nos ganhar tempo, dão-nos a possibilidade de atingirmos o nosso objectivo que é aniquilamento e o desgaste das forças do inimigo, a possibilidade de ganharmos experiência militar, de levarmos ao combate as massas populares que ainda não estão envolvidas na luta, bem como de reforçarmos a nossa posição na arena internacional. Nessas circunstâncias acaso poderá dizer-se que o nosso sangue esteja a ser vertido em vão? Claro que não. O território é abandonado a fim de preservarmos as nossas forças militares e, portanto, a fim de conservarmos o território, na medida em que, se não abandonamos parte do território quando as condições são desfavoráveis, e travamos cegamente o combate decisivo, sem a menor garantia de vitória, acabamos por perder as nossas for-

ças militares e, por consequência, ficamos incapazes de evitar a perda da totalidade do nosso território e, por maior razão ainda, ficamos incapazes de reconquistar os territórios perdidos. Um capitalista necessita de capitais para fazer marchar os seus negócios; se ele perde todo o capital que possui, deixa de ser capitalista. Até um jogador precisa de ter dinheiro para jogar, mas se ele arrisca tudo em uma só cartada, e se a sorte o abandona, não poderá continuar a jogar. Os acontecimentos seguem sempre uma linha sinuosa e nunca uma linha recta. Isso também é verdade para a guerra. Só os formalistas é que não podem compreender essa verdade.

no. Eu penso que o que se disse atrás vale também quanto à decisão na fase da contra-ofensiva estratégica. Muito embora nessa altura o inimigo esteja numa posição de inferioridade e nós em superioridade, o princípio de “travar os combates decisivos que nos são rendosos e evitar os que nos são prejudiciais” será ainda aplicável, e continuará a sê-lo até ao momento em que os nossos combates nos tenham levado ao rio Ialu. Esse é o processo de conservarmos a iniciativa desde o começo até ao fim. Quanto aos “desafios” do inimigo e os “ditos” de terceiras pessoas, nós devemos afastá-los com desdém, não prestar a tudo isso a menor atenção e manter-nos firmes. Na Guerra de Resistência só serão considerados valentes e sensatos os comandantes que derem provas duma tal firmeza. Esse não é o caso das pessoas que “se inflamam como a pólvora”, à primeira chispa. Embora estejamos estrategicamente numa posição mais ou menos passiva nesta primeira fase da guerra, devemos lutar para deter a iniciativa em cada campanha, assim

como devemos lutar para guardá-la ao longo de todas as demais fases. Nós somos pela guerra prolongada e pela vitória final; não somos jogadores que arriscam tudo em uma só cartada.

### O EXÉRCITO E O POVO COMO BASE DA VITÓRIA

III. O imperialismo japonês jamais relaxará a sua agressão e repressão contra a China revolucionária. É a sua própria natureza imperialista que faz com que isso se passe assim. Se a China não resiste, o Japão ocupará facilmente toda a China sem ter de disparar um único tiro, como aconteceu com relação às quatro províncias do Nordeste. Se a China resiste, é uma lei inexorável que o Japão tentará liquidar essa resistência até ao momento em que a sua força de repressão seja ultrapassada pela força de resistência da China. A classe dos senhores de terras e a burguesia do Japão são muito ambiciosas; elas adoptaram a política de romper pelo centro, atacando primeiramente a China, a fim de se expandirem em direcção do sul, as ilhas do arquipélago Malaio, e em direcção do norte, a Sibéria. Os que pensam que o Japão sabe quando deve parar e que se contentará com a ocupação do Norte da China e das províncias de Quian-su e Tchequiam, não conseguiram de maneira alguma compreender que o imperialismo japonês, que já entrou numa nova fase e se aproxima da extinção, difere do Japão do passado. Quando dizemos que há um limite preciso para a quantidade de homens que o Japão pode

pôr em pé de guerra, assim como para a extensão do seu avanço, nós queremos dizer que, com as forças de que dispõe, o Japão só pode usar contra a China uma parte das suas forças e só pode penetrar na China até onde a sua capacidade lho permitir, e isso porque ele pretende atacar em outras direcções e tem também que defender-se contra outros inimigos. Quanto à China, como se encontra numa via de progresso e é capaz de resistir energicamente, é inconcebível que os furiosos ataques desencadeados pelos japoneses não se deparem com a inevitável resistência por parte dela. O Japão não pode ocupar a totalidade da China, mas isso não quer dizer que ele não fará todos os esforços para liquidar a resistência desta em todas as regiões que lhe seja possível atingir, não parando senão no momento em que a evolução dos factores internos e externos o empurrar directamente para a crise que lhe será fatal. Só há duas saídas possíveis para a situação política interna do Japão. Ou se regista rapidamente a queda das classes dirigentes, o poder político passa para as mãos do povo e a guerra cessa, o que é impossível no momento, ou então a classe dos senhores de terras e a burguesia tornam-se cada vez mais fascistas e continuam a guerra até ao dia da sua queda final, o que é, no fundo, o caminho que o Japão está seguindo actualmente. Não pode haver outra saída. Os que esperam que os moderados no seio da burguesia japonesa tomem a dianteira e façam cessar a guerra, não alimentam mais do que vãs ilusões. Durante muitos anos a realidade da política japonesa tem sido tal que os burgueses moderados são prisioneiros dos senhores de terras e dos grandes da finança. Agora que o Japão pas-

sou à guerra de agressão contra a China, se a resistência não lhe vibrar um golpe mortal, se lhe restarem ainda forças suficientes, ele desencadeará de certeza uma ofensiva contra o Sudeste Asiático ou contra a Sibéria, ou até mesmo contra ambos. O Japão agirá assim logo que a guerra estale na Europa. Nos seus cálculos ambiciosos, os governantes do Japão planearam tudo isso em escala grandiosa. Claro que é possível que o Japão tenha de renunciar ao seu plano original de invasão da Sibéria, adoptando uma atitude principalmente defensiva com relação à União Soviética, em consequência do poderio desta e do sério grau de debilidade em que ele se encontrará como resultado da guerra contra a China. Nesse caso, porém, longe de relaxar a agressão contra a China, ele intensificá-la-á, pois, nessa altura, o único caminho que lhe resta é o de tragar o país mais fraco. Então, a tarefa da China de perseverar na Guerra de Resistência, na Frente Única e na guerra prolongada tornar-se-á ainda mais importante, sendo mais do que nunca necessário não permitir a menor diminuição dos nossos esforços.

112. Nessas circunstâncias, a condição essencial da vitória da China sobre o Japão é a unidade da nação inteira e o progresso decuplicado ou centuplicado em todos os domínios. A China já se encontra numa era de progresso, tendo alcançado além disso uma esplêndida unidade; simplesmente esse progresso e essa unidade ainda não são suficientes. O facto de o Japão ter podido ocupar um território tão vasto é devido não apenas à sua força, mas também à fraqueza da China. No seu conjunto, essa fraqueza é o resultado dos efeitos acumulados de vários erros históricos cometidos nos últimos cem anos,

especialmente nos últimos dez anos, os quais confinaram o progresso dentro dos limites actuais. Não é possível vencer um inimigo assim tão forte sem despender um esforço intenso e a longo prazo. Há muitas coisas que temos de a-prender a executar. Eu apenas falarei de dois aspectos fundamentais, que são o progresso do exército e o progresso do povo.

113. A reforma do nosso sistema militar requer a sua modernização, o melhoramento do seu equipamento técnico, sem o que não poderemos expulsar o inimigo para lá do rio Ialu. Na utilização das tropas nós necessitamos duma estratégia e duma táctica progressistas e flexíveis, sem o que não poderemos igualmente conquistar a vitória. Toda-via, os soldados são a base dum exército. Enquanto eles não estiverem imbuídos dum espírito político progressista, e enquanto esse espírito não lhes for inculcado através dum trabalho político progressista, torna-se impossível alcançar uma autêntica unidade entre oficiais e soldados, despertar-lhes um máximo de entusiasmo pela Guerra de Resistência, assim como se torna impossível garantir uma boa base para obter a máxima eficácia da nossa técnica e das nossas tácticas. Quando dizemos que o Japão será finalmente derrotado a despeito da sua superioridade técnica, nós queremos dizer que os golpes que lhe assestaremos com os combates de aniquilamento e desgaste, além de lhe infligirem perdas, afectarão por fim o moral do exército inimigo, cujas armas não estão em mãos de soldados politicamente conscientes. Pelo nosso lado, ao contrário, oficiais e soldados estão unidos quanto ao objectivo político da Guerra de Resistência. Isso dá-nos uma base

para o trabalho político no seio de todos os exércitos em luta contra os invasores japoneses. É necessário realizar uma certa democratização no exército; o essencial é abolir a prática feudal de bater e insultar, e conseguir que os oficiais e soldados compartilhem as penas e as alegrias na vida diária. Assim conseguir-se-á a unidade entre os oficiais e soldados, elevar-se-á extraordinariamente a capacidade de combate do exército e não haverá a menor dúvida quanto à possibilidade de sustentarmos uma guerra longa e cruel.

114. A maior fonte de energia para a guerra está nas massas populares. É principalmente por causa do estado de inorganização das massas populares chinesas que o Japão ousa violentar-nos. Assim que essa falha for eliminada, o agressor japonês, tal como um búfalo selvagem caído num anel de fogo, ver-se-á cercado pelas centenas de milhões de homens que constituem o nosso povo em pé, bastando que gritemos para que ele se lance em pânico na fogueira, e seguramente morrerá queimado. Os exércitos chineses necessitam duma corrente ininterrompida de reforços; há que acabar com o abuso da “caçada” e “compra”<sup>24</sup> de substitutos que actualmente se verifica nos escalões inferiores, e substituí-lo por uma ampla e ardente mobilização política. Assim, não será difícil chegar a poder alistar os homens aos milhões. Actualmente, nós temos dificuldades em conseguir os fundos necessários para Guerra de Resistência mas, uma vez que o povo seja mobilizado, as próprias finanças deixarão de constituir um problema. Como é que um país tão grande e com uma população tão numerosa pode sofrer de falta de fundos? O exército deve fundir-

se com o povo, de maneira que este o veja como sendo o seu próprio exército. Um exército assim é invencível, e não será um país imperialista como o Japão que poderá medir-se com ele.

115. Muitos pensam que são os métodos errados que fazem com que não haja boas relações entre oficiais e soldados e entre exército e povo; quanto a mim, eu tenho sempre afirmado que se trata duma questão de atitude fundamental (ou de princípio fundamental), a qual consiste em ter respeito pelos soldados e pelo povo. É dessa atitude que decorrem as várias políticas, métodos e formas adequadas. Se nos afastamos de tal atitude, as políticas, os métodos e as formas serão seguramente errados e as relações entre os oficiais e soldados e entre o exército e o povo não poderão de modo algum ser boas. Os três grandes princípios para o trabalho político no exército são: primeiro, a unidade entre oficiais e soldados, segundo, a unidade entre o exército e o povo e, terceiro, a desintegração das forças inimigas. Para aplicar com eficácia esses princípios, devemos começar por essa atitude fundamental de respeito pelos soldados e pelo povo, e de respeito pela dignidade humana

306 dos prisioneiros de guerra que tenham deposto as armas. Os que tomam tudo isso como sendo uma questão técnica e não como uma atitude fundamental estão efectivamente enganados e devem corrigir o seu erro.

116. Agora que a defesa de Vuhan e outros pontos se tornou urgente, constitui tarefa da máxima importância despertar a iniciativa e o entusiasmo da totalidade do exército e do povo, a fim de que apoiem a guerra. Não

há dúvidas de que a tarefa de defesa de Vuhan e outros pontos deve ser seriamente apresentada e cumprida. Simplesmente, a questão de saber se poderemos de facto cumpri-la não depende da nossa vontade, mas sim das condições concretas. A mobilização política da totalidade do exército e do povo para a luta é uma das mais importantes dentre essas condições. Se não fazemos um esforço intenso para garantir todas essas condições, se nos falha uma só dessas condições, os desastres como a perda de Nanquim e outras localidades estão condenados a repetir-se. Onde será o Madrid chinês? Lá onde se criarem as mesmas condições que em Madrid. Até agora nós ainda não tivemos o nosso Madrid, mas temos de lutar por criar alguns Madrid. A possibilidade de fazê-lo, porém, depende das condições, sendo a mais importante dentre elas uma ampla mobilização política da totalidade do exército e do povo.

117. Em todo o nosso trabalho nós devemos perseverar na orientação geral de frente única nacional anti-japonesa. Com efeito, só com essa política é que podemos perseverar na Guerra de Resistência e na guerra prolongada, conseguir uma melhoria geral e profunda das relações entre os oficiais e os soldados e entre o exército e o povo, despertar no máximo a iniciativa e o entusiasmo do exército e do povo inteiros, na luta pela defesa do território que ainda se encontra nas nossas mãos e pela reconquista do território que perdemos, conquistando finalmente a vitória.

118. Sem dúvida, essa questão da mobilização política da totalidade do exército e do povo é uma questão da máxima importância. Se nós voltamos tantas vezes a

ela, mesmo com riscos de cair numa repetição, é precisamente porque, sem isso, a vitória é impossível. Claro que existem outras condições indispensáveis à vitória, mas a mobilização política é a fundamental. A Frente Única Nacional Anti-japonesa é a frente única de todo o exército e de todo o povo, e de maneira nenhuma uma frente única dos quartéis gerais e dos membros de uns quantos partidos políticos. O nosso principal objectivo ao iniciarmos a criação da Frente Única Nacional Anti-japonesa é mobilizar a totalidade do exército e do povo, para que participem nela.

## CONCLUSÕES

119. Quais são as nossas conclusões? Ei-las: “Em que condições poderá a China derrotar e destruir as forças do imperialismo japonês? Três condições são exigidas: primeiro, o estabelecimento duma frente única anti-japonesa na China; segundo, o estabelecimento no plano internacional duma frente única anti-japonesa; terceiro, o avanço do movimento revolucionário dos povos do Japão e das colónias japonesas. Do ponto de vista do povo chinês, dessas três condições a principal é a grande aliança do próprio povo chinês.” “Quanto tempo... a guerra pode durar? Isso depende da força da Frente Única Anti-japonesa da China e de muitos outros factores decisivos que envolvem a China e o Japão.” “Se essas condições não são rapidamente realizadas, a guerra durará mais tempo. De todas as maneiras, porém, o resultado será sempre o mesmo: o Japão será neces-

sariamente derrotado e a China alcançará, necessariamente, a vitória. Simplesmente o sacrifício será maior e haverá um período doloroso a atravessar.” “A nossa estratégia deve consistir no emprego das nossas forças principais para operar sobre uma frente vasta e instável. Para obterem êxito, as forças chinesas devem fazer uma guerra de alto grau de mobilidade, em amplos teatros de guerra.” “Além de empregarmos tropas treinadas para a guerra de movimento, devemos organizar numerosas unidades de guerrilhas entre os camponeses.” “No decorrer da guerra, a China ... reforçará gradualmente o equipamento das suas tropas. Em consequência, a China poderá fazer uma guerra de posições no último período da guerra e lançar ataques de posições nas áreas ocupadas pelos japoneses. Desse modo, a economia japonesa decompor-se-á em resultado da resistência prolongada da China, e o moral das suas tropas quebrar-se-á sob a pressão de incontáveis combates de desgaste. Do lado chinês, as potencialidades da resistência ao Japão entrarão cada vez mais em jogo, e grandes levadas de revolucionários precipitar-se-ão ininterruptamente para a frente, lutando pela sua própria liberdade. A conjugação desses e doutros factores tornar-nos-á capazes de lançar ataques finais decisivos contra as fortificações e as bases situadas nas áreas ocupadas pelo Japão, e rechaçar da China as forças japonesas de agressão.” (Extracto duma entrevista com Edgar Snow, em Julho de 1936). “Assim, a situação política da China entrou numa nova fase... Na fase actual, a tarefa central consiste em mobilizar todas as forças da nação para a vitória na Guerra de Resistência.” “A chave da vitória na guerra está em desen-

volver a resistência que já começou numa guerra geral de toda a nação. A vitória final só pode ser ganha por meio dessa guerra geral de resistência de toda a nação.” “O facto de existirem sérias debilidades na Guerra de Resistência pode conduzir a muitos reveses, retiradas, cisões internas, traições, compromissos temporários e parciais, bem como a outras situações desfavoráveis no decurso dessa guerra. Assim, há que prever uma guerra árdua e prolongada. Todavia, nós confiamos em que, com os esforços do nosso Partido e do conjunto do povo do país, a resistência agora começada varrerá todos os obstáculos do seu caminho e continuará a avançar e a desenvolver-se.” (“Resolução sobre a Situação Actual e as Tarefas do Partido”, adoptada pelo Comité Central do Partido Comunista da China, em Agosto de 1937). Eis as conclusões. Para os defensores da subjugação inelutável da China, os inimigos são super-homens e os chineses, bonecos de palha, enquanto que para os teóricos da vitória rápida os chineses são super-homens e os inimigos, bonecos de palha. Ambos estão errados. Nós adoptamos um ponto de vista diferente: a Guerra de Resistência contra o Japão será uma guerra prolongada e a vitória final pertencerá à China. Essas são as nossas conclusões.

120. O meu ciclo de conferências termina aqui. A grande Guerra de Resistência contra o Japão está a desenvolver-se e muita gente anseia por uma síntese da experiência adquirida, a fim de facilitar a conquista da vitória total. Tudo o que examinei é apenas a experiência geral dos dez meses que transcorreram; talvez isso possa servir como uma espécie de resumo. O problema da guerra

prolongada é uma questão que merece a maior atenção e deve constituir objecto dum mais largo debate. Eu não apresentei aqui senão as linhas gerais da questão, e espero que os camaradas as examinem, as discutam, as emendem e as completem.

## NOTAS

1 A teoria da subjugação nacional traduzia os pontos de vista do Kuomintang, o qual não queria resistir à invasão japonesa, só o fazendo mais tarde, quando se viu constrangido a isso. Após o Incidente de Lucoquai, o grupo de Tchiang Kai-chek foi obrigado a participar na Guerra de Resistência. A teoria da subjugação nacional tinha como representantes indivíduos tais como Um Tsim-vei, os quais tinham a intenção de capitular diante do Japão, e acabaram por fazê-lo, efectivamente, mais tarde. Tal teoria não existia apenas no seio do Kuomintang; a sua influência fazia-se sentir igualmente no seio de algumas das camadas médias e até entre as camadas atrasadas de trabalhadores. Tudo isso se explica pelo facto da corrupção e incapacidade do governo do Kuomintang, e ainda pelas derrotas repetidas que este sofria na guerra, em contraste com a progressão rápida do exército japonês, o qual chegou às imediações de Vuhan ainda no decurso do primeiro ano da guerra. Tal situação provocou sentimentos marcadamente pessimistas nas camadas mais atrasadas da população.

2 Trata-se de opiniões que existiam nas fileiras do Partido Comunista da China. Nos seis primeiros meses da Guerra de Resistência contra o Japão, manifestou-se no seio do Partido uma tendência para subestimar as forças do inimigo. Alguns camaradas eram de opinião que o Japão sucumbiria ao primeiro golpe. Não é que estimassem demasiado grandes as nossas forças, pois eles sabiam que, ao contrário, nesse tempo, as tropas e as massas populares organizadas, dirigidas pelo Partido Comunista, eram ainda fracas. Eles

partiam da ideia de que o Kuomintang participava na Guerra de Resistência e dispunha, ao que lhes parecia, de grandes forças capazes de derrotar os invasores japoneses, agindo em combinação com as forças do Partido Comunista. Eles não viam senão um aspecto das coisas, a participação temporária do Kuomintang na resistência, esquecendo o outro, o carácter reaccionário e a corrupção que o caracterizavam. Assim se formou essa apreciação errada sobre a situação.

3 Tal era o ponto de vista de Tchiang Kai-chek e respectivo bando. Obrigado a prosseguir a Guerra de Resistência, o Kuomintang de Tchiang Kai-chek, que não tinha confiança nas suas próprias forças e muito menos ainda nas forças do povo, punha todas as esperanças na obtenção rápida duma ajuda exterior.

4 Teltchuam, vila situada na parte meridional da província de Xantum. Em Março de 1935, desenrolou-se uma batalha na região de Teltchuam, entre o exército chinês e as tropas de invasão japonesas. Forte de 400.000 homens, o exército chinês alcançou a vitória sobre o exército japonês, que não contava senão 70.000 a 80.000 homens.

5 Esse ponto de vista foi formulado num dos editoriais do Tacumpao, que era, na época, o órgão do Grupo de Ciências Políticas do Kuomintang. Os partidários desse ponto de vista baseavam as suas esperanças num feliz concurso de circunstâncias, pensando que, graças a um certo número de vitórias semelhantes à de Teltchuam, seria possível deter o avanço das tropas japonesas e evitar assim a mobilização das forças populares para uma guerra de longa duração, que constituiria uma ameaça para a segurança da sua própria classe. Nesse tempo, o Kuomintang estava totalmente penetrado da esperança dum feliz concurso de circunstâncias.

6 Trata-se dum movimento reformista surgido em 1898. Esse movimento representava os interesses da burguesia liberal e dos senhores de terras esclarecidos. Os seus dirigentes eram, entre outros, Cam Io-vei, Liam Tchi-tchao e Tan Se-tom; eles gozavam do apoio do imperador Cuam Siu, mas não dispunham duma base de massas. Iuan Chi-cai, que na altura controlava forças militares, revelou os segredos dos partidários da reforma à imperatriz-mãe Tsi Si, dirigente da camarilha recalcitrante, a qual retomou o poder, aprisionou o imperador Cuam Siu e condenou à morte Tan Se-tom

e mais cinco diri-gentes. Tal foi o fim trágico do movimento.

7 A 16 de Janeiro de 1958, o gabinete japonês publicou uma declaração em que anunciava a sua intenção de subjugar a China pelas armas. Ao mesmo tempo, esse gabinete passou a exercer uma pressão sobre o governo do Kuomintang para levá-lo a capitular, declarando que se o governo do Kuomintang “continuasse a inspirar a guerra de resistência”, o governo japonês criaria na China um novo poder fantoche e deixaria de considerar o governo do Kuomintang como “in-terlocutor válido” para as futuras negociações.

8 Trata-se principalmente dos EE.UU.

9 Trata-se dos governos dos países imperialistas, como a Inglaterra, Estados Unidos, França, etc.

10 A possibilidade, prevista pelo camarada Mao Tsetung, duma melhoria na situação da China na fase de equilíbrio das forças, durante a Guerra de Resistência, realizou-se inteiramente nas regiões libertadas que se encontravam sob a direcção do Partido Comunista. Mas como a camarilha dominante de Tchiang Kai-chek se comportava passivamente na resistência e lutava activamente contra os comunistas e o povo, a situação não melhorou nas regiões controladas pelo Kuomintang, antes pelo contrário, agravou-se, o que provocou a oposição das grandes massas populares e elevou a sua consciência política. Ver “Sobre o Governo -de Coalizão”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III,

11 Os partidários da “teoria da onnipotência das armas” consideravam que, sendo inferior ao Japão do ponto de vista do armamento, a China devia inevitavelmente sofrer uma derrota na guerra. Todos os chefes da camarilha reaccionária do Kuomintang (incluído Tchiang Kai-chek) partilhavam esse mesmo ponto de vista.

12 Buda, Sakya-Muni, nomes pelos quais se designa habitualmente o fundador do budismo. Suen Vu-com, herói do romance fantástico chinês do século XVI, Si lou Qui (A Peregrinação a Oeste), era um macaco que tinha o poder de franquear, com uma só cambalhota, uma distância de cento e oito mil li. Todavia, quando caiu na palma da mão de Buda, por mais voltas que desse não conseguiu sair-se dela; Buda voltou a mão e os seus dedos transformaram-se em cinco montanhas ligadas umas às outras (as montanhas dos

Cinco Elementos), ficando Suen Vu-com preso ao chão.

13 Em Agosto de 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista, o camarada Dimitrov declarou: “O fascismo é o chauvinismo desenfreado e a guerra de rapina” (G. Dimitrov: “A Ofensiva do Fascismo e as Tarefas da Internacional Comunista na Luta pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo”). Em Julho de 1937, o camarada Dimitrov publicou um artigo intitulado: “O Fascismo é a Guerra”.

14 Ver V. I. Lenine: “O Socialismo e a Guerra”, capítulo I, e “A Falência da II Internacional”, secção III.

15 Ver “Plano de Ataque”, Suen Tse, capítulo III.

16 Em 632 A.C., em Tchempu (hoje, distrito de Pucien, província de Pin-juan), desenrolou-se uma grande batalha entre as tropas dos principados de Tzin e Tchu. No início da guerra o exército de Tchu levava a melhor. Então, o exército de Tzin recuou noventa li e, tomando por alvo os pontos fracos do exército de Tchu, isto é, os seus flancos direito e esquerdo, vibrou-lhe terríveis golpes, impondo-lhe uma pesada derrota.

17 No ano 204 A.C., sob o comando de Han Sin, as tropas de Han deram batalha ao exército de Tchao Sie, em Tsinsin. O exército de Tchao Sie, que segundo se conta era de 200.000 homens, excedia várias vezes em número as tropas de Han. Dispondo as tropas encostadas a um curso de água que lhes cortava a retirada, Han Sin fê-las combater encarniçadamente, enviando ao mesmo tempo uma parte delas para um golpe de surpresa que lhe permitiu dominar a retaguarda mal protegida de Tchao Sie. O resultado foi que o exército de Tchao, atacado de frente e no dorso, acabou por sofrer uma pesada derrota.

18 No final do século XVIII e começos do XIX, Napoleão sustentou uma luta contra a Inglaterra, Prússia, Áustria, Rússia e vários outros países europeus. Em muitas das suas campanhas, muito embora inferiores numericamente, os exércitos de Napoleão obtiveram numerosas vitórias.

19 No ano 353, Fu Quien, chefe dos Tchin, subestimando a força dos Tzin, atacou-os. O exército dos Tzin começou por derrotar a vanguarda dos Tchin em Luotsian, distrito de Chouiam, província

de Anghuei, e continuou na ofensiva por terra e por água. Do alto das muralhas da cidade de Chouiam, Fu Quien observou o inimigo e viu que o exército dos Tzin se encontrava inteiramente disposto em ordem de batalha; assim que olhou em direcção do monte Pacum, porém, as árvores e os arbustos pareceram-lhe ser soldados dos Tzin, pelo que pensou ter diante de si um possante inimigo, e ficou cheio de medo. Ver, no Tomo I, a nota 27 ao artigo “Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China”.

20 Em 1927, Tchiang Kai-chek, Uam Tsim-vei e os seus acólitos traíram a Primeira Frente Única Democrática Nacional entre o Kuomintang e o Partido Comunista, e prosseguiram durante dez anos uma guerra anti-popular, o que privou o povo chinês da possibilidade de se organizar em larga escala. É à camarilha reaccionária do Kuomintang, dirigida por Tchiang Kai-chek, que cabe a responsabilidade dessa falta histórica.

21 O Duque Siam reinava no principado de Som na época de Tchuentziu, no século VII antes da nossa era. Em 638 A.C., o principado de Som fazia a guerra ao poderoso principado de Tchu. As tropas de Som estavam já dispostas em ordem de batalha, enquanto que o exército de Tchu estava ainda a atravessar o rio que separava os dois contendores. Um dos dignatários de Som, sabendo que as tropas de Tchu eram muito superiores em número, propôs aproveitar o momento propício e atacá-las enquanto não tivessem terminado a travessia. Mas o Duque Siam respondeu: “Não, um homem de boa estirpe não ataca aqueles que estão em dificuldade.” Quando as tropas de Tchu atravessaram o rio, e antes que estivessem perfeitamente dispostas em ordem de batalha, o dignatário pediu outra vez que se atacasse o inimigo. O Duque Siam respondeu: “Não, um homem de boa estirpe não ataca um exército antes que este esteja em ordem de batalha.” Foi somente quando as tropas de Tchu se apresentaram perfeitamente preparadas para o combate que o Duque deu a ordem de atacar. O resultado foi uma pesada derrota para o principado de Som, ficando o próprio Duque ferido. Ver em Tsuo Tchuan (Anais), na parte relativa ao ano XXII, o relato sobre o Duque Si.

22 Em 1937, o exército de agressão japonês que se tinha apoderado de Pepim e de Tientsim avançou sobre o Sul, ao longo da linha

de caminho de ferro de Tientsim-Pucou, e lançou uma ofensiva contra a província de Xantum. O caudilho militar do Kuomintang, Han Fu-tsiu, que tinha governado durante longos anos a província de Xantum, fugiu para o Honan sem ter dado uma só batalha.

23 Em 1812, com um exército de 500.000 homens, Napoleão atacou a Rússia. O exército russo, ao retirar-se, incendiou Moscovo, votando o exército de Napoleão à fome, ao frio e a terríveis sofrimentos. Depois, desbaratando as linhas de comunicação na retaguarda dos invasores, colocou-os na situação insustentável de tropas cercadas, de tal maneira que Napoleão foi obrigado a retirar o seu exército. Aproveitando a situação, o exército russo passou à contra-ofensiva e, de todo o exercito de Napoleão, somente uns 20.000 soldados puderam escapar.

24 O Kuomintang recompletava o seu exército da maneira seguinte: expedia para toda a parte tropas e polícia para submeterem os homens e incorporarem-nos à força no exército. Os futuros soldados eram amarrados com cordas, como se procedia com os criminosos. Os que dispunham de alguns meios subornavam os funcionários do Kuomintang e pagavam a outros homens, que os substituíam como soldados.

O PAPEL DO PARTIDO COMUNISTA  
DA CHINA NA GUERRA  
NACIONAL\*

(Outubro de 1938)

Camaradas! Temos à nossa frente um futuro brilhante. O nosso dever é abater o imperialismo japonês e construir uma China nova; de certeza alcançaremos esse objectivo. Mas entre o momento actual e esse brilhante futuro há um caminho difícil a percorrer. Lutando por uma China radiosa, o Partido Comunista da China e a totalidade do povo têm de combater o invasor japonês com método, não poderão vencer senão com uma guerra de longa duração. Nós já falámos extensamente dos diferentes problemas relativos a tal guerra; fizemos o ba-

---

\* Relatório apresentado pelo camarada Mao Tsetung na Sexta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido. Essa sessão, que foi de grande importância, aprovou a linha do Birô Político do Comité Central encabeçado pelo camarada Mao Tsetung. Ao tratar da questão do papel do Partido Comunista da China na guerra nacional, o camarada Mao Tsetung ajudou a totalidade dos camaradas a compreender claramente e a assumir com consciência a

lanço das experiências ganhas desde que começou, apreciámos a situação presente, definimos as tarefas urgentes que incumbem à Nação, explicámos avrazão por que, para sustentar-se uma guerra desse tipo, importa formar uma frente única nacional anti-japonesa que dure e ainda como devemos fazê-lo, analisando por fim a situação internacional. Que mais outro problema existe? Pois bem, camaradas, resta um: o do papel do Partido Comunista da China na guerra nacional, dito doutro modo, o do como os comunistas devem compreender o seu papel, aumentar as suas forças e cerrar as suas fileiras, a fim de estarem à altura de evitar a derreta e levar a guerra à vitória.

## PATRIOTISMO E INTERNACIONALISMO

Os comunistas, sendo internacionalistas, podem ser ao mesmo tempo patriotas? Pensamos que não só podem mas também devem. São as condições históricas que de-

---

pesada responsabilidade histórica do Partido, que era a direcção da Guerra de Resistência. A sessão decidiu prosseguir na política de frente única anti-japonesa mas sublinhou, ao mesmo tempo, a necessidade de unidade e luta no seio dessa frente, a não conveniência, nas condições da China, da fórmula “tudo através da Frente Única”. Ficava assim condenada a tendência à acomodação na questão da frente única. Esse aspecto do problema foi examinado pelo camarada Mao Tsetung numa parte das conclusões que apresentou, nessa sessão, sob o título “A Questão da Independência e Autonomia no Seio da Frente Única”. Além de afirmar que era de extrema importância

terminam o conteúdo concreto do j latritismo. Existe o “patriotismo” dos agressores japoneses e o de Hitler, e há o nosso próprio patriotismo. No que se refere ao “patriotismo” dos agressores japoneses e de Hitler, os comunistas devem opor-se-lhe com resolução. Os comunistas japoneses e alemães são pela derrota dos seus próprios países na guerra. E do interesse dos seus povos contribuir, por todos os meios, para a derrota dos agressores japoneses e de Hitler, sendo que quanto mais completa for essa derrota tanto melhor será. Isso é o que devem fazer os comunistas japoneses e alemães, e é o que estão efectivamente fazendo. As guerras desencadeadas pelos agressores japoneses e por Hitler são tão nefastas aos restantes povos do mundo como aos povos do Japão e da Alemanha. Mas as coisas são distintas para a China, que é a vítima da agressão. Por isso é que os comunistas chineses têm de unir o patriotismo ao internacionalismo. Nós somos ao mesmo tempo internacionalistas e patriotas, a nossa palavra de ordem é combater o invasor para defender a Pátria. Em relação a nós, o derrotismo

---

que a totalidade do Partido se consagrasse à organização da luta armada popular contra o invasor japonês, a sessão decidiu fazer das regiões de operações militares e da retaguarda do inimigo o principal campo de acção do Partido. Consequentemente, repudiou a concepção errada dos que depositavam as esperanças de vitória sobre o agressor japonês no exército kuomintanista e confiavam os destinos do povo à luta legal realizada numa situação de dominação reaccionária do Kuomintang. Nessa sessão, essa matéria constituiu objecto doutra parte das conclusões do camarada Mao Tsetung: “Problemas da Guerra e da Estratégia”.

constitui um crime e a luta pela vitória na resistência anti-japonesa um dever a que não podemos furtar-nos. Só o combate pela defesa da pátria permite que vençamos os agressores e libertemos a Nação. E só essa libertação tornará possível a emancipação do proletariado e do povo trabalhador. A vitória da China e a derrota do imperialismo que a agride constituirão exactamente uma ajuda para os povos dos demais países. Por consequência, o patriotismo constitui uma aplicação do internacionalismo na guerra de libertação nacional. Aí está a razão por que cada comunista tem de despender um máximo de actividade, avançar com coragem e decisão para o campo de batalha da guerra de libertação nacional e apontar as armas contra o agressor japonês. Eis porque, desde o Incidente de 18 de Setembro de 1931, o nosso Partido passou ao apelo no sentido da resistência à agressão japonesa por meio da guerra nacional de legítima defesa, propôs mais tarde a formação duma frente única nacional anti-japonesa, ordenou a reorganização do Exército Vermelho em unidades do Exército Revolucionário Nacional anti-japonês e a respectiva marcha para a frente e prescreveu aos seus membros o combate na primeira linha da Guerra de Resistência contra o Japão e a defesa da pátria até à última gota de sangue. Tais actos de patriotismo são justos e, longe de contradizerem o internacionalismo, constituem uma aplicação disso na China. Só os que têm ideias políticas confusas ou desejos inconfessáveis poderão insensatamente pretender que não tivemos razão, que abandonámos o internacionalismo.

## OS COMUNISTAS COMO EXEMPLO NA GUERRA NACIONAL

Pelas razões acima, os comunistas devem dar provas de grande iniciativa na guerra nacional e manifestá-la de modo concreto, quer dizer, desempenhar um papel exemplar de vanguarda, em todos os domínios. A nossa guerra prossegue em condições de dureza resultantes do facto de as grandes massas populares ainda não terem suficiente consciência nacional, amor-próprio nacional e auto-confiança, estarem na sua maioria desorganizadas, encontrar-se o país fraco quanto a forças militares, permanecer atrasada a sua economia, não ser democrático o seu regime, reinar a corrupção e o pessimismo e à Frente Única faltar coesão, solidez, etc. Os comunistas não podem pois deixar de assumir com consciência a grande responsabilidade de unir a totalidade da nação, de modo a vencerem todos os aspectos negativos da situação. Aqui, o papel de vanguarda dos comunistas e o seu exemplo são duma importância vital. No VIII Exército e no Novo IV Exército, os comunistas devem dar um exemplo de bravura no combate, cumprimento das ordens, observação da disciplina, realização do trabalho político e reforço da unidade e solidariedade internas. Nas relações com os exércitos e partidos amigos, deverão manter uma posição firme de unidade pela resistência ao Japão, perseverar no programa da Frente Única e ser o modelo no cumprimento das tarefas da Guerra de Resistência. Deverão ser fiéis à palavra dada e resolutos na acção, isentos de arrogância e sinceros na discussão e cooperação com os exércitos e partidos

amigos, um exemplo nas relações com os distintos partidos da Frente Única. Nas administrações governamentais os comunistas devem distinguir-se por uma integridade perfeita, abster-se de todo o nepotismo, trabalhar muito e contentar-se com uma fraca remuneração. Trabalhando nos movimentos de massas, os comunistas devem ser amigos das massas e não patrões situados acima destas, serão professores infatigáveis e nunca politiqueros burocratas. Em nenhum momento, em nenhuma circunstância, os comunistas colocarão os seus interesses pessoais em primeiro plano; pelo contrário, eles subordiná-los-ão sempre aos interesses da nação e das massas populares. É por isso que o egoísmo, o relaxamento no trabalho, a corrupção, o exibicionismo, etc, merecem o maior dos desprezos, enquanto que a entrega desinteressada, o ardor no trabalho, a devoção à causa pública, o esforço intenso e tenaz merecem todo o respeito. Um comunista deve trabalhar em boa harmonia com todos os elementos avançados que não são membros do Partido e esforçar-se por unir a totalidade do povo para vencer o que é negativo. Devemos dar-nos plenamente conta de que os comunistas não constituem mais do que uma pequena fracção da nação e, fora do Partido, existe um grande número de elementos avançados e de activistas com quem devemos colaborar. Seria de todo falso crer que somos a perfeição ao passo que os outros nada valem. Os comunistas não devem desdenhar nem troçar das pessoas que estão politicamente atrasadas, mas sim aproximar-se delas, unir-se a elas, convencê-las e encorajá-las a progredir. Excepto com relação aos incorrigíveis, a atitude dos comunistas frente

aos que tenham cometido erros no trabalho não deve ser a de exclusão, mas sim a de persuasão, para ajudá-los a mudar e começar de novo. Os comunistas devem ser um modelo tanto de senso prático como de previsão e clarividência, uma vez que só pelo senso prático poderão cumprir as tarefas que lhes cabem e só graças à previsão e à clarividência poderão evitar perder-se na marcha para diante. Sendo assim, os comunistas devem dar o exemplo no estudo; em todos os momentos serão os alunos e os mestres das massas populares. Não podemos dar provas de senso prático no trabalho, nem de previsão e clarividência quanto ao futuro, a não ser instruindo-nos junto das massas, junto dos que nos rodeiam e dos exércitos e partidos amigos, a não ser procurando compreendê-los a todos. Numa guerra de longa duração, em circunstâncias difíceis, as forças vivas da totalidade da nação só poderão ser mobilizadas para vencer as dificuldades, derrotar o inimigo e edificar uma China nova, se os comunistas desempenharem com elevação o seu papel exemplar de vanguarda, se colaborarem com todos os elementos avançados dentre os exércitos, partidos amigos e massas populares.

#### UNIR A TOTALIDADE DA NAÇÃO E COMBATER OS AGENTES INIMIGOS NO SEIO DESTA

Para vencer as dificuldades, para vencer o inimigo e edificar uma China nova, é necessário consolidar e ampliar a Frente Única Nacional Anti-japonesa, bem como mobilizar todas as forças vivas da nação; essa é a

única política a seguir. Mas na nossa Frente Única Nacional existem já agentes inimigos que se entregam a uma acção de sabotagem; são os traidores, os trotskistas e os elementos pró-japoneses. Os comunistas devem permanecer constantemente de olhos abertos frente aos agentes inimigos, des-mascarar-lhes com provas reais e seguras os crimes e pôr em guarda o povo contra as suas imposturas. Devem redobrar de vigilância política com relação aos agentes do inimigo no seio da nação. É necessário compreender bem que não é possível ampliar e consolidar a Frente Única Nacional sem desmascarar e eliminar tais agentes. Seria de todo errado considerar apenas um dos aspectos da questão e perder o outro aspecto de vista.

#### ALARGAR AS FILEIRAS DO PARTIDO COMUNISTA E PREVENIR A INFILTRAÇÃO DE AGENTES DO INIMIGO

estejam prontos a observar-lhe a disciplina e trabalhem com ardor. Aí é inadmissível toda a atitude de “porta fechada”. Ao mesmo tempo, porém, importa estar constantemente em guarda contra a infiltração dos agentes inimigos nas nossas fileiras. Os serviços secretos do imperialismo japonês procuram constantemente sabotar o nosso Partido, fazendo entrar neste, sob máscara de activismo, traidores, trotskistas, pró-japoneses, elementos degenerados e arrivistas camuflados. Não relaxemos pois um só instante a vigilância, nem descuidemos

o rigor das precauções frente a tal gente. Como é evidente, por medo aos agentes inimigos não haveremos de fechar as portas do Partido, uma vez que a nossa linha de conduta é a de alargar com audácia as fileiras deste. Contudo, ao agirmos assim, temos de permanecer em guarda com relação aos agentes inimigos e arrivistas, que poderiam aproveitar a ocasião para infiltrar-se por elas. Cometeremos erros se não considerarmos raais que um aspecto da questão, se descuarmos o outro aspecto. Aqui, o único princípio justo é “alargar ousadamente as fileiras do Partido, sem deixar que nele penetre um só sequer dos maus elementos”.

Para vencer as dificuldades, para vencer o inimigo e edificar uma China nova, o Partido Comunista deve alargar as suas fileiras e converter-se num grande partido com carácter de massas, abrindo amplamente as portas aos operários, camponeses e jovens activistas, sinceramente devotados à revolução, que creiam nos princípios do Partido, apoiem a política deste,

#### MANTER A FRENTE ÚNICA E A INDEPENDÊNCIA DO PARTIDO

Não há dúvidas que só a manutenção firme da Frente Única Nacional permitirá vencer as dificuldades, vencer o inimigo e edificar uma China nova.

Contudo, cada partido ou grupo da Frente Única deve conservar a sua independência nos planos ideológico, político e de organização. Isso vale tanto para o Kuomintang como para o Partido Comunista e demais partidos e grupos políticos. Nas relações entre os partidos

ou grupos políticos, o princípio da democracia, um dos Três Princípios do Povo, admite simultaneamente a unidade de todos e a independência de cada um deles. Falar apenas de unidade, negar a independência, é abandonar o princípio da democracia, o que nem o Partido Comunista nem qualquer outro partido ou grupo político poderá admitir. É inegável que a independência no seio da Frente Única só pode ser relativa, não pode ser absoluta; entendê-la como absoluta seria sabotar a política geral de unidade contra o inimigo. Mas não deve negar-se essa independência relativa; tanto no domínio da ideologia como no da política e organização, todos os partidos devem gozar de independência relativa, isto é, gozar do direito à liberdade relativa. Deixar-se privar desse direito, renunciar a isso voluntariamente, seria também atentar contra a política geral de unidade frente ao inimigo. Eis o que têm de compreender todos os comunistas e, igualmente, todos os membros dos partidos amigos.

O mesmo é válido para a relação entre a luta de classes e a luta nacional. É um princípio estabelecido que, durante a Guerra de Resistência contra o Japão, tudo deve subordinar-se aos interesses desta, sendo por isso que os interesses da luta de classes devem subordinar-se aos da Guerra de Resistência, não ir contra estes. Contudo, a existência de classes e luta de classes é um facto. Os que o negam, os que negam a existência de luta de classes, cometem um erro. É inteiramente falsa a teoria que pretende contestar a existência de luta de classes. Nós não negamos a luta de classes, nós adaptamo-la às circunstâncias. A política de ajuda mútua e concessões recípro-

cas que preconizamos aplica-se tanto às relações entre os partidos como às relações entre as classes. A unidade contra o Japão exige uma política apropriada de reajustamento das relações de classes, a qual, por um lado, não deixa as massas trabalhadoras sem garantias no plano político e material, e, por outro lado, tem em conta os interesses da gente rica, para responder às exigências de unidade na luta contra o inimigo. Considerar apenas um desses aspectos, descuidar o outro, seria prejudicial à resistência ao Japão.

#### TER EM CONTA O CONJUNTO DA SITUAÇÃO, PENSAR EM FUNÇÃO DA MAIORIA, TRABALHAR DE CONCERTO COM OS ALIADOS

Ao guiar as massas na luta contra o inimigo, os comunistas devem ter em conta o conjunto da situação, pensar em função da maioria e trabalhar de concerto com os seus aliados. Os comunistas devem compreender o princípio de que é indispensável subordinar as necessidades da parte ao todo. Se uma proposta convém apenas a uma situação parcial, e não à situação de conjunto, torna-se necessário subordinar a parte ao todo. E o mesmo é válido para o caso inverso: se uma proposta não convém à situação parcial, mas sim à situação de conjunto, há igualmente que subordinar a parte ao todo. É o que significa ter em conta a situação de conjunto, o todo. Os comunistas nunca devem separar-se da maioria das massas nem avançar temerariamente à frente dum pequeno contingente mais adiantado sem ter em conta a

maioria; eles devem preocupar-se em criar laços estreitos entre os elementos avançados e as grandes massas. É o que significa pensar em função da maioria. Por toda a parte onde existam partidos e grupos democráticos ou democratas desejosos de cooperar connosco, os comunistas devem discutir e trabalhar com eles. É errado tomar decisões arbitrárias e agir de modo autoritário, ignorando os nossos aliados. Um bom comunista deve saber ter em conta o conjunto da situação, pensar em função da maioria e trabalhar de concerto com os seus aliados. A esse respeito houve grandes insuficiências que devemos empenhar-nos por vencer.

## POLÍTICA DE QUADROS

O Partido Comunista da China é um partido que dirige uma grande luta revolucionária numa imensa nação de várias centenas de milhões de homens. O Partido não seria capaz de cumprir a sua tarefa histórica sem dispor dum número considerável de quadros dirigentes capazes e qualificados. Ao longo dos últimos dezassete anos, o nosso Partido formou muitos dirigentes competentes, de modo que já dispomos numa armação de quadros nos domínios militar, político e cultural, assim como para o trabalho do Partido e de massas. Isso honra tanto o Partido como a Nação. Mas a ossatura actual ainda não pode suportar esse grande edifício que é a nossa luta, razão por que temos de continuar a formar elevados contingentes de quadros competentes. Da luta colossal do povo chinês surgiram e continuam a surgir muitos

activistas, sendo nosso dever organizá-los, formá-los, rodeá-los de solicitude e saber utilizá-los. Uma vez estabelecida a linha política, os quadros são um factor determinante<sup>1</sup>. Por consequência, formar segundo um plano um grande número de novos quadros constitui nossa tarefa de combate.

Devemos preocupar-nos tanto com os quadros que são membros do Partido como com os que o não são. Fora do Partido há muitos indivíduos capazes que este não deve ignorar. O dever de cada comunista é desembaraçar-se de toda a altivez e arrogância, saber colaborar com todos os quadros não comunistas, prestar-lhes uma ajuda sincera, adoptar para com eles uma calorosa atitude de camaradagem e orientar-lhes a iniciativa para a grande causa da resistência ao Japão e reconstrução do país.

Há que saber julgar os quadros. Não se deve apreciá-los apenas por um certo momento ou facto isolado da sua vida, mas sim julgá-los por todo o seu passado e todo o seu trabalho. Tal é o método principal de julgar os quadros.

É preciso saber utilizar os quadros. Resumindo, ser dirigente envolve duas responsabilidades principais: formular ideias e empregar os quadros. Elaborar planos, tomar decisões, emitir ordens, traçar directivas, etc, tudo isso entra na categoria de “formular ideias”. Para pormos as ideias em prática temos de unir os quadros e incitá-los à acção. A isso se chama “empregar os quadros”. Ao longo da história da nossa nação houve sempre duas linhas opostas a esse respeito: “nomeações segundo as qualidades individuais” e “nomeações segundo as amizades pessoais”. A primeira, honesta, a segunda des-

onesta. O critério que o Partido Comunista deve aplicar na sua política de quadros consiste em ver se um quadro é ou não resoluto na execução da linha do Partido, se observa ou não a disciplina, se está ou não estreitamente ligado às massas, se é ou não capaz de orientar-se por si próprio no trabalho, se é ou não activo, tenaz e desinteressado. Tal é a política de “nomeações segundo as qualidades individuais”. A política de quadros de Tcham Cuo-tao era contrária a isso. Procedendo a “nomeações segundo as amizades pessoais”, ele rodeava-se de homens seus para constituir uma pequena facção, a tal ponto que acabou por trair o Partido e desertar. Essa é uma séria lição. Instruídos por esse facto, e por lições similares que a História nos oferece, recai sobre o Comité Central e dirigentes de todos os escalões a pesada responsabilidade de, em matéria de política de quadros, procederem sempre com imparcialidade e honestidade e rejeitarem toda a parcialidade e desonestidade, de modo a reforçar-se a unidade e coesão do Partido.

É preciso saber cuidar dos quadros. Eis o método: Primeiro, dar-lhes uma orientação. Isso significa deixá-los trabalhar com liberdade para que tenham coragem de assumir responsabilidades, e, ao mesmo tempo, dar-lhes oportunamente instruções, de modo que, guiados pela linha política do Partido, sejam capazes de pôr plenamente em jogo o seu espírito criador. Segundo, elevar-lhes o nível. Isso significa dar-lhes possibilidades de estudo, educá-los a fim de que elevem os seus conhecimentos teóricos e aumentem a sua capacidade de trabalho. Terceiro, verificar-lhes o trabalho e ajudá-los a fazer o

balanço das próprias experiências, a multiplicar os êxitos e corrigir os erros. Confiar-lhes trabalho e não controlar a respectiva execução, dispensando-se-lhes atenção apenas quando são cometidos erros graves, não pode constituir um método de cuidar dos quadros.

Quarto, relativamente aos quadros que cometeram erros, devemos usar em geral o método de persuasão e ajudá-los a corrigir os erros. O método de luta deve adoptar-se apenas com relação àqueles que cometeram graves erros e se recusam a obedecer às instruções. E a paciência é necessária. É erróneo classificar levianamente as pessoas de “oportunistas” ou passar levianamente a “travar lutas” contra elas.

Quinto, atender às suas dificuldades. Quando os quadros têm dificuldades, em resultado de doenças, problemas materiais, preocupações de ordem familiar ou de qualquer outra ordem, devemos assegurar-lhes tanto quanto possível uma ajuda.

Tal é o método de cuidar dos quadros.

## A DISCIPLINA DO PARTIDO

Dadas as graves infracções de Tcham Cuo-tao, é necessário reafirmar as seguintes regras de disciplina do Partido:

- 1) Subordinação de cada membro à organização;
- 2) subordinação da minoria à maioria;
- 3) subordinação dos escalões inferiores aos escalões superiores;

4) subordinação da totalidade do Partido ao Comité Central.

Todo aquele que viola essas regras de disciplina sabota a unidade do Partido. A experiência mostra--nos que alguns infringem a disciplina porque não sabem qual é essa disciplina, mas outros, como Tcham Cuo-tao, fazem-no em pleno conhecimento de causa, para satisfação de desejos perversos, aprovei-tando-se da ignorância de muitos dos membros do Partido. Por isso se torna necessário educar os membros do Partido quanto à disciplina deste, de modo que os simples membros possam observá-la por si próprios e velem por que os dirigentes se submetam igualmente a ela, evitando-se reedições do caso Tcham Cuo-tao. Para colocar as relações internas do Partido na via justa, além das quatro regras mais importantes reafirmadas acima devemos definir um regulamento interno mais detalhado, de modo a unificar-se a acção dos órgãos dirigentes nos diferentes escalões.

### A DEMOCRACIA NO PARTIDO

Na grande luta actual, o Partido Comunista da China exige que todos os seus órgãos dirigentes, todos os seus membros e quadros desenvolvam ao máximo a iniciativa própria, pois só assim se tornará possível a vitória. Concretamente, essa iniciativa há-de manifestar-se em actividade criadora dos órgãos dirigentes, quadros e membros do Partido, em espírito de responsabilidade, em ardor no trabalho, audácia e capacidade de levantar problemas, expressar opiniões próprias, criticar falhas, e em controle, exercido com toda a camaradagem, sobre

os órgãos e quadros dirigentes. Doutro modo a palavra iniciativa não tem sentido. O desenvolvimento dessa iniciativa, porém, depende do grau de democracia existente na vida do Partido. Em caso nenhum a iniciativa poderia desenvolver-se sem uma suficiente democracia na vida do Partido. A formação de grande número de homens capazes só é possível em ambiente democrático. No nosso país predomina o sistema patriarcal próprio da pequena produção e, além disso, ainda não existe vida democrática em escala nacional. Isso reflecte-se no Partido sob a forma duma vida democrática insuficiente, impedindo-o de desdobrar dc todo a iniciativa e dando igualmente lugar a uma democracia insuficiente no seio da Frente Única e nos movimentos de massas. É por isso que o Partido deve educar os seus membros em matéria de democracia, a fim de que compreendam o que é a vida democrática, a relação existente entre a democracia e o centralismo e como se pratica o centralismo democrático. Só assim poderemos ampliar efectivamente a democracia na vida do Partido\* evitando simultaneamente o ultra-democratismo e esse deixa--andar que viola a disciplina.

Aliás, há que desenvolver na medida necessária a vida democrática das organizações do Partido no nosso exército, para estimular a iniciativa dos membros do Partido e aumentar a capacidade de combate das tropas. Mas a democracia nessas organizações deve ser menos extensa que nas organizações locais do Partido. Numas como noutras, a democracia no seio do Partido deve servir para reforçar a disciplina e a capacidade de combate, e não para enfraquecê-las.

Essa extensão da democracia deve ser considerada uma medida indispensável para consolidar e desenvolver o Partido, uma arma importante que lhe permitirá ser activo e vigoroso na sua luta colossal, estar à altura das tarefas, criar novas forças e sair-se bem na prova da guerra.

### O NOSSO PARTIDO CONSOLIDOU-SE E CRESCEREMOS NUMA LUTA EM DUAS FRENTES

Em dezassete anos, o nosso Partido aprendeu, dum modo geral, a servir-se da arma marxista-leninista da luta ideológica para combater as concepções erradas no seu próprio seio, e isso sobre as duas frentes que são o oportunismo de direita e o oportunismo de “esquerda”.

Antes da Quinta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso<sup>2</sup>, o Partido combateu o oportunismo de direita de Tchen Tu-siu e o oportunismo de “esquerda” do camarada Li Li-san. A vitória que obteve nessas duas lutas permitiu-lhe realizar grandes progressos. Após essa sessão, o Partido ainda viveu duas lutas internas de importância histórica, uma foi a da Reunião de Tsuen-yi e a outra a que desembocou na expulsão de Tcham Cuo-tao.

A Reunião de Tsuen-yi corrigiu os graves erros de princípio, de carácter oportunista de “esquerda”, cometidos no decurso da luta contra a quinta campanha de “cerco e aniquilamento”, e reforçou a coesão do Partido e do

Exército Vermelho; com isso ela possibilitou ao Comité Central e às forças principais do Exército Vermelho, a realização vitoriosa da Grande Marcha, a conquista das posições avançadas da resistência anti-japonesa e a aplicação duma política nova, a política de frente única nacional anti-japonesa. As reuniões de Pací<sup>3</sup> e de len-an, ao combaterem o oportunismo de direita de Tcham Cuo-tao (a luta contra essa linha começou na reunião de Pací e terminou na de len-an) conseguiram juntar todas as forças do Exército Vermelho e reforçar a unidade do Partido para a resistência heróica ao Japão. Essas duas formas de erros oportunistas surgiram no decorrer da guerra civil revolucionária e caracterizavam-se pela sua ligação com a guerra.

Que lições tirámos dessas duas lutas no interior do Partido? Ei-las:

1) A impetuosidade de “esquerda”, que não tem em conta alguma as condições subjectivas e objectivas e compromete em extremo a guerra revolucionária, como aliás todo o movimento revolucionário, foi um dos graves erros de princípio surgidos no decurso da quinta contracampanha de “cerco e aniquilamento” e devidos ao facto de se ignorarem as particularidades da guerra revolucionária na China.

2) Quanto ao oportunismo de Tcham Cuo-tao, tratava-se de oportunismo de direita na guerra revolucionária, a combinação duma linha centrada na retirada com o militarismo dos caudilhos militares e as actividades anti-partido. A vitória sobre esse oportunismo arrancou-lhe das garras grande número de quadros e membros do Partido no Exército Vermelho da IV Frente, que tinham

no fundo qualidades magníficas e um longo passado de lutas heróicas, e permitiu-lhes regressar à linha justa do Comité Central.

3) O imenso trabalho de organização realizado durante os dez anos da Guerra Revolucionária Agrária obteve resultados notáveis na edificação do exército, trabalho do governo, trabalho de massas e edificação do Partido. Se os combates heróicos da frente não tivessem sido secundados por esse trabalho de organização, não teríamos podido sustentar a luta encarniçada contra Tchiang Kai-chek. Contudo, no decurso do último período dessa guerra, a política do Partido em matéria de quadros e organização registou graves erros de princípio: tendências ao sectarismo, abuso das sanções disciplinares e excessos na luta ideológica. Isso era uma consequência de as sequelas da linha Li-san não terem sido eliminadas e de se terem cometido na época faltas políticas de princípio. Esses erros foram igualmente corrigidos na Reunião de Tsuen-yi, o que permitiu ao Partido voltar a uma justa política de quadros e a princípios de organização justos. Quanto à linha de Tcham Cuo-tao sobre questões de organização, constituía uma ruptura completa com todos os princípios do Partido Comunista; sabotava a disciplina e ia da actividade fraccionista à oposição aberta ao Partido, ao Comité Central e à Internacional Comunista. O Comité Central fez o possível para pôr fim aos erros criminosos da linha de Tcham Cuo-tao e à sua actividade anti-partido, tentando até salvá-lo. Mas como ele se recusava obstinadamente a corrigir-se e passava à duplicidade, e depois traiu o Partido e lançou-se nos braços do Kuomintang, o Partido teve de adoptar a firme

decisão de expulsá-lo. Essa sanção foi aprovada pela totalidade do Partido e por todos os que eram fiéis à causa da libertação nacional. A decisão foi confirmada pela Internacional Comunista, que declarou Tcham Cuo-tao desertor e renegado.

Essas lições e esses sucessos constituem para nós as condições indispensáveis para unir a totalidade do Partido, reforçar-lhe a unidade ideológica e política, bem como a unidade de organização, e concluir a Guerra de Resistência à vitória. O nosso Partido consolidou-se e cresceu na luta em duas frentes.

## A LUTA ACTUAL EM DUAS FRENTES

De futuro, será de primeira importância, na nossa resistência ao Japão, lutar no plano político contra o pessimismo, tendência direitista, e, como no passado, não esquecer a impetuosidade de “esquerda”. Nas questões relativas à Frente Única, ao trabalho de organização do Partido e à organização das massas, continuaremos a combater a tendência de “esquerda”, isto é, a atitude de “porta fechada”, de maneira a realizarmos uma co-opeção com todos os partidos e grupos políticos partidários da resistência ao Japão e alargarmos as fileiras do Partido Comunista e o movimento de massas. Mas, ao mesmo tempo, devemos ter em conta o combate contra o oportunismo de direita, que não impõe condições à coopeção e ao alargamento. Doutro modo estes últimos ficariam entravados, não constituindo mais do que uma coopeção capitulacionista e um alargamento sem

princípios. A luta ideológica nas duas frentes deve adaptar-se a cada um dos casos concretos, havendo que não abordar os problemas de modo subjectivo, nem deixar subsistir esse mau hábito de “pôr rótulos sem o menor discernimento”.

Na luta contra os desvios devemos empenhar-nos seriamente no combate à duplicidade, cujo perigo maior é poder resultar em actividade fraccionista, como prova a carreira de Tcham Cuo-tao. Agir com duplicidade é submeter-se em público e rebelar-se em privado, dizer sim mas pensar não, pronunciar palavras bonitas de frente e intrigar por trás. Não poderemos reforçar a disciplina do Partido se não elevarmos a vigilância dos quadros e demais membros do Partido contra tal comportamento.

## O ESTUDO

De modo geral, todos os comunistas com a aptidão requerida devem estudar a teoria de Marx, Engels, Lenine e Estaline, a nossa história nacional, bem como a situação e as tendências do movimento actual; é através deles que se fará a educação dos camaradas cujo nível cultural é relativamente baixo. Importa, em particular, que os quadros prestem uma atenção especial a esse estudo e, por maioria de razão, que os membros do Comité Central e os quadros superiores se consagrem a isso com ardor. Um partido político que dirige um grande movimento revolucionário não pode conquistar a vitória sem dominar a teoria revolucionária, sem conhecer História e sem compreender profundamente o movimento prático. A

teoria de Marx, Engels, Lenine e Estaline é uma teoria de valor universal. Não devemos considerá-la como um dogma, mas sim como um guia para a acção. Estudar o Marxismo-Leninismo não é apenas uma questão de aprender termos e frases, mas sim uma questão de estudá-lo como ciência da revolução. Trata-se não apenas de compreender as leis gerais deduzidas por Marx, Engels, Lenine e Estaline através do seu vasto estudo da vida real e da experiência da revolução, mas também de estudar a posição e o método que adoptaram no exame e solução dos problemas. A formação marxista-leninista tem feito até hoje progressos no seio do nosso Partido, mas está ainda longe de ter-se estendido a todos e ser suficientemente aprofundada. A nossa missão é dirigir uma grande nação de várias centenas de milhões de homens numa luta grandiosa e sem precedentes. Essa a razão por que o estudo generalizado e profundo da teoria marxista-leninista constitui para nós uma grande tarefa que importa realizar com toda a urgência mas não pode sê-lo senão ao preço de sério esforço. Eu espero que, depois desta sessão do Comité Central, há-de verificar-se por todo o Partido uma emulação no estudo, sendo então que se verá quem realmente aprendeu alguma coisa, quem realmente alargou e aprofundou os seus conhecimentos. Se, entre os camaradas que detêm as principais responsabilidades no trabalho de direcção, existirem cem a duzentos com um conhecimento sistemático, não fragmentário, do Marxismo-Leninismo, com um conhecimento real, não vago, a capacidade de combate do nosso Partido ficará consideravelmente aumentada e a vitória sobre o imperialismo japonês será

apressada. Uma outra tarefa que nos incumbe é o estudo do nosso património histórico, fazendo-se o respectivo balanço com olhos críticos, segundo o método marxista. A nossa nação tem uma história várias vezes milenária, de traços particulares e cheia de imensos tesouros. A esse respeito nós não somos mais do que simples meninos de escola. A China de hoje é um resultado do desenvolvimento da China do passado; ao abordarmos a História como marxistas não devemos quebrar-lhe o fio. Há que fazer o balanço de todo o nosso passado, desde Confúcio a Sun Yat-sen, para que recolhamos essa preciosa herança. Isso ajudar-nos-á, em grande medida, a dirigir o grande movimento actual. Como marxistas, os comunistas são internacionalistas, mas só quando ligam o Marxismo aos traços específicos do país, e lhe dão uma forma nacional, é que podem aplicá-lo na vida. A grande força do Marxismo--Leninismo reside precisamente na sua fusão com a prática revolucionária concreta de cada país. Para o Partido Comunista da China isso significa que se impõe aplicar a teoria marxista-leninista em função das condições concretas da China. Se os comunistas chineses, que constituem parte da grande nação chinesa e ligam-se a ela como sua própria carne e sangue, falassem do Marxismo sem levar em conta as particularidades da China, este não seria mais do que algo abstracto, esvaziado de todo o conteúdo. Assim, a questão que a totalidade do Partido deve compreender e resolver com a máxima urgência é a da aplicação do Marxismo de maneira concreta na China, a fim de que reflita, em todas as circunstâncias, os traços específicos do nosso país; noutras palavras, trata-se de aplicá-lo tendo em conta as

particularidades da China. É preciso acabar com o estilo de cliché estrangeiro<sup>5</sup>, passar menos tempo em palavreado vão sobre noções abstractas e lançar para o lixo o dogmatismo, abrindo caminho a um ar e estilo chineses, cheios de frescura e de viço, agradáveis ao ouvido das pessoas comuns da nossa terra. Separar o conteúdo internacionalista da forma nacional é próprio de pessoas que nada compreendem em matéria de internacionalismo. Quanto a nós, devemos ligar estreitamente um ao outro. Os erros graves que existem nesse domínio entre as nossas fileiras devem ser conscienciosamente corrigidos.

Quais são as particularidades do movimento actual? A que leis se submete? Como dirigi-lo? Tudo isso são outras tantas questões práticas. No momento, nós ainda não conhecemos de todo o imperialismo japonês nem conhecemos perfeitamente a China. O movimento desenvolve-se, algo novo vai surgir ante nós, o novo nasce continuamente. Estudar esse movimento em todos os seus aspectos e evolução, eis o grande tema que merece continuada atenção. Não será marxista quem se recusar a estudar tudo isso com seriedade e cuidado.

A auto-satisfação é inimiga do estudo. Se queremos realmente aprender alguma coisa devemos começar por libertar-nos disso. Com relação a nós próprios, devemos “ser insaciáveis na aprendizagem” e, com relação aos outros, “incansáveis no ensino”; tal deve ser a nossa atitude.

## A UNIDADE E A VITÓRIA

A unidade interna do Partido Comunista da China é a condição primordial da união da totalidade da nação para o triunfo da resistência ao Japão e a edificação duma China nova. Os dezassete anos que temperaram o Partido Comunista da China ensinaram-lhe vários processos de realizar a sua unidade interna; o Partido está muito mais experimentado. Estamos pois em condições de formar um sólido núcleo no seio do povo chinês, para ganharmos a Guerra de Resistência e construirmos uma China nova. Estamos seguros que atingiremos esse objectivo, camaradas, basta que permaneçamos unidos.

### NOTAS

1 No seu relatório ao XVII Congresso do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS, em Janeiro de 1934, Estaline afirmou: “. . . uma vez definida a linha política justa, o trabalho de organização decide de tudo, incluída a sorte da própria linha política, a sua realização ou o seu fracasso”. E levantou também a questão da “justa escolha dos homens”. Em Maio de 1933, no discurso pronunciado no Kremlin, por ocasião da promoção dos alunos das escolas superiores do Exército Vermelho, Estaline formulou e explicou a palavra de ordem “os quadros decidem de tudo”. Veja-se o relatório ao XVIII Congresso do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS, em Março de 1939, onde afirmou: “Assim que fica definida e comprovada na prática a linha política justa, os quadros do Partido convertem-se na força decisiva da direcção do Partido e do Estado”.

2 Trata-se do período que vai da reunião extraordinária do Birô Político do Comité Central eleito pelo V Congresso do Partido Comunista da China, em Agosto de 1927, à Quinta Sessão Plenária do

Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido, em Janeiro de 1934.

3 Reunião do Birô Político do Comité Central do Partido Comunista da China, realizada em Agosto de 1935, em Paci, localidade a noroeste da sede do distrito de Sumpán, na parte noroeste de Setchuan, contígua ao sudeste de Cansu. Nessa época, Tcham Cuo-tao, que comandava uma parte das forças do Exército Vermelho, rompeu com o Comité Central do Partido, desobedeceu-lhe as ordens e passou à perseguição dos respectivos membros. Na reunião, o Comité Central decidiu abandonar essa zona perigosa e avançar para o norte do Xensi com as forças do Exército Vermelho que lhe tinham permanecido obedientes. Tcham Cuo-tao dirigiu as unidades que enganara sobre o sul, para as regiões de Tientsiu-an, Luxan, grande e pequeno Quintchuan e Apa, onde formou um pseudo comité central, com o que traiu abertamente o Partido.

4 Reunião alargada do Birô Político do Comité Central do Partido Comunista da China, em Abril de 1937, em Ien-an. Antes da reunião, grande parte dos quadros e combatentes das unidades do Exército Vermelho conduzidas por Tcham Cuo-tao compreenderam que este os enganara e deslocaram-se para o norte, em direcção da região fronteira Xensi-Cansu. Durante a marcha, porém, uma parte desses homens bifurcou, sob ordens equivocadas, em direcção do oeste, para a região Kandjou-Liandjou-Çudjou, sendo a maioria exterminada pelo inimigo e dirigindo-se os demais para Sinqiam, donde mais tarde avançaram para a região fronteira Xensi-Cansu. A parte que havia muito avançado para a região fronteira Xensi-Cansu juntou-se ao Exército Vermelho Central. Tcham Cuo-tao deslocou-se pessoalmente ao norte de Xensi, participando na reunião de Ien-an. Numa análise sistemática e conclusiva, a reunião condenou-lhe o oportunismo e o comportamento anti-partido. Tcham Cuo-tao aparentava aceitar a decisão do Partido mas, na realidade, já se estava preparando para traí-lo mais tarde, definitivamente.

a Ver a explicação sobre o estilo de cliché estrangeiro no artigo “Contra o Estilo de Cliché no Partido”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III.

A QUESTÃO DA  
INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA  
NO SEIO DA FRENTE ÚNICA\*

(5 de Novembro de 1938)

A AJUDA E AS CONCESSÕES DEVEM SER  
POSITIVAS E NÃO NEGATIVAS

Para que a cooperação seja duradoura, a ajuda mútua e as concessões recíprocas, entre os partidos e grupos políticos da Frente Única, tornam-se necessárias, mas devem ser positivas e não negativas. Devemos consolidar e ampliar o nosso Partido e o nosso exército ao mesmo tempo que apoiamos a consolidação e expansão dos exércitos e partidos amigos; o povo exige que o governo lhe satisfaça as reivindicações políticas e económicas mas, ao mesmo tempo, ofereça-lhe toda a ajuda possível em benefício da Guerra de Resistência; os operários exigem que os donos das empresas lhes melhorem a situação

---

\* Parte das conclusões apresentadas pelo camarada Mao Tsetung à Sexta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido. A independência e autonomia no seio da Frente Única constituíam uma das questões salientes das divergências que opunham o camarada Mao Tsetung a Tchen Chao-ju, na questão da frente única anti-japonesa. No

material mas, ao mesmo tempo, realizam activamente o seu trabalho no interesse da resistência ao Japão; os senhores de terras devem reduzir as rendas e as taxas de juro mas os camponeses devem, por seu turno, pagar as rendas e os juros, com vistas à unidade contra a agressão estrangeira. Todos esses princípios, todas essas regras de ajuda mútua são positivas, não são negativas nem unilaterais. O mesmo acontece com as concessões recíprocas. Cada parte abstém-se de socavar os muros das outras, de formar células secretas no seio das organizações, aparelho governativo ou exército das demais. Pelo que nos respeita, não formamos células secretas no seio do Kuomintang nem no seu aparelho governativo ou exército, de modo que fique com o espírito tranquilo,

---

fundo, tracava-se da hegemonia do proletariado no seio dessa frente. No relatório de Dezembro de 1947, intitulado “A Situação Actual e as Nossas Tarefas”, o camarada Mao Tsetung fez um breve resumo dessas divergências:

“Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, o nosso Partido combateu ideias análogas a esse capitulacionismo (N. — de Tchen Tu-siu, durante a Primeira Guerra Civil Revolucionária), a saber: fazer concessões à política anti-povo do Kuomintang, ter mais confiança neste que nas massas populares, não ousar mobilizar audazmente as massas para a luta, não ousar ampliar as regiões libertadas nem aumentar os efectivos do exército popular nas regiões sob ocupação japonesa, enfim, ceder ao Kuomintang a hegemonia na Guerra de Resistência. O nosso Partido travou uma luta decidida contra essas ideias decadentes, impotentes e contrárias aos princípios marxistas-leninistas; o Partido pôs firmemente em prática a linha política de ‘desenvolver as forças progressistas, ganhar as forças intermédias e isolar as forças obstinadas’ e ampliou resolutamente as regiões libertadas e as fileiras do Exército Popular de Libertação. Desse modo o Partido não

no interesse da Guerra de Resistência. O ditado que diz: “Abstém-te de fazer isto para poderes fazer aquilo”<sup>1</sup>, aplica-se exactamente à situação. A Guerra de Resistência em escala nacional seria impossível sem uma reorganização do Exército Vermelho, sem modificações introduzidas no regime administrativo das regiões vermelhas e sem renúncia à política de insurreição armada. Nós cedemos dum lado para ganhar doutro; com medidas negativas alcançamos um objectivo positivo. “Recuar para melhor saltar”<sup>2</sup> é Leninismo. Considerar as concessões como algo puramente negativo é contrário ao Marxismo-Leninismo. Evidentemente que há casos de concessões puramente negativas — por exemplo a teoria da II Internacional sobre a colaboração entre o trabalho e o capital<sup>3</sup> — em que toda uma classe, toda uma revolução, resulta traída. Na China, Tchen Tu-siu e, posteriormente, Tcham Cuo-tao foram capitulacionistas; há que combater energicamente o capitula-

---

só se assegurou da possibilidade de vencer o imperialismo japonês no período em que este passou à agressão, mas ainda conseguiu garantir para depois da capitulação do Japão, período da guerra contra-revolucionária desencadeada por Tchiang Kai-chek, a passagem com êxito e sem perdas à guerra revolucionária popular contra a guerra contra-revolucionária de Tchiang Kai-chek, e conquistar grandes vitórias em pouco tempo. Os camaradas do Partido devem manter gravadas no espírito essas lições da História.”

cionismo. Quando fazemos concessões, recuamos, passamos à defensiva ou detemos o nosso avanço com relação aos nossos aliados ou face aos nossos inimigos, nós consideramos sempre tais actos como parte da nossa política revolucionária global, como uma cadeia indispensável da linha geral da revolução, como uma das numerosas viragens desse caminho zigzagueante. Numa palavra, tudo isso é positivo.

cações políticas e económicas das diversas classes só são admitidas na medida em que não conduzem à ruptura da cooperação e, por outro lado, as necessidades da luta nacional (resistência ao Japão) constituem o ponto de partida de todas as reivindicações nessa luta de classes. Assim, existe identidade entre a unidade e a independência e entre a luta nacional e a luta de classes, no próprio seio da Frente Única.

## IDENTIDADE ENTRE A LUTA NACIONAL E A LUTA DE CLASSES

Apoiar uma guerra prolongada graças a uma cooperação durável ou, noutras palavras, subordinar a luta de classes à luta nacional anti-japonesa actual, constitui o princípio básico da Frente Única. Mas, respeitando esse princípio, importa conservar o carácter independente dos partidos e das classes, a sua independência e a sua autonomia no seio da Frente Única; não se deve, em nome da cooperação e da unidade, sacrificar os direitos essenciais destes, havendo pelo contrário que mantê-los firmemente,

dentro de certos limites; só assim se pode promover a cooperação e torná-la real. Doutro modo, a cooperação converte-se em amálgama e a Frente Única resulta fatalmente sacrificada. Na luta contra um inimigo nacional, a luta das classes assume forma de luta nacional, nisso se manifestando a identidade dessas duas lutas. Por um lado, para dado período histórico, as reivindi”

### TUDO ATRAVÉS DA FRENTE ÚNICA” É UM ERRO

O Kuomintang, que está no poder, nunca permitiu que a Frente Única tomasse a forma duma organização. Por trás das linhas inimigas, “tudo através da Frente Única” revela-se algo impraticável. Aí não nos é possível agir senão com independência e autonomia, conformando-nos ao que já esteja aprovado pelo Kuomintang (por exemplo, o “Pro-grama de Resistência ao Japão e Reconstrução da Pátria”); ou então, contando com uma aprovação por parte deste, agir primeiro e informar depois. É assim que a nomeação de comissários administrativos e o envio de tropas para o Xantum não seriam já coisas realizadas se as tivéssemos tentado “através da Frente Única”. O Partido Comunista Francês, diz-se, também lançou idêntica palavra de ordem. Mas isso, provavelmente, foi porque na França já existia um comité conjunto de partidos e o partido socialista continuava, mesmo assim, a agir por si, a não ter em conta o programa estabelecido em comum. Por isso é que o Partido Comunista entendeu necessário lançar essa palavra de ordem, para refrear o comportamento do partido social-

ista, e nunca para limitar-se a si próprio. Ora, na China, o Kuomintang privou os outros partidos dos direitos de que ele goza e tenta submetê-los às suas ordens. Lançar idêntica palavra de ordem para conseguir que o Kuomintang faça “tudo” com a nossa aprovação, é algo irrealizável, e seria ridículo. Se tivéssemos que obter o acordo prévio do Kuomintang para “tudo” que pretendéssemos em-prender, como faríamos então no caso de este recusar-nos o seu acordo? Como a política do Kuomintang consiste em imitar-nos o desenvolvimento, não existe qualquer motivo para lançar essa palavra de ordem, cujo alcance não seria outro senão amarrar-nos as mãos. Actualmente importa-nos obter o acordo prévio do Kuomintang em certos casos, por exemplo, ao ampliarmos as nossas três divisões para convertê-las em três corpos de exército com números de matrícula correspondentes; aí trata-se de informar primeiro e agir depois. Noutros casos, como no recrutamento de mais de duzentos mil homens para ampliar os nossos efectivos, devemos colocar o Kuomintang face ao facto consumado, antes de informá-lo, quer dizer, agir primeiro e informar depois. E há outras medidas que temos de tomar sem informar o Kuomintang no momento, uma vez que já se sabe que este não as aprovará, como é o caso da convocação da assembleia da região fronteiriça. Outras medidas há que, no momento, nem devemos adoptar nem referir, por exemplo as que comprometeriam a situação geral. Resumindo, devemos guardar-nos em absoluto de romper a Frente Única, mas em caso nenhum devemos amarrar-nos as mãos; não há pois que avançar a palavra de ordem de “tudo através da Frente Única”. Quanto à palavra de

ordem de “subordinar tudo à Frente Única”, seria igualmente um erro interpretá-la no sentido de “subordinar tudo” a Tchiang Kai-chek e a Ien Si-xan. A nossa política é a de independência e autonomia no seio da Frente Única, quer dizer, unidade mas também independência.

## NOTAS

1 Expressão de Meneio.

2 V. I. Lenine: “Resumo do Livro de Hegel Lições da História da Filosofia”.

3 Teoria reaccionária da II Internacional, preconizando a colaboração do proletariado e da burguesia nos países capitalistas e oposta à liquidação da dominação burguesa por meio duma revolução para instaurar a ditadura do proletariado.

## PROBLEMAS DA GUERRA E DA ESTRATÉGIA\*

(6 de Novembro de 1938)

### I. AS CARACTERÍSTICAS DA CHINA E A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A tarefa central e a forma suprema da revolução é a conquista do poder político pelas armas, é a solução desse problema pela guerra. Esse princípio revolucionário do Marxismo-Leninismo é válido universalmente, tanto na China como em todos os outros países. Todavia, se o princípio permanece o mesmo, a sua aplicação pelos partidos proletários faz-se de modo diferente, de acordo com as distintas condições em que se encontram esses mesmos partidos. Nos países capitalistas, se não se consideram os períodos de fascismo e de guerra, as condições são as seguintes:

---

\* Este texto constitui uma parte das conclusões apresentadas pelo camarada Mao Tsetung na Sexta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido Comunista da China. Em dois dos seus escritos — “Problemas Estratégicos da Guerra de Guerrilhas contra o Japão” e “Sobre a Guerra Prolongada” — o camarada Mao Tsetung

no interior do país, o feudalismo já não existe, o regime é o da democracia burguesa; nas suas relações com o exterior, tais países não sofrem uma opressão nacional, pelo contrário, eles oprimem outras nações. Dadas tais características, educar os operários e acumular forças por meio de uma luta legal de longa duração, preparando-se assim para a derrocada final do capitalismo, constitui a tarefa dos partidos do proletariado nesses países. Aí, a questão está em sustentar uma longa luta legal, utilizar o Parlamento como tribuna, recorrer a greves económicas e políticas, organizar os sindicatos e educar os operários. Aí, as formas de organização são legais e as formas de luta não são sangrentas (não são a guerra). A respeito da guerra, os partidos comunistas dos países capitalistas tinha já solucionado a questão do papel dirigente do Partido na Guerra de Resistência contra o Japão. Alguns camaradas, porém, cometendo erros de oportunismo de direita, negavam a necessidade da independência e autonomia do Partido no seio da Frente Única, razão por que duvidavam e até se opunham à linha do Partido sobre as questões da guerra e da estratégia. Para vencer esse oportunismo de direita, ajudar os membros do Partido a compreender mais claramente a importância primordial da guerra e da estratégia na revolução chinesa e mobilizar todo o Partido para que trabalhasse conscienciosamente nessa via, o camarada Mao Tsetung voltou a tratar dessa mesma questão na Sexta Sessão Plenária do Comité Central do Partido, apresentando-a especialmente do ponto de vista da história das lutas políticas na China. Ao mesmo tempo, ele analisou o desenvolvimento da nossa actividade militar e as modificações concretas registadas

na linha estratégica do nosso Partido. O resultado que se alcançou foi ter-se assegurado a unidade de direcção ideológica e de trabalho prático em todo o Partido. lutam contra toda a guerra imperialista feita pelos seus próprios países. E se tal guerra se verifica, a política desses partidos é a de contribuir para a derrota dos seus próprios governos reaccionários. A única guerra que eles desejam é a guerra civil, para a qual se vão preparando. Mas, enquanto a burguesia não estiver verdadeiramente reduzida à impotência, enquanto o proletariado, na sua grande maioria, não estiver decidido a pegar em armas e a combater, e enquanto as massas camponesas não estiverem dispostas a prestar ajuda voluntária ao proletariado, essa insurreição e essa guerra não devem ser desencadeadas. Assim que são desencadeadas, porém, o primeiro passo deverá ser a ocupação das cidades e só depois o avanço sobre o campo, e nunca proceder da maneira inversa. Foi o que fizeram os partidos comunistas dos países capitalistas, é o que confirma a Revolução de Outubro, na Rússia.

Na China, o caso é diferente. O particularismo da China está em que esta não é independente nem democrática, mas semi-colonial e semi-feudal, vivendo internamente sem democracia, submetida à opressão feudal e não gozando, nas suas relações externas, uma independência nacional, mas antes vivendo oprimida pelo imperialismo. Essa a razão por que não há na China Parlamento que possa ser utilizado, nem lei que reconheça aos operários o direito à greve. Em consequência, aqui, a tarefa fundamental do Partido Comunista não é a de passar por um longo período de lutas legais antes de desenca-

dear a insurreição e a guerra, nem a dc ocupar primeiro as cidades e depois o campo, mas sim proceder da maneira inversa. Para o Partido Comunista da China, se não há ataque armado imperialista, o importante é fazer a guerra civil, ou juntamente com a burguesia encontra os caudilhos militares (lacaio do imperialismo), como em 1924-1927, durante as guerras na província de Cantum<sup>2</sup> e na Expedição do Norte, ou aliado aos camponeses e à pequena burguesia urbana, contra a classe dos senhores de terras e a burguesia compradora (também lacaio do imperialismo), como durante a Guerra Revolucionária Agrária de 1927-1936. Mas, se o imperialismo lança um ataque armado contra a China, então o que importa é unir, para a guerra nacional contra o inimigo exterior, todas as classes e todas as camadas sociais opostas aos agressores estrangeiros, como acontece na actual Guerra de Resistência contra o Japão.

Tudo isto mostra a diferença que existe entre a China e os países capitalistas. Na China, a forma principal de luta é a guerra e a forma principal de organização é o exército. Todas as outras formas, tais como organização de massas e luta de massas, são extremamente importantes e absolutamente indispensáveis e em nenhuma circunstância devem ser descuradas, mas todas estão subordinadas aos interesses da guerra. Antes do estalar da guerra, toda a organização e toda a luta têm o fim de preparar a guerra, como aconteceu no período que vai desde o Movimento de 4 de Maio (1919) ao Movimento de 30 de Maio (1925). Depois que a guerra rebenta, toda a organização e toda a luta são coordenadas directa ou indirectamente com a guerra, como, por exemplo, no período da

Expedição do Norte, em que toda a organização e toda a luta na retaguarda do exército revolucionário estavam coordenadas directamente com a guerra e, nas áreas dominadas pelos caudilhos militares do Norte, estavam coordenadas com esta de maneira indirecta. Do mesmo modo, no período da Guerra Revolucionária Agrária, toda a organização e toda a luta, no interior das regiões vermelhas, estavam coordenadas com a guerra directamente, e, no exterior das regiões vermelhas, ligavam-se a ela de maneira indirecta. E ainda hoje, período da Guerra de Resistência contra o Japão, toda a organização e toda a luta, na retaguarda das forças anti-japonesas e nas regiões ocupadas pelo inimigo, estão directa ou indirectamente coordenadas com a guerra.

“Na China, a revolução armada luta contra a contra-revolução armada. Essa é uma das características e uma das vantagens da revolução chinesa.”<sup>3</sup> Essa tese do camarada Estaline é perfeitamente correcta e é igualmente válida tanto para a Expedição do Norte como para a Guerra Revolucionária Agrária e ainda para a actual Guerra de Resistência contra o Japão. Todas são guerras revolucionárias, todas são dirigidas contra a contra-revolução e, das forças que nelas participam, a principal é sempre o povo revolucionário. Elas diferenciam-se apenas na medida em que uma guerra civil difere duma guerra nacional, e uma guerra conduzida pelo Partido Comunista difere duma guerra conduzida conjuntamente pelo Partido Comunista e pelo Kuomintang. Como é lógico, tais diferenças são importantes. Elas indicam a vastidão das forças principais na guerra (aliança dos operários e camponeses, ou dos operários, camponeses e burgue-

sia) e se o inimigo na guerra é interno ou externo (se a guerra é contra um adversário do interior ou estrangeiro e, no caso de adversário interno, se a guerra é contra os caudilhos militares do Norte ou contra o Kuomintang). Indicam também que o conteúdo da guerra revolucionária na China é diferente em cada diferente fase da sua história. Todas essas guerras, porém, não são mais do que tipos de revolução armada contra a contra-revolução armada. Todas elas são guerras revolucionárias e todas apresentam as características e as vantagens da revolução chinesa. A tese de que a guerra revolucionária “é uma das características e uma das vantagens da revolução chinesa” ajusta-se perfeitamente às condições da China. A tarefa principal do partido do proletariado chinês, tarefa a que foi obrigado a fazer face quase desde o começo da sua existência, tem sido a de unir-se ao maior número possível de aliados e, de acordo com as circunstâncias, organizar lutas armadas para a libertação nacional e social, dirigidas contra a contra-revolução armada do interior ou exterior. Sem luta armada não haveria lugar na China para o proletariado e para o Partido Comunista e seria impossível cumprir-se qualquer tarefa revolucionária.

O nosso Partido não compreendeu inteiramente essa verdade durante os primeiros cinco ou seis anos após a sua fundação, isto é, desde 1921 até a sua participação na Expedição do Norte, em 1926. Ele não compreendeu, então, a suprema importância da luta armada na China, não se preparou seriamente para a guerra nem organizou seriamente as forças armadas, assim como não se aplicou ao estudo da estratégia e da tática militar.

Durante a Expedição do Norte ele descurou a tarefa de ganhar o exército e concentrou-se unilateralmente sobre o movimento de massas, do que resultou um desmoronamento integral de todo esse movimento quando o Kuomintang tomou uma orientação reaccionária. Durante muito tempo, após 1927, muitos camaradas continuaram a fazer da preparação da insurreição nas cidades e do trabalho nas regiões brancas a tarefa central do Partido. Não foi senão após a nossa vitória, ao repeirmos a terceira campanha de “cerco e aniquilamento”, em 1931, que alguns camaradas mudaram radicalmente de atitude sobre tal questão. Mas essa não foi a atitude em todo o Partido. Houve ainda camaradas que continuaram a pensar de maneira diferente da que estamos apresentando, aqui.

A experiência diz-nos que os problemas da China não podem ser resolvidos sem forças armadas. A compreensão dessa tese ajudar-nos-á a conduzir vitoriosamente a Guerra de Resistência contra o Japão. O facto de a nação inteira se erguer para a resistência armada na guerra contra o Japão, deveria ensinar a compreender melhor a importância dessa questão em todo o Partido, cujos membros deveriam estar prontos a pegar em armas e a avançar para a frente de combate em qualquer momento. Aliás, a presente sessão definiu claramente a orientação dos nossos esforços, ao decidir que os principais campos de acção do Partido estão nas zonas de combate e na retaguarda do inimigo. Isso constitui também um excelente remédio contra a tendência de alguns membros do Partido para se ocuparem unicamente do trabalho de organização do Partido e do trabalho de massas,

mas pouco dispostos a estudar a guerra e a participar nela, assim como é também um bom remédio contra o defeito de certas escolas não encorajarem os estudantes a partir para a frente de combate, etc. Na maior parte das regiões do país, o trabalho de organização do Partido e o trabalho de massas estão ligados directamente à luta armada. Não há nem pode haver trabalho de Partido ou de massas que seja independente ou isolado desta. Mesmo nas regiões de retaguarda bastante afastadas das zonas de combate (como as províncias de lunnan, Cuedjou e Setchuan) e nas regiões controladas pelo inimigo (como Pepim, Tientsim, Nanquim e Xangai), o trabalho de organização do Partido e o trabalho de massas estão também coordenados com a guerra, podendo e devendo, exclusivamente, servir às necessidades da frente de combate. Numa palavra, o Partido todo deve prestar uma grande atenção à guerra, estudar as ciências militares e preparar-se para combater.

## II. A HISTÓRIA MILITAR DO KUOMINTANG

É útil examinar a história do Kuomintang e ver quanta atenção este dispensou à guerra.

Desde o início, enquanto organizava um pequeno grupo revolucionário, Sun Yat-sen dirigiu várias insurreições armadas contra a dinastia Tsim<sup>4</sup>. O período do Tontnenghuei foi particularmente rico em insurreições armadas<sup>5</sup>, que continuaram até que os Tsim foram finalmente derrubados, pelas armas, pela Revolução de 1911.

No período do Partido Revolucionário da China, houve uma campanha militar contra Iuan Chi-cai<sup>6</sup>. Acontecimentos ulteriores, como o movimento da frota para o Sul<sup>7</sup>, a expedição para o norte, a partir de Cueilin<sup>8</sup>, e a fundação da Academia Militar de Huampu<sup>9</sup>, fazem igualmente parte das empresas militares de Sun Yat-sen. Após Sun Yat-sen veio Tchiang Kai-chek, que levou ao apogeu o poder militar do Kuomintang. Para ele, o exército é a própria vida. Ele viveu a experiência de três guerras — a Expedição do Norte, a Guerra Civil e a Guerra de Resistência contra o Japão. Nestes últimos dez anos, Tchiang Kai-chek tem sido um contra-revolucionário. Ele criou um enorme “Exército Central” com fins contra-revolucionários. Ele aferrou-se ao ponto vital de quem tem um exército tem poder e de que a guerra decide de tudo. Sobre esse ponto, devemos aprender com ele. Sobre esse ponto, Sun Yat-sen e Tchiang Kai-chek são ambos nossos mestres.

Depois da Revolução de 1911, todos os caudilhos militares se apagaraam aos seus exércitos como às suas próprias vidas, atribuindo sempre grande importância ao princípio: “Quem tem um exército tem poder”.

Tan len-cai<sup>10</sup>, burocrata inteligente, várias vezes governador da província de Hunan, nunca foi pura e simplesmente governador civil; ele insistiu sempre em ser, simultaneamente, governador militar e governador civil. Mesmo quando chegou a Presidente do Governo Nacional, primeiro em Cantão e depois em Vuhan, desempenhou cumulativamente o cargo de comandante do II Corpo de Exército. Há muitos caudilhos militares que, como ele, compreendem essa particularidade da China.

Na China, também houve partidos, nomeadamente o Partido Progressista<sup>11</sup>, que nunca procuraram ter um exército; mas mesmo esse partido reconhecia que não era possível obter postos no governo sem estar apoiado num caudilho militar. Assim, foram sucessivamente seus protectores os caudilhos luan Chi-cai, Tuan Tchi-juei<sup>12</sup> e Tchiang Kai-chek (dependia deste último o Grupo de Ciências Políticas<sup>13</sup>, constituído por uma fracção do Partido Progressista).

Certos pequenos partidos, cuja história é curta, como por exemplo, o Partido da Juventude<sup>14</sup>, não possuem exército, razão por que nunca chegam a coisa alguma.

Em outros países, os partidos burgueses não necessitam de ter, cada um, forças armadas sob o seu comando directo. Mas as coisas são diferentes na China onde, devido ao fraccionamento feudal do país, os grupos ou partidos dos senhores de terras ou dos burgueses que possuem armas têm poder, e os que possuem mais armas detêm maior poder. Em tais condições, o partido do proletariado deve saber ver clara-mente o fundo da questão.

Os comunistas não lutam para dispor dum poder militar pessoal (em nenhuma circunstância devem lutar por isso. Que ninguém siga o exemplo de Tcham Cuo-tao), mas eles devem lutar pelo poder militar para o Partido, pelo poder militar para o povo. E agora que uma guerra nacional de resistência está em curso, os comunistas devem também lutar para que a Nação disponha do poder militar. Se houver ingenuidade na questão do poder militar, não chegaremos a resultado algum. É muito difícil para o povo trabalhador, que durante vários milénios foi enganado e intimidado pelas classes dominantes reac-

cionárias, chegar a adquirir a consciência da importância de ter as armas nas suas próprias mãos. Agora que a opressão do imperialismo japonês e a resistência à escala nacional empurraram o povo trabalhador para a arena da guerra, os comunistas devem mostrar-se os dirigentes mais conscientes nessa guerra. Todos os comunistas devem compreender a seguinte verdade: “O poder político nasce do fuzil”. O nosso princípio é o seguinte: o Partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o Partido. Todavia, possuindo-se as armas, podem efectivamente criar-se as organizações do Partido, como prova a poderosa organização do Partido que o VIII Exército criou no Norte da China. Do mesmo modo, é possível formar quadros, criar escolas, desenvolver a cultura e organizar movimentos de massas. Tudo o que existe em Ien-an foi criado com a ajuda das armas. Com as armas pode obter-se tudo. Do ponto de vista da teoria marxista sobre o Estado, o exército é o principal componente do poder de Estado. Todo aquele que quiser conquistar e manter o poder de Estado deverá possuir um forte exército. Algumas pessoas ironizam a nosso respeito, tratando-nos de partidários da “teoria da onnipotência da guerra”. Sim, nós somos defensores da teoria da onnipotência da guerra revolucionária; isso não é mau, é bom, isso é marxista. As armas do Partido Comunista Russo criaram o socialismo. Nós criaremos a república democrática. A experiência da luta de classes na era do imperialismo ensina-nos que só pela força das armas a classe operária e as massas trabalhadas podem derrotar a burguesia e os senhores de terras que estão, ambos, armados. Nesse sentido é correcto dizer-

se que só com as armas se pode transformar o mundo. Nós somos partidários da abolição da guerra; nós não queremos a guerra. Contudo, a guerra só pode abolir-se com a guerra. Para acabar com as armas há que pegar em armas.

### III. A HISTÓRIA MILITAR DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

Durante três ou quatro anos, desde 1921 (ano da fundação do Partido Comunista da China) até 1924 (quando se realizou o I Congresso Nacional do Kuomintang), o nosso Partido não compreendeu quão importante era o empenhar-se directamente na preparação para a guerra e na organização dum exército. E mesmo no período que vai de 1924 a 1927, e até mais tarde, o nosso Partido não compreendeu isso suficientemente. Todavia, com a sua participação na organização e no trabalho da Academia Militar de Huampu, em 1924, o Partido entrou numa nova fase e começou a entender a importância das questões militares. Ajudando o Kuomintang nas guerras do Cuantun e na Expedição do Norte, o Partido conseguiu o controle dum parte das forças armadas<sup>15</sup>. O fracasso da revolução foi para ela uma lição dolorosa, depois do que entrou num novo período, o da criação do Exército Vermelho, ao organizar a Insurreição de Nantcham, a Insurreição da Colheita de Outono e a Insurreição de Cantão. Esse foi um período extremamente importante, no qual o nosso Partido compreendeu toda a importância do exército. Se

não tivesse existido nessa altura o Exército Vermelho e a sua actividade de combate, noutras palavras, se o Partido Comunista tivesse adoptado a linha liquidacionista de Tchen Tu-siu, a actual Guerra de Resistência seria impensável, como seria impensável que pudesse sustentar-se por longo tempo.

Na sua Sessão Urgente de 7 de Agosto de 1927, o Comité Central do Partido combateu o oportunismo político de direita, o que lhe permitiu dar um grande passo em frente. Em Janeiro de 1931, a Quarta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso tomou nominalmente posição contra o oportunismo político de “esquerda” mas, na prática, voltou a cair em erros da mesma natureza. Essas duas sessões são diferentes pelo seu conteúdo e papel histórico, mas nem uma nem outra abordaram seriamente a questão da guerra e da estratégia, o que mostra que, nessa altura, a guerra não tinha ainda sido transformada no eixo do trabalho do Partido. Em 1933, depois que o Comité Central se transferiu para as regiões vermelhas, a situação modificou-se radicalmente. Todavia, foram de novo cometidos erros de princípio na questão da guerra (assim como nas outras questões principais), provocando sérias perdas na guerra revolucionária<sup>16</sup>. Por outro lado, a Reunião de Tsuen-yi de 1935 foi principalmente uma luta contra o oportunismo na esfera militar e trouxe para o primeiro plano a questão da guerra. Isso foi um reflexo da situação militar. Hoje, podemos declarar com segurança que, no decurso dum luta de dezassete anos, o Partido Comunista da China forjou não só uma firme linha política marxista, mas também uma firme linha militar

marxista. Nós fomos capazes de aplicar o Marxismo tanto na solução dos problemas políticos como na solução dos problemas militares. Nós formámos um grande número de quadros-chave capazes de resolver tanto os problemas do Partido e do Estado como os problemas militares. Todas essas realizações são flores da revolução que desabrocham da terra regada abundantemente com o sangue de incontáveis mártires, glória que não só cabe ao Partido Comunista da China e ao povo chinês, mas também aos Partidos Comunistas e aos povos do mundo inteiro. No mundo, não há mais do que três exércitos que pertençam ao proletariado e ao povo trabalhador: são os exércitos dirigidos pelos Partidos Comunistas da União Soviética, da China e da Espanha. Os Partidos Comunistas dos outros países ainda não têm experiência militar. Por isso, o nosso exército e a nossa experiência de guerra têm um valor particularmente precioso. O aumento dos efectivos e a consolidação do VIII Exército, do Novo IV Exército e de todas as forças de guerrilhas dirigidas pelo nosso Partido, é extremamente importante para o prosseguimento vitorioso da actual Guerra de Resistência. Segundo tal princípio, o Partido deve enviar para a frente de combate um número suficiente de membros e de quadros, escolhidos dentre os melhores. Tudo deve servir à vitória na frente de combate; as tarefas de organização devem subordinar-se à tarefa política.

#### IV. MUDANÇAS NA ESTRATÉGIA MILITAR DO PARTIDO DURANTE A GUERRA CIVIL E A GUERRA NACIONAL

Vale a pena estudar as mudanças ocorridas na estratégia militar do nosso Partido. Abordemo-las separadamente, na guerra civil e na guerra nacional.

Em linhas gerais, o curso da guerra civil pode ser dividido em dois períodos estratégicos. No primeiro, a função principal era desempenhada pela guerra de guerrilhas e, no segundo, pela guerra regular. Essa guerra regular, porém, era de tipo chinês: regular somente na concentração das tropas para a guerra de movimento e em certo grau de centralização e planificação no comando e organização. Nos demais aspectos, ela conservava o carácter duma guerra de guerrilhas e representava uma forma inferior da guerra regular; ela não pode pois ser colocada no mesmo plano que as guerras feitas pelos exércitos estrangeiros. Em certa medida, aliás, ela diferia também da guerra feita pelo exército do Kuomintang. Em dado sentido, não era mais do que uma guerra de guerrilhas elevada a um nível superior.

Pelo que respeita às tarefas militares do nosso Partido, o curso da Guerra de Resistência contra o Japão pode também ser dividido, nas suas linhas gerais, em dois períodos estratégicos. No primeiro período (compreende as fases de defensiva estratégica e equilíbrio estratégico), a guerra de guerrilhas ocupa o lugar principal, enquanto que no segundo (a contra--ofensiva estratégica) é a guerra regular que ocupa esse lugar principal. Todavia,

a guerra de guerrilhas do primeiro período da Guerra de Resistência difere consideravelmente, pelo seu conteúdo, da guerra de guerrilhas do primeiro período da guerra civil, já que a missão de guerrilhas é realizada agora pelas forças do VIII Exército, actuando em ordem dispersa, as quais possuem (em certa medida) o carácter de forças regulares. Do mesmo modo, a guerra regular do segundo período da Guerra de Resistência diferirá da do segundo período da guerra civil, supondo que, dada a disponibilidade de equipamento de novo tipo, se operará uma grande mudança no exército e nas acções militares. O nosso exército atingirá um alto grau de centralização e organização, e a sua acção perderá em muito o carácter de guerrilha, atingindo então um alto grau de regularidade. O que agora está num baixo nível passará para um nível mais alto; e o tipo chinês de guerra regular transformará-se no tipo geral de guerra regular. Eis a nossa tarefa na fase da contra-ofensiva estratégica.

Assim, no decurso de dois processos de guerra — a guerra civil e a Guerra de Resistência — cobrindo quatro períodos estratégicos, registam-se três viragens na nossa estratégia. A primeira, na guerra civil, foi a passagem da guerra de guerrilhas à guerra regular. A segunda, foi a passagem da guerra regular, durante a guerra civil, à guerra de guerrilhas, durante a Guerra de Resistência. A terceira, será a passagem da guerra de guerrilhas à guerra regular, durante a Guerra de Resistência.

Ao realizar a primeira destas três viragens, nós encontramos grandes dificuldades. A tarefa era dupla: por um lado, era preciso lutar contra a tendência de direita — o regionalismo e o espírito guerrilheiro — que se expres-

sava na obstinação em aferrar-se ao tipo de acção de guerrilha e na recusa em passar ao tipo de acção regular; tendência que resultava do facto de certos quadros subestimarem as mudanças que se tinham verificado no campo inimigo e as tarefas que daí resultavam para nós. Assim, na Região Vermelha Central, só foi possível corrigir gradualmente essa tendência depois dum árduo trabalho de educação. Por outro lado, foi preciso lutar contra a tendência de “esquerda”, que consistia em exagerar a importância da passagem à guerra regular e se expressava na super-centralização e no espírito de aventura, tendência que resultava do facto de uma parte dos quadros dirigentes sobestimarem as mudanças verificadas no campo inimigo, impondo-se tarefas demasiado vastas e aplicando mecanicamente a experiência estrangeira, sem ter em conta alguma as condições reais da China. Durante três longos anos (até à Reunião de Tsuen-yi), tal tendência acarretou enormes sacrifícios à Região Vermelha Central, só vindo a ser corrigida depois de lições pagas com sangue. Tal rectificação, aliás, foi um dos sucessos da Reunião de Tsuen-yi.

A segunda viragem ocorreu entre duas guerras distintas, no Outono de 1937 (depois do Incidente de Lucouquio). Naquela altura, nós enfrentávamos um novo inimigo, o imperialismo japonês, e tínhamos como aliado o nosso inimigo anterior, o Kuomintang (que ainda nos permanecia hostil). O teatro de guerra era constituído pelas vastas extensões do Norte da China (que depois de terem formado provisoriamente a nossa frente, iriam logo converter-se, para longo tempo, na retaguarda do inimigo). Ante tais circunstâncias especiais, a nossa vi-

ragem de estratégia constituía uma questão de extrema gravidade. Era indispensável reorganizar o nosso exército regular em moldes de exército de guerrilhas (quanto à sua utilização em ordem dispersa, mas não quanto à sua organização e disciplina), e passar da guerra de movimento à guerra de guerrilhas, já que só isso correspondia à situação do inimigo e às nossas tarefas. Mas essa viragem tinha toda a aparência dum recuo, pelo que tinha de ser necessariamente muito difícil. Tanto a subestimação do inimigo, como o medo doentio ao Japão, tendências que podem ocorrer em tal conjuntura, surgiram efectivamente nas fileiras do Kuomintang. Se, ao passar da guerra civil à guerra nacional, o Kuomintang sofreu muitas perdas escusadas, foi principalmente em consequência da subestimação das forças do inimigo, mas também em resultado desse medo doentio ao Japão (como exemplifica o caso de Han Fu-tsiu e Liu Tchi17). Não obstante, nós realizámos essa viragem duma maneira bastante feliz, e conseguimos não só evitar perdas como ainda alcançar grandes êxitos. A razão do êxito está em que, apesar das sérias discussões havidas a tal respeito entre o Comité Central e uma parte dos quadros do exército, a maioria dos nossos quadros aceitou a tempo a justa orientação do Comité Central e soube apreciar com elasticidade o conjunto da situação. A extrema importância de tal viragem para o prosseguimento, desenvolvimento e conclusão vitoriosa da Guerra de Resistência, assim como para o futuro do Partido Comunista da China, pode apreender-se imediatamente, se pensarmos na significação histórica da guerra de guerrilhas anti-japonesa ao determinar a sorte da luta

de libertação nacional na China. Pela sua amplitude e duração extraordinárias, a actual guerra de guerrilhas anti-japonesa não tem precedentes no Oriente e talvez mesmo em toda a história da humanidade.

A terceira viragem da guerra de guerrilhas em guerra regular contra o Japão, depende do desenvolvimento futuro da guerra que, presumivelmente, há--de encontrar então uma nova situação e novas dificuldades. Não necessitamos discuti-la agora.

## V. O PAPEL ESTRATÉGICO DA GUERRA DE GUERRILHAS CONTRA O JAPÃO

Na Guerra de Resistência considerada no seu conjunto, a guerra regular desempenha o papel principal e a guerra de guerrilhas o papel auxiliar, pois só a guerra regular decidirá do resultado final. Para o conjunto do país, c no respeitante às três fases estratégicas do processo completo da Guerra de Resistência (a defensiva, a fase de equilíbrio e a contra--ofensiva), a guerra regular desempenha um papel principal e a guerra de guerrilhas um papel auxiliar, na primeira e na terceira fases. Corno, na fase intermédia, o inimigo irá consolidar os territórios que tiver ocupado e nós, preparar a contra-ofensiva sem contudo a podermos realizar imediatamente, a guerra de guerrilhas passa a ser a forma principal de guerra e a guerra regular, a forma auxiliar. Ainda que essa fase possa ser a mais longa, ela não é, porém, mais do que uma das três fases da guerra. Eis porque, na Guerra de Resistência considerada no seu conjunto, a guerra reg-

ular desempenha um papel principal e a guerra de guerrilhas, um papel auxiliar. Se não se compreende isso, se não se vê claramente que a guerra regular é decisiva para o resultado final da guerra, e se não se presta atenção à formação dum exército regular, assim como ao estudo e à arte de dirigir uma guerra regular, nós não seremos capazes de vencer o Japão. Esse é um aspecto da questão. Seja como for, porém, a guerra de guerrilhas desempenha um importante papel estratégico em todo o decurso da guerra. Se não houvesse guerra de guerrilhas, se se descurasse a organização dos destacamentos de guerrilhas e do exército de guerrilhas, assim como o estudo e a arte de dirigir essa guerra, nós seríamos igualmente incapazes de vencer o Japão. A razão é a seguinte: agora que mais de metade da China vai transformar-se na retaguarda do inimigo, se nós não fizermos a mais vasta e tenaz guerra de guerrilhas, e se permitirmos ao inimigo que se estabeleça solidamente nos territórios ocupados, sem que tenha de preocupar-se com a sua retaguarda, as nossas forças principais que combatem de frente sofrerão, necessariamente, pesadas perdas, a ofensiva do inimigo tornar-se-á ainda mais violenta, será difícil chegar à fase de equilíbrio e a própria continuação da Guerra de Resistência poderá ficar comprometida. Mas mesmo se as coisas não tomarem esse caminho tão mau, outros resultados desfavoráveis poderão ainda produzir-se, tais como a falta de potência ou de acção coordenada na nossa contra-ofensiva, e a possibilidade de que o inimigo repare as suas perdas. Se tais circunstâncias ocorrem e não são combatidas pelo desenvolvimento oportuno duma guerra de guerrilhas ampla

e tenaz, será igualmente impossível vencer o Japão. Por consequência, muito embora a guerra de guerrilhas desempenhe um papel auxiliar na guerra considerada no seu conjunto, ela não deixa de ter, efectivamente, uma importância estratégica considerável. É sem dúvida um erro grosseiro descurar a guerra de guerrilhas durante a Guerra de Resistência contra o Japão. Esse é o outro aspecto da questão.

Para que se possa fazer uma guerra de guerrilhas, basta uma condição: um vasto território. Assim é que a guerra de guerrilhas também existiu nos tempos passados. Contudo, a guerra de guerrilhas só pode prosseguir-se quando dirigida pelo Partido Comunista. Essa a razão por que, no passado, as guerras de guerrilhas terminaram geralmente num fracasso. A guerra de guerrilhas só pode ser vitoriosa nos grandes países dos tempos modernos onde existe um Partido Comunista, como na União Soviética durante a guerra civil ou na China da hora actual. Considerando as circunstâncias presentes e a situação geral com respeito à guerra, a divisão de trabalho entre o Kuomintang e o Partido Comunista na Guerra de Resistência contra o Japão, divisão que consiste em fazer o primeiro uma guerra regular de frente e o segundo, uma guerra de guerrilhas na retaguarda do inimigo, é tanto necessária como conveniente. Para ambas as partes, trata-se duma questão de necessidade mútua, de coordenação mútua e de mútua assistência. Compreende-se assim quão importante e necessária era, para o nosso Partido, a transformação da sua estratégia militar de guerra regular, no último período da guerra civil, em guerra de guerrilhas, no primeiro período da

Guerra de Resistência contra o Japão. As vantagens de tal viragem podem ser resumidas nos dezoito pontos seguintes:

- 1) redução das áreas ocupadas pelo inimigo;
- 2) extensão das bases de apoio das nossas próprias forças;
- 3) na fase da defensiva, coordenação com a acção desenvolvida de frente pelas forças regulares para reter as forças inimigas;
- 4) na fase do equilíbrio de forças, manutenção firme das bases de apoio na retaguarda inimiga, a fim de favorecer o treino e a reorganização das tropas regulares que operam de frente;
- 5) na fase da contra-ofensiva, coordenação com a frente regular para recuperar os territórios perdidos;
- 6) mais rápida e efectiva expansão das nossas próprias forças;
- 7) máximo desenvolvimento do Partido Comunista, de forma que em cada aldeia possa organizar-se uma célula do Partido;
- 8) máxima expansão do movimento de massas, de maneira que possa ser organizada toda a população que vive na retaguarda do inimigo, à excepção da que vive nas suas praças fortes;
- 9) mais ampla criação de órgãos democráticos do poder político anti-japonês;
- 10) maior desenvolvimento da cultura e educação anti-japonesas;
- 11) máxima melhoria das condições de vida do povo;
- 12) desintegração mais efectiva das tropas inimigas ;
- 13) mais ampla e mais durável estimulação dos senti-

mentos do povo e do moral das nossas tropas por todo o país;

14) maior estímulo para o progresso dos exércitos e partidos amigos;

15) adaptação a condições em que o inimigo é forte e nós fracos, a fim de reduzir as nossas perdas ao mínimo e obter um máximo de vitórias;

16) adaptação ao facto de a China ser um grande país e o Japão um pequeno país, a fim de infligir ao inimigo um máximo de perdas e reduzir ao mínimo as suas vitórias;

17) mais rápida e efectiva formação dum grande número de quadros de direcção;

18) mais eficiente solução dos problemas de abastecimento.

Está fora de dúvida também que, no decurso duma luta longa, as unidades de guerrilhas e a guerra de guerrilhas não permanecerão tal qual são, pelo contrário, evoluirão para um plano superior, transformando-se gradualmente em unidades regulares e em guerra regular. Com a guerra de guerrilhas, nós devemos acumular as nossas forças e transformar-nos num factor decisivo para a liquidação do imperialismo japonês.

## VI. PRESTAR ATENÇÃO AO ESTUDO DAS QUESTÕES MILITARES

A solução de todo o problema entre dois exércitos hostis depende da guerra, e a sobrevivência ou extinção da China depende da sua vitória ou derrota na guerra. Daí que não se possa retardar o estudo da teoria militar, da estratégia, da tática militar e do trabalho político no exército. Muito embora o nosso estudo da tática seja insuficiente, os camaradas que se ocupam das questões militares fizeram muito nos últimos dez anos e, baseados nas condições concretas da China, formularam muita coisa nova; o defeito está em que ainda não existe uma síntese geral nesse domínio. Por agora, são muito poucos os que empreenderam o estudo dos problemas da estratégia e das teorias da guerra. No estudo do trabalho político nós obtivemos resultados de primeira ordem, os quais, pela riqueza da nossa experiência e pelo número e qualidade das inovações, colocam-se em segundo lugar unicamente quando comparados aos da União Soviética. Aqui, igualmente, o defeito está na insuficiência dum trabalho de síntese e de sistematização. A popularização dos conhecimentos militares é uma tarefa urgente face às necessidades do Partido e do país inteiro. Nós devemos, pois, prestar uma grande atenção a todas essas questões, mas a teoria da guerra e da estratégia constitui aí o factor principal. Eu considero imperioso despertar o interesse pelo estudo da teoria militar e orientar a atenção de todos os membros do Partido para o estudo das questões militares.

## NOTAS

1 Ver V. I. Lenine: “A Guerra e a Social-Democracia Russa”, “A Conferência das Secções Emigradas do P.O.S.D.R.”, “Sobre a Derrota do Nosso Próprio Governo na Guerra Imperialista”, “A Derrota da Rússia e a Crise Revolucionária”. Esses escritos, datando dos anos 1914-1915, tratam particularmente da guerra imperialista que então se desenrolava. Ver igualmente Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., “A Teoria e a Tática do Partido Bolchevique nas Questões da Guerra, da Paz e da Revolução”, capítulo VI, secção 3.

-Ern 1924, Sun Yat-sen, aliado ao Partido Comunista e aos operários e camponeses revolucionários, derrotou as “Milícias Comerciantes”, destacamentos armados dos compradores, dos déspotas locais e dos nobres que, ligados aos imperialistas britânicos, prosseguiram uma actividade contra-revolucionária em Cantão. A princípios de 1925, o Exército Revolucionário, no seio do qual cooperavam o Kuomintang e o Partido Comunista, partiu de Cantão para uma campanha em direcção do leste e infligiu, com a ajuda dos camponeses, uma derrota às tropas do caudilho militar Tchen Tchiom-mim, regressando depois a Cantão e destruindo as forças dos caudilhos militares do Iunnan e Cuansi, que aí se tinham entrincheirado. No Outono do mesmo ano, esse Exército Revolucionário realizou uma segunda campanha em direcção do leste, aniquilando enfim o exército de Tchen Tchiom-mim. Os membros do Partido Comunista e os da Liga da Juventude Comunista combateram heroicamente na primeira linha, durante essas campanhas cujo resultado foi a unificação política da província de Cuantun e, em consequência disso, a criação duma base para a Expedição do Norte.

3 J. V. Estaline: “Sobre as Perspectivas da Revolução Chinesa”.

4 Em 1894, Sun Yat-sen organizou em Honolulu um pequeno grupo revolucionário, o Sintchuhghuei (Associação para a Regeneração da China).

Depois da derrota do Governo dos Tsins, na Guerra Sino--Japonesa de 1895, Sun Yat-sen, apoiando-se nas sociedades secretas que então existiam no seio do povo, organizou, em Quantum, duas insurreições armadas contra os Tsins: em Cantão, em 1895, e no Hueidjou, em 1900.

5 Em 1905 o Sintchunghuei uniu-se a outras duas organizações opostas aos Tsins: O Huacingbuei (Associação para a Renascença da China) e o Qjtanfubuei (Associação para o Restabelecimento da China). Dessa união resultou a criação do Tonmengbuei (Liga Revolucionária Chinesa — organização da frente unida da burguesia, da pequena burguesia e duma parte dos nobres que tinham tomado posição contra o Governo dos Tsins), a qual elaborou um programa de revolução burguesa com as seguintes reivindicações: “Expulsão dos tártaros (Tsins), reconstrução da China, fundação duma república e igualdade de direito à propriedade da terra”. Enquanto existiu o Tonmengbuei, Sun Yat-sen, que ganhara à sua causa as sociedades secretas e uma parte do Novo Exército dos Tsins, organizou várias insurreições armadas contra o Governo Tsim. As mais importantes foram as de 1906, nos distritos de Pinsiã (Quiansi), Liuiam c Lilim (Hunan), as de 1907 em Huancam (prefeitura de Tchaodjou) e Tchindjou — ambos na província de Quantum — e Tchen-nanquan (actualmente Lu-i-quan, província de Cuansi — N.T.) e a Insurreição de 1908 em Hocou, província de Iunnan, e as de 1911 em Cantão e Vutcham.

8 Em 1912, o Tonmengbuei foi transformado em Kuomintang, o qual fez um compromisso com Iuan Chi-cai, chefe dos caudilhos militares do Norte. Em 1913, quando as tropas de Iuan Chi-cai avançaram em direcção ao sul, para esmagar as forças que se tinham sublevado nas províncias de Quiansi, Anghuei e Quantum, no seguimento da Revolução de 1911, Sun Yat-sen organizou a resistência armada a essas tropas, vindo a fracassar pouco depois. Em 1914, tendo tirado proveito da política errada de compromisso do Kuomintang, o Dr. Sun Yat-sen formou em Tóquio (no Japão) um novo partido, o Tchunghuaquemintang (Partido Revolucionário da China), para o distinguir do Kuomintang de então. Com efeito, o novo partido constituía uma aliança contra Iuan Chi-cai, composta de representantes políticos de parte da pequena burguesia e da

burguesia. Apoiando-se nessa aliança, Sun Yat-sen organizou em 1914 uma pequena insurreição em Xangai. Em 1915, logo que Iuan Chi-cai se proclamou imperador, Tsai Hô e outros organizaram contra ele uma expedição, a partir da província de Iunnan, sendo Sun Yat-sen muito activo entre os inspiradores e participantes na luta armada contra Iuan Chi-cai.

7 Em 1917, Sun Yat-sen partiu de Xangai para Cantão, à testa duma parte da frota que se encontrava debaixo da sua influência. Servindo-se da província de Quantum como base de apoio, e aliando-se aos caudilhos militares do Sudoeste que lutavam contra o caudilho militar do Norte, Tuan Tchi-juei, formou um governo militar oposto a este último.

8 Em 1921, em Cueilin, Sun Yat-sen preparava uma expedição sobre o norte mas, por traição do seu subordinado Tchen Tchiom-mim, conivente com os caudilhos militares do Norte, os seus esforços fracassaram.

9 Em 1924, depois da reorganização do Kuomintang, Sun Yat-sen criou com Huampu, perto de Cantão, com a ajuda do Partido Comunista da China e da União Soviética, uma escola militar conhecida sob o nome de Academia Militar de Huampu. Antes que Tchiang Kai-chek traísse a revolução, em 1927, essa academia militar funcionava seguindo o princípio da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista. Os comunistas Chou En-lai, Le Tchien-im, Iun Tei-im, Siao Tchu-nhu e muitos outros camaradas, ocuparam, em diversas ocasiões, postos de responsabilidade nessa academia. Havia igualmente, entre os alunos, um grande número de comunistas e membros da Liga da Juventude Comunista. Eles constituíam o núcleo revolucionário da academia.

10 Tan Ien-cai, originário do Hunan, era membro da Academia Imperial, na dinastia Tsim. A princípio ele era favorável à instauração da monarquia constitucional mas, mais tarde, infiltrou-se nas fileiras da Revolução de 1911. A sua passagem para o campo do Kuomintang explica-se pelas contradições existentes entre os senhores de terras do Hunan e os caudilhos militares do Norte.

11 O Partido Progressista foi formado nos primeiros anos da República Chinesa por um grupo de personalidades, entre as quais Liam Tchi-tchao, subordinadas a Iuan Chi-cai.

12 Tuan Tchi-juei, velho subordinado de Iuan Chi-cai, comandava o grupo de Anghuei dos caudilhos militares do Norte. Depois da morte de Iuan Chi-cai, apoderou-se várias vezes do poder, no Governo de Pequim.

13 O Grupo de Ciências Políticas, grupo político de extrema direita, tinha sido criado em 1916 por uma parte dos membros do Partido Progressista e do Kuomintang, os quais viviam manobrando junto dos caudilhos militares do Sul e do Norte, em busca de postos no aparelho estatal. No período da Expedição do Norte, de 1926 a 1927, uma parte dos membros do Grupo de Ciências Políticas, como por exemplo os pró-japoneses do tipo de Huam Fu, Tcham Tchiun, Iam Iom-tai, entenderam-se com Tchiang Kai-chek e, graças à sua experiência na actividade política reaccionária, ajudaram-no a instaurar o poder político contra-revolucionário.

14 Nome abreviado do Partido da juventude da China, chamado ainda Partido Estatal. Ver, no Tomo I, a nota 1 ao artigo “Análise das Classes na Sociedade Chinesa”.

15 Trata-se essencialmente do Regimento Independente que, sob as ordens do general Le Tim, membro do Partido Comunista, combateu no período da Expedição do Norte. Ver, no Tomo I, a nota 14 ao artigo “A Luta nas Montanhas Tchincam”.

16 Ver, no Tomo I, o artigo “Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China”.

17 Han Fu-tsiu era um caudilho militar do Kuomintang na província de Xantum. Liu Tchi era outro caudilho militar que pertencia à facção de Tchiang Kai-chek e se havia instalado no Honan. Depois que estalou a Guerra Anti-Japonesa, Liu Tchi foi transferido para a província de Hopei, confiando-se-lhe a defesa de Paotim. Diante da ofensiva dos invasores japoneses, ambos fugiram sem dar batalha.

## O MOVIMENTO DE 4 DE MAIO\*

(Maio de 1939)

Desenrolado há vinte anos, o Movimento de 4 de Maio marcou, na China, uma nova etapa da revolução democrático-burguesa contra o imperialismo e o feudalismo. Convertido em movimento em favor duma reforma cultural, o Movimento de 4 de Maio não era mais do que uma das formas daquela revolução. Em resultado da formação e desenvolvimento, nessa época, de novas forças sociais, formou-se um campo poderoso na revolução democrático-burguesa da China contra o imperialismo e o feudalismo, o campo formado pela classe operária, pela massa dos estudantes e pela nascente burguesia nacional. Mas foram as centenas de milhares de estudantes que marcharam heroicamente na vanguarda na época do Movimento de 4 de Maio. O Movimento de 4 de Maio representava portanto um passo em frente com relação à Revolução de 1911.

Se se considera a partir do seu período preparatório, vê-se que a revolução democrático-burguesa da China já franqueou várias etapas no decurso do seu desenvolvimento: Guerra do Ópio, Guerra do Reino Celestial dos Taipins, Guerra Sino-Japonesa de 1894, Movimento Reformista de 1898, Movimento de Iho-tuan, Revolução de 1911, Movimento de 4 de Maio, Expedição do Norte e Guerra Revolucionária Agrária. A Guerra de Resistência contra o Japão, actualmente em curso,

constitui mais uma outra etapa no desenvolvimento dessa revolução, a etapa mais grandiosa, mais vigorosa e mais dinâmica. A revolução democrático-burguesa não poderá ser considerada vitoriosa senão quando as forças imperialistas estrangeiras e as forças feudais internas forem basicamente derrubadas, e se criar um Estado democrático independente. Desde a Guerra do Ópio, as sucessivas etapas da revolução possuem as suas características particulares. O que constitui nelas a diferença mais importante é o situarem-se antes ou depois da formação do Partido Comunista. Tomadas no seu conjunto, porém, todas essas etapas revestem o carácter duma revolução democrático-burguesa. O objectivo de tal revolução é estabelecer um regime social ainda desconhecido na história da China, o regime democrático; este tem como predecessor a sociedade feudal (que se transformou nos últimos cem anos numa sociedade semi-colonial e semi-feudal) e, por sucessor, a sociedade socialista. Se se pergunta a razão por que um comunista deve lutar primeiro pela instauração do regime democrático-burgues e só depois pela instauração do regime socialista, nós respondemos que é porque os comunistas seguem a via inexorável da História. A realização da revolução democrática na China está dependente de certas forças sociais, que são a classe operária, o campesinato, os intelectuais e a burguesia progressista, por outras palavras, os operários, camponeses, soldados, intelectuais e homens de negócio revolucionários, sendo os operários e os camponeses as forças basilares da revolução e a classe operária a classe dirigente da revolução. Sem essas forças revolu-

cionárias basilares e sem a classe operária a dirigir a revolução, será impossível levar a bom termo a revolução democrática anti-imperialista e anti-feudal. Hoje, os principais inimigos da revolução são os imperialistas japoneses e os traidores e a política fundamental na revolução é a formação duma frente única nacional anti-japonesa, formada pela totalidade dos operários, camponeses, soldados, intelectuais e homens de negócios que se opõem à agressão japonesa. A vitória final na Guerra de Resistência contra o Japão será conquistada quando essa Frente Única se tiver consolidado e desenvolvido apreciavelmente.

No movimento da revolução democrática chinesa, os intelectuais foram os primeiros a tornar-se politicamente conscientes. A Revolução de 1911 e o Movimento de 4 de Maio demonstraram claramente isso, e na época do Movimento de 4 de Maio os intelectuais eram mais numerosos e mais conscientes, politicamente, que no tempo da Revolução de 1911. Contudo, se os intelectuais não se ligam às massas de operários e camponeses, não poderão chegar a coisa alguma. O critério decisivo para determinar se um intelectual é revolucionário, não revolucionário ou contra-revolucionário, consiste em saber se ele quer ligar-se, e se liga de facto, às massas operárias e camponesas. Só isso constitui a linha de demarcação, e não o palavreado sobre os Três Princípios do Povo ou sobre o Marxismo. O verdadeiro revolucionário é aquele que quer ligar-se e se liga de facto às massas operárias e camponesas.

Vinte anos se perfazem agora desde o Movimento de 4 de Maio, e já transcorreram cerca de dois anos depois

que começou a Guerra de Resistência contra o Japão. Sobre a juventude e sobre os círculos culturais do país recai uma pesada responsabilidade na revolução democrática e na Guerra de Resistência. Eu espero que eles acabarão por entender o carácter e as forças motrizes da revolução chinesa, que se ligarão nas suas actividades às massas operárias e camponesas e se lançarão entre os operários e camponeses, convertendo-se em propagandistas e organizadores. O dia em que a totalidade do povo se levantar num só impulso, será o dia da vitória da Guerra de Resistência. Esforçai-vos pois, juventude de todo o nosso país!

#### NOTAS

1 A causa próxima da guerra foi a agressão dos japoneses à Coreia e as provocações destes contra as tropas terrestres e marítimas chinesas. As tropas chinesas batram-se heroicamente. A China foi, porém, derrotada em virtude da corrupção do governo dos Tsins e da falta de preparação deste para resistir firmemente à agressão. O governo dos Tsins concluiu pois com o Japão o humilhante Tratado de Ximonoseque, pelo qual a China lhe cedia Taiwan e as ilhas de Penghu, pagava uma indemnização militar de 200.000.000 de liam de prata, permitia a instalação de fábricas japonesas na China, franqueava-lhe os portos comerciais de Chachi, Tchuntchim, Sudjou, Handjou, etc, e convertia a Coreia num Estado-apêndice controlado pelas forças japonesas.

#### A ORIENTAÇÃO DO MOVIMENTO DA JUVENTUDE\*

(4 de Maio de 1939)

Hoje é o dia do XX aniversário do Movimento de 4 de Maio. Neste comício, organizado para comemorá-lo e que reúne toda a juventude de Ien-an, eu desejaria abordar algumas questões relativas à orientação do movimento da juventude da China.

Primeiro, o 4 de Maio é agora proclamado Dia da Juventude Chinesa, o que está perfeitamente justo<sup>1</sup>. É altamente significativo que, neste ano, depois de se terem passado vinte anos sobre o “4 de Maio”, tal data seja por fim proclamada Dia da Juventude em toda a China. Isso mostra que a revolução democrática popular chinesa, dirigida contra o imperialismo e o feudalismo, atingirá dentro em breve um ponto de viragem. Ao longo dos últimos decénios, a revolução democrática popular anti-imperialista e anti-feudal

---

\* Discurso pronunciado pelo camarada Mao Tsetung num comício de massas da juventude, em Ien-an, em comemoração do XX aniversário do Movimento de 4 de Maio. O discurso representa um desenvolvimento das suas ideias relativas à revolução na China.

foi sofrendo várias derrotas, mas agora a situação vai mudar e a mudança conduzirá à vitória, não a uma nova derrota. Agora a revolução chinesa maçcha em frente, marcha para a vitória. A situação anterior em que sofríamos derrota sobre derrota não pode continuar, nem nós podemos tolerar que continue; temos que conseguir chegar a um ponto de viragem em direcção à vitória. Mas será que chegámos já a esse ponto de viragem? Não, ainda não chegámos lá, ainda não chegámos à vitória. Contudo, podemos conquistá-la. É precisamente na actual Guerra de Resistência contra o Japão que nos esforçaremos por atingir o ponto de viragem da derrota em vitória. O Movimento de 4 de Maio era dirigido contra um governo de vende-pátrias, um governo conluído com o imperialismo e traidor dos interesses da nação, um governo que oprimia o povo. Era ou não preciso lutar contra esse governo? Se o não fosse, o Movimento de 4 de Maio teria sido um erro. Claro que é absolutamente necessário lutar contra tais governos, há que derrubar os governos vende-pátrias. Vejam: muito tempo antes do Movimento de 4 de Maio, já o Dr. Sun Yat-sen se tinha levantado contra o governo da época. Ele lutou contra o governo dos Tsins e derrubou-o. Acaso não tinha razão para agir assim? Penso que sim, tinha toda a razão. E tinha porque lutava, não contra um governo resistente ao imperialismo, mas sim contra um governo que estava conjurado com este; não contra um governo revolucionário, mas sim contra um governo que esmagava a revolução. O Movimento de 4 de Maio foi revolucionário exactamente porque contribuiu para abater um governo vende-pátrias. É assim que a juventude inteira da Chi-

na deve considerar o Movimento de 4 de Maio. Neste momento em que a totalidade do povo se põe entusiasmadamente de pé para lutar contra a agressão japonesa, nós estamos plenamente resolvidos a esmagar o imperialismo nipónico e, ao mesmo Tempo, a não tolerar a intervenção de novos vende-pátrias, nem permitir que a revolução sofra outra derrota, pois estamos premunidos com a experiência das derrotas do passado. Salvo algumas excepções, a juventude da nação está toda desperta e compenetrada da necessidade de vencer a todo o custo: é o que atesta a proclamação do “4 de Maio” como Dia da Juventude. Nós avançamos pelo caminho da vitória e, desde que todo o povo faça em comum um esforço, a revolução chinesa triunfará infalivelmente na Guerra de Resistência contra o Japão.

Segundo, contra quem é dirigida a revolução chinesa? Quais os seus alvos? Todos sabem que, por um lado, se dirige contra o imperialismo e, por outro, contra o feudalismo. Contra quem está actualmente dirigida a revolução? Contra os imperialistas japoneses, contra os traidores. Se vocês querem a revolução, devem obrigatoriamente lutar pela liquidação dos imperialistas japoneses e dos traidores. E quem faz a revolução? Qual a força principal desta? A gente simples da China. As forças motrizes da revolução são o proletariado, a classe camponesa e todos os elementos das outras classes que estejam dispostos a lutar contra o imperialismo e o feudalismo. São essas as forças revolucionárias anti-imperialistas e anti-feudais. Mas no meio de tantos indivíduos, qual é a força principal, a espinha dorsal da revolução? Os operários e os camponeses, que perfazem noventa

por cento da população do país. Qual é o carácter da revolução chinesa? Que revolução fazemos na actualidade? Fazemos a revolução democrático--burguesa, nada do que fazemos sai dos limites dessa revolução democrático-burguesa. Dum modo geral, não devemos destruir no momento o sistema burguês dc propriedade privada; o que importa é destruir o imperialismo e o feudalismo. É o que se chama revolução democrático-burguesa. Mas a burguesia é impotente para concluir essa revolução. A revolução só pode ser concluída pelos esforços do proletariado e das grandes massas populares. Qual é pois o objectivo que a revolução deve atingir? O seu objectivo é a derrocada do imperialismo e do feudalismo e a criação duma república democrática popular. Essa república democrática popular é a república fundada nos Três Princípios do Povo revolucionários. É diferente da China actual, semi-colonial e semi-feudal, e diferente também da China futura, em que sc instaurará o regime socialista. No regime socialista não há lugar para capitalistas mas, no regime de democracia popular, a existência dos capitalistas tem ainda de ser admitida. Mas haverá então permanentemente na China lugar para capitalistas? Não, está fora de dúvida que, no futuro, não haverá lugar para eles. Isso acontecerá tanto na China como no resto do mundo. Nem na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, nem na França, nem no Japão, nem na Alemanha, nem na Itália, em parte nenhuma haverá lugar para os capitalistas. A China não pode constituir excepção a essa regra. A União Soviética é um país que passou já ao socialismo. No futuro, o mundo inteiro seguirá o exemplo da União Soviética. Não há qualquer dúvida sobre isso.

No seu desenvolvimento, a China caminhará necessariamente para o socialismo. É uma lei irresistível contra a qual nada se pode fazer. Contudo, na etapa actual, nós não construímos o socialismo, nós destruímos o imperialismo e o feudalismo, acabamos com a situação actual da China que é a de país semi-colonial e semi-feudal e criamos um regime de democracia popular. É por esse objectivo que deve bater-se a juventude do nosso país. Terceiro, o que é que nos ensina a experiência passada da revolução chinesa? Essa é outra questão importante que a juventude precisa de compreender. Estritamente falando, na China a revolução democrático-burguesa anti-imperialista e anti-feudal começou com o Dr. Sun Yat-sen, e já conta mais dc cinquenta anos. Quanto à agressão dos Estados capitalistas estrangeiros contra a China, cia dura há já quase um século. Ao longo desses cem anos registou-se primeiro a Guerra do Ópio contra a agressão inglesa e, depois, a Guerra do Reino Celestial dos Taipins, a Guerra Sino-Japonesa de 1894, o Movimento Reformista de 1898, o Movimento de Iho-tuan, a Revolução de 1911, o Movimento de 4 de Maio, a Expedição do Norte e a guerra travada pelo Exército Vermelho. Embora essas lutas sejam diferentes umas das outras, o seu objectivo comum foi rechaçar o inimigo es-trangeiro ou mudar a situação existente. Mas só com o Dr. Sun Yat-sen é que a revolução começou a definir-se, mais ou menos claramente, como democrático-burguesa. Em cinquenta anos, a revolução iniciada por Sun Yat-sen obteve alguns êxitos e sofreu alguns fracassos. Vejamos: a Revolução de 1911 derrubou o imperador. Não terá sido isso um êxito?

Mas houve no entanto um fracasso, que consistiu no facto de a Revolução de 1911 se ter limitado a derrubar o imperador, permanecendo a China na mesma situação anterior, sob o jugo do imperialismo e do feudalismo, não sendo pois realizadas as suas tarefas anti-imperialistas e anti-feudais. Que objectivo visava o Movimento de 4 de Maio? Esse movimento estava igualmente dirigido contra o imperialismo e o feudalismo, mas também fracassou, permanecendo a China na mesma situação em que se encontrava antes, subjugada pelo imperialismo e pelo feudalismo. A mesma sorte teve a revolução da Expedição do Norte; obteve um êxito e também fracassou. Desde que o Kuomintang passou à luta contra o Partido Comunista<sup>2</sup>, a China voltou a ser o reino do imperialismo e do feudalismo. Isso tinha que provocar necessariamente a guerra, uma guerra que o Exército Vermelho travou durante dez anos. Mas essa luta de dez anos também só realizou as tarefas da revolução em parte do território chinês, não em toda a extensão do país. Se fazemos o balanço da revolução nas últimas dezenas de anos, vê-se que só alcançamos vitórias temporárias e parciais, não uma vitória definitiva em todo o país. Como dizia o Dr. Sun Yat-sen: “A revolução ainda não se concluiu, os camaradas devem continuar a despende esforços.” Agora, a questão é esta: por que é que, após dezenas de anos de luta, a revolução chinesa não atingiu ainda os seus objectivos? Quais as razões disso? Eu penso que há duas: a primeira é que as forças inimigas têm sido demasiado fortes; a segunda é que as nossas próprias forças têm sido demasiado fracas. Como uma das partes era forte e a outra fraca, a revolução não

triuunfou. Ao afirmar que as forças inimigas têm sido demasiado fortes, queremos dizer que as forças do imperialismo (o factor principal) e do feudalismo têm sido demasiado fortes. E ao dizer que as nossas forças têm sido demasiado fracas queremos dizer que apresentam pontos fracos nos domínios militar, político, económico e cultural; mas a nossa fraqueza e o subsequente fracasso no cumprimento da tarefa anti-imperialista e anti-feudal são devidos principalmente ao facto de as massas trabalhadoras, operários e camponeses, que constituem noventa por cento da população, não terem sido ainda mobilizadas. Quando se faz o balanço da revolução nas últimas dezenas de anos, vê-se que o povo chinês não estava inteiramente mobilizado e os reaccionários se erguiam invariavelmente contra tal mobilização, sabotando-a. Ora, não é possível derrubar o imperialismo e o feudalismo a não ser com a mobilização e organização do conjunto das massas operárias e camponesas, que perfazem noventa por cento da população do país. O Dr. Sun Yat-sen, no seu testamento, dizia:

‘Durante quarenta anos, devotei-me à causa da revolução nacional, para conquistar para a China a liberdade e a igualdade. A experiência desses quarenta anos convenceu-me inteiramente de que, para alcançar tal objectivo, é necessário despertar as massas populares e unirmo-nos, em combate comum, às nações do mundo que nos tratem em pé de igualdade.’

Mais de dez anos decorreram já desde a morte desse homem respeitável. Se os acrescentarmos aos quarenta anos de que fala, isso perfaz um total de mais de cinquenta anos. O que é que nos ensina essa experiência

de cinquenta e tantos anos de revolução? Fundamentalmente, a verdade que consiste em “despertar as massas populares”. Vocês devem assimilar bem essa lição. A juventude do país inteiro deve assimilá-la com fidelidade. A juventude precisa de compreender inteiramente que a vitória sobre o imperialismo e o feudalismo não é possível senão mobilizando as grandes massas dos operários e camponeses, massas que constituem noventa por cento da população do país. Presentemente, é impossível triunfar do Japão e edificar uma China nova sem mobilizar a totalidade das massas operárias e camponesas do país. Quarto, voltemos ao movimento da juventude. Há precisamente vinte anos registaram-se na China os grandes acontecimentos em que participaram os estudantes e ficaram conhecidos na história desta por Movimento de 4 de Maio. Esse movimento teve uma imensa significação. Que papel passou então a desempenhar a juventude a partir do “4 de Maio”? Em certo sentido, a juventude desempenhou um papel de vanguarda. Isso foi reconhecido por todos no nosso país, à excepção dos obstinados. Mas o que quer dizer desempenhar o papel de vanguarda? Significa desempenhar um papel de guia, estar nas primeiras filas da revolução. Nas fileiras do povo chinês em luta contra o imperialismo e o feudalismo, existe um contingente de jovens composto de intelectuais e estudantes. É um contingente bastante numeroso e, apesar das perdas sofridas, conta actualmente com vários milhões de homens. Esse contingente de vários milhões de homens representa um exército da nossa frente na luta contra o imperialismo e o feudalismo. É também um exército importante da nossa frente. Mas não se pode

contar unicamente com ele. Apoiando-se unicamente nele é impossível vencer o inimigo, uma vez que não representa as forças principais. Quem constitui então as forças principais? São as massas operárias e camponesas. Os jovens intelectuais e os estudantes chineses devem ir ao encontro das massas operárias e camponesas que perfazem noventa por cento da população do país, para mobilizá-las e organizá-las. Sem essas forças principais, isto é, sem os operários e os camponeses, apoiando-se unicamente na parte do exército que se compõe de jovens intelectuais e de estudantes, é impossível triunfar do imperialismo e do feudalismo. É por essa razão que os jovens intelectuais e os estudantes do país inteiro devem, em absoluto, entrar em contacto estreito com as grandes massas operárias e camponesas, fundindo-se com elas num todo; só então se constituirá um exército poderoso. Esse será um exército de algumas centenas de milhões de homens! Só um exército dessa grandeza poderá tornar possível a captura das posições sólidas do adversário e a destruição dos seus últimos bastiões. Se considerarmos sob este ponto de vista o movimento da juventude no passado, não podemos deixar de notar uma tendência errada: nas últimas dezenas de anos, parte da juventude que participava nesse movimento não se dispunha a ligar-se às massas operárias e camponesas e tomava posição contra o movimento operário e camponês, o que representava uma contra-corrente no movimento da juventude. Não se ligando às massas operárias e camponesas, que constituem noventa por cento da população do país, opondo-se radicalmente aos operários e camponeses, essa parte da juventude agia realmente de modo in-

sensato. Era uma corrente justfê? Penso que não, pois, tomando posição contra os operários e os camponeses, essa parte da juventude tomava posição contra a própria revolução; por isso é que afirmo que se tratava duma contra-corrente no movimento da juventude. Um tal movimento da juventude não pode conduzir a algo bom. Há alguns dias escrevi um pequeno artigo<sup>3</sup> onde dizia: “O critério decisivo para determinar se um intelectual é revolucionário, não revolucionário ou contra-revolucionário, consiste em saber se ele quer ligar-se, e se liga de facto, às massas operárias e camponesas.”

Aí enunciei o que constitui, a meu ver, o único critério válido. Que critério permite determinar se um jovem é ou não revolucionário? Como fazer tal distinção? Apenas existe um critério: verificar se esse jovem quer ou não ligar-se às grandes massas operárias e camponesas, e se efectivamente se liga a estas. Se quer ligar-se aos operários e camponeses e o faz efectivamente, é um revolucionário; no caso contrário é um não revolucionário ou um contra-revolucionário. Se hoje ele se liga às massas de operários e camponeses, hoje é um revolucionário. Mas se amanhã deixa de ligar-se a elas, ou se, pelo contrário, passa a oprimir a gente simples do povo, passa a ser um não revolucionário ou um contra-revolucionário. Alguns jovens falam muito da sua fé nos Três Princípios do Povo ou no Marxismo, mas isso não prova nada. Vejam: Hitler não se proclamava também “pelo socialismo”? O próprio Mussolini era “socialista”, há vinte anos! E que representa afinal o seu “socialismo”? Nada mais que fascismo! Acaso Tchen Tu-siu não tinha também “fé” no Marxismo? E o que fez depois? Pas-sou-se para o campo

da contra-revolução. Tcham Cuo-tao também não tinha “fé” no Marxismo? E onde está hoje? Desertou, embr-enhou-se num pântano. Alguns intitulam-se pomposamente “adeptos dos Três Princípios do Povo”, dizem-se até seus velhos adeptos. Mas o que é que fazem? Está visto que o seu nacionalismo é a coligação com o imperialismo; para eles, a democracia do povo é a opressão da gente simples, e o bem-estar do povo consiste em sugar o sangue do povo, sugá-lo o mais possível. Só em palavras são partidários dos Três Princípios do Povo. É por isso que quando queremos julgar do valor dum indivíduo, saber se é um falso ou verdadeiro continuador dos Três Princípios do Povo, se é um falso ou verdadeiro marx-ista, basta-nos ver que ligações tem com as grandes mas-sas de operários e camponeses para tudo ficar rapida-mente esclarecido. Esse é o único critério, não há outro. Espero que a juventude chinesa jamais se deixará ar-rastar por essa sinistra contra-corrente, que reconhecerá sem dúvida alguma os operários e os camponeses como seus amigos e marchará em frente, em direcção dum fu-turo radioso.

Quinto, a actual Guerra de Resistência contra o Japão representa uma nova etapa da revolução chi-nesa, a etapa mais grandiosa, mais vigorosa e mais dinâmica. Nesta etapa, uma grande responsabilidade cabe à juven-tude. Entre nós, na China, o movimento revolucionário passou em algumas dezenas de anos por toda uma serie de etapas de luta, mas nunca foi tão vasto como agora, na Guerra de Resistência contra o Japão. Quando afir-mamos que a revolução chinesa apresenta actualmente particularidades que não tinha no passado, e que depois

duma série de derrotas há-de desembocar na vitória, pensamos precisamente no facto de o conjunto das massas populares chinesas ter dado um grande passo em frente, de que um brilhante testemunho é o progresso da juventude. Essa a razão por que a actual Guerra de Resistência terminará obrigatoriamente numa vitória, não pode deixar de terminar na vitória. Todos sabem que a nossa política fundamental durante a Guerra de Resistência contra o Japão é a constituição da Frente Dnica Nacional Anti-japonesa. O objectivo é o esmagamento do imperialismo japonês e a liquidação dos traidores, a transformação da China antiga numa China nova, a libertação de toda a nação da situação semi-colonial e semi-feudal. Actualmente, o grande defeito do movimento da juventude chinesa é a falta de unidade. Vocês devem perseverar na luta pela unidade, pois só na unidade é que reside a força. Devem proceder de maneira que toda a juventude do país compreenda a situação actual, se una estreitamente e leve a Guerra de Resistência contra o Japão à vitória final.

Sexto e último, quero deter-me no movimento da juventude em Ien-an. O movimento da juventude de Ien-an é um modelo para o movimento da juventude em todo o país. A orientação para o movimento da juventude de Ien-an é a orientação do movimento da juventude em todo o país. Por quê? Porque a orientação do movimento da juventude de Ien-an é justa.

Julguem vocês próprios: a juventude de Ien-an tem trabalhado pela realização da unidade, e tem trabalhado muito bem. A juventude de Ien-an está unida e é solidária. Em Ien-an, toda a juventude — intelectuais,

estudantes, operários, camponeses — está unida. De todos os cantos do país, e mesmo dos países estrangeiros onde vivem cidadãos chineses, vem um grande número de jovens revolucionários para estudar em Ien-an. A maioria dos que assistem a este comício vêm de lugares situados a milhares e até dezenas de milhares de li de Ien-an, e todos — os Tcham e os Li, os jovens e as jovens, os operários e os camponeses — partilham as mesmas aspirações. Não é pois um modelo para o País? A juventude de Ien-an, além de estar unida, fundiu-se também com as massas operárias e camponesas. Isso é uma razão mais para que sirva de modelo ao país inteiro. Mas o que faz a juventude de Ien-an? Estuda a teoria revolucionária; estuda os princípios e os métodos de luta contra os invasores japoneses, para a salvação da pátria; participa no movimento para o desenvolvimento da produção e já desbravou milhares e milhares de mu de terras virgens. Desbravar terras virgens, lavar os campos, pessoalmente Confúcio não agia assim. Quando ensinava, Confúcio tinha um bom número de alunos: “setenta sábios e três mil discípulos”, um quadro dos mais impressionantes! Mesmo assim eram muito menos alunos do que os que existem em Ien-an, e não estavam dispostos a qualquer movimento de desenvolvimento da produção. Quando os discípulos de Confúcio lhe perguntaram como se cultivavam os campos, este respondeu: “Não sei. Nesse domínio estou abaixo dos camponeses”. Quando lhe perguntaram como se cultivavam os legumes, de novo respondeu: “Não sei. Nesse domínio, estou abaixo do hortelão”. Na China antiga, os jovens que estudavam junto dos sábios não só não es-

tudavam a teoria revolucionária como também não se entregavam ao trabalho. Actualmente, em todos os estabelecimentos de ensino do nosso imenso país, estuda-se pouco a teoria revolucionária e não se estuda o movimento para o desenvolvimento da produção. Só entre nós, em Ien-an, assim como no território das nossas bases anti-japonesas situadas na retaguarda inimiga, é que a situação se apresenta fundamentalmente diferente, pelo que respeita à juventude. Entre nós, a juventude representa realmente uma vanguarda da luta contra os invasores japoneses para a salvação da pátria, na medida em que dispõe ao mesmo tempo duma orientação política e dum método de trabalho justos. Por isso é que eu digo que o movimento da juventude de Ien-an constitui um modelo para o movimento da juventude em todo o país. O comício de hoje reveste grande importância. Já disse tudo o que queria dizer. Espero que vocês estudem a experiência da revolução chinesa destes últimos cinquenta anos, desenvolvam o que há de bom e eliminem os erros cometidos, a fim de que a juventude se una à totalidade do povo e a revolução passe dos fracassos à vitória. O dia em que toda a juventude e todo o povo se puserem em movimento, se organizarem e unirem, será o dia da vitória sobre o imperialismo japonês. Cada jovem deve assumir essa responsabilidade. Actualmente, cada jovem deve tornar-se diferente do que era: deve fazer sua a grande resolução de trabalhar com tenacidade pela união de toda a juventude, pela organização de todo o povo; deve lutar pela vitória sobre o imperialismo japonês; deve lutar para fazer da velha China uma China nova. Essa a esperança que deposito em vocês.

## NOTAS

1 Inicialmente, o dia 4 de Maio foi proclamado Dia da Juventude Chinesa na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, por iniciativa das organizações juvenis dessa região. Sob pressão do desenvolvimento do movimento patriótico das grandes massas juvenis, o Kuomintang deu o seu acordo a essa decisão. Ulteriormente, porém, temendo que a juventude se revolucionarizasse, o Kuomintang considerou a decisão como perigosa e mudou o Dia da Juventude para 29 de Março (data da comemoração dos mártires da revolução caídos em 1911 e enterrados em Huanghuacam, Cantão). Não obstante, no território das bases de apoio revolucionárias dirigidas pelo Partido Comunista da China, o Dia da Juventude continuou a ser o dia 4 de Maio. Em Dezembro de 1949, após a fundação da República Popular da China, o Conselho Administrativo do Governo Central Popular proclamou oficialmente o 4 de Maio como Dia da Juventude Chinesa.

2 Trata-se dos golpes de Estado contra-revolucionários tramados em 1927 por Tchiang Kai-chek, em Xangai e Nan-quim, e por Uam Tsim-vei em Wuhan.

3 Trata-se do artigo “O Movimento de 4 de Maio”.

## CONTRA AS ACTIVIDADES CAPITULACIONISTAS

(30 dc Junho de 1939)

Até aqui, face ao agressor japonês, a primeira grande questão para a nação chinesa era saber se esta devia ou não bater-se. Entre o Incidente de 18 de Setembro e o Incidente de Lucouquiao, desenrolou-se uma polémica muito viva a esse respeito. “Fazer a guerra é sobreviver, não fazer a guerra é perecer”, era a conclusão de todos os partidos e grupos patrióticos, bem como a de todos os patriotas do nosso país. “Fazer a guerra é perecer, não fazer a guerra é sobreviver”, era a conclusão de todos os capitulacionistas. O troar dos canhões da resistência anti-japonesa em Lucouquiao resolveu, por algum tempo, essa polémica, proclamando a justeza da primeira conclusão e o erro da segunda. E por que é que a resolveu apenas por certo tempo e não definitivamente? A explicação está na política do imperialismo japonês, que procura levar a China à capitulação, bem como nas tentativas de compromisso por parte dos estrangeiros que defendem a capitulação<sup>1</sup> e ainda na instabilidade de certos indivíduos que fazem parte da nossa frente de resistência ao Japão. Agora a questão levanta-se de novo, mas em termos um tanto diferentes, e está transformada numa “questão de paz ou guerra”. Como resultado, iniciou-se na China uma polémica entre os que são pela guerra e os que são pela paz. As posições de

ambos são ainda o mesmo. “Fazer a guerra é sobreviver, concluir a paz é perecer”, é a conclusão dos partidários da Guerra de Resistência; “Concluir a paz é sobreviver, fazer a guerra é perecer”, é a conclusão dos partidários da paz. O campo dos partidários da guerra, que compreende todos os partidos e grupos patrióticos e todos os patriotas do nosso país, representa a grande maioria da nação, enquanto que o campo dos partidários da paz, quer dizer, da capitulação, não abrange mais que uma minoria hesitante no interior da frente anti-japonesa. Essa a razão por que o segundo campo se viu obrigado a recorrer à propaganda mentirosa, anticomunista em especial. São em torrente contínua as informações, relatórios, documentos e resoluções de carácter enganoso que eles fabricam, pretendendo, nomeadamente, que “o Partido Comunista fomenta desordens”, “o VIII Exército e o Novo IV Exército não fazem mais que deslocar-se sem combater e não obedecem ao comando”, “a região fronteira Xensi--Cansu-Ninsia arvorou-se em feudo independente e expande-se”, “o Partido Comunista conspira a queda do governo” e mesmo “a União Soviética maquina uma agressão contra a China”. Com isso eles tentam mascarar a realidade dos factos e preparar a opinião pública para a realização do seu propósito que é a paz, quer dizer, a capitulação. Se os partidários da paz, isto é, os capitulacionistas, agem assim é porque o Partido Comunista é o promotor e o campeão da Frente Única Nacional Anti-japonesa, e sem opor-se a este é-lhes impossível sabotar a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, romper a Frente Única Nacional Anti-japonesa e capitular. Aliás, eles têm uma

esperança de que o imperialismo japonês passe a concessões. Pensam que o Japão está esgotado, vai mudar a sua política básica, evacuar de livre iniciativa o Centro, o Sul e mesmo o Norte da China, podendo então esta vencer sem necessidade de travar novos combates. E depositam por Hm esperanças na pressão internacional. Muitos deles esperam que as grandes potências façam pressão sobre o Japão, para obrigá-lo a concessões e facilitar assim a conclusão da paz, e também sobre o governo chinês, de modo a poderem dizer aos partidários da guerra: “vejam, no actual clima internacional, não nos resta senão concluir a paz!”, “uma conferência internacional do Pacífico<sup>2</sup> seria vantajosa para a China, não constituiria outro Munique<sup>3</sup> mas sim um passo em direcção do renascimento da China!”. Esse o conjunto de opiniões, atitudes e manobras secretas<sup>4</sup> dos partidários da paz, dos capitulacionistas chineses. E a peça não é representada exclusivamente por Uam Tsim-vei; é-o também, e isso é o mais grave, por muitos Tcham Tsim-vei e Li Tsim-vei dissimulados no seio da frente anti-japonesa, que colaboram com Uam Tsim-vei, uns interpretando o Cbuanghuam<sup>5</sup> e outros caracterizando-se ora de vermelho ora de branco<sup>6</sup>.

Nós, comunistas, declaramos publicamente que sempre estivemos, e estaremos, do lado dos partidários da guerra e opomo-nos resolutamente aos partidários da paz. Aquilo que pretendemos é, juntamente com todos os partidos, grupos patrióticos e a totalidade dos patriotas do país, reforçar a unidade, consolidar a Frente Única Nacional Anti--Japonesa, fortalecer a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, aplicar os

Três Princípios do Povo, levar até ao fim a Guerra de Resistência, combater até ao rio Ialu e recuperar todo o território perdido<sup>7</sup>, nada mais. Condenamos resolutamente todos os Uam Tsim-vei declarados e escondidos que se empenham na criação dum clima anticomunista, provocam fricções<sup>8</sup> entre o Kuomintang e o Partido Comunista e procuram, inclusiva-mente, fazer estoirar uma nova guerra civil entre os dois partidos. A tais indivíduos nós declaramos: a vossa conspiração para uma ruptura não é, no fundo, senão uma preparação para a capitulação, e a vossa política de capitulação e ruptura não é mais que uma manifestação do vosso plano geral de traição dos interesses da nação, para satisfação da cupidez dum punhado de indivíduos. O nosso povo tem olhos, saberá desmascarar as vossas conspirações. Rejeitamos categoricamente as afirmações absurdas segundo as quais uma conferência do Pacífico não seria um Munique do Oriente. A chamada conferência do Pacífico é exactamente o Munique do Oriente, que conta transformar a China noutra Checoslováquia. Condenamos firmemente o palavreado que pretende que o imperialismo japonês cairá em si e se disporá a concessões. Os imperialistas japoneses jamais abandonarão a sua política básica de subjugação da China. Os doces discursos japoneses após a queda de Vuhan — por exemplo, a afirmação de que renunciaríamos à sua política de “não reconhecer o Governo Nacional como interlocutor em negociações”<sup>9</sup> e estariam dispostos, agora, a reconhecê-lo como tal, bem como a afirmação de que, sob certas condições, retirariam as suas tropas do Centro e do Sul da China — fazem exactamente parte da sua pérfida

política que visa fazer com que o peixe morda a isca, para depois fritá-lo. Quem quiser morder a isca deve preparar-se para acabar na frigideira. E a mesma perfídia política adoptam os capitulacionistas estrangeiros que incitam a China a capitular. Eles encorajam o Japão a prosseguir na agressão à China e ficam a “observar o combate dos tigres, do alto da montanha”, à espera do momento oportuno para organizarem a chamada conferência do Pacífico, onde pensam actuar como mediadores, à cata de algum proveito, à maneira do ladrão que rouba a ladrão. Depositar esperanças nesses conspiradores é cair igualmente em cheio na ratoeira.

A questão de saber se se deve ou não combater está hoje convertida numa questão de guerra ou paz, mas no fundo continua a ser a mesma questão, a primeira e a mais importante de todas, a questão fundamental. Dados os esforços redobrados da política japonesa de incitamento da China à capitulação, dado o redobrar de actividade dos capitulacionistas estrangeiros e sobretudo dadas as hesitações mais acentuadas de certos indivíduos no interior da frente anti-japonesa, nestes últimos seis meses fez-se um grande alarido à volta da questão da paz e da guerra e a possibilidade de capitulação passou a ser, na conjuntura política presente, o perigo principal. A luta contra o comunismo, que significa o rompimento da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista e a ruptura da unidade na resistência, constitui o primeiro passo dos capitulacionistas em preparação da capitulação. Nessas circunstâncias, incumbe a todos os partidos e grupos patrióticos, bem como a todos os patriotas do país, o dever de seguir com o-lhos vigilantes

a actividade dos capitulacionistas, compreender a particularidade essencial da situação actual, isto é, que a capitulação constitui o perigo principal e a luta contra o comunismo não é mais que a respectiva preparação, e opor-se com todas as forças à capitulação e à ruptura. É absolutamente inadmissível que um grupo de indivíduos faça oscilar e atraia a guerra contra o imperialismo japonês, essa guerra em que a Nação está vertendo o seu próprio sangue já lá vão dois anos. É de todo inadmissível que um grupo de indivíduos sabote e rompa a Frente Única Nacional Anti-japonesa criada pelos esforços da totalidade da nação.

Se prosseguirmos na guerra e mantivermos a unidade, a China sobreviverá.

Se aceitarmos a paz e tolerarmos a ruptura, a China perecerá.

O que há pois que admitir, o que há pois que rejeitar? Os compatriotas têm de apressar-se na escolha.

Nós, os comunistas, estamos decididos a continuar a guerra e a manter a unidade.

Todos os partidos e grupos patrióticos, todos os patriotas do país estão igualmente decididos a continuar a guerra e a manter a unidade.

Mesmo que os capitulacionistas que conspiram para a rendição e a ruptura consigam passar temporariamente para a mó de cima, eles não conseguirão mais do que acabar desmascarados e punidos pelo povo. A tarefa histórica que incumbe à nação chinesa é unir-se na resistência pela libertação. Os capitulacionistas desejam seguir o caminho oposto; sejam quais forem, porém, os seus êxitos, seja qual for o seu júbilo ao pensarem que a

ninguém precisam de recear, jamais poderão furtar-se ao castigo do povo.

Opor-se à capitulação e à ruptura, eis a tarefa urgente que se impõe actualmente a todos os partidos e grupos patrióticos e a todos os patriotas do país.

Que o povo inteiro se una! Que persevere na resistência, mantenha a unidade e desfaça todas as conspirações tendentes à capitulação e à ruptura!

## NOTAS

1 Imperialistas ingleses e norte-americanos que conspiravam um entendimento com o Japão, sacrificando a China.

2 De convívio com os chineses partidários da paz, os imperialistas ingleses, norte-americanos e franceses tentavam, com a venda da China, chegar ao compromisso com os agressores japoneses, numa “conferência internacional do Pacífico”. A opinião pública passou a designar essa conspiração por Munique do Extremo Oriente. Ao condenar, no texto, o argumento absurdo segundo o qual tal conferência não constituiria um Munique do Oriente, o camarada Mao Tsetung aludia a certas atitudes tomadas na época por Tchiang Kai--chek.

3 Em Setembro de 1938, os chefes dos governos da Inglaterra, França, Alemanha e Itália, realizaram uma conferência em Munique (Alemanha) de que resultou o Acordo de Munique, por força do qual a Inglaterra e a França entregavam a Checoslováquia à Alemanha, devendo esta, em contrapartida, atacar a União Soviética. Em 1938-1939, os imperialistas ingleses e norte-americanos tentaram por várias vezes chegar a um compromisso com o imperialismo japonês, sacrificando a China. Em Junho de 1939, na altura em que o camarada Mao Tsetung redigia o presente artigo, prosseguiram conversações entre a Inglaterra e o Japão, no sentido de retomar-se essa conspiração. Como tudo isso lembrava as

maquinações urdidas em Munique pela Inglaterra, França, Alemanha e Itália, passou a falar-se em “Munique do Oriente”.

4 Ao dizer “esse o conjunto de opiniões, atitudes e manobras secretas dos partidários da paz, dos capitulacionistas chineses”, o camarada Mao Tsetung pensava nas opiniões, atitudes e manobras secretas de Tchiang Kai-chek. Na época, Uam Tsim-vei era o chefe principal dos partidários declarados da capitulação e Tchiang Kai-chek, o chefe principal dos partidários camuflados da capitulação no seio da frente anti-japonesa, quer dizer, um “Uam Tsim-vei escondido” ou os “Tcham Tsim-vei e Li Tsim-vei”, referidos também pelo camarada Mao Tsetung.

5 Para o camarada Mao Tsetung, as relações entre as actividades de Tchiang Kai-chek e Uam Tsim-vei lembravam o chuanguam (duo em que um dos intérpretes fala ou canta coberto pelas costas do outro, que se limita a gesticular, de acordo com o que vai afirmando o primeiro — N.T.).

6 Nessa altura, os partidários da paz, chefiados por Tchiang Kai-chek no seio do Kuomintang, faziam um jogo duplo: por um lado fingiam desejar uma resistência ao Japão e, por outro, recorriam a todas as formas de actividade capitulacionista, à semelhança dos actores da ópera clássica chinesa, que ora se pintam de vermelho ora de branco.

7 Em Janeiro de 1959, na Quinta Sessão Plenária do Comité Executivo Central eleito pelo V Congresso Nacional do Kuomintang, Tchiang Kai-chek declarou abertamente que o que entendia por “até ao fim”, na palavra de ordem “levar até ao fim a Guerra de Resistência”, era “restabelecer o statu quo anterior ao Incidente de Luouquião”. Ao contrário da política capitulacionista de Tchiang Kai-chek, o camarada Mao Tsetung sublinhou especialmente que essa palavra de ordem significava “combater até ao rio Ialu e recuperar todo o território perdido”.

Expressão frequentemente usada na altura, para designar as várias acções contra-revolucionárias, dos reaccionários kuo-mintanistas, em sabotagem à Frente Única Nacional Anti-Japonesa e combate ao Partido Comunista e demais forças progressistas.

9 A 13 de Dezembro de 1937, o exército japonês ocupou Nanquim. A 16 de Janeiro de 1938, o governo japonês publicou uma

declaração em que anunciava a decisão de “não mais reconhecer o Governo Nacional como interlocutor em negociações e esperar pela formação dum novo governo”. Quando, em Outubro desse mesmo ano, o exército nipónico ocupou Cantão e Vuhan, o governo japonês aproveitou-se das hesitações de Tchiang Kai-chek na questão da resistência para adoptar uma nova política tendendo a incitar Tchiang Kai-chek à capitulação. Com esse objectivo, publicou então outra declaração, a 3 de Novembro, onde dizia: “no que respeita ao Governo Nacional, desde que renuncie à política errada que tem prosseguido até aqui e se empenhe, com o concurso de homens novos, a renovar o país e a manter a ordem, o Império não se recusará negociar com ele”.

## OS REACCIONÁRIOS DEVEM SER CASTIGADOS\*

(1 de Agosto de 1939)

Hoje, 1 de Agosto, estamos aqui reunidos para um comício em celebração de finados. Por quê tal comício? Porque os reaccionários assassinaram camaradas revolucionários, combatentes que resistiam ao Japão. Quem é necessário matar actualmente? Os traidores e os imperialistas japoneses. Já lá vão dois anos que a China se bate contra os imperialistas japoneses, mas ainda não está determinado o vencedor e o vencido. Os traidores permanecem muito activos; muito poucos dentre eles foram executados. Em contrapartida, os camaradas revolucionários, os combatentes da resistência contra o Japão são os que são massacrados. E por quem? Pelo exército. Por que é que o exército mata combatentes da resistência contra o Japão? Porque executa ordens, porque lhe deram a ordem de matar. Quem lhe deu essa ordem? Os reaccionários<sup>1</sup>. Camaradas! Quem está, logicamente,

---

\* Discurso proferido pelo camarada Mao Tsetung num comício organizado pela população de Ien-an, em memória dos mártires do Incidente Sangrento de Pinquiam.

interessado na morte dos combatentes da resistência contra o Japão? Primeiro, os imperialistas japoneses e depois os traidores e os vende-pátrias, como Uam Tsim-vei. Mas agora o local do assassinato não foi qualquer dos pontos ocupados pelos japoneses e traidores, Xangai, Pepim, Tientsim, Nanquim, mas sim Pinquiam, na retaguarda anti-japonesa, e entre as vítimas figuravam Tou Djem-cuen e Luo Tse-mim, camaradas responsáveis pelo Birô de Ligação do Novo IV Exército em Pinquiam. Está evidente que esse crime foi o gesto duma quadrilha de reaccionários chineses que agiu por ordem dos imperialistas japoneses e de Uam Tsim-vei. Os reaccionários pre-param-se para capitular, sendo por isso que obedecem servilmente às ordens dos japoneses e de Uam Tsim--vei, e fizeram dos combatentes mais resolutos da re-sistência anti-japonesa as suas primeiras vítimas. Trata-se duma questão que não é insignificante, é um facto que temos de denunciar e contra o qual devemos elevar o nosso protesto.

Actualmente, o país inteiro resiste à agressão japonesa e a causa da resistência forjou uma grande união entre a totalidade do povo. Contudo, no seio dessa grande união encontram-se também reaccionários, capitulacionistas. E o que fazem estes? Matam os combatentes da resistência anti-japonesa, impedem o menor progresso, agem em colusão com os agressores japoneses e os traidores, e preparam-se para capitular. Houve já alguém que tivesse tomado em mãos essa grave questão que é o assassinato de que foram vítimas camaradas nossos da resistência anti-japonesa? Eles foram mortos às três da tarde do dia 12 de

Junho e hoje já estamos a 1 de Agosto. Durante todo este tempo, acaso vimos alguém ocupar-se da questão? Não. Quem deveria ter-se ocupado? A lei chinesa, os juízes. Se facto semelhante se tivesse produzido na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, há muito que o nosso tribunal supremo teria intervindo. Mas já cerca de dois meses se escoaram após esse Incidente Sangrento de Pinquiam e a lei, os juízes, ainda não estão em acção. Qual será então a causa desse estado de coisas? É o facto de a China não estar unificada.2

A China precisa de ser unificada pois doutro modo não poderá vencer. E que significa unificação? Significa que todos devem resistir ao Japão, que todos devem unir-se e concorrer para o progresso, havendo que recompensar e punir equitativamente. Quem se torna necessário recompensar? Os que resistem ao Japão, os que são pela união e pelo progresso. Quem se torna necessário punir? Os traidores e os reaccionários, que sabotam a resistência, a união e o progresso. O nosso país está unificado neste momento? Não. O Incidente Sangrento de Pinquiam é uma prova disso. Ele mostra que a unificação ainda não está realizada ali onde devia estar. Há já muito que estamos reclamando a unificação do país. Pri-meiramente, uma unificação baseada na resistência. No entanto, nesta altura, longe de terem sido recompensados, Tou Djem-cuen, Luo Tse-mim e outros camaradas da resistência anti-japonesa foram selvaticamente massacrados, ao passo que continuam sem punição os miseráveis que fazem campanha contra tal resistência, que se preparam para capitular e recorrem ao assassinato. Isso não é unificação. Há que lutar contra esses

miseráveis, contra esses capi-tulacionistas e deter esses assassinos. Segundo, uma unificação baseada na união. Os partidários da união deveriam ser recompensados e os sabotadores, punidos. Contudo, são Tou Djem-cuen, Luo Tse--mim e mais camaradas partidários da união, os que foram punidos, assassinados selvaticamente, e os miseráveis que sabotam a união escapam a todo o castigo. Não é isso unificação. Terceiro, uma unificação baseada no progresso. O país todo tem de progredir, os retardatários devem procurar acertar o passo pelos mais avançados e estes não devem ser puxados para trás em alinhamento com os retardatários. Os carrascos de Pinquiam mataram progressistas. Desde que começou a Guerra de Resistência, os comunistas e demais patriotas assassinados con-tam-se já por centenas, não sendo o Incidente Sangrento de Pinquiam mais do que o último em data. Se se continuar assim, a China correrá para o desastre: todos os que resistem ao Japão arriscam-se a ser massacrados. Que significam esses assassinatos? Significam que os reaccionários chineses, executando ordens dos imperialistas japoneses e de Uam Tsim--vei, preparam-se para capitular. Assim, há primeiro que matar os militares que se batem contra o Japão, matar os comunistas, matar os patriotas. Se não se pôe fim a isto, a China perecerá às mãos da reacção. Trata-se, por consequência, duma questão que respeita a todo o país, uma questão de alta importância. Nós devemos exigir que o Governo Nacional castigue esses reaccionários com o máximo rigor. Os camaradas devem dar-se igualmente conta de que, recentemente, as provocações do imperialismo japonês

Intensificaram-se, assim como se intensificou a ajuda que o imperialismo internacional dispensa ao Japão.<sup>3</sup> Simultaneamente, os traidores no interior da China, os Uam Tsim-vei declarados e camuflados, empenham-se mais activamente do que nunca na sabotagem da resistência anti-japonesa, na sabotagem da união, em fazer-nos marchar para trás. Procuram conduzir a maioria da China à capitulação, provocam divisões internas, a guerra civil. Sob a designação de “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”/, circulam actualmente umas instruções secretas que são medidas de todo reaccionárias que ajudam o imperialismo japonês e prejudicam a resistência, a união e o progresso. Mas quem são os “heréticos”? São os imperialistas japoneses, é Uam Tsim-vei, são os traidores. Acaso poderão qualificar-se de “heréticos” o Partido Comunista e os demais partidos e grupos políticos anti-japoneses que se unem no combate ao agressor japonês? No entanto, há capitulacionistas, reaccionários e obstinados que não hesitam em provocar fricções e divisão entre as fileiras anti-japonesas. Serão tais actividades justificáveis? De modo nenhum! (Aplausos em toda a sala.) A quem pois se torna necessário impor essa “limitação”? Aos imperialistas japoneses, a Uam Tsim-vei, aos reaccionários e aos capitulacionistas. (Aplausos em toda a sala.) Por que motivo se limitará então o Partido Comunista, que resiste ao Japão com um máximo de firmeza e é o mais revolucionário e o mais progressista de todos os partidos? Por pura aberração. Nós, população de Ien--an, opomo-nos resolutamente e levantamos um protesto enérgico contra isso. (Aplausos em

toda a sala.) Devemos opor-nos às “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”, fonte de toda a espécie de comportamentos criminosos destruidores da união. O comício de hoje, realizamo-lo para vincar a nossa vontade de prosseguir na resistência, na união e no progresso. Para isso, as “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos” devem ser suprimidas, os capitulacionistas e os reaccionários devem ser castigados, a protecção assegurada a todos os camaradas empenhados na revolução, aos camaradas e ao povo que se batem na resistência à agressão japonesa. (Aplausos retumbantes, palavras de ordem ressoam pela sala.)

## NOTAS

1 No dia 12 de Junho de 1939, sob ordens secretas de Tchiang Kai-chek, tropas do XXVII Grupo de Exércitos do Kuomintang cercaram o Birô de Ligação instalado pelo Novo IV Exército em Pinqiam, província de Hunan, e assassinaram a sangue frio os camaradas Tou Djcm-cucn, oficial do Estado Maior do Novo IV Exército, Luo Tse-mim, ajudante-major do VIII Exército, e mais quatro outros. Esse incidente sangrento provocou a indignação das populações das bases democráticas anti-japonesas bem como a de todos os indivíduos honestos das regiões controladas pelo Kuomintang. O incidente sangrento foi provocado por ordem de Tchiang Kai-chek e seus acólitos. Os reaccionários que o camarada Mao Tsetung condenou no discurso eram precisamente Tchiang Kai-chek e seus cúmplices.

2 Ao explicar aqui o significado da palavra “unificação”, o camarada Mao Tsetung tinha em vista os desejos escondidos dos reaccionários do Kuomintang que, sob pretexto de “unificação”, tentavam eliminar as forças armadas e as bases de apoio anti-japonesas

dirigidas pelo Partido Comunista. Depois do restabelecimento da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista para a luta comum contra o invasor japonês, o Kuomintang utilizou a palavra de ordem de “unificação” como arma principal para atacar o Partido Comunista, acusando-o de pretensão de originalidade, obstrução da unificação e acção contrária aos interesses da resistência ao Japão. Os reaccionários fizeram ecoar mais fortemente os seus clamores depois que a Quinta Sessão Plenária do Comité Executivo Central eleito pelo V Congresso Nacional do Kuomintang adoptou, em Janeiro de 1939, as “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”, propostas por Tchiang Kai-chek. No seu discurso, o camarada Mao Tsetung arrancou essa palavra de ordem, “unificação”, aos reaccionários do Kuomintang e converteu-a numa palavra de ordem revolucionária para combater as acções divisiionistas do Kuomintang contra o povo e contra a nação.

3 Ver Mao Tsetung, “Contra as Actividades Capitulacionistas”. Após a queda de Vuhan, em Outubro de 1938, os agressores japoneses procuraram sobretudo seduzir o Kuomintang através de meios políticos, para levá-lo a capitular; o imperialismo internacional, em particular os imperialistas ingleses e norte-americanos, não cessava aliás de propor a Tchiang Kai-chek o entabulamento de negociações de paz, e o inglês Chamberlain deu a entender que o seu país partici-paria na “reconstrução do Extremo Oriente”. Em 1939, os agressores japoneses e o imperialismo internacional multiplicaram as intrigas. No mês de Abril do mesmo ano, o embaixador da Inglaterra na China, Clark-Kerr, passou a um vaivém entre Tchiang Kai-chek e os japoneses, esforçando-se por levá-los a negociar a paz. Em Julho concluiu-se um acordo anglo-nipónico, no qual o governo inglês se comprometia a reconhecer plenamente “a situação de facto” criada na China pelo ocupante japonês.

4 Postas secretamente em vigor pelo Comité Executivo Central do Kuomintang, em 1959, essas medidas impunham ao Partido Comunista e a todos os progressistas uspa severa limitação da sua liberdade de pensamento, expressão e acção, no intuito de sabotarem as organizações populares anti-japonesas. Elas estipulavam que nas regiões onde, segundo o Kuomintang, a “actividade do Partido Comunista é mais intensa” aplicar-se-ia um “sistema de caução

solidária”, ao mesmo tempo que se criava por toda a parte, na organização dos paos e dos tsias, uma “rede de informações”, isto é, um organismo dos serviços secretos contra-revolucionários, para vigiar e restringir as actividades do povo em todos os momentos.

## ENTREVISTA COM UM CORRESPONDENTE DO SINGHUAJEPAO SOBRE A NOVA SITUAÇÃO IN- TERNACIONAL

(1 de Setembro de 1939)

O correspondente: Qual é o alcance do pacto de não agressão concluído entre a União Soviética e a Alemanha?

Mao Tsetung: O pacto soviético-alemão de não agressão resulta do crescimento das forças do socialismo na União Soviética e da política de paz indefectivelmente seguida pelo governo soviético. Esse pacto frustrou as intrigas da burguesia reaccionária internacional, representada por Chamberlain e Daladier, no sentido da provocação duma guerra entre a União Soviética e a Alemanha; rompeu o cerco da URSS por parte do bloco anticomunista germano-italo-japonês, consolidou a paz entre a União Soviética e a Alemanha e garantiu o desenrolar da edificação socialista na União Soviética. No Oriente, o pacto assestou um golpe no Japão e ajudou a China; na própria China, reforçou as posições dos partidários da resistência e golpeou os capitulacionistas. Tudo isso proporciona uma base para a ajuda aos povos do mundo inteiro que lutam pela liberdade, pela emancipação. Tal é o alcance político global do pacto soviético-

germânico de não agressão.

Pergunta: Pessoas há que não compreendem como o pacto sovieto-germânico de não agressão é um resultado da ruptura das negociações entre a Inglaterra, a França e a URSS; pensam que, pelo contrário, foi a celebração do pacto que provocou essa ruptura. Poderia expor as razões do fracasso das negociações anglo-franco-soviéticas?

Resposta: As negociações falharam apenas em razão da má-fé dos governos da Inglaterra e da França. Há alguns anos que a burguesia reaccionária mundial, e antes de mais a da Inglaterra e da França, pratica sistematicamente a política reaccionária dita de “não intervenção”, frente às agressões do fascismo alemão, italiano e japonês. O seu objectivo é encorajar a guerra de agressão e tirar daí proveito. Foi assim que a Inglaterra e a França opuseram recusa categórica às reiteradas propostas da União Soviética no sentido da organização duma verdadeira frente de luta contra a agressão. Mantendo-se de fora, elas determinaram-se pela “não intervenção”, com o que encorajaram tacitamente a agressão alemã, italiana e japonesa. O objectivo era intervirem depois de terem deixado os beligerantes esgotar-se reciprocamente. Prossequindo essa política reaccionária, sacrificaram metade da China ao Japão, e sacrificaram a Abissínia, a Espanha, a Áustria e a Checoslováquia inteiras à Alemanha e Itália<sup>2</sup>. Agora, o intuito era sacrificar a União Soviética. A manobra revelou-se em toda a clareza no decurso das recentes negociações anglo-franco-soviéticas, onde, durante mais de quatro meses, de 15 de Abril a 23 de Agosto, a União Soviética deu provas de máxima

paciência. Ao longo dessas negociações, a Inglaterra e a França jamais se dispuseram a aceitar os princípios de igualdade e reciprocidade; exigiam que a União Soviética lhes garantisse a segurança mas não se dispunham a garantir do seu lado a segurança da União Soviética, nem a segurança dos pequenos Estados bálticos, proporcionando assim uma brecha à passagem das forças alemãs; além disso, não aceitavam que o exército soviético atravessasse a Polónia na marcha contra os agressores. Assim se explica a ruptura das negociações. Nesse entretanto a Alemanha declarou-se disposta a cessar as actividades anti-soviéticas e a renunciar ao “pacto anti-komintern”<sup>3</sup>, e reconheceu a inviolabilidade das fronteiras da União Soviética; foi aí que se concluiu o pacto sovieto-germânico de não agressão. A política de “não intervenção” da reacção internacional, antes de mais da reacção inglesa e francesa, consiste em “observar o combate dos tigres, do alto da montanha”, é a política inteiramente imperialista de assegurar-se de vantagens à custa dos demais. Iniciada com a subida ao poder de Chamberlain, atingiu o ponto culminante com a conclusão do Acordo de Munique, em Setembro do ano passado, e faliu definitivamente durante as recentes negociações anglo-franco-soviéticas. Daqui para frente, a situação há-de evoluir irremediavelmente no sentido dum conflito directo entre os dois grandes blocos imperialistas — o bloco anglo-francês e o bloco germano-italiano. Tal como dizia em Outubro de 1938, na Sexta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso Nacional do Partido Comunista da China, “levantar uma pedra para deixá-la cair depois sobre os seus próp-

rios pés será o resultado inevitável da política de Chamberlain”. Chamberlain começou por querer prejudicar os outros e acabou por prejudicar-se a si próprio. Essa é a lei de desenvolvimento de toda a política reaccionária.

Pergunta: Em sua opinião, como evoluirá a situação actual?

Resposta: A situação internacional já ganhou nova fisionomia. O carácter unilateral que há certo tempo reveste a segunda guerra imperialista, isto é, a situação em que, no seguimento da política de “não intervenção”, um grupo de Estados imperialistas ataca o outro deixa-o agir, há-de fatalmente ser substituído pela guerra geral, no que respeita à Europa. A segunda guerra imperialista já entrou numa fase nova.

Na Europa, está iminente uma grande guerra imperialista pelo domínio dos povos das colónias, entre os blocos imperialistas germano-italiano e anglo-francês. Nessa guerra, cada uma das partes beligerantes proclamará sem vergonha que a sua causa é justa e a do adversário injusta, a fim de enganar o povo e obter o apoio da opinião pública. Isso constituirá uma pura mentira, pois as duas partes prosseguem objectivos imperialistas; uma e outra lutam pelo domínio sobre as colónias e semi-colónias e por esferas de influência; as duas fazem a guerra de rapina. Actualmente disputam pela Polónia, pelos Balcãs e pelo litoral mediterrânico. Uma guerra assim de modo nenhum é justa. Só são justas as guerras não anexionistas, as guerras de emancipação. Nunca os comunistas sustentarão guerras de rapina. Eles levantar-se-ão com audácia para apoiar todas as guerras justas, não anexionistas, de emancipação, e colocar-se-ão nas

primeiras linhas dessas guerras. Quanto aos partidos sociais-democratas da II Internacional, está a operar-se uma diferenciação, ante as ameaças e promessas feitas por Chamberlain e Daladier. Uma parte, a camada superior reaccionária, está a seguir o mesmo trilho da época da Primeira Guerra Mundial, prepara-se para apoiar a nova guerra imperialista; mas a outra parte há-de formar com os comunistas uma frente popular contra a guerra e contra o fascismo. Tomando como exemplo a Alemanha e a Itália, Chamberlain e Daladier tornam-se cada vez mais reaccionários e servem-se da mobilização para fascistizar os seus Estados e pôr em pé de guerra as respectivas economias. Resumindo, os dois grandes blocos imperialistas preparam-se febrilmente para a guerra, pesando sobre milhões de homens a ameaça duma carnagem colossal. Sem dúvida, isso não deixará de provocar movimentos de re-sistência entre as grandes massas populares. Se o povo não quer servir de carne de canhão para os imperialistas, tem que levantar-se, na Alemanha e na Itália, na Inglaterra e na França, na Europa e nas demais partes do mundo, lutando por todos os meios contra a guerra imperialista.

Além dos dois grandes blocos referidos, o mundo capitalista conta ainda com um terceiro: o bloco encabeçado pelos Estados Unidos, que abrange toda uma série de Estados da América Central e do Sul. Preocupado com os seus interesses, esse bloco não entrará de momento em guerra. Pretextando neutralidade, o imperialismo norte-americano renuncia pro-visoriamamente a juntar-se a esta ou àquela das duas partes beligerantes, a fim de poder entrar\* em cena mais tarde e apoderar-se da direcção do

mundo capitalista. O facto de a burguesia norte-americana não encarar, no momento, um abandono da democracia e da economia de tempo de paz constitui um elemento favorável ao movimento mundial pela paz.

A conclusão do pacto soviético-alemão foi duramente sentida pelo imperialismo japonês, cujo futuro se anuncia ainda mais difícil. No Japão há dois grupos que se enfrentam sobre questões de política exterior. Os militaristas encaram uma aliança com a Alemanha e a Itália, a fim de imporem uma dominação sem partilha sobre a China, invadirem os países do Sudeste Asiático e eliminarem do Oriente a Inglaterra, os Estados Unidos e a França; uma fracção da burguesia, porém, acha preferível fazer concessões à Inglaterra, aos Estados Unidos e à França, para poder concentrar-se na pilhagem da China. No Japão existe, actualmente, uma forte tendência ao compromisso com a Inglaterra. Os reacçãoários ingleses oferecem ao Japão a partilha, entre ambos, da China, acompanhada de ajuda financeira e económica, em contrapartida de este servir de cão de guarda aos interesses ingleses no Oriente, empregar-se no esmagamento do movimento de libertação nacional chinês e na contenção da União Soviética. Essa a razão por que o Japão jamais se desviará do seu objectivo essencial — a subjugação da China. Parece pouco provável que ele lance na China ofensivas militares frontais de grande envergadura; mas há-de desenvolver com maior vigor a ofensiva política que visa “submeter os chineses pelos chineses”<sup>5</sup> e intensificar a agressão económica na China para “alimentar a guerra pela guerra”<sup>5</sup>, sem abandonar as selvagens operações de “limpeza”<sup>6</sup> que

prossigue nas regiões que ocupa. Além disso, através da Inglaterra, tentará forçar a China à capitulação. No momento que julgar propício, o Japão há-de propor um Munique do Oriente e, com esta ou aquela concessão relativamente importante a servir de isca, procurará fazer com que a China aceite as suas condições de paz, para o que combinará promessas e ameaças, a fim de atingir o seu objectivo que é a subjugação da China. Enquanto a revolução popular não estojar no Japão, esse objectivo imperialista permanecerá o mesmo, sejam quais forem as mudanças de gabinete a que procedam as classes dominantes desse país.

Fora do mundo capitalista existe um mundo radioso, a União Soviética socialista. O pacto soviético-alemão aumentou as possibilidades da União Soviética ajudar o movimento mundial pela paz e apoiar a China na resistência ao Japão.

Tal é a minha apreciação sobre a situação internacional. Pergunta: Que perspectivas abre essa situação para a China?

Resposta: Duas vias se apresentam à China — uma consiste em perseverar na resistência, na união e no progresso, isto é, na via do renascimento; a outra consiste no compromisso, na ruptura, na regressão, quer dizer, a via da subjugação.

Na nova conjuntura internacional, como as dificuldades do Japão continuam a crescer e o nosso país rechaça absolutamente todo o compromisso, a etapa da retirada estratégica vai terminar para nós e começará a do equilíbrio estratégico, etapa da nossa preparação para a contra-ofensiva.

Mas, quanto maior o equilíbrio na frente tanto menor será o equilíbrio na retaguarda do inimigo; com o equilíbrio na frente, a luta na retaguarda do inimigo ganhará em intensidade. Eis porque as grandes operações de “limpeza”, lançadas pelo inimigo nas regiões ocupadas (sobretudo no Norte da China) após a queda de Vuhan, não só continuarão como ainda se intensificarão. Além disso, dado que o inimigo se orienta principalmente para uma ofensiva política que visa “submeter os chineses pelos chineses” e uma agressão económica destinada a “alimentar a guerra pela guerra”, e uma vez que a política da Inglaterra para o Oriente tende a um Munique do Extremo Oriente, o perigo de capitulação de grande parte da China resultará consideravelmente aumentado, tanto como o perigo de divisão interna. No que respeita à correlação de forças, nós estamos ainda longe de igualar o inimigo, e não poderemos concentrar as forças necessárias à contra--ofensiva a menos que o país inteiro lute arduamente na mais perfeita unidade. Prosseguir sem desfalecimentos a Guerra de Resistência permanece pois, para nós, uma tarefa de extrema importância, não devendo haver nisso o menor relaxamento. Está fora de dúvida que a China não deve em caso algum deixar escapar a ocasião actual nem adoptar decisões erradas, mas sim assumir uma posição política firme. Isso significa: primeiro, perseverar na resistência anti-japonesa e opor-se a toda a tendência ao compromisso. Golpear energicamente todos os Uam Tsim--vei declarados e camuflados. Repelir com energia todas as promessas sedutoras do Japão e da Inglaterra, e em nenhum

caso deve a China participar num Munique do Oriente. Segundo, ater-se firmemente à união e combater toda a actividade divisionista. Manter uma vigilância total com relação a essa actividade, venha do Japão imperialista, venha de qualquer outro país ou venha dos capitulacionistas chineses. Pôr rigorosamente fim a toda a fricção interna prejudicial à causa da Guerra de Resistência. Terceiro, persistir na via do progresso e combater toda a regressão. Reconsiderar e rectificar efectivamente, no interesse da Guerra de Resistência, todas as ideias, instituições e medidas que lhe são nocivas no domínio militar, político, financeiro e económico, nas questões de partido, nos domínios da cultura e da educação, assim como no domínio dos movimentos de massas. Uma vez tudo isso realizado, a China poderá preparar como convém as suas forças para a contra-ofensiva. A partir de agora, o país inteiro deve considerar a “preparação da contra-ofensiva” como a sua tarefa geral na Guerra de Resistência. Presentemente, há que, por um lado, prestar sério apoio à nossa defesa na frente e dispensar uma ajuda energética às operações na retaguarda do inimigo e, por outro lado, proceder a reformas políticas, militares e outras, bem como acumular forças consideráveis para, chegado o momento, lançá-las numa contra--ofensiva de grande envergadura, em recuperação dos territórios perdidos.

## NOTAS

1 Pacto concluído a 23 de Agosto de 1939.

2 Em Outubro de 1935 a Itália desencadeou uma agressão militar contra a Abissínia, ocupando-a inteiramente em Maio de 1936. Em Julho de 1936, a Alemanha e a Itália empreenderam uma intervenção armada conjunta nos negócios internos da Espanha, apoiando o fascista Franco na rebelião contra o Governo da Frente Popular da Espanha. Depois duma longa guerra contra as hordas germano-italianas de intervenção e as forças rebeldes de Franco, o Governo da Frente Popular acabou por ser vencido, em Março de 1939. Em Março de 1938 as tropas alemãs ocuparam a Áustria e, em Outubro, invadiram a região dos Sudetas checos. Em Março de 1939 toda a Checoslováquia caiu sob ocupação militar alemã. Essas agressões desenfreadas dos fascistas alemães e italianos puderam ser realizadas e levadas a bom termo, graças ao acordo tácito e encorajamento por parte dos governos inglês e francês, que praticavam a política de “não intervenção”.

3 Em Novembro de 1936 o Japão e a Alemanha concluíram o “pacto anti-komintern”, a que aderiu a Itália em Novembro de 1937.

4 “Submeter os chineses pelos chineses” era um sinistro projecto alimentado pelos imperialistas japoneses na sua agressão à China. Havia muito que eles encorajavam na China o desenvolvimento de forças que pudessem utilizar, para provocar no seio desta a divisão e atingir com isso o objectivo que a sua agressão visava. Quando estourou a Guerra de Resistência, tomaram a seu serviço o grupo dos pró-japoneses declarados no interior do Kuomintang, o dc Uam Tsim-vei, e utilizaram também as forças do grupo Tchiang Kai-chek, para conter o Partido Comunista, que se revelava o mais resolutivo na resistência ao Japão. A partir dc 1939, o Japão deixou de atacar os exércitos de Tchiang Kai-chek e encorajou-o, no plano político, a uma acção anticomunista, o que constituía precisamente a concretização dessa política de “submeter os chineses pelos chineses”.

5 Política de pilhagem despiedada praticada pelos imperialistas

japoneses nas regiões ocupadas na China, a fim de satisfazer as necessidades materiais da sua guerra de agressão. Os militaristas japoneses chamavam a isso “alimentar a guerra pela guerra”.

“Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, nos ataques contra as regiões populares libertadas, os agressores japoneses seguiam a “política dos três-tudo”, política de crueldade inaudita, consistente em queimar tudo, matar tudo e pilhar tudo. Era a isso que o inimigo dava o nome de “limpeza”.

ENTREVISTA COM TRÊS  
CORRESPONDENTES DA AGÊNCIA  
CENTRAL DE INFORMAÇÃO  
E DOS JORNAIS

SAOTAMPAO E SINMIMPAO1

(16 de Setembro de 1939)

Os correspondentes: Gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre certos problemas. Hoje lemos, no Sintchunghuapao, as suas declarações do dia 1 de Setembro. Determinados problemas ficaram tratados, mas há outros sobre os quais desejaríamos obter esclarecimentos complementares. Nós formulámos as perguntas por escrito, divididas em três partes; satis-fazer-nos-ia um conhecimento da sua opinião sobre cada uma delas. Mao Tsetung: Examiná-las-ei de acordo com a lista que os senhores elaboraram.

Perguntam se a Guerra de Resistência já chegou à etapa de equilíbrio. Penso que sim, em certo sentido — no sentido de que existe uma nova situação internacional, as dificuldades do Japão vão em crescendo e a China recusa-se categoricamente ao compromisso. Contudo, não excluo com isso a possibilidade de o inimigo ainda empreender ofensivas operacionais de certa importância; pode atacar Pehai, Tchancha e mesmo Si-an, por exemplo. Quando dizemos que, em certo sentido, a grande ofensiva estratégica do inimigo e a nossa retirada estra-

tégica cessaram no fundamental, isso de modo nenhum significa que esteja afastada toda a possibilidade de ofensiva ou retirada. O conteúdo concreto da nova etapa é a preparação da contra-ofensiva, noção que engloba tudo. Dito doutro modo, na etapa de equilíbrio, a China deve preparar todas as forças necessárias à contra-ofensiva. Preparar a contra-ofensiva não significa desencadeá-la imediatamente; é impossível desencadeá-la antes que a situação esteja madura. Sobretudo quando se trata, em concreto, duma contra-ofensiva estratégica e não duma contra-ofensiva operacional. As contra-ofensivas operacionais, como as que nos permitiram rechaçar o inimigo durante as suas campanhas de “limpeza” no sudeste de Xansi, não só são possíveis como também indispensáveis. Mas o momento da contra-ofensiva estratégica de grande estilo ainda não soou, encontramos actualmente numa etapa de preparação activa para essa vasta contra-ofensiva. Em tal etapa temos ainda que repelir um certo número de ofensivas operacionais que o inimigo pode lançar, na frente, contra nós.

Consideradas em separado as tarefas da nova etapa, precisamos de, na retaguarda inimiga, prosseguir com tenacidade a guerra de guerrilhas, esmagar as campanhas de “limpeza” inimigas e frustrar a agressão económica; na frente, devemos reforçar as nossas defesas militares e rechaçar todas as ofensivas operacionais eventualmente lançadas pelo adversário; e na nossa retaguarda geral, o essencial é prosseguir energicamente as reformas políticas. Nisso está, em concreto, aquilo que constitui a preparação da contra-ofensiva.

As reformas políticas no interior do país adquirem im-

portância excepcional porque, actualmente, o inimigo realiza sobretudo uma ofensiva política, o que nos obriga a reforçar particularmente a resistência política. Noutros termos, é preciso resolver o mais cedo possível a questão da democracia, uma vez que é a única via de reforçar a resistência política e preparar as nossas forças militares. Na Guerra de Resistência, a China deve apoiar-se sobretudo nas suas próprias forças. Nós já tínhamos preconizado isso no passado, mas na nova conjuntura internacional esse princípio ganha uma importância ainda maior. E o essencial do princípio é a democracia.

Pergunta: Acabou de dizer que a democracia é essencial para a conquista da vitória na Guerra de Resistência, baseando-nos nas nossas próprias forças. Mas como poderá instalar-se semelhante regime nas circunstâncias actuais?

Resposta: O Dr. Sun Yat-sen encarava três períodos: o do poder militar, o da tutela política e o do poder constitucional.<sup>2</sup> Contudo, na “Declaração a propósito da Minha Partida para o Norte”<sup>3</sup>, publicada pouco antes da sua morte, ele já não voltou a re-ferir-se a esses três períodos, e falava da necessidade de convocar imediatamente uma assembleia nacional na China. Vê-se pois que havia já muito o próprio Dr. Sun Yat-sen modificara a sua posição, de acordo com as novas condições. Na situação crítica em que hoje nos encontramos, processando-se a Guerra de Resistência, temos de convocar o mais depressa possível uma assembleia nacional e instaurar um\* regime democrático, a fim de pouparmos à China a sorte trágica da subjugação e expulsarmos o inimigo do país. A esse respeito têm-se ouvido as mais diversas opiniões.

Alguns dizem: as pessoas comuns são ignorantes, não pode estabelecer-se um regime democrático. É uma afirmação falsa. As pessoas comuns fizeram progressos muito rápidos na Guerra de Resistência e se, além disso, forem bem dirigidas e puderem dispor duma linha política adequada, a introdução do regime democrático tornar-se-á seguramente possível. No Norte da China, por exemplo, a democracia já foi instaurada. Na sua maioria, os chefes de sub-distrito, circunscrição, pao e tsia são eleitos pelo povo. O mesmo acontece com relação a certos chefes de distrito, tendo-se eleito para esses cargos elementos progressistas e jovens que são inteiras promessas. Essa questão devia ser submetida a debate público.

Na segunda parte do vosso questionário figura o problema da “limitação da actividade dos partidos heréticos”, quer dizer, o das fricções verificadas em vários pontos do país. O vosso interesse sobre esse problema é muito legítimo. É certo que se registou uma relativa melhoria nestes últimos tempos, mas a situação permanece fundamentalmente a mesma.

Pergunta: Terá o Partido Comunista definido já a sua posição, a esse respeito, junto do Governo Central?

Resposta: Nós já elevámos um protesto. Pergunta: Em que termos?

Resposta: Logo em Julho, o camarada Chou En-lai, representante do nosso Partido, remeteu uma carta ao presidente do Conselho Militar, Tchiang Kai-chek. Por seu turno, em 1 de Agosto, os vários sectores da população de Ien-an expediram telegramas ao presidente do Conselho Militar e ao Governo Nacional, exigindo

a abolição das “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”, medidas que haviam sido postas secretamente em circulação e constituíam uma fonte de fricções em vários pontos do país.

Pergunta: E o Governo Central respondeu? Resposta: Não. Mas diz-se que no próprio seio do Kuomintang há quem não aprove as ditas medidas. Como os senhores sabem, os exércitos que participam na luta comum contra o Japão são exércitos amigos, não são “exércitos heréticos”; do mesmo modo, os partidos e grupos políticos que participam nessa luta comum são partidos amigos e não “partidos heréticos”. Numerosos partidos e grupos políticos participam na Guerra de Resistência; embora possam ter potenciais diferentes, todos combatem pela mesma causa, sendo portanto natural que todos se unam e se guardem de “limitar-se” mutuamente as actividades. Que partido é herético? O partido dos traidores, encabeçado por Uam Tsim-vei que é laiao dos japoneses, é um partido herético, uma vez que, politicamente, nada tem em comum com os partidos e grupos políticos anti-japoneses, sendo a actividade desse partido aquilo que importa limitar. No plano político, o Kuomintang e o Partido Comunista têm um ponto em comum: resistência à agressão japonesa. Assim, o que importa presentemente é concentrar todas as forças do país para lutar e defender-se contra o Japão e Uam Tsim-vei, e não contra o Partido Comunista. Não é possível formularmos palavras de ordem a não ser nessa base. Agora Uam Tsim-vei formulou três palavras de ordem: “lutemos contra Tchiang Kai-chek!”, “lutemos contra o Partido Comunista!”, “sejamos amigos do Japão!”. Uam Tsim-vei é o

inimigo comum do Kuomintang, do Partido Comunista e da totalidade do povo. Pelo que respeita ao Partido Comunista, este não é inimigo do Kuomintang, nem o Kuomintang é inimigo do Partido Comunista, sendo por isso desnecessário que se combatam e “limitem”, mutuamente, as actividades; pelo contrário, devem unir-se e ajudar-se mutuamente. As nossas palavras de ordem devem ser distintas das de Uam Tsim-vei, devem ser o respectivo contrário e há que evitar-sc toda a confusão. Como Uam Tsim-vei apela para que se lute contra Tchiang Kai-chek, é necessário que todos apoiemos Tchiang Kai-chek; como apela para que se lute contra o Partido Comunista, todos devemos aliar-nos ao Partido Comunista; como apela para que se faça amizade com o Japão, todos devemos resistir ao Japão. Devemos apoiar tudo o que o inimigo combate e combater tudo o que o inimigo apoia. Nos artigos que redigem, muitos citam frequentes vezes a frase seguinte: “que os teus actos não aflijam os teus amigos nem regozijem os teus inimigos”. A frase é de Tchu Fu, general de Liu Siu, na dinastia dos Han de Leste. Numa carta a Pem Tchom, prefeito do distrito de lu-iam, ele escreveu: “Em todas as tuas empresas não faças seja o que for que possa afligir os teus amigos e regozijar os teus inimigos”. Com isso Tchu Fu exprimia um princípio político claro e definido que jamais deveremos esquecer.

A vossa lista contém ainda uma pergunta sobre a posição do Partido Comunista relativamente às fricções. Posso dizer-vos francamente que estamos em oposição absoluta a todas as fricções entre partidos e grupos políticos anti-japoneses, pois isso só enfraquece. Contudo, se al-

guém for arbitrário para connosco, tentar maltratar-nos ou recorrer à repressão, o Partido Comunista adoptará uma posição das mais firmes: se não nos atacarem não atacaremos, se nos atacarem seguramente que contra-atacaremos. Atemo-nos firmemente à legítima defesa, nenhum comunista está autorizado a transgredir esse princípio.

Pergunta: Como se apresenta, no Norte da China, o problema das fricções?

Resposta: Aí, Tcham Im-vu e Tchin Tchi-jum tornaram-se mestres na arte de provocar fricções. Tcham Im-vu, no Hopei, e Tchin Tchi-jum, no Xantum, conduzem-se sem fé nem lei e o seu comportamento em pouco difere do dos traidores. Fazem guerra raramente ao inimigo e frequentemente ao VIII Exército. Nós já remetemos ao presidente do Conselho Militar, Tchiang Kai-chek, um grande número de provas irrefutáveis sobre isso, como por exemplo a ordem de Tcham Im-vu prescrevendo aos seus subordinados o ataque ao VIII Exército.

Pergunta: Tem havido fricções com o Novo IV Exército?

Resposta: Sim, tem havido. O Incidente Sangrento de Pinqiam foi um grande acontecimento que chocou todo o país. Pergunta: Alguns dizem que a Frente Única é algo importante mas, no interesse da unificação, o Governo da Região Fronteiriça deve ser suprimido. Que pensa sobre isso?

Resposta: Tolices ouvem-se um pouco por toda a parte, o que se diz sobre a supressão da região fronteiriça é um exemplo disso. A região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia é uma base anti-japonesa, democrática e, do ponto de vista político, constitui a região mais avançada do país.

Por que razão pois eliminá-la? Aliás, ela foi reconhecida há já muito pelo presi-dente do Conselho Militar, Tchiang Kai-chek, e uma decisão oficial foi adoptada a esse respeito pelo Conselho Executivo do Governo Nacional, no Inverno do ano 26 da República. É certo que a China sente necessidade de unificação, mas isso tem que ser numa base de resistência, união e progresso. Se se tenta unificá-la na base contrária, a China é subjugada.

Pergunta: Uma vez que a unificação é entendida diferentemente, existe então possibilidade de ruptura entre o Kuomintang e o Partido Comunista?

Resposta: Se se fala apenas de possibilidades, a união apresenta-se tão possível como a ruptura. Tudo depende da posição do Kuomintang e do Partido Comunista e, mais particularmente, da posição da totalidade do povo. Quanto a nós, comunistas, já tornámos desde há muito conhecida a nossa política de cooperação: não só desejamos uma cooperação durável mas ainda nos esforçamos por convertê-la em realidade. Diz-se que na Quinta Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang, o presidente do Conselho Militar, Tchiang Kai-chek, declarou por seu lado que as questões interiores não devem ser resolvidas pelas armas. Ante um inimigo possante, e à luz da experiência do passado, o Kuomintang e o Partido Comunista devem, em absoluto, estabelecer uma cooperação durável entre si e evitar a ruptura. Contudo, a fim de afastar definitivamente a possibilidade dessa ruptura, há que assegurar condições políticas para a cooperação; isso significa que se deve prosseguir até ao fim a resistência ao Japão e instaurar um regime democrático. Se se segue essa via, torna-se

possível manter a união e evitar a ruptura. Tudo depende do esforço conjunto dos dois partidos e da totalidade do povo, esforço que tem de ser feito. “Perseverar na resistência e opor-se à capitulação”, “perseverar na união e opor-se à ruptura”, “perseverar no progresso e opor-se à regressão”, tais são as três grandes palavras de ordem políticas que o nosso Partido formulou este ano, no seu Manifesto de 7 de Julho. Pensamos que só agindo nesse sentido a China poderá escapar à subjugação e rechaçar o inimigo. Não existe outro caminho.

## NOTAS

1 A Agencia Central de Informação era a agência oficial de informação do Kuomintang; o Saotampao era o órgão dos sectores militares do governo kuomintanista e o Sinmimpao, um dos porta-vozes da burguesia nacional.

2 Em O Programa de Construção Nacional, Sun Yat-sen dividiu a ordem da “construção nacional” em três períodos: o do poder militar, o da tutela política e o do poder constitucional. A camarilha reaccionária do Kuomintang, dirigida por Tchiang Kai-chek, utilizou durante muito tempo essa fórmula de Sun Yat-sen, sobre o “poder militar” e a “tutela política”, para justificar a sua ditadura contra-revolucionária e a denegação das liberdades ao povo.

3 No Inverno de 1924, assim que estalou pela segunda vez a guerra entre a camarilha dos caudilhos militares de Tchili e a de Fontien, Fom lu-siam, que fazia parte da primeira camarilha, recusou-se a lutar e regressou a Pequim, à testa das suas tropas, o que provocou a queda de Vu Pei-fu, caudilho militar da camarilha de Tchili. Por telegrama, Fom lu-siam convidou Sun Yat-sen a vir a Pequim. A 12 de Novembro este seguiu para o Norte. Dois dias antes da partida, em Cantão, publicou a “Declaração a propósito da Minha Partida para o Norte”, onde reafirmou a sua posição contra o impe-

rialismo e os caudilhos militares e apelou para a convocação duma assembleia nacional que solucionasse os problemas do país. Essa declaração foi aplaudida pela totalidade do povo.

## IDENTIDADE ENTRE OS INTERESSES DA UNIÃO SOVIÉTICA E DA HUMANIDADE INTEIRA

(28 de Setembro de 1939)

Com a aproximação do XXII aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, a Associação Cultural Sino-Soviética pediu-me que escrevesse um artigo. Partindo das minhas observações pessoais, gostaria de esclarecer umas quantas questões respeitantes à União Soviética e à China. E isso porque essas questões vêm sendo discutidas entre amplos sectores da população chinesa mas não me parece que se tenha chegado a conclusões precisas. Assim, talvez não seja inútil aproveitar a ocasião para submeter algumas das minhas opiniões à consideração dos que se interessam pela guerra na Europa e pelas relações sino-soviéticas.

Alguns afirmam que, encontrando vantagens no re-bentamento duma guerra mundial, a União Soviética não está pela manutenção da paz no mundo, tendo até contribuído para o desencadeamento da guerra actual por meio da conclusão do pacto de não agressão com a Alemanha, em vez de assinar um acordo de assistência mútua com a Inglaterra e a França. Essa afirmação é, a meu ver, errada. Desde sempre, a política exterior da União Soviética tem sido uma política de paz, que liga os interesses desse país aos da imensa maioria dos homens. Para edificar o socialismo, a União Soviética tinha

necessidade de manter a paz, consolidar as suas relações pacíficas com os demais países do mundo e prevenir uma guerra dirigida contra si; para assegurar a paz no mundo, ela tinha de deter a agressão pelos Estados fascistas, impedir que os chamados Estados democráticos provocassem a guerra e retardar no máximo o rebentamento duma guerra imperialista mundial. Durante longos anos a União Soviética consagrou esforços imensos à causa da paz mundial. Por exemplo, ingressou na Sociedade das Nações<sup>1</sup>, assinou pactos de assistência mútua com a França e a Checoslováquia<sup>2</sup>, e esforçou-se por concluir pactos de segurança com a Inglaterra e todos os países que desejassem a paz. Quando a Alemanha e a Itália agrediram conjuntamente a Espanha, e a Inglaterra, os Estados Unidos e a França adoptaram a política dita de “não intervenção”, política que na realidade deixava o campo livre à agressão germano-italiana, a União Soviética opôs-se à “não intervenção” e ajudou activamente as forças republicanas espanholas a resistir à agressão. Quando o Japão atacou a China, e a Inglaterra, os Estados Unidos e a França adoptaram a mesma política de “não intervenção”, a União Soviética não só concluiu um tratado de não agressão com a China como ainda lhe dispensou uma ajuda activa na resistência ao Japão. Na altura em que a Inglaterra e a França, favorecendo a agressão hitleriana, sacrificavam a Áustria e a Checoslováquia, ela fez tudo para desmascarar o fundo sinistro da política de Munique e propôs à Inglaterra e à França que se impedisse a extensão da agressão. Quando, na Primavera e Verão passados, questão polaca surgiu com toda a acuidade e o mundo ficou a dois dedos

da guerra, a União Soviética, a despeito de toda a má-fé de Chamberlain e Daladier, manteve negociações com a Inglaterra e a França durante mais de quatro meses, e esforçou-se por concluir com esses dois países um acordo de assistência mútua no sentido de impedir a guerra mundial. Todos os seus esforços foram, porém, barrados pela política imperialista dos governos inglês e francês, política de encorajamento, instigação e ampliação da guerra. Um golpe decisivo foi assim vibrado na causa da paz do mundo, estoirando finalmente a guerra mundial imperialista. Os governos da Inglaterra, Estados Unidos e França não tinham qualquer desejo sincero de impedi-la; pelo contrário, favoreceram-lhe o desencadeamento. A recusa em entender-se com a União Soviética, em concluir com esta um pacto de assistência mútua realmente eficaz, baseado na igualdade e na reciprocidade, provou que o que desejavam era a guerra e não a paz. Todos sabem que, no mundo de hoje, repelir a União Soviética é repelir a paz. Na própria Inglaterra, até Lloyd George, esse representante típico da burguesia, está consciente disso<sup>3</sup>. Foi nessas circunstâncias, num momento em que a Alemanha se declarava disposta a pôr fim às suas actividades anti-soviéticas, a renunciar ao “pacto anti-komin-tern” e a reconhecer a inviolabilidade das fronteiras soviéticas, que se assinou o pacto de não agressão entre a URSS e a Alemanha. A intenção da Inglaterra, Estados Unidos e França era empurrar a Alemanha para um ataque à União Soviética, esperando, quanto a si, “observar o combate dos tigres, do alto da montanha”, deixar os dois países esgotar-se mutuamente, para entrarem depois em cena e resolverem as coisas à sua

maneira. O pacto soviético-alemão de não agressão frustrou essa conspiração. Alguns dos nossos compatriotas não atentaram na conspiração e intrigas do imperialismo anglo-francês, que encorajava e empurrava para a guerra, apressando o respectivo desencadeamento, e deixaram-se inteiramente colher pela propaganda melosa dos conspiradores. Os conspiradores não tinham a menor intenção de impedir as agressões contra a Espanha, China, Áustria e Checoslováquia; pelo contrário, encorajaram-nas e instigaram à guerra, no intuito de desempenharem o papel do pescador da fábula, que sabia beneficiar do combate entre a ostra e a garça. E por eufemismo chamavam “não intervenção” a algo que, na realidade, não era mais que um “observar o combate dos tigres, do alto da montanha”. Quantas pessoas no mundo não foram enganadas pelas doces palavras de Chamberlain e Comparsas, não descobriram o punhal que se escondia por detrás dos sorrisos destes, não compreenderam que a União Soviética concluirá um pacto de não agressão com a Alemanha apenas quando Chamberlain e Daladier estavam já decididos a rejeitar-lhe as propostas e a lançar-se numa guerra imperialista! É tempo de abrirem os olhos. O facto de a União Soviética ter defendido até ao último minuto a paz mundial constitui uma prova da identidade de interesses entre a União Soviética e a imensa maioria dos homens. Essa era a primeira questão que desejava tratar. Agora que estourou a Segunda Guerra Mundial imperialista, dizem alguns, a União Soviética vai provavelmente tomar posição em favor dum dos beligerantes; dito doutro modo, o Exército Vermelho Soviético está pronto

a aderir à frente do imperialismo alemão. Eu considero errada essa opinião. Tanto do lado anglo-francês como do lado alemão, a guerra que acaba de estourar é uma guerra injusta, de rapina, imperialista. Os Partidos Comunistas e os povos do mundo inteiro devem levantar-se contra ela; devem desmascarar o carácter imperialista das duas partes beligerantes, quer dizer, mostrar que essa guerra, longe de responder aos interesses dos povos do mundo, só os prejudica. Devem denunciar o comportamento criminoso dos partidos social-democratas de apoio à guerra imperialista e traição aos interesses do proletariado. Sendo a União Soviética um país socialista, com um Partido Comunista no poder, a sua atitude frente à guerra apresenta necessariamente duas características claras: 1) Recusa absoluta de participação nas guerras injustas, de rapina, imperialistas, ao lado do estrito respeito pela neutralidade face aos beligerantes. Por isso é que jamais o Exército Vermelho Soviético se juntará, com desprezo pelos princípios, a uma ou outra das duas frentes imperialistas. 2) Apoio activo às guerras justas, não espolia-doras, de emancipação. Por exemplo, foi a URSS quem ajudou o povo chinês na Expedição do Norte, já lá vão treze anos, bem como o povo espanhol na resistência à Itália e à Alemanha, há um ano; tem prestado uma ajuda ao povo chinês, na Guerra de Resistência contra o Japão destes dois últimos anos, bem como ao povo mongol, na luta contra a agressão japonesa durante estes últimos meses; do mesmo modo ela há-de apoiar seguramente as guerras que estoureem noutros países, em libertação do povo ou para a libertação nacional, assim como apoiará inevitavelmente as

guerras que contribuam para a defesa da paz. Isso foi confirmado pela sua história, ao longo destes vinte e dois últimos anos, e há-de sê-lo nova-mente pelos acontecimentos que sobrevirão. Alguns consideram as trocas comerciais entre a URSS e a Alemanha, realizadas na base dum acordo comercial, como um acto de participação na guerra pelo lado da Alemanha. Essa opinião é igualmente falsa, pois confunde comércio e participação na guerra. Não se deve confundir comércio com participação na guerra nem com prestação de ajuda. Por exemplo, durante a guerra de Espanha, a União Soviética tinha comércio com a Alemanha e a Itália, mas nem por isso se dizia que as apoiava na agressão contra a Espanha; pelo contrário, dizia-se que apoiava a Espanha na luta contra a agressão, e isso pela razão simples de que realmente ajudava a Espanha. Outro exemplo: enquanto prossegue a guerra entre a China e o Japão, a União Soviética tem igualmente comércio com o Japão; contudo, ninguém no mundo pretende que esteja a ajudar a agressão japonesa à China; pelo contrário, diz-se que ajuda a China na resistência à agressão japonesa, e diz-se porque a Rússia ajuda efectivamente a China. Actualmente a União Soviética tem comércio com as duas partes empenhadas no conflito mundial, mas não podem considerar-se essas trocas como ajuda a este ou àquele dos dois beligerantes, e muito menos como participação na guerra. Ela não poderá dispensar ajuda nem participar na guerra a não ser no caso de esta mudar de carácter, quer dizer, se a guerra que faz um país ou grupo de países sofre transformações tais que se converte em vantagem para a União Soviética e para os

povos do mundo inteiro. De contrário, ela não o fará. Quanto às diferenças que a União Soviética é obrigada a estabelecer no volume e condições do seu comércio com certas das potências beligerantes, é algo que decorre da atitude, amiga ou hostil, dessas potências frente à União Soviética. É da responsabilidade exclusiva destas últimas e não da União Soviética. Contudo, mesmo no caso em que um país ou grupo de países tenha uma atitude anti-soviética, como a Alemanha até 23 de Agosto, a União Soviética não interromperá as relações comerciais enquanto esse país ou grupo de países desejar manter relações diplomáticas e concluir tratados de comércio com ela, e não lhe declarar guerra. Tais relações comerciais nem constituem ajuda nem, por maior razão, participação na guerra. É necessário compreender bem isso. Era a segunda questão que queria tratar.

Entre nós, muitos ficaram desconcertados com a entrada das tropas soviéticas na Polónia<sup>1</sup>. Convém apreciar a questão polaca a partir de distintos pontos de vista, do ponto de vista da Alemanha, da Inglaterra e da França, do governo polaco, do povo polaco e da União Soviética. A Alemanha guerreia para espoliar o povo polaco e quebrar um dos flancos da frente imperialista anglo-francesa. Essa guerra é de carácter imperialista, impõe-se pois que a combatamos e não que simpatizemos com ela. Quanto à Inglaterra e à França, elas não viam na Polónia senão um objecto de pilhagem para o seu capital financeiro; utilizaram-na para barrar a tentativa imperialista alemã de obtenção duma nova partilha do produto da rapina mundial; fizeram dela um dos flancos da sua frente imperialista. Assim, a guerra que fazem é

imperialista e a pretensa ajuda à Polónia não tinha outro objectivo senão a disputa à Alemanha da dominação sobre esta. Consequentemente, é de igual modo uma guerra que se deve combater, com a qual não se pode simpatizar. No que respeita ao governo polaco, tra-tava-se dum governo fascista, o governo reaccionário dos senhores de terras e da burguesia. Explorava ferozmente os operários e os camponeses e oprimia os democratas. Era, ademais, um governo dos chau-vinistas gran-polacos, que fazia pesar uma opressão cruel sobre numerosas minorias nacionais, por exemplo de ucranianos, bielorrussos, judeus, alemães, lituanianos e outras nacionalidades não polacas, um total pois de mais de dez milhões de indivíduos. De si mesmo era um governo imperialista. Na guerra, o governo reaccionário da Polónia acedeu complacentemente em forçar o povo polaco a servir de carne de canhão para o capital financeiro da Inglaterra e da França; consentiu complacentemente na própria con-versão em sector da frente reaccionária do capital financeiro internacional. Durante vinte anos, o governo polaco tomou sempre posição contra a União Soviética e, durante as negociações anglo-franco-soviéticas, rejeitou categoricamente a ajuda das tropas soviéticas. Além disso, esse governo era de todo incapaz; o seu enorme exército, mais de um milhão e quinhentos mil homens, desmoronou-se ao primeiro choque. Em duas semanas apenas, consumou a ruína do país e deixou o povo polaco sob a bota do imperialismo alemão. Tais são os crimes horrendos do governo polaco; estará portanto incorrecto simpatizarmos com ele. Quanto ao povo polaco, esse é que é a vítima; e deve erguer-se contra a

opressão fascista alemã, contra as classes reaccionárias dos senhores de terras e da burguesia do país, a fim de edificar um Estado polaco democrático, independente e livre. É sem dúvida para o povo polaco que tem de dirigir-se a nossa simpatia. No que respeita à União Soviética, os seus actos foram inteiramente justos. Dois problemas se lhe apresentavam. Primeiro: havia que deixar a Polónia inteira cair sob o controle do imperialismo alemão ou havia que ajudar as minorias nacionais da Polónia oriental a libertarem-se? Ela escolheu a segunda solução. Em 1918, pelo Tratado de Brest-Litovsk, o imperialismo alemão havia arrancado ao jovem Estado Soviético extensos territórios povoados de bielorrussos e ucranianos, territórios que mais tarde o Tratado de Versalhes entregou, arbitrariamente, ao governo reaccionário da Polónia. Hoje, a União Soviética não faz mais que recuperar os territórios perdidos e libertar os bielorrussos e ucranianos oprimidos, para preservá-los do jugo alemão. As notícias dos últimos dias mostram com que entusiasmo e carinho essas minorias acolhem o Exército Vermelho como sendo os seus libertadores, ao passo que nada de semelhante se diz a respeito dos territórios da Polónia ocidental ocupados pelo exército alemão, nem das regiões ocupadas pelas tropas francesas no oeste da Alemanha. Tudo isso mostra como a guerra feita pela URSS é uma guerra justa, não espoliadora, uma guerra de libertação que ajuda as nações pequenas e fracas a emancipar-se e os povos a libertar-se. Em contrapartida, a guerra que a Alemanha faz, a guerra da Inglaterra e da França, são guerras injustas, guerras de rapina, guerras imperialistas para oprimir outras nações

e outros povos. O segundo problema que se apresentava à União Soviética resultava dos esforços de Chamberlain para continuar na sua velha política anti-soviética. Eis no que consistia tal política: primeiro, bloquear em grande escala a fronteira ocidental da Alemanha e exercer sobre esta uma pressão desde o oeste; segundo, procurar aliar-se aos Estados Unidos e assoldar a Itália, o Japão e os países nórdicos, a fim de trazê-los para o lado da Inglaterra, isolando a Alemanha; terceiro, seduzir a Alemanha, oferecendo-lhe a Polónia e mesmo prometendo-lhe como presente a Hungria e a Roménia. Em resumo, Chamberlain recorria a ameaças e a promessas de todo o tipo para incitar a Alemanha a denunciar o pacto de não agressão soviético-germânico e a voltar os seus canhões contra a União Soviética. Essas intrigas, aliás, não pertencem apenas ao passado, pois prosseguem ainda hoje e não de continuar no futuro. A entrada do poderoso exército soviético na Polónia oriental não visava apenas permitir à União Soviética a recuperação dos seus territórios e a libertação das nacionalidades pequenas e fracas que aí vivem, pois constituía, ao mesmo tempo, uma medida concreta para travar a progressão das forças de agressão alemãs para leste e frustrar as manobras de Chamberlain. A julgar pelas informações dos últimos dias, essa política da União Soviética resultou inteiramente bem. Foi assim que se traduziu de modo concreto a identidade entre os interesses da União Soviética e os da imensa maioria dos homens, a identidade entre os interesses da União Soviética e os do povo oprimido pelo regime reaccionário polaco. Era a terceira questão que queria tratar.

A situação geral que se criou após a assinatura do pacto de não agressão soviético-germânico representou um golpe para o Japão e uma ajuda para a China, reforçou no interior do nosso país as posições da resistência anti-japonesa e abalou as posições dos capitulacionistas. Foi inteiramente justo que o povo chinês tivesse aplaudido esse pacto. Contudo, desde a conclusão do armistício de Xomong--as agências de notícias inglesas e norte-americanas--empenham-se em propagar rumores no sentido de

que, para breve, a conclusão dum pacto de não agressão entre a URSS e o Japão, o que suscitou inquietações no seio do povo chinês, chegando alguns a supor que a União Soviética iria interromper a ajuda à China. Eu penso que essa suposição é falsa. O armistício de Xomonghan tem o mesmo carácter que o anterior «armistício de Tchancufum», quer dizer que, obrigados a reconhecer a inviolabilidade das fronteiras soviéticas e a reconhecer a sua ajuda à China. Quanto ao pacto de não agressão nipónico-soviético, a União Soviética vem insistindo há anos pela respectiva conclusão, mas o Japão tem-se sempre recusado. Presentemente, um sector das classes dominantes japonesas tenta, junto da União Soviética, obter a conclusão desse pacto. Seja como for, na sua decisão por ou contra tal pacto, a União Soviética há-de determinar-se segundo o princípio fundamental de saber se ele responde aos interesses da imensa maioria dos homens, quer dizer, em termos concretos, se o pacto não entra

em conflito com os interesses da guerra de libertação nacional da China. Em minha opinião, se se julga pelo relatório apresentado por Estaline ao XVIII Congresso do Partido Comunista da URSS, em 10 de Março último, e pelo discurso de Molotov no Sovicte Supremo da URSS, em 30 de Maio, a União Soviética não se afastará desse princípio fundamental. De todos os modos, mesmo que o pacto tenha de ser concluído, é certo que esta não aceitará cláusulas susceptíveis de limitar a sua acção de ajuda à China. Longe de entrarem em conflito com os interesses da libertação nacional da China, os interesses da União Soviética identificar-se-ão sempre com estes. Penso que não existem dúvidas a esse respeito. Os adversários sistemáticos da União Soviética utilizam a conclusão do armistício de No-monghan e os rumores sobre a conclusão para breve dum pacto de não agressão nipo-soviético, para semearem a confusão e prejudicarem o bom entendimento entre os dois grandes povos, da China e da União Soviética. É nisso que se engenam os conspiradores da Inglaterra, Estados Unidos e França, e os capitulacionistas da China. Trata-se pois dum grande perigo, torna-se necessário desmascarar completamente essa baixa intriga. Como é de todo evidente, a política exterior da China deve ser uma política de resistência ao Japão. Isso significa que devemos essencialmente apoiar-nos nas nossas próprias forças, ao mesmo tempo que não descuramos qualquer das possibilidades de assegurar-nos uma ajuda exterior. Agora que a guerra mundial imperialista já estalou, essa ajuda provém essencialmente de três fontes: 1) da União Soviética socialista; 2) dos povos dos países capitalistas; 3) das nações

oprimidas das colónias e semi-colónias. Só esses ajudam firmemente. Qualquer outra ajuda, ainda que se torne efectiva, não pode ser considerada senão como adicional e temporária. Claro que é igualmente necessário tentar obter essas ajudas, mas há que não contar muito sobre elas, nem considerá-las seguras. A China deve observar uma rigorosa neutralidade com relação às potências beligerantes na guerra imperialista, não deve associar-se a esta ou aquela das duas partes. A opinião segundo a qual o nosso país deveria participar da frente imperialista anglo-francsa é professada pelos capitulacionistas; ela não favorece a Guerra de Resistência contra o Japão nem a causa de independência e libertação da nação chinesa, pelo que deve ser categoricamente rejeitada. Era a quarta questão que queria tratar.

As questões que acabam de examinar-se são, actualmente, objecto de viva discussão entre os nossos compatriotas. É bom que estejam dispensando atenção ao estudo dos problemas internacionais, às relações entre a guerra mundial imperialista e a Guerra de Resistência travada pela China, tanto como às relações entre a URSS e a China, uma vez que o objectivo único é a vitória da China sobre o invasor japonês. Exprimi aqui o essencial do que penso sobre essas questões e espero que os leitores se disporão a dar-me a conhecer a sua opinião.

## NOTAS

1 Organização criada depois da Primeira Guerra Mundial, pela Inglaterra, França, Japão e outras potências imperialistas, com vistas à obtenção dum acordo sobre a partilha do mundo e à solução, no momento, das contradições que opunham essas potências. O Japão imperialista, que ocupara o Nordeste da China em 1931, anunciou a sua retirada da Sociedade das Nações em 1933, para ficar com as mãos livres para ampliar a sua agressão. Nesse mesmo ano, assim que o partido fascista usurpou o poder na Alemanha, esta abandonou por seu turno a Sociedade das Nações, a fim de preparar-se livremente para a guerra de agressão. Foi em 1934, num momento em que aumentava dia a dia a ameaça de guerra de agressão fascista, que a URSS entrou para a Sociedade das Nações, convertendo assim esse instrumento de entendimento para a partilha do mundo pelos imperialistas, num instrumento susceptível de servir a paz. Em 1935 a Itália invadiu a Abissínia e abandonou igualmente a Sociedade das Nações.

2 Pactos concluídos em 1935.

3 Lloyd George, um dos líderes do partido liberal da burguesia inglesa. Durante as negociações anglo-franco-soviéticas, declarou no Parlamento: “rejeitar as propostas da União Soviética equivale a rejeitar a paz”.

4 No dia 1 de Setembro de 1939, as tropas alemãs invadiram a Polónia e ocuparam a maior parte do território desta. A 17 de Setembro o governo reaccionário da Polónia fugiu para o estrangeiro; nesse mesmo dia as tropas soviéticas entraram na Polónia oriental, a fim de recuperarem o seu próprio território, libertar minorias nacionais oprimidas — ucraniana e bielo-russa — e impedir o avanço agressivo dos fascistas alemães para leste.

5 Em Maio de 1939, as tropas japonesas e as do governo fanático do “Mandjoucuo” atacaram as forças da União Soviética e da República Popular da Mongólia, em Nomonghan, fronteira do “Mandjoucuo” com a Mongólia, sofrendo uma pesada derrota frente à heróica resposta das tropas soviético-mongóis batendo-se

em legítima defesa. O Japão e o “Mandjoucuo” solicitaram então um armistício junto da União Soviética. Em Setembro desse mesmo ano, assinou-se em Moscovo o armistício de Nomonghan, cujo conteúdo principal foi o seguinte: 1) cessação imediata das hostilidades entre as duas partes; 2) criação duma comissão de quatro representantes, dois por cada uma das partes, a fim de delimitar a fronteira entre a República Popular da Mongólia e o “Mandjoucuo”, na zona do conflito.

6 Em fins de Julho e começos de Agosto de 1938, as tropas japonesas passaram à realização de ataques provocadores contra as forças soviéticas, na região de Tchancufum, na intercepção das fronteiras da China com as da União Soviética e Coreia. O vigoroso contra-ataque das forças soviéticas derrotou os japoneses, que pediram a paz. Em 11 de Agosto, assinou-se em Moscovo o armistício de Tchancufum, prevendo a cessação imediata das hostilidades e a formação duma comissão mista, composta de dois representantes da URSS e dois do Japão e “Mandjoucuo”, para proceder ao estudo da questão fronteiriça e estabelecer o respectivo traçado definitivo.

## APRESENTAÇÃO DE O COMUNISTA

(4 de Outubro de 1939)

Desde há muito que o Comité Central projectava a publicação duma revista interna do Partido. Esse projecto está, enfim, materializado. Um tal periódico era necessário à construção dum Partido Comunista da China bolchevizado, de escala nacional e carácter de grandes massas, um partido bem consolidado nos planos ideológico, político e de organização. Essa necessidade era mais evidente na situação actual que se caracteriza, por um lado, pelo perigo de capitulação, ruptura e regressão no seio da Frente Única Nacional Anti-japonesa, perigo diariamente crescente e, por outro lado, pelo facto de o nosso Partido, ultrapassados os seus estreitos limites, ter-se tornado num grande Partido à escala nacional. A tarefa do Partido é mobilizar as massas para superar o perigo de capitulação, ruptura e regressão referido e preparar-se para enfrentar todas as eventualidades possíveis, evitando-se que o Partido e a revolução sofram perdas imprevisíveis. Uma revista interna do Partido era, sem dúvida, absolutamente necessária num momento como este. A nossa revista interna chama-se O Comunista. Qual a sua tarefa? Que artigos deve publicar? Em que aspecto ela difere das demais publicações do Partido?

A sua tarefa é ajudar a construir um Partido Comunista da China bolchevizado, de escala nacional e carácter de grandes massas, um partido bem consolidado nos pla-

nos ideológico, político e de organização. A construção de tal partido é um imperativo para a vitória da revolução chinesa e, para isso, estão dum modo geral reunidas já as condições objectivas e subjectivas. É um facto que essa grande tarefa já está em vias de realização. Era necessária uma revista especial do Partido para ajudar a cumprir essa grande tarefa, acima das possibilidades duma publicação vulgar do Partido. Essa a razão por que O Comunista é agora publicado.

Em certa medida, o nosso Partido já tem um carácter nacional e também de massas, e é já um partido bolchevizado, consolidado no plano ideológico, político e de organização, isto se atendermos à sua ossatura dirigente, a certos dos elementos do Partido, à linha geral e ao trabalho revolucionário.

Por que razão pois nos propomos hoje uma nova tarefa? A razão é que, actualmente, temos muitas organizações novas, formadas por numeroso grupo de novos membros, as quais não podem no entanto considerar-se organizações de grandes massas, consolidadas no campo ideológico, político e de organização, nem bolchevizadas. Por outro lado temos que enfrentar a questão de elevar o nível dos velhos militantes do Partido e consolidar o bolchevizar ainda mais as antigas organizações, no plano ideológico, político e de organização. As circunstâncias em que se encontra hoje o Partido e as tarefas que tem de enfrentar são bem diversas das dos períodos das guerras civis revolucionárias; as circunstâncias presentes são muito mais complexas e as tarefas actuais muito mais difíceis.

Hoje encontramos-nos no período de frente única na-

cional, formamos uma frente única com a burguesia; é o período da Guerra de Resistência contra o Japão, e as forças armadas do Partido, na frente, em coordenação com os exércitos amigos, sustentam uma guerra encarniçada contra o inimigo; é um período de expansão do nosso Partido, que está a transformar-se num grande Partido à escala nacional e já deixou de ser o que era antes. Examinando essas circunstâncias e as respectivas interligações, compreenderemos que gloriosa e séria é a tarefa que nos propusemos de “construir um Partido Comunista da China bolchevizado, de escala nacional e carácter de grandes massas, um partido bem consolidado nos planos ideológico, político e de organização”. Queremos construir um tal partido. Mas como levar a efeito esse trabalho? A solução desse problema é inseparável da história do nosso Partido, da história dos seus dezoito anos de luta.

De 1921, ano em que se realizou o I Congresso Nacional, até hoje, o nosso Partido percorreu dezoito anos de história. Durante esse período o nosso Partido travou numerosas batalhas importantes. Nelas se forjaram os membros, os quadros e as organizações do Partido, os quais conquistaram grandes vitórias na revolução, embora sofrendo também sérias derrotas. Formou-se uma frente única nacional com a burguesia e, após a ruptura dessa frente, sustentaram-se duras lutas armadas contra a grande burguesia e aliados. Nos últimos três anos temos estado a viver novamente um período de frente única nacional com a burguesia. A revolução chinesa e o Partido Comunista da China desenvolveram-se no meio dessas complicadas relações com a burguesia chinesa.

Isso constitui uma particularidade histórica, uma característica do processo da revolução nas colónias e scmi-colónias, que não existe na história da revolução em qualquer dos países capitalistas. Por outro lado, a China é um país semi-colonial e semi-feudal que apresenta um desenvolvimento político, económico e cultural desigual e possui um território imenso, onde predomina a economia de tipo semi-feudal. Daí resulta que o carácter da revolução chinesa na fase actual é o da revolução democrático-burguesa, os seus alvos principais são o imperialismo e o feudalismo, as forças motrizes essenciais da revolução são o proletariado, a classe camponesa e a pequena burguesia urbana, participando também na revolução, em certos períodos e limites, a burguesia nacional, e a forma principal da luta revolucionária na China é a luta armada. Podemos dizer que a história do nosso Partido é a história da luta armada. O camarada Estaline salientou: “Na China, a revolução armada luta contra a contra--rcvolução armada. Essa é uma das características e uma das vantagens da revolução chinesa.”<sup>1</sup> Essa observação está rigorosamente certa. Essa particularidade, própria da China semi-colonial, não existe na história das revoluções chefiadas pelos Partidos Comunistas dos países capitalistas; por outras palavras, ela marca a diferença entre a revolução na China e a revolução nos países capitalistas. Assim, a formação duma frente única nacional revolucionária do proletariado e burguesia, ou a imposição da ruptura dessa frente ao proletariado, em primeiro lugar, e a luta armada como forma principal da revolução, em segundo lugar, tornaram-se nas duas características particulares fundamentais do

processo da revolução democrático-burguesa na China. Aqui nós não con-siderámos como particularidade fundamental as relações do Partido com a classe camponesa e a pequena burguesia urbana, porque, primeiro, essas relações são em princípio as mesmas que mantêm todos os Partidos Comunistas do mundo e, segundo, porque, quando se fala de luta armada na China, fala-se essencialmente da guerra dos camponeses, sendo que as íntimas relações do Partido com a guerra dos camponeses definem de facto as relações com a própria classe camponesa.

Em virtude dessas duas características fundamentais, justamente por causa delas, a construção do Partido e respectiva bolchevização realizam-se em circunstâncias especiais. Os reveses ou os êxitos do Partido, os seus retrocessos ou avanços, a redução ou ampliação das suas fileiras e o seu desenvolvimento e consolidação não podem deixar de estar ligados às relações do Partido com a burguesia e com a luta armada. Quando a linha política do Partido resolve acertadamente a questão do estabelecimento duma frente única com a burguesia, ou da forçada ruptura desta, o Partido dá um passo em frente no seu desenvolvimento, consolidação e bolchevização. Pelo contrário, se o problema das relações com a burguesia é resolvido de forma incorrecta, o Partido dá um passo atrás no seu desenvolvimento, consolidação e bolchevização. Do mesmo modo, quando considera correctamente o problema da luta armada revolucionária, o Partido dá um passo em frente nos três domínios mencionados e se esse problema é considerado de forma incorrecta, dá um passo atrás nesse desenvolvimento, con-

solidação e bolchevização. Durante os últimos dezoito anos, a edificação e bolchevização do Partido têm estado intimamente ligadas à linha política deste, à maneira justa ou errada de encarar as questões da frente única e da luta armada. Os dezoito anos de vida do Partido confirmam de forma bem clara essa afirmação. Reciprocamente, quanto mais se bolcheviza o Partido, tanto melhor se pode determinar correctamente a sua linha política e melhor resolver os problemas da frente única e da luta armada. É evidente que a afirmação está também confirmada pelos dezoito anos de história do Partido.

A frente única, a luta armada e a edificação do Partido são pois as três questões fundamentais que interessam ao nosso Partido na revolução chinesa. Compreender correctamente essas três questões e as suas inter-relações, significa dar uma direcção justa a toda a revolução chinesa. Nós somos agora capazes de chegar a conclusões justas sobre essas três questões porque possuímos a rica experiência dos dezoito anos de história do nosso Partido, a experiência rica e profunda das derrotas e das vitórias, das retiradas e dos avanços, da redução e da expansão. Isso significa que agora estamos aptos a resolver correctamente as questões da frente única, da luta armada e da edificação do Partido. E significa também que os dezoito anos de experiência nos ensinaram que a frente única, a luta armada e a edificação do Partido são tesouros do Partido Comunista da China, os seus três tesouros principais para derrotar o inimigo na revolução chinesa. Isso representa um grande sucesso do Partido Comunista da China e da revolução chinesa.

Agora, vejamos em síntese o que são esses três tesouros,

essas três questões.

Nos últimos dezoito anos, a Frente Única do proletariado chinês com a burguesia e outras classes desenvolveu-se em três situações diferentes, constituindo três etapas diferentes: A Primeira Grande Revolução de 1924 a 1927, a Guerra Revolucionária Agrária de 1927 a 1937 e a actual Guerra de Resistência contra o Japão. A história dessas três etapas confirmou as leis seguintes:

1) A burguesia nacional chinesa pode tomar parte na luta contra o imperialismo e contra os caudilhos militares feudais, em determinados períodos e em certos limites, porque a opressão estrangeira é a maior opressão que esmaga a China. Por isso, em tais períodos, o proletariado deve formar uma frente única com a burguesia nacional e mantê-la tanto quanto possível.

2) Noutras condições históricas a burguesia nacional chinesa pode vacilar e trair, em virtude da sua debilidade económica e política. A composição da Frente Única revolucionária na China não permanece pois constante, está sujeita a modificações. A burguesia nacional participa na Frente Única em certas ocasiões e, noutras, não participa.

3) A grande burguesia chinesa compradora está ao serviço directo do imperialismo e é uma classe alimentada por este, constituindo portanto, invariavelmente, um alvo da revolução. Contudo, há no seio dessa burguesia diferentes grupos, dependentes de diferentes potências imperialistas, pelo que, quando as contradições entre essas potências se tornam mais agudas e a ponta de lança da revolução se dirige principalmente contra uma delas,

os vários grupos da grande burguesia dependentes das restantes potências imperialistas podem aderir, dentro de certos limites e durante um certo período, à luta contra a potência imperialista em causa. Em tais circunstâncias, com o objectivo de enfraquecer o inimigo e reforçar as próprias reservas, o proletariado chinês pode formar, segundo as possibilidades, uma frente única com esses vários grupos e mantê-la tanto quanto possível, desde que isso seja vantajoso para a revolução.

4) A grande burguesia compradora continua a ser muito reacçãoária mesmo quando participa na frente única e se empenha, com o proletariado, na luta contra o inimigo comum. Opõe-se obstinadamente a todo o progresso nos domínios ideológico, político e de organização do proletariado e respectivo Partido, tenta impor-lhes restrições e emprega tácticas corrosivas, como a mentira, a louvaminha, a “dissolução” e os ataques cerrados contra o proletariado e o Partido, tudo para preparar a capitulação ante o inimigo e romper a frente única.

5) O campesinato é o aliado firme do proletariado.

6) A pequena burguesia urbana constitui também um aliado seguro.

A validade dessas leis não foi apenas confirmada durante a Primeira Grande Revolução e durante a Revolução Agrária, está a sê-lo também na presente Guerra de Resistência. Consequentemente, para formar uma frente única com a burguesia (em especial com a grande burguesia) o partido político do proletariado tem de sustentar uma luta resoluta e rigorosa em duas frentes. Por um lado, torna-se necessário combater o erro que consiste em desprezar a possibilidade de a burguesia participar

na luta revolucionária em certas condições e em determinados períodos. O erro está em confundir-se a burguesia chinesa com a burguesia dos países capitalistas, é daí que resulta o desprezo da política de formação duma frente única com a burguesia e manutenção dessa frente tanto quanto possível. É a isso que se chama desvio de “esquerda,” atitude de “porta fechada”. Por outro lado, impõe-se lutar contra o erro de identificar o programa, a política, a ideologia, a prática, etc, do proletariado com os da burguesia, esquecen-do-se a diferença de princípio que entre eles existe. Esse erro consiste em descurar que a burguesia — sobretudo a grande burguesia — procura, por todos os meios, influenciar não só a pequena burguesia e o campesinato mas também o proletariado e o Partido Comunista, tenta liquidar a independência ideológica, política e de organização destes e transformá-los em apêndices seus e do seu partido político, para usurpar-lhes os frutos da revolução, em proveito seu e do seu partido político. Esse erro consiste ainda em não se ter em conta que a burguesia — sobretudo a grande burguesia — trai a revolução logo que esta contraria os seus interesses egoístas e os do seu partido político. O desprezo de tais factos e oportunismo de direita. A característica do oportunismo de direita de Tchen Tu-siu consistia exactamente em levar o proletariado a adaptar-se aos interesses egoístas da burguesia e seu partido político. Essa foi a causa subjectiva do fracasso da Primeira Grande Revolução. O duplo carácter da burguesia chinesa na revolução democrático-burguesa influi profundamente sobre a linha política e a edificação do Partido Comunista da China. Sem compreender esse

duplo carácter da burguesia chinesa, é impossível compreender a linha política e o processo de edificação do Partido Comunista da China. Um elemento importante na linha política do Partido Comunista da China consiste em unir-se à burguesia e, ao mesmo tempo, lutar contra ela. Um elemento importante na edificação do Partido Comunista da China é a circunstância de este ter-se desenvolvido e forjado unindo-se à burguesia e, simultaneamente, lutando contra ela. União, aqui, quer dizer frente única com a burguesia, e luta significa luta “pacífica”, “não efusão de sangue”, no campo ideológico, político e de organização, durante os períodos de união com a burguesia; uma luta que passa a luta armada quando o Partido é obrigado a romper com a burguesia. Se o nosso Partido não souber unir-se à burguesia, em determinadas circunstâncias, não poderá progredir e a revolução não poderá avançar. Se o Partido não souber conduzir, resoluta e rigorosamente, uma luta “pacífica” contra a burguesia quando estiver em união com ela, desunir-se-á no plano ideológico, político e de organização, e a revolução caminhará para a derrota. E se, quando forçado a romper com a burguesia, não passar firme e seriamente à luta armada contra ela, igualmente o Partido se desunirá e a revolução fracassará. Tudo isso está confirmado pela história dos últimos dezoito anos de luta.

A luta armada conduzida pelo Partido Comunista da China é a guerra dos camponeses sob direcção do proletariado. A sua história pode também dividir-se em três etapas. A primeira é a da participação do Partido na Expedição do Norte. Nesse período, o Partido tinha

começado a compreender a importância da luta armada, ainda não a compreendia de todo. Ainda não tinha compreendido que a luta armada era a forma principal de luta da revolução chinesa. A segunda etapa foi a da Guerra Revolucionária Agrária. Nessa etapa o Partido tinha já criado as suas próprias forças armadas e aprendido a arte de conduzir a guerra de forma independente; estabelecera o poder popular e tinha criado bases de apoio. Directa ou indirectamente, o Partido já podia ordenar a luta armada — forma principal de luta — com as muitas outras formas necessárias de luta, quer dizer, o Partido podia, em escala nacional, coordenar directa ou indirectamente a luta armada com a luta dos operários, camponeses — que era o principal —, jovens, mulheres, todas as demais lutas populares, a luta pelo poder, a luta na frente económica, na frente contra os traidores, na frente ideológica e outras formas de luta. E essa luta armada não era outra senão a luta dos camponeses pela revolução agrária, sob direcção do proletariado. A terceira etapa é a actual Guerra de Resistência contra o Japão. Nela nós apodemos servir-nos da experiência ganha na luta armada durante a primeira etapa e, sobretudo, durante a segunda, bem como podemos igualmente servir-nos da experiência da coordenação da luta armada com todas as outras formas necessárias de luta. A concepção geral sobre a luta armada é, presentemente, a guerra de guerrilhas<sup>2</sup>. O que é a guerra de guerrilhas? É a indispensável, portanto a melhor, forma de luta que as forças armadas populares dum país atrasado ou dum grande país semi-colonial devem empregar durante longo período, para vencer o inimigo armado e criar as suas

próprias posições fortificadas. Até agora, a linha política e a edificação do nosso Partido têm estado intimamente ligadas a essa forma de luta. Separando-as da luta armada, da prática da guerra de guerrilhas, torna-se impossível compreender a nossa linha política e, do mesmo passo, a edificação do Partido. Um dos componentes mais importantes da nossa linha política é exactamente a luta armada. Ao longo de dezoito anos o nosso Partido aprendeu progressivamente a conduzir essa forma de luta armada e a praticá-la com perseverança. Nós sabemos que na China, sem luta armada não há lugar para o proletariado, para o povo e para o Partido Comunista, e não há vitória da revolução. Foi através das guerras revolucionárias destes últimos dezoito anos que o nosso Partido se desenvolveu, consolidou o bolchevizou; sem essa luta armada não existiria o Partido Comunista que existe hoje. Os camaradas do Partido não devem de modo algum esquecer essa experiência que pagámos com o próprio sangue.

O caminho percorrido na edificação, expansão, consolidação e bolchevização do Partido define-se igualmente em três etapas.

A primeira é a da infância do Partido. No começo, até aos meados dessa etapa, a linha do Partido era justa e a actividade revolucionária dos seus membros e quadros apresentava um nível muitíssimo elevado, facto que determinou as vitórias conquistadas na Primeira Grande Revolução. Mas, fosse como fosse, o Partido estava na infância; faltava-lhe experiência quanto a três questões fundamentais, frente única, luta armada e edificação do Partido; era um Partido que não conhecia muito bem as

condições históricas e sociais da China nem as características e as leis da revolução chinesa; enfim, era um Partido que não possuía ainda uma concepção perfeita da unidade entre a teoria marxista-leninista e a prática da revolução chinesa. Foi por isso que, na fase final dessa etapa, no momento mais crítico, os elementos que ocupavam uma posição predominante na direcção do Partido não conseguiram conduzi-lo à consolidação das vitórias revolucionárias e foram enganados pela burguesia, do que resultou o fracasso da revolução. Durante essa etapa, as organizações do Partido desenvolveram-se, mas não se consolidaram nem conseguiram que os membros e quadros do Partido ganhassem firmeza ideológica e política. Os novos membros eram bastante numerosos mas não se lhes deu a necessária educação marxista-leninista. As experiências práticas não eram poucas, mas não foram correctamente sintetizadas. Numerosos arrivistas tinham-se infiltrado no Partido, e não foram expurgados. Perdido no labirinto de conluios e intrigas dos seus inimigos e aliados, o Partido não exercia vigilância. Era grande o número de elementos activos que se tinham revelado no Partido, mas não se fez oportunamente deles a ossatura firme do Partido. Este tinha certas unidades armadas revolucionárias à sua disposição, mas era incapaz de mantê-las bem nas mãos. Tudo isso resultava da sua falta de experiência, da falta de conhecimentos profundos sobre a revolução e do não saber ainda combinar a teoria marxista-leninista com a prática da revolução chinesa. Tal foi a primeira etapa da edificação do Partido.

A segunda etapa é a da Guerra Revolucionária Agrária.

Graças à experiência adquirida na primeira etapa, à melhor compreensão das condições históricas e sociais da China e das características e leis da revolução chinesa, graças a uma melhor compreensão da teoria marxista-leninista por parte dos nossos quadros e a um melhor conhecimento, entre estes últimos, dos meios de combinar a teoria marxista-leninista com a prática da revolução chinesa, o nosso Partido foi capaz de dirigir com sucesso, durante dez anos, a luta revolucionária agrária. Embora a burguesia tivesse traído, o Partido soube apoiar-se solidamente no campesinato. As organizações do Partido puderam não só voltar a desenvolver-se mas também consolidar-se. Apesar de o inimigo tentar sabotar dia após dia o nosso Partido, este conseguiu sempre expulsar do seu seio os sabotadores. Um grande número de quadros surgiu novamente no Partido e converteu-se na respectiva ossatura central. O Partido abriu caminho para construir o poder popular e aprendeu assim a arte de governar o país. O Partido criou possantes forças armadas e aprendeu assim a arte da guerra. Tudo isso representou progresso e êxitos muito importantes realizados pelo Partido. Mas, no decurso dessa grande luta, alguns camaradas enterraram-se completa ou temporariamente no pântano do oportunismo. Isso resultou também do facto de não considerarem com modéstia a experiência do passado, conhecerem mal as condições históricas e sociais da China, bem como as características e as leis da revolução chinesa e não entenderem a ligação da teoria marxista-leninista com a prática da revolução chinesa. Assim, certos membros da direcção do Partido estavam incapacitados de manter a justa

linha política e a justa linha de organização no decurso dessa etapa. Em certo período o Partido e a revolução foram prejudicados pelo oportunismo de “esquerda” do camarada Li Li-san e, noutra altura, pelo oportunismo de “esquerda” praticado durante a guerra revolucionária e no trabalho nas regiões brancas. Só depois da Reunião de Tsuen-yi (reunião do Birô Político do Comité Central, em Janeiro de 1935, em Tsuen-yi, Cucidjou) é que o Partido entrou definitivamente na via da bolchevização e lançou as bases para a futura vitória sobre o oportunismo de direita de Tcham Cuo-tao e para a criação duma frente única nacional anti-japonesa. Tal foi a segunda etapa do desenvolvimento do Partido.

A terceira etapa do seu desenvolvimento é a da Frente Única Nacional Anti-japonesa. Três anos se passaram depois do início desta etapa\* e a luta que neles se desenvolveu é dum significado excepcional. Graças à experiência das duas precedentes etapas da revolução, sua capacidade organizativa e forças armadas, seu imenso prestígio político no seio de todo o povo e seu conhecimento mais aprofundado da unidade entre a teoria marxista-leninista e a prática da revolução chinesa, o Partido não só criou a Frente Única Nacional Anti-japonesa mas também se lançou na grande Guerra de Resistência contra o Japão. Sob o ponto de vista de organização, o Partido saiu dos seus estreitos limites e converteu-se num grande Partido à escala nacional. As suas forças armadas aumentaram de novo e reforçaram-se mais ainda na luta contra o invasor japonês. O Partido estendeu ainda mais a sua influência no seio das massas em todo o país. Tudo isso constitui um grande

êxito. Não obstante, existe um grande número de novos membros que ainda não foram educados pelo Partido e muitas das novas organizações não estão consolidadas. Há ainda uma grande diferença de nível entre estes e os velhos membros e organizações do Partido. Grande número de membros e quadros novos não têm ainda suficiente experiência revolucionária. Eles desconhecem ou conhecem muito pouco as condições históricas e sociais da China, as características e leis da revolução chinesa. Estão ainda muito longe de ter uma compreensão perfeita da unidade entre a teoria marxista-leninista e a prática da revolução chinesa. Embora no passado, no que respeita ao trabalho de ampliação das organizações do Partido, o Comité Central do Partido tivesse insistido particularmente sobre a palavra de ordem de “alargar ousadamente as fileiras do Partido, sem deixar que nele penetre um só sequer dos maus elementos”, na prática, numerosos arrivistas e sabotadores inimigos conseguiram infiltrar-se no Partido. Se bem que a Frente Única tenha sido estabelecida e se mantenha há já três anos, a burguesia, sobretudo a grande burguesia, tenta a todo o momento destruir o nosso Partido. Fricções e conflitos sérios, fomentados pelos capitulacionistas e obstinados da grande burguesia, sucedem-se pelo país inteiro; e os clamores anticomunistas são propagados continuamente. É assim que os capitulacionistas e os obstinados tentam preparar a capitulação ante os imperialistas japoneses, romper a Frente Única e obrigar a China a recuar. Ideologicamente, a grande burguesia tenta “dissolver” o comunismo e, no domínio político e de organização, tenta liquidar o Partido Comunista, a região

fronteiriça e as forças armadas do Partido. Nessas circunstâncias, a nossa tarefa é, sem dúvida alguma, superar o perigo de capitulação, ruptura e regressão, manter tanto quanto possível a Frente Única Nacional e a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, lutar pela continuação da resistência ao invasor japonês e pela continuação da unidade e do progresso. Ao mesmo tempo, é preciso que nos preparemos para estar aptos a fazer face a todas as eventualidades, de modo a evitar que o Partido e a revolução sofram perdas imprevistas. Para atingir esses objectivos é necessário consolidar as organizações e as forças armadas do Partido e mobilizar todo o povo para um combate resolutivo contra a capitulação, a ruptura e a regressão. O cumprimento dessa tarefa depende dos esforços de todo o Partido, da luta inflexível e tenaz de todos os seus membros, quadros e organizações, nas distintas regiões e nos diversos escalões. Nós estamos convencidos de que o Partido Comunista da China, com os seus dezoito anos de experiência, poderá atingir tais objectivos, se coordenar os esforços dos seus antigos membros e quadros experimentados, por um lado, com os dos seus novos membros e quadros jovens e enérgicos, por outro, se coordenar os esforços dos seus organismos centrais e locais, que são bolchvizados e provados nas tempestades, com os das suas poderosas forças armadas e massas populares progressistas. Aí estão referidas as principais experiências e os principais problemas do nosso Partido ao longo dos dezoito anos da sua história. A experiência destes dezoito anos mostra-nos que a Frente Única e a luta armada são as duas principais ar-

mas para vencer o inimigo. A Frente Única é uma frente para realizar a luta armada. A organização do Partido é o combatente intrépido que maneja essas duas armas — a Frente Única e a luta armada — para destroçar e abater as posições do inimigo. Tais são as relações mútuas entre organização do Partido, Frente Única e luta armada.

Como vamos edificar hoje o nosso Partido? Como poderemos construir um “Partido Comunista da China bolchevizado, de escala nacional e carácter de 480

grandes massas, um partido bem consolidado nos planos ideológico, político e de organização”? Compreendê-lo-emos examinando a história do Partido, examinando a questão da edificação do Partido em relação às questões da frente única e da luta armada, examinando a questão da edificação do Partido em relação com a da aliança com a burguesia e a luta simultânea contra esta, em relação com a questão do VIII Exército e do Novo IV Exército que prosseguem a guerra dc guerrilhas contra os japoneses e o estabelecimento de bases anti-japonesas.

Partindo da compreensão da unidade entre a teoria marxista-leninista e a prática da revolução chinesa, a nossa tarefa consiste em recolher as experiências destes últimos dezoito anos e as experiências ainda frescas do presente período, para difundi-las por todo o Partido, a fim de que este se consolide como o aço e evite a repetição dos erros cometidos no passado.

## NOTAS

1 J. V. Estaline: “Sobre as Perspectivas da Revolução Chinesa”.

2 Ao dizer que a concepção geral sobre a luta armada na revolução chinesa é a guerra dc guerrilhas, o camarada Mao Tsetung sintetizou as experiências militares da revolução chinesa no período que vai da Segunda Guerra Civil Revolucionária aos começos da Guerra de Resistência contra o Japão. Durante o longo período da Segunda Guerra Civil Revolucionária, toda a luta armada dirigida pelo Partido Comunista da China foi uma guerra de guerrilhas. Na última fase desse período, à medida que aumentavam as forças do Exército Vermelho, a guerra dc guerrilhas converteu-se numa espécie de guerra de movimento com carácter de guerrilha\* (ou, segundo a fórmula do camarada Mao Tsetung, numa forma superior da guerra de guerrilhas). Mas durante a Guerra de Resistência contra o Japão, em virtude das transformações ocorridas na situação do inimigo, essa guerra dc movimento com carácter de guerrilhas voltou a ser uma guerra de guerrilhas. No princípio da Guerra de Resistência, os camaradas do Partido que tinham caído no erro do oportunismo de direita subestimaram a importância da guerra de guerrilhas dirigida pelo Partido e depositaram as suas esperanças nas operações dos exércitos do Kuomintang. O camarada Mao Tsetung refutou esse ponto de vista nas obras “Problemas Estratégicos da Guerra de Guerrilhas contra o Japão”, “Sobre a Guerra Prolongada” e “Problemas da Guerra e da Estratégia”, etc, e fez, no presente artigo, um balanço teórico das experiências adquiridas durante a luta armada da revolução chinesa, luta que por muito tempo foi uma guerra de guerrilhas. No período final da Guerra de Resistência contra o Japão, e especialmente no período da Terceira Guerra Civil Revolucionária, a forma principal da luta armada dirigida pelo Partido Comunista da China passou

da guerra de guerrilhas à guerra regular, em virtude do crescimento das forças revolucionárias e das modificações sobrevindas na situação do inimigo. No período final da Terceira Guerra Civil Revolucionária registou-se um novo desenvolvimento, caracterizado por operações militares de grande envergadura, realizadas por concentrações de corpos de exército, equipados com armas pesadas e capazes de capturar pontos altamente fortificados do inimigo.

## A SITUAÇÃO ACTUAL E AS TAREFAS DO PARTIDO\*

(10 de Outubro de 1939)

1. A guerra imperialista mundial rebentou porque as potências imperialistas procuram sair da nova crise económica e política. Por natureza, essa guerra, tanto com respeito à Alemanha como com respeito à Inglaterra e à França, é uma guerra imperialista, injusta e de rapina. Todos os Partidos Comunistas do mundo devem combatê-la firmemente, combater o comportamento criminoso dos partidos social--democratas de apoio a essa guerra e de traição ao proletariado. A União Soviética socialista persiste, como sempre, na sua política de paz, mantém-se rigorosamente neutra com relação às duas partes na guerra e, com o envio de tropas para a Polónia, impediu a expansão para leste das forças agressoras alemãs e consolidou a paz na Europa Oriental, assim como emancipou as nacionalidades irmãs da Ucrânia e Bielo Rússia ocidentais, oprimidas pelos dirigentes polacos. A União Soviética assinou diversos acordos com os países vizinhos, prevenindo assim as ofensivas possíveis da reacção internacional, e, além disso, luta pela restauração da paz mundial.
2. Na nova conjuntura internacional, a política do imperialismo japonês consiste em concentrar as forças

na ofensiva contra a China, num intento de resolver a questão chinesa, preparando-se com isso para ampliar a sua futura aventura internacional. A política com que procura resolver a questão chinesa é a seguinte:

1) quanto às regiões ocupadas, esforçar-se por conseguir a respectiva consolidação, como preparação para subjugar a totalidade da China. Para isso, necessita de “limpar” as bases de guerrilhas anti-japonesas, passar à exploração económica, criar um poder fantoche e liquidar o sentimento nacional do povo chinês;

2) com respeito à retaguarda da China, a ofensiva política é o principal e a ofensiva militar, um meio auxiliar. A ofensiva política consiste sobretudo em dividir a Frente Única Anti-japonesa, romper a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista e induzir o governo kuomintanista à capitulação, sem ter em muita conta uma ofensiva militar de grande envergadura.

No período actual, a possibilidade de o inimigo passar aos ataques estratégicos de grande envergadura, como o que lançou contra Vuhan, já não é grande, em virtude dos golpes que recebeu da heróica resistência da China nestes últimos dois anos e pouco, bem como em resultado da sua insuficiência em tropas e recursos materiais. Nesse sentido, a etapa de equilíbrio estratégico na Guerra de Resistência praticamente já começou. O período de equilíbrio estratégico é também o período de preparação para a contra-ofensiva. Mas, em primeiro lugar, quando dizemos que a situação de equilíbrio praticamente já começou, não negamos a possibilidade que o inimigo ainda tem de desencadear certas ofensivas operacionais; ele está a atacar Tchancha e, depois, pode

atacar outras regiões. Segundo, à medida que aumentam as possibilidades de equilíbrio frontal, ele vai intensificando as operações de “limpeza” contra as nossas bases de guerrilhas. Terceiro, se a China não conseguir passar a sabotagens nas regiões ocupadas pelo inimigo, se o deixar portanto atingir o objectivo de consolidá-las firmemente e explorá-las, e se, além disso, não conseguir repelir-lhe a ofensiva política nem persistir na Guerra de Resistência, na união e no progresso, preparando assim as forças para a contra-ofensiva, ou ainda se o governo kuomintanista capitular de livre iniciativa, o inimigo voltará a ter, como antes, possibilidades para ofensivas em grande escala. Quer dizer, a situação de equilíbrio que já começou pode ainda ser sabotada pelo inimigo e pelos capitulacionistas.

3. Na situação presente, o perigo de capitulação, de desunião e de retrocesso continua a ser o perigo maior no seio da Frente Única Anti-japonesa; as manifestações actuais de anticomunismo e retrocesso ainda constituem medidas com que a classe dos grandes senhores de terras e a grande burguesia se preparam para capitular. A nossa tarefa ainda é a de, em coordenação com a totalidade dos patriotas do país, mobilizar as massas para pôr realmente em prática as três grandes palavras de ordem políticas contidas no “Manifesto de 7 de Julho” do nosso Partido — “perseverar na resistência e opor-se à capitulação”, “perseverar na união e opor-se à ruptura” e “perseverar no progresso e opor-se à regressão”, preparando desse modo as forças para a contra-ofensiva. Para atingir esse objectivo, é preciso, na retaguarda do inimigo, perseverar na guerra de guerrilhas, esmagar as

operações de “limpeza” que este lança, passar à sabotagem nas regiões que ele invade e proceder a reformas políticas e económicas radicais em benefício das grandes massas populares anti-japonesas. Na frente, é imperioso apoiar a defesa militar e rechaçar toda a ofensiva operacional que o inimigo venha a lançar. Na nossa retaguarda, é necessário executar, rápida e conscienciosamente, reformas políticas, acabar com a ditadura kuomintanista de um só partido, convocar uma assembleia nacional que realmente represente a vontade do povo e disponha de poder, aprovar uma constituição e instaurar um regime constitucional. Toda a hesitação, toda a demora, toda a orientação contrária a isso são inteiramente erradas. Ao mesmo tempo, no nosso Partido, os órgãos de direcção dos diversos escalões, bem como a totalidade dos camaradas, devem elevar a vigilância a respeito da situação actual, consolidar com todas as forças, no plano ideológico, político e de organização, tanto o Partido como o exército e o poder político dirigidos por este, preparando-se para enfrentar as surpresas susceptíveis de prejudicar a revolução chinesa, e fazendo com que o Partido e a revolução não sofram inesperadas perdas com isso.

## RECRUTAR EM GRANDE NÚMERO OS INTELLECTUAIS\*

(1 de Dezembro de 1939)

1. Na longa e dura guerra de libertação nacional, na luta grandiosa pela construção duma China nova, o Partido Comunista necessita saber recrutar os intelectuais; só assim o Partido ficará em situação de constituir forças possantes para a resistência ao Japão, organizar por milhões as massas camponesas, desenvolver o movimento cultural revolucionário e alargar a Frente Única Revolucionária. Sem participação de intelectuais a revolução não pode triunfar.
2. Há três anos que o nosso Partido e o nosso exército vêm fazendo esforços consideráveis para recrutar intelectuais; um grande número de intelectuais revolucionários foi já incorporado no Partido e no exército, no trabalho dos órgãos do poder, no movimento cultural e no movimento de massas, o que ampliou a Frente Única. Isso constitui um êxito notável. Não obstante, muitos dos quadros do nosso exército ainda não atentaram bem na importância que revestem os intelectuais, continuam a olhá-los com receio, chegando mesmo a tender para afastá-los. São muitas as nossas escolas de quadros que não ousam

---

\*Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China, redigida pelo camarada Mao Tsetung.

recrutar sem reservas e em grande número os jovens estudantes. Muitos dos comités locais do Partido ainda se recusam a admitir intelectuais. Isso acontece porque não se compreende o papel importante dos intelectuais para a causa da revolução, a diferença entre os intelectuais dos países coloniais e semi-coloniais e os dos países capitalistas, a diferença entre os intelectuais ao serviço dos senhores de terras e da burguesia e os que estão ao serviço da classe operária e do campesinato, nem se entende esse fenómeno, muito sério, que consiste em os partidos políticos burgueses se encarniçarem em disputar-nos os intelectuais, e o imperialismo japonês, também ele, tentar por todos os meios comprar os intelectuais chineses e paralisar-lhes o espírito, e sobretudo porque não se vê esse factor favorável que é o facto de o nosso Partido e o nosso exército terem já constituído uma possante armação de quadros provados, estando portanto capazes de dirigir os intelectuais.

3. Por isso é que, desde agora, fazemos incidir a nossa atenção sobre os pontos seguintes:

1) Todas as organizações do Partido nas zonas de guerra e todas as unidades militares dirigidas pelo Partido devem recrutar em grande número intelectuais para o nosso exército, para as escolas de quadros e para os órgãos do poder. Devemos, sob formas diversas, recrutar todos os intelectuais que desejem combater a agressão japonesa, sempre que se mostrem relativamente leais, trabalhadores e aptos a suportar dificuldades e privações; devemos dar-lhes formação política, ajudá-los a temperar-se no decorrer da guerra e do trabalho e levá-los a servir o exército, o governo e as massas populares;

além disso, importa, segundo os casos, fazer com que ingressem no Partido os intelectuais que preencham as condições de admissão. Quanto aos que não podem ou não querem aderir, devemos, no trabalho em comum, estabelecer boas relações com eles e guiá-los.

2) Ao aplicarmos a política de amplo recrutamento de intelectuais, devemos em absoluto velar por impedir a infiltração nas nossas fileiras da gente enviada pelo inimigo e pelos partidos políticos burgueses e nunca permitir que ingressem elementos desleais. Há que ser bem rigoroso a esse respeito. Quanto aos que já conseguiram infiltrar-se no Partido, exército ou órgãos do poder, devemos eliminá-los resolutamente, mas com discernimento, baseando-nos em provas dignas de fé. Mas há que guardar-se de suspeitar dos intelectuais que dão provas de suficiente lealdade, há que ser extremamente vigilante face às tentativas dos contra-revolucionários no intuito de difamarem os indivíduos honestos.

3) Fixaremos tarefas adequadas a todos os intelectuais que sejam relativamente leais e possam ser-nos úteis em algo, cuidaremos bem da sua educação política e guiá-los-emos, de modo que, na luta prolongada, possam vencer passo a passo as suas insuficiências, possam imbuir-se de espírito revolucionário, identificar-se com as massas e fazer corpo com os velhos membros e velhos quadros do Partido, bem como com os comunistas de origem operária e camponesa.

4) Devemos convencer efectivamente 0% nossos quadros, sobretudo certos quadros das forças armadas principais, ainda opostos à participação dos intelectuais no nosso trabalho, de que é necessário recrutá-los. Por out-

ro lado, devemos encorajar realmente os nossos quadros de origem operária e camponesa a estudar com aplicação, para elevarem o seu nível cultural. Devemos fazer com que os quadros operários e camponeses sejam intelectuais e, ao mesmo tempo, com que os intelectuais se identifiquem com as massas de operários e camponeses.

5) Nas regiões dominadas pelo Kuomintang e nas regiões de ocupação japonesa, os mesmos princípios valem no essencial mas, ao admitirmos os intelectuais no Partido, devemos manter um cuidado muito especial quanto ao grau de lealdade destes, a fim de garantir uma coesão mais estreita das organizações do Partido. Quanto ao grande número de intelectuais não comunistas que simpatizam connosco, devemos estabelecer com eles laços adequados e encaminhá-los para a grande luta de resistência ao Japão e pela democracia, encaminhá-los para o movimento cultural e para o trabalho da Frente Única.

4. Todos os camaradas do Partido precisam de compreender que uma política justa relativamente aos intelectuais constitui uma das condições importantes para a vitória da revolução. Que nunca mais se verifique essa atitude incorrecta que se adoptou nas organizações do Partido, a respeito dos intelectuais, em muitas regiões e unidades militares no tempo da Revolução Agrária; aliás, para formar os seus próprios intelectuais, o proletariado não pode passar sem a ajuda dos intelectuais já existentes. O Comité Central espera que os comités do Partido dos distintos escalões, bem como todos os camaradas no Partido, dispensem a esse assunto a mais séria das atenções.

## A REVOLUÇÃO CHINESA E O PARTIDO COMUNISTA DA CHINA\*

(Dezembro de 1939)

### CAPÍTULO I

#### A SOCIEDADE CHINESA

##### SECÇÃO 1. A NAÇÃO CHINESA

A China é um dos maiores países do mundo, o seu território perfaz quase as dimensões da Europa inteira. Nesse vasto território, imensas terras férteis proporcionam-nos vestuário e alimentação; cadeias de montanhas, grandes e pequenas, cruzam-no em todo o seu comprimento e largura, oferecendo-nos extensas florestas e ricas jazidas de minério; inúmeros rios e lagos tornam-nos fácil a navegação e a irrigação e uma longa linha de costa permite-nos comunicar

---

\* “A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China”, Kvro de texto escrito em Ien-an pelo camarada Mao Tsetung, com o concurso doutros camaradas, no Inverno de 1959. O primeiro capítulo, “A Sociedade Chinesa”, foi es-

com as nações que se situam para lá dos mares. Foi nesse vasto território que, em épocas de que já se não tem memória, trabalharam, viveram e multiplicaram-se os antepassados da nação chinesa. A China tem fronteiras com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Nordeste, Noroeste e parte do Oeste; com a República Popular da Mongólia, a Norte; com o Afeganistão, Índia, Butão e Nepal, em parte do Oeste e a Sudoeste; com a Birmânia e Vietnam, a Sul; com a Coreia, a Leste, sendo ademais um próximo vizinho do Japão e das Filipinas. Externamente, a situação geográfica da China redundava em vantagens e desvantagens para a revolução do povo chinês. Constitui vantagem ter fronteiras com a União Soviética, encontrar-se bastante distante dos principais países imperialistas da Europa e da América, assim como estar rodeado por vários países coloniais e semi-coloniais. É uma desvantagem que o imperialismo japonês, estando-nos geograficamente próximo, se aproveite disso para ameaçar constantemente a existência de todas as nacionalidades da China e a revolução do povo chinês.

---

critos pelos demais camaradas e revisto pelo camarada Mao Tse-tung. O segundo capítulo, "A Revolução Chinesa", foi elaborado pessoalmente pelo camarada Mao Tse-tung. Um terceiro capítulo, "A Construção do Partido", foi deixado inacabado pelos camaradas que nele trabalhavam. Não obstante, a publicação dos dois capítulos, em especial o segundo, desempenhou um grande papel educativo no seio do Partido Comunista da China e entre o povo chinês. As ideias formuladas pelo camarada Mao Tse-tung, no segundo capítulo, sobre a democracia nova, foram consideravelmente desenvolvidas por este no artigo intitulado "Sobre a Democracia Nova", artigo que escreveu em Janeiro de 1940.

Actualmente, a China tem uma população de 450 milhões, ou seja, quase a quarta parte da população mundial. Mais de nove décimos dos habitantes da China são de nacionalidade Han; além destes, existem várias dezenas de minorias nacionais, como a Mongol, a Hui, a Tibetana, a Uigur, a Miao, a Yi, a Tchuam, a Tchonquia e a Coreana, todas com longa história própria, mas em níveis distintos de desenvolvimento cultural. A China é um país de grande população, integrada por múltiplas nacionalidades.

O desenvolvimento da nação chinesa (tratamos sobretudo dos Han), semelhante ao de muitas outras nações no mundo, passou pela comunidade primitiva, sem classes, durante dezenas de milhares de anos. Uns quatro mil anos decorreram entre o colapso dessa comunidade primitiva e a respectiva conversão em sociedade de classes, primeiro em sociedade de escravos e, posteriormente, em sociedade feudal. Na história da civilização chinesa, a agricultura e o artesanato ganharam fama pelo seu alto grau de desenvolvimento. Houve entre nós inúmeros pensadores, cientistas, inventores, estadistas, soldados, homens de letras e artistas de grande vulto e dispomos duma rica galeria de obras clássicas. Há muito que se inventou a bússola na China.<sup>1</sup> O processo do fabrico do papel foi inventado há mil e oitocentos anos.<sup>2</sup> A imprensa de pranchas gravadas inventou-se há mil e trezentos anos<sup>3</sup> e a de caracteres móveis, há oitocentos<sup>4</sup>. O emprego da pólvora foi iniciado pelo povo chinês bem antes de sê-lo pelos europeus.<sup>3</sup> A China tem de facto uma das mais velhas civilizações do mundo, com história escrita de cerca de quatro mil anos.

A nação chinesa é conhecida no mundo pela sua resistência e laboriosidade, e é uma nação que ama ardentemente a liberdade e possui uma riqueza de tradições revolucionárias. A história dos Han, por exemplo, demonstra bem que os chineses jamais se submeteram à dominação das forças tenebrosas, pelo contrário, recorreram sempre à via revolucionária para derrubar e substituir as tiranias. Nos milhares de anos da história dos Han, houve centenas de grandes e pequenos levantamentos camponeses contra a tenebrosa dominação exercida pelos senhores de terras e pela nobreza. A maioria das mudanças de dinastias resultou de tais levantamentos. Todas as nacionalidades da China souberam opor-se à subjugação pelo estrangeiro, passando invariavelmente à resistência para liquidá-la. Elas aceitam a união na base da igualdade, sendo opostas à opressão duma nacionalidade por outra. Nos seus milénios de história escrita, a nação chinesa foi berço de inúmeros heróis nacionais e chefes revolucionários. A nação chinesa possui efetivamente uma gloriosa tradição revolucionária e uma brilhante herança histórica.

## SECÇÃO 2. A VELHA SOCIEDADE FEUDAL

Sendo embora uma grande nação, embora possuindo um extenso território, uma população imensa, uma longa história, ricas tradições revolucionárias e uma brilhante herança histórica, o desenvolvimento económico, político e cultural da China foi lento por muitos anos desde a passagem de sociedade de escravos a sociedade feudal. Formada no decurso das dinastias Tchous e Tch-

ins, a sociedade feudal alon-gou-se por cerca de três mil anos. As características principais do sistema económico e político da China feudal eram as seguintes:

- 1) Predomínio da economia natural auto-suficiente. Os camponeses produziam, para si próprios, tanto os géneros agrícolas como a maioria dos artigos artesanais de que necessitavam. O que os senhores de terras e a nobreza lhes extorquiam sob forma de renda da terra igualmente se destinava antes de mais ao consumo privado, não à troca. Embora se fosse desenvolvendo com o andar do tempo, a troca não desempenhava papel decisivo no conjunto da economia.
- 2) A classe dominante feudal — senhores de terras, nobres e imperador — detinha a propriedade da maior parte da terra, deixando os camponeses com pouca ou nenhuma terra. Os camponeses lavravam as terras dos senhores de terras, nobres e família imperial com os seus próprios instrumentos agrícolas e tinham ainda que fornecer-lhes, para consumo privado, quarenta, cinquenta, sessenta, setenta ou mesmo mais de oitenta por cento das suas próprias colheitas. Os camponeses eram praticamente escravos.
- 3) Mas não somente os senhores de terras, os nobres e a família imperial viviam da renda extorquida aos camponeses, também o Estado, dominado pela classe dos senhores de terras, exigia a estes tributos, taxas e corveias, para sustentar a horda de burocratas e o exército destinado, principalmente, à repressão dos camponeses.
- 4) Dominado pela classe dos senhores de terras, o Estado feudal era o aparelho do poder que protegia o sistema de exploração feudal. Se pode dizer-se que, num período

anterior aos Tchins, a China estava talhada em principados que eram verdadeiros reinos, após a unificação realizada pelo primeiro imperador da dinastia Tchín, o país converteu-se num Estado autocrático, de poder centralizado, continuando embora os senhores feudais a gozar de relativa autonomia. No Estado feudal, o imperador reinava como entidade toda poderosa, designando para todo o país os dignatários das forças armadas, tribunais, finança, celeiros de Estado, etc, e apoiando-se nos senhores de terras e nos nobres, que constituíam a base da dominação feudal.

Foi sob esse regime de exploração económica e opressão política feudal que, de geração em geração, viveram os camponeses da China, pobres e miseráveis como escravos. Acorrentados pelo regime feudal, eles não gozavam da menor liberdade individual. Os senhores de terras podiam espancar, abusar e mesmo matar livremente os camponeses, os quais não tinham quaisquer direitos políticos. A pobreza e o atraso extremos em que se encontravam os camponeses, em resultado dessa feroz exploração e opressão por parte da classe dos senhores de terras, constituem a principal razão por que a sociedade chinesa se manteve milhares de anos num mesmo estágio de desenvolvimento económico e social.

Na sociedade feudal, a contradição principal era entre a classe camponesa e a classe dos senhores de terras.

Os camponeses e os artesãos eram as classes básicas na produção da riqueza e da cultura dessa sociedade.

A exploração económica e a opressão política cruéis, exercidas pela classe dos senhores de terras sobre os camponeses, forçaram estes a desencadear inúmeras in-

surreições contra a dominação por essa classe. Grandes e pequenas, houve centenas de insurreições nesse tempo; eram revoltas camponesas, guerras revolucionárias camponesas — por exemplo, as insurreições de Tchen Chem, Vu Cuam, Siam Iu e Liu Pam<sup>6</sup> na dinastia dos Tchins, as de Sinchi, Pin-lin, Tchimei, Tonma<sup>7</sup> e Huant-sim<sup>8</sup> na dinastia Han, as de Li Mi e Tou Quien-te<sup>9</sup> na dinastia dos Sui, as de Vam Sien-tchi e Huam Tchao<sup>10</sup> na dinastia dos Tans, as de Som Quiam e Fuam La<sup>11</sup> na dinastia dos Sons, a de Tchu Iuan-tcham<sup>12</sup> na dinastia dos luans e a de Li Tse-tchem<sup>13</sup> na dinastia dos Mins, até à insurreição conhecida por Guerra do Reino Celestial dos Taipins<sup>14</sup>, na dinastia dos Tsins. A escala das insurreições camponesas, das guerras camponesas na história chinesa não tem paralelo no mundo. Na sociedade feudal chinesa, só as lutas de classe dos camponeses, as insurreições camponesas e as guerras camponesas foram as verdadeiras forças motrizes do desenvolvimento histórico. Com efeito, cada um dos mais importantes levantamentos ou guerras camponesas representou um golpe no regime feudal da época, e impulsionou muito ou pouco o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Contudo, dado que na altura ainda não havia forças produtivas novas, relações de produção novas, forças de classe novas nem partido político avançado, os levantamentos e guerras camponesas não puderam dispor duma direcção correcta como a que é hoje garantida pelo proletariado e pelo Partido Comunista. Todas as revoluções camponesas fracassaram, sendo utilizadas invariavelmente pelos senhores de terras e pela nobreza, tanto durante como depois da revolução, como simples

alavanca para proceder a mudanças dinásticas. Assim é que, embora se tenha registado certo progresso social depois de cada uma dessas grandes lutas revolucionárias camponesas, as relações económicas e o sistema político feudais permaneceram fundamentalmente os mesmos. Só nos últimos cem anos se verificou uma mudança de tipo diferente.

### SECÇÃO 3. A ACTUAL SOCIEDADE COLONIAL, SEMI-COLONIAL E SEMI-FEUDAL

Como ficou exposto, a sociedade chinesa manteve-se feudal durante três mil anos. Mas será ainda absolutamente feudal hoje em dia? Não, a China mudou. Depois da Guerra do Ópio, em 1840-1842, a China converteu-se, gradualmente, em sociedade semi-colonial e semi-feudal. A partir do Incidente de 18 de Setembro de 1898, quando os imperialistas japoneses iniciaram a sua agressão armada, a China confirmou-se ainda mais como sociedade colonial, semi-colonial e semi-feudal. Descrevamos agora o processo dessa transformação. Como se mostrou na secção 2, a sociedade feudal prolongou-se na China por cerca de três mil anos. Não foi senão em meados do século XIX que, em resultado da invasão do capitalismo estrangeiro, se produziram grandes mudanças na sociedade chinesa. O desenvolvimento da economia de mercado na sociedade chinesa feudal já comportava em si próprio o germe do capitalismo; se não se registasse uma influência do capitalismo estrangeiro, a China iria igualmente

desenvolver-se, passo a passo, numa sociedade capitalista. Mas a penetração do capitalismo estrangeiro acelerou esse desenvolvimento. O capitalismo estrangeiro desempenhou um papel importante na desagregação da economia da sociedade chinesa. Por um lado, minou as bases da economia natural auto-suficiente, destruiu o artesanato urbano e o artesanato doméstico rural e, por outro lado, acelerou o desenvolvimento da economia de mercado nas cidades e no campo.

Além do efeito desagregador das bases da economia feudal chinesa, essa situação criou certas condições objectivas e possibilidades para o desenvolvimento da produção capitalista na China. Com efeito, a destruição da economia natural abriu uma saída para as mercadorias do capitalismo, enquanto que a falência de grande número de camponeses e artesãos proporcionou-lhe um mercado de força de trabalho.

Efectivamente, já na segunda metade do século XIX, há uns sessenta anos atrás, alguns comerciantes, senhores de terras e burocratas começaram a investir na indústria moderna, estimulados pelo capitalismo estrangeiro e em virtude de certas brechas verificadas na estrutura económica feudal. O capitalismo estrangeiro deu os seus primeiros passos há quarenta anos atrás, quer dizer, nos fins do século passado e começo deste. Depois, há vinte anos, durante a primeira guerra imperialista mundial, a indústria nacional chinesa expandiu-se, principalmente os têxteis e as farinhas, tudo isso em virtude de as potências imperialistas da Europa e América estarem então ocupadas com a guerra e relaxarem temporariamente a opressão na China.

O processo da constituição e desenvolvimento do capitalismo nacional chinês é, simultaneamente, o processo da constituição e desenvolvimento da burguesia e do proletariado chineses. Como pode dizer-se que um sector dos comerciantes, dos senhores de terras e dos burocratas foi o antepassado da burguesia chinesa, um sector dos camponeses e dos artesãos foi o antepassado do proletariado chinês. Como classes sociais distintas, a burguesia e o proletariado chineses são de formação recente, não existiam antes na China. De embrionárias, na sociedade feudal, elas passaram a constituir classes sociais novas. Trata-se de classes gémeas, geradas pela velha sociedade chinesa (feudal), simultaneamente unidas e antagónicas. Mas o proletariado chinês não surgiu e cresceu acompanhado apenas pela burguesia nacional chinesa, foi acompanhado também pelas empresas exploradas directamente pelos imperialistas na China. Daí que um grande sector desse proletariado seja mais velho e experimentado que a burguesia chinesa, representando, por consequência, uma maior força social e uma base social mais ampla.

Mas o nascimento e desenvolvimento do capitalismo não é mais que um aspecto das modificações registadas com a penetração imperialista na China. Existe ainda um outro aspecto, concomitante, fazendo obstáculo a essas transformações — é a convicção do imperialismo e das forças feudais chinesas para travar o desenvolvimento do capitalismo chinês.

Seguramente, o propósito das potências imperialistas que invadiram a China não era transformar a China feudal em capitalista; o seu objectivo era, pelo contrário,

transformar a China em semi-colónia e colónia.

Para realizarem tal objectivo, as potências imperialistas recorreram, e continuam a recorrer, a toda a espécie de processos de opressão militar, política, económica e cultural, de tal maneira que a China se foi convertendo passo a passo em semi-colónia e colónia. Esses processos têm sido os seguintes:

1) Realização de repetidas guerras de agressão contra a China, por exemplo a Guerra do Ópio, feita pela Inglaterra em 1840, a agressão pelas forças aliadas anglo-francesas, em 1857/16, a Guerra Sino-Francesa de 1884/17, a Guerra Sino-Japonesa de 1894 e a Guerra feita pelas Forças Conjuntas das Oito Potências, em 1900/18. Depois de a derrotarem militarmente, os imperialistas não só ocuparam muitos países vizinhos da China, anteriormente sob protecção desta, como ainda ocuparam ou tomaram de “arrendamento” extensas parcelas do território chinês. Por exemplo, o Japão ocupou Taiwan e as ilhas Penghu e tomou de “arrendamento” o porto de Luichuen, a Inglaterra ocupou Hong Kong e a França tomou de “arrendamento” Cuandjouvuan. Além da anexação de territórios, essas potências exigiram pesadíssimas indenizações de guerra. O imenso império feudal chinês sofreu portanto golpes extraordinariamente duros.

2) As potências imperialistas compeliram a China a assinar inúmeros tratados desiguais, por força dos quais adquiriram nesta o direito de manter forças marítimas e terrestres, bem como o de exercer uma jurisdição consular<sup>19</sup>; o país inteiro foi dividido em várias esferas de influência imperialistas.<sup>20</sup>

3) Com esses tratados desiguais, as potências imperialistas conseguiram o controle de todos os portos comerciais importantes da China e transformaram parte de muitos desses portos em concessões colocadas sob sua administração directa.<sup>21</sup> Além disso, conseguiram também o controle das alfândegas chinesas, comércio exterior e comunicações (marítimas, terrestres, fluviais e aéreas). Assim é que tais potências ficaram aptas a inundar a China com as suas mercadorias, transformando-a em mercado para os seus produtos industriais, ao mesmo tempo que subordinavam a agricultura desta às suas necessidades imperialistas.

4) As potências imperialistas estabeleceram várias empresas industriais na China, ligeiras e pesadas, para beneficiarem directamente das matérias primas e mão de obra barata, passando assim a exercer uma pressão económica directa sobre a indústria nacional e a obstruir frontalmente o desenvolvimento das forças produtivas chinesas.

5) As potências imperialistas monopolizaram os bancos e as finanças da China, com empréstimos ao governo chinês e estabelecimento de bancos no nosso país. Assim, elas não só esmagavam o capitalismo nacional chinês na competição mercantil, mas também estrangulavam a China no domínio bancário e financeiro.

6) As potências imperialistas estabeleceram uma rede de exploração por meio de compradores e comerciantes usurários em toda a China, desde os portos comerciais aos cantos mais remotos do país, e criaram uma classe de compradores e comerciantes usurários inteiramente afectados ao seu serviço, facilitando desse modo a ex-

ploração das grandes massas camponesas chinesas bem como a exploração dos demais sectores do povo.

7) As potências imperialistas converteram a classe dos senhores de terras feudais, ademais da classe dos compradores, no sustentáculo principal da dominação que exerciam sobre a China. O imperialismo “alia-se antes de mais à classe dominante da estrutura social antiga, senhores de terras feudais e burguesia comercial usurária, contra a maioria do povo. Por toda a parte (especialmente no campo) o imperialismo tenta preservar e perpetuar as formas pré-capitalistas de exploração, base de existência dos seus aliados reaccionários.”<sup>22</sup> “... O imperialismo, com todo o seu poder financeiro e militar na China, é a força que apoia, inspira, fomenta e preserva as sobrevivências feudais, bem como toda a superestrutura burocrático--militarista”.<sup>23</sup>

8) As potências imperialistas apoiaram o governo reaccionário com grandes quantidades de munições e um exército de conselheiros militares, para fomentarem intrincadas lutas entre os caudilhos militares e reprimirem o povo chinês.

9) Por outro lado, essas potências nunca pouparam esforços para adormecer o povo chinês. É a política de agressão cultural, realizada através da acção das missões religiosas, do estabelecimento de hospitais e escolas, da publicação de periódicos e da indução dos jovens a sair para realizar estudos no estrangeiro. O seu objectivo é formar intelectuais que amanhã sirvam os seus interesses e enganar as grandes massas da China.

10) Desde o “18 de Setembro” de 1931, a invasão em grande escala realizada pelo imperialismo japonês

transformou uma grande parte da China semi-colonial em colónia japonesa.

Esses factos representam um outro aspecto das modificações ocorridas após a penetração imperialista na China — o quadro sangrento da redução da China feudal à condição de semi-feudo, semi-colónia e colónia.

Está portanto claro que, com a agressão à China, as potências imperialistas aceleraram por um lado a desagregação da sociedade feudal e o desenvolvimento dos elementos capitalistas, transformando desse modo a sociedade feudal em semi-feudal, e, por outro lado, impuseram a sua feroz dominação sobre a China, reduzindo o país independente à situação de semi-colónia e colónia.

Combinando esses dois aspectos, vê-se que a sociedade chinesa, colonial, semi-colonial e semi-feudal, possui as características seguintes:

1) As bases da economia natural auto-suficiente dos tempos feudais foram destruídas, mas a base do sistema de exploração feudal — exploração dos camponeses pela classe dos senhores de terras — não só permanece intacta, como também, ligada como está à exploração do capital comprador e usurário, é manifestamente predominante na vida sócio-económica chinesa.

2) O capitalismo nacional desenvolveu-se até certo ponto e tem desempenhado um papel considerável na vida política e cultural chinesa, mas não se transformou na forma principal da economia da sociedade chinesa; é muito débil e, em geral, está melhor ou pior associado ao imperialismo estrangeiro e ao feudalismo do interior do país.

3) O poder absoluto dos imperadores e da nobreza foi liquidado e, em seu lugar, ergueu-se primeiramente uma dominação burocrático-militarista por parte da classe dos senhores de terras e, posteriormente, uma ditadura conjunta da classe dos senhores de terras e da grande burguesia. Nas regiões ocupadas vigora o regime do imperialismo japonês e seus títeres.

4) O imperialismo controla não somente as artérias vitais das finanças e economia da China como também as forças políticas e militares desta. Nas regiões ocupadas, tudo está nas mãos do imperialismo japonês.

5) O desenvolvimento económico, político e cultural da China é muito desigual, quer em virtude da sujeição completa ou parcial desta às diversas potências imperialistas, quer devido à situação de desunião em que ela efectivamente se encontra desde há muito, e quer ainda em razão da imensidade do seu território.

6) Sob a dupla opressão do imperialismo e do feudalismo, sobretudo em resultado da invasão em grande escala pelo imperialismo japonês, as grandes massas populares chinesas, em particular os camponeses, tornam-se cada dia mais pobres e arruinam-se em grande número, passando uma vida de fome e de frio e vendo-se privadas do menor direito político. Pobreza e falta de liberdade como a do povo chinês é algo muito raro no mundo.

Tais são as características da sociedade colonial, semi-colonial e semi-feudal chinesa.

No essencial, essa situação foi provocada por forças imperialistas, japonesas e outras. É um resultado da convivência do imperialismo estrangeiro com o feudalismo no interior do país.

A contradição entre o imperialismo e a nação chinesa e a contradição entre o feudalismo e as grandes massas populares constituem as contradições fundamentais da sociedade chinesa moderna. Claro que há outras contradições, como a que existe entre a burguesia e o proletariado, e as que se verificam no seio das próprias classes dominantes reaccionárias. Mas a contradição entre o imperialismo e a nação chinesa é a contradição principal. Tais contradições, bem como a respectiva agravação, não podiam senão provocar um desenvolvimento incessante dos movimentos revolucionários. As grandes revoluções na China moderna e contemporânea surgiram e desenvolveram--se na base dessas contradições fundamentais.

## CAPITULO II

### A REVOLUÇÃO CHINESA

#### SECÇÃO I. OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NOS ÚLTIMOS CEM ANOS

O processo da transformação da China em semi-colónia e colónia, em resultado da convivência do imperialismo com o feudalismo chinês é, ao mesmo tempo, a história da luta do povo chinês contra o imperialismo e respectivos lacaios. A Guerra do Ópio, o Movimento do Reino Celestial dos Taipins, a Guerra Sino-Francesa, a Guerra Sino-Japonesa, o Movimento Reformista de 1898, o Movimento de Ihotuan, a Revolução de 1911, o Movimento de 4 de Maio, o Movimento de 30 de Maio, a Expedição do Norte, a Guerra Revolucionária Agrária

e a actual Guerra de Resistência contra o Japão — tudo testemunha o indomável espírito do povo chinês no seu combate ao imperialismo e seus lacaios.

Graças a essa luta tenaz, continuada e heróica do povo chinês, nos últimos cem anos, o imperialismo foi incapaz de subjugar a China e continuará a sê-lo também no futuro.

Valente, o povo chinês continuará seguramente combatendo, mesmo em circunstâncias como as actuais, com o imperialismo japonês aplicando todas as suas forças numa ofensiva geral contra a China e muitos senhores de terras e elementos da grande burguesia, como os Uam Tsim-vei declarados e escondidos, rendidos face ao inimigo ou fazendo preparativos de capitulação. Essa luta heróica não cessará enquanto o povo chinês não tiver expulsado da China o imperialismo japonês e libertado completamente o país.

A luta revolucionária nacional do povo chinês tem uma história de cem anos completos, contando--se da Guerra do Ópio de 1840, ou trinta anos, se contamos a partir da Revolução de 1911. Mas ela ainda não percorreu todo o seu caminho nem cumpriu as suas tarefas com sucesso destacado; por consequência, o povo chinês e, antes de mais, o Partido Comunista, devem assumir a responsabilidade de prosseguir resolutamente o combate.

Quais são os alvos da revolução? Quais as tarefas? Quais as forças motrizes? Qual o carácter? Quais as perspectivas? Essas são as questões que vamos tratar em seguida.

## SECÇÃO 2. OS ALVOS DA REVOLUÇÃO CHINESA

Pela análise feita na secção 3 do capítulo 1, vimos que a actual sociedade chinesa é colonial, semi-colonial e semi-feudal. Só a definição da natureza dessa sociedade podia permitir-nos compreender claramente os alvos, as tarefas, as forças motrizes e o carácter da revolução chinesa, as suas perspectivas, a sua transformação futura. Uma compreensão clara da natureza da sociedade chinesa, quer dizer, da situação da China, era pois a chave da compreensão clara de todos os problemas da revolução.

Como a natureza da sociedade chinesa actual é colonial, semi-colonial e semi-feudal, quais são então os principais alvos ou os principais inimigos da revolução chinesa nesta etapa?

Não são outros senão o imperialismo e o feudalismo, a burguesia dos países imperialistas e a classe dos senhores de terras no nosso próprio país. Com efeito, esses são exactamente os principais opressores, o maior obstáculo ao progresso da sociedade chinesa nesta etapa. Eles conspiram e marcham de braço dado para oprimir o povo chinês, sendo o imperialismo o primeiro e mais feroz dentre os inimigos do povo chinês, uma vez que a opressão imperialista é a mais onerosa para o povo chinês.

A partir da invasão armada da China pelo Japão, o principal inimigo da revolução chinesa passou a ser o imperialismo japonês, mais os traidores e os reaccionários a

ele ligados, quer se trate daqueles que capitularam abertamente, quer se trate dos que se estão preparando para capitular.

No passado, a burguesia chinesa, uma das vítimas da opressão imperialista, dirigiu lutas revolucionárias, desempenhou o principal papel de direcção, como na Revolução de 1911, e participou em lutas revolucionárias como a Expedição do Norte e a actual Guerra de Resistência contra o Japão. Mas no longo período de 1927-1937, a sua camada superior, designadamente o sector representado pela camarilha reaccionária no interior do Kuomintang, passou à colaboração com o imperialismo, formou uma aliança reaccionária com a classe dos senhores de terras, traiu os amigos que a tinham ajudado — o Partido Comunista, o proletariado, a classe camponesa e outros sectores da pequena burguesia — traiu a revolução chinesa e provocou a respectiva derrota. Por isso é que, nessa altura, tanto o povo revolucionário como o partido político revolucionário (o Partido Comunista) não puderam deixar de considerar esses elementos burgueses como um dos alvos da revolução. Na Guerra de Resistência, um sector da classe dos grandes senhores de terras e da grande burguesia, representado por Um Tsim-vei, traiu e desertou para o campo do inimigo. Assim, o povo anti-japonês não pôde deixar de ver esses elementos da grande burguesia que traíram os interesses nacionais, como um dos alvos da revolução.

Assim, é evidente que os inimigos da revolução chinesa são muito poderosos. Eles abrangem não apenas as poderosas forças imperialistas' mas também as poderosas forças feudais e ainda, em certos momentos, os reac-

cionários burgueses que colaboram com o imperialismo e as forças feudais e combatem o povo. É portanto errado subestimar a força dos inimigos do povo chinês revolucionário.

Frente a tais inimigos, a revolução chinesa não pode deixar de ser prolongada e cruel. Com tão poderosos inimigos, as forças revolucionárias não podem formar-se, temperar-se e transformar-se em poderio capaz de esmagar definitivamente qualquer inimigo a não ser no decurso dum longo período de tempo. Com inimigos que são extremamente cruéis na liquidação da revolução chinesa, as forças revolucionárias não poderão manter as suas posições nem conquistar as do inimigo se não se temperam e põem em pleno jogo a sua tenacidade. Sendo assim, está errado pensar que as forças da revolução chinesa podem formar-se num abrir e fechar de olhos ou que a luta revolucionária chinesa pode triunfar do dia para a noite.

Frente a tais inimigos, conclui-se que o método, a forma principal da revolução chinesa não pode ser pacífica mas sim armada. Com efeito, os nossos inimigos tornaram a actividade pacífica impossível para o povo chinês, uma vez que o privaram em absoluto de liberdade política. Segundo Estaline, “Na China, a revolução armada luta contra a contra-revolução armada. Essa é uma das características e uma das vantagens da revolução chinesa.”<sup>24</sup> É uma formulação absolutamente correcta. Está pois errado minimizar a luta armada, a guerra revolucionária, a guerra de guerrilhas e o trabalho no exército. Frente a inimigos assim, surge logo a questão das bases de apoio revolucionárias. Dado que, durante um longo

período, as cidades-chave da China estarão ocupadas pela enorme potência dos imperialistas e pelos reacionários chineses, seus aliados, é imperioso, para as fileiras revolucionárias, transformar as aldeias atrasadas em bases de apoio avançadas e consolidadas, em grandes bastiões militares, políticos, económicos e culturais da revolução e, a partir daí, lutar contra os seus inimigos figadais que estão usando as cidades para atacar os distritos rurais, alcançando assim, gradualmente, a vitória total da revolução através duma guerra prolongada; é imperioso agir assim, se não se deseja o compromisso com o imperialismo e os seus lacaios e se se está decidido a lutar, e se se deseja acumular e temperar as nossas forças, evitando as batalhas decisivas contra um inimigo poderoso, num momento em que não se está ainda preparado suficientemente. Assim é que a vitória da revolução chinesa pode ser ganha, primeiro que tudo nas áreas rurais, o que é possível em virtude do desigual desenvolvimento económico da China (a economia desta não é uma economia capitalista unificada), em virtude da vastidão do seu território (que oferece grande espaço para as manobras das forças revolucionárias), em virtude da divisão e multiplicidade de contradições no campo da contra-revolução e, ainda, em virtude de a luta das massas camponesas, que constituem a força principal da revolução, ser dirigida pelo partido do proletariado, o Partido Comunista; são essas mesmas circunstâncias que fazem com que a revolução se desenvolva de modo desigual e tornam árdua e prolongada a tarefa da conquista da vitória total. Está pois evidente que a luta revolucionária prolongada assente nas bases de apoio

revolucionárias há-de consistir principalmente numa guerra de guerrilhas camponesa dirigida pelo Partido Comunista. É por consequência errado ignorar a necessidade de utilização das regiões rurais como bases de apoio revolucionárias, descuidar o trabalho tenaz entre os camponeses e descurar a guerra de guerrilhas.

Mas dar importância à luta armada não significa abandonar as outras formas de luta; pelo contrário, a luta armada não pode ter êxito se não se lhe coordenam essas outras formas de luta. Por outro lado, dar importância ao trabalho nas bases de apoio rurais não significa abandonar o trabalho nas cidades e vastas zonas rurais que ainda vivem sob dominação inimiga; pelo contrário, sem esse trabalho nas cidades e zonas rurais, as nossas bases de apoio ver-se-iam isoladas e a revolução acabaria por sofrer uma derrota. Além disso, o objectivo final da revolução é capturar as cidades, que constituem as principais bases do inimigo, objectivo que não pode ser alcançado sem que se realize aí o necessário trabalho.

Torna-se, pois, claro que a revolução não pode triunfar nas áreas rurais nem nas cidades se não se destrói o exército do inimigo, a arma principal deste contra o povo. Por consequência, além do aniquilamento das tropas inimigas por meio de batalhas, o trabalho destinado a desintegrá-las constitui também uma tarefa importante. Igualmente está claro que não se deve ser impulsivo nem aventureiro no trabalho de propaganda e organização do Partido nas zonas urbanas e rurais de há muito ocupadas pelo inimigo, zonas que são de reacção e obscurantismo, tornando-se sim necessário adoptar a política de trabalhar encobertos, com efectivos reduzidos mas efi-

cazes e acumular forças à espera do momento oportuno. Para dirigir o povo na sua luta contra o inimigo, há que adoptar a tática de avanço progressivo e a passo seguro, partindo do princípio de agir com razão, vantagem e medida, e utilizando toda a possibilidade de luta aberta, legal, no quadro admitido pelas leis, decretos e costumes sociais; de modo nenhum os altos gritos e as acções arrebatadas podem dar qualquer resultado.

### SECÇÃO 3. AS TAREFAS DA REVOLUÇÃO CHINESA

Sendo o imperialismo e a classe dos senhores de terras feudais os principais inimigos da revolução chinesa desta fase, quais são então as tarefas actuais da revolução?

Sem dúvida que as tarefas principais consistem em golpear esses dois inimigos, fazer uma revolução nacional para liquidar a opressão imperialista estrangeira e uma revolução democrática para liquidar a opressão dos senhores de terras feudais, tarefas de que a mais importante é a revolução nacional para liquidação do imperialismo.

Essas duas grandes tarefas estão interligadas. Não pode acabar-se com a dominação da classe dos senhores de terras feudais enquanto não se liquidar a opressão imperialista que é o seu esteio principal. Por outro lado, enquanto não for prestada aos camponeses uma ajuda na luta para liquidarem a classe dos senhores de terras feudais, será impossível formar poderosos contingentes revolucionários e liquidar a dominação imperialista, já que a classe dos senhores de terras feudais constitui a

principal base social da dominação imperialista na China e as massas camponesas representam a força principal da revolução chinesa. Por consequência, as duas tarefas fundamentais, revolução nacional e revolução democrática, apresentam-se ao mesmo tempo distintas e interligadas.

A tarefa da actual revolução nacional chinesa consiste principalmente em lutar contra o imperialismo japonês que nos invadiu o território. Quanto à tarefa da revolução democrática, torna-se necessário cumpri-la para conquistar a vitória na Guerra de Resistência, pois as tarefas das duas revoluções já estão ligadas entre si. É errado considerar a revolução nacional e a revolução democrática como duas fases absolutamente distintas da revolução.

#### SECÇÃO 4- AS FORÇAS MOTRIZES DA REVOLUÇÃO CHINESA

Dada a natureza da nossa sociedade e os alvos e as tarefas da revolução chinesa na fase actual, tal como ficaram analisados e definidos acima, quais são afinal as forças motrizes da revolução?

Se a sociedade chinesa é colonial, semi-colonial e semi-feudal, se os alvos da revolução são, fundamentalmente, a dominação imperialista estrangeira e o feudalismo no interior do país, e se as tarefas da revolução consistem em liquidar essas duas opressões, qual, dentre as várias classes e camadas sociais da sociedade chinesa, constitui a força capaz de combatê-los? Eis a questão das forças motrizes da revolução chinesa na fase actual. Só a

compreensão clara desse ponto torna possível a solução correcta do problema das tácticas fundamentais da revolução chinesa.

Que classes existem hoje na sociedade chinesa? Existe a classe dos senhores de terras e a burguesia, e a classe dos senhores de terras e a camada superior da burguesia são quem dirige essa sociedade. Além disso, existe o proletariado, o campesinato e, ademais do campesinato, os diferentes sectores da pequena burguesia; são essas três classes que, nas grandes áreas da China, continuam a ser as classes subjugadas.

A atitude, a posição dessas classes com respeito à revolução chinesa, é inteiramente determinada pela sua posição sócio-económica. A natureza do sistema sócio-económico determina, por consequência, tanto os alvos e tarefas da revolução como as respectivas forças motrizes.

Analisemos agora as diversas classes da sociedade chinesa.

##### 1. A Classe dos Senhores de Terras

A classe dos senhores de terras forma a principal base social da dominação imperialista na China; trata-se de uma classe que se serve do sistema feudal para explorar e oprimir o campesinato, uma classe que obsta ao desenvolvimento político, económico e cultural da sociedade chinesa e não desempenha qualquer papel progressista. Sendo assim, como classe, os senhores de terras constituem um alvo e não uma força motriz da revolução.

Na Guerra de Resistência, uma parte dos grandes senhores de terras, seguindo parte da grande burguesia (os capitulacionistas), rendeu-se aos agressores japoneses,

converteu-se em traidor, enquanto que a outra parte dos grandes senhores de terras, seguindo parte da grande burguesia (os obstinados), revela-se muito vacilante, embora permanecendo no campo anti-japonês. Contudo, são bastantes os nobres esclarecidos que, sendo médios ou pequenos senhores de terras e apresentando uma certa coloração capitalista, demonstram algum entusiasmo anti-japonês, razão por que devemos unir-nos a eles na luta comum contra o Japão.

## 2. A Burguesia

Há uma distinção a fazer entre a grande burguesia compradora e a burguesia nacional.

A grande burguesia compradora é uma classe que serve directamente os capitalistas dos países imperialistas que a alimentam; inúmeros laços a ligam também estreitamente às forças feudais nas regiões rurais do país. Assim, ela constitui um dos alvos da revolução chinesa, nunca se tendo apresentado como força motriz da revolução, ao longo da história desta.

Os diferentes sectores da grande burguesia compradora, porém, têm de pagar tributo a distintas potências imperialistas, de tal maneira que, quando as contradições entre estas se tornam muito agudas e a revolução é principalmente dirigida contra esta ou a-quela potência imperialista em particular, é possível aos sectores da classe compradora que servem outras potências imperialistas, aderir temporária e limitadamente à frente anti-imperialista do momento, voltando-se contra a revolução logo que os seus amos o façam.

Na Guerra de Resistência em curso, a grande burguesia pró-japonesa (os capitulacionistas) ou já se rendeu

ou está a preparar-se para isso. A grande burguesia pró-europeia e pró-americana (os obstinados) hesita bastante, embora permaneça no campo anti-japonês, faz o duplo jogo de resistência ao Japão e, simultaneamente, oposição ao Partido Comunista. A nossa política com relação aos capitulacionistas da grande burguesia consiste em tratá-los como inimigos e lutar resolutamente para aniquilá-los. Com respeito aos obstinados da grande burguesia, nós empregamos uma política revolucionária dupla: por um lado, dado que ainda se encontram no campo anti-japonês, uni-mo-nos a eles, exploramos-lhes as contradições com o imperialismo japonês, e, por outro lado, combatêmo-los firmemente, na medida em que prosseguem uma política de repressão, anticomunista e anti-povo, sabotadora da resistência e da unidade. Sem esse combate, a resistência e a unidade ficam comprometidas.

A burguesia nacional é uma classe de carácter duplo.

Por um lado, vive oprimida pelo imperialismo e está entravada pelo feudalismo, o que a coloca em contradição com ambos. Assim, desse ponto de vista, constitui uma das forças revolucionárias, tendo demonstrado na história da revolução chinesa um relativo entusiasmo no combate ao imperialismo e aos governos de burocratas e caudilhos militares.

Por outro lado, porém, falta-lhe coragem para opor-se resolutamente ao imperialismo e ao feudalismo, tanto em virtude da sua debilidade económica e política como em razão de não ter cortado todos os laços económicos com estes. Isso verifica-se de modo bem claro quando as forças revolucionárias populares se expandem po-

derosamente. Do duplo carácter da burguesia nacional decorre a possibilidade de, em certa medida e em certos momentos, ela participar na revolução contra o imperialismo e o governo dos burocratas e caudilhos militares, de actuar como uma força revolucionária, existindo, porém, noutros momentos, o perigo de seguir a grande burguesia compradora e actuar como cúmplice desta na contra-revolução.

Na China, a burguesia nacional, fundamentalmente constituída pela média burguesia, nunca teve de facto qualquer poder político, sempre esteve submetida à política reaccionária da classe dos grandes senhores de terras e da grande burguesia no poder, não obstante ter-lhes seguido os passos, na oposição à revolução no período que vai de 1927 a 1931 (antes do Incidente de 18 de Setembro). Na actual Guerra de Resistência, ela difere tanto dos capitulacionistas da classe dos grandes senhores de terras e da grande burguesia como dos obstinados da grande burguesia, constituindo até, hoje em dia, um aliado relativamente bom. Assim, é absolutamente necessário observar uma política prudente com relação à burguesia nacional.

### 3. Os Diversos Sectores da Pequena Burguesia além dos Camponeses

Além dos camponeses, a pequena burguesia compreende um grande número de intelectuais, pequenos comerciantes, artesãos e membros das profissões liberais. Todos esses sectores da pequena burguesia assemelham-se, em certo grau, aos elementos médios da classe camponesa, no que respeita a situação. Eles sofrem a opressão do imperialismo, do feudalismo e da grande

burguesia, e vêem-se cada dia mais empurrados para a falência, para a ruína.

Daí segue-se que tais sectores da pequena burguesia constituem uma das forças motrizes da revolução e são um aliado seguro do proletariado. Só sob direcção do proletariado poderão esses sectores atingir a libertação. Analisemos agora os diversos sectores da pequena burguesia, além da massa dos camponeses.

Primeiro, os intelectuais e a juventude estudantil. Estes não constituem nem uma classe nem uma camada social. Na China de hoje, muitos deles devem ser situados na categoria da pequena burguesia, de acordo com a respectiva origem de família, condições de vida e posição política. O seu volume cresceu de modo considerável nas últimas décadas. Além do sector de intelectuais que se associou aos imperialistas e à grande burguesia, servindo os interesses destes e combatendo o povo, os intelectuais e os estudantes, em geral, vivem oprimidos pelo imperialismo, pelo feudalismo e pela grande burguesia, e encontram-se ameaçados de desemprego ou interrupção dos estudos. Como consequência, revelam uma forte tendência revolucionária. Melhor ou pior, estão armados com conhecimentos científicos e desempenham com frequência um papel de vanguarda ou servem de ponte para as massas nesta fase da revolução chinesa. O movimento dos estudantes chineses no estrangeiro, anterior à Revolução de 1911, o Movimento de 4 de Maio de 1919, o Movimento de 30 de Maio de 1925 e o Movimento de 9 de Dezembro de 1935 são provas evidentes disso. Em especial, as grandes massas de intelectuais

mais ou menos empobrecidos podem juntar-se aos operários e camponeses, apoiando ou participando na revolução. Na China, foi entre os intelectuais e a juventude estudantil que a ideologia marxista-leninista começou a ser amplamente difundida e aceite. As forças revolucionárias não podem organizar-se com sucesso nem o trabalho revolucionário ser conduzido com êxito sem a participação dos intelectuais revolucionários. Simplesmente, enquanto não se incorporam de alma e coração nas lutas revolucionárias das massas, enquanto não se decidem a servir os interesses das massas e a fundir-se com elas, os intelectuais tendem com frequência a ser subjectivistas, individualistas, pouco práticos no raciocínio e irresolutos na acção. Daí que, embora a massa de intelectuais revolucionários chineses desempenhe um papel de vanguarda e sirva de elemento de ligação para as massas populares, nem todos hão-de permanecer revolucionários até ao fim. Uma parte abandonará as fileiras da revolução nos momentos críticos e tornar-se-á passiva, podendo até alguns tornar-se inimigos da revolução. Esses defeitos dos intelectuais só podem ser vencidos no próprio decorrer da luta prolongada travada pelas massas.

Segundo, os pequenos comerciantes. Em geral, estes possuem pequenos estabelecimentos e empregam poucos ou nenhuns auxiliares. Vivem ameaçados de falência, em resultado da exploração por parte do imperialismo, grande burguesia e usurários.

Terceiro, os artesãos. Os artesãos são muito numerosos. Dispõem de meios próprios de produção e não engajam trabalhadores, mas podem ter um a dois aprendizes ou

ajudantes. A sua situação é semelhante à dos camponeses médios.

Quarto, os membros das profissões liberais. São vários os membros dessas profissões, os médicos constituem um sector. Eles não exploram terceiros ou fazem-no em grau muito reduzido. A sua posição é comparável à dos artesãos.

Todos esses sectores da pequena burguesia formam uma grande massa de gente que temos de ganhar e proteger, pois, dum modo geral, podem apoiar a revolução, incorporar-se nesta e ser excelentes aliados. A sua fraqueza está na facilidade com que alguns são influenciados pela burguesia, razão por que devemos fazer um trabalho revolucionário de propaganda e organização junto deles.

#### 4. O Campesinato

Os camponeses representam aproximadamente oitenta por cento da população total da China e constituem, actualmente, a força principal da economia nacional chinesa.

Um processo de diferenciação violenta está em curso no seio das massas camponesas. Primeiro, os camponeses ricos. Estes representam cerca de cinco por cento da população rural (ou cerca de dez por cento, juntamente com os senhores de terras) e formam a burguesia rural. A maioria dos camponeses ricos da China tem um carácter semi-feudal, na medida em que arrenda parte das suas terras, pratica a usura e também explora despiadadamente os assalariados agrícolas. De modo geral, porém, eles participam igualmente de modo directo no trabalho do campo, pelo que, em certo sentido, fazem parte da massa dos camponeses. O tipo de produção dos

camponeses ricos permanecerá útil durante um certo período. Geralmente, eles podem dar uma certa contribuição à luta anti-imperialista das massas camponesas e ser neutros quanto à luta revolucionária agrária contra os senhores de terras. Por consequência, não devemos considerá-los como uma parte dos senhores de terras nem adoptar, prematura-mente, uma política de liquidação do campesinato rico.

Segundo, os camponeses médios. Estes constituem cerca de vinte por cento da população rural da China; em geral não exploram terceiros, são auto-suficientes do ponto de vista económico (chegam a economizar algo quando as colheitas são boas e, ocasionalmente, empregam alguns trabalhadores ou emprestam, a juros, pequenas somas em dinheiro), e sofrem também a exploração realizada pelo imperialismo, pela classe dos senhores de terras e pela burguesia. Estão privados de direitos políticos. Alguns não dispõem de terra suficiente; apenas um sector (os camponeses médios abastados) possui um pequeno excedente de terras. Os camponeses médios podem aderir à revolução anti-imperialista e à revolução agrária, assim como podem aceitar o socialismo. Por consequência, o conjunto da massa de camponeses médios pode converter-se num aliado seguro do proletariado, constituindo uma parte importante das forças motrizes da revolução. A atitude positiva ou negativa dos camponeses médios é um dos factores determinantes da vitória ou da derrota da revolução, o que será particularmente verdadeiro depois da revolução agrária, quando passarem a constituir a maioria da população rural.

Terceiro, os camponeses pobres. Os camponeses pobres

na China, juntamente com os assalariados agrícolas, perfazem cerca de setenta por cento da população rural. São a grande massa camponesa sem terras, ou com terras insuficientes, o semi-proletariado rural, a maior força motriz da revolução chinesa e o aliado natural e mais seguro do proletariado, bem como o contingente principal das forças revolucionárias da China. Os camponeses pobres e os camponeses médios só podem atingir a libertação dirigidos pelo proletariado, e este só pode conduzir a revolução à vitória se formar uma sólida aliança com as massas de camponeses pobres e médios. A não ser assim, tudo se torna impossível. A expressão "camponeses" significa, sobretudo, camponeses pobres e camponeses médios.

#### 5. O Proletariado

Entre o proletariado chinês, os operários da indústria moderna cifram-se em dois milhões e quinhentos mil a três milhões; os assalariados da pequena indústria e dos estabelecimentos artesanais, mais os empregados do comércio, nas cidades, perfazem um total de cerca de doze milhões, aos quais há que juntar ainda um grande número de proletários rurais (os assalariados agrícolas) e outros proletários urbanos e rurais.

Além das qualidades básicas que apresenta em geral — estar ligado à forma mais avançada de economia, possuir alto sentido de organização e disciplina, não dispor em propriedade privada de meios de produção — o proletariado chinês apresenta ainda muitas outras qualidades que o caracterizam.

Quais?

Primeiro, o facto de sentir na carne três tipos de opressão

(opressão imperialista, opressão burguesa e opressão pelas forças feudais), cujo rigor e crueldade são raros entre as demais nações no mundo, donde o ser mais decidido e conseqüente que as outras classes na luta revolucionária. E dado que na China colonial e semi-colonial não existe, como na Europa, uma base económica para o reformismo social, a totalidade do proletariado, exceptuando alguns fura-greves, é revolucionária no mais alto ponto. Segundo, desde o momento em que surgiu na cena revolucionária, o proletariado chinês tem estado sob a direcção do seu próprio partido revolucionário — o Partido Comunista da China — e converteu-se na classe politicamente mais consciente da sociedade chinesa.

Terceiro, dado que, pela origem, é constituído em grande parte por camponeses arruinados, o proletariado mantém laços naturais com as grandes massas camponesas, o que facilita a sua estreita aliança com estas.

Assim, não obstante certa debilidade inevitável, por exemplo, o seu reduzido volume (comparado ao das massas camponesas), a sua relativa juventude (comparada à do proletariado dos países capitalistas) e o pouco elevado nível de cultura (comparado com a burguesia), o proletariado chinês acabou por tornar-se na força motriz fundamental da revolução chinesa. A não ser dirigida pelo proletariado, a revolução chinesa não poderá seguramente vencer. Recorrendo a um exemplo do passado, vê-se que a Revolução de 1911 abortou porque o proletariado não participava aí conscientemente e o Partido Comunista não existia nessa altura. Se, mais recentemente, a Revolução de 1924-1927 obteve grande êxito, embora temporário, foi porque o proletariado

participou conscientemente nela, assumiu a respectiva direcção, e o Partido Comunista já existia; e se depois também fracassou, foi porque a grande burguesia traiu a revolução e a aliança que estabelecera com o proletariado, abandonando o programa revolucionário comum, e ainda porque o proletariado e o partido político deste não dispunham então da suficiente experiência revolucionária. Vejamos agora a actual Guerra de Resistência contra o Japão: como o proletariado e o Partido Comunista exercem, desde o começo, a direcção na Frente Única Nacional Anti-japonesa, a nação inteira ficou unificada e pas-sou-se à grande Guerra de Resistência contra o Japão que está sendo resolutamente levada por diante. Mas o proletariado chinês deve compreender que, embora sendo a classe de mais elevado grau de consciência política e maior sentido de organização, jamais poderá conquistar a vitória valendo-se única e exclusivamente das suas próprias forças. Para vencer, o proletariado deve, atendendo às distintas circunstâncias, unir-se a todas as classes e camadas sociais que possam tomar parte na revolução e organizar uma frente única revolucionária. Dentre as classes da sociedade chinesa, o campesinato é um aliado firme da classe operária, a pequena burguesia das cidades é um aliado de confiança e a burguesia nacional um aliado em certos períodos e até certo ponto. É uma das leis fundamentais definidas pela história da revolução na China moderna.

## 6. O Lumpen-Proletariado

A situação de colónia e semi-colónia deu lugar na China ao aparecimento duma multidão de desempregados, no campo e nas cidades. Sendo-lhes recusados os meios de

levar uma vida honesta, muitos deles vêem-se forçados a recorrer a meios ilícitos, entre-gando-se à pilhagem, banditismo, mendicidade e prostituição, assim como à exploração profissional da superstição. Essa camada social é instável. En-quanto uns se mostram capazes de ser assolados pelas forças reaccionárias, outros são susceptíveis de aderir à revolução. Tais indivíduos não têm espírito construtivo, são mais aptos a destruir do que a construir. Quando intervêm na revolução, convertem-se em fonte da mentalidade de bando rebelde errante e anarquismo no interior das fileiras revolucionárias, razão por que precisamos de saber remodelá-los, guardando-nos contra o seu espírito destrutivo. O que se disse constitui a nossa análise quanto às forças motrizes da revolução chinesa.

## SECÇÃO 5. O CARÁCTER DA REVOLUÇÃO CHINESA

Agora já se sabe que carácter tem a sociedade chinesa, isto é, qual a situação específica da China; essa compreensão constitui um requisito prévio e essencial para a solução dos problemas da revolução chinesa. Além disso, estamos igualmente esclarecidos sobre os alvos, as tarefas e as forças motrizes da revolução chinesa, pontos que constituem questões de base na fase actual da revolução, resultantes justamente do carácter particular da sociedade chinesa, quer dizer, da situação específica desta. Compreendido tudo isso, podemos entender agora uma outra questão básica da revolução na fase actual, isto é, o carácter da revolução.

Qual é pois o carácter da revolução chinesa na fase actual? Tratar-se-á duma revolução democrático-burguesa ou duma revolução socialista-proletária? Como é evidente, não se trata da última mas sim da primeira. Sendo a sociedade chinesa colonial, semi-colonial e semi-feudal, sendo os principais inimigos da revolução chinesa o imperialismo e as forças feudais, sendo as tarefas da revolução a liquidação desses dois inimigos, por meio duma revolução nacional e duma revolução democrática em que a burguesia participa por vezes, e estando o gume da revolução dirigido contra o imperialismo e o feudalismo, e não contra o capitalismo e a propriedade privada capitalista em geral, nem mesmo que a grande burguesia atraíção a revolução e se converta em inimigo — sendo assim, o carácter da revolução chinesa, na actualidade, não é socialista-proletário mas sim democrático-burguês.<sup>2</sup>» y Mas a actual revolução democrático-burguesa da China não é mais do tipo velho e geral, tipo já antiquado, mas sim uma revolução democrático-burguesa de tipo novo, específico. Tal revolução está em desenvolvimento na China e nos demais países coloniais e semi-coloniais e chama-se revolução de democracia nova. A revolução de democracia nova é parte da revolução socialista-proletária mundial, está resolutamente oposta ao imperialismo, isto é, ao capitalismo internacional. Politicamente, significa ditadura conjunta das classes revolucionárias sobre os imperialistas, traidores e reaccionários, e opõe-se à transformação da sociedade chinesa numa sociedade de ditadura burguesa. Economicamente, tem como objectivo a nacionalização do grande capital e das grandes

empresas dos imperialistas, dos traidores e dos reac-  
cionários, assim como a distribuição pelos camponeses  
das terras da classe dos senhores de terras, preservando  
ao mesmo tempo as empresas capitalistas privadas em  
geral e não liquidando a economia dos camponeses  
ricos. Desse modo, o novo tipo de revolução democrá-  
tica, embora abrindo caminho ao capitalismo, cria as con-  
dições prévias do socialismo. A fase actual da revolução  
chinesa é uma fase de transição cujo objectivo é acabar  
com a sociedade colonial, semi-colonial e semi-feudal e  
preparar as condições para o estabelecimento da socie-  
dade socialista, quer dizer, é o processo duma revolução  
de democracia nova. Tal processo só começou depois  
da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de Outubro  
na Rússia e, na China, com o Movimento de 4 de Maio  
de 1919. A revolução de democracia nova é a revolução  
anti-imperialista e anti-feudal das grandes massas do  
povo, sob direcção do proletariado. A sociedade chinesa  
só pode progredir em direcção do socialismo por meio  
dessa revolução. Não há outro caminho.

A revolução de democracia nova é muito diferente das  
revoluções democráticas da história da Europa e Amé-  
rica, na medida em que não dá lugar à ditadura da  
burguesia, mas sim à ditadura da frente única de todas  
as classes revolucionárias, sob direcção do proletari-  
ado. Na actual Guerra de Resistência, o poder político  
democrático anti-japonês, estabelecido nas bases de  
apoio dirigidas pelo Partido Comunista da China, é um  
poder político da Frente Única Nacional Anti-japonesa;  
nem se trata duma ditadura exclusiva da burguesia nem  
duma ditadura exclusiva do proletariado, sendo sim a

ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias,  
sob direcção do proletariado, todos os que defendem a  
resistência ao Japão e são pela democracia têm o direito  
de intervir nesse poder político, não importa a sua aflu-  
ência partidária.

A revolução de democracia nova difere também da rev-  
olução socialista; ela liquida na China o jugo dos impe-  
rialistas, traidores e reacconários, mas não destrói os  
sectores do capitalismo susceptíveis de participar na luta  
anti-imperialista e anti-feudal.

A revolução de democracia nova concorda basicamente  
com a revolução dos Três Princípios do Povo precon-  
izada pelo Dr. Sun Yat-sen, em 1924. No “Manifesto do  
I Congresso Nacional do Kuomintang”, publicado nesse  
mesmo ano, o Dr. Sun Yat-sen declarou:

“Nos Estados modernos, o chamado sistema democrá-  
tico está geralmente monopolizado pela burguesia e con-  
verteu-se num puro instrumento para oprimir a gente  
comum. Em contrapartida, o princípio de democracia  
do Kuomintang significa um sistema democrático da  
gente comum, não dominado a título privado por uns  
quantos.”

E acrescentou:

“As empresas como os bancos, caminhos de ferro e linhas  
aéreas, sejam propriedade de chineses ou de estrangei-  
ros, desde que sejam monopolistas no seu carácter ou  
grandes de mais para uma manipulação a título privado,  
devem ser exploradas e administradas pelo Estado, de  
modo que o capital privado não domine a vida económi-  
ca do povo: eis o sentido principal da limitação do capi-  
tal.”

E, uma vez mais, nesse seu testamento, o Dr. Sun Yat-sen reafirmou os princípios fundamentais de política interna e externa dizendo: “É necessário despertarmos as massas populares e unirmo-nos, em combate comum, às nações do mundo que nos tratem em pé de igualdade”. Assim, os Três Princípios do Povo da velha democracia, adequados à antiga situação internacional e interna, foram convertidos nos Três Princípios do Povo da democracia nova, adaptados às novas condições internacionais e internas. No manifesto de 22 de Setembro de 1937, referindo-se à última espécie de Três Princípios do Povo, não a quaisquer outros princípios, o Partido Comunista declarou que “sendo os Três Princípios do Povo aquilo de que a China necessita hoje, o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização”. Esses Três Princípios do Povo englobam as Três Grandes Políticas do Dr. Sun Yat-sen — aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários. Nas novas condições internacionais e internas, quaisquer Três Princípios do Povo que se afastem das Três Grandes Políticas são não-revolucionários. (Nós não consideraremos aqui o facto de o comunismo e os Três Princípios do Povo serem diferentes na generalidade dos seus aspectos, não obstante a sua concordância quanto ao programa político fundamental da revolução democrática.)

Assim, o papel do proletariado, campesinato e outros sectores da pequena burguesia na revolução democrático-burguesa da China não pode ser ignorado, nem em matéria de alinhamento das forças para a luta (frente única), nem em matéria de organização do poder de Es-

tado. Quem tentar pôr de lado o proletariado, o campesinato e os outros sectores da pequena burguesia, ficará seguramente incapaz de resolver o problema dos destinos da nação chinesa, bem como todos os outros problemas da China. Na fase actual, a república democrática que a revolução chinesa pretende estabelecer será uma república democrática em que os operários, os camponeses e os demais sectores da pequena burguesia ocupam e desempenham todos o papel e a posição devidos. Por outras palavras, deve fundar-se uma república democrática baseada na aliança revolucionária dos operários, camponeses, pequena burguesia urbana e todos aqueles que sejam contra o imperialismo e o feudalismo. Tal república só poderá ser de todo realizada sob direcção do proletariado.

## SECÇÃO 6. AS PERSPECTIVAS DA REVOLUÇÃO CHINESA

Esclarecidas as questões fundamentais — natureza da sociedade chinesa, alvos, tarefas, forças motrizes e carácter da revolução na fase actual — torna-se fácil compreender as perspectivas da revolução chinesa, isto é, as relações entre a revolução democrático--burguesa e a revolução socialista-proletária na China, entre as etapas presente e futura da revolução chinesa. Não pode haver dúvidas que a perspectiva final da revolução chinesa não é o capitalismo, mas sim o socialismo e o comunismo, uma vez que a revolução democrático-burguesa da China na fase actual já não pertence ao velho tipo geral, mas sim a um tipo novo, específico — a

revolução de democracia nova — e ocorre nas novas circunstâncias internacionais das décadas três e quatro do século XX, circunstâncias caracterizadas pela ascensão do socialismo e declínio do capitalismo, na época da Segunda Guerra Mundial e da revolução.

Mas não constitui qualquer surpresa, é, pelo contrário, inteiramente de esperar, que uma economia capitalista venha a desenvolver-se, dentro de certos limites, no seio da sociedade chinesa, depois da vitória da revolução, como resultado da remoção dos obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, e na medida em que o propósito da revolução chinesa, na etapa presente, consiste em substituir o actual estado colonial, semi-colonial e semi-feudal da sociedade, quer dizer, em lutar pela realização plena duma revolução de democracia nova. Um certo grau de desenvolvimento capitalista, porém, será o resultado inevitável da vitória da revolução democrática numa China que está economicamente atrasada. Mas isso será apenas um resultado da eclosão da revolução chinesa, não o quadro completo. O quadro completo revelará um desenvolvimento dos factores socialistas tanto como dos factores capitalistas. Quais são os factores socialistas? São o aumento crescente da importância relativa do proletariado e do Partido Comunista entre as forças políticas do país; a aceitação ou possibilidade de aceitação da direcção do proletariado e do Partido Comunista, por parte das massas camponesas, dos intelectuais e da pequena burguesia urbana; o sector estatal da economia, pertença da república democrática, e o sector da economia cooperativa, pertença do povo trabalhador. Tudo isso são factores socialistas. Com

uma situação inter-nacional favorável, aliás, a existência desses factores torna muito provável que a revolução democrático-burguesa da China consiga evitar o futuro capitalista e realize o futuro socialista.

## SECÇÃO 7- A DUPLA TAREFA DA REVOLUÇÃO CHINESA E O PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

Fazendo o balanço das secções anteriores deste capítulo, vê-se que a revolução chinesa implica, no conjunto, uma dupla tarefa. Por outras palavras, ela abrange a revolução democrático-burguesa (a revolução de democracia nova) e a revolução socialista-proletária, isto é, as fases presente e futura da revolução. A direcção nessa dupla tarefa revolucionária incumbe ao Partido Comunista da China, o partido do proletariado, já que, sem essa direcção, nenhuma revolução poderá vencer.

Concluir a revolução democrático-burguesa na China (revolução de democracia nova) e estar pronto a transformá-la numa revolução socialista, quando estejam reunidas as condições necessárias para isso, é o todo da grande e gloriosa tarefa revolucionária do Partido Comunista da China. Todos os membros do Partido devem lutar pelo cumprimento de tal tarefa, não se deixando, em circunstância nenhuma, ficar a meio do caminho. Alguns comunistas, politicamente imaturos, pensam que a nossa tarefa se limita à actual revolução democrática, não incluindo portanto a futura revolução socialista; ou julgam que a revolução presente ou a revolução agrária é já a revolução socialista. Há que sublinhar fortemente que tais pontos de vista são falsos. Todo o

comunista deve saber que, no seu conjunto, na China, o movimento revolucionário dirigido pelo Partido Comunista é um movimento integral que abrange duas etapas, isto é, a revolução democrática e a revolução socialista, que são dois processos revolucionários essencialmente diferentes, sendo que o segundo processo só pode ser realizado depois que o primeiro tenha sido concluído. A revolução democrática é a preparação necessária para a revolução socialista e a revolução socialista é a tendência inevitável da revolução democrática. O objectivo último por que se batem todos os comunistas é a instauração definitiva duma sociedade socialista, duma sociedade comunista. A compreensão clara das diferenças e das relações entre a revolução democrática e a revolução socialista é indispensável para a orientação correcta da revolução chinesa.

A excepção do Partido Comunista, nenhum partido político (burguês ou pequeno-burguês) é capaz de cumprir a tarefa de levar até ao fim as duas grandes revoluções da China — a revolução democrática e a revolução socialista. Desde a sua fundação, o Partido Comunista tomou sobre si essa dupla tarefa, por cuja realização tem combatido tenazmente ao longo destes últimos dezoito anos. Trata-se duma tarefa que é, ao mesmo tempo, muito gloriosa e muito árdua. Ela não pode ser concluída sem a existência dum Partido Comunista da China bolchevizado, de escala nacional e carácter de grandes massas, um partido bem consolidado nos planos ideológico, político e de organização. Sendo assim, incumbe a cada comunista a responsabilidade de participar activamente na edificação desse Partido.

## NOTAS

1 Através de lendas sabe-se que a bússola foi inventada na China, há já muito tempo. Pela expressão “o íman atrai o ferro”, contida no Luicbi Tcbuentsiu (Notas Históricas de L/ii Bu-vei), escrito na época de Zancuo (época dos Reinos Combatentes), século III A.C., vê-se que já então os chineses sabiam que o íman atraía o ferro. Nos primeiros anos da dinastia Han de Leste, começos do século I, Vam Tchum escreveu no seu Lun Hem (Raciocínios Críticos) que o cabo da agulha magnética apontava para o Sul, do que se que já estava descoberta a polaridade do íman nessa altura. Nos começos do século XII, época do imperador Hueitsum, dinastia Som, no Pindjou Cotan de Tchu Iu (Conversações de Pindjou) e no Siuangho Ponche Caoli Tutsim de Siu Tsim (Notas de Viagem pela Coreia do Enviado do Imperador na Época de Siuangho), fala-se do emprego da bússola para a navegação marítima, donde se conclui com evidência que o uso da bússola tinha alcançado já grande difusão.

2 Tsai Lun, eunuco da dinastia Han de Leste, fabricou pela primeira vez papel, a partir de cascas de árvores, cânhamo, trapos e redes velhas de pesca. No ano 105, último ano do imperador Ho, dinastia Han, Tsai Lun apresentou-lhe o seu invento e, desde então, o processo de fabrico de papel a partir de fibras vegetais começou a generalizar-se gradualmente na China. Daí o nome de “papel do eunuco Tsai”.

3 A imprensa de pranchas gravadas foi inventada por volta do ano 600, na dinastia Sui.

4 A imprensa de caracteres móveis foi inventada por Pi Chem, na época do imperador Jcntsum, dinastia Som, divisa Tchlinli, entre 1041 e 1048.

5 Segundo a tradição, a pólvora foi descoberta na China no século IX, sendo já usada militarmente, em canhões, por volta do século XI.

6 Trata-se da primeira grande insurreição camponesa. Em 209 A.C., isto é, ano primeiro do reinado do segundo imperador da di-

nastia Tchin, Tchen Chem e Vu Cuam, que marchavam para garantir um posto de fronteira, organizaram no distrito de Tsicicn (actualmente distrito de Sucion, província de Anghuei) os 900 soldados com quem seguiam, numa rebelião contra a tirania dos Tchins, acontecimento que repercutiu imediatamente por todo o país. Siam lu e um tio seu, Siam Liam, recrutaram tropas no Vu (actualmente distrito de Vucien, província de Quiansu). Liu Pam recrutou tropas no Pei (actualmente distrito de Peicien, província de Xantum).

As forças de Siam aniquilaram as tropas principais dos Tchins, enquanto que as forças de Liu ocuparam Quantchum e a capital dos Tchins. A partir daí, porém, iniciou-se entre Liu e Siam uma guerra que desembocou na derrota e suicídio de Siam lu. Liu Pam foi proclamado imperador, em substituição dos Tchins. Foi o fundador da dinastia dos Hans.

7 Nos últimos anos da dinastia Han de Oeste, a agitação e as revoltas camponesas de pequena envergadura sucediam-se por todo o país. No ano 8, Vam Mam, que se proclamara imperador em substituição dos Hans, propôs medidas no sentido duma reforma, visando acalmar a agitação camponesa. Nessa altura, porém, registaram-se grandes fomes no Sul, e Vam Cuam e Vam Fom, originários do distrito de Sinchi (actualmente distrito de Quinxan, província de Hupei) foram eleitos chefes do levantamento pelas massas impelidas pela fome. Mais tarde o exército camponês avançou combatendo até Nam-iam e passou a designar-se “Exército de Sinchi”. Sob comando de Tchen Mu, originário de Pinlin (nordeste do actual distrito de Suicicn, província de Hupei), mais de mil homens passaram à insurreição, organizando-se depois sob o nome de “Exército de Pinlin”. Tchimei e Tonma são também exércitos camponeses rebeldes da época de Vam Mam. A Insurreição de Tonma desenrolou-se no centro da província de Hopei e a Insurreição de Tchimei ocorreu no centro da província de Xantum. O chefe da Insurreição de Tchimei era Fan Tchom. Como os insurrectos pintavam as sobranceiras de vermelho, o seu exército passou a chamar-se “Exército de Sobranceiras Vermelhas”; era o maior exército da insurreição camponesa dessa altura.

s No ano 184, durante o reinado do imperador Lim, dinastia Han

de Leste, Tcham Tsiao organizou uma insurreição camponesa, em que, como símbolo, as tropas usavam turbantes amarelos.

9 Nos começos do século VII, últimos anos da dinastia Sui, os camponeses revoltavam-se com frequência. Li Mi e Tou Quicn-te foram os líderes dessas insurreições, respectivamente em Honan e Hopei. As forças que dirigiam eram poderosas.

10 No ano 874, reinado do imperador Sitsum, dinastia Tam, Vam Sien-tchi dirigiu uma insurreição no Xantum. No ano seguinte, Huam Tchao organizou uma insurreição em apoio a Vam Sien-tchi. Ver nota 2 ao artigo “Sobre a Eliminação das Concepções Erradas no Seio do Partido”, Obras Escolhidas de Mao Tse-tung, Tomo I.

11 Som Quiam, Fuam La, famosos líderes de insurreições camponesas no Norte e no Sul da China, começos do século XII, reinado do imperador Hucitsum, dinastia Som, divisa Siuangho. Som Quiam actuava nas regiões de fronteira entre Pim-ian, Xantum, Hopei, Honan e Quiansu, enquanto que Fuam La operava no Tch-equiam e Anghuei.

12 Em 1551, no décimo primeiro ano do reinado do imperador Chuen, dinastia Iuan, divisa Chitchem, Tchu Iuantcham, natural do distrito de Fom-iam, província de Anghuei, juntou-se às forças insurrectas de Cuo Tse-sin. Após a morte de Cuo, Tchu assumiu o comando supremo e, finalmente, derrubou a dominação dos Mongóis. Foi o primeiro imperador da dinastia Mim.

13 Ver nota 3 ao artigo “Sobre a Eliminação das Concepções Erradas no Seio do Partido”, Obras Escolhidas de Mao Tse-tung, Tomo I.

14 Ver nota 33 ao artigo “Sobre a Tática na Luta contra o Imperialismo Japonês”, Obras Escolhidas de Mao Tsetitng, Tomo I.

15 Durante muitas dezenas de anos, a partir dos fins do século XVIII, a Inglaterra exportou para a China quantidades crescentes de ópio, tráfico que não só intoxicava gravemente o povo chinês como ainda provocava uma enorme fuga da prata chinesa. O tráfico provocou oposição por parte da China. Em 1840, sob pretexto de salvaguardar o seu comércio, a Inglaterra expediu tropas contra a China. Dirigidas por Lin Tse-siu, as tropas chinesas

opuseram resistência, ao mesmo tempo que a população de Cantão organizava espontaneamente “Corpos de Repressão Anti-Ingleses” e vibrava sérios golpes nas forças agressoras inglesas. Não obstante, em 1842 o governo corrompido dos Tsins assinou com a Inglaterra o Tratado de Nanquim. Esse tratado estipulava que a China devia pagar indenizações e ceder Hong Kong à Inglaterra, estabelecia ademais que os portos de Xangai, Fudjou, Amói, Nimpo e Cantão passavam a ficar abertos ao comércio inglês e que as tarifas alfandegárias sobre as mercadorias inglesas na China deviam ser fixadas conjuntamente pelos dois países.

16 De 1856 a 1860, a Inglaterra e a França, ajudadas pelos Estados Unidos e pela Rússia czarista, coligaram-se numa guerra de agressão contra a China. O governo dos Tsins, que se devotava na altura a reprimir com todas as suas energias a revolução camponesa do Reino Celestial dos Taipins, adoptou a política de resistência passiva ao agressor estrangeiro. As forças coligadas anglo-francesas ocuparam importantes cidades, como Cantão, Tientsim e Pequim, pilharam e incendiaram o palácio Iuan Mim Iuan, em Pequim, e forçaram o governo Tsim a assinar os tratados de Tientsim e Pequim. As cláusulas principais desses tratados previam a abertura ao comércio estrangeiro dos portos de Tientsim, Niutchuan, Tendjou, Taiwan, Tanclmei, Tchaodjou, Tsiundjou, Nanquim, Tchcnquiam, Quiouquiam e Hancou, e garantiam aos estrangeiros privilégios especiais de circulação e exercício de actividades missionárias na China, bem como de navegação nas águas interiores chinesas. A partir de então, as forças de agressão estrangeiras espalharam-se por todas as províncias do litoral chinês e introduziram-se profundamente no interior do país.

17 Em 1884-1885, os agressores franceses invadiram o Vietnam, Cuansi, Fuquian, Taiwan, Tchequiam, etc. Sob o comando de Fom Tse-tsai e Liu Iom-fu, as tropas chinesas passaram heroicamente à resistência, alcançando uma série de vitórias. A despeito disso, o governo corrompido dos Tsins assinou o humilhante Tratado de Tientsim, em que reconhecia a ocupação do Vietnam por parte da França e permitia a expansão das forças desta para as regiões do Sul da China.

38 Em 1900, oito países imperialistas — Inglaterra, Estados Unidos,

Alemanha, França, Rússia, Japão, Itália e Áustria — organizaram uma força conjunta para agredir a China, tentando assim reprimir o Movimento de Iliotuan do povo chinês contra a agressão imperialista. O povo chinês resistiu heroicamente. As forças conjuntas das oito potências imperialistas tomaram Tacu e ocuparam Tientsim e Pequim. Em 1901, o governo dos Tsins assinou com as ditas potências o Tratado de 1901, cujas cláusulas principais estabeleciam que a China devia pagar-lhes a pesada soma de 450 milhões de lian-pta, a título de reparações de guerra, e garantir-lhes o injusto privilégio especial de estacionar tropas em Pequim e na área que vai de Pequim a Tientsim e Xanghaiquan.

19 A jurisdição consular era um dos privilégios especiais estabelecidos pelos tratados desiguais impostos pelas potências imperialistas ao governo da velha China. O privilégio instituiu-se com o Tratado Sino-Ingles de Humen, em 1843, e o Tratado Sino-Norte-Americano de Vancha, em 1844. Quando os nacionais dos países beneficiários desse privilégio fossem defensores em causas cíveis ou crime, a jurisdição consular tornava a justiça chinesa incompetente para julgá-los, pelo que eram julgados exclusivamente pelas autoridades consulares dos seus próprios países.

20 Nos fins do século XIX, as potências imperialistas que agrediram a China começaram a delimitar nesta, de acordo com o seu poderio económico e militar, certas zonas que passaram a submeter à sua influência. Assim, as províncias do baixo e médio Yangtsé foram definidas como esfera de influência inglesa; Lunnan, Cuantun e Cuansi como esfera francesa; Xantum como esfera alemã; Fuquien como esfera japonesa e as três províncias do Nordeste (actuais províncias de Liaotum, Liaoci, Quilin, Heilonquiam e Sunquiam) como esfera da Rússia czarista. Depois da Guerra Nipo-Russa de 1905, a parte sul das três províncias do Nordeste foi convertida

em esfera de influência do Japão.

21 Depois que forçaram o governo dos Tsins a abrir determinadas cidades costeiras como portos comerciais, as potências imperialistas começaram a ocupar aí, sob rótulo de concessões, os sectores citadinos que mais lhes convinham. Nessas “concessões”, vigorava um regime de dominação inteiramente independente do sistema

administrativo e judicial chineses, quer dizer, era a dominação colonial por parte dos imperialistas. A partir dessas “concessões” os imperialistas controlavam directa ou indirectamente, nos planos político e económico, o regime das classes feudal e compradora. Durante a Revolução de 1924-1927, as massas revolucionárias desencadearam sob direcção do Partido Comunista da China, um movimento de abolição das concessões e, em Janeiro de 1927, recuperaram as “concessões” inglesas de Hancou e Quiouquiam. Com a traição de Tchiang Kai-chek, porém, os imperialistas mantiveram as demais concessões.

— Ver “Teses sobre o Movimento Revolucionário nos Países Coloniais e Semi-Coloniais”, Adoptadas pelo VI Congresso do Komintern.

23 Discurso pronunciado por Estaline a 24 de Maio de 1927, na Oitava Sessão Plenária do Comité Executivo do Komintern, sob o título “A Revolução Chinesa e as Tarefas do Komintern”.

24 Estaline, “Sobre as Perspectivas da Revolução Chinesa”.

25 Lenine, “Programa Agrário da Social-Democracia”.

## ESTALINE, AMIGO DO POVO CHINÊS

(20 de Dezembro de 1939)

Neste 21 de Dezembro, o camarada Estaline fará sessenta anos. É fácil imaginar os votos sinceros e calorosos que esse aniversário vai suscitar nos corações de todos os revolucionários do mundo conhecedores dessa data.

Festejar Estaline não é uma formalidade. Festejar Estaline é tomar o partido de Estaline, da sua causa, da vitória do socialismo, do rumo que assinalou à Humanidade, é tomar o partido dum amigo íntimo, já que a maioria dos homens vive actualmente no sofrimento e não pode libertar-se a não ser seguindo a rota indicada por Estaline e com a ajuda de Estaline.

O povo chinês, que passa agora pelas maiores desgraças da sua história, sente mais do que nunca a necessidade dum ajuda. Como se diz em O Livro das Odes, “o passarinho canta, buscando o eco dos amigos”. É exactamente a situação em que nos encontramos.

E quem são os nossos amigos?

Há os chamados amigos, gente que se engalana com o rótulo de amigo do povo chinês e que, aliás, certos chineses, sem reflectir, designam por amigos. Tais amigos, porém, não podem classificar-se noutra categoria que não seja a de Li Lin-fu, esse primeiro ministro da corte dos Tans, conhecido por trazer “mel na boca e um punhal escondido no peito”. Actualmente, esses chamados

“amigos” são justamente os que trazem “mel na boca e um punhal escondido no peito”. Quem são eles pois? São os imperialistas que pretendem que sentem simpatia pela China.

Mas há também amigos de tipo inteiramente diferente, aqueles que nos têm uma simpatia real e nos tratam como irmãos. Quem são? O povo soviético e Estaline.

A não ser a União Soviética, nenhum Estado renunciou aos seus privilégios na China.

Durante a nossa Primeira Grande Revolução, enquanto todos os imperialistas estavam contra nós, apenas a União Soviética nos dispensou ajuda.

Desde que começou a Guerra de Resistência contra o Japão, nenhum governo dos países imperialistas nos apoiou verdadeiramente, sendo a União Soviética o único país que nos ajudou com a sua aviação e com material.

Acaso não será isso suficientemente claro?

Só o país do socialismo, o seu líder e o seu povo, pensadores, homens políticos e trabalhadores socialistas, podem dar uma ajuda real à causa da libertação da nação chinesa e do povo chinês. Sem a ajuda deles, a nossa causa não poderá conquistar a vitória Estaline é o amigo fiel da causa da libertação do povo chinês. O amor e o respeito do povo chinês por Estaline, bem como os seus sentimentos de amizade pela União Soviética, são profundamente sinceros e nenhuma tentativa de semear a discórdia, nenhuma mentira e nenhuma calúnia poderão alterá-los.

## NOTAS

1 Li Lin-fu viveu no século VIII e foi primeiro ministro do imperador Siuantsum, dinastia Tam. No Tse Tchi Tom Quien diz-se: “Como primeiro ministro, Li Lin-fu recorria a mil e um processos para eliminar todos os que o superassem em talento ou fama, ou, por favores do imperador, pudessem conseguir uma posição ou prestígio que o ameaçasse. Isso verificava-se sobretudo no tratamento aos intelectuais; de frente tratava bem as pessoas, elogiava-as e, por trás, per-seguia-as. Os seus contemporâneos diziam que Li Lin-fu trazia mel na boca e um punhal escondido no peito.”

## À MEMÓRIA DE NORMAN BETHUNE

(21 de Dezembro de 1939)

O camarada Bethune<sup>1</sup>, membro do Partido Comunista do Canadá, tinha pouco mais de cinquenta anos quando foi enviado para a China pelo Partido Comunista do Canadá e pelo Partido Comunista dos Estados Unidos. Bethune não hesitou um só momento em transpor milhares de quilómetros para ajudar-nos na Guerra de Resistência contra o Japão. Chegou a Ien-an pela Primavera do ano passado, indo depois trabalhar no Vutaixan onde, para grande pesar nosso, veio a encontrar a morte, no seu posto. Aí está um estrangeiro que, sem qualquer interesse pessoal, fez sua a causa da libertação do povo chinês. De que espírito estava ele animado? Do espírito do internacionalismo, do comunismo, o espírito que todo e qualquer comunista chinês deve assimilar. O Leninismo ensina-nos que a revolução mundial só pode triunfar se o proletariado dos países capitalistas apoiar a luta de libertação dos povos das colónias e semi-colónias e o proletariado das colónias e semi-colónias apoiar a luta de libertação do proletariado dos países capitalistas.<sup>2</sup> O camarada Bethune pôs em prática essa linha leninista. Nós, membros do Partido Comunista da China, devemos proceder do mesmo modo. Devemos unir-nos ao proletariado de todos os países capitalistas, ao proletariado do Japão, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Itália e dos demais países capitalistas;

só assim será possível abater o imperialismo, libertar-se a nossa nação e nosso povo e libertarem-se as demais nações e povos do mundo. Tal é o nosso internacionalismo, o internacionalismo que opomos ao nacionalismo e patriotismo estreitos.

O espírito do camarada Bethune, esquecimento total de si próprio e devoção pelos outros, manifestava-se num profundo sentido das responsabilidades em relação ao trabalho e num ilimitado afecto pelos camaradas e pelo povo. Todos os comunistas devem tomá-lo como exemplo. Não são poucas as pessoas a quem falta o sentido da responsabilidade em relação ao trabalho; preferindo as cargas leves às pesadas, escolhem as leves e deixam as pesadas para os outros. Seja para o que for, tais pessoas pensam primeiro em si próprias e só depois nos outros. Assim que fazem um pequeno esforço, incham-se de vaidade e gabam-se, com medo de que os outros não reparem nisso. Não têm o menor carinho pelos camaradas e pelo povo, tratando-os até com frieza, com indiferença e insensibilidade. No fundo, não são comunistas ou, pelos menos, não podem considerar-se como verdadeiros comunistas. Entre os que regressavam da frente não havia quem, ao falar-se de Bethune, não manifestasse admiração por ele e não estivesse sensibilizado pelo seu espírito. Entre os militares e civis da região fronteiriça Xansi--Tchahar-Hopei, de todos aqueles que pessoalmente foram tratados pelo Dr. Bethune ou viram com os próprios olhos o trabalho deste, não há quem não se sinta emocionado com isso. Todos os membros do Partido devem assimilar esse espírito autenticamente comunista do camarada Bethune.

O camarada Bethune era médico, fazia da arte de curar a sua profissão; aperfeiçoando-se constantemente, distinguiu-se pela aptidão em todo o serviço médico do VIII Exército. Isso constitui uma excelente lição para todos aqueles que pensam em mudar de ofício assim que entrevêem uma possibilidade de exercer outro, ou desdenham o trabalho técnico considerando-o insignificante, sem futuro.

Estive com o camarada Bethune uma só vez. Depois, ele escreveu-me diversas cartas. Mas, assoberbado pelo trabalho, só lhe respondi uma vez e nem sei mesmo se recebeu a minha carta. A sua morte causou-me profundo pesar. Agora, ao celebrarmos a sua memória, podem ver-se quão profundos são os sentimentos que o seu espírito nos inspira. Todos devemos aprender dele o espírito perfeito de abnegação. Assim cada um poderá vir a ser de grande utilidade para o povo. Seja qual for a capacidade dum indivíduo, basta-lhe que possua esse espírito para ser um homem de nobres sentimentos, um homem íntegro, de alta moral, destituído de interesses vulgares, um homem útil ao povo.

## NOTAS

1 Membro do Partido Comunista do Canadá e célebre cirurgião. Em 1936, quando as hordas fascistas alemãs e italianas invadiram a Espanha, foi para a frente de combate e pôs-se ao serviço do povo espanhol em luta contra o fascismo. Em 1937, ao estalar a Guerra de Resistência contra o Japão, deslocou-se às regiões libertadas da China, chefiando uma equipe médica composta por canadianos e norte-americanos. Em Abril de 1938 chegou a Ien-an, donde partiu para a região fronteiriça Xansi-Tchahar-Hopei, onde trabalhou por dois anos. O seu espírito de sacrifício, ardor no trabalho e sentido das responsabilidades constituem um exemplo. No dia 12 de Novembro de 1939, morreu duma septicemia contraída enquanto operava um ferido, no distrito de Tancien, Hopei.

2 Ver J. V. Estaline “Fundamentos do Leninismo”, V] parte: “A Questão Nacional”.

## SOBRE A DEMOCRACIA NOVA

(Janeiro de 1940)

### I. PARA ONDE VAI A CHINA?

Desde que começou a Guerra de Resistência, por toda a parte o nosso povo passou a viver um ambiente de entusiasmo, sendo geral o sentimento de se haver encontrado uma saída e ninguém mais franzindo o sobrolho em sinal de desespero. Recentemente, porém, a corrente do compromisso e o vozear anticomunista passaram de súbito para a mó de cima e o povo viu-se uma vez mais lançado na perplexidade. Os mais susceptíveis, os primeiros a ser afectados, foram os trabalhadores da cultura e a juventude estudantil. De novo surge o problema: Que fazer, para onde vai a China? Assim, talvez resulte útil, por ocasião da publicação de Cultura Chinesa<sup>^</sup>, fazer um esclarecimento sobre a corrente política e cultural no país. Em matéria de cultura eu sou leigo; gostaria de estudar mas não consegui mais do que começar. Afortunadamente, porém, há muitos camaradas em Ien-an que escreveram detalhadamente a esse respeito, de modo que as minhas toscas e rápidas afirmações poderão apenas valer como um bater de gongos e tambores, anunciador das representações teatrais. Para os trabalhadores avançados da cultura em todo o \ nosso país, as minhas observações, que possivelmente contêm um grão de verdade, não são mais que um ped-

aço de brica que exibo para incitá-los a apresentar o seu jade; espero que a discussão em comum nos conduzirá a conclusões correctas respondendo às ne-cessidades da nação. A atitude científica c “buscar a verdade nos factos”; “crer-se sempre certo” e “pre-tender-se mestre dos demais” é uma atitude arrogante que jamais permite resolver qualquer problema. A desgraça em que caiu a Nação é extremamente grave, só uma atitude científica e um espírito de responsabilidade poderão conduzi-la à via da libertação. A verdade é uma só, concluir sobre quem a descobre c questão que depende não de exageros subjectivis-tas mas sim da prática objectiva. O critério único da verdade é a prática revolucionária dos milhões que integram o povo. Tal deve ser, em minha opinião, a posição de Cultura Chinesa.

## II. QUEREMOS CONSTRUIR UMA CHINA NOVA

Há muitos anos que nós, os comunistas, lutamos não apenas por uma revolução política e económica mas também por uma revolução cultural na China, sendo o nosso objectivo a construção duma sociedade e Estado novos para a nação chinesa. Essa sociedade e Estado novos observarão não somente uma política e uma economia novas mas também uma cultura nova. Dito doutro modo, não só queremos transformar a China, politicamente oprimida e economicamente explorada, numa China politicamente livre e economicamente próspera, mas também transformar a China mantida na ignorância e atraso sob o jugo da cultura antiga, numa

China ilustrada e progressista sob o reino duma cultura nova. Numa palavra, queremos construir a China nova. Na esfera cultural, o nosso objectivo é construir a cultura nova da nação chinesa.

## III. AS CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DA CHINA

Queremos construir uma cultura nacional nova, mas qual será, precisamente, essa cultura? Toda cultura (como forma ideológica) c reflexo da política e economia duma dada sociedade, mas exerce, por seu turno, uma enorme influência e efeito sobre estas últimas. A economia é a base e a política, a expressão concentrada da economia. Essa a nossa opinião de fundo sobre as relações entre a cultura, por um lado, e a política e a economia por outro, e entre a política e a economia. Daí segue-se que as formas culturais são antes de mais determinadas pelas formas políticas e económicas e só então actuam, influenciam as formas políticas e económicas. Marx afirma que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas sim o seu ser social que determina a sua consciência”<sup>2</sup>. Ele afirmou ainda que “os filósofos não tinham feito mais que interpretar de maneiras diferentes o mundo, quando a questão estava em modificá-lo”<sup>0</sup>. Essas formulações científicas resolveram de modo correcto, e pela primeira vez na história da humanidade, o problema das relações entre a consciência e o ser, e constituem os conceitos básicos da teoria dinâmica, revolucionária, do reflexo,

teoria posteriormente desenvolvida com profundidade por Lenine. Esses conceitos de base devem estar sempre presentes no nosso espírito, ao discutirmos os problemas da cultura chinesa.

Sendo assim, está de todo claro que os elementos reacionários da cultura nacional antiga que queremos eliminar são inseparáveis da política e da economia nacionais antigas, e a cultura nova que queremos construir é inseparável da política e da economia nacionais novas. A política e a economia antigas da nação chinesa formam a base da cultura antiga desta, tal como a política e a economia novas hão-de constituir a base da sua cultura nova.

Quais eram a política e a economia antigas da nação chinesa? Qual era a sua cultura antiga?

Com as dinastias Tchou e Tchín, a sociedade chinesa passou a ser uma sociedade feudal, de política feudal e economia feudal. E a cultura dominante, que reflectia essa política e economia, era uma cultura feudal.

A partir da invasão do capitalismo estrangeiro e do crescimento gradual de elementos capitalistas na sociedade chinesa, pouco a pouco o país foi-se transformando numa sociedade colonial, semi-colonial e semi-feudal. A China de hoje é uma sociedade colonial nas regiões ocupadas pelos japoneses e praticamente semi-colonial nas regiões controladas pelo Kuomintang, e em ambas predomina o feudalismo ou o semi-feudalismo. Tal é o carácter da sociedade chinesa de hoje, o estado de coisas no nosso país. A política e a economia dessa sociedade são predominantemente coloniais, semi-coloniais e semi-feudais, e a cultura dominante, reflexo dessa

política e economia, é também colonial, semi-colonial e semi-feudal.

É precisamente contra essas formas predominantes de política, economia e cultura que se dirige a nossa revolução. Do que queremos desembaraçar-nos é da política e economia antigas, coloniais, semi-coloniais e semi-feudais, bem como da cultura antiga que está ao serviço destas. O que queremos construir é exactamente o contrário, quer dizer, a política, a economia e a cultura novas da nação chinesa.

Quais são pois a política e a economia novas da nação chinesa e qual é a sua cultura nova?

Ao longo da sua história, a revolução chinesa há-de passar por duas etapas, de que a primeira é a revolução democrática e a segunda, a revolução socialista, etapas que, por natureza, constituem dois processos revolucionários distintos. Aqui, a democracia não é a pertencente à categoria antiga, não é a democracia antiga, mas sim a da categoria nova, é a democracia nova.

Pode portanto afirmar-se que a política nova da nação chinesa é a política de democracia nova, a sua economia nova é a economia de democracia nova e a sua cultura nova é a cultura de democracia nova.

Tais são as características históricas da revolução chinesa na actualidade. Todo o partido político, grupo político ou indivíduo que, empenhado na revolução chinesa, falhar na compreensão desse fenómeno, ficará incapaz de dirigir a revolução e conduzi-la à vitória, será repellido pelo povo e deixado a um canto, entregue a lamentações.

#### IV. A REVOLUÇÃO CHINESA É PARTE DA REVOLUÇÃO MUNDIAL .

A característica histórica da revolução chinesa é a sua divisão em duas etapas, democracia e socialismo, sendo a primeira já não a democracia comum mas sim a democracia de tipo chinês, um tipo especial e novo, a democracia nova. E como se formou essa característica histórica? Será que existiu sempre nestes últimos cem anos, ou é de formação recente?

Um breve estudo do desenvolvimento histórico da China e do mundo mostra que essa característica não surgiu logo após a Guerra do Opio, só ganhou forma mais tarde, depois da primeira guerra imperialista mundial e da Revolução de Outubro na Rússia. Examinemos agora o respectivo processo de formação.

É bem evidente que, do facto de a actual sociedade chinesa ser de carácter colonial, semi-colonial e semi-feudal, segue-se a necessidade de a revolução chinesa dividir-se em duas etapas. A primeira é a da transformação da sociedade colonial, semi-colonial e semi-feudal numa sociedade independente e democrática. A segunda é a da prossecução da revolução e construção duma sociedade socialista. Actualmente, a revolução chinesa realiza a primeira etapa.

O período preparatório da primeira etapa começou com a Guerra do Ópio dc 1840, quer dizer, quando a sociedade chinesa começou a transformar-se, de feudal em semi-colonial e semi-feudal. Logo depois produziu-se o Movimento do Reino Celestial dos Taipins, a Guerra Sino-Francesa, a Guerra Sino-Japonesa, o Movimento

Reformista de 1898, a Revolução de 1911, o Movimento de 4 dc Maio, a Expedição do Norte, a Guerra Revolucionária Agrária e a actual Guerra de Resistência contra o Japão. Em conjunto, todos esses acontecimentos levaram um século inteiro e, em certo sentido, formam a primeira etapa, na medida em que são lutas travadas pelo povo chinês, em distintas circunstâncias e em graus diversos, contra o imperialismo e contra as forças feudais, visando a construção duma sociedade independente e democrática, a realização da primeira revolução. A Revolução de 1911 foi, num sentido mais amplo, o começo dessa revolução. Pelo seu carácter social, essa revolução é democrático-burguesa e não socialista-proletária. Ainda por concluir, ela continua a exigir enormes esforços, uma vez que os inimigos continuam muito fortes. Quando o Dr. Sun Yat-sen dizia: “A revolução ainda não se concluiu, os camaradas devem continuar a despende esforços”, referia-se à revolução democrático-burguesa. Uma mudança, porém, começou a verificar-se na revolução democrático-burguesa da China logo que estalou a primeira guerra imperialista mundial, em 1914, e assim que a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia fundou um Estado socialista numa sexta parte do globo. \* Antes desses acontecimentos, a revolução democrático-burguesa da China integrava-se na velha categoria da revolução democrático-burguesa mundial, de que constituía uma parte.

Depois, a revolução democrático-burguesa da China passou a integrar-se na categoria nova das revoluções democrático-burguesas e, no que respeita ao alinhamento das forças revolucionárias, a fazer parte da rev-

olução socialista-proletária mundial.

Por quê? Porque a primeira guerra imperialista mundial e a primeira revolução socialista vitoriosa, a Revolução de Outubro, mudaram o curso inteiro da história mundial, fizeram-na entrar numa nova era.

É a era em que a frente capitalista mundial ruiu num ponto do globo (sexta parte do mundo) e revelou por inteiro a sua podridão nos outros pontos, era em que o que resta do capitalismo não pode sobreviver sem depender mais do que nunca das colónias e semi-colónias, era em que se estabeleceu um Estado socialista que proclamou a sua disposição de apoiar activamente o movimento de libertação de todas as colónias e semi-colónias, era em que o proletariado dos países capitalistas se liberta mais e mais da influência dos partidos social-democratas social-imperialistas e já proclamou o seu apoio ao movimento de libertação nas colónias e semi-colónias. Nessa era, toda a revolução, nas colónias ou semi-colónias, dirigindo-se contra o imperialismo, quer dizer, contra a burguesia internacional, o capitalismo internacional, já não se integra mais nessa velha categoria de revolução democrático-burguesa mundial, mas sim numa categoria nova. Já não constitui uma parte da velha revolução mundial burguesa ou capitalista, mas sim parte da nova revolução mundial, a revolução mundial socialista-proletária. Essas colónias e semi-colónias revolucionárias não podem mais ser tidas como aliados da frente contra-revolucionária do capitalismo mundial; elas transformaram-se num aliado da frente revolucionária do socialismo mundial.

Embora tais revoluções, nos países coloniais e se-mi-

coloniais, ainda sejam fundamentalmente democrático-burguesas no seu carácter social, durante a primeira etapa ou degrau, e embora a sua missão objectiva seja limpar a estrada para o desenvolvimento do capitalismo, elas já não são mais revoluções do tipo antigo, dirigidas pela burguesia no intuito de estabelecer uma sociedade capitalista e um Estado sob ditadura dessa burguesia. Elas pertencem ao tipo novo de revolução, dirigida pelo proletariado e visando, na primeira etapa, o estabelecimento duma sociedade de democracia nova e dum Estado de ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias. Assim, tais revoluções servem realmente o objectivo de rasgar um mais amplo caminho ao desenvolvimento do socialismo. No decurso da sua marcha podem registar-se várias sub-etapas, em virtude das modificações no campo do inimigo e nas filas dos nossos aliados, mas o carácter básico da revolução permanece inalterado.

Como essas revoluções atacam as próprias raízes do imperialismo, este não as tolera, combate-as. Em contrapartida, elas são aceites pelo socialismo, apoiadas pelo país do socialismo e pelo proletariado socialista internacional.

Consequentemente, tais revoluções não são senão uma parte da revolução socialista-proletária mundial.

“A revolução chinesa é parte da revolução mundial” é uma tese correcta que foi formulada logo em 1924-1927, durante o período da Primeira Grande Revolução Chinesa. Essa tese foi formulada pelos comunistas chineses e aprovada por todos os participantes da luta anti-imperialista e anti-feudal da época. Mas o seu alcance

não foi inteiramente explicado na altura, sendo por isso compreendido apenas de modo vago.

Por “revolução mundial” já não se entende a velha revolução mundial, uma vez que a velha revolução mundial burguesa constitui desde há muito coisa do passado; significa revolução mundial nova, revolução mundial socialista. Do mesmo modo, “parte” significa parte da nova revolução socialista, e não da velha revolução burguesa. Isso constitui uma enorme mudança que não tem paralelo na história da China e do mundo.

Essa tese correcta, definida pelos comunistas chineses, baseia-se nas teses de Estaline.

Já em 1918, num artigo em comemoração do primeiro aniversário da Revolução de Outubro, Estaline escreveu o seguinte:

“O grande significado mundial da Revolução de Outubro consiste principalmente em:

- 1) ter alargado a amplitude da questão nacional, convertendo-a, de questão particular de combate à opressão nacional na Europa, em questão geral da emancipação dos povos oprimidos, colónias e semi-colónias, frente ao imperialismo;
- 2) ter aberto amplas possibilidades à emancipação destes e o caminho eficaz que conduz a isso, por consequência, ter facilitado enormemente a causa da emancipação dos povos oprimidos, do Ocidente e do Oriente, e tê-los lançado na via comum da luta vitoriosa contra o imperialismo;
- 3) ter -portanto estabelecido uma ponte entre o Ocidente socialista e o Oriente escravizado, criando uma nova frente de revoluções contra o imperialismo mun-

dial, frente que, através da revolução russa, se estende dos proletários do Ocidente aos povos oprimidos do Oriente.”<sup>4</sup>

Após esse artigo, Estaline expôs repetidas vezes a tese segundo a qual as revoluções nas colónias e semi-colónias tinham-se apartado da velha categoria e transformado em parte da revolução socialista-proletária. A explicação mais clara e precisa é a que figura num artigo publicado a 30 de Junho de 1925, em polémica com os nacionalistas jugoslavos da época. Intitulado “Uma Vez Mais sobre a Questão Nacional”, o artigo está incluído num livro traduzido por Tcham Tchom-chi e publicado sob o título Estaline sobre a Questão Nacional. Nele se contém a passagem seguinte:

“Semich refere-se a uma passagem da brochura de Estaline, O Marxismo e a Questão Nacional, escrita em fins de 1912. Aí se diz que ‘a luta nacional nas condições do capitalismo ascendente é uma luta de classes burguesas entre si’. Como é evidente, com isso Semich pretende insinuar que a sua fórmula do significado social do movimento nacional nas condições históricas actuais é correcta. A brochura de Estaline, porém, foi escrita antes da guerra imperialista, quando a questão nacional não era ainda olhada pelos marxistas como uma questão de alcance mundial, quando a reivindicação fundamental dos marxistas a propósito do direito à autodeterminação era vista não como parte da revolução proletária mas como parte da revolução democrático-burguesa. Seria ridículo não ver que desde então a situação internacional mudou radicalmente, que a guerra, por um lado, e a Revolução de Outubro na Rússia, por outro, trans-

formaram a questão nacional, de parte da revolução democrático-burguesa em parte da revolução socialista-proletária. Já em Outubro de 1916, no seu artigo ‘Balanço da Discussão sobre a Autodeterminação’, Lenine dizia que o fundamental da questão nacional, quanto ao direito à autodeterminação, tinha deixado de ser uma parte do movimento democrático geral e passado a constituir uma parte componente da revolução socialista-proletária geral. Eu nem sequer menciono posteriores trabalhos de Lenine e outros representantes do comunismo russo sobre a questão nacional. Que significado pode ter depois de tudo isso a referência de Semich à passagem da brochura de Estaline, escrita no período da revolução democrático-burguesa russa, neste momento em que, como consequência da nova situação histórica, entramos numa nova época, a época da revolução proletária? Só pode significar que Semich cita fora do espaço e do tempo, sem relação com a situação histórica viva, violando assim os mais elementares requisitos da dialéctica e ignorando o facto de que o correcto para uma situação histórica pode revelar-se incorrecto para outra situação histórica.”

Daí se pode ver que há dois tipos de revolução mundial, pertencendo o primeiro à categoria burguesa ou capitalista. A época desse tipo de revolução mundial já passou há muito tempo, chegou ao fim logo em 1914, quando estalou a Primeira Guerra Mundial imperialista, e mais especialmente em 1917, quando se produziu a Revolução de Outubro na Rússia. Aí começou o segundo tipo, quer dizer, a revolução mundial socialista-proletária. Essa revolução tem o proletariado dos países,

capitalistas como rorça principal e os povos oprimidos das colónias e semi-colónias como aliados. Sejam quais forem as classes, partidos e indivíduos que, numa nação oprimida, se juntem à revolução, conscientes ou não da questão e compreendendo-a ou não subjectivamente, desde que se oponham ao imperialismo a sua revolução converte-se em parte da revolução mundial socialista-proletária e cles próprios convertem-se em aliados desta. Hoje, a revolução chinesa alcançou ainda um maior significado. O momento que vivemos é aquele em que as crises económicas e políticas do capitalismo afundam cada vez mais o mundo numa segunda guerra mundial, a União Soviética chegou ao período de transição do socialismo ao comunismo e está capaz de dirigir e ajudar o proletariado e as nações oprimidas do mundo nas suas lutas contra a guerra imperialista e a reacção capitalista, o proletariado dos países capitalistas está a preparar-se para derrubar o capitalismo e estabelecer o socialismo, e o proletariado, o campesinato, os intelectuais e os demais sectores da pequena burguesia converteram-se, na China, sob direcção do Partido Comunista, em poderosa força política independente. Na conjuntura, deve ou não estimar-se a revolução chinesa como tendo alcançado um significado ainda mais importante para o mundo? Penso que sim. A revolução chinesa constitui uma parte muito importante da revolução mundial.

A revolução chinesa nesta primeira etapa (com as suas várias sub-etapas) constitui, pela própria natureza social, um tipo novo de revolução democrático-burguesa que, não sendo já uma revolução socialista-proletária, há muito se converteu em parte da revolução mundial

socialista-proletária, constituindo agora uma parte muito importante e um grande aliado dessa revolução mundial. O primeiro degrau ou etapa nessa revolução não é, seguramente, nem pode ser, o estabelecimento duma sociedade capitalista sob ditadura da burguesia chinesa, mas sim o estabelecimento duma sociedade de democracia nova sob ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias da China, encabeçada pelo proletariado chinês, o que termina a primeira etapa. A revolução avançará então para a segunda etapa, aquela em que se estabelecerá uma sociedade socialista na China.

Essa é a característica fundamental da revolução chinesa actual, o novo processo revolucionário dos últimos vinte anos (contados desde o Movimento de 4 de Maio de 1919), o conteúdo vivo e concreto dessa revolução.

## V. A POLÍTICA DE DEMOCRACIA NOVA

A revolução chinesa divide-se em duas etapas históricas, sendo na primeira uma revolução de democracia nova; essa é a nova característica histórica da revolução chinesa. Como se manifestará concretamente essa nova característica nas relações políticas e económicas internas? Consideremos a questão.

Antes do Movimento de 4 de Maio de 1919 (que se produziu depois da primeira guerra imperialista de 1914 e da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia), a pequena burguesia e a burguesia (através dos seus intelectuais) eram os dirigentes políticos da revolução democrático-burguesa. Nessa altura, o proletariado chinês ainda não tinha surgido na cena política como força de classe con-

sciente e independente, apenas participava na revolução como seguidor da pequena burguesia e da burguesia. Assim era a situação do proletariado na época da Revolução de 1911, por exemplo.

A partir do Movimento de 4 de Maio, o líder político da revolução democrático-burguesa da China deixou de ser a burguesia e passou a ser o proletariado, embora a burguesia nacional continuasse a participar na revolução. Nesse período, o proletariado chinês tornou-se rapidamente numa força política consciente e independente, em consequência da sua maturidade e da influência da revolução russa. Foi o Partido Comunista da China que avançou a palavra de ordem de “abaixo o imperialismo” e um programa consequente para a revolução democrático-burguesa, e foi o único partido que passou à Revolução Agrária. Como a burguesia nacional da China é uma burguesia dum país colonial e semi-colonial e esta oprimida pelo imperialismo, ela apresenta\* qualidades revolucionárias, em dados períodos e em certo grau — mesmo na era do imperialismo — na sua oposição aos imperialistas estrangeiros e aos governos internos de burocratas e caudilhos militares (exemplos do último caso podem encontrar-se nos períodos da Revolução de 1911 e na Expedição do Norte), e pode aliar-se ao proletariado e à pequena burguesia contra os inimigos que ela está disposta a combater. Nesse aspecto, a burguesia chinesa difere da burguesia da velha Rússia czarista. Como a Rússia czarista era um imperialismo militarista-feudal que agredia outros países, a burguesia russa não possuía quaisquer qualidades revolucionárias. Aí, a tarefa do proletariado era opor-se à burguesia e

não unir-se a ela. A burguesia nacional chinesa, porém, manifesta qualidades revolucionárias em certos períodos e em certo grau, pois a China é um país colonial e semi-colonial vítima de agressão. Aqui, a tarefa do proletariado é formar, com a burguesia nacional, uma frente única dirigida contra o imperialismo e contra os governos de burocratas e caudilhos militares, não esquecendo as qualidades revolucionárias desta.

Ao mesmo tempo, como classe burguesa dum país colonial e semi-colonial, e extremamente débil nos planos político e económico, a burguesia nacional chinesa apresenta ainda uma outra característica, a saber, a sua propensão para conciliar-se com os inimigos da revolução. Mesmo participando na revolução, ela não deseja romper completamente com o imperialismo e, mais do que isso, está estreitamente associada à exploração das zonas rurais através da renda da terra. Quer nem pode derrubar radicalmente o imperialismo, e muito menos as forças feudais. É por isso que nenhum dos dois problemas básicos ou duas grandes tarefas fundamentais da revolução democrático-burguesa da China pode ser resolvido pela burguesia nacional. Quanto à grande burguesia chinesa, representada pelo Kuomintang, durante todo o longo período que vai de 1927 a 1937 esteve lançada nos braços dos imperialistas e aliada às forças feudais contra o povo revolucionário. Em 1927, e por algum tempo depois, a burguesia nacional chinesa também seguiu a contra-revolução. Na actual Guerra de Resistência contra o Japão, o sector da grande burguesia representado por Uam Tsim-vei capitulou frente ao inimigo, o que constitui mais uma traição da parte da

grande burguesia. Nesse domínio, a burguesia chinesa difere da burguesia dos primeiros tempos dos países da Europa e América, especialmente da burguesia da França. Quando a burguesia desses países, sobretudo na França, se encontrava na sua fase revolucionária, a revolução burguesa era comparativamente consequente, enquanto que, à burguesia chinesa, falta inclusivamente esse grau de consequência.

Possibilidade de participação na revolução, por um lado, e propensão à conciliação com os inimigos da revolução, por outro lado — tal é o duplo carácter da burguesia chinesa, que vive olhando para dois caminhos. As burguesias europeia e americana também apresentaram, no passado, esse duplo carácter. Quando confrontadas com um possante inimigo, uniam-se aos operários e aos camponeses contra este mas, assim que os primeiros despertavam, faziam meia volta para unir-se a esse inimigo, contra os operários e os camponeses. É uma regra geral que vale para a burguesia de todos os países, mas a característica é mais marcada com relação à burguesia chinesa.

Na China, está perfeitamente claro que quem for capaz de conduzir o povo na liquidação do imperialismo e das forças feudais ganhará a confiança popular, já que estes, sobretudo o imperialismo, constituem o inimigo mortal do povo. Hoje, quem for capaz de dirigir o povo na expulsão do imperialismo japonês e instaurar um regime democrático será o salvador do povo. A História já provou que a burguesia chinesa não pode desempenhar-se dessas responsabilidades, as quais recaem, inevitavelmente, sobre os ombros do proletariado.

Por consequência, seja como for, o proletariado, o campesinato, os intelectuais e os demais sectores da pequena burguesia constituem as forças de base que decidem do destino da China. Essas classes, algumas já despertas e outras em vias de despertar, converter--se--ão indubitavelmente nos componentes fundamentais da estrutura do Estado e do poder da república democrática chinesa, sendo o proletariado a força dirigente. A república democrática da China que queremos implantar agora só pode ser uma república democrática sob ditadura conjunta de todos os que se opõem ao imperialismo e ao feudalismo, dirigida pelo proletariado, quer dizer, uma república de democracia nova, uma república dos novos Três Princípios do Povo genuinamente revolucionários mais as suas Três Grandes Políticas.

Por um lado, essa república de democracia nova será diferente da velha forma, europeia e americana, de república capitalista sob ditadura da burguesia, forma democrática antiga, que está já fora de tempo. Por outro lado, ela será também diferente da república socialista de tipo soviético, sob ditadura do proletariado, que actualmente floresce na União Soviética e há-de estabelecer-se em todos os países capitalistas, convertendo-se, sem dúvida, na forma dominante de estrutura de Estado e poder de todos os países industriais avançados. Durante certo período histórico, porém, essa forma não será a adequada às revoluções dos países coloniais e semi-coloniais. Assim, nesse período será adoptada uma terceira forma de Estado pelas revoluções dos países coloniais e semi-coloniais, a saber, a forma de república de democracia nova. Tal forma convém apenas a um certo

período histórico, sendo por consequência transitória; não obstante, trata-se duma forma necessária que não pode dispensar-se.

Assim, os numerosos tipos de sistemas de Estado no mundo podem reduzir-se a três espécies básicas, de acordo com a natureza de classe do poder político: 1) repúblicas sob ditadura da burguesia; 2) repúblicas sob ditadura do proletariado; e 3) repúblicas sob ditadura conjunta das várias classes revolucionárias.

A primeira espécie é a dos velhos Estados democráticos. Hoje, depois do estalar da segunda guerra imperialista, muito dificilmente se encontra um vestígio de democracia em muitos dos países capitalistas, reduzidos ou em vias de reduzir-se a uma sangrenta ditadura militar burguesa. Os Estados sob ditadura conjunta dos senhores de terras e da burguesia podem ser incluídos nessa espécie.

A segunda espécie é a que se verifica na \*União Soviética e está em gestação em todos os países capitalistas. É a que, no futuro, será a forma dominante em todo o mundo, para um determinado período de tempo.

A terceira espécie é a forma de transição de Estado que se adoptará nas revoluções dos países coloniais e semi-coloniais. Cada uma dessas revoluções terá necessariamente características específicas próprias, mas tudo isso não representará mais do que variação menor ao tema comum. Como revoluções de países coloniais e semi-coloniais, as suas estruturas de Estado e poder serão necessariamente as mesmas, no fundamental, quer dizer, um Estado de democracia nova sob ditadura conjunta das várias classes anti--imperialistas. Na China actual,

a Frente Única Anti--Japonesa representa uma forma de Estado de demo--cracia nova. Ela é anti-japonesa e anti-imperialista, ao mesmo tempo que uma frente única, uma aliança das várias classes revolucionárias. Desgraçadamente, porém, a despeito do facto de a Guerra de Resistência prosseguir há já bastante tempo, o trabalho de democratização do Estado praticamente ainda não começou, na maior parte do país, quer dizer, exceptuando-se as bases de apoio democráticas anti-japonesas, dirigidas pelo Partido Comunista, e o imperialismo japonês aproveitou-se dessa debilidade básica para irromper a grandes passadas pelo nosso território. Se nada mudar nesse sentido, o nosso futuro nacional correrá um grave perigo.

Mas o que agora se discute é a questão do “sistema de Estado”. Depois de várias décadas de polémica, desde os últimos anos da dinastia Tsim, o problema ainda não está esclarecido. Na realidade isso reduz--se a uma só questão, à posição das várias classes sociais no Estado. Como regra, a burguesia dissimula o problema da situação das classes e impõe a sua ditadura de uma só classe com a expressão “nacional” como rótulo. Essa camuflagem não oferece quaisquer vantagens ao povo revolucionário, as coisas devem ser-lhe claramente explicadas. A palavra “nacional” pode empregar-se, mas não deve abranger nem os contra-revolucionários nem os traidores. O tipo de Estado que necessitamos hoje é a ditadura dc todas as classes revolucionárias sobre os contra-revolucionários e os traidores.

“Nos Estados modernos, o chamado sistema democrático está geralmente monopolizado pela burguesia e con-

verteu-se num puro instrumento para oprimir a gente comum. Em contrapartida, o princípio de democracia do Kuomintang significa um sistema democrático da gente comum, não dominado a título privado por uns quantos.”

Tal foi a declaração solene feita no Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang, em 1924, durante o período da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista. Nos últimos dezasseis anos o Kuomintang violou essa declaração, do que resultou a grave crise nacional que hoje se vive. Esse foi um erro monstruoso que esperamos que o Kuomintang corrija no baptismo dc fogo da Guerra Anti-japonesa.

Quanto à questão do “sistema de poder”, trata-se dum problema de formas de estrutura do poder político, trata-se da forma que esta ou aquela classe social adopta para organizar a máquina do poder político com que há-de combater os seus inimigos e proteger-se a si própria. Sem formas próprias, os órgãos do poder político não podem representar o Estado. Actualmente, a China pode adoptar um sistema de assembleias populares, desde a assembleia popular nacional às assembleias populares provinciais, distritais, sub--distritais e de circunscrição, cm que os distintos escalões eagem os respectivos corpos de governo. Contudo, há que estabelecer-se um sistema de eleições realmente universal e de igualdade, sem distinções dc sexo, crença, riqueza, educação, etc, pois só isso pode corresponder à posição de cada classe revolucionária no Estado, à expressão da vontade do povo e à orientação da luta revolucionária, bem como ao espírito de democracia nova. Esse é o sistema de centralismo

democrático. Só um governo baseado no centralismo democrático pode pôr em pleno jogo a vontade de todo o povo revolucionário e combater com máxima eficácia os inimigos da revolução. O espírito de “não dominado a título privado por uns quantos” deve refletir-se na composição do governo e na composição do exército. Sem sistema democrático autentico, nada disso poderá alcançar-se, o que significará falta de correspondência entre o sistema de poder e o sistema de Estado.

Sistema de Estado, ditadura conjunta das classes revolucionárias, e sistema de poder, centralismo democrático — eis a política da democracia nova, a república de democracia nova, a república de frente única anti-japonesa, a república dos novos Três Princípios do Povo mais as suas Três Grandes Políticas, a república da China tanto de facto como de nome. Actualmente, temos uma república da China que é de nome e não de facto, pelo que a nossa tarefa é criar a realidade que corresponde ao nome.

Essas são as relações políticas internas que uma China revolucionária, uma China que combate a agressão japonesa, necessita e deve estabelecer sem falha. Essa a única orientação correcta para o nosso actual trabalho de “construção nacional”.

## VI. A ECONOMIA DE DEMOCRACIA NOVA

Se uma tal república tem de fundar-se na China, ela deve ser de democracia nova quer na política quer na economia.

As grandes empresas bancárias, industriais e comerciais devem ser propriedade estatal nessa república.

“As empresas como os bancos, caminhos de ferro e linhas aéreas, sejam propriedade de chineses ou de estrangeiros, desde que sejam monopolistas no seu carácter ou grandes de mais para uma manipulação a título privado, devem ser exploradas e administradas pelo Estado, de modo que o capital privado não domine a vida económica do povo: eis o sentido principal da limitação do capital.”

Essa é outra declaração solene do Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang, realizado durante o período de cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, e constitui a política correcta para a estrutura económica duma república de democracia nova. Na república de democracia nova, dirigida pelo proletariado, as empresas de Estado serão de natureza socialista e constituirão a força dirigente no conjunto da economia nacional, mas a república não confiscará a propriedade privada capitalista, excepto a referida mais acima, nem proibirá o desenvolvimento da produção capitalista que “não domine a vida económica do povo”, dado que a economia da China está ainda muito atrasada.

Essa república tomará certas medidas necessárias ao confisco da terra dos senhores de terras, distribuindo-a pelos camponeses com pouca ou nenhuma terra, e realizará a palavra da ordem do Dr. Sun Yat-sen de “a terra para os que a trabalham”, bem como abolirá as relações feudais no campo e transferirá a terra para a propriedade privada dos camponeses. Permitir-se-á também que subsista a economia dos camponeses ricos nas regiões

rurais. Essa é a política de “igualdade de direito à propriedade da terra”. “A terra para os que a trabalham” constitui a palavra de ordem correcta para tal política. No geral, a agricultura socialista não se estabelecerá nessa etapa, mas os diversos tipos de empresas cooperativas, desenvolvidas na base de “a terra para os que a trabalham”, conterão elementos do socialismo.

A economia chinesa deve desenvolver-se pelo caminho da “limitação do capital” e da “igualdade de direito à propriedade da terra”, e nunca ser “dominada a título privado por uns quantos”. Em caso nenhum devemos permitir que o punhado de capitalistas e senhores de terras “dominem a vida económica do povo”. Jamais devemos estabelecer uma sociedade capitalista do tipo europeu-americano nem permitir que a velha sociedade semi-feudal sobreviva. Todos os que ousarem opor-se a essa direcção de avanço fracassarão, baterão com a cabeça na parede.

Tais são as relações económicas internas que a China revolucionária, a China que combate a agressão imperialista, deve e há-de necessariamente estabelecer.

Tal é a economia de democracia nova.

E a política de democracia nova é a expressão concentrada dessa economia.

## VII. REFUTAR A DITADURA BURGUESA

Mais de noventa por cento da população está a lutar numa república cuja política e economia sejam de democracia nova. Não há outro caminho em alternativa.

E quanto à via que leva a uma sociedade capitalista : catadura da burguesia? Istando com exactidão foi o velho caminho que seguiu a burguesia europeia e americana mas, quer se goste quer não, nem a irrupção internacional nem a situação interna permitiu que a China avance assim.

Ultrapassada a situação internacional, esse caminho está bloqueado. Na essência, a situação internacional actual é a da luta entre o capitalismo e o socialismo, \* situação em que o capitalismo declina e o socialismo progride. Em primeiro lugar, o capitalismo internacional, quer dizer, o imperialismo, não permitirá que se estabeleça na China uma sociedade capitalista de ditadura burguesa. Com efeito, a história da China moderna é uma história de agressões imperialistas, de oposição imperialista à independência da China e ao desenvolvimento do capitalismo chinês. Na China, as revoluções anteriores falharam porque o imperialismo as estrangulou, e muitos mártires revolucionários tombaram lamentando o não cumprimento da sua missão. Hoje, um imperialismo japonês possante abre caminho pela China e pretende reduzi-la a colónia, não sendo a China quem está a desenvolver o seu capitalismo, mas sim o Japão que desenvolve o capitalismo japonês no nosso país, nem é a burguesia chinesa, mas sim a japonesa, quem exerce a ditadura no nosso país. É certo que o imperialismo vive agora o seu último período de agonia e em breve estará morto; “imperialismo é capitalismo moribundo”. Mas justamente por estar agonizante é que depende mais do que nunca das colónias e semi-colónias para sobreviver, não permitirá de modo algum a uma colónia ou semi-colónia que in-

stare algo que se assemelhe a uma sociedade capitalista sob ditadura burguesa própria. É precisamente por estar mergulhado numa grave crise económica e política, quer dizer, porque está a morrer, que o imperialismo japonês invade a China e tenta reduzi-la à situação de colónia, bloqueando assim a estrada ao estabelecimento da ditadura da burguesia chinesa e ao desenvolvimento do capitalismo nacional chinês.

Em segundo lugar, o socialismo não permitirá que isso aconteça. Todas as potências imperialistas do mundo são nossas inimigas; a China não pode conquistar a independência sem a ajuda do país do socialismo e a ajuda do proletariado internacional, quer dizer, sem a ajuda da União Soviética e a ajuda que o proletariado do Japão, Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Itália lhe proporcionem com as suas lutas contra o capitalismo. Embora não possa afirmar-se que a vitória da revolução chinesa deva esperar pela vitória da revolução em todos, em um ou em dois desses países, não restam dúvidas de que não poderemos vencer sem a conjugação das forças dos respectivos proletariados. Em particular, a assistência soviética constitui uma condição de todo indispensável à vitória final da China na Guerra de Resistência. Recuse-se a ajuda soviética, a revolução fracasará. Não serão porventura extraordinariamente claras as lições oferecidas pelas campanhas anti-soviéticas a partir de 1927? Floje, o mundo vive uma era nova de revoluções e guerras, era em que, sem sombra de dúvida, o capitalismo morre e o socialismo prospera. Não seria pois puro delírio pretender, em tal conjuntura, fundar na China uma sociedade capitalista sob ditadura burguesa

depois da vitória sobre o imperialismo e o feudalismo? É certo que na Turquia surgiu uma pequena ditadura burguesa<sup>7</sup>, a kemalista, a seguir à primeira guerra imperialista e à Revolução de Outubro, facto que se deveu a determinadas condições específicas (sucesso da burguesia na repulsão da agressão grega, excessiva debilidade do proletariado), mas não é possível uma segunda Turquia, muito menos uma “Turquia” com uma população de quatrocentos e cinquenta milhões de habitantes, após a Segunda Guerra Mundial e a conclusão da construção socialista na União Soviética. Dadas as circunstâncias específicas da China (fraqueza da burguesia) propensão desta à conciliação e força e consequência revolucionária do proletariado), as coisas nunca correm tão facilmente como na Turquia. Acaso não houve membros da burguesia chinesa que gritaram pelo kemalis-mo, após o fracasso da Primeira Grande Revolução, em 1927? Mas onde está o Kemal chinês? E onde estão a ditadura burguesa e a sociedade capitalista chinesas? Além disso, a própria Turquia kemalista teve que lançar-se finalmente nos braços do imperialismo anglo-francês, convertendo-se mais e mais numa semi-colónia, em parte do mundo reaccionário imperialista. Na presente conjuntura internacional, os “heróis” das colónias e semi-colónias ou se alinham na frente imperialista, convertendo-se em parte das forças da contra-revolução mundial, ou se alinham na frente anti-imperialista, convertendo-se em parte das forças da revolução mundial. Têm que fazer ou uma coisa ou outra, já que não há terceira alternativa. A julgar pela situação interna, também a burguesia chinesa deveria agora ter aprendido daí a lição que se

impunha. Assim que os esforços do proletariado, campesinato e outros sectores da pequena burguesia encaminharam a Revolução de 1927 para a vitória, a classe burguesa, encabeçada pela grande burguesia, deu um pontapé nas massas populares, usurpou os frutos da revolução, firmou uma aliança contra-revolucionária com o imperialismo e as forças feudais e esfalfou-se numa guerra de “exterminação dos comunistas” durante dez anos. Resultou algo daí? E hoje, que um inimigo poderoso penetra profundamente no nosso território e a Guerra de Resistência contra o Japão prossegue há já dois anos, será ainda possível que haja quem queira copiar as velhas receitas da burguesia europeia-americana? Gastaram-se “dez anos de exterminação dos comunistas”, mas não se conseguiu pôr de pé uma sociedade capitalista sob ditadura burguesa. Pretender-se-á porventura fazer nova tentativa? O que é certo é que, ao longo dos “dez anos de exterminação dos comunistas”, pôs-se de pé uma “ditadura de um só partido”, mas era uma ditadura semi-colonial e semi-feudal. Mais, ao fim de quatro anos de “exterminação dos comunistas” (de 1927 ao Incidente de 18 de Setembro de 1931), pôs-se de pé o “Mandjoucuo” e, em 1937, depois de mais seis anos de “exterminação”, os imperialistas japoneses abriram caminho pela China, ao sul da Grande Muralha. Hoje, se alguém mais quiser passar à “exterminação” por outra década, será uma nova forma de “exterminação dos comunistas”, mas pouco diferente da velha forma. E não houve já alguém com asas nos pés que, adiantando-se a todos, se empenhasse nessa nova tarefa de “exterminação dos comunistas”? Sim, foi Uam Tsim-vei, que se converteu numa

celebridade anticomunista de estilo novo. Todo aquele que quiser juntar-se à sua quadrilha pode fazê-lo, mas não será que experimentará uma vergonha maior ainda, quando papaguear sobre ditadura burguesa, sociedade capitalista, kemalismo, Estado moderno, ditadura de um só partido, “doutrina única”, etc? E se, em vez de juntar-se à quadrilha de Uam Tsim-vei, pretender alinhar pelo campo anti-japonês, pensando que, uma vez ganha a guerra, ficará apto a dar um pontapé no povo que combate o Japão, usurpar os frutos da vitória nessa combate e estabelecer uma “ditadura perpétua de um só partido”, então não será isso sonhar de olhos abertos? “Combater o Japão!”, “combater o Japão!”, mas de quem depende esse combate? Sem os operários, camponeses e outros sectores da pequena burguesia não é possível dar um passo. Todos os que ainda ousarem dar um pontapé no povo serão reduzidos a pó. Acaso isso não é já algo que se converteu em questão de simples bom senso? Não obstante, os obstinados dentro a burguesia chinesa (só me refiro aos obstinados) parecem não ter aprendido coisa alguma nestes últimos vinte anos. Acaso não os vemos gritar ainda pela “limitação do Partido Comunista”, pela “dissolução do Partido Comunista” e pelo “combate ao Partido Comunista”? Acaso não vimos as “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”, seguidas das “medidas para a solução do problema dos partidos heréticos” e, posteriormente, do “programa para a solução do problema dos partidos heréticos”? Caramba! com toda essa “limitação” e “solução” em marcha, fica-se sem saber que destino eles preparam para a Nação e para si próprios! Com toda a sinceridade aconselhamo-vos,

senhores, a abrir os olhos, olhar bem para a China e para o mundo, atentar em como estão as coisas no interior e no exterior do país, ver de que situação se trata e não repetirem os vossos erros. Se persistirem nesses erros, o futuro da nação será seguramente desastroso, mas estou certo que as coisas também não hão-de ir bem para os senhores. Isso é absoluto, seguro e certo. A menos que desistem, o futuro dos obstinados entre a burguesia chinesa está longe de ser brilhante — eles não farão mais que provocar a própria destruição. Assim, esperamos que a Frente Única Anti-japonesa da China seja mantida e, com a cooperação de todos, em vez da monopolização por uma camarilha, a causa anti-japonesa seja levada à vitória. Essa a única política boa — toda e qualquer outra política é uma política má. Eis o conselho sincero que vos damos, nós os comunistas; “não nos condenem depois por não termos advertido.”

“Há comida, que todos comam” é um velho ditado chinês que encerra muita verdade. Uma vez que todos compartilhamos o combate contra o inimigo, todos devemos compartilhar a comida, compartilhar o trabalho a fazer e o acesso à educação. A atitude de “cu e só eu fico com tudo”, “que ninguém ouse contrariar-me”, não é mais do que velha prática própria de senhores feudais e incapaz de funcionar nos anos quarenta do século XX. Nós, os comunistas, jamais afastaremos qualquer indivíduo que seja revolucionário. Haveremos de perseverar na Frente Única e praticaremos uma cooperação duradoura com todas as classes, camadas sociais, partidos e grupos políticos e indivíduos, desde que queiram resistir ao Japão até ao fim. Mas a ninguém se admitirá

que afaste o Partido Comunista; a ninguém se admitirão tentativas de romper a Frente Única. A China deve continuar a combater o Japão, unindo-se e marchando em frente. Não podemos tolerar que alguém tente capitular, provocar rupturas ou marchar para trás.

## VIII. REFUTAR O PALAVREADO DE “ESQUERDA”

A via capitalista da ditadura burguesa está fora de questão, será então possível adoptar a via socialista da ditadura do proletariado?

Isso também é impossível.

Não restam dúvidas que a revolução actual é um primeiro passo que há-de desenvolver-se ulteriormente num segundo passo, o socialismo. A China só alcançará a felicidade verdadeira quando entrar na era do socialismo. Mas não é ainda altura para instaurar-se o socialismo. A tarefa actual da revolução na China é combater o imperialismo e o feuda-lismo, o socialismo está pois fora de questão até que essa tarefa se conclua. A revolução chinesa não pode deixar de desdobrar-se nesses dois passos, que são, primeiro, a democracia nova e, depois, o socialismo. Além disso, o primeiro passo exigirá muito tempo, de modo nenhum poderá realizar-se do dia para a noite. Não somos utópicos, não podemos apartar-nos das condições concretas que enfrentamos.

Certos propagandistas maliciosos confundem deliberadamente essas diferentes etapas revolucionárias, advogando a chamada “teoria de uma só revolução”, no intuito de provarem que os Três Princípios do Povo servem a todas as espécies de revolução, não tendo por-

tanto o comunismo qualquer razão de existir. Servindo-se dessa “teoria”, combatem energicamente o comunismo e o Partido Comunista, o VIII Exército, o Novo IV Exército e a região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia. O seu propósito real é liquidar de todo a revolução, opor-se à revolução democrático-burguesa e à resistência anti-japonesa consequentes e preparar a opinião pública para a capitulação ante os agressores japoneses. Isso tem sido deliberadamente inspirado pelos imperialistas japoneses. Com efeito, desde a ocupação de Vuhan, estes chegaram à conclusão de que a pura força militar não podia subjugar a China, razão por que recorrem à ofensiva política e à sedução económica. As ofensivas políticas consistem em seduzir os hesitantes do campo anti-japonês, rompendo a Frente Única e sabotando a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista. A sedução económica adopta a forma das chamadas “empresas mistas”. No Centro e Sul da China, os agressores japoneses permitem que os capitalistas chineses participem com investimentos de cinquenta e um por cento no capital dessas empresas, entrando o capital japonês com os restantes quarenta e nove por cento. No Norte da China, permitem que os capitalistas chineses participem com quarenta e nove por cento do capital, entrando os capitalistas japoneses com os restantes cinquenta e um por cento. Os invasores japoneses também prometeram restituir aos capitalistas chineses os antigos haveres, considerando o respectivo valor como capital. Na esperança do lucro, alguns capitalistas inconscientes esquecem os princípios morais e ardem de desejos por fazer tal experiência. Um dos sectores dos

capitalistas, representado por Uam Tsim-vei, já capitulou. Camuflado no campo anti-japonês, outro sector há que igualmente desejaria passar-se para o campo adverso. Cobardes como ladrões, temem que os comunistas lhes bloqueiem a saída e, mais ainda, temem que a gente simples os estigmatize como traidores. Foi assim que se reuniram e decidiram preparar primeiro a opinião por meio de círculos de cultura e imprensa. Uma vez definida a política, não perderam tempo em engajar alguns “fraseadores metafísicos”<sup>8</sup> e uns quantos trotskistas, os quais, brandindo a pena como lança, gritam e desferem lançadas a torto e direito. Daí a sacola de mentiras para enganar os que não sabem o que vai pelo mundo que os rodeia — “teoria de uma só revolução”, história de que o comunismo não convém à situação nacional chinesa, que não há necessidade de Partido Comunista na China, que o VIII Exército e o Novo IV Exército sabotam a resistência ao Japão, que se movem mas não combatem, que a região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia é um regime separatista feudal, que o Partido Comunista não obedece às ordens, é dissidente, intrigante e provocador de rupturas — tudo no intuito de fornecer aos capitalistas uma boa base para obterem os seus quarenta e nove ou cinquenta e um por cento e venderem os interesses nacionais ao inimigo, no momento oportuno. Isso chama-se “roubar as vigas e os pilares, substituindo-os por traves carcomidas”. É a preparação ideológica, é a preparação da opinião pública que antecede a projectada capitulação. Esses senhores, que com grande seriedade aparente avançam a “teoria de uma só revolução” oposta ao comunismo e ao Partido Comunista, não buscam

mais do que os seus quarenta e nove ou cinquenta e um por cento. E como quebram as cabeças por isso! A “teoria de uma só revolução” não é outra coisa senão a teoria da não revolução, esse é o fundo do problema.

Pessoas há também que, aparentemente sem más intenções, vivem enganadas pela chamada “teoria de uma só revolução” e por essa pura ilusão subjectiva que é o chamado “cumprimento em um só golpe da revolução política e da revolução social”. Não compreendem que a revolução se desdobra em etapas, que só podemos avançar para a segunda etapa depois de termos concluído a primeira, não existindo o tal “cumprimento em um só golpe”. Esse ponto de vista é também muito prejudicial, na medida em que confunde os passos a dar na revolução e enfraquece o esforço orientado para as tarefas imediatas. Está correcto, harmoniza-se com a teoria marxista do desenvolvimento da revolução, dizer que, das duas etapas revolucionárias, a primeira cria as condições para a segunda e as duas devem ser consecutivas, não se permitindo a intervenção de qualquer etapa de ditadura burguesa. Dizer que a revolução democrática não tem tarefas nem período específicos, que podem realizar-se juntamente com as tarefas da democracia as tarefas doutro período es-pecífico, por exemplo as tarefas do socialismo, é “cumprimento em um só golpe”, é utopia inaceitável para verdadeiros revolucionários.

## IX. REFUTAR OS OBSTINADOS

Por seu turno, os obstinados dentre a burguesia adiantam-se dizendo: “Bom, uma vez que vocês, os comunistas, adiaram a realização do sistema socialista para uma etapa ulterior e declararam que ‘sendo os Três Princípios do Povo aquilo de que a China necessita hoje, o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização’<sup>9</sup>, ponham então de lado, momentaneamente, o vosso comunismo.” Sob o rótulo de teoria de “doutrina única”, essa espécie de argumento converteu-se já numa furiosa gritaria. No fundo, é a gritaria dos obstinados pelo despotismo burguês. Por cortesia podemos descrever isso como uma falta total de senso comum.

O comunismo é simultaneamente um sistema completo de ideologia proletária e um novo regime social. Esse sistema e esse regime diferem de qualquer outro sistema ideológico ou regime social, e são os mais completos, progressistas, revolucionários e racionais da história da humanidade. O sistema ideológico e o regime social do feudalismo já en-traram no museu da história. O sistema ideológico e o regime social do capitalismo também se converteram já numa peça de museu, em certa parte do mundo (na União Soviética), enquanto que nos demais países se assemelham a “um moribundo que declina rapidamente, tal como o sol por trás das colmas de ocidente”. Em breve entrarão igualmente no museu. Só o sistema ideológico e o regime social do comunismo estão plenos de juventude e vitalidade, propagando-se pelo mundo inteiro com a impetuosidade da avalanche

e a força do raio. A penetração do comunismo científico na China rasgou novos horizontes para o povo e mudou a face da revolução chinesa. Sem o comunismo como guia, a revolução democrática chinesa não poderá por certo triunfar, sem falar sequer da etapa seguinte. Essa a razão por que os burgueses obstinados gritam com tanta força para que se “ponha de lado” o comunismo. Mas o comunismo não pode ser “posto de lado”, isso representaria a perda da China. Hoje, o mundo inteiro depende do comunismo para salvar--se, e a China não faz exceção à regra.

Todos sabem que o Partido Comunista tem um programa para o presente e um programa para o futuro, um programa mínimo e um programa máximo, relativamente ao sistema social que defende. Democracia nova para o presente e socialismo para o futuro. Essas são duas partes dum todo orgânico guiado por uma única e mesma ideologia, a ideologia comunista. Assim, não constituirá então o maior dos absurdos gritar por “pôr de lado” o comunismo, com base em que o programa mínimo do Partido Comunista está fundamentalmente de acordo com o conteúdo político dos Três Princípios do Povo? É precisamente em razão desse acordo de fundo entre os dois que nós, os comunistas, achamos possível reconhecer “os Três Princípios do Povo como base política para a Frente Única Anti-Japonesa” e declarar que, “sendo os Três Princípios do Povo aquilo de que a China necessita hoje, o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização”; se não fosse assim, essa possibilidade estaria excluída. Do que se trata é duma frente única entre o comunismo e os Três Princípios do

Povo na etapa da revolução democrática, daquela frente única que o Dr. Sun Yat-sen tinha em mente ao dizer que “o comunismo é o bom amigo dos Três Princípios do Povo”<sup>10</sup>. Rejeitar o comunismo é, na prática, rejeitar a Frente Única. Se os obstinados fabricaram argumentos absurdos para rejeitar o comunismo foi precisamente por pretenderem aplicar a sua doutrina de um só partido e rejeitar a Frente Única.

Por outro lado, a teoria de “doutrina única” é um absurdo. Enquanto existirem classes, haverá tantas doutrinas quantas as classes, acontecendo até que distintos grupos duma mesma classe podem sustentar doutrinas diferentes. A classe feudal tem o seu feudalismo, a burguesia o seu capitalismo, os budistas o seu budismo, os cristãos o seu cristianismo, os camponeses o seu politeísmo, tendo havido até quem, nos últimos anos, propusesse o kemalismo, o fascismo, o vitalismo<sup>11</sup> e a “doutrina da distribuição segundo o trabalho”<sup>12</sup>; por que razão pois não poderá o proletariado ter também o seu comunismo? Se existem tantos “ismos”, por que razão gritar o “ponham de lado” apenas quando se vê o comunis-mo? Sinceramente, o “ponham de lado” não pode servir; é melhor que se entre em competição. E se o comunismo for batido, nós, os comunistas, aceitaremos isso como o nosso azar; mas se não for batido, há sim que “pôr de lado”, e o mais depressa possível, toda essa atoarda sobre “doutrina única”, violadora do princípio de democracia.

Para evitar mal-entendidos e ampliar a visão dos obstinados, é necessário mostrar claramente onde coincidem e não coincidem os Três Princípios do Povo com o co-

munismo.

A comparação entre os dois revelará tanto a semelhança como a divergência.

Primeiro, a semelhança. A semelhança está no programa político de base de ambas doutrinas para a etapa da revolução democrático-burguesa na China. As três teses políticas revolucionárias dos Três Princípios do Povo — nacionalismo, democracia e bem-estar do povo — tal como voltaram a ser interpretados pelo Dr. Sun Yat-sen, em 1924, são na essência semelhantes ao programa político comunista para a etapa da revolução democrática na China. Em virtude dessa semelhança e em virtude da realização dos Três Princípios do Povo, formou-se a Frente Única entre as duas doutrinas e entre os dois partidos. Seria errado ignorar esse aspecto do problema. Segundo, a divergência. 1) Divergência quanto a uma parte do programa para a etapa da revolução democrática. O programa político comunista para a totalidade do período de revolução democrática prevê plenos poderes para o povo, uma jornada de trabalho de oito horas e uma revolução agrária radical, nada disso se encontrando nos Três Princípios do Povo. A menos que tais pontos sejam acrescentados aos Três Princípios do Povo e se registre uma vontade de pô-los em prática, os dois programas democráticos serão apenas idênticos na base, jamais podendo descrever-se como sendo uma única e mesma coisa. 2) Divergência no facto de um dos programas incluir um período de revolução socialista, e o outro não. O comunismo encara a etapa da revolução socialista para lá da etapa da revolução democrática, daí que, para além dum programa mínimo, tenha um

programa máximo, quer dizer, um programa para a realização do socialismo e do comunismo. Os Três Princípios do Povo, que encaram a etapa da revolução democrática mas não a da revolução socialista, apenas dispõem de programa mínimo, não têm programa máximo, quer dizer, não têm qualquer programa tendente à realização do socialismo nem do comunismo. 3) Divergência na concepção do mundo. A concepção do mundo do comunismo é o materialismo dialéctico e o materialismo histórico, enquanto que os Três Princípios do Povo explicam a História em termos de bem-estar do povo, o que, na essência, constitui uma concepção dualista ou idealista. Essas duas concepções do mundo opõem-se uma à outra. 4) Divergência na consequência revolucionária. Para os comunistas, a teoria e a prática andam juntas, por outras palavras, os comunistas são de consequência revolucionária; para os partidários dos Três Princípios do Povo, excepção feita dos que são inteiramente leais à revolução e à verdade, a teoria e a prática não vão juntas, os seus actos contradizem as suas palavras, noutros termos, falta-lhes consequência revolucionária. O que se acaba de referir é o que há como divergência entre os dois. Tal divergência distingue os comunistas dos partidários dos Três Princípios do Povo. Não há dúvidas que é inteiramente errado ignorar essa distinção, vendo apenas o aspecto da unidade e não o da contradição.

Tudo compreendido, é fácil ver o que têm em mente os obstinados burgueses ao pedirem para “pôr de lado” o comunismo. Se não se trata de despotismo burguês, trata-se de algo que não tem o menor sentido.

## X. OS VELHOS E OS NOVOS TRÊS PRINCÍPIOS DO POVO

Os obstinados burgueses não têm a menor ideia quanto a modificações históricas. Praticamente, os seus conhecimentos reduzem-se a zero. Ignoram a diferença entre o comunismo e os Três Princípios do Povo, bem como a que existe entre os novos e os velhos Três Princípios do Povo.

Nós, os comunistas, aceitamos “os Três Princípios do Povo como base política para a Frente Única Nacional Anti-japonesa”, declaramos que “sendo os Três Princípios do Povo aquilo de que a China necessita hoje, o nosso Partido está pronto a lutar pela sua completa realização” e admitimos o acordo de base entre o programa mínimo comunista e o conteúdo político dos Três Princípios do Povo. Mas que tipo de Três Princípios do Povo? Os Três Princípios do Povo tal como os voltou a interpretar o Dr. Sun Yat-sen no “Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang da China”, e não quaisquer outros. Eu gostaria que os senhores obstinados re-servassem um momento da tarefa de “limitação do Partido Comunista”, “dissolução do Partido Comunista” e “combate ao Partido Comunista”, tarefa em que estão tão alegremente lançados, para passarem uma vista de olhos sobre esse manifesto. No manifesto, o Dr. Sun Yat-sen dizia: “Eis a interpretação real dos Três Princípios do Povo kuomintanistas”. Aqueles são pois os únicos Três Princípios do Povo genuínos, os demais são ilegítimos. A única “interpretação real” dos Três Princípios do

Povo é a que se contém no “Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang”, são falsas todas as outras interpretações. E ao que parece isso não é “atoarda” comunista, pois muitos membros do Kuomintang e eu, pessoalmente, testemunhámos a adopção de tal manifesto. O manifesto estabelece os limites entre duas épocas na história dos Três Princípios do Povo. Antes dele, os Três Princípios do Povo pertenciam à velha categoria, eram os Três Princípios do Povo da velha revolução democrático-burguesa numa semi-colónia, os Três Princípios do Povo da velha democracia, os velhos Três Princípios do Povo.

Depois dele, os Três Princípios do Povo entraram na nova categoria. Converteram-se nos Três Princípios do Povo da revolução democrático-burguesa de tipo novo numa semi-colónia, os Três Princípios do Povo da democracia nova, os novos Três Princípios do Povo. Esses e só esses são os Três Princípios do Povo revolucionários, os do novo período.

Os Três Princípios do Povo revolucionários, os do novo período, os novos e genuínos Três Princípios do Povo, abrangem as Três Grandes Políticas de aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários. Sem essas Três Grandes Políticas, faltando uma só delas, os Três Princípios do Povo resultam falsos ou in-completos, no novo período.

Os Três Princípios do Povo revolucionários, os novos, os genuínos, devem prever, em primeiro lugar, a aliança com a Rússia. Tal como as coisas estão hoje, é perfeitamente claro que a menos que se adopte uma política de aliança com a Rússia, com o país do socialismo, haverá

inevitavelmente uma política de aliança com o imperialismo, com as potências imperialistas. Acaso não foi exactamente o que aconteceu depois de 1927? Quando a luta entre a União Soviética socialista e as potências imperialistas se agravar mais, a China terá que tomar posição por um ou por outro lado. É uma tendência inevitável. Seria porventura possível evitar essa inclinação para um dos lados? Não, isso é ilusão. O mundo inteiro será lançado numa ou noutra das duas frentes, daqui em diante a “neutralidade” não será mais do que uma expressão enganadora. Isso é especialmente verdadeiro para a China que, em luta contra uma potência imperialista que penetrou profundamente no seu território, não pode pensar em vitória final sem a assistência da União Soviética. Se a aliança com a Rússia for abandonada e se fizer uma aliança com o imperialismo, a expressão “revolucionários” deverá ser retirada dos Três Princípios do Povo, os quais passarão a ser reaccionários. Em última análise, não podem existir Três Princípios do Povo “neutros”; ou revolucionários ou contra-revolucionários. Mas não seria então mais heróico um “combate aos ataques vindos de ambos os lados”<sup>13</sup>, tal como Uam Tsim-vei sublinhou antes, e dispor dum tipo de Três Princípios do Povo capazes de servir esse “combate”? Desgraçadamente, até o próprio inventor, Uam Tsim-vei, teve de abandonar (ou “pôr de lado”) esse tipo de Três Princípios do Povo, na medida em que adoptou os Três Princípios do Povo de aliança com o imperialismo. Mas se se disser que o imperialismo se divide em imperialismo oriental e ocidental e que, ao contrário de Uam Tsim-vei que se aliou ao imperialismo oriental,

eu alio-me a certas potências imperialistas ocidentais para atacar depois a leste, não serei desse modo um revolucionário? Quer se queira quer não, porém, os imperialistas ocidentais estão resolvidos a combater a União Soviética e o Partido Comunista, e se alguém se alia a eles, dir-lhe-ão que marche para atacar em direcção do norte, redundando a revolução em nada. Todas essas circunstâncias determinam que os Três Princípios do Povo revolucionários, novos, genuínos, prevejam uma aliança com a Rússia e, em caso nenhum, uma aliança com o imperialismo, contra a Rússia.

Em segundo lugar, os Três Princípios do Povo revolucionários, novos, genuínos, devem prever a aliança com o Partido Comunista. Não aliar-se ao Partido Comunista é combater esse Partido. A oposição ao Partido Comunista é a política dos imperialistas japoneses e de Uam Tsim-vei, e se é isso que se pretende, muito bem, estes farão o fatal convite de ingresso na sua sociedade anti-comunista. Mas não se tornaria isso um tanto suspeito e idêntico a uma conversão em traidor? “Não é o Japão que eu sigo, são outros países” é também algo ridículo. Seja quem for que se siga, assim que se combate o Partido Comunista passa-se a ser um traidor, na medida em que se deixa de poder resistir ad Japão. E se se diz “vou combater o Partido Comunista com independência”, cai-se no sonambulismo total. Como podem os “heróis” duma colónia ou semi--colónia empreender uma tarefa contra-revolucionária de tal magnitude sem depender da força do imperialismo? No passado, quase todas as forças imperialistas do mundo foram praticamente mobilizadas contra o Partido Comunista, durante dez

anos, mas em vão. Como se poderá, hoje, subitamente, combatê-lo “com independência”? Afirmaram-nos que alguns indivíduos, de fora da região fronteira, andam agora dizendo o seguinte: “combater o Partido Comunista é bom, simplesmente nunca se alcança êxito nisso”. Se essa afirmação foi realmente feita, ela só está errada em parte, pois o que é que poderá haver de “bom” no “combate ao Partido Comunista”? De qualquer modo, a outra parte é verdadeira, pois “nunca se alcança êxito nisso”. No fundo, a razão disso não está no Partido Comunista mas sim na gente simples, que quer o Partido Comunista e não o “combate” a este. Se alguém combater o Partido Comunista nesta conjuntura em que o inimigo nacional penetra profundamente no nosso território, o povo persegui-lo-á até à morte, sem qualquer perdão. É certo e seguro que os que querem combater o Partido Comunista deveriam preparar-se para ver-se reduzidos a pó. Quem não estiver disposto a ser reduzido a pó, melhor será que abandone esse combate. É o nosso sincero conselho para todos os “heróis” anticomunistas. Assim, está tão esclarecido quanto possível que os Três Princípios do Povo actuais têm de prever uma aliança com o Partido Comunista, doutro modo esses princípios esvaziar-se-ão. É uma questão de vida ou morte para os Três Princípios do Povo. Aliados ao Partido Comunista os Três Princípios do Povo sobrevivem mas, combatendo o Partido Comunista, esses princípios morrem. Acaso poderá alguém demonstrar o contrário? Em terceiro lugar, os Três Princípios do Povo revolucionários, novos, genuínos, devem prever uma política de ajuda aos camponeses e operários. Rechaçar essa política, não

ajudar de todo o coração os camponeses e os operários, não seguir a exortação contida no “Testamento do Dr. Sun Yat-sen” para “despertar as massas populares”, é o mesmo que preparar o caminho para a derrota da revolução e de si próprio. Estaline afirmou que “a questão nacional é, na essência, uma questão camponesa”<sup>14</sup>. Isso quer dizer que a revolução chinesa é essencialmente uma revolução camponesa e a resistência que agora se opõe ao Japão é, no essencial, uma resistência camponesa. Na essência, a política de democracia nova significa entregar aos camponeses os poderes. Os Três Princípios do Povo, novos e genuínos, são na essência os princípios da revolução camponesa. Na essência, cultura de massas significa elevar o nível cultural dos camponeses. A Guerra de Resistência contra o Japão é essencialmente uma guerra camponesa. Vivemos uma época em que é válido o “princípio de ir para a montanha”<sup>15</sup>. Reuniões, trabalho, aulas, periódicos, livros, espectáculos — tudo se faz nas montanhas e, no fundo, para servir os camponeses. Na essência são os camponeses quem fornece tudo o que mantém a resistência ao Japão e nos permite viver. Quando dizemos “na essência” queremos dizer “basicamente”, não ignoramos os outros sectores do povo, é como o próprio Estaline explicou. Como qualquer menino de escola sabe, oitenta por cento da população chinesa forma-se de camponeses. Assim, o problema camponês constitui o problema fundamental da revolução chinesa, a força dos camponeses representa a força principal da revolução chinesa. Exceptuados os camponeses, são os operários quem ocupa o segundo lugar na população da China. Há vários milhões de op-

erários industriais na China e várias dezenas de milhões de artesãos e trabalhadores agrícolas. A China não pode viver sem os seus operários das diferentes indústrias, uma vez que estes são os produtores no sector industrial da economia. Por outro lado, a revolução não pode triunfar sem a moderna classe operária industrial, já que esta é o dirigente da revolução chinesa e é a classe mais revolucionária. Em tais circunstâncias, os Três Princípios do Povo revolucionários, novos, genuínos, devem necessariamente prever uma política de ajuda aos camponeses e operários. Qualquer outro tipo de Três Princípios do Povo que não compreenda essa política, não dê aos camponeses e operários uma ajuda de todo o coração, não realize a exortação de “despertar as massas populares”, seguramente fracassará.

Assim, está claro que não têm futuro quaisquer Três Princípios do Povo que se afastem das Três Grandes Políticas de aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários. Todos os partidários conscientes dos Três Princípios do Povo devem encarar seriamente essa questão.

Os Três Princípios do Povo mais as Três Grandes Políticas, por outras palavras, os Três Princípios do Povo revolucionários, os novos, os genuínos, são os Três Princípios do Povo da democracia nova, um desenvolvimento dos velhos Três Princípios do Povo, uma grande contribuição do Dr. Sun Yat-sen e um produto da era em que a revolução chinesa se contrariou. Em terceiro lugar, os Três Princípios do Povo revolucionários, novos, genuínos, devem prever uma política de ajuda aos camponeses e operários. Rechaçar essa política, não

ajudar de todo o coração os camponeses e os operários, não seguir a exortação contida no “Testamento do Dr. Sun Yat-sen” para “despertar as massas populares”, é o mesmo que preparar o caminho para a derrota da revolução e de si próprio. Estaline afirmou que “a questão nacional é, na essência, uma questão camponesa”<sup>14</sup>. Isso quer dizer que a revolução chinesa é essencialmente uma revolução camponesa e a resistência que agora se opõe ao Japão é, no essencial, uma resistência camponesa. Na essência, a política de democracia nova significa entregar aos camponeses os poderes. Os Três Princípios do Povo, novos e genuínos, são na essência os princípios da revolução camponesa. Na essência, cultura de massas significa elevar o nível cultural dos camponeses. A Guerra de Resistência contra o Japão é essencialmente uma guerra camponesa. Vivemos uma época em que é válido o “princípio de ir para a montanha”<sup>15</sup>. Reuniões, trabalho, aulas, periódicos, livros, espectáculos — tudo se faz nas montanhas e, no fundo, para servir os camponeses. Na essência são os camponeses quem fornece tudo o que mantém a resistência ao Japão e nos permite viver. Quando dizemos “na essência” queremos dizer “basicamente”, não ignoramos os outros sectores do povo, é como o próprio Estaline explicou. Como qualquer menino de escola sabe, oitenta por cento da população chinesa forma-se de camponeses. Assim, o problema camponês constitui o problema fundamental da revolução chinesa, a força dos camponeses representa a força principal da revolução chinesa. Exceptuados os camponeses, são os operários quem ocupa o segundo lugar na população da China. Há vários milhões de op-

erários industriais na China e várias dezenas de milhões de artesãos e trabalhadores agrícolas. A China não pode viver sem os seus operários das diferentes indústrias, uma vez que estes são os produtores no sector industrial da economia. Por outro lado, a revolução não pode triunfar sem a moderna classe operária industrial, já que esta é o dirigente da revolução chinesa e é a classe mais revolucionária. Em tais circunstâncias, os Três Princípios do Povo revolucionários, novos, genuínos, devem necessariamente prever uma política de ajuda aos camponeses e operários. Qualquer outro tipo de Três Princípios do Povo que não compreenda essa política, não dê aos camponeses e operários uma ajuda de todo o coração, não realize a exortação de “despertar as massas populares”, seguramente fracassará.

Assim, está claro que não têm futuro quaisquer Três Princípios do Povo que se afastem das Três Grandes Políticas de aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários. Todos os partidários conscientes dos Três Princípios do Povo devem encarar seriamente essa questão.

Os Três Princípios do Povo mais as Três Grandes Políticas, por outras palavras, os Três Princípios do Povo revolucionários, os novos, os genuínos, são os Três Princípios do Povo da democracia nova, um desenvolvimento dos velhos Três Princípios do Povo, uma grande contribuição do Dr. Sun Yat-sen e um produto da era em que a revolução chinesa se converteu em parte da revolução socialista mundial. São unicamente esses Três Princípios do Povo que o Partido Comunista da China considera como sendo “aquilo de que a China neces-

sita hoje” e por cuja “completa realização” ele se declara “pronto a lutar.” Esses são os únicos Três Princípios do Povo que estão em acordo fundamental com o programa político do Partido Comunista da China para a etapa da revolução democrática, designadamente com o seu programa mínimo.

Os velhos Três Princípios do Povo eram o produto do velho período da revolução chinesa. Naquela altura, a Rússia era uma potência imperialista e, naturalmente, não podia adoptar-se uma política de aliança com ela; não existia um Partido Comunista no nosso país, não podendo, naturalmente, adoptar-se uma política de aliança com ele. O movimento dos operários e camponeses ainda não tinha revelado toda a sua importância política nem despertado as atenções populares, não sendo naturalmente possível a adopção duma política de aliança com os operários e camponeses. Daí que os Três Princípios do Povo do período anterior à reorganização do Kuomintang em 1924 pertencessem à velha categoria, resultando pois antiquados. O Kuomintang não podia ter caminhado para a frente sem desenvolvê-los nos novos Três Princípios do Povo. Com a sua sabedoria, o Dr. Sun Yat-sen viu isso, buscou a ajuda da União Soviética e do Partido Comunista da China e deu uma nova interpretação aos Três Princípios do Povo, de modo a introduzir-lhes novas características, de acordo com a época. A consequência disso foi a formação duma frente única entre os Três Princípios do Povo e o comunismo, o estabelecimento, pela primeira vez, da cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, a conquista da simpatia do povo por todo o país e o desencadear da

Revolução de 1924-1927.

Os velhos Três Princípios do Povo eram revolucionários no velho período e reflectiam as características históricas desse período. Mas se a velha substância é repetida no novo período, depois que os novos Três Princípios do Povo já estão definidos, se a aliança com a Rússia é combatida, depois que um Estado socialista já está fundado, se a aliança com o Partido Comunista é combatida depois que já existe um Partido Comunista, se a política de ajuda aos camponeses e operários é combatida depois que estes se despertaram e mostraram a sua força política, tudo passa a ser reaccionário e revela ignorância sobre o momento. O período de reacção que se seguiu a 1927 foi resultado dessa ignorância. Um velho provérbio diz que “aquele que compreende o sinal dos tempos é um grande homem”. Espero que os actuais partidários dos Três Princípios do Povo guardem isso na memória. Se os Três Princípios do Povo caem na velha categoria, deixam de ter qualquer ponto fundamentalmente em comum com o programa mínimo comunista, na medida em que pertencerão ao passado e estarão antiquados. Será de todo reaccionário qualquer tipo de Três Princípios do Povo opostos à Rússia, ao Partido Comunista ou aos camponeses e operários. Não somente nada terão em comum com o programa mínimo comunista como também serão um inimigo do comunismo, não haverá em absoluto qualquer base comum. Isso também deve ser cuidadosamente considerado pelos partidários dos Três Princípios do Povo.

Em qualquer caso, as pessoas conscientes\* jamais abandonarão os novos Três Princípios do Povo enquanto a

tarefa de combater o imperialismo e o feudalismo não estiver fundamentalmente cumprida. Os que os abandonam são unicamente os indivíduos como Uam Tsim-vei e Li Tsim-vei. Seja qual for a energia que despendam na aplicação dos seus falsos Três Princípios do Povo, opostos à Rússia, ao Partido Comunista, aos camponeses e operários, não deixará naturalmente de haver homens com consciência e sentido de justiça prontos a manter o apoio aos Três Princípios do Povo genuínos, formulados por Sun Yat-sen. Se, mesmo depois da reacção de 1927, foram muitos os partidários genuínos dos Três Princípios do Povo que continuaram a luta pela revolução chinesa, hoje, com o inimigo nacional profundamente internado no nosso território, o número desses indivíduos subirá indubitavelmente a milhares e dezenas de milhares. Nós, os comunistas, sempre haveremos de perseverar na cooperação duradoura com todos os verdadeiros seguidores dos Três Princípios do Povo e, rechaçando os traidores e os anticomunistas impenitentes, jamais abandonaremos um só dos nossos amigos.

## XI. A CULTURA DE DEMOCRACIA NOVA

Acima explicámos as características históricas da política chinesa no novo período, bem como a questão da república de democracia nova. Agora podemos avançar pelo problema da cultura.

Toda a cultura é um reflexo ideológico da política e da economia da sociedade. Na China há uma cultura imperialista que é o reflexo da dominação imperialista, ou da

dominação parcial do imperialismo sobre a China, no domínio político e económico. Tal cultura é sustentada tanto pelas instituições culturais directamente geridas pelos imperialistas na China, como por um certo número de chineses que perderam todo o senso da vergonha. Nessa categoria cai toda a cultura que encerra uma ideologia escravizante. Mas a China também tem uma cultura semi-feudal que reflecte a sua política e economia semi-feudal, e cujos representantes incluem todos os que defendem o culto de Confúcio, o estudo do cânon confuciano, o velho código moral e as velhas ideias, em oposição à cultura nova e às ideias novas. A cultura imperialista e a cultura semi-feudal são irmãs devotadas e formaram uma aliança cultural reaccionária contra a cultura nova da China. Esse tipo de cultura reaccionária serve o imperialismo e a classe feudal, devendo por isso ser eliminado. Enquanto não for eliminado, nenhuma espécie de cultura nova poderá edificar-se. Não há construção sem destruição, corrente sem barragem, movimento sem repouso; nisso existe uma luta de vida ou morte.

Quanto à cultura nova, trata-se do reflexo ideológico da política e da economia novas que serve.

Como já definimos na secção III, a sociedade chinesa foi mudando gradualmente de carácter a partir da formação da economia capitalista na China. Já não se trata duma sociedade inteiramente feudal, mas sim duma sociedade semi-feudal, embora ainda predomine a economia feudal. Relativamente à economia feudal, essa economia capitalista é uma economia nova. As forças políticas da burguesia, da pequena burguesia e do proletariado

constituem as novas forças políticas que se formaram e crescem simultaneamente com essa economia capitalista nova. O que reflecte essas novas forças económicas e políticas no domínio da ideologia é a cultura nova que as serve. Sem economia capitalista, sem burguesia, sem pequena burguesia, sem proletariado e sem as forças políticas dessas classes, a ideologia e a cultura novas não poderiam ter-se formado.

Essas novas forças políticas, económicas e culturais são forças revolucionárias chinesas opostas à velha política, à velha economia e à velha cultura. O que é velho compõe-se de duas partes, uma formada pela política, pela economia e pela cultura semi-feudais próprias da China e a outra formada pela política, pela economia e pela cultura do imperialismo, sendo a última parte aquela que dirige a aliança. Ambas são más e devem ser completamente destruídas. A luta entre o novo e o velho na sociedade chinesa é uma luta entre as novas forças das massas populares (as várias classes revolucionárias) e as velhas forças do imperialismo e da classe feudal. É uma luta entre a revolução e a contra-revolução. Essa luta prossegue já lá vão cem anos completos, se a datamos da Guerra do Ópio, ou cerca de trinta anos, se a datamos da Revolução de 1911.

Como já se mostrou, as revoluções também podem ser classificadas em velhas e novas, e o que é novo em certo período histórico torna-se velho noutra. Os cem anos de revolução democrático-burguesa da China podem dividir-se em duas grandes fases, uma primeira de oitenta anos e uma segunda de vinte. Cada uma tem as suas características históricas de base: nos primeiros oitenta

anos, a revolução democrático-burguesa da China pertence à velha categoria, enquanto que nos últimos vinte, devido a mudanças na situação internacional e interna, pertence à nova categoria. A democracia velha é a característica dos primeiros oitenta anos. A democracia nova é a característica dos últimos vinte anos. Essa distinção é válida tanto no domínio político como no cultural. Como se manifesta essa distinção no domínio da cultura? Eis o que explicaremos de seguida.

## XII. AS CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DA REVOLUÇÃO CULTURAL CHINESA

Na frente cultural ou ideológica, o período que precede e o período que segue o Movimento de 4 de Maio constituem dois períodos históricos distintos.

Antes do Movimento de 4 de Maio, a luta na frente cultural da China era entre a nova cultura da burguesia e a velha cultura da classe feudal. As lutas entre o sistema escolar moderno e o sistema de exame imperial<sup>10</sup>, entre o novo sistema de estudo e o velho sistema de estudo, entre o sistema de estudo ocidental e o sistema de estudo chinês, eram todas desse carácter. O chamado sistema escolar moderno, o novo sistema de estudo ou sistema de estudo ocidental dessa época significava principalmente (dizemos principalmente porque ainda se mantinham muitos dos perniciosos vestígios do feudalismo chinês) as ciências naturais e as teorias sócio-políticas burguesas, necessitadas pelos representantes da burguesia. Nesse tempo, a ideologia do novo sistema

de estudo desempenhou um papel revolucionário no combate à ideologia feudal chinesa, e serviu a revolução democrático-burguesa da China do velho período. Mas como à burguesia chinesa faltava força e o mundo tinha entrado na era do imperialismo, a ideologia burguesa foi apenas capaz de aguentar uns tantos assaltos, tendo sido batida pela aliança reaccionária da ideologia es-cravizante do imperialismo estrangeiro com a ideologia do “retorno aos antigos” do feudalismo chinês. Assim que essa aliança ideológica reaccionária lançou uma pequena contra-ofensiva, o chamado novo sistema de estudo arriou as bandeiras, silenciou os tambores e bateu em retirada, perdendo a alma e conservando apenas a carapaça. A velha cultura democrático-burguesa decaiu e não manifestou qualquer vitalidade na era do imperialismo; o seu fracasso era inevitável.

A partir do Movimento de 4 de Maio, porém, as coisas passaram a ser diferentes. Surgiu uma força cultural vigorosa e completamente nova na China — a cultura, a ideologia comunista — guiada pelos comunistas chineses, por outras palavras, surgiu a concepção comunista do mundo e a teoria da revolução social. O Movimento de 4 de Maio produziu-se em 1919 e, em 1921, foi a fundação do Partido Comunista da China e o começo real do movimento operário na China — tudo no seguimento da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de Outubro, isto é, num momento em que, no mundo, o problema nacional e o movimento revolucionário nas colónias sofriam uma mudança, e a ligação entre a revolução chinesa e a revolução mundial se tinha tornado de todo evidente. Uma nova força política, o proletariado

e o Partido Comunista da China, subiu à cena política e a nova força cultural, com novo uniforme e novas armas, reunindo todos os aliados possíveis e desdobrando as fileiras em ordem de batalha, lançou heróicos ataques às culturas imperialista e feudal. Essa nova força avançou a passos de gigante no domínio das ciências sociais, das letras e artes, tanto na filosofia, economia, ciências políticas, ciência militar, história e literatura, como na arte (incluindo teatro, cinema, música, escultura e pintura). Nos últimos vinte anos, para onde quer que essa nova força cultural tenha levado os seus ataques, verificou-se uma grande revolução, tanto no conteúdo ideológico como na forma (por exemplo na linguagem escrita). A sua influência é tão grande e o seu impacto tão poderoso que se afigura invencível onde quer que chega. A mobilização a que se procedeu ultrapassou a de qualquer outro período na China. Lu Sun foi o maior e mais corajoso porta-bandeira dessa nova força cultural. Comandante em chefe da revolução cultural chinesa, ele não foi apenas um grande homem de letras, foi também um grande pensador e um grande revolucionário. Lu Sun foi um homem de coluna vertebral tesa, sem sombra de servilismo nem obsequiosidade — qualidade inestimável dos povos das colónias e semi-colónias. Na frente cultural, Lu Sun foi o representante da grande maioria da nação, o herói nacional mais correcto, mais bravo, mais firme, mais fiel e mais ardente, um herói que abriu brecha e arrasou a cidadela do inimigo, um herói sem igual. A via de Lu Sun foi justamente a via da nova cultura nacional da China.

Antes do Movimento de 4 de Maio, a cultura nova da

China era por natureza uma cultura de democracia velha e constituía parte da revolução cultural capitalista da burguesia mundial. A partir do Movimento de 4 de Maio passou a ser de democracia nova, constituindo parte da revolução cultural socialista do proletariado mundial.

Antes do Movimento de 4 de Maio, o movimento da cultura nova da China, a sua revolução cultural, era encabeçado pela burguesia, que desempenhava ainda um papel dirigente. Depois do Movimento de 4 de Maio, a cultura, a ideologia desta classe, tornou--se ainda mais retrógrada que a sua política, sendo incapaz de desempenhar qualquer papel de direcção; quando muito, podia servir em certa medida como aliada, nos períodos revolucionários, ficando a responsabilidade pela direcção da aliança inevitavelmente a cargo da cultura, da ideologia proletária. É um facto, ninguém pode negá-lo. A cultura de democracia nova é a cultura anti-imperialista e anti-feudal das massas populares, é hoje a cultura da Frente Única Anti-japonesa. Essa cultura só pode ser dirigida pela cultura, pela ideologia do proletariado, quer dizer, pela ideologia comunista, e não pela cultura, pela ideologia de qualquer outra classe. Resumindo, a cultura de democracia nova é a cultura dirigida pelo proletariado, a cultura anti-imperialista e anti-feudal das massas populares.

### XIII. OS QUATRO PERÍODOS

Uma revolução cultural é o reflexo ideológico duma revolução política e económica e está ao serviço desta. Na China existe uma frente única na revolução cultural,

tanto como na revolução política.

A história da frente única na revolução cultural, durante os últimos vinte anos, pode dividir-se em quatro períodos. O primeiro cobre dois anos, que vão de 1919 a 1921, o segundo seis anos, de 1921 a 1927, o terceiro dez anos, de 1927 a 1937 e o quarto, três anos, desde 1937 até agora.

O primeiro período estende-se do Movimento de 4 de Maio de 1919 à fundação do Partido Comunista da China, em 1921. O Movimento de 4 de Maio foi o marco principal desse período.

O Movimento de 4 de Maio foi tanto um movimento anti-imperialista como anti-feudal. A sua excepcional importância histórica resulta duma característica que não se verificava na Revolução de 1911, a saber, a oposição consequente e sem compromisso frente ao imperialismo e ao feudalismo. O Movimento de 4 de Maio apresentava essa qualidade porque a economia capitalista tinha avançado um passo mais na China e novas esperanças tinham nascido entre os intelectuais revolucionários chineses quanto à libertação da nação chinesa, face ao colapso de três grandes potências imperialistas, a Rússia, a Alemanha e a Áustria, e o enfraquecimento doutras duas, a Inglaterra e a França, enquanto o proletariado russo fundava um Estado socialista e o proletariado alemão, austríaco (húngaro) e italiano se levantavam em revolução. O Movimento de 4 de Maio ocorreu à chamada da revolução mundial, da revolução russa e de Lenine. Era uma parte da revolução proletária mundial da época. Embora o Partido Comunista da China ainda não se tivesse formado, existia já

uma grande massa de intelectuais que aprovavam a revolução russa e conheciam elementarmente a ideologia comunista. No início, o Movimento de 4 de Maio era o movimento revolucionário duma frente única de três sectores do povo — intelectuais partidários do comunismo, intelectuais revolucionários pequeno-burgueses e intelectuais burgueses (os últimos formando a ala direita do movimento). A sua falha consistiu no facto de estar apenas confinado aos intelectuais, não se lhe tinham juntado os operários, nem os camponeses. Mas assim que se desenvolveu no Movimento de 3 de Junho, não foram apenas intelectuais os que nele se incorporaram, foi também a grande massa do proletariado, pequena burguesia e burguesia, pelo que se converteu num movimento revolucionário de envergadura nacional. A revolução cultural a que o Movimento de 4 de Maio deu lugar era intransigente na oposição à cultura feudal. Nunca tinha havido uma revolução cultural tão grande e tão consequente na história da China. Arvorando as duas grandes bandeiras do momento, “contra a velha moral, pela nova moral!”, “contra a velha literatura, pela nova literatura!”, a revolução cultural realizou grandes contribuições. Na época, ainda não era possível a esse movimento cultural difundir-se amplamente entre as massas operárias e camponesas. A palavra de ordem de “literatura para a gente comum” foi formulada mas, na realidade, “gente comum” só podia então abranger os intelectuais pequeno-burgueses urbanos e os intelectuais burgueses, quer dizer, a intelectualidade urbana. Tanto em matéria de ideologia como de quadros, o Movimento de 4 de Maio abriu o caminho para a fundação do Par-

tido Comunista da China em 1921 e para o Movimento de 30 de Maio de 1925, bem como para a Expedição do Norte. Constituindo a ala direita do Movimento de 4 de Maio, os intelectuais burgueses, na sua maioria, entraram em compromisso com o inimigo no segundo período e passaram-se para o campo da reacção.

No segundo período, cujos marcos foram a fundação do Partido Comunista da China, o Movimento de 30 de Maio e a Expedição do Norte, a Frente Única das três classes, que se havia formado no Movimento de 4 de Maio, manteve-se e ampliou-se, a classe camponesa foi-lhe incorporada e estabeleceu-se uma frente única política de todas essas classes, a primeira cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista. O Dr. Sun Yat-sen foi um grande homem não só porque dirigiu a grande Revolução de 1911 (não obstante ser apenas uma revolução democrática do velho período) mas também porque pôde “adaptar--se às correntes do mundo e responder às necessidades das massas”, avançou as Três Grandes Políticas revolucionárias de aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários e deu nova interpretação aos Três Princípios do Povo, instituindo os novos Três Princípios do Povo mais as suas Três Grandes Políticas. Antes, os Três Princípios do Povo exerciam pouca influência nos círculos de educação, nos círculos académicos e entre a juventude, porque não tinham formulado as palavras de ordem de oposição ao imperialismo, oposição ao sistema social feudal e oposição à cultura, à idqplogia feudal. Eram os velhos Três Princípios do Povo, que as pessoas olhavam como bandeira provisória dum grupo de indi-

vídus que pretendiam conquistar o poder governativo, dito doutro modo, que queriam garantir-se funções públicas, uma bandeira usada por pura manobra política. Foi então que se formularam os novos Três Princípios do Povo mais as suas Três Grandes Políticas. Graças à cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista e ao esforço conjunto dos membros revolucionários dos dois partidos, esses novos Três Princípios do Povo propagaram-se por toda a China e estenderam-se a um sector dos círculos de educação e académicos, bem como à grande massa de estudantes. Isso deveu-se inteiramente ao facto de os Três Princípios do Povo iniciais se terem desenvolvido nos Três Princípios do Povo de democracia nova, anti-imperialistas e anti-feudais, mais as suas Três Grandes Políticas. Sem esse desenvolvimento teria sido impossível difundir as ideias desses Três Princípios do Povo.

Durante esse período, os Três Princípios do Povo revolucionários converteram-se na base política da Frente Única do Kuomintang, Partido Comunista e classes revolucionárias, e, uma vez que “o comunismo é o bom amigo dos Três Princípios do Povo”, cstableceu-se uma frente única entre estas duas doutrinas. Em termos de classes, tratava-se duma frente única entre o proletariado, campesinato, pequena burguesia urbana e burguesia. Naquela altura, utilizando como base de operações o semanário comunista Siantaotchoupao, o diário kuomintanista Mincuojepao, de Xangai, e periódicos doutras localidades, os dois partidos propagaram conjuntamente as ideias anti-imperialistas, combateram conjuntamente a educação feudal baseada no culto de Confúcio e no

estudo do cânon confuciano e, conjuntamente ainda, opuseram-se à velha literatura e à linguagem clássica feudais e promoveram a literatura nova com a linguagem escrita moderna, de conteúdo anti-imperialista e anti-feudal. Durante as guerras em Cuantun e na Expedição do Norte, inculcaram-se nas forças armadas chinesas ideias anti-imperialistas e anti-feudais, reformando-se tais forças. As palavras de ordem “Abaixo os funcionários corrompidos” e “Abaixo os déspotas locais e os maus nobres”, foram lançadas por entre milhões de camponeses, estoirando grandes lutas revolucionárias camponesas. Graças a tudo isso e graças à ajuda da União Soviética, a Expedição do Norte terminou numa vitória. Mas assim que tomou o poder, a grande burguesia liquidou a revolução, criando-se então uma situação política nova. O terceiro período foi o novo período revolucionário que vai de 1927 a 1937. Como se tivesse produzido uma mudança no interior do campo revolucionário, nos fins do segundo período — a grande burguesia chinesa passou-se para o campo contra-revolucionário do imperialismo e das forças feudais e a burguesia nacional seguiu atrás dela — das quatro classes que inicialmente se encontravam no campo revolucionário só permaneceram três, isto é, o proletariado, o campesinato e os restantes sectores da pequena burguesia (incluídos os intelectuais revolucionários), pelo que a revolução chinesa entrou inevitavelmente num período novo em que o Partido Comunista passou a dirigir com exclusividade as massas nessa revolução. Esse período foi tanto de campanhas contra-revolucionárias de “cerco e aniquilamento” como de aprofundamento da revolução. Nessa altura houve

dois tipos de campanhas contra-revolucionárias de “cerco e aniquilamento”: o tipo militar e o tipo cultural. O aprofundar da revolução também foi de dois tipos: o da revolução rural e o da revolução cultural. Por instigação dos imperialistas, todas as forças contra-revolucionárias da China e do mundo foram mobilizadas para os dois tipos de campanhas contra-revolucionárias de “cerco e aniquilamento”, campanhas que se sucederam ao longo dum período não inferior a dez anos e revestiram dureza sem precedentes. Centenas de milhares de comunistas e de jovens estudantes foram chacinados e milhões de operários e camponeses sofreram cruéis perseguições e massacre. Aos responsáveis por tudo isso parecia não haver quaisquer dúvidas que o comunismo e o Partido Comunista podiam ser “liquidados, massacrados, uma vez por todas”. Mas o resultado foi bem o contrário, os dois tipos de campanhas de “cerco e aniquilamento” fracassaram miseravelmente. A campanha militar redundou numa marcha do Exército Vermelho sobre o norte, em resistência aos japoneses, e a campanha cultural resultou no Movimento de 9 de Dezembro de 1935, movimento revolucionário da juventude. O resultado comum às duas campanhas foi o despertar do povo por todo o país. Foram três resultados positivos. O mais curioso é que a campanha cultural de “cerco e aniquilamento” por parte do Kuomintang também fracassou nas regiões controladas por este, não obstante a total impossibilidade de resistência em que se encontrava o Partido Comunista no interior das instituições culturais ali existentes. Por que é que as coisas se passaram assim? Não haverá nisso motivo para reflexão profunda? Foi em

plena campanha de “cerco e aniquilamento” que o comunista Lu Sun se transformou no gigante da revolução cultural chinesa.

O resultado negativo das campanhas contra-revolucionárias de “cerco e aniquilamento” foi a invasão do nosso país pelo imperialismo japonês. Essa a principal razão por que, até hoje, o povo em todo o país detesta tão profundamente esse anticomunismo dos dez anos.

Nas lutas desse período, o campo revolucionário defendeu firmemente a democracia nova e os novos Três Princípios do Povo, anti-imperialistas e anti--feudais das massas populares, ao passo que o campo contra-revolucionário impunha um regime despótico de coalizão da classe dos senhores de terras e da grande burguesia, sob direcção do imperialismo. Esse regime despótico decapitou política e culturalmente as Três Grandes Políticas do Dr. Sun Yat-sen, bem como os seus novos Três Princípios do Povo, o que foi de catastróficas consequências para a nação chinesa.

O quarto período é o da actual Guerra de Resistência contra o Japão. Seguindo o seu caminho ziguezagueante, a revolução chinesa chegou de novo a uma frente única das quatro classes. A envergadura dessa frente única é muito maior actualmente, na medida em que a respectiva camada alta inclui muitos representantes das classes dominantes, a camada\* média inclui a burguesia nacional e a pequena burguesia e a camada baixa inclui a totalidade do proletariado, as diferentes classes e camadas da nação passaram a ser membros da aliança e resistem resolutamente ao imperialismo japonês. A primeira fase desse período durou até a queda de Vuhan. Nessa fase,

em todos os domínios reinava uma atmosfera de entusiasmo, politicamente existia uma corrente em direcção à democracia e, culturalmente, uma mobilização relativamente generalizada. Com a queda de Vuhan começou a segunda fase, registando-se muitas modificações na situação política, um sector da grande burguesia capitulou frente ao inimigo e outro passou a desejar um cessar pronto da resistência anti--japonesa. Na esfera cultural essa situação revela-se nas actividades reaccionárias de Ie Tsim, Tcham Tchiun-mai e outros, bem como na supressão das liberdades de palavra e imprensa.

Para superar tal crise importa lutar firmemente contra todas as ideias opostas à resistência ao Japão, à unidade e ao progresso, sendo que enquanto essas ideias reaccionárias não forem eliminadas, não pode haver a menor esperança de vitória nessa resistência. Qual o futuro dessa luta? Eis o grande problema que preocupa todo o povo do país. A julgar pela situação interna e internacional, o povo chinês há-de necessariamente vencer, por muitos que sejam os obstáculos levantados no caminho da Guerra de Resistência. O progresso alcançado nos vinte anos contados a partir do Movimento de 4 de Maio, excede tanto o dos oitenta anos que passaram como talvez mesmo o realizado nos milénios de história da China. Não poderão então imaginar-se os progressos que não fará a China em mais outros vinte anos? A violência desenfreada de todas as forças tenebrosas, internas e externas, trouxe a desgraça para a Nação, mas é essa mesma violência que indica que as forças tenebrosas, embora tendo ainda uma certa força, estão já na convulsão da morte e as massas populares se

aproximam gradualmente da vitória. Isso é verdade para a China, para o Oriente inteiro e para o mundo.

#### XIV. DESVIOS NO PROBLEMA DA NATUREZA DA CULTURA

Tudo o que é novo vem dessa forja que é a luta dura e tenaz. Isso também é verdade quanto à nova cultura, que registou três viragens, descrevendo um “Z” nos últimos vinte anos, ao longo dos quais tanto o bom como o mau resultaram provados.

Os burgueses obstinados estão completamente errados, quer em matéria cultural quer em matéria de poder político. Eles nem compreendem as características históricas deste novo período da China nem reconhecem a cultura de democracia nova das massas populares. O seu ponto de partida é o despotismo burguês que, em cultura, se converte no despotismo cultural da burguesia. Ao que parece, um sector (só me refiro a um sector) dos indivíduos instruídos na chamada escola europeia-americana<sup>18</sup>, que na prática apoiou as campanhas de “exterminação dos comunistas”, realizadas no passado pelo governo do Kuomintang na frente cultural, está agora a apoiar a política deste no sentido da “limitação” e “dissolução” do Partido Comunista. Não querem que os operários e os camponeses levantem a cabeça, política e culturalmente. Essa via de despotismo cultural dos burgueses obstinados não pode levar a parte alguma. Tal como acontece quanto ao poder político, faltam-lhe condições internas e internacionais. Será portanto mel-

hor “pôr de lado” também esse despotismo cultural.

Pelo que respeita à orientação da cultura nacional, a ideologia comunista desempenha o papel dirigente, e nós temos de trabalhar duro para propagar o socialismo e o comunismo entre a classe operária e educar adequada e metodicamente os camponeses e os demais sectores das massas em matéria de socialismo. A cultura nacional, porém, ainda não é socialista no seu conjunto.

Graças à direcção do proletariado, a política, a economia e a cultura de democracia nova contém um elemento de socialismo, que não é meramente comum mas sim um elemento que desempenha um papel decisivo. No seu conjunto, porém, a situação política, económica e cultural é de democracia nova, e não socialista. Isso é assim porque, na etapa actual, a revolução chinesa ainda não é uma revolução socialista para derrubar o capitalismo mas sim uma revolução democrático-burguesa, cuja tarefa básica consiste principalmente no combate ao imperialismo estranho e ao feudalismo interior. No domínio da cultura nacional, é errado defender que a actual cultura nacional é ou deve ser inteiramente socialista. Isso seria confundir a propagação da ideologia comunista com a prática do programa imediato de acção, e confundir a aplicação da posição e método comunistas de exame dos problemas, investigação das diferentes disciplinas, realização do trabalho e preparação de quadros, com a política geral de educação nacional e cultura nacional, na etapa da revolução democrática da China. Uma cultura nacional de conteúdo socialista terá necessariamente de ser um reflexo da política e da economia socialistas. Há elementos socialistas na nossa política e

na nossa economia, daí que tais elementos socialistas estejam reflectidos na nossa cultura nacional. Tomando, porém, a sociedade como um todo, nós não dispomos ainda duma política e duma economia socialistas, razão por que não pode existir uma cultura nacional inteiramente socialista. Uma vez que a actual revolução chinesa constitui parte da revolução socialista proletária mundial, a actual cultura nova da China é parte da cultura nova socialista proletária mundial e o grande aliado desta. Enquanto essa parte contém elementos vitais da cultura socialista, a cultura nacional como um todo adere à corrente da nova cultura socialista proletária mundial, ainda sem a dignidade de cultura inteiramente socialista e sim como cultura de democracia nova, anti-imperialista e anti-feudal, das massas populares. Assim como a revolução chinesa não pode hoje prosseguir sem uma direcção do proletariado, a cultura nova da China não pode prosseguir sem a direcção da cultura, da ideologia proletária, sem direcção da ideologia comunista. Na etapa actual, porém, essa direcção significa conduzir as massas populares numa revolução política e cultural anti-imperialista e anti-feudal, e, por consequência, considerado no conjunto, o conteúdo da nova cultura nacional ainda não é socialista mas sim de democracia nova.

Não há qualquer dúvida de que agora é o momento de propagar mais amplamente a ideologia comunista e estudar com maior energia o Marxismo-Leninismo pois, sem esse propagar e esse estudo, ficaremos tanto incapazes de fazer avançar a revolução chinesa para a futura etapa do socialismo, como incapazes de levar a actual

revolução democrática à vitória. Contudo, devemos manter a propagação das ideias comunistas e a propaganda sobre o sistema social do comunismo distintas da aplicação prática do programa de acção de democracia nova, tanto como devemos manter a teoria e o método comunistas de investigação dos problemas, investigação das diferentes disciplinas, realização do trabalho e preparação de quadros, distintos da política de democracia nova para a cultura nacional considerada como um todo. Não há dúvidas que é inadequado confundir esses pontos.

Assim, pode ver-se que o conteúdo da nova cultura nacional da China, na etapa presente, nem é o despotismo cultural da burguesia nem o puro socialismo do proletariado, mas sim a democracia nova das massas populares, anti-imperialista e anti-feudal, guiada pela cultura, pela ideologia socialista do proletariado.

#### XV. UMA CULTURA NACIONAL, CIENTÍFICA E DE MASSAS

A cultura de democracia nova é nacional. Opõe-se à opressão imperialista e defende a dignidade e independência da nação chinesa. Pertence à nossa própria nação e apresenta as nossas próprias características. Está ligada às culturas socialista e de democracia nova das demais nações, sendo a inter-relação tal que cada uma absorve algo das outras e ajuda-as a desenvolverem-se, formando todas, no conjunto, a nova cultura mundial. Como cultura nacional revolucionária ela jamais poderá ligar-se à cultura reaccionária imperialista de seja que nação

for. A China precisa de assimilar muito da cultura progressista estrangeira como matéria prima para alimentar a sua própria cultura, trabalho a que já se procedeu no passado, embora com muitas insuficiências. Devemos assimilar tudo o que nos seja útil hoje, não só das actuais culturas, socialista e de democracia nova, mas também das culturas antigas das nações estrangeiras, por exemplo, da cultura dos diversos países capitalistas durante o século das Luzes. Mas em caso nenhum devemos engolir qualquer desse material estrangeiro sem crítica; o que se impõe é tratá-lo como se tratam os alimentos — primeiro mastigar, depois submeter à acção do estômago e dos intestinos, com a saliva e outras secreções, separando-se aquilo que é substancial e há-de ser assimilado daquilo que é impróprio e vai ser eliminado — antes de que possa alimentar-nos. Defender a “ocidentalização integral”<sup>19</sup> é um ponto de vista errado. A China sofreu um grande prejuízo em resultado da assimilação formal das realidades estrangeiras. Do mesmo modo, ao aplicarem o Marxismo à China, os comunistas chineses devem integrar, completa e adequadamente, a verdade universal do Marxismo com a prática concreta da revolução chinesa, por outras palavras, devem combiná-la com as características da nação, ganhando essa verdade uma forma nacional definida, a fim de que seja útil, e nunca aplicá-la de maneira subjectivista e formal. Os marxistas formalistas não fazem mais que brincar com o Marxismo e a revolução chinesa, não havendo pois lugar para eles nas fileiras da revolução. A cultura chinesa deve ter a sua própria forma, uma forma nacional. Nacional na forma e de democracia nova no conteúdo — tal é hoje a

nossa cultura nova.

A cultura de democracia nova é científica. - Oposta como é a todo o tipo de ideias feudais e supersticiosas, ela é pela descoberta da verdade nos factos, pela verdade objectiva e pela união da teoria com a prática. Sobre esse ponto, existe a possibilidade de estabelecimento duma frente única contra o imperialismo, feudalismo e superstição, entre o pensamento científico do proletariado chinês e aqueles materialistas e cientistas da burguesia chinesa que são progressistas, mas em caso nenhum existe possibilidade de frente única com o idealismo reaccionário. Na esfera da acção política, os comunistas podem formar uma frente única anti-imperialista e anti-feudal com certos idealistas, e mesmo com certos crentes, mas nunca aprovar-lhes o idealismo nem as teorias religiosas. Durante o longo período de sociedade feudal chinesa, criou-se a esplêndida cultura antiga. Estudar o processo de desenvolvimento dessa cultura antiga, rejeitar-lhe a escória feudal e assimilar-lhe a quinta-essência democrática é uma condição necessária ao desenvolvimento da nova cultura nacional e ao fomento da nossa auto-confiança nacional, mas em caso nenhum devemos engolir seja o que for sem crítica. É imperioso distinguir a fina cultura popular antiga, possuidora dum maior ou menor grau de carácter democrático e revolucionário, de toda a decadência da velha classe dominante feudal. A nova política e a nova economia actuais da China desenvolveram-se a partir da velha política e economia desta, e a sua actual cultura nova também se desenvolveu a partir da velha cultura. Há pois que respeitar a nossa própria história, em momento nenhum

devemos desligar-nos dela. Mas respeitar a História significa dar-lhe o devido lugar como ciência, considerar-lhe o desenvolvimento dialéctico, e nunca elogiar o passado para denegrir o presente, nem elogiar cada gota de veneno feudal. No que respeita às massas populares e aos jovens estudantes, o essencial é guiá-los de modo que olhem para a frente e não para trás.

A cultura de democracia nova pertence às massas populares, pelo que é democrática. Ela deve servir as massas trabalhadoras de operários e camponeses, que constituem mais de noventa por cento da população do país, e converter-se passo a passo na cultura destas. Há que diferenciar, em grau, os conhecimentos para educar os quadros revolucionários dos conhecimentos para educar as grandes massas revolucionárias, e estabelecer um laço entre eles; há que estabelecer uma diferença entre elevação e popularização dos conhecimentos e, ao mesmo tempo, ligar urna à outra. A cultura revolucionária é uma poderosa arma revolucionária para as grandes massas populares\*. Antes do começo da revolução, ela prepara ideologicamente o terreno, e, durante esta, constitui uma frente de combate necessária e importante na frente geral da revolução. Os trabalhadores revolucionários da cultura são os comandantes dos vários escadões dessa frente cultural. “Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário”<sup>20</sup>; por aí se pode ver quão importante é o movimento cultural revolucionário para o movimento prático revolucionário. Tanto o movimento cultural como o movimento prático devem ser movimentos de massas. Por consequência, os trabalhadores progressistas da cultura na Guerra de

Resistência devem possuir o seu próprio exército da cultura, quer dizer, as massas populares. Um trabalhador revolucionário da cultura que não esteja ligado às massas populares é um “comandante sem exército”, o seu poder de fogo não pode abater o inimigo. Para atingir tal objectivo, a língua escrita deve ser reformada, dentro de determinadas condições, e a língua falada deve aproximar-se das massas populares. É necessário compreender que as massas constituem a fonte rica e inesgotável da cultura re-volucionária.

Uma cultura nacional, científica e de massas populares, eis a cultura anti-imperialista e anti-feudal das massas populares, a cultura de democracia nova, a cultura nova da nação chinesa.

Combine-se a política, a economia e a cultura, de democracia nova, obter-se-á a república de democracia nova, a república chinesa de nome correspondente aos factos, a China nova que pretendemos fundar.

Aí está já à vista a China nova. Saudemo-la pois!

Os seus mastros despontam já acima do horizonte. Aclamemo-la pois em boas-vindas!

Recebamo-la com os dois braços. A China nova pertence-nos!

## NOTAS

1 Revista fundada em Ien-an, em Janeiro de 1940. O presente artigo foi publicado, pela primeira vez, no N.º i dessa revista.

2 K. Marx, Prefácio à Crítica da Economia Política.

3 Ver “Teses sobre Feuerbach”, artigo II, escritas por K. Marx em

apêndice ao livro de F. Engels, “Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã”.

4 J. V. Estaline, “A Revolução de Outubro e a Questão Nacional”.

5 V. I. Lenine, Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo.

6 Campanhas anti-soviéticas instigadas pelo governo do Kuomintang após a traição da revolução por Tchiang Kai-chek. A 13 de Dezembro de 1927, o Kuomintang assassinou o vice-cônsul soviético em Cantão e, no dia seguinte, o governo kuomintanista em Nanquim publicou o “Decreto de ruptura de relações com a Rússia”, revogando o reconhecimento oficial dos cônsules soviéticos nas províncias e ordenando a cessação das actividades dos estabelecimentos comerciais soviéticos. Em Agosto de 1929, instigado pelos imperialistas, Tchiang Kai-chek organizou no Nordeste provocações anti-soviéticas que resultaram em choques armados.

7 Remai, representante da burguesia comercial turca. Depois da Primeira Guerra Mundial, os imperialistas ingleses instigaram a Grécia, que era seu vassalo, a lançar-se numa agressão contra a Turquia. Ajudado pela União Soviética, porém, o povo turco derrotou as tropas gregas em 1922. Em 1923, Kemal foi eleito presidente da Turquia. Estaline afirmou:

“A revolução kemalista é uma revolução das camadas superiores da burguesia comercial nacional, realizada no decurso duma luta contra os imperialistas estrangeiros, e cujo desenrolar subsequente está essencialmente dirigido contra os operários e camponeses, contra a possibilidade real duma revolução agrária.” (Estaline: “Conversa com Estudantes da Universidade Sun Yat-sen”).

8 O camarada Mao Tsetung refere-se a Tcham Tchiun-mai e seu grupo. Depois do Movimento de 4 de Maio, Tcham opôs-se abertamente à ciência e passou a pregar a metafísica, ao que chamava “cultura espiritual”, ficando por isso conhecido como “fraseador metafísico”. Para apoiar os agressores japoneses e Tchiang Kai-chek, publicou uma “Carta Aberta ao Sr. Mao Tsetung”, em Dezembro de 1958, sob instruções de Tchiang Kai-chek, propagandeando em longas tiradas a dissolução do VIII Exército, do Novo IV Exército e da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia.

9 Ver manifesto do Comité Central do Partido Comunista da China, de Setembro de 1937, sobre o estabelecimento da cooperação

entre o Kuomintang e o Partido Comunista.

10 Ver Sun Yat-sen, “Palestras sobre o Princípio do Bem-Estar do Povo”, 1924, palestra II.

11 Tchen Li-fu, um dos cabecilhas dos espias da camarilha tchiangkaihekista, assalariou alguns bandidos, reaccionários, que escreveram uma “obra” intitulada Vitalismo, onde afirmavam uma série de disparates, pregando o fascismo kuomintanista. O escrito foi publicado sob a assinatura tristemente conhecida de Tchen Li-fu.

12 A “doutrina da distribuição segundo o trabalho” era uma palavra de ordem altissonante e vergonhosa avançada por Ien Si-xan, caudilho militar representante dos grandes senhores de terras e grandes compradores na província de Xansi.

13 “Combate aos ataques vindos de ambos os lados” era o título dum artigo de Uam Tsim-vei, após a sua traição da revolução, em 1927.

M J. V. Estaline, discurso intitulado “A respeito da Questão Nacional na Jugoslávia”, proferido na comissão jugoslava do Comité Executivo da Internacional Comunista, a 30 de Março de 1925. Estaline afirmou:

“. . . os camponeses formam o exército básico do movimento nacional, sem exército camponês não há nem pode haver movimento nacional poderoso. ... a questão nacional é, na essência, uma questão camponesa.”

15 O “princípio de ir para a montanha” era, no interior do Partido, uma zombaria dogmática contra o camarada Mao Tsetung, contra a insistência deste a respeito das bases revolucionárias no campo. O camarada Mao Tsetung utilizava essa expressão para mostrar o grande papel que desempenhavam as bases revolucionárias rurais.

16 O sistema escolar moderno era um sistema de educação modelado pelo sistema dos países capitalistas da Europa e América. O “sistema de exame imperial” era o velho sistema de exames na China feudal. Nos fins do século XIX, os intelectuais reformistas chineses pronunciaram-se pela abolição do velho sistema de exames nos concursos e pelo estabelecimento de escolas modernas.

17 Nos princípios de Junho de 1919, o movimento patriótico de 4 de Maio entrou numa nova etapa. A 3 de Junho de 1919, os estudantes de Pequim passaram à realização de comícios e discursos, em protesto contra a perseguição e repressão por parte do exército e da polícia, e iniciaram uma greve que se generalizou aos operários e comerciantes de Xangai, Nanquim, Tientsim, Handjou, Vuhan e Quiouquiam, bem como às províncias de Xantum e Ang-huei. Desse modo, o Movimento de 4 de Maio desenvolveu-se num grande movimento de massas em que participavam o proletariado, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional.

Grupo representado por Hu Chi e outros. \*

19 Ponto de vista sustentado por um certo número de académicos burgueses, que aplaudiam incondicionalmente a cultura burguesa do Ocidente, centrada no individualismo e de há muito ultrapassada, e advogavam uma imitação integral da Europa e da América capitalistas.

V. I. Lenine, “Que Fazer?”, capítulo I, secção 4.

CONJURAR O PERIGO DE CAPITULAÇÃO,  
LUTAR POR UMA VIRAGEM  
FAVORÁVEL NA  
SITUAÇÃO\*

(28 de Janeiro de 1940)

O desenrolar actual dos acontecimentos confirma a justeza das apreciações feitas em distintas ocasiões pelo Comité Central. A linha da capitulação, defendida pelos grandes senhores de terras e pela grande burguesia, e a linha da resistência prosseguida pelo proletariado, campesinato, pequena burguesia urbana e média burguesia, são antagónicas; as duas estão em luta. Actualmente, as duas linhas coexistem, são possíveis duas perspectivas. A esse respeito, todos os camaradas do Partido precisam de compreender que os sérios casos de capitulação, anticomunismo e regressão, manifestados em diferentes zonas, não devem ser tomados isoladamente. Há que entender-lhes a gravidade, combatê-los com firmeza e não se deixar abater pelo respectivo impacto. Se, contra tais casos, não possuímos esse espírito nem justa política de

---

\* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China.

luta resoluta, se deixamos os obstinados kuomintanistas prosseguir na acção de “limitação militar do Partido Comunista” e “limitação política do Partido Comunista”, se somos governados exclusivamente pelo receio de ruptura da Frente Única, a Guerra de Resistência fica comprometida, a capitulação e o anticomunismo estendem-se por todo o país e a Frente Única corre o risco de romper-se. Importa estar bem consciente de que, tanto no interior do país como no plano internacional, existem ainda muitas condições objectivas favoráveis aos nossos esforços de prosseguimento da resistência, unidade e progresso. Por exemplo, a política do Japão frente à China mantém-se muito dura; não obstante certa atenuação das contradições que existem entre a Inglaterra, Estados Unidos e França, por um lado, e o Japão por outro, não houve um verdadeiro reajustamento; além disso, as posições da Inglaterra e da França no Oriente encontram-se enfraquecidas pela guerra na Europa. É pois difícil convocar uma reunião tipo Munique no Extremo Oriente. Ademais, a União Soviética ajuda activamente a China. São circunstâncias internacionais que tornam difícil, para o Kuomintang, uma capitulação ou um compromisso, ou mesmo o desencadeamento duma guerra anticomunista em escala nacional. Mais exemplos: o Partido Comunista, o VIII Exército e o Novo IV Exército opõem-se resolutamente à capitulação e prosseguem com firmeza uma política de resistência e unidade; as classes intermédias também são contra a capitulação e, enfim, embora no seio do Kuomintang os capitulacionistas e os obstinados detenham o poder, eles não constituem mais que uma minoria. Essas são

circunstâncias interiores que tornam difícil ao Kuomintang a capitulação, o compromisso ou a guerra anticomunista em escala nacional. Em tais circunstâncias, a tarefa do Partido consiste, por um lado, em ripostar energicamente à ofensiva militar e política dos capitulacionistas e obstinados e, por outro lado, em desenvolver activamente, no conjunto do país, a Frente Única que engloba os partidos, órgãos governativos, as forças armadas, a população civil e a juventude estudantil; e ainda em fazer todo o possível por juntar a si a grande maioria do Kuomintang, as camadas intermédias e os simpatizantes dentro dos exércitos que combatem o agressor japonês, aprofundar o movimento de massas, ganhar os intelectuais, consolidar as bases de apoio anti-japonesas, desenvolver as forças armadas anti-japonesas e os órgãos do poder anti-japonês, consolidar-se e progredir. Agindo simultaneamente nessas duas direcções, nós conseguiremos conjurar o perigo de capitulação, criado pelos grandes senhores de terras e grande burguesia, e provocar uma viragem favorável na situação. E por isso que a orientação geral da política actual do Partido consiste em lutar energicamente por essa viragem, ao mesmo tempo que se redobra de vigilância para enfrentar qualquer eventualidade (no momento, não se trata senão de incidentes de carácter limitado e local). Agora que Uam Tsim-vei tornou público o seu pacto de traição<sup>1</sup> e Tchiang Kai-chek publicou a mensagem à nação, está fora de dúvida que a agitação em favor da paz há-de resultar golpeada e as forças da resistência anti-japonesa não-de desenvolver-se; por outro lado, a “limitação militar do Partido Comunista” e a “limitação

política do Partido Comunista” prosseguirão, novos incidentes locais vão registrar-se e, para atacar-nos, é possível que o Kuomintang insista sobre a pretensa “unificação para a luta contra o inimigo exterior”. A explicação de tudo isso está no facto de as forças da resistência ao Japão e do progresso não poderem, num futuro próximo, desenvolver-se suficientemente de modo a esmagarem por completo as forças da capitulação e regressão. A nossa política exige que, em todos os pontos do país onde existam organizações do Partido Comunista, façamos os maiores esforços por ampliar a propaganda contra o pacto de traição concluído por Uam Tsim-vei. Na sua mensagem, Tchiang Kai-chek declara-se disposto a prosseguir na resistência ao Japão, mas não sublinha a necessidade de reforçar a unidade nacional nem indica qualquer política que permita perseverar na resistência e no progresso. Ora, sem tal política, é impossível continuar a guerra. Assim é que, na campanha contra Uam Tsim-vei, devemos sublinhar os pontos seguintes: i) apoiar a política nacional de resistência até ao fim e opor-se ao pacto de traição de Uam Tsim-vei; 2) unir o povo do país inteiro e abater o traidor Uam Tsim-vei e respectivo governo central fantoche; 3) apoiar a co-operação entre o Kuomintang e o Partido Comunista; abater a política anticomunista de Uam Tsim-vei; 4) a oposição ao Partido Comunista é conspiração de Uam Tsim-vei para dividir a Frente Única Anti-japonesa; há que abater os traidores camuflados do tipo Uam Tsim-vei; 5) reforçar a unidade nacional, eliminar as fricções internas; 6) introduzir reformas políticas no país, desenvolver o movimento em favor do regime constitucional,

instaurar a democracia; 7) anular a interdição dos partidos políticos, reconhecer estatuto legal aos partidos e grupos anti-japoneses; 8) garantir ao povo a liberdade de palavra e de reunião, no interesse da luta contra os invasores e os traidores; 9) consolidar as bases de apoio anti-japonesas, lutar contra as conspirações e actos de sabotagem dos traidores como Uam Tsim-vei; 10) apoiar as tropas que se batem realmente bem na Guerra de Resistência, assegurar o pleno reabastecimento da frente; n) desenvolver as actividades culturais ao serviço da Guerra de Resistência, proteger a juventude progressista, proibir a manifestação de opiniões dos traidores. Todas essas palavras de ordem devem ser levadas ao público. Além disso, impõe-se, por toda a parte, publicar um grande número de artigos, manifestos, panfletos e brochuras, bem como organizar conferências, ao mesmo tempo que se lançam palavras de ordem adaptadas às circunstâncias locais.

No dia 1 de Fevereiro vai convocar-se em Ien-an um grande mítin de protesto contra o pacto de traição concluído por Uam Tsim-vei. Na primeira ou segunda década de Fevereiro organizar-se-ão mais mítins de massas por toda a parte, em combinação com os diversos sectores da população e com os kuomintanistas anti-japoneses, de modo a provocar-se por todo o país um poderoso movimento contra a capitulação, contra os traidores e contra as fricções.

## NOTAS

1 Trata-se dum pacto secreto de traição, intitulado “Programa de Reajustamento das Relações Nipo-Chinesas”, concluído por Uam Tsim-vei com os agressores japoneses, em fins de 1939. Ei-lo nas suas grandes linhas:

1) O Nordeste da China é cedido ao Japão; as regiões mongóis (na época compreendiam as províncias de Sui--iuan e Tchahar, bem como a parte setentrional da província de Xansi), o Norte da China, o baixo Yangtsé e as ilhas do Sul da China, são reconhecidas como “zonas de colaboração estreita entre o Japão e a China”, devendo ser ocupadas, em permanência, por tropas japonesas.

2) Todos os órgãos do poder fantoche, desde o governo central à administração local, passam a funcionar sob fiscalização de conselheiros ou funcionários japoneses.

3) As tropas e a polícia do governo fantoche são treinadas por instrutores japoneses e o respectivo armamento é fornecido pelo Japão.

4) A política financeira e económica, a indústria, a agricultura e os meios de comunicação do governo fantoche ficam sob controle japonês; o Japão pode explorar livremente todos os recursos naturais da China.

5) Proibição de toda a actividade anti-japonesa.

## UNIR TODAS AS FORÇAS ANTI-JAPONESAS E COMBATER OS ANTICOMUNISTAS OBSTINADOS\*

(1 de Fevereiro de 1940)

Com que finalidade nos reunimos hoje aqui, nós que pertencemos a diferentes sectores de Ien-an? Para denunciar o vende-pátrias Uam Tsim-vei e ainda para alcançar a unidade de todas as forças anti-japonesas e combater os anticomunistas obstinados.

Repetidas vezes, nós, os comunistas, declaramos que o imperialismo japonês prosseguiria inflexivelmente a sua política de subjugação da China. Todas as mudanças de gabinete que possam verificar-se no Japão em nada mudarão a política fundamental deste, que consiste em subjugar a China e reduzi-la à situação de colónia. Ante isso, Uam Tsim-vei, representante político do grupo pró-japonês da grande burguesia chinesa, enlouqueceu de medo, caiu de joelhos ante o Japão e concluiu um pacto de traição, vendendo a China ao imperialismo japonês. E, o que ainda é mais, pretende criar um governo e um

---

\* Discurso pronunciado pelo camarada Mao Tsetung num mítin de massas realizado em Ien-an, em denúncia de Uam Tsim-vei.

exército fantoches que oporia ao governo e ao exército anti-japoneses. Nestes últimos tempos, é com muita dificuldade que ele ainda menciona a luta contra Tchiang Kai-chek e, segundo se diz, está convertido num defensor da “aliança com Tchiang”. A luta contra o Partido Comunista constitui o objectivo principal do Japão e de Uam Tsim-vei. Mas eles sabem que é o Partido Comunista quem combate com máxima consequência os agressores japoneses, e que a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista significa o aumento das forças anti-japonesas; assim, encarnçam-se na sabotagem dessa cooperação, para desligar os dois partidos ou, melhor ainda, para lançá-los um contra o outro. Por isso se serviram dos obstinados dentro do Kuomintang para fomentarem desordens por toda a parte. No Hunan, foi o Incidente Sangrento de Pinquiam1; no Honan, o de Tchiuexan2; no Xansi, o ataque das tropas antigas às tropas novas3; no Hopei, o ataque de Tcham Im-vu ao VIII Exército4; no Xantum, o dc Tchín Tchi-jum contra os guerrilheiros5; no Hupei oriental, o massacre de quinhentos a seiscentos comunistas por Tchem Ju--huai”; enfim, na região fronteiriça Xensi-Cansu--Ninsia, o “estabelecimento de pontos e linhas de apoio”7 no interior e o “bloqueio” no exterior, paralelamente à preparação duma ofensiva militar0. Além disso, os obstinados prenderam um grande número de jovens progressistas e encerraram-nos em campos de concentração9; compraram os serviços do fraseador metafísico Tcham Tchiun-mai, para que formulasse propostas reaccionárias tendentes à eliminação do Partido Comunista, região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia, VIII Exército e Novo IV Exército;

assoldaram Ic Tsim e outros trotskistas para que redigissem artigos contra o Partido Comunista. Tudo isso não revela outra intenção que não seja a sabotagem da resistência ao Japão e a redução da totalidade do povo à servidão10.

Assim, em conivência, a camarilha de Uam Tsim--vei e os anticomunistas obstinados no Kuomintang, uns agindo de fora e os outros do interior, envenenaram inteiramente a atmosfera no país.

Extremamente indignados com tal estado de coisas, muitos pensam que já não há mais esperanças de resistência ao Japão e que todos os kuomintanistas são celerados que devem ser combatidos. Essa indignação é inteiramente legítima, há que dizê-lo. Como não indignar-se ante uma situação tão grave? Mas ainda há esperanças de resistência e nem todos são celerados no Kuomintang. Há que adoptar uma política distinta com relação a cada uma das facções no seio do Kuomintang. Seremos implacáveis para com os celerados, os inconscientes que tiveram a audácia de disparar sobre as costas do VIII Exército e do Novo IV Exército, provocar incidentes sangrentos em Pinquiam e Tchiuexan, sabotar a região fronteiriça e atacar as tropas, as organizações e os elementos progressistas. Retribuir-lhes-emos golpe por golpe e jamais faremos a menor concessão. Esses celerados são de facto tão falhos de consciência que se empenham em provocar fricções, incidentes sangrentos e cissões quando o inimigo da nação penetrou já profundamente no país. Sejam quais forem as suas intenções, na prática eles ajudam o Japão e ajudam Uam Tsimvei. Aliás, alguns deles são, desde o início, traidores camu-

flados. Seria errado não punir tal gente; seria encorajar os traidores e os vende-pátrias e ser desleal à resistência nacional e à Pátria; seria deixar a canalha sabotar a Frente Única e seria infringir a política do Partido. Mas a política de golpear os capitulacionistas e os anticomunistas obstinados não tem outro objectivo além da prossecução da resistência ao Japão e a defesa da Frente Única Anti-japonesa. Essa a razão por que devemos estar de boa vontade relativamente aos membros do Kuomintang que não são capitulacionistas nem anticomunistas obstinados, mas sim partidários leais da resistência ao Japão; devemos uni-los a nós e respeitá-los, e estamos dispostos a cooperar duradouramente com eles, a fim de levarmos a bom termo os negócios do país. Não agir nesse sentido seria igualmente violar a política do Partido. A política do nosso Partido apresenta portanto dois aspectos: por um lado, unidade com todas as forças progressistas, com todos os partidários leais da resistência ao Japão, e, por outro lado, luta contra a canalha que abdicou conscientemente, contra os capitulacionistas e contra os anticomunistas obstinados. Essa política visa um só objectivo: esforçar-se por provocar uma viragem favorável na situação a fim de derrotarmos o Japão. A tarefa do Partido Comunista e do conjunto do nosso povo consiste em unir todas as forças da resistência e do progresso, combater as forças da capitulação e regressão, lutar energicamente para impedir que a situação se deteriore ainda mais e provocar uma viragem favorável. Essa a nossa política fundamental. De modo nenhum cairemos no pessimismo e no desespero, nós somos optimistas. Não tememos os ataques dos capitulacionistas

e dos anticomunistas obstinados. Devemos esmagá-los e esmagá-los-emos seguramente. A nação chinesa há-de libertar-se, a China não será subjugada. O progresso do país é inelutável, a regressão não é mais do que fenómeno passageiro.

Com o mítin de hoje, nós queremos expressar ao povo a convicção de que a unidade e o progresso da totalidade da nação são indispensáveis à resistência anti-japonesa. Alguns insistem unicamente na resistência ao Japão, não desejam acentuar a unidade e o progresso, mais ainda, não tocam sequer nisso, o que está incorrecto. Como seria possível perseverar na resistência anti-japonesa sem unidade autêntica e sólida e sem progresso rápido e real? Os anticomunistas obstinados do Kuomintang insistem na unificação, mas a unificação de que falam é fictícia, não autêntica, é irracional, não racional, é de pura forma, não efectiva. Eles bradam a altos gritos pela unificação mas, na realidade, procuram eliminar o Partido Comunista, o VIII Exército, o Novo IV Exército e a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, pois, enquanto estes existirem, dizem, não haverá unificação na China; pretendem que tudo passe para as mãos do Kuomintang; esforçam-se não apenas por manter mas ainda por ampliar a sua ditadura de um só partido. Poderá então lograr-se a unificação? Para falar verdade, se o Partido Comunista, o VIII Exército, o Novo IV Exército e a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia não tivessem propugnado sinceramente a cessação da guerra civil e a unidade na resistência ao Japão, ninguém teria tido a iniciativa da Frente Única Nacional Anti-japonesa, nem assumido a direcção da solução pacífica do Incidente

de Si-an, sendo impossível resistir ao Japão, Ftbje, seria realmente o caos se não existisse o Partido Comunista, o VIII Exército, o Novo IV Exército, a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e as demais bases democráticas anti-japonesas, que com todo o coração defendem a causa da resistência e combatem a perigosa tendência à capitulação, à ruptura e à regressão. Um quantas centenas de milhares de homens do VIII Exército e do Novo IV Exército sustentam duas quintas partes das forças inimigas, ao combaterem dezassete das quarenta divisões<sup>11</sup> japonesas. Que motivo haverá pois para se eliminarem tais exércitos? A região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia é a região mais progressista do país e uma base democrática da resistência anti-japonesa. Nela não há: primeiro, funcionários corrompidos, segundo, déspotas locais e maus nobres, terceiro, jogos de dinheiro, quarto, prostitutas, quinto, concubinas, sexto, mendigos, sétimo, camarilhas de interesses egoístas, oitavo, ambiente de decadência e desencorajamento, nono, gente que vive de fricções<sup>12</sup>, décimo, indivíduos que enriquecem explorando as desgraças da nação. Por que razão, pois, eliminar a região fronteira? Só os que perderam de todo a vergonha podem assumir propósitos tão impudentes. Que direito terão os obstinados para proferir uma só palavra contra nós? Não, camaradas! A região fronteira não será eliminada, ao contrário, impõe-se que a totalidade do país aprenda com ela; o VIII Exército e o Novo IV Exército não serão eliminados, eles constituem um modelo para a totalidade do país; o Partido Comunista não será eliminado, ao contrário, impõe-se que o país inteiro aprenda com ele; não são os elementos avan-

dos que devem alinhar-se pelos atrasados mas sim os atrasados pelos avançados. Nós, os comunistas, somos os defensores mais conscientes da unificação; fomos nós quem promoveu a Frente Única, quem a manteve e lançou a palavra de ordem de república democrática unificada. Quem mais poderia ser capaz de tais iniciativas? Quem mais poderia realizá-las? Quem mais poderia contentar-se com um soldo de cinco yuan por mês<sup>13</sup>? Quem mais poderia criar uma administração governamental íntegra, como a nossa? Unificação! Unificação! Os capi-tulacionistas têm concepções próprias sobre isso; pretendem de nós uma unificação que desemboca na capitulação. Os anticomunistas obstinados também têm a sua concepção; pretendem impor-nos a unificação que conduz à ruptura e à regressão. Poderíamos porventura aceder a isso? Acaso poderá considerar-se autêntica uma unificação que não se baseie na resistência, união e progresso? Acaso poderá ser considerada racional? ser efectiva? Isso é um sonho! O nosso mítin de hoje destina-se precisamente a dar a conhecer a nossa concepção sobre a unificação, concepção que é a do povo inteiro, de todos os homens conscientes. Tal concepção baseia-se na resistência, na unidade e no progresso. Só pelo progresso se atingirá a unidade; só a unidade tornará possível a resistência ao Japão; só o progresso, a unidade e a resistência nos possibilitarão unificar o País. Tal é a nossa concepção quanto à unificação, unificação autêntica, racional e efectiva. Quanto à outra, a unificação fictícia, irracional e de pura forma, só arrastaria a subjugação para o País e é propagada por homens totalmente destituídos de consciência. O que pre-

tendem é a eliminação do Partido Comunista, do VIII Exército, do Novo IV Exército e das bases democráticas anti-japonesas, querem liquidar as forças anti-japonesas por todo o país, a fim de imporem uma unificação sob a batuta do Kuomintang. Essa a sua conspiração, uma tentativa de perpetuarem o seu poder absoluto sob capa de unificação, uma tentativa para venderem a carne de cão da sua ditadura de um só partido sob o rótulo da cabeça de carneiro da unificação. Tudo isso são actos impudentes de tralfulhas falhos de vergonha e consciência. Hoje, neste mítin, temos que pôr-lhes a nu a natureza de tigres de papel. Combatamos resolutamente os anticomunistas obstinados.

## NOTAS

1 Ver “Os Reaccionários Devem Ser Castigados”, nota i.  
2 No dia II de Novembro de 1939, mais de 1800 agentes secretos e soldados kuomintanistas assaltaram a administração da retaguarda do Novo IV Exército, em Tchucoutchen (distrito de Tchiuexan, província do Honan), massacrando mais de duzentas pessoas, entre as quais quadros e soldados do Novo IV Exército feridos nos combates da resistência anti-japonesa, bem como familiares destes.  
3 Por “tropas antigas” entendem-se as unidades de Ien Si-xan, caudilho militar kuomintanista no Xansi. Por “tropas novas” (também chamadas “destacamentos da morte anti-japoneses”) entendem-se as forças armadas anti-japonesas da população do Xansi, organizadas no início da Guerra de Resistência sob influência e direcção do Partido Comunista.  
Em Dezembro de 1939, no intuito de aniquilarem as tropas novas, Tchiang Kai-chek e Ien Si-xan concentraram seis corpos de exército no oeste de Xansi, desencadeando uma ofensiva que terminou em rotundo fracasso. Nesse mesmo momento, as forças de Ien Si-xan atacaram as administrações democráticas anti-japonesas dis-

tritais e as organizações de massas da região Iantchem e Tzintchem (sudeste do Xansi), massacrando grande número de comunistas e mais elementos progressistas.

i Tcham Im-vu, chefe do corpo de segurança pública da camarilha kuomintanista no Hopei. A partir de 1939, sob instruções de Tchiang Kai-chek, passou a incessantes ataques contra o VIII Exército. Em Junho de 1939, assaltou os serviços de retaguarda do VIII Exército no distrito de Chencin, província do Hopei, massacrando mais de quatrocentos quadros e soldados desse exército.

5 Em Abril de 1939, por ordem de Chen Hom-lie, governador kuomintanista do Xantum, os bandos de Tchín Tchí-jum atacaram de surpresa o III Destacamento de Guerrilheiros da Coluna de Xantum do VIII Exército, em Puoxan, massacrando mais de quatrocentos pessoas, entre as quais se contavam até comandantes de regimento.

6 Em Setembro de 1939, Tchem Ju-huai, reaccionário kuomintanista no Hupei oriental, concentrou as suas hordas e atacou os serviços de retaguarda do Novo IV Exército, massacrando quinhentos a seiscentos comunistas.

7 Os agentes secretos e os espias do Kuomintang desenvolviam uma actividade contra-revolucionária na região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia, estabelecendo nas cidades dessa região pontos de apoio inter-ligados. Era a isso que chamavam “estabelecimento de pontos e linhas de apoio”.

8 No Inverno de 1939 e na Primavera de 1940, as tropas kuomintanistas ocuparam cinco sedes de distrito na região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia: Tchouen-hua, Siunyi, Djem-nim, Nincien e Tchen-ian.

9 Durante a Guerra de Resistência, tal como fizeram os fascistas alemães e italianos, os reaccionários kuomintanistas estabeleceram numerosos campos de concentração, escalonados de Landjou e Si-an, no Noroeste da China, a Candjou e Chan-iao, no Sudeste, onde internaram grande número de comunistas, outros patriotas e jovens progressistas. Após a queda de Vuhan, em Outubro de 1938, as actividades anticomunistas do Kuomintang intensificaram-se gradualmente. Em Fevereiro de 1939, Tchiang Kai-chek fez distribuir secretamente as suas “medidas para a solução dos prob-

lemas do Partido Comunista”, e as “medidas para prevenção das actividades comunistas nas regiões ocupadas”, bem como outros documentos reaccionários. Nas regiões submetidas à autoridade do Kuomintang, assim como em diversos pontos da China Central e Norte da China, a opressão política e os ataques militares ao Partido Comunista ganharam cada vez maior intensidade. Essa campanha atingiu o seu ponto culminante no decorrer do período que vai de Dezembro de 1939 a Março de 1940 e ficou conhecida por “primeira campanha anticomunista”. Os ataques das tropas reaccionárias do Kuomintang contra a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, no Xensi e no Cansu, e contra os destacamentos da morte anti-japoneses dirigidos pelo Partido Comunista, no Xansi ocidental, a que se refere no texto o camarada Mao Tsetung, constituíram as duas maiores ofensivas militares durante a primeira campanha anticomunista lançada pelo Kuomintang. Em Fevereiro-Março de 1940, por ordem de Tchiang Kai-chek, o reaccionário kuomintanista Tchu Huai-bim reuniu os bandos de Pam Pim-chiun, Tcham Im-vu e Hou Ju-iom, para atacarem em três colunas o VIII Exército, na região de Taiham. Essa ofensiva foi esmagada pelo VIII Exército, que aniquilou três divisões kuomintanistas, resultando completamente destruída a primeira campanha anticomunista de Tchiang Kai-chek.

11 Posteriormente, verificou-se um aumento no quantitativo de tropas japonesas enfrentadas pelas forças dirigidas pelo Partido Comunista da China. Em 1943, o VIII Exército e o Novo IV Exército já combatiam sessenta e quatro por cento das tropas de agressão japonesas na China e noventa e cinco por cento do exército fantoche. Ver “As Duas Frentes da Guerra”, Secção 1 do artigo intitulado “Sobre o Governo de Coalizão”, Obras Escolhidas de Mao Tselung, Tomo III.

12 Alusão aos que, no seio do Kuomintang, tinham como profissão o ataque ao Partido Comunista.

13 Na época, nas forças armadas e nos órgãos do poder anti-japonês dirigidos pelo Partido Comunista, cada pessoa recebia, em média, cinco yuan-pta\* por mês, destinados a alimentação e outros gastos.

## PETIÇÃO DE DEZ PONTOS AO KUOMINTANG\*

(1 de Fevereiro de 1940)

Legitimamente indignado, o mítin realizado em Ien-an, contra Uam Tsim-vei, no dia 1 de Fevereiro, decide por unanimidade condenar a traição e a capitulação de Uam Tsim-vei e apoiar até ao fim a Guerra de Resistência contra o Japão. Com vistas a arrancar a Nação da crise actual e assegurar a vitória da Guerra de Resistência, nós remetemo-vos o seguinte programa em dez pontos para salvação da pátria, na esperança de vê-lo adoptado e aplicado pelo Governo Nacional, por todos os partidos e grupos políticos, por todos os oficiais e soldados que combatem na Guerra de Resistência e por todos os restantes compatriotas.

1. Condenar os Uam Tsim-vei em toda a extensão do país. Agora que o traidor Uam Tsim-vei reuniu à volta de si os comparsas, traiu a Pátria, bandeou-se com o inimigo e concluiu com este um pacto secreto de traição, passando a funcionar como sustentáculo

---

\* Telegrama aberto, redigido pelo camarada Mao Tsetung e adoptado pelo mítin de massas realizado em Ien-an, em denúncia de Uam Tsim-vei.

do inimigo, todos os compatriotas reclamam para ele a pena capital. Mas isso apenas toca o caso dos Uam Tsim-vei declarados e não o dos Uâm Tsim--vei escondidos. Ora, acontece que estes estão a apoderar-se dos postos de direcção, chegando até a pavonear-se com isso, ou, agindo na sombra, infil-tram-se nos diferentes sectores da sociedade. Os funcionários corrompidos fazem parte da sua quadrilha e os especialistas na provocação de fricções são os seus homens de mão. Se por todo o país, nas cidades e no campo e desde o topo à base, não se desencadeia um movimento de denúncia de Uam Tsim-vei, um movimento que mobilize os partidos, os órgãos do governo, as forças militares e os órgãos civis, bem como os círculos da imprensa e do ensino para condenar Uam Tsim-vei, será impossível liquidar essa quadrilha, a qual prosseguirá na sua sinistra acção, abrindo as portas ao inimigo do exterior e entregando-se à sabotagem no interior do país, sendo incalculáveis os prejuízos que daí resultarão. O governo deve pois promulgar um decreto que chame a totalidade do povo a rechaçar os Uam Tsim-vei. As autoridades terão de considerar-se responsáveis se esse decreto não for adoptado. A quadrilha de Uam Tsim-vei deve ser abatida sem perdão e lançada às feras. Esse o primeiro ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

2. Reforçar a unidade. Actualmente, pessoas há que não falam de unidade mas sim de unificação, entendendo por isso que esta não pode ser realizada sem a eliminação do Partido Comunista, VIII Exército e Novo IV Exército, região fronteira Xensi--Cansu-Ninsia e todas as forças anti-japonesas nas

diferentes regiões. Ignora-se o facto de o Partido Comunista, o VIII Exército, o Novo IV Exército e a região fronteira serem, por todo o país, os mais resolutos entre os defensores da unificação. Mas será que não foram estes quem preconizou a solução pacífica do Incidente de Si-an? Acaso não foram quem tomou a iniciativa da Frente Única Nacional Anti--Japonesa, propôs a fundação duma república demo-crática unificada e se empenha, em termos práticos, na respectiva realização? Não são eles que se batem na primeira linha pela defesa do país, rechaçam o assalto de dezassete divisões inimigas, fazem a cobertura das Planícies Centrais e do Noroeste, defendem o Norte da China, o sul do baixo Yangtsé e aplicam resolutamente os Três Princípios do Povo e o “Programa de Resistência ao Japão e Reconstrução da Pátria”? Mas, mesmo assim, logo que Uam Tsim-vei se declarou abertamente anticomunista e pró-japonês, os monstros como Tcham Tchiun-mai e Ie Tsim fizeram-lhe eco nos seus escritos, enquanto os anticomunistas e os obstinados se lhe associam provocando fricções. Exibe-se a capa da unificação mas o que se realiza de facto é o despotismo. Abandona-se o princípio da unidade e passa-se à provocação da ruptura. “As intenções de Sema Tchao são conhecidas de qualquer homem da rua”(1). O Partido Comunista, o VIII Exército, o Novo IV Exército e a região fronteira estão decididamente pela unificação autêntica e contra a unificação fictícia, pela unificação racional e contra a unificação irracional, pela unificação real e contra a unificação formal. Eles preconizam uma unificação, não para capitular mas sim para resistir, não para a ruptura mas sim para a unidade, não para a re-

gressão mas sim para o progresso. Só a unificação baseada na resistência, na união e no progresso é autêntica, racional e veal. Querer realizar a unificação noutra base equivale a “ir para o sul e orientar o carro para o norte”, sejam quais forem os artifícios e subtilidades a que se recorra. Isso é algo que em caso nenhum podemos aprovar. Quanto às forças anti-japonesas das diferentes regiões, elas devem constituir todas objecto de idêntica atenção; é inoportuno abastecer melhor umas do que outras, o que se deve é fazer-se-lhes confiança, abastecê-las, apoiá-las e recompensá-las. É necessário tratar as pessoas com sinceridade, sem qualquer hipocrisia. Há que dar provas de largueza de espírito com relação às pessoas, banir toda a atitude mesquinha. Se se actua assim, todos, excepto os mal-intencionados, hão-de unir-se e seguir a via da unificação nacional. A unificação deve repousar na unidade e a unidade deve repousar no progresso. Só o progresso permitirá realizar a unidade e só esta poderá conduzir à unificação. Isso é uma verdade irrefutável. Esse o segundo ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

3. Instituir um regime constitucional. Os longos anos de “tutela política” não deram o menor resultado. Qualquer coisa levada para além dos limites converte-se no respectivo contrário; assim é que a instauração do regime constitucional passou actualmente à ordem do dia. Mas a liberdade de palavra ainda não existe e a interdição dos partidos políticos ainda não foi anulada, tudo isso são factos contrários ao constitucionalismo. Uma constituição elaborada em semelhantes condições não seria mais do que papel para pura forma. Um regime con-

stitucional assim era nada difere da ditadura de um só partido. Neste momento em que a Nação vive as piores desgraças, os invasores japoneses e Uam Tsim-vei nos fustigam furiosamente do exterior e os traidores realizam contra nós actividades de sapa no interior, se não se opera uma mudança de política, a nossa existência como nação, como povo, ficará gravemente ameaçada. O governo deve anular imediatamente a interdição que pesa sobre os partidos políticos e encorajar a liberdade de opinião, a fim de mostrar que deseja sinceramente a instituição dum regime constitucional. Nada é mais urgente para ganhar a plena confiança do povo e forjar um novo destino para a Nação. Esse o terceiro ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

4. Pôr termo às fricções. Depois da introdução, em Março último, das “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”, os clamores de limitação, dissolução e combate ao Partido Comunista ecoam por todo o país; repetiram-se os incidentes sangrentos e o sangue corre aos borbotões. E como se isso não bastasse, em Outubro último foram adoptadas as “medidas para a solução do problema dos partidos heréticos”, vindo a seguir o “programa para a solução do problema dos partidos heréticos”, nas regiões do Noroeste, Norte e Centro da China. As pessoas dizem, e não sem razão, que se passou já da “limitação política do Partido Comunista” à “limitação militar do Partido Comunista”. E não será porventura assim? Mas limitar o Partido Comunista significa combater o Partido Comunista e combater o Partido Comunista constitui o perverso ardil político de que os japoneses e Uam Tsim-vei se servem para subju-

gar a China. As massas estão portanto alarmadas, perplexas, e comunicam-se às suas apreensões, receando a repetição da tragédia de há dez anos. As coisas foram já bastante longe com o Incidente Sangrento de Pinquiam, no Hunan, o Incidente Sangrento de Tchiuexan, no Honan, o ataque de Tcham Im-vu contra o VIII Exército, no Hopei, a liquidação de destacamentos de guerrilhas, realizada por Tchín Tchi-jum no Xantum, o massacre de quinhentos a seiscentos comunistas realizado por Tchém Ju-huai, no Hupei oriental, os assaltos frenéticos lançados pelas forças do “Exército Central” contra as guarnições do VIII Exército, no Cansu oriental, e, mais recentemente, no Xansi, a tragédia que representou o ataque das tropas antigas às tropas novas e a incursão daquelas nas posições do VIII Exército. Se se não põe já um termo a semelhantes ações, as duas partes correrão para o desastre, sendo então oportuno perguntar como se conquistará a vitória sobre o Japão. É necessário que, no interesse da unidade e resistência, o governo ordene a punição dos autores desses incidentes sangrentos e faça saber a todo o país que não tolerará qualquer repetição de tais incidentes. Esse o quarto ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

5. Proteger a juventude. Há pouco foi instalado um campo de concentração cerca de Si-an, internando-se nele mais de setecentos jovens progressistas das províncias do Noroeste e das Planícies Centrais. Submetidos a tortura moral e física, esses jovens são tratados como criminosos, sendo dum trágico arrepiante a situação em que se encontram. Que culpas terão eles para infligir-se-lhes tratamento tão cruel? A juventude é a flor da nação,

sobretudo a juventude progressista, que constitui o nosso capital mais precioso na Guerra de Resistência. As convicções são assunto individual: não se pode abafar o pensamento pela força. Os crimes que se cometeram nos dez anos de “cerco e aniquilamento cultural” são bem conhecidos de toda a gente, por quê pois querer voltar a isso actualmente? O governo deve decretar imediatamente a protecção da juventude em todo o país, a eliminação do campo de concentração cerca de Si-an e a interdição rigorosa de toda a violência sobre os jovens, seja onde for. Esse o quinto ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

6. Apoiar a frente. As tropas que se distinguiram no combate das primeiras linhas da Guerra de Resistência, como o VIII Exército, o Novo IV Exército e outras unidades, são as que recebem pior tratamento: deficientemente fardadas e mal alimentadas, faltam-lhes inclusivamente munições e medicamentos. E ainda há celerados sem escrúpulos que agem freneticamente, cobrindo-as de injúrias! São incontáveis os ditos irresponsáveis, ignorantes, que nos ferem violentamente os ouvidos. O mérito não é premiado nem os serviços distintos citados, verificando-se, pelo contrário, um cada vez maior descaramento no recurso a falsas acusações e à intriga perversa. Os nossos oficiais e soldados sentem-se por consequência abalados e os inimigos aplaudem, o que constitui um fenómeno insólito e absolutamente inadmissível. Para galvanizar o moral dos combatentes, no interesse da guerra, impõe-se que o governo assegure um adequado abastecimento às tropas que se distinguem na frente e proíba com rigor as calúnias e as

acusações pérfidas contra elas. Esse o sexto ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

7. Suprimir os serviços secretos. Hoje, os crimes cometidos pelos serviços secretos são comparados aos que perpetraram Tchou Sin e Lai Tsiun-tchen<sup>1</sup> na dinastia Tam, e Vei Tchom-sian e Liu Tzin<sup>2</sup> na dinastia Mim. Esses serviços desinteressam-se quanto ao inimigo e encarniçam-se contra os nossos compatriotas, passam ao assassinio como quem corta cânhamo e são insaciáveis na busca do suborno. Tais serviços secretos são um quartel general de mentiras e uma máquina de fazer mal. Ninguém conseguiu inspirar ao povo tanto terror e tanto ódio como os agentes ferozes desses serviços. Para salvaguardar a própria reputação, o governo deve banir as actividades de tais serviços, reorganizá-los, estabelecer-lhes como tarefa única a luta contra os inimigos e os traidores, de modo a restabelecer-se a confiança do povo e consolidarem-se os fundamentos do Estado. Esse o sétimo ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

8. Destituir os funcionários corrompidos. Desde que começou a Guerra de Resistência tem havido indivíduos que, aproveitando-se das desgraças da nação, amontoam somas que chegam aos cem milhões de yuan e mantêm oito e nove concubinas.<sup>3</sup> A conscrição, os títulos da dívida pública, o controle económico, o socorro aos sinistrados e refugiados, tudo se converteu em ocasião para esses funcionários corruptos amontoarem fortunas. Com tal alcateia de lobos à solta pelo país nada de surpreendente haverá no facto de o caos reinar nos negócios nacionais. A indignação do povo chegou ao

máximo mas, mesmo assim, não há quem ouse desmascarar essa ferocidade. Para salvar o país do colapso que o ameaça torna-se absolutamente necessário tomar sem demora medidas enérgicas e eficazes de eliminação dos funcionários corrompidos. Esse o oitavo ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

9. Executar o Testamento de Sun Yat-sen. Nesse testamento diz-se:

‘Durante quarenta anos, devotei-me à causa da revolução nacional, para conquistar para a China a liberdade e a igualdade. A experiência desses quarenta anos convenceu-me inteiramente de que, para alcançar tal objectivo, é necessário despertar as massas populares.’

É efectivamente uma afirmação de peso! Trata-se duma afirmação que é conhecida pelos nossos quatrocentos e cinquenta milhões de compatriotas. E, no entanto, esse testamento é mais recitado que aplicado. Recompensam-se os que o traem e punem-se os que o praticam. Poderá haver pois algo mais absurdo? O governo tem de decretar que todos os que ousarem violar esse testamento, todos os que calcarem aos pés as massas em vez de as despertarem, serão punidos como traidores à causa do Dr. Sun Yat-sen. Esse o nono ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

10. Aplicar os Três Princípios do Povo. Os Três Princípios do Povo constituem a doutrina do Kuomintang. Contudo, muitos são os que consideram o anticomunismo como dever primeiro, abandonam a tarefa de resistência e buscam por todos os meios proibir e reprimir o movimento do povo que se levanta contra o Japão; é a negação do princípio do nacionalismo. Os funcionários privam o

pbvo de todos os direitos democráticos; é a negação do princípio da democracia. Os funcionários permanecem indiferentes ante o sofrimento do povo; é a negação do princípio do bem-estar do povo. Para essa gente, os Três Princípios do Povo não são mais que uma velha cantilena e, se alguém os aplica realmente, ridicularizam-no pelo seu zelo ou submetem-no a severo castigo. De tudo isso resultou uma série de absurdos e uma perda de fé nesses princípios. É indispensável publicar uma ordem inequívoca exigindo a rigorosa aplicação dos Três Princípios do Povo por todo o país; há que punir severamente todos os que violarem essa ordem e recompensar todos os que a cumprirem. Só assim os Três Princípios do Povo acabarão por ser executados e ficará lançada a base para a vitória na Guerra de Resistência contra o Japão. Eis o décimo ponto que pedimos que aceitem e ponham em prática.

Esses dez pontos constituem o programa essencial para salvar a pátria e fazer a Guerra de Resistência contra o Japão. No momento em que o inimigo intensifica a sua agressão contra a China e o traidor Uam Tsim-vei passou freneticamente à acção, senti-mo-nos inquietos frente à gravidade da situação e vêmo-nos forçados a emitir uma opinião. Se os pontos enumerados forem aceites e postos em prática, um grande bem se fará à Guerra de Resistência e à causa da libertação da nação chinesa. Conscientes da urgência de tais problemas, expressámos a nossa opinião e ficamos aguardando a vossa.

## NOTAS

1 Tchou Sin c Lai Tsiun-tchen eram cruéis inquisidores do tempo da imperatriz Vu Tse-ticn, dinastia Tam, fins do século VII. Recorriam para tudo à espionagem e, com base em falsas acusações, encarceravam todos os que lhes fossem indesejáveis, sendo as vítimas assassinadas no meio de indizíveis torturas.

2 Eunucos da dinastia Mim; Liu Tzin era favorito do imperador Vutsum (séc. XVI) e Vei Tchom-sian, favorito do imperador Sitsum (séc. XVII). Recorrendo a uma enorme rede de serviços secretos, dominavam o poder, controlavam as palavras e os actos do povo e perseguiram e assassinavam os que lhes oferecessem resistência.

3 Alusão a Tchiam Tim-ven, comandante das tropas reaccionárias kuomintanistas em Si-an.

## NOTAS DO TRADUTOR

1) Sema Tchao era primeiro ministro no Estado Vei (220--265). A sua ambição ficou desmascarada ao conspirar para arrebatar o poder. Convocando os seus servidores mais íntimos para discutir as medidas a adoptar face a este, o imperador disse: "As intenções de Sema Tchao são conhecidas de qualquer homem da rua". A partir daí, a expressão passou a usar-se sempre que os desígnios de alguém são já conhecidos de todos.

## APRESENTAÇÃO DE O OPERÁRIO CHINÊS

(7 de Fevereiro de 1940)

A publicação de O Operário Chinês<sup>1</sup> responde a uma necessidade. Nestes últimos vinte anos, a classe operária chinesa, dirigida pelo seu próprio Partido, o Partido Comunista da China, travou batalhas heróicas, converteu-se na parte mais consciente do povo e passou a ser a força dirigente da nossa revolução. Juntando a si o campesinato e a totalidade do povo revolucionário, essa classe luta contra o imperialismo e o feudalismo para construir uma China de democracia nova e expulsar os imperialistas japoneses. Esse o seu mérito mais eminente. Mas a revolução chinesa ainda não triunfou, a classe operária terá de despender grandes esforços para cerrar as próprias fileiras, unir a si o campesinato, os demais sectores da pequena burguesia, os intelectuais e a totalidade do povo revolucionário. Trata-se dum tarefa política e dum trabalho de organização consideráveis. Aí, a responsabilidade incumbe ao Partido Comunista da China, aos elementos avançados da classe operária e ao conjunto dessa classe. A libertação definitiva da classe operária, tal como a da totalidade do povo, só será possível quando o socialismo se tiver estabelecido; esse o objectivo final por que tal classe deve combater. Mas antes de entrar no socialismo\* há que passar pela etapa da revolução democrática anti-imperialista e anti-feudal. Assim é que, unir as suas próprias fileiras, unir o povo,

combater o imperialismo e o feudalismo e lutar pela edificação duma China nova, a China de democracia nova, constitui a tarefa actual da classe operária chinesa. É com esse objectivo que surge O Operário Chinês.

Em linguagem simples, O Operário Chinês explicará às massas operárias os como e porquê de grande número de questões, dará contas da luta anti-japonesa da classe operária e fará o respectivo balanço, esforçando-se assim por levar a bom termo a tarefa que lhe incumbe.

O Operário Chinês deve converter-se numa escola para educação do operariado e formação de quadros operários; os seus leitores são os seus alunos. Há que formar entre os operários um grande número de quadros que, instruídos e capazes, não andem à cata de vãs honrarias e saibam fazer o trabalho. Sem estes, a libertação da classe operária é impossível.

A classe operária deve aplaudir a ajuda oferecida pelos intelectuais revolucionários, não deve rechaçá-la, pois sem o concurso destes, jamais ela poderá progredir e a revolução triunfar.

Eu espero que a revista seja bem feita e publique o máximo de textos vivos, guardando-se naturalmente das formas pre-fabricadas, do cliché, do estilo ininteligível, insípido e cansativo.

Uma vez lançada, a revista deve ser encarada seriamente e bem realizada. A esse respeito não são apenas os que nela trabalham que têm responsabilidades, têm-nas também os leitores. Importa que os leitores expressem as suas opiniões e façam saber, por meio de breves cartas ou artigos, aquilo que lhes agrada ou desagrada. É a única maneira de assegurar o sucesso da revista.

Tais são os meus votos. Que eles possam servir de introdução a O Operário Chinês.

## NOTAS

1 Revista mensal fundada em Fevereiro de 1940, em Ien-an, e dirigida pela Comissão para o Movimento Operário junto do Comité Central do Partido Comunista da China.

## PÔR O ACENTO NA UNIDADE E NO PROGRESSO\*

(10 de Fevereiro dc 1940)

A resistência, a unidade e o progresso constituem os três grandes princípios formulados pelo Partido Comunista no ano passado, por ocasião do aniversário do Incidente de 7 dc Julho. Esses princípios formam um todo de que nenhum deve ser dissociado. Se se pusesse unicamente o acento na resistência, e não na unidade e progresso, a “resistência” seria precária e não poderia durar muito. Sem um programa de unidade e progresso, essa resistência transformar-se-ia tarde ou cedo em capitulação ou desembocaria numa derrota. Nós, os comunistas, pensamos que os três princípios devem estar rigorosamente integrados num todo. Para fazer a Guerra de Resistência é indispensável lutar contra a capitulação, contra o pacto de traição concluído por Uam Tsim-vei, contra o governo fantoche deste e contra todos os traidores e capitula-

---

\* Artigo escrito peio camarada Mao Tsetung para o jornal Sintchunghuapao, de Ien-an, por ocasião do primeiro aniversário da respectiva fundação.

lacionistas dissimulados na frente anti-japonesa. Para realizar a unidade é indispensável opor-se à actividade cissionista, às fricções internas, ^aos golpes vibrados nas costas do VIII Exército, do Novo IV Exército e de todas as outras forças progressistas empenhadas na frente anti-japonesa; há que combater toda a tentativa de sabotar as bases anti-japonesas estabelecidas por trás das linhas inimigas, todos os actos de sabotagem contra a região fronteiriça Xensi--Cansu-Ninsia, que constitui a retaguarda do VIII Exército, e levantar-se contra o não reconhecimento de estatuto legal ao Partido Comunista e contra a avalanche de documentos sobre a “limitação da actividade dos partidos heréticos”. Para garantir o progresso é indispensável opor-se à regressão, ao abandono dos Três Princípios do Povo e do “Programa de Resistência ao Japão e Reconstrução da Pátria” e à não execução das instruções contidas no “Testamento do Dr. Sun Yat-sen” a respeito da necessidade de “despertar as massas populares”; é necessário erguer-se contra o internamento dos jovens progressistas em campos de concentração, contra a supressão da exígua liberdade de opinião e de imprensa que ainda existia no começo da Guerra de Resistência c contra a transformação do movimento em prol dum regime constitucional numa empresa burocrática monopolizada por uns quantos; é necessário opor-se aos ataques contra as tropas novas, à perseguição contra a Liga do Sacrifício de Si Próprio e ao massacre de progressistas, no Xansi, aos raptos executados pela Liga da Juventude dos Três Princípios do Povo na estrada Sien-iamTulin e na via férrea Lom-hai2 e às práticas vergonhosas daqueles que chegam a ter

nove concubinas e se aproveitam das desgraças da nação para amontoar fortunas que atingem os cem milhões de yuan, bem como às brutalidades dos funcionários corrompidos, dos déspotas locais e dos maus nobres. Sem luta contra tudo isso, sem união e sem progresso, a “resistência” não será mais que uma palavra vazia e a vitória uma falsa esperança. Qual deve ser então a orientação política do Sintchunghuapao no seu segundo ano de existência? Pôr o acento na unidade e no progresso, para lutar contra todo o ar envenenado que prejudica a resistência e assegurar novos êxitos à causa da resistência ao Japão.

## NOTAS

1 A Liga do Sacrifício de Si Próprio (Liga do Sacrifício de Si Próprio pela Salvação da Pátria no Xansi) era uma organização de massas anti-japonesa, com carácter local, criada no Xansi em 1936. Essa organização manteve-se ainda durante os começos da Guerra de Resistência. Cooperando estreitamente com o Partido Comunista, ela desempenhou um papel importante na Guerra de Resistência contra o Japão, nessa província. Em Dezembro de 1939, Ien Si-xan passou abertamente à repressão dessa liga, no oeste da referida província, sendo assassinados em grande número os comunistas, quadros da liga e outros progressistas.

2 A partir de 1939, sob o nome de “lares” da Liga da Juventude dos Três Princípios do Povo (organização dirigida pelo Kuomintang), o Kuomintang instalou numerosos postos de controle ao longo da es-

trada Sien-iam-Iulin e da via férrea de Lom-hai. Nessas barragens, agindo de concerto com as forças armadas, os agentes secretos raptavam os jovens e os intelectuais progressistas que iam ou vinham da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia. Detidos em campos de concentração, os raptados eram assassinados ou arrematados de força como agentes secretos do Kuomintang.

## O REGIME CONSTITUCIONAL DE DEMOCRACIA NOVA\*

(20 de Fevereiro de 1940)

É muito significativo que representantes de todos os sectores da população de Ien-an assistam hoje à assembleia constituinte da Associação para Promoção dum Regime Constitucional, e que toda a gente se interesse pela questão constitucional. Para quê fundar tal associação? Para facilitar a expressão da vontade popular, a vitória sobre o Japão e a edificação duma China nova.

A resistência anti-japonesa, que goza de aprovação geral, constitui já uma realidade, não havendo mais que prosseguir-la com determinação. Mas há algo que ainda não se conseguiu — democracia. E tanto uma como outra são hoje de importância primordial para a China. É verdade que muitas coisas faltam ao nosso país mas, o que mais lhe falta, é independência e democracia. Na ausência duma ou Moutra, não será possível levar a bom termo os assuntos da China. Mas se duas coisas nos faltam, duas há que estão dc mais. Quais? A opressão imperialista e a opressão feudal. Foi em razão destas últimas que a China se converteu em país colonial, semi-colonial e semi-feudal. Actualmente, o que mais exige o nosso povo é, sobretudo, independência e democracia. Temos pois que destruir o imperialismo e o feudalismo. Há que

destruí-los resoluta e radicalmente; de modo nenhum devemos perdoá-los. Alguns afirmam que se deve apenas construir, não destruir. Pois bem, per-mita-se-nos então uma pergunta: é ou não necessário destruir Uam Tsim-vei? E o imperialismo japonês? E o sistema feudal? Enquanto tudo isso não for destruído é vão sonhar com construir. Só essa destruição pode salvar a China e permitir-lhe o empreendimento da construção. Doutro modo tudo não será mais que sonambulismo. Só com a destruição do que é velho e podre se pode construir algo novo e são. Associando-se a independência e a democracia ob-tém-se uma resistência baseada na democracia ou uma democracia em benefício da resistência. Sem democracia a resistência fracassa. Sem democracia a resistência não pode sustentar-se. Com democracia venceremos seguramente, ainda que necessitemos dc resistir por oito ou dez anos.

O que é um regime constitucional? É um regime democrático. Estou de acordo com o que acabou de dizer aqui o nosso velho camarada Vu1. E que espécie de regime democrático necessitamos actualmente? Necessitamos dum regime de democracia nova, dum regime constitucional de democracia nova. Nós não necessitamos dessa pretensa democracia, velha e caduca, de tipo europeu e americano, submetida à ditadura burguesa, nem, pelo momento, duma democracia de tipo soviético, submetida à ditadura do proletariado.

A democracia de tipo antigo, praticada noutros países, está já em decadência, tornou-se reaccionária. Em circunstância nenhuma poderemos adoptá-la. O regime constitucional de que falam os chineses obstinados é

a democracia burguesa de tipo antigo existente no estrangeiro. Eles apregoam que desejam um regime constitucional desse tipo mas, na verdade, nem é sequer isso que querem, pois não fazem mais do que enganar o povo. O que pretendem de facto é a ditadura fascista de um só partido. Na realidade, o que a burguesia nacional chinesa deseja é instaurar um regime constitucional de tipo antigo e impor a ditadura burguesa, algo que jamais poderá, contudo, realizar. O povo chinês não quer isso, o povo chinês não aceita a ditadura exclusiva da classe burguesa. É a esmagadora maioria da população da China quem tem de decidir dos assuntos chineses; é absolutamente inaceitável que a burguesia monopolize, em exclusivo, a administração do país. E quanto à democracia socialista? Como é evidente, trata-se de algo excelente, que no futuro será praticado pelo mundo inteiro. IVms para já é irrealizável na China, razão por que devemos renunciar a isso temporariamente. A democracia socialista não poderá realizar-se senão no futuro, quando as necessárias condições estiverem reunidas. A democracia de que necessitamos hoje na China, nem é a de tipo antigo nem a socialista, mas sim uma democracia nova, correspondente às condições actuais do país. O regime constitucional que nos preparamos para instaurar deve ser um regime constitucional de democracia nova.

O que é pois um regime constitucional de democracia nova? É a ditadura exercida conjuntamente por distintas classes revolucionárias sobre os traidores e sobre os reaccionários. Antigamente, dizia-se: “há comida, que todos comam”. Eu penso que existe uma certa analogia entre isso e a democracia nova. Uma vez que todos com-

partem da comida, quando há, não se permite que um só partido, um só grupo ou uma só classe exerça a ditadura. Essa ideia foi expressa com muito cabimento pelo Dr. Sun Yat-sen, no Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang:

“Nos Estados modernos, o chamado sistema democrático está geralmente monopolizado pela burguesia e converteu-se num puro instrumento para oprimir a gente comum. Em contrapartida, o princípio de democracia do Kuomintang significa um sistema democrático da gente comum, não dominado a título privado por uns quantos;”

Camaradas! Para o estudo dum regime constitucional, precisamos de consultar todas as espécies de obras, mas antes de tudo esse manifesto, e gravar no nosso espírito a passagem citada. “. . . da gente comum, não dominado a título privado por uns quantos” — esse o conteúdo concreto do regime constitucional de democracia nova de que falamos, quer dizer, a ditadura democrática que várias classes revolucionárias exercem, conjuntamente, sobre os traidores e sobre os reaccionários; tal o regime constitucional que necessitamos hoje em dia. Tal deve ser o regime constitucional de frente única anti-japonesa.

A assembleia que realizamos hoje tem por fim apressar o estabelecimento dum regime constitucional. Por que razão “apressar” essa instauração? Se toda a gente avançasse, nenhuma necessidade haveria de “apressar”. Por que razão nos demos ao incómodo de fazer esta reunião? Porque há gente que não avança, fica para aí sem mexer-se, sem querer progredir. E não é que apenas se

recusem a avançar, pois até pretendem fazer marcha a trás. Pede-se-lhes que marchem para diante, mas preferem morrer a dar um passo em frente; são os chamados elementos obstinados. E são tão aferradamente obstinados que nos vemos obrigados a realizar esta assembleia para “apressar” o seu progresso. Donde vem essa expressão “apressar”? Quem foi que a inventou? Não fomos nós. Foi esse grande homem que todos respeitamos, aquele que disse: “durante quarenta anos, devotei--me à causa da revolução nacional”, foi o Dr. Sun Yat-sen. Mas é ou não um facto que, no seu testamento, está escrito — “recentemente, preconizei a convocação da assembleia nacional... e torna-se particularmente necessário ‘apressá-la’, realizá-la no mais curto prazo possível. Essa a minha mais ardente recomendação”? Camaradas, não se trata duma “recomendação” banal, trata-se da “mais ardente recomendação”. A “mais ardente recomendação” significa recomendação importantíssima, que não pode ser tratada com leviandade nem posta de lado! Além disso, foi dito “no mais curto prazo possível” e não no prazo mais longo, num prazo relativamente longo nem em prazo apenas breve, mas sim “no mais curto prazo possível”. E para que a assembleia nacional se reúna no mais curto prazo possível, há que “apressar” a respectiva convocação. Ora, quinze anos passaram já após a morte do Dr. Sun Yat-sen, e a assembleia nacional por ele recomendada ainda não se convocou. Faz-se agitação diária a respeito da tutela política e perdeu-se estupidamente tempo nisso; o mais curto prazo possível converteu-se no prazo mais longo e, para cúmulo, diz-se a cada momento que se é partidário do Dr. Sun Yat-sen. Como não

deve a alma do Dr. Sun Yat-sen condenar do alto dos céus esses seus indignos herdeiros! Está perfeitamente claro hoje em dia que, se não se apressa essa gente, nenhum progresso se consegue. Há que “apressá-los”, pois muitos estão a fazer marcha a trás e muitos outros ainda não ganharam consciência.

Uma vez que há quem não avance, torna-se necessário apressar. E o mesmo vale quanto aos que avançam lentamente. Foi por isso que organizámos tantas associações para promover a instauração do regime constitucional. As associações para a promoção dum regime constitucional, entre os jovens, mulheres, operários, escolas, administrações e unidades do exército, distinguem-se todas pelo seu dinamismo e têm obtido êxito. Hoje, formamos uma associação geral para apressar em esforço comum a instauração do regime constitucional e a execução dos preceitos do Dr. Sun Yat-sen.

Há os que dizem: mas se eles estão em distintos pontos do país e vocês em Ien-an e se vocês pretendem apressá-los e eles não atendem, que resultará daí? Sim, resultará algo. Com o desenvolvimento das coisas, eles não poderão deixar de ouvir-nos. Organizemos um grande número de mítins, escrevamos muitos artigos, façamos numerosas conferências, enviemos telegrama após telegrama, que eles não poderão fazer outra coisa senão levar em conta tudo isso. Penso que as nossas muitas associações em Ien--an têm duplo objectivo: primeiro, estudar a questão e, segundo, fazer com que as pessoas marchem em frente. Estudar para quê? Como essa gente não avança, temos de apressá-los e, se nos perguntam por que razão os apressamos, temos de dar-lhes re-

sposta. Ora, para responder, torna-se necessário estudar seriamente o fundamento do problema do regime constitucional. Há pouco, o nosso velho camarada Vu falou longamente sobre isso e fez valer numerosos argumentos. Todos os estabelecimentos de ensino, administrações, unidades do exército e sectores da população devem estudar a questão do regime constitucional que se nos apresenta.

Quando a tivermos estudado bem, poderemos empurrá-los. Empurrá-los é o mesmo que “apressá--los” e se os empurramos de todos os lados, as coisas hão-de pôr-se gradualmente em movimento. Depois, da multiplicidade de pequenos cursos de água resultará um rio possante, capaz de arrastar tudo o que se revelar corrompido e tenebroso, íormando-se então o regime constitucional de democracia no,va. O efeito desse empurrão será enorme. O que se fizer em Ien-an não poderá deixar de influir sobre a China inteira.

Mas, camaradas, fazer reuniões e expedir telegramas será bastante para que os obstinados fiquem com medo, comecem a avançar e se conformem com as nossas ordens? Não, eles não hão-de ouvir-nos assim tão facilmente. Muitos deles saem numa escola especial de formação de obstinados. Tal como são hoje, serão amanhã e depois de amanhã. O que é um obstinado? É um teimoso, um endurecido fechado a todo o progresso, seja hoje, amanhã ou depois de amanhã. É a isso que se chama obstinado. Fazer--nos ouvir por essa gente não é pois coisa fácil.

Pelo que respeita aos regimes constitucionais instaurados até hoje no mundo, seja na Inglaterra, na França,

nos Estados Unidos ou na URSS, foi após o triunfo da revolução e a existência de facto da democracia que se proclamou a lei fundamental reconhecendo-a, a Constituição. Na China, acontece diferentemente: a revolução não está concluída, em parte nenhuma do país, exceptuados os territórios como a nossa região fronteiriça, o regime democrático constitui uma realidade. A realidade é que a China vive um regime semi-colonial e semi-feudal, e mesmo no caso de ser promulgada uma boa constituição, esta será forçosamente paralisada pela obstrução das forças feudais, esbarará inevitavelmente com os obstáculos levantados pelos obstinados. Não se pode prever uma aplicação fácil. Por consequência, o movimento actual para um regime constitucional é luta por democracia ainda não realizada, e não pelo reconhecimento duma democracia já existente. Trata-se duma grande luta, de modo nenhum se trata de empresa simples e fácil.

Há velhos adversários do regime constitucional<sup>2</sup> que começaram agora a dizer bem desse regime. Por quê? Porque, sob a pressão do povo que quer resistir ao Japão, viram-se obrigados a vergar um pouco, acomodando-se às circunstâncias. E chegam mesmo a bradar a plenos pulmões: “nós sempre preconizámos um regime constitucional!”, fazendo um alarido ensurdecedor. Há muitos anos que estamos ouvindo a expressão “regime constitucional” mas, até agora, não vimos sequer a sombra desse regime. Eles dizem uma coisa e fazem o contrário; é o que se chama duplicidade em matéria de regime constitucional. Essa duplicidade constitui o fundo real do seu “sempre preconizámos”. Os obstinados actuais

são exactamente desses indivíduos com dupla cara. O regime constitucional de que falam é puro engano. Num próximo futuro, talvez se assista à instituição duma constituição e mesmo dum presidente da república. Mas a democracia e a liberdade? Quem saberá quando serão outorgadas? A China já teve Constituição. Acaso não a promulgou Tsao Cun<sup>3</sup>? Mas onde ficou a democracia e a liberdade? Quanto a presidentes da república, já houve vários. O primeiro, Sun Yat-sen, foi um bom presidente, mas foi deposto por Iuan Chi-cai. Este converteu-se no segundo presidente, sendo o terceiro, Li Iuan-hom<sup>4</sup>, o quarto, Fom Cuo-tcham<sup>5</sup> e o quinto, Siu Chi-tcham<sup>6</sup>. Isso perfaz já um número respeitável. Mas em que terão eles diferido dos imperadores autocráticos? Constituição e presidentes não eram pois mais que impostura. Nos países como a Inglaterra, França e Estados Unidos, aquilo a que se chama regime constitucional, regime democrático, não é na verdade senão um regime de canibais. Situação idêntica existe na América Central e na América do Sul: numerosos Estados arvoram a insígnia republicana, não havendo realmente detrás dela o menor vestígio de democracia. Acontece o mesmo com os obstinados actuais da China. O seu tagarelar sobre o regime constitucional é pura e simplesmente “manter como insígnia uma cabeça de carneiro para vender carne de cão”. Exibem a cabeça de carneiro do regime constitucional mas vendem a carne de cão da ditadura de um só partido. E não me estou entregando a acusações gratuitas. As minhas palavras têm fundamento, fundamento que consiste no facto de, por um lado, pairarem sobre o regime constitucional e, por outro, negarem ao

povo a mais pequena parcela de liberdade.

Camaradas, um regime constitucional autêntico não pode alcançar-se facilmente, mas sim através de dura luta. Não creiam que bastará fazer reuniões, expedir telegramas, escrever artigos, para que se instaure o regime constitucional. E tão-pouco creiam que bastará ao Conselho Político Nacional<sup>7</sup> adoptar uma resolução, ao Governo Nacional publicar um decreto, à Assembleia Nacional<sup>8</sup>, que se convocará a 12 de Novembro, promulgar a Constituição ou mesmo eleger um presidente da república, para que tudo corra pelo melhor, no melhor dos mundos possíveis, e reine a paz sob o sol. Não, isso é impossível, não devemos deixar-nos confundir. Há que explicar claramente a situação às pessoas comuns, a fim de que não se desorientem. As coisas estão longe de ser assim simples.

Mas será que “tudo está perdido”? Com as coisas assim difíceis já não haverá mais esperanças de regime constitucional. Não, também não é isso. Ainda há esperanças de instauração de regime constitucional, grandes esperanças até; a China vai seguramente transformar-se num Estado de democracia nova. Por quê? As dificuldades presentes devem-se a maquinações dos obstinados, e estes não podem permanecer eternamente como são, daí resultando que existam sérias razões para esperança. Os obstinados do mundo podem bem obstinar-se hoje, amanhã e depois de amanhã, mas não poderão obstinar-se eternamente; por fim terão de mudar. Uam Tsim-vei, por exemplo, manteve-se obstinado durante muito tempo, mas quando lhe foi impossível manter-se tal qual era no campo da resistência, viu-se forçado a

atirar-se em cheio para os braços do Japão. Outro exemplo é o de Tcham Cuo-tao, que igualmente se manteve por muito tempo obstinado mas, como organizámos várias reuniões para combatê-lo, acabou por fugir. No fundo, os obstinados são teimosos mas não imutáveis, acabam por mudar, tornando-se tão repugnantes como excremento de cão. Alguns mudam para melhor, o que é também resultado de lutas, repetidas lutas realizadas contra eles; então reconhecem as faltas e emen-dam-sc. Resumindo, os obstinados são susceptíveis dc mudança. Eles têm sempre à mão uma multiplicidade de combinações, para prejudicar os outros em benefício próprio, para pôr em jogo a sua duplicidade. Mas chegam sempre ao contrário do resultado esperado. Começam tentando prejudicar os outros e acabam por prejudicar-se a si próprios. No passado, nós afirmámos que Chamberlain estava a “levantar uma pedra para deixá-la cair depois sobre os seus próprios pés”; e foi precisamente o que aconteceu. Chamberlain contava levantar essa pedra que é Hitler para atirá-la contra as pernas do povo soviético mas, desde aquele dia de Setembro do ano passado, cm que estalou a guerra entre a Alemanha, por um lado, e a Inglaterra e a França por outro, a pedra caiu-lhe das mãos sobre os próprios pés, e continua a fazê-lo sofrer. Exemplos desses abundam na China. Iuan Chi-cai quis esmagar os pés do povo e acabou por golpear-se a si próprio: morreu uns quantos meses depois de ter-se proclamado imperador<sup>9</sup>. Tuan Tchi-juei, Siu Chi-tcham, Tsao Cun, Vu Pci-fu e outros, quiseram reprimir o povo e acabaram por ser derrubados por este. Todos os que querem prejudicar os demais em benefício próprio estão

condenados a um triste fim.

Penso que os anticomunistas obstinados de hoje não farão exceção à regra, a menos que se empenhem na via do progresso. Abrigando-se atrás da bela palavra “unificação”, eles pretendem liquidar a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, o VIII Exército, o Novo IV Exército, o Partido Comunista e as organizações populares, que são progressistas, e dispõem até dum plano quanto a isso. Mas, em última análise, não creio que serão os obstinados quem liquidará o progresso, mas sim o progresso quem liquidará os obstinados. Eles só escaparão a esse destino se se lançarem, pessoalmente, na via do progresso. Temos aconselhado repetidas vezes os obstinados a não atacar o VIII Exército, o Partido Comunista e a região fronteira. Se quiserem aferrar-se a isso a todo o custo, será bom que elaborem uma resolução que comece por estas palavras: “determinados a liquidar-nos a nós próprios e a fornecer ao Partido Comunista uma oportunidade de considerável desenvolvimento, nós, os obstinados, fixamo-nos como tarefa atacar o Partido Comunista e a região fronteira.” Os obstinados possuem já uma experiência muito rica quanto a “exterminação dos comunistas”; se desejam lançar-se outra vez nisso, têm inteira liberdade para fazê-lo. De barriga cheia, após um bom sono, estão com vontade de passar a uma certa “exterminação”. Estejam à vontade, mas preparem-se para ver realizada a resolução acima enunciada, que é algo inelutável. A “exterminação dos comunistas”, prosseguida ao longo de dez anos, desenrolou-se conformemente a essa resolução. O mesmo acontecerá com qualquer outra tentativa. Por isso os aconselhamos

a renunciar a tanto. O que a totalidade do povo reclama é resistência, unidade e progresso, e não “exterminação dos comunistas”. Assim, todo aquele que tentar uma “exterminação dos comunistas” ver-se-á condenado ao fracasso.

Resumindo, toda a acção retrógrada arrasta finalmente um resultado contrário ao esperado pelos respectivos instigadores. Não há exceção quanto a isso, nem no passado nem no presente, nem na China nem no estrangeiro.

O mesmo ocorre agora com o regime constitucional. Se os obstinados continuam a opor-se à respectiva instauração, daí há-de resultar exactamente o conerário daquilo que esperam. Em caso nenhum o movimento por um regime constitucional seguirá a via traçada pelos obstinados; ele há-de ir sim contra os desejos destes, seguindo inevitavelmente a via traçada pelo povo. E será seguramente assim porque o povo inteiro assim o quer, tanto como o determina o desenvolvimento histórico da China e o curso geral dos acontecimentos mundiais. Haverá quem possa resistir a isso? Não é possível fazer andar ao invés a roda da história. Mas o trabalho que empreendemos exige tempo, não pode fazer-se do dia para a noite; exige esforços, não pode realizar-se de qualquer modo; requer a mobilização das grandes massas populares, não pode ser cumprido por um só braço. É muito bom que nos tenhamos reunido hoje aqui. Depois desta reunião haverá ainda que escrever artigos, expedir telegramas, organizar assembleias análogas nas montanhas Vutai e Taiham, no Norte da China, no Centro da China, por todo o país. Se trabalharmos nesse sentido,

em poucos anos deixaremos de estar longe do objectivo. É absolutamente necessário realizar correctamente essa tarefa, conquistar a democracia e a liberdade e instaurar um regime constitucional de democracia nova. Se isso não for feito, se se agir de acordo com os obstinados, a China ver-se-á subjugada. Para evitar a subjugação torna-se indispensável actuar como se expôs. Para isso necessi-ta-se que todos despendam esforços. Então haverá fortes possibilidades de triunfo da nossa causa. Por outro lado, há que compreender que os obstinados são no fim de contas uma minoria, a maioria das pessoas não é obstinada e está capaz de seguir a via do progresso. Com a maioria opondo-se à minoria, e com os esforços do nosso lado, as esperanças serão ainda maiores. Essa a razão por que digo que, mau grado as dificuldades, existem grandes esperanças.

## NOTAS

1 O camarada Vu Iu-tcham era, na altura, presidente da Associação dos Sectores Populacionais de Ien-an para a Promoção do Regime Constitucional.

2 Alusão à camarilha reaccionária kuomintanista encabeçada por Tchiang Kai-chek.

3 Em 1923, Tsao Cun, caudilho militar do Norte, fez-se eleger “presidente” da república, subornando quinhentos e noventa deputados, à razão de cinco mil yuan-ptata o voto. Posteriormente, promulgou uma constituição votada por esses deputados, que passou logo a ser designada por “Constituição Tsao Cun” 011 “Constituição do suborno”.

4 Comandante da XXI Brigada Mista do Novo Exército dos Tsins; constringido a alinhar pela revolução, por ocasião da Insurreição

de Vutcham, em 1911, arvorou-sc chefe do exército revolucionário no Hupei. No reinado dos caudilhos militares do Norte, chegou a vice-presidente e, depois, a presidente da república.

5 Fom Cuo-tcham, subordinado de Iuan Chi-cai que, após a morte deste, passou a chefiar a camarilha de Tchili (Hopei) dos caudilhos militares do Norte. Em 1917 derrubou Li Iuan-hom e converteu-se em presidente do governo de Pequim.

6 Siu Chi-tcham era um político da camarilha dos caudilhos militares do Norte. Foi eleito presidente da república em 1918, pelo parlamento controlado por Tuan Tchi-juei.

7 Órgão puramente consultivo que o governo kuomintanista se viu forçado a criar após o começo da Guerra dc Rcsistncia. Os seus membros eram todos “convidados” pelo governo kuomintanista. O Conselho compunha-se, nominalmente, de representantes de todos os partidos e grupos políticos anti-japoneses mas, na realidade, os membros kuomintanistas constituíam a maioria. Não dispunha de qualquer poder para influir na política e medidas adoptadas pelo governo kuomintanista. Como o Kuomintang de Tchiang Kai-chek se foi tornando cada vez mais reaccionário, o número de representantes da camarilha reaccionária do Kuomintang, bem como o dos demais elementos reaccionários, cresceu no seio do Conselho, reduzindo ainda mais a percentagem de democratas, que ficaram com a liberdade dc palavra cada vez mais limitada. O Conselho transformou-se assim num puro instrumento entre as mãos da camarilha reaccionária do Kuomintang. Após o Incidente do Sul de Anghuei, em 1941, os membros comunistas do Conselho re-cusaram-se várias vezes a participar nas sessões, em protesto contra as medidas reaccionárias do Kuomintang.

8 Em Setembro de 1959, sob proposta do Partido Comunista e de democratas doutros partidos e grupos políticos, a IV Sessão do Conselho Político Nacional adoptou uma resolução exigindo que o governo kuomintanista convocasse uma assembleia nacional para instauração dum regime constitucional, em data pré-fixada. Em Novembro do mesmo ano, a VI Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang anunciou a sua decisão de convocar uma assembleia nacional para 12 de Novembro de 1940. O Kuomintang aproveitou-se então disso para desenvolver uma propa-

ganda mentirosa. Mas a decisão nunca chegou a ser executada. 9 Iuan Chi-cai proclamou-se imperador a 12 de Dezembro de 1915, e foi constringido a renunciar ao título em 22 de Março de 1916.

## A QUESTÃO DO PODER NAS BASES DE APOIO ANTI-JAPONESAS\*

(6 de Março de 1940)

1. Neste momento, os anticomunistas obstinados do Kuomintang opõem-se com todas as forças a que criemos órgãos do poder democrático anti-japonês no Norte da China, no Centro da China e outras regiões do país, ao passo que, pelo nosso lado, tanto temos o dever de instaurá-los como nos é já possível fazê-lo nas principais bases de apoio anti-japonesas. A luta que a esse respeito travamos contra os anticomunistas obstinados no Norte, Centro e Noroeste da China pode contribuir para a criação de órgãos do poder de frente única em todo o país, e é algo que atrai as atenções da totalidade da nação. Essa a razão por que se impõe tratar a questão com prudência.
2. O poder político que instauramos no decorrer da Guerra de Resistência contra o Japão é, pelo seu carácter, um poder de frente única nacional. É o poder de todos aqueles que são pela resistência e pela democracia, é a ditadura democrática imposta conjuntamente pelas várias classes revolucionárias aos traidores e aos reacionários. Esse poder difere da ditadura contra-revolucionária dos senhores de terras e da burguesia, e difere também da ditadura democrática operário-camponesa do período da Revolução Agrária. Se compreendermos rigorosamente a natureza desse poder e nos dedicarmos

à respectiva instauração real, contribuiremos grandemente para a democratização do país. Todo o desvio de “esquerda” ou direita determinaria repercussões muito graves entre a totalidade do povo.

3. A convocação da Assembleia Consultiva do Hopei e a eleição do Comité Administrativo da mesma região, cujos preparativos acabam de iniciar-se, são de importância excepcional. O mesmo acontece com a criação dos novos órgãos do poder no noroeste do Xansi, no Xantum, nas regiões ao norte do rio Huai, nos distritos dc Suite e Fucien, e no Cansu oriental. Assim, importa-nos agir segundo os princípios expostos mais acima, esforçando-nos por evitar qualquer desvio, seja dc direita ou de “esquerda”. Actualmente, o mais grave é o desvio de “esquerda”, na medida em que despreza a conquista da média burguesia e da nobreza esclarecida.

4. Segundo o princípio de frente única nacional anti-japonesa em matéria de composição dos órgãos do poder, deve prever-se uma representação de um terço de comunistas, um terço de elementos progressistas de esquerda, não comunistas, e um terço de elementos intermédios que nem sejam de esquerda nem de direita.

5. Há que assegurar aos comunistas uma posição dirigente nos órgãos do poder; assim, torna-se necessário que estes, entrando apenas cm um terço, dominem pelas suas qualidades pessoais. Só com essa condição se garantirá ao Partido a hegemonia, sem ser preciso recorrer a uma representação mais numerosa. A hegemonia para o Partido não é uma palavra de ordem a gritar dia e noite, nem significa forçar arrogantemente os demais a submeterem-se a nós. O que se quer dizer é convencer

e educar os que não são comunistas por meio da justa política do Partido e do exemplo dado pelo nosso trabalho, de modo que aceitem de boa vontade as nossas propostas.

6. É necessário que haja um terço de elementos progressistas não comunistas porque eles estão ligados às grandes massas pequeno-burguesas. Isso contribuirá em muito para a conquista da pequena burguesia.

7. Com a admissão do terço de elementos intermédios visa-se a conquista da média burguesia e da nobreza esclarecida. Ganhar essas camadas da população é uma medida importante para isolar os obstinados. Actualmente, devemos esforçar-nos por não descurar a força dessas camadas da população, importando agir com prudência nas nossas relações com elas.

8. Deve manter-se uma atitude de cooperação com os não comunistas, estejam ou não afiliados em partidos e sejam quais forem esses partidos, sempre que se revelem pela resistência e queiram cooperar com o Partido Comunista.

9. O princípio, acima exposto, de composição dos órgãos do poder constitui expressão autêntica da política do nosso Partido, em caso nenhum podendo considerar-se a respectiva aplicação como pura questão de forma. Para aplicar esse princípio é necessário educar os membros do nosso Partido que trabalham nos órgãos do poder, a fim de que vençam a estreiteza de espírito que consiste em não querer cooperar com os não comunistas, ou em não habituar-se a isso, e encorajem um estilo democrático de trabalho, baseado na consideração das opiniões dos não comunistas e na obtenção do consentimento da

maioria para agir. Ao mesmo tempo, devemos fazer tudo para encorajar os não comunistas a darem a sua opinião sobre os diferentes assuntos, e escutá-los com atenção. Em circunstância nenhuma se deverá crer que, uma vez com o exército e o poder nas mãos, tudo passará a fazer-se incondicionalmente segundo as nossas determinações; assim arriscar-nos-íamos a não fazer o esforço necessário para ganhar a adesão dos não comunistas às nossas propostas, para que as executem de boa vontade e pro-fundamente convictos.

10. As proporções acima referidas traduzem apenas uma regra geral que deve aplicar-se segundo as circunstâncias concretas, e não de maneira mecânica, para fazer número. Relativamente aos órgãos do poder no escalão de base, essas proporções podem ser, segundo os casos, modificadas, para impedir a infiltração de senhores de terras, déspotas locais e maus nobres. Nas zonas onde tais órgãos existam de há muito, por exemplo na região fronteira Xansi--Tchahar-Hopei, regiões do Hopei central, montanhas Taiham e Hopei meridional, a política anteriormente aplicada precisa de ser reexaminada à luz desse princípio, o qual deve ser invariavelmente seguido na criação dos órgãos do poder.

11. A política eleitoral da Frente Única Anti--Japonesa deve ser a seguinte: reconhecer o direito de eleger e ser eleito a todos os chineses que tenham dezoito anos completos e sejam partidários da resistência e da democracia, não se fazendo a menor distinção entre classes, nacionalidades, sexos, credos, afiliações políticas ou níveis de instrução. Os órgãos do poder de frente única anti-japonesa são eleitos pelo povo. A sua forma de organi-

zação obedece ao centralismo democrático.

12. O programa político do poder de frente única anti-japonesa deve ter essencialmente como ponto de partida a luta contra o imperialismo japonês, a protecção do povo que resiste ao Japão, o reajustamento dos interesses de todas as camadas sociais que participam na resistência anti-japonesa, a melhoria das condições de vida dos operários e dos camponeses e a eliminação dos traidores e reacçãoários.

13. Não podemos exigir aos não comunistas que trabalhem nos nossos órgãos do poder, que vivam, falem ou ajam como comunistas; essa exigência poderia descontentá-los ou pô-los pouco à vontade.

14. Os birôs e sub-birôs do Comité Central, os comités regionais do Partido e os chefes das unidades militares devem explicar claramente a presente directiva aos membros do Partido, para assegurar-se da sua aplicação integral no trabalho relativo aos órgãos do poder.

PROBLEMAS TÁCTICOS ACTUAIS  
NA FRENTE ÚNICA  
ANTI-JAPONESA

(n de Março de 1940)

1. A situação política actual é a seguinte:

1) Seriamente golpeado pela Guerra de Resistência travada pela China, o imperialismo japonês já não tem forças para lançar ofensivas militares de grande envergadura; assim, a correlação de forças entre o inimigo e nós entrou na etapa de equilíbrio estratégico. Não obstante, o inimigo persiste na sua política básica de subjugação da China, sabotando a Frente Única Anti-japonesa, intensificando as operações de “limpeza” na sua retaguarda e reforçando a agressão económica.

2) A Inglaterra e a França têm as suas posições enfraquecidas no Oriente, em resultado da guerra na Europa, ao passo que os Estados Unidos mantêm a política que consiste em “observar o combate dos tigres, do alto da montanha”. A eventualidade duma conferência de Munique no Oriente está, por consequência, excluída^ neste momento.

3) A União Soviética conquistou novas vitórias em política exterior e continua a sua política de ajuda activa à China na Guerra de Resistência.

4) O grupo pró-japonês da grande burguesia chinesa capitulou definitivamente, há já muito, frente ao Japão e apresta-se a formar um regime fantoche. O grupo pró-

europeu e pró-americano da grande burguesia pode ainda persistir na resistência ao Japão, mas a sua tendência ao compromisso continua séria. Ele realiza uma política dupla: ao mesmo tempo que, para enfrentar o Japão, pretende manter a unidade com as distintas forças de fora do Kuomintang, sabota por todos os meios essas forças e encarna-se muito particularmente contra o Partido Comunista e as demais forças progressistas. É o grupo dos obstinados no seio da Frente Única Anti-Japonesa.

5) As forças intermédias, que abrangem a média burguesia, os nobres esclarecidos e os grupos que dispõem de forças locais reais, tomam geralmente posição entre as forças locais reais, tomam geralmente posição entre as forças progressistas e as obstinadas, em razão das contradições que os opõem tanto às forças dominantes principais — grandes senhores de terras e grande burguesia — como à classe operária e campesinato. São o grupo intermédio no seio da Frente Única Anti-japonesa.

6) As forças progressistas do proletariado, campesinato e pequena burguesia urbana, dirigidas pelo Partido Comunista, desenvolveram-se muito nestes últimos tempos e já conseguiram, na prática, criar bases de apoio de poder democrático anti-japonês. A sua influência é muito grande entre o operariado, campesinato e pequena burguesia urbana em todo o país, sendo igualmente considerável entre as forças intermédias. No campo de batalha anti-japonês, o Partido Comunista combate efectivos japoneses que quase igualam em importância os que afronta o Kuomintang. As forças dirigidas pelo Partido Comunista formam o sector progressista no seio da Frente Única Anti-japonesa.

Tal é actualmente a situação política na China. Nessas circunstâncias, existe ainda a possibilidade de prevenir o pior e provocar uma viragem favorável na situação, donde o ser inteiramente justa a decisão tomada pelo Comité Central a 1 de Fevereiro.

2. A condição essencial da vitória na Guerra de Resistência contra o Japão é a ampliação e consolidação da Frente Única Anti-japonesa. Para atingir esse objectivo, a tática indispensável consiste em desenvolver as forças progressistas, ganhar as forças intermédias e combater as forças obstinadas; são três elos que não podem dissociar-se, constituindo a luta o meio de unir todas as forças que resistem ao Japão. No período da Frente Única Anti-japonesa, a luta é o meio de chegar à unidade e a unidade, o objectivo da luta. A unidade forja-se se a buscamos através da luta e extingue-se se a buscamos através de concessões. Essa verdade está a ser gradualmente compreendida pelos camaradas do Partido. Mas ainda são muitos os que a não compreenderam. Pensam que a luta faz correr o risco de ruptura da Frente Única ou que se trata dum meio a utilizar sem restrições; aplicam uma tática errada frente às forças intermédias ou chegam a ideias falsas sobre as forças obstinadas. Todos^esses erros devem ser corrigidos.

3. Desenvolver as forças progressistas significa desenvolver as forças do proletariado, campesinato e pequena burguesia urbana; aumentar com audácia os efectivos do VIII Exército e do Novo IV Exército; criar numerosas bases democráticas anti-japonesas; estender a todo o país as organizações do Partido Comunista; desenvolver em escala nacional os movimentos de massas, por ex-

emprego de operários, camponeses, jovens, mulheres e crianças; ganhar os intelectuais do conjunto do país; ampliar entre as grandes massas populares o movimento por um regime constitucional como luta pela democracia. A expansão gradual das forças progressistas é o único meio para impedir que a situação se deteriore, prevenir a capitulação e a ruptura e lançar as bases indestrutíveis da vitória da Guerra de Resistência. O desenvolvimento dessas forças é um processo de luta árdua: há que combater, sem piedade, não somente os imperialistas japoneses e os traidores, mas também os obstinados. Com efeito, os obstinados opõem-se a essa expansão e as forças intermédias mostram-se cépticas. Se não lutarmos resolutamente contra os obstinados, se não obtivermos sucessos reais nessa luta, não poderemos resistir à pressão que exercem nem dissipar as dúvidas das forças intermédias, sendo então impossível que as forças progressistas se desenvolvam.

4. Ganhar as forças intermédias significa ganhar a média burguesia, os nobres esclarecidos e os grupos que dispõem de forças locais reais. São três categorias distintas que, não obstante, na situação actual, fazem todas parte das forças intermédias. Por média burguesia entende-se a burguesia nacional, distinta da classe compradora, quer dizer, distinta da grande burguesia. Ela está oposta aos operários por contradições de classe e não admite a independência do operariado. Contudo, como sofre a opressão do imperialismo japonês, nas regiões ocupadas, e está refreada pelos grandes senhores de terras e pela grande burguesia nas regiões dominadas pelo Kuomintang, deseja ainda resistir ao Japão, preten-

dendo até conquistar o poder político para si própria. Na questão da resistência ao Japão, a média burguesia manifesta-se a favor da unidade para a resistência e, na questão da conquista do poder, apoia o movimento em favor dum regime constitucional e, para atingir os seus próprios fins, procura explorar as contradições existentes entre as forças progressistas e os obstinados. Trata-se duma camada social que precisamos ganhar. Os nobres esclarecidos formam a ala esquerda da classe dos senhores de terras, quer dizer, a fracção dessa classe que possui certas características da burguesia e cuja atitude política é mais ou menos semelhante à da média burguesia. Certas contradições de classe opõem-nos ao campesinato, e outras contradições há que os opõem aos grandes senhores de terras e à grande burguesia. Eles não apoiam os obstinados mas procuram igualmente utilizar as contradições entre estes últimos e nós, de modo a atingirem os seus objectivos políticos. Essa fracção também não deve em caso algum ser descurada, torna-se necessário adoptar uma política que nos permita ganhá-la. Os grupos que dispõem de forças locais reais são de dois tipos: uns controlam permanentemente determinados territórios, e outros, os que dispõem de “tropas mistas”, não controlam território algum. Mas se estão em contradição com as forças progressistas, estão igualmente com o actual Governo Central do Kuomintang, dada a política egoísta que este prossegue em seu prejuízo. Eles também se esforçam por explorar as nossas contradições com os obstinados para atingirem os seus próprios fins políticos. Os dirigentes desses grupos pertencem, na maioria, à classe dos grandes senhores de

terras e à grande burguesia, sendo por isso que, na Guerra de Resistência contra o Japão, mesmo se por vezes manifestam tendências progressistas, não levam muito tempo a regressar às posições reaccionárias. Contudo, como estão em contradição com as autoridades centrais do Kuomintang, podem permanecer neutros durante a nossa luta contra os obstinados, desde que pratiquemos frente a eles uma política justa. A nossa política com relação às forças intermédias é ganhar cada uma das três categorias que definimos acima. Mas essa política é distinta da que observamos para ganhar o campesinato e a pequena burguesia urbana, e varia também para cada categoria das forças intermédias. O campesinato e a pequena burguesia urbana devem ser ganhos como aliados de base e as forças intermédias ganhas como aliado na luta contra o imperialismo. Entre essas forças intermédias, a média burguesia e os nobres esclarecidos são susceptíveis de lutar ao nosso lado contra o Japão e também de juntar-se a nós no estabelecimento do poder democrático anti-japonês, mas receiam a Revolução Agrária. Alguns poderão participar em certa medida na luta contra os obstinados, outros, guardar uma neutralidade amistosa e outros ainda, permanecer forçadamente neutros. Resistindo connosco aos invasores japoneses, os grupos que dispõem de forças locais reais só poderão observar uma neutralidade provisória na nossa luta contra os obstinados. Não estão de modo algum dispostos a estabelecer connosco o poder democrático, uma vez que fazem parte da classe dos grandes senhores de terras e da grande burguesia. As forças intermédias tendem a vacilar nas suas posições e hão-de inevitavelmente

diferenciar-se. Assim, tendo em conta essa vacilação, nós precisamos de saber persuadi-las e criticá-las como convém.

A conquista das forças intermédias constitui uma das nossas tarefas mais importantes no período de frente única anti-japonesa, mas não pode ser cumprida senão em certas condições, a saber: 1) dispormos de forças suficientes; 2) respeitarmos os interesses das forças intermédias; 3) lutarmos resolutamente contra os obstinados, obtendo vitória sobre vitória nessa luta. Sem essas condições, as forças intermédias hesitarão, podendo converter-se inclusivamente em aliados dos obstinados, nos ataques que estes nos lançam, já que estes também fazem o impossível por ganhar essas forças e isolar-nos. As forças intermédias têm um grande peso na China e podem, em muitos casos, tornar-se no factor decisivo da nossa luta contra os obstinados. Há pois que ser muito prudente a seu respeito.

5. Presentemente, as forças obstinadas são constituídas pelos grandes senhores de terras e pela grande burguesia. Essas classes dividem-se em dois grupos: o que é partidário da capitulação frente ao Japão e o que é partidário da resistência ao Japão. E hão-de diferenciar-se cada vez mais no futuro\* No seio da grande burguesia, o grupo que resiste ao Japão difere actualmente do grupo dos capitulacionistas. Esse grupo prossegue uma política de duplo carácter: por um lado continua a preconizar a unidade para a resistência e, por outro, pratica uma política extremamente reaccionária de repressão das forças progressistas, como passo em preparação da capitulação futura. Contudo, desde que

permaneça favorável à unidade para a resistência, nós sempre teremos possibilidades de fazer com que se mantenha no seio da Frente Única Anti-japonesa, sendo que quanto mais tempo consigamos isso tanto melhor. Seria errado descurarmos essa política e essa cooperação com tal grupo, considerá-lo como tendo já capitulado e crer que está a ponto de lançar-se numa guerra contra os comunistas. Por outro lado, dado que esse grupo realiza por todo o país uma política reaccionária de repressão das forças progressistas, dado que não aplica o programa comum — os Três Princípios do Povo revolucionários — e se obstina em impedir que o apliquemos, dado que se opõe com resolução a que ultrapassemos os limites que nos fixou, permitindo apenas que realizemos contra o invasor uma resistência tão passiva como a que ele próprio faz, e dado, enfim, que tenta absorver-nos e, quando lhe resistimos, exerce contra nós uma pressão ideológica, política e militar, torna--se-nos necessário adoptar uma tática de combate à sua política reaccionária e lutar resolutamente contra ele, tanto no plano ideológico como no plano político e militar. Tal é a política revolucionária dupla que opomos à política dupla dos obstinados, tal é a nossa política de unidade através da luta. Se, no plano ideológico, formos capazes de formular uma justa teoria revolucionária e vibrar um golpe severo na sua teoria contra-revolucionária; se, no plano político, tomarmos medidas táticas que respondam às exigências do momento e vibrarmos um duro golpe na sua política de luta contra o Partido Comunista e contra o progresso; e se, no plano militar, tomarmos medidas adequadas e ripostarmos energicamente

aos seus ataques, podemos limitar o alcance da política reaccionária dos obstinados e obrigá-los a reconhecer o estatuto das forças progressistas, podemos desenvolver estas últimas e podemos ganhar as forças intermédias, isolando os obstinados. E dum mesmo golpe ficaremos à altura de ganhar aqueles obstinados que ainda desejam resistir ao Japão, fazê-los permanecer mais tempo na Frente Única Anti-japonesa e evitar, desse modo, uma guerra civil de grande envergadura, como a que se registou no passado. É assim que, no período de frente única anti-japonesa, a nossa luta contra os obstinados tem por objectivo não só enfrentar os seus ataques, de maneira a evitarem-se perdas às forças progressistas e garantir a estas um desenvolvimento continuado, mas também fazer durar mais tempo a resistência dos obstinados contra o Japão e manter a cooperação deles connosco, a fim de evitar-se uma guerra civil de grande envergadura. Sem essa luta, as forças progressistas arriscam-se a ser aniquiladas pelos obstinados, a Frente Única não pode manter-se, nada mais impede que os obstinados capitulem ante o inimigo e estoira a guerra civil. Assim, a luta contra os obstinados é um processo indispensável para unir todas as forças anti-japonesas, provocar uma viragem favorável na situação actual e impedir uma guerra civil de grande envergadura. A totalidade da nossa experiência confirma essa verdade.

Mas na nossa luta contra os obstinados, durante o período de frente única anti-japonesa, torna-se necessário atender aos seguintes princípios. Em primeiro lugar, o princípio da legítima defesa. Se não nos atacarem não atacaremos, se nos atacarem seguramente que contra-

atacaremos. Isso significa que jamais devemos atacar sem razão, nem ficar sem responder quando somos atacados. Nisso reside o carácter defensivo da nossa luta. Os ataques armados dos obstinados devem ser resoluta, radical, integral e totalmente esmagados. Segundo, o princípio da vitória. Não nos batemos senão quando estamos seguros de vencer. Em caso nenhum se deve passar ao combate sem plano, sem preparação e sem garantias de êxito. Devemos saber explorar as contradições entre os obstinados; para batê-los devemos enfrentar primeiro os mais reaccionários, e não todos os obstinados duma vez. Nisso reside o carácter limitado da luta. Terceiro, o princípio da trégua. Depois de rechaçar um ataque dos obstinados, e antes que eles desencadeiem novo ataque, devemos saber deter-nos e pôr termo à luta, oportunamente. O período que então começa deve ser o da trégua entre as duas partes. É aí que tomamos a iniciativa da realização da unidade com os obstinados, com quem concluímos, se aceitam, um acordo de paz. Em caso nenhum devemos bater-nos sem descanso, dia após dia, hora após hora, nem deixar-nos inebriar pela vitória. Nisso reside o carácter temporário de cada um dos nossos combates. E quando os obstinados lançam novo ataque respondemos novamente pela luta. Por outras palavras, esses três princípios podem expressar-se numa frase: “razão, vantagem e medida”. Se persistimos numa luta de acordo com esses princípios, podemos desenvolver as forças progressistas, ganhar as forças intermédias, isolar os obstinados e, igualmente, fazer com que estes últimos não ousem levianamente atacar-nos, entrar em compromisso com o inimigo ou desencadear

uma guerra civil de grande envergadura. Assim tornamos possível a realização duma viragem favorável na situação actual.

6. O Kuomintang é um partido de composição complexa, constituído tanto de obstinados como de elementos intermédios e de progressistas; o Kuomintang em bloco não é idêntico ao grupo dos obstinados. Como o Comité Executivo Central do Kuomintang formulou instruções contra-revolucionárias geradoras de fricções, por exemplo as “medidas para limitação da actividade dos partidos heréticos”, e mobilizou todas as forças para provocar fricções contra-revolucionárias por todo o país, nos planos ideológico, político e militar, alguns pensam que o Kuomintang todo está composto de obstinados. Esse modo de ver é errado. Actualmente, no seio do Kuomintang, os obstinados continuam em posição de fixar a política desse partido, mas não constituem mais que uma minoria; a maioria dos membros (muitos são-nos apenas de nome) não são forçosamente obstinados. É indispensável ver claro tal ponto, pois só então se torna possível explorar as contradições existentes no interior do Kuomintang, adoptar uma política diferente com relação a cada um dos grupos que o integram e realizar os maiores esforços para unir a nós aqueles seus elementos intermédios e progressistas.

7. Quanto ao problema do poder político nas bases de apoio anti-japonesas, importa precisar que deve ser o da Frente Única Nacional Anti-japonesa. Tal poder ainda não existe nas regiões sob dominação do Kuomintang. Será o poder político de todos os que são pela resistência ao Japão e pela democracia, quer dizer, a ditadura

democrática exercida conjuntamente por várias classes revolucionárias contra os traidores e reaccionários, ditadura diferente da dos senhores de terras e da burguesia, e diferente também, em certos aspectos, da ditadura democrática operário--camponesa em sentido estrito. A composição dos órgãos do poder deve ser a seguinte: os comunistas, representando o proletariado e os camponeses pobres, participam na proporção de um terço e os elementos progressistas de esquerda, representando a pequena burguesia, também em um terço, cabendo o terceiro terço aos elementos intermédios e outros, como re-presentantes da média burguesia e dos nobres esclarecidos. Só os traidores e os elementos anti-comunistas não são qualificados para participar em tais órgãos. Essa regra geral de composição é indispensável pois, doutro modo, será impossível manter o princípio de poder de frente única nacional anti-japonesa. Essa a política autêntica do nosso Partido em matéria de composição dos órgãos do poder, política que se deve seguir rigorosamente, e não apenas na forma. Não obstante, essa é uma regra geral que só pode aplicar-se de acordo com as circunstâncias concretas, havendo pois que não agarrar-se às proporções de maneira mecânica. Nos órgãos do poder de escalão mais baixo, essa regra pode ser em algo modificada, para evitar o controle por parte dos déspotas locais, maus nobres ou senhores de terras. Mas o que não deve é violar-se o fundamental do seu espírito. Quanto aos não comunistas nos órgãos do poder de frente única anti-japonesa, não há que perguntar-sc-lhes pelos laços que os liguem a qualquer partido nem a que partido pertencem. Nas regiões em que se exerce

o poder de frente única anti-japonesa, deve reconhecer-se estatuto legal a todos os partidos, Kuomintang ou qualquer outro, desde que não se oponham ao Partido Comunista, desde que cooperem com este. Quanto à política sobre eleições adoptada por tal poder, todo o cidadão chinês de dezoito anos completos, desde que seja pela resistência e pela democracia, tem o direito de eleger e ser eleito, sem distinções de classe, nacionalidade, afiliação política, sexo, crença ou grau de instrução. Os órgãos do poder de frente única anti-japonesa devem ser eleitos pelo povo, sendo depois homologados pelo Governo Nacional. A sua forma de organização deve subordinar--se ao princípio do centralismo democrático. O seu programa político deve ter essencialmente por ponto de partida a luta contra o imperialismo japonês, a luta contra os traidores e os reaccionários comprovados, a protecção do povo que resiste ao Japão, o ajustamento dos interesses de todas as camadas sociais que participam na Guerra de Resistência e a melhoria das condições de vida dos operários e camponeses. A criação desses órgãos exercerá enorme influência em todo o país e servirá de modelo a um poder de frente única anti-japonesa em escala nacional; importa pois que todos os camaradas do nosso Partido compreendam a fundo essa política e a ponham resolutamente em prática.

8. Na nossa luta para desenvolver as forças progressistas, ganhar as intermédias e isolar as obstinadas, não devemos de?curar o papel dos intelectuais, principalmente quando os obstinados estão fazendo todos os esforços por ganhá-los; constitui pois uma política importante e indispensável, ganhar todos os intelectuais progressistas

c mantê-los sob a influência do nosso Partido.

9. Quanto à questão da propaganda, deve realizar-se conforme ao programa seguinte:

1) Executar o “Testamento do Dr. Sun Yat-sen”, despertar as massas para resistência unânime ao Japão;

2) realizar o princípio do nacionalismo, combatendo resolutamente o imperialismo japonês e lutando pela libertação completa da nação chinesa, em política exterior, e pela igualdade de direitos de todas as nacionalidades do país, em política interna;

3) realizar o princípio da democracia, assegurando ao povo a plena liberdade de resistir ao Japão para salvar a nação, fazendo eleger pelo povo os órgãos governamentais em todos os escalões e instaurando o poder democrático revolucionário de frente única nacional anti-japonesa;

4) realizar o princípio do bem-estar do povo, suprimindo os impostos exorbitantes e as taxas múltiplas, reduzindo as rendas e as taxas de juro, instituindo a jornada de oito horas, desenvolvendo a agricultura, a indústria e o comércio, e melhorando as condições de vida do povo;

5) pôr em prática a declaração de Tchiang Kai--chek segundo a qual “toda a gente, do Norte ou do Sul, velhos ou novos, tem o dever de resistir ao invasor e defender o solo pátrio”.

Todos esses pontos figuram no programa publicado pelo próprio Kuomintang e constituem igualmente o programa comum do Kuomintang e do Partido Comunista. Presentemente, porém, o Kuomintang está incapacitado de pô-los em execução, excepto no que res-

peita à resistência ao Japão. Só o Partido Comunista e as forças progressistas estão à altura de aplicar esse programa. Trata-se, aliás, dum programa bem simples, largamente difundido entre o povo, mas muitos membros do Partido Comunista não sabem ainda servir-se disso como duma arma para mobilizar as massas populares e isolar os obstinados. Daqui para diante é necessário trazer constantemente no espírito os cinco pontos acima referidos e popularizá-los sob forma de avisos ao público, declarações, panfletos, artigos, discursos, entrevistas, etc. Nas regiões do Kuomintang, isso não constitui mais que um programa de propaganda mas, nas regiões onde já entrou o VIII Exército e o Novo IV Exército, é um programa de acção. Cumprindo-o, respeitamos a legalidade; quando os obstinados se opõem a que o cumpramos, violam a legalidade. Na etapa da revolução democrático-burguesa, esse programa do Kuomintang é, no essencial, idêntico ao nosso. Não obstante, a ideologia do Kuomintang é absolutamente divergente da do Partido Comunista. O que devemos pois pôr em prática é o programa comum da revolução democrática e nunca a ideologia do Kuomintang.

DESENVOLVER COM AUDÁCIA AS  
FORÇAS ANTI-JAPONESAS,  
RIPOSTAR AOS ATAQUES  
DOS ANTICOMUNISTAS  
OBSTINADOS

(4 de Maio de 1940)

1. Em todas as regiões situadas na retaguarda do inimigo e em todas as zonas de operações, o acento deve recair não sobre o que elas têm de carácter específico mas sim sobre o que têm de idêntico, pois o contrário seria cometer um grave erro. Quer se trate do Norte, Centro ou Sul da China, quer se trate das zonas situadas ao norte ou ao sul do Yangtsé, das regiões de planície, montanha ou lagos, quer se trate do VIII Exército, do Novo IV Exército ou da Coluna de Guerrilheiros do Sul da China<sup>1</sup>, por toda a parte existem traços específicos e também traços idênticos, como a presença do inimigo e a resistência. Assim é que, por toda a parte, podemos e devemos passar à expansão. Essa política de expansão foi já repetidas vezes definida pelo Comité Central. Expansão significa aumentar com audácia, independência e autonomia os nossos efectivos armados, criar resolutamente bases de apoio, passar aí, independentemente e com autonomia, à mobilização das massas, ao estabelecimento de órgãos do poder de frente única anti-japonesa subordinados à direcção do Partido Comunista, e avançar por todas as

regiões ocupadas pelo inimigo sem observar as restrições impostas pelo Kuomintang, passando por cima dos limites por este traçados, e sem esperar por nomeações da parte do Kuomintang nem contar com os órgãos superiores quanto aos nossos recursos materiais. Na província de Quiansu, por exemplo, a despeito dos ataques verbais e das restrições e pressões por parte dos anticomunistas como Cu Tchu-tom, Lem Sin e Han Te-tchin<sup>2</sup>, devemos estabelecer o mais depressa possível um controle sistemático, e segundo um plano determinado, sobre um máximo de regiões, desde Nanquim, a oeste, até ao litoral, a leste, desde Han-djou, no sul, até Siudjou, no norte; e aumentar com independência e autonomia os efectivos das nossas unidades militares, criar órgãos do poder, birôs fiscais para cobrança de impostos em favor da resistência anti-japonesa, organismos económicos para desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, e ainda abrir vários tipos de escolas para formação de quadros em grande número. O Comité Central requeria que, durante este ano, no Quiansu e no Tchequiam, vocês elevassem a cem mil baionetas os efectivos das forças anti-japonesas que combatem na retaguarda do inimigo e, sem tardança, criassem nessa retaguarda órgãos do poder. Que disposições concretas tomaram já a esse respeito? Vocês já deixaram passar ocasiões favoráveis; se isso se repete ainda este ano as dificuldades que encontrarão hão-de ser bem maiores.

2. No momento em que os anticomunistas obstinados do Kuomintang se encarniçam na política de conter, limitar e combater o Partido Comunista, com o que preparam uma capitulação frente ao Japão, o acento deve pôr-se

não na unidade mas sim na luta, pois, doutro modo, comete-se um erro grave. Assim, tanto no plano teórico como no político e militar, devemos, por princípio, resistir firmemente, adoptar uma atitude de luta resoluta contra toda a espécie de leis, ordens, propaganda ou ataques verbais que venham dos anticomunistas obstinados no intuito de conter, limitar e combater o Partido Comunista. Essa luta deve repousar nos princípios de razão, vantagem e medida, quer dizer, nos princípios de legítima defesa, vitória c trégua, significando que, actualmente, em cada caso concreto, a luta é defensiva, limitada e de carácter temporário. Devemos adoptar medidas de taco a taco e combater com firmeza todas as leis, ordens, propaganda e ataques verbais reaccionários lançados pelos anticomunistas obstinados. Por exemplo, eles exigem que os nossos IV e V Destacamentos<sup>1</sup> sejam deslocados para sul e nós objectamos-lhes que tal medida é absolutamente irrealizável; exigem que as unidades de Ie Fei e Tcham Iun-yi<sup>4</sup> se desloquem para sul e nós replicamos com um pedido de autorização de envio de unidades para o norte; acusam-nos de sabotar a conscrição e nós pedimos-lhes autorização para ampliar a zona de recrutamento do Novo IV Exército; pretendem que a nossa propaganda é errada e nós exigimos-lhes a cessação de toda a propaganda anticomunista e a revogação das leis e ordens que originam fricções; e, quando nos lançam um ataque miiitar, esmagamos esse ataque com um contra-ataque militar. Temos boas razões para praticar essa política do taco a taco. Quando uma acção se justifica, o dever de tomar iniciativas incumbe tanto ao Comité Central do nosso Partido como

a qualquer das unidades do nosso exército. Excelentes exemplos disso são os fornecidos por Tcham Iun-yi e Li Sien-nien, ao protestarem energicamente junto dos superiores respectivos, Li Pin-sien e Li Tsum-jem. Só tomando essa atitude resoluta ante os obstinados e apelando para os princípios de razão, vantagem e medida na luta, podemos intimidá-los a ponto de não ousarem maltratar-nos. Só isso poderá refrear a actividade de contenção, limitação e combate ao Partido Comunista; forçá-los a re-conhecer-nos estatuto legal e impedi-los de arriscar com ligeireza uma ruptura. É por isso que a luta constitui a via principal para eliminar o perigo de capitulação, provocar uma viragem favorável na situação e consolidar a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista. Pelo que respeita ao nosso Partido e ao nosso exército, só a luta tenaz contra os obstinados pode possibilitar a elevação do moral e permitir a exacerbação da coragem entre as nossas fileiras, a união dos nossos quadros e o aumento das nossas forças; é o único processo de reforçar o exército e consolidar o Partido. Nas relações com as forças intermédias, só a luta tenaz contra os obstinados poderá conquistar para a nossa causa os hesitantes e apoiar os que simpatizam connosco — não existe outro processo. Do mesmo modo, a luta é a única política que faz com que a totalidade do Partido e do exército permaneça mentalmente preparada para a-frontar as eventualidades de importância nacional e adopte, no seu trabalho, as medidas necessárias para fazer face a tudo isso. Doutra modo repetem-se os erros de 1927°.

3. Na apreciação da situação actual, precisamos de com-

prender que se, por um lado, está consideravelmente aumentado o perigo de capitulação, por outro é ainda possível eliminá-lo. Os actuais conflitos militares ainda tem um carácter local, não nacional; são acções de reconhecimento estratégico por parte do adversário, não anunciam já qualquer grande campanha de “exterminação dos comunistas”. São gestos que preparam a capitulação, não são já os sinais duma capitulação iminente. A nossa tarefa é aplicar com firmeza e energia a tripla política do Comité Central, única justa, que consiste em “desenvolver as forças progressistas”, “ganhar as forças intermédias” e “isolar as forças obstinadas”, a fim de eliminar o perigo de capitulação e provocar uma viragem favorável na situação. Corre-se um grande perigo se não se assinalam e corrigem os desvios de “esquerda” e direita operados na apreciação da situação e na definição das tarefas.

4. As batalhas de legítima defesa travadas pelos IV e V Destacamentos contra os ataques de Han Te-tchin e Li Tsum-jen, no leste de Anghuei, as da coluna de Li Sien-nien contra os ataques dos obstinados no centro e leste de Hupei, a luta resoluta do destacamento de Pem Siue-fum na região a norte do rio Huai, a expansão das forças de Ie Fei ao norte do Yangtsé e a deslocação de mais de vinte mil homens do VIII Exército em direcção do sul, para atingirem a região norte do rio Huai, o leste de Anghuei e o norte de Quiansu<sup>8</sup>, foram absolutamente necessárias e justas; eram medidas indispensáveis para que Cu Tchu-tom não se arriscasse a atacar-vos no sul do Anghuei e no sul do Quiansu. Por outras palavras, quanto mais êxitos obtemos no norte do Yangtsé e mais

desenvolvemos aí as nossas forças, tanto mais Cu Tchutom hesitará em arriscar-se em acções inconsideradas no sul do Yangtsé e tanto mais fácil vos será cumprir o vosso papel no sul do Anghuei e do Quiansu. Do mesmo modo, quanto mais o VIII Exército, o Novo IV Exército e a Coluna de Guerrilheiros do Sul da China se desenvolvem no Noroeste, no Norte, no Centro e no Sul da China, e quanto mais o Partido Comunista se desenvolve no país, mais oportunidades haverá para eliminar o perigo de capitulação e provocar uma viragem favorável na situação, e tanto mais fácil será para o nosso Partido cumprir o seu papel em todos os pontos do país. Seria falso julgar de modo contrário e adoptar uma táctica oposta, quer dizer, pensar que quanto mais desenvolvemos as nossas forças tanto mais os obstinados tendem a capitular, ou que quanto mais concessões fazemos mais eles resistem aos invasores japoneses, ou ainda considerar que o momento de ruptura à escala nacional já chegou e a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista não é mais possível.

5. Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, a nossa política para o conjunto do país é uma política de frente única nacional anti-japonesa. A criação de bases democráticas anti-japonesas na retaguarda do inimigo constitui também parte dessa política. Vocês devem executar com firmeza as decisões do Comité Central sobre a questão do poder.

6. Nas regiões dominadas pelo Kuomintang, a nossa política é diferente da que aplicamos nas zonas de operações e nas regiões situadas na retaguarda do inimigo. Aí, a política deve consistir em trabalhar encobertos,

com efectivos reduzidos mas eficazes, permanecer muito tempo na clandestinidade, acumular forças à espera do momento oportuno; há que guardar-se de toda a precipitação e não agir a descoberto. Segundo os princípios de razão, vantagem e medida, a nossa táctica na luta contra os obstinados deve consistir em combater em terreno sólido e seguro, bem como em acumular forças, a coberto das leis e ordens kuomintanistas que possam servir-nos e de tudo o que for permitido pelos costumes sociais. Os membros do nosso Partido que se vêem forçados pelo Kuomintang a ingressar neste último partido, devem aceder; devemos entrar em grande número nas organizações locais de pao-tsia, nas organizações de educação, nas organizações económicas e militares, e desenvolver amplamente o trabalho de frente única no “Exército Central” e entre as “tropas mistas”<sup>9</sup>, quer dizer, arranjar amizades no seu seio. Em todas as regiões dominadas pelo Kuomintang, a política fundamental do Partido consiste igualmente em desenvolver as forças progressistas (organizações do Partido e movimentos de massas), ganhar as forças intermédias (burguesia nacional, nobres esclarecidos, “tropas mistas”, elementos intermédios do Kuomintang<sup>10</sup>, elementos inter-médios do “Exército Central”<sup>11</sup>, a camada superior da pequena burguesia e os vários pequenos partidos e grupos, ou seja, um total de sete categorias) e isolar as forças obstinadas, a fim de eliminar o perigo de capitulação e provocar uma viragem favorável na situação. E ao mesmo tempo, precisamos estar inteiramente preparados para fazer face a qualquer eventualidade em escala local ou nacional. Nas regiões sob controle do Kuomintang, as

organizações do nosso Partido devem manter-se rigorosamente secretas. Os efectivos do Birô do Sudeste<sup>12</sup>, comités de província, comités especiais, comités de distrito e comités de sub--distrito (desde os secretários do Partido aos cozinheiros) devem passar todos por um controle severo e minucioso ; é inadmissível que, nos órgãos dirigentes dos diversos escalões, haja indivíduos que suscitem um mínimo sequer de suspeita. Os nossos quadros devem ser protegidos no máximo; aqueles que, trabalhando em situação legal ou semi-legal, se encontrarem em risco de ser presos ou assassinados pelo Kuomintang, devem ser enviados para outras regiões, postos a salvo, ou transferidos para o exército. A nossa política, nas regiões ocupadas pelos japoneses (por exemplo em Xangai, Nanquim, Vuhu, Vuci e outras cidades, quer grandes, quer médias, quer pequenas, bem como no campo), é no essencial a mesma que seguimos nas regiões sob dominação do Kuomintang.

7. A presente directiva táctica foi definida pelo Birô Político do Comité Central na sua última sessão; os camaradas do Birô do Sudeste e da Sub-Comissão Militar são chamados a discuti-la, transmiti-la a todos os quadros do Partido e do exército e executá-la resolutamente.

8. São responsáveis pela transmissão da presente directiva os camaradas Siam Im, para o sul do Anghuei, e Tchen Yi, para o sul do Quiansu; a transmissão e a discussão devem concluir-se em um mês, a contar da recepção do presente telegrama. O camarada Siam Im fica responsabilizado por, conformemente à linha do Comité Central, tomar todas as medidas necessárias para a organização do trabalho do Partido e do exército, devendo informar

o Comité Central sobre os respectivos resultados.

## NOTAS

1 Nome genérico dado a vários destacamentos de guerrilhas anti-japonesas, dirigidos pelo Partido Comunista da China no sul do país.

2 Cu Tchu-tom, Lem Sin e Han Te-tchin, generais reaccionários enviados pelo governo kuomintanista para o Quiansu, Tchequiam, Quiansi e sul do Anghuei.

3 Referência aos IV e V Destacamentos do Novo IV Exército, empenhados, na época, em criar bases de apoio anti-japonesas na região do rio Huai, fronteira do Quiansu com o Anghuei.

4 Unidades do Novo IV Exército que, comandadas pelos camaradas Te Fei e Tcham Iun-yi, estavam então empenhadas numa guerra de guerrilhas contra os invasores japoneses e na criação de bases de apoio anti-japonesas no norte do Yangtsé (Quiansu central e leste do Anghuei).

5 Em Março-Abril de 1940, Li Pin-sien, governador kuomintanista da província de Anghuei, e Li Tsum-jen, comandante da V Zona de Guerra (caudilhos militares da camarilha do Cuansi), passaram a importantes ataques contra as unidades do Novo IV Exército que se encontravam na região fronteiriça Anghuei-Hupei. O camarada Tcham Iun-yi, que comandava as unidades do Novo IV Exército na região a norte do Yangtsé, e o camarada Li Sicn-nien, que comandava a Coluna de Assalto do Hupei-Honan, protestaram energicamente contra esses crimes sabotadores da Guerra de Resistência e rechaçaram os ataques de Li Pin-sien e Li Tsum--jen.

6 Erros oportunistas de direita de Tchen Tu-siu.

7 Trata-se dos kuomintanistas obstinados encabeçados por Tchiang Kai-chek.

8 Em Janeiro de 1940, para reforçar o Novo IV Exército que combatia os invasores japoneses na região a norte do rio Huai, no leste do Anghuei e no norte de Quiansu, o Comité Central do Partido Comunista da China transferiu para o sul mais de vinte mil homens que se encontravam no Norte da China e pertenciam ao VIII

Exército. Essas forças conseguiram atingir o norte de Quiansu. 9 O grupo de Tchiang Kai-chek dava às suas próprias forças o nome de “Exército Central” e chamava “tropas mistas” as forças dos outros grupos do Kuomintang. Estas últimas eram objecto de medidas discriminatórias por parte da camarilha de Tchiang Kai-chek e, em comparação com o “Exército Central”, encontravam-se inferiormente abastecidas.

10 Trata-se de grupos e indivíduos kuomintanistas que, em determinado período, não assumiram em termos relativos uma atitude activa ou até se mantiveram neutros, em matéria de oposição ao Partido Comunista.

110 “Exército Central” do Kuomintang era uma força dirigida pessoalmente por Tchiang Kai-chek. Durante a resistência ao Japão, alguns dos oficiais e unidades desse exército passaram, isoladamente e em certa medida, a uma atitude passiva ou neutral em matéria de combate ao Partido Comunista. Por “elementos intermédios do Exército Central” designam-se justamente esses elementos.

12 De 1938 a 1941, esse birô era o órgão que, em representação do Comité Central do Partido Comunista da China, dirigia os trabalhos relativos ao Sudeste (províncias de Quiansu, Tchequiam, Anhwei, Quiansi, Hupei e Hunan).

## UNIDADE ATÉ AO FIM

(Julho de 1940)

O terceiro aniversário da Guerra de Resistência contra o Japão e o décimo nono aniversário da fundação do Partido Comunista da China cumprem-se num mesmo momento. Ao celebrar-se hoje o aniversário da Guerra de Resistência, nós, os comunistas, sentimos com intensidade bem particular a nossa responsabilidade. A responsabilidade pelo futuro da nação chinesa, pela sua existência ou subjugação, deve ser assumida por todos os partidos e grupos políticos que resistem ao Japão, bem como pela totalidade do povo, mas nós, os comunistas, entendemos ser sobre nós que recai o mais pesado da responsabilidade. O manifesto sobre a situação actual, publicado pelo Comité Central do nosso Partido, é, na essência, um apelo à resistência e à unidade até ao fim. Nós esperamos vê-lo aprovado pelos exércitos e partidos amigos, bem como por todo o povo chinês. Todos os membros do Partido Comunista devem aplicar com particular consciência a linha política definida nesse manifesto.

Os comunistas precisam de estar todos conscientes de que só resistindo até ao fim se pode permanecer unido até ao fim, e só permanecendo unido até ao fim se pode resistir até ao fim. Essa a razão por que devem ser duma conduta exemplar, tanto em matéria de resistência como

de unidade. O que combatemos é o inimigo, mais os capitulacionistas e os anticomunistas obstinados; quanto aos restantes elementos, esforçamo-nos seriamente por juntá-los a nós. Aliás, seja onde for, os capitulacionistas e os anticomunistas obstinados não constituem mais que uma minoria. Eu fiz uma investigação sobre a composição do pessoal dos órgãos do poder local. Entre mil e trezentos membros não havia mais de quarenta a cinquenta anticomunistas obstinados, ou seja, menos de quatro por cento; todos os outros eram pela unidade, pela resistência. Como é evidente, nós não podemos mostrar-nos tolerantes para com os capitulacionistas e anticomunistas obstinados, pois isso significaria permitir-lhes a sabotagem da resistência e da unidade. Daí o devermos combater com resolução os capitulacionistas e repelir com firmeza, mas em legítima defesa, os ataques dos elementos anticomunistas. A não ser assim, passamos ao oportunismo de direita, com prejuízo da unidade e da resistência. Mas com relação a todos os que não são capitulacionistas nem anticomunistas obstinados, devemos praticar uma política de unidade. Entre estes, uns fazem jogo duplo, outros agem por coacção e outros ainda encontram-se apenas momentaneamente lançados num falso caminho. Há que ganhar todos esses indivíduos à nossa causa, de modo que se mantenha a unidade e se prossiga a resistência. A não ser assim, cai-se no oportunismo de “esquerda”, o que igualmente prejudicaria a unidade e a resistência. Todos os comunistas devem estar conscientes de que, como promotores da Frente Única Nacional Anti-japonesa, temos por dever perseverar nessa frente. No momento em que se

agrava a já desastrosa situação do país e se produzem profundas mudanças na situação internacional, o nosso dever é assumir a pesada responsabilidade pelo futuro da nação chinesa, sua existência ou subjugação. Derrotaremos o imperialismo japonês e faremos da China uma república independente, livre e democrática. Para isso é indispensável unir o maior número possível de indivíduos, sejam ou não membros de partidos ou grupos políticos. Mas os comunistas não admitem a formação duma frente única sem princípios, tornando-se por consequência indispensável lutar contra todas as manobras cujo objectivo seja dissolver, limitar, conter ou perseguir o Partido Comunista, bem como contra o oportunismo de direita no próprio seio deste. E, ao mesmo tempo, não poderá admitir-se que os comunistas violem a política de frente única do Partido. Os membros do Partido devem pois, na base do princípio de resistência, unir todos os elementos ainda dispostos a resistir ao Japão e combater o oportunismo de “esquerda” dentro do Partido. Assim, na questão do poder, nós pronunciamo-nos pelo poder de frente única, opomo-nos à ditadura de um só partido, seja qual for o partido que a exerça, incluído o Partido Comunista, e somos pela ditadura conjunta de todos os partidos e grupos políticos, sectores sociais e forças armadas, quer dizer, somos por um poder de frente única. Quando, depois de destruímos na retaguarda do inimigo os órgãos do poder fantoche, criamos órgãos do poder anti-japonês, devemos aplicar o “sistema dos três terços”, tal como o Comité Central do nosso Partido decidiu. Os membros do Partido Comunista não entrarão pois senão por um terço, nos organismos gov-

ernamentais e nos órgãos representativos da vontade popular, a fim de que os dois terços restantes possam ser integrados por outros partidos, grupos políticos e indivíduos sem afiliação partidária, favoráveis à resistência e à democracia. Todos os que nem são pela capitulação nem pelo anticomunismo podem participar nos organismos governamentais. Todo o partido ou grupo político, que não seja pela capitulação nem combata o Partido Comunista, tem o direito de existir e prosseguir as suas actividades sob poder anti-japonês.

Quanto à questão do exército, o manifesto do nosso Partido precisa que continuaremos a respeitar a decisão de “não criarmos organizações do Partido no seio dos exércitos amigos”. Ali onde as organizações do Partido não tenham seguido rigorosamente essa decisão, impõe-se nos restaurar imediatamente a situação. Convém manter uma atitude amistosa relativamente a todas as tropas que se abstenham de provocar fricções com o VIII Exército e o Novo IV Exército. Aliás, há até que restabelecer relações amistosas com as tropas que provocaram fricções, sempre que cessem esse tipo de actividade. Essa a nossa política de frente única quanto ao exército.

Para responder às necessidades da resistência ao Japão, torna-se indispensável, no domínio das finanças, economia, cultura, educação e eliminação dos traidores, seguir a política de frente única que se baseia no reajustamento dos interesses das diferentes classes e lutar contra o oportunismo de direita e de “esquerda”.

Na situação internacional presente, a guerra imperialista está a estender-se pelo mundo inteiro e as crises extremamente graves que engendra, políticas e económicas,

vão de inevitavelmente fazer estalar a revolução em muitos países. Vivemos um momento novo de guerras e revoluções. A União Soviética, que não se deixou arrastar para o turbilhão dessa guerra imperialista, ajuda todos os povos e nações oprimidos do mundo. Tudo isso são circunstâncias que favorecem a Guerra de Resistência da China. Não obstante, o perigo de capitulação é maior do que nunca, uma vez que, ao preparar-se para invadir os países do Sudeste Asiático, e ao intensificar os seus ataques contra a China, o imperialismo japonês induzirá certos hesitantes do nosso país a capitular. O quarto ano da Guerra de Resistência será o mais duro. A nossa tarefa é unir todas as forças que resistem ao Japão, lutar contra os capitulacionistas, vencer todas as dificuldades e manter a Guerra de Resistência em escala nacional. Todos os membros do Partido Comunista devem unir-se estreitamente aos partidos e exércitos amigos para realizar essa tarefa. Estamos convencidos de que, graças aos esforços conjugados dos membros do nosso Partido, dos exércitos e partidos amigos e da totalidade do nosso povo, conseguiremos conjurar a capitulação, vencer as dificuldades, expulsar os invasores japoneses e recuperar o solo da pátria. São realmente brilhantes as perspectivas da nossa Guerra de Resistência.

## SOBRE A NOSSA POLÍTICA\*

(25 de Dezembro de 1940)

Ante a vaga anticomunista que agora desaba, a nossa política reveste uma importância decisiva. Não obstante, muitos dos nossos quadros ainda não compreendem que a política do Partido no período actual tem de ser bem diferente da política seguida durante a Revolução Agrária. É preciso entender que, enquanto durar a Guerra de Resistência contra o Japão, o Partido não mudará a sua política de frente única nacional anti-japonesa, sejam quais forem as circunstâncias, e que muitas das medidas políticas aplicadas durante os dez anos da Revolução Agrária não podem ser retomadas ponto por ponto neste momento. Em particular, não pode aplicar-se hoje, no período de resistência, nem uma só das inúmeras medidas políticas esquerdistas do último período da Revolução Agrária, medidas erradas mesmo para aquela época, uma vez que resultavam duma falta de compreensão de duas particularidades fundamentais da revolução chinesa,

---

\* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China.

a saber: ser uma revolução democrático-burguesa em país semi-colonial e caracterizar-se pela longa duração. Por exemplo, nessa altura havia a tese de que a quinta campanha de “cerco e aniquilamento” e a nossa contra-campanha representavam um combate decisivo entre duas vias — revolução e contra-revolução; defendia-se a eliminação económica da burguesia (política de trabalho e política fiscal esquerdistas) e dos camponeses ricos (atribuição de maus lotes de terra a estes últimos), a eliminação física dos senhores de terras (recusa em distribuir-lhes terras), o ataque aos intelectuais, o desvio de “esquerda” na liquidação dos contra-revolucionários, o monopólio total dos órgãos do poder pelos comunistas, a orientação em direcção da instrução pública comunista, a política militar esquerdista (ataque às grandes cidades e negação da guerra de guerrilhas), a política putchista quanto ao trabalho nas regiões brancas e, ainda, o abuso de sanções disciplinares no seio do Partido. Essas medidas esquerdistas eram uma expressão do oportunismo de “esquerda”, o oposto do oportunismo de direita de Tchen Tu-siu, que se registara no último período da Primeira Grande Revolução. Nesse período, só unidade, nada de luta, enquanto que, no último período da Revolução Agrária, nada mais que luta, nenhuma unidade (exceptuada a unidade com as massas basilares do campesinato) — assim se manifestaram em toda a evidência as duas linhas políticas extremistas, causadoras, tanto uma como outra, de enormes prejuízos para o Partido e para a revolução. Hoje, a nossa política de frente única nacional anti-japonesa nem é unidade sem luta nem luta sem unidade.

Associa a unidade e a luta. Concretamente, isso significa:

1. Unir no seio da Frente Única Nacional Anti--Japonesa todo o povo que resiste ao Japão (quer dizer, todos os operários, camponeses, soldados, intelectuais e homens de negócios, que lutam contra o invasor).

2. Praticar uma política de independência e autonomia no seio da Frente Única, sendo indispensáveis tanto a unidade como a independência.

3. No domínio da estratégia militar, realizar com independência e autonomia uma guerra de guerrilhas no quadro duma estratégia única. Fazer essencialmente uma guerra de guerrilhas, sem recusar-se à guerra de movimento quando as condições sejam favoráveis.

4. Na luta contra os anticomunistas obstinados, explorar as contradições, ganhar a si a maioria, opor--se à minoria, esmagar os adversários um a um; actuar com razão, vantagem e medida.

5. Nas regiões ocupadas pelo inimigo e nas regiões dominadas pelo Kuomintang, a política consiste em desenvolver ao máximo a Frente Única, e trabalhar encobertos e com efectivos reduzidos mas eficazes; e, quanto ao método de organização e de luta, trabalhar encobertos, com efectivos reduzidos mas eficazes, permanecer muito tempo na clandestinidade, acumular forças à espera do momento oportuno.

6. Nas relações com as diversas classes do país, a política básica consiste em desenvolver as forças progressistas, ganhar as forças intermédias e isolar as forças anticomunistas obstinadas.

7. Com relação aos anticomunistas obstinados, realizar uma política revolucionária de duplo carácter: aliar-nos

a eles na medida em que estejam dispostos a resistir aos invasores japoneses e isolá-los quando se obstinam em combater o Partido Comunista. Como a sua resistência ao Japão apresenta um duplo carácter, a nossa política consiste em aliar-nos a eles quando lutam contra o invasor e combatê-los e isolá-los quando hesitam (por exemplo, quando mantêm entendimentos secretos com os invasores japoneses e não combatem activamente Uam Tsim--vei nem os demais traidores). E como a dualidade manifesta-se também no seu combate ao Partido Comunista, a nossa política a seu respeito apresenta igualmente duplo carácter: aliar-nos a eles enquanto não têm a intenção de romper definitivamente a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista e combatê-los e isolá-los sempre que passam à política de repressão c aos ataques armados contra o nosso Partido e contra o povo. Nós fazemos uma distinção entre, por um lado, essa gente de duplo carácter e, por outro lado, os traidores e os elementos pró-japoneses.

8. Mesmo entre os traidores e os elementos pró--japoneses há quem apresente duplo carácter. A seu respeito, devemos também praticar uma política revolucionária dupla. Por outras palavras, na medida em que são pró-japoneses, golpeamo-los e isolamo--los; e na medida em que hesitam, fazemos por atraí--los e ganhá-los a nós. Nós fazemos uma distinção entre esses indivíduos de duplo carácter e os traidores renitentes do tipo Uam Tsim-vei, Vam Yi--tam1 c Chi Iou-san2.

9. Tal como é necessário distinguir os grandes senhores de terras e a grande burguesia pró-japoneses, opostos à resistência, dos grandes senhores de terras e da grande

burguesia pró-ingleses e pró-norte-americanos, partidários da resistência, também é necessário estabelecer uma diferença entre, por um lado, os grandes senhores de terras e a grande burguesia de duplo carácter, quer dizer, que são pela resistência mas hesitam, que são partidários da unidade mas combatem o Partido Comunista, e, por outro lado, a burguesia nacional, os senhores de terras médios e pequenos, e os nobres esclarecidos, que apresentam em grau menor esse duplo carácter. A nossa política clabora-se na base de tais distinções. A diferenciação na nossa política, tal como acaba de ser exposta, decorre dessas distinções nas relações de classes.

10. E é igualmente desse modo que devemos definir a nossa atitude frente aos imperialistas. Embora o Partido Comunista lute contra todos os imperialistas, é necessário fazer uma distinção entre os imperialistas japoneses, que realizam uma agressão contra a China, e os demais imperialistas, que não estão actualmente lançados na agressão ao nosso país; há que distinguir os imperialistas alemães e italianos, que concluíram uma aliança com o Japão e reconheceram o “Mandjoucu”, dos imperialistas ingleses e norte-americanos, que se opõem ao Japão; é igualmente necessário fazer uma distinção entre a Inglaterra e os Estados Unidos do período em que praticavam a política do Munique do Extremo Oriente e prejudicavam a causa da nossa resistência, e a Inglaterra e os Estados Unidos de hoje, que renunciaram a essa política e se mostram favoráveis à nossa resistência. O nosso princípio táctico continua a ser a exploração das contradições, ganhar a nós a maioria, opor-se à minoria e esmagar todos os adversários um a um. A nossa

política exterior é distinta da do Kuomintang. “Não há senão um inimigo, tudo o mais são nossos amigos”, declara o Kuomintang. Na aparência, este trata com pé de igualdade todos os países, exceptuado o Japão, mas, na realidade, é pró-inglês e pró-norte-americano. Quanto a nós, devemos fazer distinções, primeiramente entre a União Soviética e os países capitalistas; segundo, entre a Inglaterra e Estados Unidos, por um lado, e Alemanha e Itália, por outro; terceiro, entre os povos da Inglaterra e Estados Unidos, por um lado, e os governos imperialistas desses dois países, por outro lado; e, quarto, entre a política da Inglaterra e Estados Unidos, na época do Munique do Extremo Oriente, e a sua política actual. É sobre tais distinções que se fundamenta a nossa política. A nossa orientação básica é contrária à do Kuomintang, pois consiste em fazer o máximo por obter ajuda exterior, baseando-nos no princípio de perseverar na guerra com independência e apoiar-nos nas nossas próprias forças, e nunca como o Kuomintang, que renuncia à guerra com independência e ao apoio nas próprias forças para depender da ajuda exterior ou entregar-se a um dos blocos imperialistas.

Para corrigir os pontos de vista unilaterais de muitos quadros do Partido em matéria de táctica, e evitar os desvios à esquerda ou à direita que daí resultam, há que fazê-los compreender, sob cada aspecto e no seu conjunto, as modificações e a evolução da política do Partido, tanto no passado como no presente. As nefastas tendências esquerdistas constituem ainda hoje o perigo principal no seio do Partido. Nas regiões dominadas pelo Kuomintang, muitos quadros não aplicam com

seriedade a política que exige trabalhar encoberto, com efectivos reduzidos mas eficazes, permanecer muito tempo na clandestinidade, acumular forças à espera do momento oportuno; isso é assim porque eles não tomam suficientemente a sério a política anticomunista do Kuomintang. Por outro lado, há outros que não realizam a política de desenvolvimento da Frente Única, partem da ideia simplista de que tudo é mau no Kuomintang, razão por que ficam sem saber o que fazer. Situações análogas verificam-se nas regiões ocupadas pelo Japão.

Nas regiões sob dominação do Kuomintang, bem como nas bases anti-japonesas, havia quadros que apenas buscavam a unidade, esquecendo a luta, sobrestimavam a aptidão do Kuomintang para resistir ao Japão e esbatiam a diferença de princípio entre o Kuomintang e o Partido Comunista; renun-ciavam à política de independência e autonomia na Frente Única, acomodavam-se aos grandes senhores de terras, à grande burguesia e ao Kuomintang, atando-se voluntariamente de pés e mãos, em vez de ousarem desenvolver sem reserva as forças revolucionárias anti-japonesas e combater resolutamente a política kuomintanista de luta contra o Partido Comunista e limitação do Partido Comunista. Esses pontos de vista de direita, que no passado eram algo grave, estão no essencial eliminados. Em contrapartida, desde o Inverno de 1939 tem-se manifestado por toda a parte uma tendência de “esquerda”, como resultado das fricções anticomunistas provocadas pelo Kuomintang e dos nossos combates de legítima defesa. Essa tendência foi em certa medida corrigida, mas não inteiramente; ainda se verifica em muitos pontos, em várias das medidas políticas

concretas. Assim, torna-se absolutamente indispensável examinar e definir agora as nossas medidas políticas concretas.

Como o Comité Central fixou sucessivamente diversas directivas sobre tais medidas, contentar-nos--emos com resumi-las nuns quantos parágrafos.

Sobre a composição dos órgãos do poder. Há que aplicar resolutamente o “sistema dos três terços”, por força do qual os comunistas entram apenas por um terço nos órgãos do poder e fazem com que participe nestes um grande número de não comunistas. No norte do Quian-su e outras zonas onde começamos a instaurar o poder democrático anti-japonês, a proporção dos comunistas pode até ser inferior ao tal terço. Nos organismos governamentais, e nos órgãos representativos da vontade popular, há que integrar representantes da pequena burguesia, burguesia nacional e nobres esclarecidos, desde que não sejam activos no anti comunismo; e há também que admitir aí os membros do Kuomintang que não se oponham ao Partido Comunista. Pode igualmente aceitar-se nos órgãos representativos da vontade popular um pequeno número de elementos de direita. Em nenhum caso o Partido deve monopolizar tudo. Nós derubamos a ditadura da grande burguesia compradora e dos grandes senhores de terras, mas não a substituímos pela ditadura de um só partido, do Partido Comunista. Sobre a política de trabalho. Só melhorando as condições de vicia dos operários se torna possível despertar-lhes o entusiasmo pela resistência ao Japão. Mas há que evitar a todo o preço o exagero esquerdista; o aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho não podem

ultrapassar as medidas. Actualmente, na China, ainda é difícil instituir por toda a parte uma jornada de oito horas e, em certos ramos da produção, ainda há-de ser necessário autorizar a jornada de dez horas. Nos demais ramos, a duração da jornada de trabalho tem de ser determinada atendendo-se à situação. Quando é concluído um contrato entre o trabalho e o capital, os operários devem observar a disciplina do trabalho e os capitalistas ter a possibilidade de realizar certos lucros. Doutro modo as fábricas fechariam, o que prejudicaria tanto a resistência como os próprios operários. No campo, em particular, não se deve elevar demasiadamente o nível de vida e o salário dos operários; seriam medidas capazes de suscitar objecções por parte dos camponeses, provocar desemprego entre os operários e diminuir a produção.

Sobre a política agrária. Há que explicar aos membros do Partido e aos camponeses que o momento não é para fazer a revolução agrária radical e que as medidas aplicadas durante o período da Revolução Agrária não podem ser adoptadas hoje em dia. A nossa política actual deve estipular que os senhores de terras reduzam as rendas e as taxas de juro, para despertar o entusiasmo das massas basilares do campesinato pela resistência ao Japão. Contudo, é necessário que as reduções não sejam muito excessivas. Em geral, as rendas devem ser reduzidas de vinte e cinco por cento e, nos casos em que as massas reclamarem reduções mais importantes, os camponeses serão admitidos a reservar para si sessenta a setenta por cento da colheita, mas nunca mais do que isso. A taxa de juro não deve ser reduzida para quem do admitido

pelas condições de crédito correspondentes à economia do país. Além disso, a nossa política tem de estabelecer que os camponeses devem pagar as rendas e os juros das quantias tomadas de empréstimo, e que os senhores de terras conservam os seus direitos de propriedade sobre as terras e outros bens. A taxa de juro não deve ser reduzida a ponto de eliminar a possibilidade de os camponeses obterem empréstimos, nem a regulamentação das contas antigas ser de natureza a permitir aos camponeses que recuperem, sem indemnizações, as terras dadas em garantia aos senhores de terras.

Sobre a política fiscal. O montante dos impostos deve ser fixado em função dos rendimentos. Excepto os mais pobres, que devem estar isentos de impostos, todos os indivíduos com rendimentos, isto é, mais de oitenta por cento da população, incluídos os operários e os camponeses, têm de pagar contribuições ao Estado; as cargas fiscais não devem pesar exclusivamente sobre os senhores de terras e capita-listas. Há que proscrever as detenções com imposição de multas como meio de financiar o exército. Para a percepção dos impostos, enquanto não tivermos estabelecido um sistema novo, mais racional, pode continuar a adoptar-se o velho sistema kuomintanista, modificando-o onde necessário.

Sobre a política a respeito dos elementos hostis. Há que eliminar resolutamente os traidores e os anticomunistas inveterados, pois, doutro modo, será impossível defender as forças revolucionárias anti-japonesas. Contudo, é absolutamente necessário evitar executar muita gente. Em caso nenhum se incriminarão os inocentes. Quanto aos reaccionários, há que ser clemente para com

os hesitantes e os que agem sob coacção. Deve banir-se rigorosamente o recurso à tortura dos culpados; há sobretudo que atribuir importância à prova, e não fiar-se levemente em deposições. A nossa política com relação aos prisioneiros, quer provenham do exército japonês quer das forças fantoches ou anticomunistas, consiste em pô-los em liberdade, exceptuando-se os que tiverem incorrido no ódio profundo das massas, os quais, após ratificação das respectivas condenações pelas instâncias superiores, devem ser de rigor executados. Há que ganhar a nós em grande número os elementos que tiverem sido forçados a integrar-se nas forças reaccionárias, mas cujo espírito seja mais ou menos revolucionário, e recrutá-los para o nosso exército; todos os outros devem ser postos em liberdade e, no caso de voltarem a combater-nos e a ser capturados, devem ser de novo postos em liberdade. Não devemos vexá-los nem confiscar-lhes dinheiro ou haveres pessoais, nem arrancar-lhes retracções, mas sim tratá-los com toda a franqueza e boa vontade. Essa política deve ser seguida com relação a todos os prisioneiros, por mais reaccionários que sejam. Isso é extremamente eficaz no isolamento do campo da reacção. Quanto aos renegados, exceptuando-se os que cometeram infracções mais graves, deve dar-se-lhes possibilidades de recuperação, sob condição de cessarem as suas actividades anticomunistas. E se quiserem voltar ao caminho da revolução, podemos admiti-los, não se lhes permitindo no entanto que reingressassem no Partido. Os agentes comuns dos serviços secretos de informação do Kuomintang não devem ser colocados num mesmo plano com os espões japoneses e os traidores; há que

fazer uma distinção e tratá-los de maneira diferenciada. É necessário acabar com essa situação caótica em que qualquer organismo administrativo, qualquer organização, pode proceder a detenções. Para que se instaure uma ordem revolucionária no interesse da resistência, é necessário estipular que, exceptuando-se as unidades militares em operações, só os órgãos judiciais e de segurança pública têm poderes para efectuar detenções.

Sobre os direitos do povo. Deve estabelecer-se que todos os senhores de terras e todos os capitalistas que não se oponham à resistência ao Japão, gozam, tal como os operários e os camponeses, dos direitos da pessoa, do direito à propriedade, voto, liberdade de palavra, reunião, associação, pensamento e crença. Os órgãos do poder só intervêm contra os que, nas nossas bases de apoio, se entregam à sabotagem ou fomentam motins. Eles protegem todas as demais pessoas, sem imiscuir-se nas respectivas actividades.

Sobre a política económica. Devemos desenvolver activamente a indústria, a agricultura e a circulação das mercadorias. Há que estimular a vinda para as nossas bases de apoio anti-japonesas, de todos os capitalistas que desejem instalar nelas empresas.

Devemos encorajar as empresas privadas e considerar as empresas de Estado apenas como um dos sectores da economia. Tudo isso visa garantir a satisfação das nossas necessidades através dos nossos próprios meios. Há que evitar os atentados dirigidos contra as empresas úteis, sejam elas quais forem. A política aduaneira e a política monetária devem corresponder à nossa linha fundamental de desenvolvimento da agricultura, indústria e

comércio, e não contrariá-la. Organizar conscienciosa e minuciosamente a economia das nossas bases de apoio, evitando toda a negligência, para garantir a satisfação das necessidades através dos nossos próprios meios — eis a condição essencial da existência durável das nossas bases de apoio.

Sobre a política relativa à cultura e à educação. É necessário, com relação às massas populares, concentrar toda a atenção na elevação e popularização dos conhecimentos intelectuais e técnicos necessários à resistência ao Japão, bem como na exaltação do sentimento de orgulho nacional. E necessário deixar que os elementos liberais burgueses, entre pedagogos, trabalhadores da cultura, jornalistas, académicos e técnicos, venham às nossas bases de apoio para colaborar connosco na instrução pública, publicação de jornais e outras actividades. Há que admitir nos nossos estabelecimentos de ensino todos os intelectuais que se mostrem relativamente activos na resistência, dar-lhes uma formação em curto período e levá-los depois a trabalhar no exército, organismos administrativos e entre as massas. Devemos, com audácia, integrá-los nas nossas fileiras, utilizá-los e promovê-los. Não nos deixaremos cegar pelo temor duma infiltração de elementos reaccionários. Um certo número de reaccionários infiltrar--se-á inevitavelmente nas nossas fileiras, mas nós estaremos sempre a tempo de eliminá-los, no decorrer do estudo e ao longo do trabalho. Em cada uma das bases de apoio criar-se-ão imprensas, editar-se-ão livros e jornais, organizar-se-ão serviços de difusão e entrega de publicações. Há que fazer todo o possível por abrir aí grandes escolas de quadros, sendo que quan-

to maiores e mais numerosas melhor.

Sobre a política militar. Devem ampliar-se no máximo as fileiras do VIII Exército e do Novo IV Exército, pois são as forças mais seguras de que dispõe o povo chinês para prosseguir na resistência nacional. A nossa política em relação às forças do Kuomintang deve continuar a basear-se no princípio de jamais atacar sem que sejamos atacados; importa que nos esforcemos por criar laços de amizade com eles. No possível, far-se-ão ingressar no VIII Exército e no Novo IV Exército os oficiais simpáticos, sejam membros do Kuomintang ou sejam sem partido, de modo que se reforce a edificação do nosso exército em matéria militar. A situação actual em que, no nosso exército, os comunistas dominam por toda a parte, em virtude do seu número, deve igualmente ser mudada. Como é evidente, não se trata de introduzir o “sistema dos três terços” nas nossas forças principais, mas, desde que o Partido conserve em mãos a direcção das tropas (condição indispensável e imprescritível), não há que recear um recrutamento em grande de simpatizantes, na edificação tanto militar como técnica do nosso exército. Agora, que o nosso Partido e o nosso exército conseguiram forjar uma base ideológica e uma organização sólidas, o recrutamento de grande número de simpatizantes (não de sabotadores, claro) não apresenta qualquer perigo, constituindo mesmo uma política indispensável, sem a qual seria impossível conquistar a simpatia da totalidade da nação e desenvolver as forças da revolução.

O Partido inteiro deve pôr resolutamente em prática esses princípios da nossa táctica na Frente Única, bem

como as medidas políticas concretas que daí derivam. No momento em que os invasores japoneses intensificam a sua agressão à China e, no interior do país, os grandes senhores de terras e a grande burguesia praticam uma política de repressão e ataques armados contra o Partido Comunista e contra o povo, só a aplicação dos princípios tácticos e das medidas políticas concretas acima expostos poderá permitir que persistamos na resistência ao Japão, alarguemos a Frente Única, ganhe-mos a simpatia da totalidade do povo e provoquemos uma viragem favorável na situação. Mas ao corrigirmos os erros, devemos agir com método e guardar-nos contra toda a precipitação, que poderia provocar descontentamento entre os nossos quadros, desconfiança das massas, contra-ofensiva dos senhores de terras ou qualquer outra reacção negativa.

## NOTAS

1 Vam Yi-tam, grande burocrata no tempo dos caudilhos militares do Norte e traidor pró-japonês. Após os acontecimentos de 1935, no Norte da China, Tchiang Kai-chek tomou-o a seu serviço. Homem de palha dos agressores japoneses, foi designado, em 1938, presidente do Conselho Político do Norte da China, órgão de carácter fantoche. \

2 Chi Iou-san era um dos mais inconstantes caudilhos militares do Kuomintang. Nomeado comandante do X Grupo de Exércitos do Kuomintang depois que estalou a Guerra de Resistência contra o Japão, especializou-se no entendimento com as tropas japonesas para lançar incessantes ataques contra o VIII Exército e eliminar os órgãos do poder democrático anti-japonês e massacrar comunistas e outros progressistas, no sul do Hopei.

## ORDEM E DECLARAÇÃO SOBRE O INCIDENTE DO SUL DE ANGHUEI

(Janeiro de 1941)

## ORDEM DA COMISSÃO MILITAR REVOLU- CIONÁRIA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

(Ien-an, 20 de Janeiro de 1941)

Pelos serviços distintos que prestou na Guerra de Resistência, o Novo IV Exército do Exército Revolucionário Nacional ganhou fama em todo o país e no estrangeiro. O seu comandante, le Tim, conquistou relevantes méritos na condução das operações contra o invasor. Recentemente, ao executarem ordens de movimento para o Norte, unidades do Novo IV Exército foram surpreendidas por um ataque perverso do grupo pró-japonês e le Tim em pessoa, exausto e ferido, foi capturado e lançado numa prisão. Foi por telegramas de Tchen Yi, comandante do I Destacamento do Novo IV Exército, e Tcham lun-yi, chefe do respectivo estado maior, que a Comissão Militar Revolucionária ficou informada sobre o desenrolar do Incidente do Sul de Anghuei. Indignada em ex-tremo, a Comissão manifesta toda a sua solicitude em relação à totalidade dos camaradas. Ademais das medidas que serão tomadas como resposta ao crime mon-

struoso de sabotagem da Guerra de Resistência, incursão contra as forças armadas do povo e desencadeamento da guerra civil, perpetrado pela camarilha pró-japonesa, a Comissão Militar Revolucionária nomeia pela presente ordem Tchen Yi comandante interino do Novo IV Exército do Exército Revolucionário Nacional, Tcham Iun-yi comandante adjunto, Lai Chuan-tchu chefe de estado maior e Tem Tse-huei chefe do departamento político. O comandante interino Tchen Yi e todos os que acabam de ser designados têm como dever despende o máximo esforço no sentido de consolidar o exército, reforçar a unidade nas fileiras, assegurar boas relações com o povo, aplicar os Três Princípios do Povo, conformar-se ao “Testamento do Dr. Sun Yat-sen”, consolidar e alargar a Frente Única Nacional Anti-Japonesa, lutar pela defesa da nação e do Estado, pela realização até ao fim da Guerra de Resistência e pela prevenção contra os ataques da camarilha pró-japonesa.

DECLARAÇÃO DO PORTA-VOZ DA  
COMISSÃO MILITAR REVOLUCIONÁRIA DO  
COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO  
COMUNISTA DA CHINA A UM  
CORRESPONDENTE DA  
AGÊNCIA HSINGHUA

(22 de Janeiro de 1941)

O incidente anticomunista, recentemente ocorrido no sul de Anghuei, estava preparado desde há muito. O actual desenvolvimento não marca senão o começo da

situação de emergência nacional. Desde que concluiu a tripla aliança com a Alemanha e a Itália, o invasor japonês passou a redobrar de esforços para provocar na China alterações de ordem interna, no intuito de encontrar solução rápida para a Guerra Sino-Japonesa. O seu objectivo é reprimir o movimento de resistência ao Japão na China, valendo-se dos próprios chineses, e consolidar a retaguarda para progredir sobre o sul, de modo a ficar com as mãos livres para esse avanço, em coordenação com a ofensiva de Hitler contra a Inglaterra. Há já muito que um número bastante elevado de elementos importantes da camarilha pró-japonesa da China se implantou nos diversos órgãos do Kuomintang, bem como no governo e no exército kuomintanista. Esses elementos prosseguem dia e noite um labor de agitação. O seu plano encontra-se concluído desde os fins do ano passado. O ataque de surpresa contra as unidades do Novo IV Exército no sul do Anghuei e a ordem reaccionária de 17 de Janeiro marcam apenas os primeiros sinais visíveis dessa conspiração. Outros incidentes de extrema gravidade vão produzir-se no futuro. Mas em que consiste o plano dos invasores japoneses e da camarilha pró-japonesa? Nele prevê-se o seguinte:

1. Para mobilizar a opinião pública publicação dos dois telegramas de 19 de Outubro e 8 de Dezembro, assinados por Ho In-tchin e Bai Tchou-si e dirigidos a Tchu Te, Pem Te-huai, le Tim e Siam Im;
2. para preparar o desencadeamento da guerra civil, lançamento duma campanha, pelos jornais, sobre a importância da disciplina e das ordens militares;
3. aniquilamento das unidades do Novo IV Exército es-

tacionadas no sul do Anghuei;

4. declaração da “amotinação” do Novo IV Exército e supressão da respectiva denominação oficial. Esses quatro degraus já foram escalados;

5. nomear Tam En-po, Li Pin-sien, Vam Tchom--lien e Han Te-tchin comandantes dos exércitos encarregados da “exterminação dos comunistas” no Centro da China, sob alto comando de Li Tsum-jen, e lançar uma ofensiva contra as unidades do Novo IV Exército comandadas por Pem Siue-fum, Tcham Iun-yi e Li Sien-nicn; em caso de sucesso, empreender, em estreita coordenação com o exército japonês, uma ofensiva contra as unidades do VIII Exército e do Novo IV Exército, no Xantum e norte do Quiansu. Esse passo está a ser dado agora;

6. forjar um pretexto para declarar “amotinado” o VIII Exército, suprimir-lhe a respectiva denominação e editar ordens de detenção contra Tchu Te e Pem Te-huai. Esse passo está em preparação neste momento;

7. encerrar os birôs de ligação do VIII Exército em Tchuntchim, Si-an e Cueilin e deter Chou En-lai, le Tchien-im, Tum Pi-vu e Tem Im-tchao. Esse passo iniciou-se com o encerramento do birô de ligação de Cueilin;

8. encerrar o jornal Singbuajepao;

9. atacar a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e apoderar-se de Ien-an;

10. em Tchuntchim e nas demais províncias, deter em massa os que são pela resistência ao Japão e reprimir o movimento anti-japonês;

11. liquidar as organizações do Partido Comunista nas diferentes províncias e passar à detenção em massa dos

respectivos membros;

12. com pretexto na retirada das tropas japonesas do Centro e Sul da China, proclamação pelo governo kuomintanista da “recuperação dos territórios perdidos” e propaganda simultânea sobre a necessidade de conclusão duma “paz honrosa”;

13. empregando as tropas retiradas do Centro e Sul da China, reforço do exército japonês no Norte da China e lançamento duma ofensiva ferocíssima contra o VIII Exército e cooperação com as tropas do Kuomintang na destruição integral do VIII Exército e do Novo IV Exército;

14. paralelamente à ofensiva ininterrompida contra o VIII Exército e o Novo IV Exército, observação pelos exércitos kuomintanista e japonês duma trégua em todas as frentes, como no ano passado, para enveredarem pelo armistício geral, pelas negociações de paz;

15. conclusão, por parte do governo kuomintanista, dum tratado de paz com o Japão e adesão à tripla aliança. Os preparativos para a realização desses passos prosseguem activamente neste momento.

Tal é, nas grandes linhas, o pérfido plano do Japão e da camarilha pró-japonesa na China. No seu Manifesto de 7 de Julho de 1939, o Comité Central do Partido Comunista da China sublinhou que “a capitulação representa, actualmente, o maior dos perigos e o combate ao Partido Comunista constitui uma preparação para isso”. E no Manifesto de 7 de Julho de 1940, o Comité Central dizia: “O perigo de capitulação sem par e as dificuldades excepcionais da Guerra de Resistência já chegaram.” Em termos ainda mais concretos falavam Tchu Te, Pem Te-

huai, le Tim e Siam Im, no seu telegrama de 9 de Novembro de 1940:

“Há certos indivíduos que, no nosso país, estão forçando uma nova campanha, dita anticomunista, no intuito de abrir caminho à capitulação. ... Essa gente pretende acabar com a Guerra de Resistência, recorrendo à chamada cooperação sino-japo-nesa para “exterminação dos comunistas”. Querem a guerra civil em vez da resistência, a capitulação em vez da independência, a ruptura em vez da unidade, as trevas em vez da luz. As suas acções são das mais pérfidas c os seus desígnios, dos mais funestos. A notícia transmite-sc de boca em boca e as pessoas sentem-se horrorizadas. Nunca o País viveu situação tão crítica.”

O Incidente do Sul de Anghuei e a ordem do Conselho Militar de Tchuntchim, com data de 17 de Janeiro, não são pois mais que o início de toda uma série de incidentes. A ordem de 17 de Janeiro, em particular, reveste grave significado político. O facto de os autores dessa ordem contra-revolucionária terem ousado lançá-la em desafio à condenação universal, mostra o quanto estão decididos à ruptura completa e à capitulação total. Os representantes políticos dos grandes senhores dc terras e da grande burguesia, classes débeis na China, não realizam sem os patrões mesmo as coisas mais insignificantes, como poderiam pois realizar coisas assim grandes que abalam o céu c a terra? Nas circunstâncias actuais parece bem difícil fazer voltar atrás os que emitiram essa ordem e, sem uma acção empreendida de urgência pela totalidade do povo e uma forte pressão diplomática no plano internacional, será pro-avelmente impossível chegar-se

a tal resultado. Daí que a tarefa urgente imposta ao povo chinês seja a de seguir com a maior vigilância o curso dos acontecimentos e estar pronto a enfrentar qualquer eventualidade desastrosa precipitada pela reacção, sem permitir-se o mínimo relaxamento. Quanto ao futuro da China, é o que há de mais claro. Mesmo se os in-vasores japoneses e a camarilha pró-japonesa chegam a realizar os seus planos, nós, os comunistas chineses e o povo chinês, jamais lhes toleraremos que perpetuem a sua tirania; nós temos o dever de tomar as coisas nas mãos e restaurar a situação, e estamos conscientes que encontraremos em nós próprios a força para fazê-lo. Pode apresentar-se muito sombria a situação, sejam quais forem as dificuldades no futuro e o preço que tivermos de pagar por seguirmos a nossa rota (as perdas do Novo IV Exército no sul do Anghuei constituem parte desse preço), o invasor e a camarilha pró-japonesa estão irremediavelmente condenados à derrota. E isso pelas razões seguintes:

1. Já não é possível enganar e esmagar facilmente o Partido Comunista da China como em 1927. Hoje, este é um grande partido político independente que se aguenta firmemente de pé.
2. Entre os membros dos outros partidos e grupos políticos (incluído o Kuomintang), muitos há seguramente que, recuando ante a ameaça terrível de subjugação que pesa sobre a nação chinesa, nem querem a capitulação nem a guerra civil. Alguns deles estão, de momento, enganados, mas podem ganhar consciência no momento oportuno.
3. O mesmo acontece com o exército. A maioria dos sol-

dados não age contra o Partido Comunista a não ser sob coacção.

4. A maioria esmagadora dos chineses não quer ver-se reduzida à situação de escravo sem pátria.

5. A guerra imperialista está a ponto de registar grandes mudanças. Os parasitas que vivem enganchados no imperialismo bem poderão dar voltas sobre voltas, os seus amos não são gente em quem confiar e, assim que a árvore se abater e os macacos debandarem, a situação global ganhará nova cor.

6. Em muitos países o desencadear da revolução não é mais que questão de tempo. As revoluções desses países e da China hão-de seguramente apoiar-se num esforço comum pela conquista da vitória.

7. A União Soviética é a maior força do mundo; seguramente que ajudará a China a levar a Guerra de Resistência até ao fim.

Por todas essas razões, esperamos que os que estão brincando com o fogo tenham o cuidado de não se embalar muito. Nós advertimo-los solenemente: sejam prudentes, não brinquem com o fogo, aí arriscam a própria cabeça! Se são capazes de reflexão repousada, devem, honesta e rapidamente, agir como segue:

1. Deter-se à beira do abismo e cessar as provocações.

2. Anular a ordem reaccionária de 17 de Janeiro e admitir pública e inteiramente as faltas.

3. Punir Ho In-tchin, Cu Tchu-tom e Chancuan Iun-siam, que são os principais cabecilhas do Incidente do Sul de Anghuei.

4. Libertar le Tim e reintegrá-lo como comandante do Novo IV Exército.

5. Restituir todo o pessoal e armamento do Novo IV Exército no sul do Anghuei.

6. Indemnizar por todos os oficiais e soldados do Novo IV Exército feridos ou mortos no sul do Anghuei.

7. Retirar as tropas enviadas para a China Central em “exterminação dos comunistas”.

8. Demolir a linha de bloqueio levantada no Noroeste<sup>3</sup>.

9. Libertar em todo o país os presos políticos patriotas.

10. Abolir a ditadura de um só partido e instituir um regime democrático.

11. Pôr em prática os Três Princípios do Povo e conformar-se ao “Testamento do Dr. Sun Yat-sen”.

12. Deter os chefes da camarilha pró-japonesa e submetê-los à Justiça conforme às leis do Estado.

Se esses doze pontos são realizados, a situação restabelece-se de si mesma; nós, os comunistas e o povo chinês, não vamos levar as coisas ao extremo. No caso contrário, “temo que a desgraça de Tchi Suen, não venha de Tchuan-iu mas sim da sua própria casa”<sup>5</sup>, dito doutro modo, os reaccionários não terão feito mais que levantar uma pedra para deixá-la cair depois sobre os seus próprios pés, não podendo então nós ser-lhes de qualquer valia, mesmo que o queiramos. Nós atribuímos valor à cooperação mas é indis-pensável que eles façam o mesmo. Digamo-lo francamente: as nossas concessões têm limite, para nós o período das concessões já passou. Os reaccionários desembainharam a adaga e vibraram o primeiro golpe, a ferida é profunda. Se ainda se preocupam com o próprio futuro, devem cuidar pessoalmente da ferida. “Não é muito tarde para reparar a cerca mesmo quando já fugiram alguns carneiros”. Para

eles trata-se duma questão de vida ou morte e nós sentimo-nos obrigados a fazer-lhes essa última advertência. Se se obstinam, se persistem nas suas provocações, o povo chinês, esgotada a paciência, atirá-los-á para a lixeira, sendo depois muito tarde para arrependimentos. Quanto ao Novo IV Exército, a Comissão Militar Revolucionária do Comité Central do Partido Comunista da China emitiu uma ordem, em 20 de Janeiro, nomeando Tchen Yi comandante interino, Tcham lun-yi comandante adjunto, Lai Chuan--tchu chefe de estado maior e Tem Tse-huei chefe do departamento político. As unidades do Novo IV Exército que se encontram no Centro da China e no sul do Quiansu ainda perfazem um total de mais de noventa mil homens. Embora colhidas entre o fogo do invasor japonês e o das tropas anticomunistas, elas hão-de poder prosseguir o árduo combate e cumprir até ao fim o seu dever para com a nação, para com a pátria. Por seu turno, as unidades desse exército irmão que é o VIII Exército, não hão-de ficar de armas junto aos pés vendo o Novo IV Exército simultaneamente atacado por dois lados; elas tomarão as medidas adequadas para prestar-lhe a necessária assistência. Isso podemos anunciar sem rodeios aos reaccionários. Quanto à declaração do porta-voz do Conselho Militar de Tchuntchim, como único comentário só pode dizer-se que se contradiz a si própria. Com efeito, enquanto na ordem dada pelo Conselho lê-se que o Novo IV Exército se “amotinou”, o porta-voz declara que este tinha como objectivo dirigir--se à região do triângulo Nanquim-Xangai-Handjou, com vistas à criação duma base de apoio. Se admitimos que isso era exacto, como considerar então a entrada nesse

triângulo como amotinação? O estúpido porta-voz de Tchuntchim nem se deu sequer ao incómodo de perguntar-se: contra quem, no fim de contas, estará amotinado o Novo IV Exército nessa região? Acaso não se trata dum território ocupado pelos japoneses? Por que razão pois se impedirá o Novo IV Exército de entrar aí, por que razão tentar aniquilá-lo quando estava ainda no sul do Anghuei? Ah! claro, era o que tinha de fazer qualquer leal ser-vidor do imperialismo japonês. Daí o plano de concentração de sete divisões para a campanha de aniquilamento; aí a razão da ordem de 17 de Janeiro; aí está porque le Tim é levado a juízo. Continuo a sustentar que o porta-voz de Tchuntchim é um perfeito imbecil; sem que o tivessem vergado, revelou ao povo inteiro o plano do imperialismo japonês.

## NOTAS

1 Pacto militar tripartido concluído em Berlim, a 27 de Setembro de 1940, pela Alemanha, Itália e Japão.

2 Esses dois telegramas tristemente famosos, assinados pelo chefe do Estado Maior Geral do governo kuomintanista, Iio In-tchin, e seu adjunto, Bai Tchou-si, foram expedidos no Inverno de 1940, assim que Tchiang Kai-chek lançou a segunda campanha anticomunista. O telegrama de 19 de Outubro caluniava ultrajantemente o VIII Exército e o Novo IV Exército, que prosseguiram com resolução a resistência na retaguarda do inimigo, e ordenava às unidades desses exércitos que combatiam o invasor japonês no sul do rio Amarelo, que se retirassem, em prazo fixo, para o norte do rio. Na resposta que em 9 de Novembro dirigiram a Ho In-tchin e Bai Tchou-si, os camaradas Tchou Te, Pem Te-huai, le Tim e Siam Im, tendo em mente os interesses do país, aceitaram deslocar para

norte as tropas que se encontravam no sul do Anghuei, ao mesmo tempo que, baseados nos factos, rejeitavam as ca-lúnias, fabricadas de todo, do tal telegrama de 19 de Outubro. O telegrama de 8 de Dezembro, de Ho In-tchin e Bai Tchong--si, em réplica ao telegrama de 9 de Novembro de Tchu Te, Pem Te-huai, le Tim e Siam Im, visava prosseguir a mobilização da “opinião pública” para combater o Partido Comunista.

3 Linha de bloqueio construída pelos reaccionários do Kuomintang à volta da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia. Depois de 1939, as tropas do Kuomintang forçaram a população a construir cinco linhas de fortificações compostas de fossos, muralhas e blocauses, ao longo de várias províncias, a partir de Ninsia, a oeste, seguindo a ribeira Tsim, ao sul, até ao rio Amarelo, a leste. Nas vésperas do Incidente do Sul de Anghuei, o efectivo das tropas que cercavam a região fronteiriça foi elevado a mais de duzentos mil homens.

4 Extraído das Conversações de Confúcio. Tchi Suen era ministro do principado Lu. Tchuan-iu era um pequeno Estado na época de Tchuentisiu (época da Primavera e Outono). Quando Tchi Suen se preparava para atacar Tchuan-iu, Confúcio fez a observação seguinte: temo que a desgraça de Tchi Suen não venha do exterior mas sim do interior.

## A SITUAÇÃO APÓS A VITÓRIA SOBRE A SEGUNDA CAMPANHA ANTICOMUNISTA

(18 de Março de 1941)

1. A segunda campanha anticomunista<sup>1</sup>, que começou com o telegrama de Ho In-tchin e Bai Tchong--si, datado de 19 de Outubro último, atingiu o ponto culminante com o Incidente do Sul de Anghuei e a ordem de Tchiang Kai-chek de 17 de Janeiro<sup>2</sup>; quanto ao discurso anti-comunista pronunciado por este, a 6 de Março, e à resolução anticomunista do Conselho Político Nacional<sup>3</sup>, não se trata mais do que ataque que antecede a retirada. É possível que, para diante, a situação vá registando certo afrouxamento, provisório. Em vésperas do combate decisivo entre os dois grandes blocos imperialistas do mundo, os sectores pró-inglês e pró-norte-americano da grande burguesia chinesa, que ainda se opõem aos agressores japoneses, não poderão deixar de tentar um ligeiro afrouxamento temporário da tensão que actualmente existe entre o Kuomintang e o Partido Comunista. Por outro lado, a situação no próprio interior do Kuomintang (contradições entre a autoridade central e as autoridades locais, entre o Grupo C.C. e o Grupo de Ciências Políticas, entre o Grupo C.C. e o Fucinche, entre os obstinados e os elementos intermédios, enfim,

as contradições no seio do próprio Grupo C.C. e do Fucinche), a situação no país (oposição das grandes massas populares à tirania do Kuomintang e simpatia pelo Partido Comunista) e a política do nosso Partido (que prossegue a sua campanha de protesto) não permitem que, nas relações connosco, o Kuomintang mantenha a tensão dos últimos cinco meses. É isso que faz com que o ligeiro afrouxar temporário da tensão constitua actualmente uma necessidade para Tchiang Kai-chek.

2. A luta recente é um testemunho do enfraquecimento da posição do Kuomintang e do reforço da posição do Partido Comunista; nisso está o factor decisivo de certas mudanças verificadas na relação de forças entre os dois partidos. Tchiang Kai-chek viu-se pois obrigado a reconsiderar as suas posições e atitude. Insistindo sobre a defesa nacional e pregando que a ideia de partido está ultrapassada, ele pretende arvorar-se em “líder nacional” acima das contradições internas do país e simula uma imparcialidade face às classes e partidos, tudo para manter a dominação dos grandes senhores de terras, grande burguesia e Kuomintang. Mas se isso apenas for uma forma de enganar, em nada correspondendo a qualquer mudança de política, a pretensão resultará inevitavelmente vã, sem êxito.

3. A política de concessões e compromissos adoptada pelo nosso Partido, no início da campanha anticomunista e em consideração dos interesses gerais (como testemunha o telegrama de 9 de Novembro último), conquistou a simpatia das grandes massas populares, e a nossa passagem à contra-ofensiva enérgica após o Incidente do Sul de Anghuei (nomeadamente as nossas primeira e se-

gunda petições em doze pontos<sup>4</sup>, a nossa recusa em participar na sessão do Conselho Político Nacional, assim como a campanha nacional de protesto) foi igualmente aprovada pela totalidade do povo. Baseada nos princípios de razão, vantagem e medida, essa política revelou-se absolutamente necessária para rechaçar a campanha anticomunista, e produziu já os seus frutos. Enquanto os pontos principais em disputa não ficarem razoavelmente solucionados, devemos, sem o menor desfalecimento, continuar a realizar essa enérgica campanha de protesto ante o Incidente do Sul de Anghuei, provocado pelos elementos pró-japoneses e pelos elementos anticomunistas do Kuomintang, bem como contra toda a forma de opressão política e militar que estes exercem sobre nós, ao mesmo tempo que intensificaremos a propaganda em torno da nossa primeira petição em doze pontos.

4. Nas regiões que se encontram sob dominação do Kuomintang, este não relaxará a sua política de opressão, quanto ao nosso Partido e quanto aos indivíduos progressistas, tanto como não descuidará a sua propaganda anticomunista; o nosso Partido deve pois redobrar de vigilância. O Kuomintang há-de insistir nos ataques contra a região situada a norte do rio Huai, contra o leste do Anghuei e contra o Hupei central, devendo as nossas forças repeli-lo resolutamente. Todas as bases de apoio devem observar firmemente a directiva do nosso Comité Central de 25 de Dezembro último<sup>5</sup>, reforçar no seio do Partido o trabalho de educação sobre questões de táctica e corrigir as concepções esquerdistas, de modo a mantermos prolongada e solidamente a totalidade das bases democráticas anti-japonesas. Por todo o país, in-

cluídas as bases de apoio, é necessário acabar com essa apreciação falsa segundo a qual já é um facto, ou está iminente, a ruptura definitiva entre o Kuomintang e o Partido Comunista, e combater os inúmeros pontos de vista errados que dela decorrem.

## NOTAS

1 Para maiores detalhes sobre essa campanha, ver “Comentário à XI Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang e à II Sessão do III Conselho Político Nacional”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III.

2 Ordem contra-revolucionária de Tchiang Kai-chek sobre a dissolução do Novo IV Exército, emitida a 17 de Janeiro de 1941, em nome do Conselho Militar do Governo Nacional. Ver “Declaração”, no artigo “Ordem e Declaração sobre o Incidente do Sul de Anghuei”.

3 No dia 6 de Março de 1941, Tchiang Kai-chek pronunciou um discurso anticomunista no Conselho Político Nacional. Retomando a sua velha tese de necessidade de “unificação” das “ordens militares” e das “ordens administrativas”, declarou que a existência do poder democrático anti-japonês na retaguarda do inimigo era inadmissível e que as forças armadas populares dirigidas pelo Partido Comunista da China deviam, conformemente às suas “ordens e plano, ser concentradas nas regiões definidas”. Nesse mesmo dia, o “Conselho Político Nacional”, controlado pelos reaccionários do Kuomintang, adoptou uma resolução que justificava os actos criminosos de Tchiang Kai-chek contra o Partido Comunista e contra o povo, e atacava violentamente os membros comunistas do Conselho, por se haverem recusado a assistir à reunião, em manifestação de protesto contra o Incidente do Sul de Anghuei.

4 A primeira petição em “doze pontos”, apresentada ao Conselho Político Nacional, pelos membros comunistas desse Conselho, a 15 de Fevereiro de 1941, correspondia ao conteúdo da petição em

doze pontos formulada na “Ordem e Declaração sobre o Incidente do Sul de Anghuei”. A segunda petição foi submetida a Tchiang Kai-chek, a 2 de Março de 1941, pelos membros comunistas do Conselho Político Nacional, como condição da sua participação nas sessões do dito Conselho. Era assim o seu teor:

- 1) Cessação imediata dos ataques militares contra o Partido Comunista, em toda a extensão do país;
- 2) cessação imediata das perseguições políticas no país, reconhecimento de estatuto legal ao Partido Comunista da China e demais partidos e grupos democráticos, e libertação dos detidos em Si-an, Tchunchim, Cuei-iam e outros pontos;
- 3) anulação da interdição contra as livrarias, encerradas nos vários pontos do país, anulação do decreto sobre o confisco de publicações anti-japonesas pela administração dos correios;
- 4) cessação imediata de todas as medidas opressivas contra o jornal Singhuajepao;
- 5) reconhecimento de estatuto legal à região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia;
- 6) reconhecimento do poder democrático anti-japonês na retaguarda do inimigo;
- 7) manutenção do statu quo nas zonas de guarnição do Centro, Norte e Noroeste da China;
- 8) permissão ao Partido Comunista da China de criar um novo grupo de exércitos, além do XVIII Grupo de Exércitos, e manter sob sua direcção um efectivo de seis corpos de exercito;
- 9) libertação de todos os quadros detidos por ocasião do Incidente do Sul de Anghuei e subvenção às famílias das vítimas;
- 10) libertação de todos os militares aprisionados durante o Incidente do Sul de Anghuei e restituição de todas as armas;
- 11) criação dum comité conjunto de todos os partidos e grupos políticos, dispondo cada um de um representante; nomeação do representante do Kuomintang como presidente desse comité e do representante do Partido Comunista como vice-presidente;
- 12) admissão dos representantes do Partido Comunista da China no presidium do Conselho Político Nacional.” 5 Ver, no presente tomo, “Sobre a Nossa Política”.

BALANÇO DA VITÓRIA ALCANÇADA  
NA REPULSÃO DA SEGUNDA  
CAMPANHA  
ANTICOMUNISTA\*

(8 de Maio dc 1941)

Como indica a directiva de 18 de Março do Comité Central, a última campanha anticomunista já pertence ao passado. Agora é a continuação da Guerra de Resistência contra o Japão dentro duma nova situação, tanto internacional como interior. O que há de novo nessa situação são os factores seguintes: a extensão da guerra imperialista, o ímpeto do movimento revolucionário internacional, a conclusão dum tratado de neutralidade entre a União Soviética e o Japão<sup>1</sup>, o fracasso da segunda campanha anticomunista do Kuomintang e o conseqüente enfraquecimento da posição política do Kuomintang e o reforço da do Partido Comunista, e ainda os últimos preparativos feitos pelo Japão para lançar outra grande ofensiva contra a China. A fim de unir o povo de todo o país numa luta persistente contra o Japão e para continuar a combater com\* sucesso o perigo duma capitulação dos grandes senhores de terras e da grande burguesia, assim como a sua acção anticomunista, é absolutamente necessário estudar e assimilar as lições da luta heróica e vitoriosa do nosso Partido contra a última campanha anticomunista.

i. Das duas maiores contradições que existem na China, a principal ainda continua a ser a que existe entre a nação japonesa e a nação chinesa, enquanto que a contradição entre as classes no interior do país continua a ocupar lugar subordinado. O facto de o inimigo da nação ter penetrado profundamente no nosso território condiciona tudo. Enquanto a contradição entre a China e o Japão subsistir na sua forma aguda, mesmo no caso de traição e capitulação de todos os grandes senhores de terras e grande burguesia, a situação de 1927 não poderá de modo algum repetir-se, tal como não poderão repetir-se os incidentes de 12 de Abril<sup>2</sup> e de 21 de Maio<sup>3</sup>. Alguns camaradas consideraram a primeira campanha anticomunista<sup>5</sup> como um novo Incidente de 21 de Maio e, desta vez, ainda consideram a segunda campanha anticomunista como um outro Incidente de 12 de Abril ou de 21 de Maio, mas os factos objectivos demonstraram que tal raciocínio era inexacto. O erro desses camaradas consistiu no facto de terem esquecido que a contradição entre as duas nações é a contradição principal.

2. Os grandes senhores de terras e a grande burguesia de orientação anglo-norte-americana, que dirigem toda a política do governo do Kuomintang, continuam pois a ser, nessas condições, classes de carácter duplo. Por um lado são hostis ao Japão mas, por outro, são hostis ao Partido Comunista e às grandes massas populares que este representa. Esse duplo carácter verifica-se tanto na sua resistência ao Japão como no seu anticomunismo. Na resistência ao Japão, elas mantêm-se hostis a este mas não se empregam activamente na guerra anti-japonesa, nem no combate a Uam Tsim-vei e demais traidores; por

vezes elas até passam ao namoro com os mensageiros de paz enviados pelo Japão. No seu anticomunismo, apesar de atacarem os comunistas e cometerem às vezes excessos como o Incidente do Sul de Anghuei e a ordem de 17 de Janeiro, elas não desejam uma ruptura definitiva e continuam a agarrar-se à política de “bater e assoprar”. Tudo isso foi mais uma vez confirmado no decurso da segunda campanha anticomunista. A extrema complexidade da situação política da China exige dos nossos camaradas profunda atenção. Enquanto os grandes senhores de terras e a grande burguesia de orientação anglo-norte-americana continuarem a lutar contra os invasores japoneses e praticarem uma política de “bater e assoprar” em relação ao nosso Partido, é necessário que a política do Partido seja a de “tratar os outros como eles nos tratam a nós”<sup>5</sup>, isto é, responder ao “bater” com o “bater” e ao “assoprar” com o “assoprar”. É a política revolucionária de duplo carácter. Enquanto os grandes senhores de terras e a grande burguesia não tiverem traído completamente, essa política manter-se-á inalterável.

3. Na luta contra a política anticomunista do Kuomintang, há que aplicar todo um sistema de processos tácticos, e nunca agir, em caso nenhum, com leviandade. O ódio e a crueldade dos grandes senhores de terras e da grande burguesia, representados por Tchiang Kai-chek, em relação às forças revolucionárias do povo, estão demonstrados não só pelos dez anos de guerra contra os comunistas, mas também, e com particular evidência, pelas duas campanhas anticomunistas realizadas no decurso da própria Guerra de Resistência, e, sobretudo, pelo Incidente do Sul de Anghuei, durante

a segunda campanha anticomunista. Se todas as forças revolucionárias do povo não querem ver-se aniquiladas por Tchiang Kai-chek, mas, pelo contrário, querem obrigá-lo a reconhecer-lhes a existência, o único processo é sustentarem uma luta que responda taco a taco à sua política contra-revolucionária. O fracasso do oportunismo do camarada Siam Im0 no decurso da segunda campanha anticomunista deve passar a constituir um aviso sério para todo o Partido. Na luta, porém, é preciso ter razão, vantagem e medida. Esquecer um só destes três pontos custar-nos-ia muito caro.

4. Na luta contra os obstinados do Kuomintang é necessário fazer uma distinção entre a grande burguesia compradora e a burguesia nacional, que não tem nada de compradora ou que o é numa medida relativamente fraca; além disso, é igualmente necessário fazer uma distinção entre os grandes senhores de terras mais reaccionários e, por outro lado, os no-bres esclarecidos e os senhores de terras em geral. Tais são os fundamentos teóricos do nosso Partido para conquistar os grupos intermédios e criar órgãos do poder político segundo o “sistema dos três terços”. O Comité Central já enunciou isto várias vezes, desde o mês de Março do ano passado. A exactidão dum tal princípio foi mais uma vez confirmada na última campanha anticomunista. A posição que tínhamos adoptado antes do Incidente do Sul de Anghuei, e que foi expressa no telegrama de 9 de Novembro de 19407, era absolutamente necessária para que pudéssemos passar à contra-ofensiva política depois desse incidente. Sem isso, teria sido impossível ganhar à nossa causa os grupos intermédios, pois só à luz de ex-

periências repetidas estes podem compreender a razão por que o nosso Partido deve lutar energeticamente contra os obstinados do Kuomintang, por que a união não pode ser realizada senão através da luta e, por que, renunciando-se à luta, não é possível conseguir união alguma. Se bem que os elementos dirigentes dos grupos que dispõem de forças locais reais sejam também grandes senhores de terras e grandes burgueses, é igualmente preciso considerá-los, no conjunto, como uma força intermédia, uma vez que existem contradições entre eles e os representantes dos grandes senhores de terras e os elementos da grande burguesia que controlam o poder central. Ien Si-xan, que tinha sido um dos mais encarniçados inimigos dos comunistas durante a primeira campanha anticomunista, desta vez tomou uma posição intermédia; quanto à camarilha do Cuansi, que tinha adoptado da primeira vez uma posição intermédia, desta vez passou para o campo anticomunista; mas mesmo assim, existem ainda contradições entre ela e a camarilha de Tchiang Kai-chek, não devendo nós, portanto, medi-las pela mesma bitola. Estas considerações são ainda mais válidas para os outros grupos que dispõem de forças locais reais. Contudo, muitos dos nossos camaradas colocam ainda no mesmo plano os diferentes grupos da classe dos senhores de terras e os diferentes grupos da burguesia, como se o Incidente do Sul de Anghuei significasse que toda a classe dos senhores de terras e toda a burguesia tivessem traído. Esse é um ponto de vista simplista sobre a situação política complexa da China. Se aplicarmos tal ponto de vista e considerarmos o conjunto dos senhores de terras e da burguesia como consideramos os

obstinados do Kuomintang, o resultado será que ficaremos isolados. É preciso compreender que a sociedade chinesa é uma sociedade “cujas extremidades são pequenas e o centro é enorme”<sup>8</sup> e que se o Partido Comunista não souber ganhar as massas das classes intermédias, de tal modo que cada uma delas ocupe o lugar que lhe cabe segundo a sua situação, não poderá resolver os problemas existentes na China.

5. Certos camaradas, que duvidam que a contradição entre a China e o Japão seja a contradição fundamental, e que por isso mesmo se enganam na apreciação das relações entre as classes dentro do país, por vezes também têm hesitações no que diz respeito à política do Partido. Esses camaradas que, após o Incidente do Sul de Anhuei, concebiam as coisas segundo a óptica do Incidente de 12 de Abril e do Incidente de 21 de Maio, parecem crer que a directiva de princípio do Comité Central com data de 25 de Dezembro último já não é válida, ou já não o é completamente. Do que nós precisamos agora, pensam eles, já não é dum poder incluindo todos os que são pela Guerra de Resistência e pela democracia, mas unicamente do chamado poder dos operários, camponeses e pequena burguesia urbana; que já não se trata mais da política de frente única da Guerra de Resistência, mas sim duma política de revolução agrária semelhante à que foi praticada no decurso da guerra civil de dez anos. Tais camaradas perderam, pelo menos por algum tempo, a noção clara da política justa do Partido.

6. Assim que esses camaradas receberam instruções do Comité Central do nosso Partido, comunicando-lhes que estivessem prontos para fazer face a uma ruptura

possível com o Kuomintang e a uma eventual evolução dos acontecimentos para pior, deixaram de pensar em quaisquer outras possibilidades. Eles não compreendem que o facto de ser absolutamente necessário prepararmonos para o pior não quer dizer que seja necessário afastar toda a possibilidade de melhoria; pelo contrário, tal preparação constitui precisamente uma condição para criar a possibilidade de melhoria e para transformar essa possibilidade em realidade. Desta vez, estando perfeitamente preparados para fazer face a uma ruptura entre o Kuomintang e nós, conseguimos que este não ousasse consumá-la levemente.

7. Um número ainda maior de camaradas não compreende a unidade entre a luta nacional e a luta de classes, não compreende a política de frente única e a política de classe e, por consequência, não vê a unidade entre a educação de frente única e a educação de classe. Esses camaradas pensam que, depois do Incidente do Sul de Anhuei, é necessário prestar uma atenção especial à chamada educação de classe, a qual seria separada da educação dentro do espírito de frente única. Assim, eles não compreenderam até hoje que, enquanto durar a Guerra de Resistência, em relação aos elementos das camadas superiores e médias da sociedade que ainda lutam contra os invasores japoneses — quer se trate de grandes senhores de terras e de membros da grande burguesia ou de elementos das camadas intermédias — o nosso Partido pratica uma política global (de duplo carácter) de frente única nacional, que compreende a unidade e a luta. É preciso praticar tal política mesmo em relação aos elementos das tropas fantoches, aos traidores

ou aos elementos pró-japoneses, com excepção daqueles que obstinada e irredutivelmente se recusam a corrigir-se, pois contra esses torna-se indispensável adoptar uma política de eliminação categórica. Tanto nas suas fileiras como no seio do povo, o nosso Partido realiza um trabalho educativo que, pelo seu carácter, também abarca aquele duplo aspecto: por um lado, ensina ao proletariado, à classe camponesa e aos outros sectores da pequena burguesia a praticar, sob diversas formas, a unidade com as diferentes camadas da burguesia e da classe dos senhores de terras, na luta em comum contra os invasores japoneses, mas, por outro lado, ensina-lhes também a conduzir contra estas camadas uma luta mais ou menos intensa, segundo o grau de conciliação, instabilidade ou virulência anticomunista que manifestem. A política de frente única é justamente uma política de classe; não podemos separá-las uma da outra. Para quem não tenha ainda compreendido bem tudo isto, muitas outras questões não-de permanecer obscuras.

8. Outros camaradas não compreendem que a região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, assim como as bases de resistência anti-japonesa no Norte da China e na China Central, pertence já à democracia nova pelo carácter do seu regime social. O critério que permite definir se uma determinada região pertence ou não à democracia nova pelo carácter do seu regime social resume-se principalmente em saber se há uma participação dos representantes das massas populares nos órgãos do poder, e se a respectiva direcção pertence ao Partido Comunista. O poder de frente única sob a direcção do Partido Comunista da China é portanto a característica essencial

da sociedade de democracia nova. Alguns pensam que a democracia nova não pode considerar-se como realizada senão depois duma revolução agrária, tal como aconteceu durante a guerra civil de dez anos. Isso é errado. O regime político actual nas bases de apoio é o regime político da frente única de todos os que são partidários da luta contra os invasores japoneses e da democracia. A economia dessas bases é caracterizada pela eliminação, no essencial, dos factores semi-coloniais e semi-feudais. Ali, a cultura é a cultura anti-imperialista e anti-feudal das grandes massas populares. É por isso que, quer sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista económico ou cultural, a sociedade de democracia nova já existe quer nas bases anti-japonesas, em cujo território apenas se realizou a redução das rendas e das taxas de juro, quer na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, onde foi realizada uma revolução agrária radical. Quando o exemplo das bases de apoio tiver sido seguido em todo o país, a China tornar-se-á uma república de democracia nova.

## NOTAS

1 Concluído a 13 de Abril de 1941, o tratado consolidou a paz na fronteira oriental da União Soviética, desmantelou a conspiração da Alemanha, Itália e Japão para um ataque conjunto à URSS e representou um grande sucesso da política exterior de paz da União Soviética.

2 Incidente tramado por Tchiang Kai-chek contra a revolução a 12 de Abril de 1927, em Xangai, no decurso do qual foram massacrados inúmeros comunistas, operários, camponeses e intelectuais revolucionários. Ver, no Tomo I, a nota 5 ao artigo "Relatório sobre

uma Investigação Feita no Hunan a respeito do Movimento Camponês”.

3 Ver, no Tomo I, a nota 16 ao artigo “A Luta nas Montanhas Tchincam”.

4 Trata-se da primeira campanha anticomunista lançada por Tchiang Kai-chek, no Inverno de 1939 e na Primavera de 1940. Ver, no presente tomo, a nota 10 ao artigo “Unir Todas as Forças Anti-japonesas e Combater os Anticomunistas Obstinados”.

5 Citação tirada das notas de Tchu Si à obra de Confúcio O Meio Invariável, capítulo XIII.

6 Ver, no presente tomo, a nota introdutória ao artigo “Desenvolver com Audácia as Forças Anti-japonesas, Ripostar aos Ataques dos Anticomunistas Obstinados”.

7 Trata-se do telegrama expedido em 9 de Novembro de 1940 pelos comandante e vice-comandante em chefe do XVIII Grupo de Exércitos, Tchu Tc e Pem Te-huai, e pelos comandante e vice-comandante do Novo IV Exército, le Tim e Siam Im, em resposta ao telegrama de Ho In-tchin e de Bai Tchou-si, de 19 de Outubro. O telegrama de 9 de Novembro desmascarava a conspiração anticomunista e capitulacionista dos reaccionários do Kuomintang e repudiava a proposta absurda de Ho In-tchin e de Bai Tchou-si, segundo a qual as unidades do Novo IV Exército e do VIII Exército, que se encontravam a sul do rio Amarelo, deviam passar para o norte desse rio. Contudo, no interesse da unidade na luta contra os invasores japoneses, os signatários, num espírito de conciliação, aceitaram a transferência para o norte do Yangtsé das unidades do Novo IV Exército que se encontravam a sul do referido rio. O telegrama reclamava ainda a solução de importantes questões em suspenso entre o Kuomintang e o Partido Comunista. O telegrama foi recebido com simpatia pelos grupos intermédios e provocou o isolamento de Tchiang Kai-chek.

8 Com isso o camarada Mao Tsetung quer dizer que o proletariado industrial, dirigente da revolução, bem como os grandes senhores de terras reaccionários e a grande burguesia reaccionária, constituem uma minoria na sociedade chinesa. Ver “Discurso Pronunciado na Assembleia de Representantes da Região Fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III.